ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 224

Brasília - DF, quarta-feira, 23 de novembro de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 9
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 15
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 18
Ministério da Integração Nacional 23
Ministério da Justiça 23
Ministério da Saúde 33
Ministério das Cidades 57
Ministério das Comunicações 57
Ministério das Relações Exteriores 58
Ministério de Minas e Energia 58
Ministério do Desenvolvimento Agrário 71
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 71
Ministério do Esporte 76
Ministério do Meio Ambiente 76
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 76
Ministério do Trabalho e Emprego 84
Conselho Nacional do Ministério Público 93
Ministério Público da União 93
Poder Judiciário 108
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 119

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.900 (1)
ORIGEM : ADI - 87615 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAZONAS
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. JOAQUIM BARBOSA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA
ADV.(A/S) : JOSÉ GUILHERME MAUGER E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou extinto o processo sem julgamento de mérito, contra os votos da Senhora Ministra Cármen Lúcia (Relatora) e dos Senhores Ministros Gilmar Mendes, Marco Aurélio e Presidente, Ministro Cezar Peluso. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Impedido o Senhor Ministro Dias Toffoli. Plenário, 02.12.2010.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ENTIDADE DE CLASSE DE ÂMBITO NACIONAL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA. HETEROGENEIDADE. ILEGITIMIDADE ATIVA. NÃO CONHECIMENTO.

A Associação Brasileira de Televisão por Assinatura é formada por pessoas físicas e/ou jurídicas que se relacionem direta ou indiretamente com o setor de televisão por assinatura. Dessa forma, não é possível identificar uma classe definida de associados.

Assim, configurada a heterogeneidade da associação autora, evidencia-se sua ilegitimidade para ajuizar a ação direta de inconstitucionalidade.

Ação direta de inconstitucionalidade não conhecida.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 83 (2)
ORIGEM : ADPF - 141123 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. AYRES BRITTO
REQTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADV.(A/S) : ALBERTO FURTADO DE OLIVEIRA
INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
INTDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES INATIVOS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ASSIM
ADV.(A/S) : JOSÉ JÚLIO DOS REIS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do relator, não conheceu da argüição. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Falaram: pelos argüentes, a Dra. Tereza Cristina Pazolini; pelos argüidos, o Dr. André Ramos Tavares e, pelo *amicus curiae*, o Dr. José Júlio dos Reis. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 24.04.2008.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. LEI Nº 3.624/89, DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, QUE IMPÕE AO PODER PÚBLICO MUNICIPAL A OBRIGAÇÃO DE CUMPRIR ACORDO COLETIVO CELEBRADO COM DIVERSAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. NÃO-CONHECIMENTO.

1. O acordo coletivo de trabalho se constituiu em ato jurídico uno para todas as categorias de servidores estatutários do Município de Vitória.

2. Exauridas todas as instâncias, inclusive com manejo de ação rescisória extinta sem resolução do mérito, não cabe à ADPF cumprir uma função substitutiva de embargos à execução.

3. Argüição não conhecida.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 551, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É criado o adicional no valor de trinta e cinco vírgula nove por cento sobre as tarifas aeroportuárias referidas no art. 3º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973.

§ 1º O adicional de que trata este artigo destina-se à aplicação em melhoramentos, reaparelhamento, reforma, expansão e depreciação de instalações aeroportuárias.

§ 2º O adicional de que trata este artigo não incide sobre a tarifa de conexão, estabelecida no inciso VI do **caput** do art 3º da Lei nº 6.009, de 1973.

§ 3º Os recursos do adicional de que trata este artigo constituirão receitas do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, instituído pela Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - setenta e quatro vírgula setenta e seis por cento a serem utilizados diretamente pelo Governo federal, no sistema aeroviário de interesse federal; e

II - vinte e cinco vírgula vinte e quatro por cento destinados à aplicação nos Estados, em aeroportos e aeródromos de interesse regional ou estadual, bem como na consecução de seus planos aeroviários.

.....

§ 2º A parcela de vinte e cinco vírgula vinte e quatro por cento especificada no inciso II do **caput** constituirá o suporte financeiro do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos a ser proposto e instituído de acordo com os planos aeroviários estaduais e estabelecido por meio de convênios celebrados entre os governos estaduais e a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.
....." (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Constitui receita própria do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, instituído pela Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2, de 9 de dezembro de 1997, do Ministério da Aeronáutica, às tarifas de embarque internacional vigentes naquela data, incluindo o seu correspondente adicional tarifário previsto no art. 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. Os administradores aeroportuários adotarão as providências necessárias para:

.....

II - promover o recolhimento dos valores ao FNAC até o décimo quinto dia útil do mês subsequente à arrecadação." (NR)

"Art. 2º A receita a que se refere o art. 1º será destinada ao desenvolvimento e fomento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

....." (NR)

Art. 4º O art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63. .....

§ 1º São recursos do FNAC:

I - os referentes ao adicional tarifário previsto no art. 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989;

II - os referidos no art. 1º da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999;

III - os valores devidos como contrapartida à União em razão das outorgas de infraestrutura aeroportuária;

IV - os rendimentos de suas aplicações financeiras; e

V - outros que lhe forem atribuídos.

§ 2º Os recursos do FNAC serão aplicados no desenvolvimento e fomento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

....." (NR)

Art. 5º A Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

VI - Tarifa de conexão - devida pela alocação de passageiro em conexão em Estação de Passageiros durante a execução do contrato de transporte; incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave." (NR)

"Art. 7º .....

.....

V - da Tarifa de Conexão, o proprietário ou o explorador da aeronave que transporte:

a) passageiros de aeronaves militares e de aeronaves públicas brasileiras da administração federal direta;

b) passageiros de aeronaves em voo de retorno, por motivos de ordem técnica ou meteorológica ou, ainda, em caso de acidente, por ocasião do reembarque;

c) passageiros de menos de dois anos de idade;

d) inspetores de aviação civil, quando no exercício de suas funções;

e) passageiros de aeronaves militares ou públicas estrangeiras, quando em atendimento à reciprocidade de tratamento;

f) passageiros, quando convidados do Governo brasileiro.

....." (NR)

Art. 8º A utilização das instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, proporcionados pelo Comando da Aeronáutica, está sujeita ao pagamento das seguintes tarifas de navegação aérea:

I - Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota - devida pela utilização do conjunto de instalações e serviços relacionados ao controle dos voos em rota, de acordo com as normas específicas do Comando da Aeronáutica.

II - Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação - devida pela utilização do conjunto de instalações e serviços relacionados ao controle de aproximação, de acordo com as normas específicas do Comando da Aeronáutica.

III - Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aeródromo - devida pela utilização do conjunto de instalações e serviços relacionados ao controle de aeródromo ou aos serviços de informações de voo de aeródromo, de acordo com as normas específicas do Comando da Aeronáutica.

§ 1º Os serviços de que trata o **caput** poderão, a critério do Comando da Aeronáutica, ser prestados por outros órgãos e entidades públicos e privados.

§ 2º As tarifas previstas neste artigo incidirão sobre o proprietário ou o explorador da aeronave.

§ 3º As tarifas previstas neste artigo serão fixadas pelo Comandante da Aeronáutica, após aprovação do Ministro de Estado da Defesa e manifestação da Agência Nacional de Aviação Civil, para aplicação geral em todo o território nacional." (NR)

"Art. 9º O atraso no pagamento das tarifas previstas no art. 8º ensejará aplicação das sanções previstas no art. 6º." (NR)

"Art. 10. Ficam isentas do pagamento das tarifas previstas no art. 8º:

I - aeronaves militares e as aeronaves públicas brasileiras da administração federal direta;

II - aeronaves em voo de experiência ou de instrução;

III - aeronaves em voo de retorno por motivo de ordem técnica ou meteorológica; e

IV - aeronaves militares e públicas estrangeiras, quando em atendimento à reciprocidade de tratamento." (NR)

"Art. 11. O produto de arrecadação das tarifas previstas no art. 8º constituirá receita do Fundo Aeronáutico." (NR)

Art. 6º O art. 2º da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. Para cumprimento do objeto social da INFRAERO, fica autorizada:

I - a criação de subsidiárias pela INFRAERO; e

II - a participação da INFRAERO e de suas subsidiárias, minoritária ou majoritariamente, em outras sociedades públicas ou privadas." (NR)

Art. 7º A Agência Nacional de Aviação Civil, no exercício de suas atribuições legais, promoverá em 10 de janeiro de 2012 a recomposição dos valores tarifários em decorrência da mudança do percentual do adicional tarifário previsto na nova redação do art. 1º da Lei nº 7.920, de 1989, dada por esta Medida Provisória.

Art. 8º O Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, no exercício de suas atribuições legais, promoverá em 10 de janeiro de 2012 a recomposição dos valores tarifários em decorrência da extinção do adicional tarifário incidente sobre as tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota, ocasionada pela nova redação do art. 1º da Lei nº 7.920, de 1989, dada por esta Medida Provisória.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - em relação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 10, a partir do dia 10 de janeiro de 2012; e

II - em relação aos demais artigos, a partir da data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogados o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, e o inciso III do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999.

Brasília, 22 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim
Guido Mantega
Miriam Belchior
Wagner Bittencourt de Oliveira

DECRETO Nº 7.622, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera os arts. 8º e 12 e os Anexos I, II, VII, VIII e X do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, 69, § 1º, e 70, § 8º, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010,

D E C R E T A :

Art. 1º Os arts. 8º e 12 do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

§ 3º Os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante portaria interministerial, poderão ampliar os limites estabelecidos para os órgãos e unidades orçamentárias relacionados no Anexo II deste Decreto, até o montante de R$ 3.936.208.000,00 (três bilhões, novecentos e trinta e seis milhões, duzentos e oito mil reais).

....." (NR)

"Art. 12. Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, somente poderão empenhar dotações orçamentárias até 16 de dezembro de 2011.

....." (NR)

Art. 2º Os Anexos I, II, VII, VIII e X do Decreto nº 7.445, de 2011, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I, II, III, IV e V deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

(Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)		Obrigatórias		Total	
	Lei + Créditos (a)	Disponível (b)	Lei + Créditos (c)	Disponível (d)	Lei + Créditos (e) = (a+c)	Disponível (f) = (b+d)
20000 Presidência da República	3.550.819	2.627.815	64.126	64.126	3.614.945	2.691.941
20102 Vice-Presidência da República	3.500	3.498	133	133	3.633	3.631
20114 Advocacia-Geral da União	269.083	248.000	38.597	38.597	307.680	286.597
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.666.865	1.492.773	220.811	220.811	2.887.676	1.713.584
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.674.339	4.770.735	87.260	87.260	5.761.600	4.857.995
25000 Ministério da Fazenda	3.443.252	3.400.137	303.143	303.143	3.746.394	3.703.279
26000 Ministério da Educação	21.881.834	18.222.652	6.842.368	6.842.368	28.724.201	25.065.020
28000 Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	898.608	776.293	20.264	20.264	918.872	796.557
30000 Ministério da Justiça	4.749.118	3.193.426	291.917	291.917	5.041.035	3.485.343
32000 Ministério de Minas e Energia	968.041	719.831	45.120	45.120	1.013.161	764.951
33000 Ministério da Previdência Social	1.885.286	1.732.000	311.767	311.767	2.197.053	2.043.767
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.151.332	892.150	66.630	66.630	1.217.963	958.780
36000 Ministério da Saúde	13.454.959	12.720.002	50.446.638	50.446.638	63.901.597	63.166.640
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.395.860	980.720	65.439	65.439	1.461.299	1.046.159
39000 Ministério dos Transportes	18.506.443	15.916.415	215.118	215.118	18.721.561	16.131.533
41000 Ministério das Comunicações	1.049.500	469.000	22.040	22.040	1.071.540	491.040
42000 Ministério da Cultura	1.537.814	1.035.856	26.949	26.949	1.564.763	1.062.805
44000 Ministério do Meio Ambiente	982.900	748.980	51.038	51.038	1.033.938	800.019
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	714.347	700.029	123.220	123.220	837.567	823.249
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.104.297	2.649.515	180.587	180.587	3.284.884	2.830.103
51000 Ministério do Esporte	2.732.796	1.026.355	3.307	3.307	2.736.103	1.029.662
52000 Ministério da Defesa	12.875.404	11.114.195	2.219.321	2.219.321	15.094.725	13.333.515
53000 Ministério da Integração Nacional	4.787.478	3.217.238	39.245	39.245	4.826.723	3.256.482
54000 Ministério do Turismo	3.652.438	896.646	3.435	3.435	3.655.873	900.081
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	3.482.759	3.433.986	16.176.525	17.041.525	19.659.283	20.475.510
56000 Ministério das Cidades	21.080.061	14.849.199	43.342	43.342	21.123.403	14.892.540
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	524.837	218.298	2.311	2.311	527.148	220.609
71000 Encargos Financeiros da União	1.360.426	662.374	0	0	1.360.426	662.374
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	41.350	8.000	69.407	69.407	110.757	77.407
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. Est. Ensino Superior/FIEES-MEC	143.795	141.423	0	0	143.795	141.423
74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	60	0	0	60	60
74912 Rec. Superv. Fundo Nacional de Cultura	1.800	800	0	0	1.800	800
T O T A L	138.571.403	108.868.401	77.980.058	78.845.058	216.551.461	187.713.460

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

ANEXO II

LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2011 E AOS RESTOS A PAGAR

(Anexo II do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	1.580.302	1.729.606
20102 Vice-Presidência da República	2.969	3.255
20114 Advocacia-Geral da União	255.476	276.116
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.107.463	2.339.298
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	4.377.360	4.707.889
25000 Ministério da Fazenda	2.805.084	3.659.858
26000 Ministério da Educação	20.581.807	22.415.588
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	666.810	719.780
30000 Ministério da Justiça	2.558.920	2.950.342
32000 Ministério de Minas e Energia	378.622	416.402
33000 Ministério da Previdência Social	1.656.502	1.938.347
35000 Ministério das Relações Exteriores	836.343	924.074
36000 Ministério da Saúde	52.953.946	57.879.618
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	866.541	978.793
39000 Ministério dos Transportes	914.950	1.071.723
41000 Ministério das Comunicações	399.568	478.358
42000 Ministério da Cultura	784.188	840.261
44000 Ministério do Meio Ambiente	620.211	729.925
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	782.062	968.683
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.032.737	2.495.815
51000 Ministério do Esporte	802.781	873.319
52000 Ministério da Defesa	11.708.571	14.870.942
53000 Ministério da Integração Nacional	506.361	832.872
54000 Ministério do Turismo	958.605	1.002.321
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	17.206.587	19.944.243
56000 Ministério das Cidades	1.022.023	1.109.386
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	211.417	227.364
71000 Encargos Financeiros da União	521.348	574.736
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	84.035	92.483
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC	124.263	137.181
74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	52	58
74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	698	776
SUBTOTAL	130.308.602	147.189.412
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	31.012.663	36.587.840
TOTAL	161.321.265	183.777.252

ANEXO III

ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS FEDERAIS - 2011

LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS

(Anexo VII do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011)

R$ milhões

RECEITAS	REALIZADA					PREVISTA	TOTAL
	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	3.759	4.014	4.221	4.640	4.807	4.450	25.891
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	5	10	8	7	3	6	39
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	6.783	6.690	6.366	6.955	8.602	8.111	43.507
I.P.I. - FUMO	719	595	568	584	621	535	3.622
I.P.I. - BEBIDAS	470	404	539	484	557	487	2.942
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	1.142	1.232	1.252	1.209	1.306	1.220	7.361
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	1.916	2.057	2.072	2.295	2.603	2.196	13.139
I.P.I. - OUTROS	2.535	2.403	1.935	2.383	3.515	3.674	16.444
IMPOSTO SOBRE A RENDA	43.485	43.611	36.015	34.771	37.060	43.175	238.117
I.R. - PESSOA FÍSICA	1.777	5.637	4.425	3.474	3.906	3.496	22.714
I.R. - PESSOA JURÍDICA	20.819	18.573	11.954	17.133	17.446	14.588	100.513
I.R. - RETIDO NA FONTE	20.889	19.401	19.636	14.164	15.708	25.091	114.890
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	12.066	12.402	8.642	6.597	7.156	11.552	58.415
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	5.007	3.695	7.919	3.896	5.226	9.416	35.160
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	2.506	2.159	1.943	2.412	2.114	2.821	13.953
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	1.310	1.146	1.132	1.260	1.212	1.302	7.362
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4.602	4.805	5.505	5.766	5.582	6.226	32.484
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	18	19	21	25	424	96	603
CPMF- CONTRIB.MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	15	20	11	22	9	-	78
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	25.747	25.798	26.427	27.830	27.279	29.072	162.154
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	6.895	6.796	6.934	7.188	7.078	7.955	42.846
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	11.384	9.738	6.704	15.252	8.844	10.345	62.268
CIDE - COMBUSTÍVEIS	1.402	1.545	1.544	1.645	1.750	1.341	9.227
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	38	75	132	100	113	114	572
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	1.566	1.855	8.402	2.005	2.798	3.938	20.563
RECEITAS DE LOTERIAS	602	553	621	554	515	630	3.474
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	267	244	219	209	244	243	1.426
DEMAIS	697	1.059	7.562	1.241	2.039	3.066	15.664
RECEITA ADMINISTRADA	105.699	104.977	102.290	106.206	104.350	114.829	638.351

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO IV
PREVISÃO DA RECEITA DO GOVERNO FEDERAL - 2011
RECEITA POR FONTE DE RECURSOS (*)
(Anexo VIII do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011)

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADA					PREVISTA	TOTAL
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.	
RECEITA ARRECADADA PELO TESOURO NACIONAL	114.949	117.330	114.054	117.686	117.711	131.677	713.405
ADMINISTRADA PELA RFB (*)	105.699	104.977	102.290	106.206	104.350	114.829	638.351
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	5.114	5.839	2.890	6.417	6.183	3.237	29.680
CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SERVIDORES	1.381	1.395	1.419	1.431	1.461	2.380	9.467
CONCESSÕES E PERMISSÕES	266	27	1.418	67	54	4.051	5.884
DEMAIS	2.489	5.093	6.036	3.565	5.662	7.179	30.024
RECEITA ARRECADADA POR OUTROS ÓRGÃOS	42.976	45.658	45.063	47.749	47.600	69.997	299.042
CONTRIBUIÇÃO DOS EMP. E TRAB. P/SEG. SOCIAL	34.893	36.566	38.652	40.207	40.315	58.149	248.783
CONTRIBUIÇÃO PARA O SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.692	1.938	1.991	2.053	2.277	2.673	13.625
FONTES PRÓPRIAS	2.185	2.031	2.139	2.589	2.251	3.408	14.604
CONTRIBUIÇÃO AO FGTS (LC 110/01)	356	479	219	703	482	601	2.839
DEMAIS	2.850	4.643	2.061	2.197	2.275	5.164	19.191
TOTAL	157.925	162.987	159.117	165.435	165.310	201.673	1.012.447

(*) LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS.

ANEXO V
RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL - OF E DA SEGURIDADE SOCIAL - OSS E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2011
(Anexo X do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011)

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Dez
1. RECEITA TOTAL	763.664
1.1 Receita Administrada pela RFB	638.351
1.2 Receitas Não Administradas	122.474
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2.839
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	165.568
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	132.544
2.2 Demais	33.024
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	598.096
4. DESPESAS	471.690
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	179.137
4.2 Outras Correntes e de Capital	292.552
4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2.839
4.2.2 Não Discricionárias	94.058
4.2.3 Discricionárias - Todos os Poderes	195.655
5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)	126.406
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	(34.646)
6.1 Arrecadação Líquida INSS	248.783
6.2 Benefícios da Previdência	283.429
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7+8)	91.760
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	-
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	91.760

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECRETO Nº 7.623, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Regulamenta a Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre a aplicação da rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009,

D E C R E T A :

Art. 1º A marca a fogo, tatuagem ou outra forma permanente e auditável de marcação dos animais, de que trata o inciso I do **caput** do art. 4º da Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, devem permitir a identificação do estabelecimento proprietário.

§ 1º A marca a fogo, tatuagem ou outra forma permanente e auditável referidas no **caput** devem ser inscritas em órgãos ou entes públicos municipais ou estaduais ou nas entidades locais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária previsto nos arts. 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, em meio eletrônico.

§ 2º Estabelecimento proprietário representa um conjunto de bovinos e búfalos mantido em propriedade rural em posse de um ou mais produtores rurais, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

§ 3º Para efeito do art. 5º da Lei nº 12.097, de 2009, quando do uso da marcação a fogo na indicação de estabelecimentos proprietários subsequentes, havendo uma marca anterior, a nova deve ser feita imediatamente à direita dessa marca; na ausência de espaço à direita, a nova deve ser deslocada para a linha imediatamente acima das marcações já existentes.

§ 4º Ficará a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, providenciar sistema de inscrição de marcas em caráter suplementar.

Art. 2º Para efeito do art. 5º da Lei nº 12.097, de 2009, a tatuagem pode ser constituída por letras, números, ou uma combinação de letras e números.

Parágrafo único. Será permitida uma única indicação de estabelecimento proprietário subsequente através de tatuagem, devendo ser adotada, em caso de nova transferência, outra forma de identificação.

Art. 3º Caberá ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em ato próprio:

I - definir outra forma permanente e auditável de marcação dos animais, prevista no inciso I do **caput** do art. 4º da Lei nº 12.097, de 2009;

II - padronizar os dispositivos eletrônicos de que trata o § 3º do art. 5º da Lei nº 12.097, de 2009; e

III - definir outras formas de identificação a serem utilizadas nos sistemas de rastreabilidade de adesão voluntária.

Art. 4º Para fins do disposto no art. 2º da Lei nº 12.097, de 2009, o registro e o acompanhamento das informações serão efetuados em sistema público informatizado de inclusão e gerenciamento de dados e informações, mantido sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com ações e serviços executados pelos entes federativos, de forma direta ou indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada.

Art. 5º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento será responsável por fornecer toda a numeração relativa à identificação individual dos bovinos e búfalos para efeito de rastreabilidade.

Art. 6º Caberá à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA a gestão de protocolos de rastreabilidade de adesão voluntária, conforme previsto no § 1º do art. 4º da Lei nº 12.097, de 2009.

Parágrafo único. A CNA poderá fazer uso de dados, informações técnicas e comerciais, programas de informática, procedimentos e rotinas, resguardadas as informações estratégicas de cada elo da cadeia, com o propósito de utilização e prestação de serviços no que lhe couber.

Art. 7º Os sistemas de rastreabilidade de adesão voluntária da cadeia produtiva de carne de bovinos e de búfalos previstos no § 1º do art. 4º da Lei nº 12.097, de 2009, quando utilizados na certificação oficial brasileira, devem ter seus protocolos avaliados e homologados previamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º São requisitos mínimos para a aprovação dos protocolos a que se refere o **caput**:

I - garantia da identificação animal, seja ela coletiva ou individual;

II - inserção dos dados no sistema informatizado de lançamento que possibilite o adequado abastecimento das informações no sistema público informatizado a que se refere o artigo 4º;

III - detalhamento dos objetivos do sistema de rastreabilidade, dos procedimentos de execução e das formas de controle para certificação em manual;

IV - arquivamento dos registros gerados na execução dos processos definidos no manual pelo período de cinco anos com o intuito de garantir a auditabilidade do protocolo;

V - cópia do instrumento social registrado em junta comercial ou instrumento equivalente que indique o endereço e com o objetivo condizente com a atividade a ser exercida;

VI - existência de responsável técnico; e

VII - demonstração da capacidade operacional de execução do protocolo proposto.

§ 2º A estrutura básica do protocolo e os requisitos mínimos a serem contemplados pelo manual serão definidos em ato normativo próprio.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realizará auditorias nos sistemas de adesão voluntária a fim de avaliar a eficácia do protocolo no que se refere às garantias propostas.

§ 4º O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá suspender sistema de adesão voluntária já estabelecido na hipótese de não atendimento das garantias propostas.

Art. 8º As garantias dadas pelos sistemas de rastreabilidade de adesão voluntária poderão ser utilizadas como base para certificação oficial brasileira.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Mendes Ribeiro Filho

DECRETO Nº 7.624, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre as condições de exploração pela iniciativa privada da infraestrutura aeroportuária, por meio de concessão.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso II, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as condições de exploração pela iniciativa privada da infraestrutura aeroportuária, por meio de concessão.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se aeródromos os aeródromos civis públicos que compõem a infraestrutura aeroportuária a ser concedida.

Art. 2º A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República editará, por meio de Portaria, plano de outorga que especifique os aeródromos a serem concedidos pela União.

Art. 3º Aplicam-se as disposições deste Decreto aos aeródromos delegados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 24-D, inciso VIII do **caput**, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, mediante convênio, respeitadas as normas federais aplicáveis.

§ 1º Para fins deste Decreto, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão exercer atribuições de poder concedente, nos termos das competências delegadas pela União por meio dos convênios firmados.

§ 2º A concessão da exploração de aeródromos por Estados, Distrito Federal e Municípios, na execução dos convênios de que trata o **caput**, dependerá de prévia e expressa anuência da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

§ 3º Este Decreto aplica-se aos convênios e demais atos firmados pela União com Estados, Distrito Federal e Municípios para construção, manutenção ou exploração de aeródromos.

CAPÍTULO I
DAS CONDIÇÕES PARA EXPLORAÇÃO

Art. 4º O concessionário deverá prestar serviço adequado aos usuários e observar as normas legais e regulamentares relativas a aspectos técnicos e de segurança sobre aviação civil, especialmente as expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e pelo Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica - COMAER, bem como as disposições do contrato de concessão.

Art. 5º Os aeródromos concedidos poderão ser usados por quaisquer aeronaves, sem distinção de propriedade ou nacionalidade, mediante o ônus da utilização, salvo se, por motivo operacional ou de segurança, houver restrição de uso por tipos de aeronaves ou serviços aéreos específicos, sendo vedada a discriminação de usuários.

Art. 6º O prazo de vigência será estabelecido pelo poder concedente, no edital e no contrato de concessão, e deverá ser compatível com a amortização dos investimentos, podendo ser prorrogado uma única vez, por até cinco anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da efetivação de riscos não assumidos pela concessionária no contrato, mediante ato motivado.

Parágrafo único. Na concessão sob o regime de parceria público-privada, o prazo de vigência a que se refere o **caput** não poderá ser superior a trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação, para os fins previstos no **caput**.

Art. 7º Na exploração de aeródromo concedido, as tarifas aeroportuárias serão aplicadas conforme regime tarifário estabelecido pela ANAC.

§ 1º O regime tarifário dos contratos de concessão deverá prever a transferência de ganhos de eficiência e produtividade aos usuários, e considerar aspectos de qualidade na prestação de serviço.

§ 2º Os valores tarifários serão reajustados anualmente, por um índice de preços ao consumidor.

Art. 8º A critério do poder concedente, em decisão fundamentada, as receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, podem ser utilizadas com vistas a favorecer a modicidade tarifária do sistema aeroportuário como um todo, inclusive por meio da expansão e melhoria da infraestrutura.

Art. 9º O Ministério da Defesa deverá ser consultado pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre eventual interesse militar no aeródromo a ser concedido e sobre controle do espaço aéreo, indicando, caso necessário, as restrições a serem incluídas no edital e no contrato.

Parágrafo único. O Ministério da Defesa deverá se manifestar, nos limites de suas competências, sobre os termos da concessão dos aeródromos em que houver base aérea instalada.

CAPÍTULO II
DO EDITAL E DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Art. 10. O processo de licitação se dará nas modalidades de concorrência ou leilão, observadas as disposições da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

Parágrafo único. A licitação da concessão para a exploração de aeródromo poderá admitir a participação de interessados reunidos sob a forma de consórcio.

Art. 11. A publicação do edital de licitação e do contrato de concessão será precedida por audiência e consulta pública.

§ 1º Na hipótese de concessão comum, será utilizado como critério de julgamento da licitação o maior valor em moeda corrente nacional oferecido ao poder concedente como contrapartida da concessão, no montante e periodicidade determinados na forma do edital, sem prejuízo de eventual estipulação, no contrato de concessão, de pagamento de parcela variável ao poder concedente.

§ 2º Na hipótese de parceria público-privada será utilizado como critério de julgamento da licitação o menor valor em moeda corrente nacional da contraprestação a ser paga pelo poder concedente ao parceiro privado, no montante e periodicidade determinados na forma do edital.

Art. 12. Nos casos das concessões realizadas pela União, os recursos indicados no § 1º do art. 11 constituirão receita do Fundo Nacional de Aviação Civil -FNAC.

§ 1º A Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República regulamentará os procedimentos e condições para aplicação dos recursos do FNAC até 31 de dezembro de 2012, visando, entre outros fins, favorecer a modicidade tarifária do sistema aeroportuário.

§ 2º Para efeito da regulamentação prevista no § 1º, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República deverá ouvir o Comando da Aeronáutica a respeito dos investimentos na infraestrutura aeronáutica.

Art. 13. Os recursos derivados das concessões realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, deverão ser aplicados no desenvolvimento e fomento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica, incluindo outros aeródromos do respectivo Plano Aeroviário ou infraestrutura de acesso viário a aeródromos.

Art. 14. Nos contratos de concessão, constarão as cláusulas estabelecidas no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e no art. 5º da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, no que couber, além de cláusulas relativas:

I - ao valor do contrato e sua remuneração;

II - à alocação de riscos entre o poder concedente e a concessionária;

III - às condições de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;

IV - às regras para assunção do controle da concessão por parte dos financiadores;

V - às regras para transferência do controle societário da concessão;

VI - às garantias securitárias em relação aos bens e à responsabilidade civil;

VII - à qualidade dos serviços prestados pela concessionária na execução do contrato;

VIII - aos bens da concessão e à especificação patrimonial da área do aeródromo;

IX - à destinação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade;

X - à cessão de espaços e direitos de construir, manter, operar ou usar a infraestrutura do aeródromo;

XI - aos critérios de divisão de receitas, no caso de concessão de partes de um aeródromo; e

XII - às condições necessárias para a atuação dos órgãos públicos no aeródromo.

Art. 15. A fim de assegurar as condições de concorrência, o poder concedente poderá estabelecer as seguintes restrições quanto à obtenção e à exploração da concessão, dentre outras, observadas as atribuições do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência:

I - regras destinadas a preservar a concorrência entre aeródromos;

II - disposições para a atuação do concessionário na prestação de serviços auxiliares às empresas prestadoras de serviços de transporte aéreo; e

III - regras de atuação do concessionário relativas à cessão de áreas às empresas prestadoras de serviços de transporte aéreo.

Art. 16. A critério da ANAC, poderá ser limitada a participação direta ou indireta de empresas prestadoras de serviços de transporte aéreo no capital do concessionário, bem como a participação deste ou de seus sócios, direta ou indiretamente, no capital de empresas prestadoras de serviços de transporte aéreo.

Parágrafo único. Nos casos de concessões realizadas por Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação de empresas, conforme previsto no **caput**, deverá ser submetida à prévia aprovação da ANAC.

Art. 17. O poder concedente deverá estabelecer condições para a transferência da titularidade da concessão ou do controle acionário da concessionária.

§ 1º O poder concedente poderá estabelecer prazo mínimo durante o qual será vedada a transferência de que trata o **caput**.

§ 2º Para fins de obtenção da transferência, o interessado deverá:

I - comprovar o atendimento a todos os requisitos da concessão, inclusive quanto às garantias, à regularidade jurídica e fiscal e à qualificação técnica e econômico-financeira exigidas no edital; e

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

§ 3º O poder concedente estabelecerá condições sob as quais será autorizada a assunção do controle da concessionária por seus financiadores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, observado o disposto na Lei nº 8.987, de 1995, e na Lei nº 11.079, de 2004.

§ 4º Para o cumprimento do disposto no **caput**, serão também consideradas como transferência de controle acionário as transformações societárias decorrentes de cisão, fusão, incorporação e formação de consórcio de empresas concessionárias.

§ 5º A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

Art. 18. Sem prejuízo do disposto no art. 7º, caberá ao poder concedente estabelecer a forma pela qual será recomposto o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em favor do poder concedente ou do concessionário, podendo ser utilizadas as seguintes medidas, individual ou conjuntamente, sem a exclusão de outras cabíveis:

I - revisão do valor das tarifas;

II - alteração do prazo da concessão, observado o disposto no art. 6º;

III - alteração das obrigações contratuais da concessionária;

IV - revisão da contribuição devida pelo concessionário, no caso de concessão comum; e

V - revisão da contraprestação pecuniária do parceiro público, no caso de parceria público-privada.

§ 1º Nas concessões federais, a utilização das medidas descritas nos incisos IV e V do **caput** dependem de prévia anuência da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

§ 2º Nas concessões realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será de exclusiva responsabilidade do poder concedente, respeitados os tetos tarifários estabelecidos pela ANAC.

Art. 19. Sem prejuízo de outros critérios e condições definidos pela ANAC, os bens reversíveis poderão ser dados em garantia, desde que:

I - ao final da concessão, sejam transferidos ao poder público livres de quaisquer ônus ou encargos; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - no caso de sua alienação durante a concessão, a concessionária proceda à sua imediata substituição por outros em condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos.

Parágrafo único. Nos contratos de financiamento obtidos para a realização de obras ou serviços, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

Art. 20. Constará no edital de licitação a expressa indicação do responsável pelo ônus das desapropriações necessárias à execução do serviço ou da obra pública, ou para a instituição de servidão administrativa.

§ 1º O edital e o respectivo contrato de concessão poderão prever que o concessionário promova a desapropriação ou os atos necessários para a instituição de servidão administrativa, com recursos próprios, após a declaração de utilidade pública pelo Poder Público, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

§ 2º Nas concessões federais, os valores dos bens imóveis e de eventuais despesas de indenização a terceiros a serem levados à conta de capital do aeródromo estarão sujeitos à avaliação da Secretaria do Patrimônio da União -SPU.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Somente poderão ser homologados como aeródromos públicos pela ANAC aqueles que estejam enquadrados em uma das hipóteses de exploração previstas no art. 36 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Art. 22. O modelo de concessão aplicável à exploração do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, localizado no Município de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte, continuará a ser regido pelo Decreto nº 7.205, de 10 de junho de 2010.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim
Guido Mantega
Miriam Belchior
Wagner Bittencourt de Oliveira

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 522, de 18 de novembro de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 30.880.

Nº 526, de 22 de novembro de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 551, de 22 de novembro de 2011.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 977, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social em Brasília/DF e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional de Saúde em Brasília/DF.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - PFEINSS em Brasília/DF e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional de Saúde - PFE/FUNASA em Brasília/DF prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade por 1 (um) mês.

BERNARDO AUGUSTO TEIXEIRA DE AGUIAR

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 2.391, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR DE GESTÃO INTERNA DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº 570, inciso VI do artigo 68, de 11/05//2007, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência e observadas as disposições do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e da Transparência, nos termos do processo nº 0190.030669/2009-82, resolve:

Art. 1º Aprovar a descentralização de recursos à Imprensa Nacional, funcional programática 04.122.1173.2B13.0001, no valor de R$ 268.013,00 (duzentos e sessenta e oito mil e treze reais), relativo a despesas com serviços gráficos da CGU no exercício de 2011, sendo R$ 139.635,00 (cento e trinta e nove mil, seiscentos e trinta e cinco reais) nesta data, e o restante até o final deste exercício, conforme serviços atestados pela área técnica competente, conforme Termo de Descentralização nº 002/DIN/CGU/2011.

Art. 2º Fica a Assessoria de Comunicação Social - ASCOM - responsável pela fiscalização e recebimento dos serviços.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO TORQUATO DA SILVA

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1º DE OUTUBRO DE 2010

Dispõe sobre a instituição de critérios para a utilização do Fundo Nacional do Idoso, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, bem como de acordo com o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e na Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, resolve:

Art. 1º Instituir os critérios para a utilização do Fundo Nacional do Idoso de que trata a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010.

Art. 2º O Fundo Nacional do Idoso é gerido pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, órgão colegiado integrante da estrutura regimental da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

§ 1º A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República manterá a estrutura administrativa de suporte à gestão do Fundo Nacional do Idoso, bem como designará o seu gestor financeiro, nos termos do art. 7º, IV, do Anexo do Decreto 7.256/10.

§ 2º A gestão financeira do Fundo Nacional do Idoso será acompanhada pelo CNDI no cumprimento da legislação de direitos do idoso.

Art. 3º O Fundo Nacional do Idoso tem como receita os recursos definidos na Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010.

Art. 4º O Fundo Nacional do Idoso poderá destinar recursos às pessoas jurídicas de direito público das esferas federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, e às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, para aplicação em programas e ações relativas ao idoso não vinculadas à competência específica de políticas setoriais, com vistas a assegurar os direitos sociais e a criar condições para promover a autonomia, a integração e a participação efetiva do idoso na sociedade.

Art. 5º O Fundo Nacional do Idoso não destinará recursos para:

I - efetivação de quaisquer políticas públicas continuadas de obrigação exclusiva do Estado;

II - manutenção e o funcionamento dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa;

III - aquisições, construções, ampliações, manutenção e aluguéis de imóveis.

Art. 6º O CNDI fixará, anualmente, os valores mínimo e máximo para a apresentação de propostas e cartas-consulta, observando a disponibilidade orçamentária e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

DA HABILITAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Art. 8º O CNDI realizará, periodicamente, chamadas públicas para apresentação de propostas com vistas à utilização dos recursos provenientes do Fundo Nacional do Idoso.

Art. 9º Os interessados em receber recursos do Fundo Nacional do Idoso deverão seguir as regras estabelecidas nesta Resolução, bem como nas respectivas chamadas públicas.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público federal deverão apresentar proposta conforme modelo estabelecido nas chamadas públicas.

§ 2º As demais pessoas jurídicas deverão seguir os procedimentos estabelecidos no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias - SICONV.

Art. 10 O proponente cadastrado manifestará seu interesse em celebrar convênio ou termo de parceria mediante apresentação de proposta no SICONV, em conformidade com as orientações das chamadas públicas, que conterão, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser executado;

II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada, os objetivos e diretrizes da chamada pública, a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;

III - estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pelo concedente e a declaração de contrapartida prevista para o proponente;

IV - relação de bens ou serviços a serem adquiridos ou contratados, com base em valores cotados no mercado;

V - previsão de prazo para execução;

VI - comprovação da capacidade técnica do proponente para execução do objeto e sua continuidade; e,

VII -mecanismos de avaliação e monitoramento do objeto a ser executado, com metas e indicadores.

Art. 11 Os proponentes que apresentarem projetos em desacordo com as exigências desta Resolução e das chamadas públicas serão desclassificados.

Art. 12 O mesmo proponente poderá apresentar até três propostas, desde que relativas a objetos diferentes.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13 Os casos omissos na presente Resolução serão resolvidos pelo Plenário do CNDI.

Art. 14 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA GIACOMINI
Presidente do Conselho

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 21, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

A SECRETARIA EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), em reunião realizada no dia 17 de novembro de 2011, com fulcro no inciso XIV do art. 6º da Lei n.º 10.742, de 06 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução n.º 3, de 29 de julho de 2003, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, decidiu:

• Acolher o Relatório n.º 71/2011/SE/CMED, de 08 de novembro de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594719/2008-13, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 567,52 (quinhentos e sessenta e sete reais e cinqüenta e dois centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 72/2011/SE/CMED, de 08 de novembro de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594703/2008-01, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 567,52 (quinhentos e sessenta e sete reais e cinqüenta e dois centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 79/2011/SE/CMED, de 08 de novembro de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594693/2008-03, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DIS-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 283,76 (duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 06/2011/SE/CMED, de 09 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594814/2008-17, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 283,76 (duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 16/2011/SE/CMED, de 17 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594483/2008-15, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 283,76 (duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 15/2011/SE/CMED, de 17 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594524/2008-65, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 283,76 (duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 14/2011/SE/CMED, de 17 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594536/2008-90, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 283,76 (duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 13/2011/SE/CMED, de 17 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594590/2008-35, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 283,76 (duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 12/2011/SE/CMED, de 17 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594688/2008-92, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 283,76 (duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 11/2011/SE/CMED, de 17 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594698/2008-28, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 283,76 (duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 10/2011/SE/CMED, de 17 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.594706/2008-36, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., CNPJ: 75.014.167/0001-00, ao pagamento de multa no valor de R$ 807,36 (oitocentos e sete reais e trinta e seis centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 08/2011/SE/CMED, de 17 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.592135/2008-03, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa MILÊNIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA., CNPJ: 03.553.585/0001-65, ao pagamento de multa no valor de R$ 212,82 (duzentos e doze reais e oitenta e dois centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 07/2011/SE/CMED, de 09 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.592094/2008-47, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa MILÊNIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA., CNPJ: 03.553.585/0001-65, ao pagamento de multa no valor de R$ 6.041,08 (seis mil, quarenta e um reais e oito centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006;

• Acolher o Relatório n.º 09/2011/SE/CMED, de 17 de maio de 2011, nos autos do Processo Administrativo n.º 25351.592169/2008-90, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar a Empresa MILÊNIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA., CNPJ: 03.553.585/0001-65, ao pagamento de multa no valor de R$ 212,82 (duzentos e doze reais e oitenta e dois centavos), por infração aos arts. 2°, 4° e 8° caput da Lei n° 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Orientação Interpretativa CMED n° 02, de 13 de novembro de 2006 e Comunicado CMED n° 14, de 13 de novembro de 2006.

IVO BUCARESKY
Secretário Executivo

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ
CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ

DELIBERAÇÃO Nº 2, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ - CAP/MACEIÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.31, Parág. 5º da Lei nº 8630, homologa os descontos nos valores da tarifa do Porto de Maceió, conforme deliberado pelo Colegiado na 193ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de maio de 2011. Determina que a presente Deliberação entre em vigor a partir do dia 1º de junho de 2011. Processo nº 387/11.

LUIZ RICARDO KONARSKI

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Decisão nº 119, de 16 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, páginas 1 e 2, de 21 de novembro de 2011, **onde se lê:** "... conforme disposto na Portaria nº 1.141/GM-5, de 8 de dezembro de 1987.", **leia-se:** "... conforme disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC 161, aprovado pela Resolução nº 202, de 28 de setembro de 2011.", e **onde se lê:** "... de acordo com o art. 84 da Portaria nº 1.141/GM-5, de 1987.", **leia-se:** "... de acordo com a Tabela E-2 do RBAC 161."

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 225, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a utilização temporária de áreas para pouso ocasional e estacionamento de helicópteros envolvidos no 40º Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 41, incisos VIII e X, do Regimento Interno aprovado pela resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, que alterou o Regimento Interno da ANAC, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Autorizar a utilização como áreas de pouso ocasional, pelo prazo de 4 (quatro) dias a partir de 24 de novembro de 2011, e em atendimento ao 40º Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, as seguintes áreas localizadas no Autódromo José Carlos Pace, com endereço à Av. Senador Teotônio Vilela, 259 - São Paulo / SP:

I - Área 1 (transporte de passageiros):

a) coordenadas geográficas: 23º42'11"S; 046º41'32"W;

b) área de pouso: 21 m x 21 m;

c) aproximações: 090º/315º;

d) altitude: 771 m;

e) natureza do piso: asfalto;

II - Área 2 (centro médico):

a) coordenadas geográficas: 23º42'01"S; 046º41'44"W;

b) área de pouso: 15 m x 15 m;

c) aproximação: 200º;

d) altitude: 749 m;

e) natureza do piso: asfalto.

Parágrafo único. A utilização das áreas de pouso ocasional deve ser realizada apenas em operações visuais diurnas e em atendimento aos condicionantes operacionais estabelecidos pela Superintendência de Segurança Operacional - SSO, da ANAC.

Art. 2º Autorizar a utilização como áreas de estacionamento, pelo prazo de 4 (quatro) dias a partir de 25 de novembro de 2011, e em atendimento ao 40º Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, as seguintes áreas localizadas no Autódromo José Carlos Pace, com endereço à Av. Senador Teotônio Vilela, 259, São Paulo / SP:

I - Área 3 (kartódromo):

a) coordenadas do centro geométrico: 23º42'12"S; 046º41'36"W;

b) área total do kartódromo: 28.050 m²;

c) número de posições: 40 (quarenta), para estacionamento de helicópteros;

d) natureza do piso: asfalto e grama;

II - Área 4 (laterais à área 1):

a) coordenadas do centro geométrico: 23º42'11"S; 046º41'32"W;

b) dimensões das posições de estacionamento: 12 m x 12 m;

c) número de posições: 02 (duas), para estacionamento de helicópteros;

d) natureza do piso: asfalto;

§ 1º A utilização das áreas de estacionamento deve ser realizada conforme condicionantes operacionais estabelecidos pela Superintendência de Segurança Operacional - SSO, da ANAC.

§ 2º As áreas de estacionamento deverão atender às seguintes exigências:

I - a distância mínima entre duas posições de parada adjacentes deverá sempre ser maior que 3,0 m e o comprimento e largura de cada posição de estacionamento deverá ser maior que a dimensão "B" da aeronave que a utilizar, sendo essa dimensão definida como a maior distância entre a extremidade da pá do rotor e a cauda;

II - deverão ser providos equipe contraincêndio e respectivos equipamentos, de acordo com o previsto na Resolução ANAC nº 115, de 6 de outubro de 2009;

III - as posições da área 4 (laterais à área 1) somente poderão ser utilizadas por aeronaves cuja dimensão "B" seja menor do que 13m;

IV - as operações de aeronaves com dimensões "B" superiores a 13m deverão ocorrer somente na área 1 (transporte de passageiros) e somente quando as posições laterais de estacionamento não estiverem ocupadas por outras aeronaves.

Art. 3º É vedada a utilização comercial da respectiva área de pouso, em conformidade com a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), no seu art. 30, § 2º.

Art. 4º Os casos não previstos serão submetidos à apreciação conjunta dos Superintendentes de Segurança Operacional e Infraestrutura Aeroportuária.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

PORTARIA Nº 2.243, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera e renova a inscrição do Aeródromo Público de Lavras (MG) no cadastro de aeródromos.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 41, incisos VIII e X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e tendo em vista as informações que constam nos autos do processo nº 60800.099964/2011-74, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC, mantendo-o aberto ao tráfego aéreo:

I - denominação: Lavras

II - código OACI: SSOL;

III - município (UF): Lavras (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas):

21° 14' 38" S / 044° 58' 10" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.244 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo Estância das Cascatas (SWEC), em Aragarças (GO);

Nº 2.245 - Inscrever o aeródromo Fazenda Alvorada (SNHC), em Araguaína (TO);

Nº 2.246 - Inscrever o aeródromo Fazenda do Café (SSYF), em Monte Alegre de Minas (MG);

Nº 2.247 - Inscrever o aeródromo Santa Cecília (SJTM), em Mirandopólis (SP);

Nº 2.248 - Inscrever o heliponto Hbuster (SWHK), em Cotia (SP);

Nº 2.249 - Renovar a inscrição do aeródromo Aeroclube de Foz do Iguaçu (SSAF), em Santa Terezinha de Itaipu (PR);

Nº 2.250 - Renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Bonanza (SDBN), em Salto de Pirapora (SP);

Nº 2.251 - Renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Santa Júlia (SDTZ), em Corumbá (MS); e

Nº 2.252 - Renovar a inscrição do heliponto Helipark (SIAV), em Carapicuíba (SP).

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

PORTARIA Nº 2.253, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Homologa o heliponto em navio privado AKER WAYFARER (RJ)

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 0856, de 17 de setembro de 1985, tendo em vista o que consta no processo nº 63012.007462/2011-08, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em navio privado abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: AKER WAYFARER (9PDU);

II - unidade da federação: RJ;

III - tipo e nome do campo de recursos naturais: exploração - Campo de Waimea - Bacia de Campos;

IV - proprietário: Aker Ship Lease 1 AS;

V - coordenadas geográficas: variáveis;

VI - Altitude: 22,00 metros;

VII - formato e dimensões da área de pouso e decolagem: octogonal - 20.9 metros

VIII - resistência do pavimento: 11,80 toneladas;

IX - comprimento total do maior helicóptero a operar: 20.88 metros;

X - condições operacionais: VFR Diurna/Noturna.

Art. 2º A operação no heliponto em navio de que trata esta Portaria sujeita-se à observância das seguintes condições:

I - Operações VFR noturnas somente em caráter de emergência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 23 de agosto de 2014.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

PORTARIA Nº 2.255, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Homologa o heliponto em plataforma privado ALPHA STAR (RJ/ES)

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 0856, de 17 de setembro de 1985, tendo em vista o que consta no processo nº 63012.006431/2011-21, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em plataforma privado abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: ALPHA STAR (9PDL);

II - unidade da federação: RJ/ES;

III - tipo e nome do campo de recursos naturais: produção - BACIA DE CAMPOS/BACIA DO ESPÍRITO SANTO;

IV - proprietário: Alpha Star Offshore Ltd.;

V - coordenadas geográficas: variáveis;

VI - Altitude: 23 metros;

VII - formato e dimensões da área de pouso e decolagem: octogonal - 22,20 x 22,20 metros

VIII - resistência do pavimento: 12,80 toneladas;

IX - comprimento total do maior helicóptero a operar: 22,20 metros;

X - condições operacionais: VFR Diurna/Noturna.

Art. 2º A operação no heliponto em plataforma de que trata esta Portaria sujeita-se à observância das seguintes condições:

I - Operações VFR noturnas somente em caráter de emergência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 14 de julho de 2016.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

PORTARIAS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.256 - Inscrever o aeródromo Fazenda Barreiro (SJRR), em Paraúna (GO);

Nº 2.257 - Inscrever o aeródromo Fazenda Canadá (SJER), em Acreúna (GO);

Nº 2.258 - Inscrever o heliponto Polícia Federal-Foz do Iguaçu (SJPF), em Foz do Iguaçu (PR);

Nº 2.259 - Renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Uberaba (SIIS), em Vila Alta (PR);

Nº 2.260 - Renovar a inscrição do heliponto B. Cao Viño (SJXR), em Praia Grande (SP); e

Nº 2.261 - Renovar a inscrição do heliponto Vila Adail (SJRE), em Elias Fausto (SP).

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 2.262, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Prorrogação da suspensão do Certificado de Atividades Aérea do Aeroclube de Ourinhos

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria nº 426/SSO, de 04 de Março de 2011, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 137 - Operações Aeroagrícolas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Ratificar a revogação da suspensão do Certificado de Atividade Aérea do Aeroclube de Ourinhos, pelo período de 120 dias, a contar da data de 27 de Outubro de 2011, conforme Portaria ANAC nº 830/SSO, de 28 de abril de 2011, ou até o cumprimento das não-conformidades apontadas em inspeção de vigilância continuada naquela entidade;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União.

JOÃO LUIS BARBOSA CARVALHO

PORTARIA Nº 2.263, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Da suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo.

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria nº 426/SSO, de 04 de Março de 2011, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC-119 - Certificação; Operadores Regulares e Não-Regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Ratificar a suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) nº 2004-06-4CGE-16-01, emitido em 24 de abril de 2009, em favor da CCA - CEREAL CITRUS AERO TÁXI LTDA, determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 60840.034814/2011-49, em virtude da solicitação da empresa manifestada por meio do FOP 120 nº 01/CGE/2011.

JOÃO LUIS BARBOSA CARVALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RETIFICAÇÃO

No DOU de 22/11/2011, Seção 1, pág. nº 9, onde se lê "PORTARIA Nº 2.011, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011" leia-se "PORTARIA SDA Nº 201, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DESPACHOS

Processo: C-767/CS-426. Parecer Jurídico CMC-018/2011.Contratada: Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense - FEC - Objeto: Prestação de serviços de assessoria técnica especializada, por parte da FEC à NUCLEP, para realização de concurso público, incluindo o planejamento e elaboração do Edital, manual do candidato e da logística das inscrições, da impressão, aplicação e correção das provas escritas e convocações para a prova prática, destinado ao provimento de 20 vagas nível fundamental, sendo 12 para Caldeireiros e 8 para Soldador. Valor: R$ 43.000,00 Justificativa: Consta no Parecer Técnico IG-012/2010, destacadas as obras que a NUCLEP está realizando e as que irá realizar, citando os contratos firmados com a INB, Eletronuclear, Petrobrás e CTMSP, que demandarão uma necessidade crescente de mão-de-obra, considerando que os referidos contratos têm agregado novas necessidades de serviço. Destaca também o Parecer, o contrato firmado com a Itaguaí Construções Navais Ltda - ICN para a fabricação de quatro cascos de submarinos classe Scorpene, objeto de transferência de tecnologia entre França e Brasil, e que demandará novas necessidades de mão-de-obra que deverá já estar capacitada quando do inicio da fabricação dos cascos, o que está previsto para ocorrer em meados de 2011.Aduz outrossim, que a realização de um concurso público demandaria minimamente um prazo de 120 dias, desde a elaboração do edital e lançamento do concurso, realização das provas objetivas e práticas, até a homologação do resultado final, Assim sendo, a realização de uma licitação para a contratação da empresa que irá realizar o concurso demandaria um tempo mínimo de mais de 100 dias , tempo de que a NUCLEP não pode dispor, sob pena de não dispor de mão-de-obra necessária para a realização do Concurso nos prazos contratualmente requeridos.Um outro aspecto que é destacado no Parecer Técnico supracitado é a necessidade de que a empresa que venha a realizar o concurso detenha notória especialização em sua área de atuação, visando evitar que empresas de pouca experiência no ramo venham a participar do certame. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no art. 24, XIII da Lei 8666/93, reconheço a dispensa de licitação referente ao processo supracitado.

RICARDO NORONHA PEREIRA
Gerente de Suprimentos

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 em face do parecer favorável da consultoria jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente de Suprimentos.

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

DESPACHO DO DIRETOR

Em 22 de novembro de 2011

189ª Relação Pesquisadores Credenciados Importação - Lei 10.964/2004.

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.004836/2011	028.798.912-72	GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS CAVALCANTE	27/09/2016
920.004837/2011	215.132.978-05	PAULO ROBERTO GARCIA LUCARELI	28/09/2016
920.004838/2011	148.079.648-44	ADRIAN MARTIN POHLIT	30/09/2016
920.004839/2011	737.805.530-15	DANIELA RODRIGUES	30/09/2016
920.004840/2011	842.731.787-53	EDUARDO MOREIRA DA SILVA	03/10/2016
920.004841/2011	385.138.200-59	HELIO ROESLER	04/10/2016
920.004842/2011	013.570.497-90	JOSE NEANDER SILVA ABREU	05/10/2016
920.004843/2011	065.490.258-50	MARCELO BRITTO PASSOS AMATO	06/10/2016
920.004844/2011	716.777.638-68	DEBORAH INES TEIXEIRA FAVARO	07/10/2016
920.004845/2011	186.534.721-34	GUILHERME SALES SOARES DE AZEVEDO MELO	07/10/2016
920.004846/2011	505.001.715-72	ANA ISABELA ARAUJO CUNHA	10/10/2016
920.004847/2011	443.284.272-53	GISELE BARATA DA SILVA	11/10/2016
920.004848/2011	119.898.468-66	CELIA MACHADO RONCONI	14/10/2016
920.004849/2011	085.749.167-90	JONES BERNARDES GRACELI	14/10/2016
920.004850/2011	853.008.707-06	LILIAN DE ARAGAO BASTOS DO VALLE	19/10/2016
920.004851/2011	950.118.548-68	CARLOS ALBERTO MONTANARI	21/10/2016
920.004852/2011	773.209.057-87	ALEXANDRE AFRANIO PEIXOTO	24/10/2016
920.004853/2011	884.856.508-59	TOMAZ TOSHIMI ISHIKAWA	24/10/2016
920.004854/2011	084.559.138-00	SILMAR ANTONIO TRAVAIN	26/10/2016
920.004855/2011	688.107.508-10	MOYSES GONSALEZ TESSLER	26/10/2016
920.004856/2011	560.140.589-15	ALEXANDRO ANDRADE	27/10/2016
920.004857/2011	050.136.234-72	PEDRO VIEIRA DE AZEVEDO	27/10/2016
920.004858/2011	272.801.443-49	ELIAS TEODORO DA SILVA JUNIOR	27/10/2016
920.004859/2011	029.316.228-00	SILVIO FERRAZ MELLO FILHO	28/10/2016
920.004860/2011	112.780.720-04	CARLOS EDUARDO MORELLI TUCCI	28/10/2016
920.004861/2011	023.918.187-50	MARISA FERNANDES MENDES	28/10/2016
920.004862/2011	860.291.696-53	NEWTON VALERIO VERBISCK	31/10/2016
920.004863/2011	499.820.790-34	NERINEIA DALFOLLO RIBEIRO	01/11/2016
920.004864/2011	319.725.942-49	ANGELINA XAVIER ACOSTA	01/11/2016
920.004865/2011	177.415.480-34	IRAN CARLOS STALLIVIERE CORREA	01/11/2016
920.004866/2011	822.605.751-53	LUANA FISCHER	01/11/2016
920.004867/2011	356.797.000-34	HERIDA REGINA NUNES SALGADO	04/11/2016
920.004868/2011	201.574.938-14	MARCELO SANTOS CASTILHO	04/11/2016
920.004869/2011	833.164.771-87	FERNANDO DE MORAIS	07/11/2016
920.004870/2011	212.867.518-96	RICHARD ELOIN LIEBANO	07/11/2016
920.004871/2011	026.579.766-70	JULIANE FLORIANO LOPES SANTOS	08/11/2016
920.004872/2011	102.106.738-50	MARCIA WALQUIRIA DE CARVALHO DEZOTTI	08/11/2016
920.004873/2011	415.244.899-72	MILTON LUIZ HORN VIEIRA	09/11/2016
920.004874/2011	002.711.228-46	CLAUDIO SHYINTI KIMINAMI	10/11/2016
920.004875/2011	026.570.388-32	NILSON BARBIERI	10/11/2016
920.004876/2011	394.442.955-91	FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO DOS SANTOS	10/11/2016
920.004877/2011	736.434.750-04	GUSTAVO GAUER	16/11/2016
920.004878/2011	284.689.178-85	ROSANA BLAWID	16/11/2016
920.004879/2011	120.107.208-57	AUREA ELIZABETH LINDER	17/11/2016
920.004880/2011	139.189.198-89	JOSE RIBAMAR DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR	17/11/2016
920.004881/2011	442.938.366-91	FABIO JOSE MARTINS DE LIMA	18/11/2016
920.004882/2011	734.242.000-00	FERNANDO FLORES CARDOSO	21/11/2016
920.004883/2011	288.375.174-91	GABRIEL FRANCISCO DA SILVA	21/11/2016
920.004884/2011	827.232.227-72	CARLOS MAURICIO RABELLO DE SANT'ANNA	21/11/2016

ERNESTO COSTA DE PAULA

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 110, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Disciplina a descentralização de créditos orçamentários constantes do orçamento do Ministério da Cultura e do Fundo Nacional de Cultura - FNC para outros órgãos e entidades do Governo Federal, integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social da União.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, INTERINO, no uso da competência que lhe confere o inciso I do art. 1º do Decreto n.º 6.532, de 5 de agosto de 2008, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 6.170, de 25 de julho de 2007 e na Portaria Interministerial n.º 127, de 29 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º A descentralização de créditos orçamentários constantes do orçamento do Ministério da Cultura e do Fundo Nacional de Cultura - FNC para outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social da União, condicionar-se-á à apresentação prévia, pelo órgão ou entidade proponente, do formulário de Suporte Documental de Descentralização de Crédito Externa (Destaque) - Termo de Cooperação, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O repasse dos recursos financeiros será liberado de acordo com o cronograma de desembolso previsto no formulário de Suporte Documental de Descentralização de Crédito Externa (Destaque) - Termo de Cooperação.

Art. 3º A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar com estrita observância do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, a que os créditos estiverem vinculados.

Art. 4º O saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados pelos órgãos ou entidades proponentes deverá ser devolvido cinco dias antes da data estabelecida legalmente como prazo para efetivação dos empenhos, e divulgada na Norma de Encerramento de Exercício da Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda.

Art. 5º A prestação de contas dos créditos descentralizados deverá integrar as contas anuais dos órgãos ou entidades beneficiários dos recursos, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, na forma do que determina a legislação em vigor.

Art. 6º A descentralização de créditos autorizada na presente Portaria não contempla hipótese de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

Art. 7º Revoga-se a Portaria nº 4, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

SUPORTE DOCUMENTAL DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA (DESTAQUE)
Termo de Cooperação
Processo n.o
EXERCÍCIO _____

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES
MINISTÉRIO DA CULTURA: CNPJ: ENDEREÇO: ORGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE: CNPJ:
ENDEREÇO:
IDENTIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES
Pelo Ministério da Cultura: nome, cargo em comissão, n.o documento de identidade, CPF, ato de nomeação. Pelo (Órgão ou Entidade Proponente): nome, cargo em comissão, n.o documento de identidade, CPF, ato de nomeação.
LEGISLAÇÃO
O presente Termo de Cooperação e as ações necessárias à sua execução se sujeitam à legislação em vigor e, em especial, ao disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de junho de 2007, na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127/2008, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
OBJETO
JUSTIFICATIVA
OPERACIONALIZAÇÃO
O presente Termo de Cooperação será operacionalizado pelo MINISTÉRIO DA CULTURA mediante a transferência voluntária dos recursos para (xxxxx).
PRESTAÇÃO DE CONTAS
A Prestação de Contas dos serviços alocados será formalizada ao final do exercício pela Unidade Gestora do Órgão Recebedor junto com a sua Prestação de Contas Anual aos Órgãos de Controle Interno e Externo.
A título informativo encaminhará ao Órgão Repassador Relatório físico-financeiro, no prazo de 60(sessenta) dias após o encerramento da vigência deste Acordo, informando os resultados alcançados acerca das metas físicas previstas no Plano de Trabalho pactuado e da execução orçamentária e financeira resumida dos recursos na forma da descentralização, indicando, se for o caso, a restituição de possível saldo apurado.
DOS RECURSOS/DETALHAMENTO
Para cobertura da Cooperação, o MINISTÉRIO DA CULTURA, realizará a descentralização de créditos com repasse de recursos financeiros ao (xxxxx) para a execução do objeto deste Termo de Cooperação, no montante de (xxxxx), em parcela única, à conta da Dotação Consignada ao (xxxxx), como segue:
Órgão Cedente: Unidade Gestora: Gestão:
Órgão Executor: Unidade Gestora: Gestão: Finalidade:
Ação: Qualificação e Requalificação: PTRES: Elemento de Despesas:
Fonte: Plano Interno: Valor: R$
DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
DA VIGÊNCIA
O período de vigência do presente Termo é de (xxxx) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo.
DAS CONTROVÉRSIAS E DO FORO
Na eventualidade de ocorrerem controvérsias à interpretação e/ou cumprimento do presente Termo, os partícipes concordam em solucioná-las administrativamente e submeter os eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, na forma do inciso IX, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 73/1993.
ASSINATURA E PUBLICAÇÃO
O presente Termo é assinado em 03 (três) vias, devendo ser publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, pelo MINISTÉRIO DA CULTURA, em conformidade com a legislação vigente, para produzir os efeitos legais. Brasília, de de 20

Representante Legal do Ministério da Cultura	Representante Legal do Órgão ou Entidade Proponente

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 782, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre recursos à habilitação das propostas no Programa Usinas Culturais.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição prevista no inciso X do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 102, de 31 de outubro de 2011, do Ministério da Cultura, resolve:

Art. 1º Fixar o dia 25 de novembro de 2011 como prazo final para interposição de recursos em face do resultado das propostas habilitadas ao Programa Usinas Culturais, conforme Portaria n.º 777, de 18 de novembro de 2011, da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura.

Art. 2º Os recursos serão apreciados em caráter conclusivo pela comissão de seleção instituída pela Portaria MinC nº 106, de 17 de novembro de 2011, e o resultado final será divulgado em 29 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

ATA DA SELEÇÃO DE PROJETOS LUSO-BRASILEIROS - 2011

No dia 10 de novembro de 2011, reuniu-se a Comissão Especializada, a que se refere a Cláusula IV do Protocolo Luso-Brasileiro, celebrado em 17 de julho de 2007, para apreciação e seleção dos projetos apresentados para apoio financeiro, no âmbito dos citados Aviso e Protocolo, com a presença de todos os seus membros componentes Glauber Piva, Director da ANCINE, que preside a esta Comissão, Eduardo Valente, Assessor Internacional da ANCINE, Hugo Lourenço, Director do Departamento do Cinema e do Audiovisual do Instituto do Cinema e do Audiovisual - ICA e Filomena Serras Pereira, Chefe de Divisão de Programas e Projetos do ICA.

Apreciação e selecção dos projetos apresentados ao apoio financeiro no âmbito do citado Protocolo

Tendo em conta que o Protocolo visa promover e desenvolver a atividade cinematográfica entre os dois Países, cumpre a esta Comissão verificar as candidaturas à luz do regime dos Avisos de Abertura do Concurso, publicados, respetivamente, nos dias 2 de janeiro e 2 de aAbril de 2010, pelos Governos da República Portuguesa e da República Federativa do Brasil, relativo ao Acordo de Co-Produção Cinematográfica celebrado a 3 de fevereiro de 1981 e publicado, no Brasil, pelo Decreto nº 91.332, de 14 de junho de 1985 e, em Portugal, pelo Decreto nº 48/81, de 21 de abril.

Verifica-se que todos os projetos apresentados para apreciação desta Comissão Especializada cumprem formalmente os requisitos estabelecidos no Artigo 5º do referido Acordo, bem como, nos respetivos Avisos de Abertura do Concurso, ficando assim cumpridos os pressupostos mencionados na Cláusula I do Protocolo Luso-Brasileiro.

Iniciados os trabalhos, a Comissão procedeu à análise dos seguintes projetos:

1. Projetos de Co-Produção Maioritária Brasileira:

Nº	Proponente - Co-produtor minoritário português	Projeto	Diretor/Realizador
1	Persona Non Grata Pictures, Lda.	A Vontade Dos Homens	Marcelo Toledo
2	Persona Non Grata Pictures, Lda.	Carisma Imbecil	Sérgio Bianchi
3	Persona Non Grata Pictures, Lda.	O Mulato	Gisella Maria Soares Bezerra de Mello
4	Midas Filmes, Lda.	Os Últimos Dias de Getúlio	João Jardim
5	Bando à Parte, Lda.	Rendas no Ar	Sandra Alves
6	Southwest Produções e Filmagens Lda.	Rio Luanda	Luis Abramo

2. Projetos de Co-Produção Maioritária Portuguesa:

Nº	Proponente - Co-produtor minoritário brasileiro	Projeto	Diretor/Realizador
1	Raíz Produções Cinematográficas	A Trança de Inês	António Ferreira
2	Refinaria Filmes	Bobô	Inês Oliveira
3	Rio de Cinema	Mazagão	Alexandre Reina
4	Ananã Produções	O Ornitólogo	João Pedro Rodrigues
5	Plateau Produções	Por Rios Nunca Dantes Navegados	José Nascimento
6	Primo Filmes	Triângulo	Filipa Reis
7	MPC & Associados	Yvone Kane	Margarida Cardoso

Relativamente aos projetos acima mencionados e de acordo com a Cláusula V do supra mencionado Protocolo, e tendo em conta os critérios: I - a relevância do projeto do ponto de vista das relações culturais entre os países envolvidos (incluindo o grau de desenvolvimento da obra, enquanto indicador do efetivo potencial de concretização da mesma); II - a qualidade técnica e artística do projeto; e III - a relevância da participação técnica e artística nacional do país minoritário na co-produção, a Comissão Especializada propõe a atribuição de apoio financeiro, no valor equivalente de US$150.000 (cento e cinquenta mil dólares norte americanos) para cada um dos projetos, selecionados para o apoio, indicando ainda os projetos suplentes, caso se verifique a não aceitação ou desistência daqueles:

Projetos de Co-Produção Maioritária Brasileira:

1.1 - Projetos a apoiar:

Carisma Imbecil, apresentado pelo produtor minoritário português Persona Non Grata.

Os Últimos Dias de Getúlio, apresentado pelo produtor minoritário português Midas Filmes.

1.2 - Projeto suplente:

Rio Luanda, apresentado pelo produtor minoritário português Southwest Produções.

Projetos de Co-Produção Maioritária Portuguesa:

2.1 - Projetos a apoiar:

Yvone Kane, apresentado pelo produtor minoritário brasileiro MPC & Associados.

O Ornitólogo, apresentado pelo produtor minoritário brasileiro Ananã Produções.

2.2 - Projeto suplente:

Triângulo, apresentado pelo produtor minoritário brasileiro Primo Filmes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente acta que vai ser assinada por todos os membros presentes.

_____
(Glauber Piva)

_____
(Eduardo Valente)

_____
(Hugo Lourenço)

_____
(Filomena Serras Pereira)

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

DECISÃO EXECUTIVA Nº 252, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16 do Estatuto aprovado pelo Decreto 5.038, de 07 de abril de 2004, publicado no DOU de 08 de abril de 2004, decide:

1. Suspender, temporariamente, enquanto aguarda resposta da Comissão de Ética da Presidência da República à consulta feita pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda, a concessão de bolsa de tradução para o livro « Leite Derramado », do escritor Chico Buarque de Hollanda, no Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, projeto apresentado pela editora francesa Gallimard.

2. Esta Decisão Executiva entra em vigor na data de sua assinatura.

GALENO AMORIM

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 130, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo II, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

11 5221 - FILE PAI - Paulista Avenida Interativa
FILE - Festival Internacional de Linguagem Eletrônica
CNPJ/CPF: 03.659.709/0001-91
Processo: 01400.020953/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 972.960,00
Prazo de Captação: 23/10/2011 a 31/12/2011
Realização da 3° edição do projeto, visando ocupar a Avenida Paulista com obras artísticas em novas mídias, de maio a outubro de 2012.

11 3940 - Memória do cinema documentário brasileiro: histórias de vida
Fundação Getulio Vargas
CNPJ/CPF: 33.641.663/0001-44
Processo: 01400.018366/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 176.174,40
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Realização de 30 horas de entrevistas com nomes importantes do documentário brasileiro, e disponibilizá-las na íntegra no portal do CPDOC/FGV na internet.

11 6219 - Deixem Diana em Paz
Lunática Filmes e Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 09.178.239/0001-20
Processo: 01400.025794/20-11
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 199.146,60
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de uma animação de 15 minutos, sobre a mulher que enfrenta situações extremas quando a normalidade é quebrada por causa de suas angústias em relação aos valores morais da sociedade contemporânea.

11 8298 - O Clima e a Floresta
Francisco Magaldi
CNPJ/CPF: 001.802.838-12
Processo: 01400.028092/20-11
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 418.970,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 70 minutos, em 3 episódios, sobre história natural da Amazônia.

11 9688 - Antonio Meneghetti - um maestro pela cultura humanista brasileira
Associação Brasileira de Ontopsicologia
CNPJ/CPF: 90.169.418/0001-10
Processo: 01400.034097/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 549.384,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 70 minutos, focado nas características de empreendedorismo, criatividade e convivência pacífica entre povos que marcam a cultura brasileira.

11 9472 - Cineco (Edição 2012)
Instituto EDUCARE
CNPJ/CPF: 08.489.137/0001-63
Processo: 01400.033833/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 926.200,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Realização da 2ª edição do projeto, que consiste na instalação de 15 espaços alternativos de exibição de filmes em DVD, em municípios brasileiros distintos, de 01/04 a 31/12/2012.

11 9414 - A Arte da Liberdade
VERPRODUCTIONS DE FILMES LTDA ME
CNPJ/CPF: 12.304.897/0001-26
Processo: 01400.033750/20-11
BA - Mata de São João
Valor do Apoio R$: 333.022,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de um média metragem de 30 minutos, sobre a experiência de vida do artista plástico baiano Washington Santana.

11 11460 - LABMILO - Laboratório de Mídias Locativas
CARDIM PROJETOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.
CNPJ/CPF: 06.943.895/0001-84
Processo: 01400.036138/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 465.860,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Realização de oficinas em um laboratório experimental de mídias digitais, instalado no Museu de Arte Moderna da Bahia, com 140 alunos que receberão 272 h/a, de 09/01 a 30/06/2012.

11 8890 - Brincando com os Deuses
IGBI PRODUÇÃO CULTURAL MULTIMIDIA LTDA
CNPJ/CPF: 10.592.744/0001-04
Processo: 01400.030002/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 330.125,30
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 60 minutos, sobre o universo lúdico de 5 crianças de um terreiro de Candomblé de Keto, localizado em Guarulhos, São Paulo.

11 7336 - EducaDoc
Origem Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 00.830.735/0001-42
Processo: 01400.026923/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 287.960,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Realização de 20 oficinas em escolas públicas de Salvador, com 20 estudantes em cada escola a utilizar o celular para produzir conteúdo cultural, totalizando 400 estudantes e 80 vídeos.

11 6161 - Programação 35 mm Paradigma Cine Arte
Smart Consultoria LTDA.
CNPJ/CPF: 08.709.028/0001-04
Processo: 01400.025725/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 304.350,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Exibição de filmes na sala de cinema Paradigma Cine Arte, localizado em Florianópolis, de 01/10/2012 a 01/10/2013.

11 9470 - Perfis Cinema Novo Britânico
Taboca Produções Artísticas Limitada
CNPJ/CPF: 07.139.963/0001-10
Processo: 01400.033831/20-11
RJ - Teresópolis
Valor do Apoio R$: 315.630,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Realização de uma mostra cinematográfica, destinada a cidade do Rio de Janeiro, com exibições do novo cinema produzido na Inglaterra, de abril a setembro de 2012.

11 9460 - Tempo e Diferença - O Tempo da Diferença
Telos Empreendimentos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.623.232/0001-45
Processo: 01400.033821/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 539.160,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 52 minutos, com temas transversais como identidade, memória, movimento, deslocamento e cidade.

11 9685 - Heróis da Serra
MAV Máster Áudio e Vídeo
CNPJ/CPF: 03.722.529/0001-07
Processo: 01400.034093/20-11
RJ - Nova Friburgo
Valor do Apoio R$: 133.460,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 40 a 50 minutos, sobre a visão das pessoas que prestaram socorro as vítimas da maior tragédia climática do Brasil, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

11 9463 - HAULLYS - O Documentário
Sandro Godinho
CNPJ/CPF: 508.996.432-72
Processo: 01400.033824/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 147.128,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário de 30 minutos, sobre a trajetória da banda Haullys, unindo num único projeto, música, grafite e skate.

11 9881 - Distribuição em circuito não comercial do filme o Céu sobre os ombros
Orobó Filmes LTDA
CNPJ/CPF: 11.966.450/0001-50
Processo: 01400.034847/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 148.910,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Distribuição do filme "O Céu sobre os ombros" no circuito de cineclubes CineMaisCultura do MinC e do Conselho Nacional de Cineclubes (em 1400 pontos), e em Universidades brasileiras.

11 11153 - Todos os Verões
Call Filmes LTDA
CNPJ/CPF: 07.183.047/0001-87
Processo: 01400.035866/20-11
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 150.490,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de um curta metragem de 15 minutos, sobre um rapaz que herda uma casa de praia de seu avô, e resolve reformá-la para relembrar seus tempos de infância.

ANEXO II

11 9760 - Rio Viajeiro
Instituto de Arte Tear
CNPJ/CPF: 05.435.475/0001-24
Processo: 01400.034205/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 464.630,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Criação de um Guia Virtual interativo e bilíngüe, que tem como diferencial a difusão de patrimônios materiais e imateriais da cidade do Rio de Janeiro.

11 7548 - Programa de rádio - Brasil Piano Masters
Instituto Música para a Sociedade - Brasil Piano Masters
CNPJ/CPF: 13.295.363/0001-43
Processo: 01400.027208/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.304.172,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de um programa de rádio a ser apresentado pela rádio USP, visando atrair o público jovem para a audição informada da música clássica.

11 4107 - Projeto Nordestinados
MACCAM PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ/CPF: 11.316.594/0001-60
Processo: 01400.018592/20-11
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 607.960,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Produção de 52 documentários, de 24minutos cada, a serem exibidos semanalmente, através da TV Diário para todo o estado do Ceará, mais 62 TVs a cabo no Brasil e via internet para todo o mundo.

PORTARIA Nº 131, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446, de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a complementação dos projetos audiovisuais, relacionados abaixo, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

11 1555- IV Festival Americano de Cinema e Vídeo Sócio-Ambiental de Iraquara-IV FASAI CINE VÍDEO
Etnia Produções Cinematográficas Ltda
CNPJ/CPF: 03.287.142/0001-70
Processo: 01400.003043/2011-68
GO - Goiânia
Valor complementar aprovado R$: 102.000,00

11 2602 - 4a Janela Internacional de Cinema do Recife
CinemasScópio Produções Cinematográficas e Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 08.587.501/0001-28
Processo: 01400.006836/2011-39
PE - Recife
Valor complementar aprovado R$: 109.850,00

Art. 2º Aprovar a redução do projeto audiovisual, relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

10 11863 - FESTIVAL IBEROAMERICANO DE CINEMA DE SERGIPE - CURTA-SE 11
Centro de Estudos Casa Curta-se
CNPJ/CPF: 06.036.728/0001-50
Processo: 01400.022929/2010-20
SE - Aracaju
Valor aprovado de R$: 1.073.140,00 para R$ 745.000,00

Art. 3º Autorizar a mudança de título do projeto audiovisual "Clickcine - Mostra Internacional de Filmes Interativos", processo nº: 01400.005902/2011-53, Pronac nº: 11-2045, proponente: Caza Filmes, CNPJ nº: 09.137.251/0001-97, que passa a ser "Mostra Internacional de Filmes Interativos".

Art. 4º Aprovar o enquadramento do projeto audiovisual "MVMob - Minha Vida Mobile Multiplicadores Brasil", processo nº: 01400.027618/2011-38, pronac nº: 11-7927, proponente: Pitanga Promoções Ltda, CNPJ nº: 05.511.520/0001-82, do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para o Art. 18, com a redação dada pelo Art.53, alínea f, da medida provisória nº 2.228-1,de 06 de setembro de 2001.

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual, relacionado no anexo I a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos temos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

09 5126 - Marginais
Trator de Filmes Ltda
CNPJ/CPF: 08.164.917/0001-33
SP - São Paulo
Período de captação: 01/11/2011 a 31/12/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 674, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre pedidos de excepcionalidade à súmula administrativa de nº 14 da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC.

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do art. 21 do Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, bem como o caput e o inciso I do § 3º do art. 28 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 5 de outubro de 2010, considerando o que consta do processo administrativo nº 01400.039460/2011-49 e a deliberação tomada na Sessão Plenária da 193ª Reunião Ordinária da CNIC, em 10 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Deferir os pedidos de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14 apresentados pelos seguintes proponentes:

I - Associação Pró-cultura e Promoção das Artes Instituto, especificamente para a apresentação do projeto cultural "Palácio das Artes - Temporada de Óperas";

II - Instituto Cultural Sérgio Magnani, especificamente para a aprovação e publicação no Diário Oficial da União do projeto "Cine Humberto Mauro - programação 2011"- Pronac 11.0408 e para a abertura do sistema Salicweb para a inscrição dos projetos "CAP (Centro de Arte Popular) - Programação 2012" e "Programa de Dança da Fundação Clóvis Salgado";

III - Aori Comunicação, Marketing e Produções Culturais Ltda., especificamente para a publicação no Diário Oficial da União dos projetos "Rostos do Futebol - Pronac 11.5933", "Tiquequê - Pronac 11.3689" e "Exposição Capoeira - Pronac 11.5200";

IV - Tema Eventos Culturais S/C Ltda., especificamente para apresentação do projeto cultural "Rio de Luz";

V - Amazon Books & Arts Ltda., especificamente para a apresentação dos projetos culturais "Concerto MPB Sinfônico", "Teatro Verde", "Cultura Rodando pelo Brasil - Teatro Itinerante para Caminhoneiros", "Brasil Verde - Sustentarte" e "Tributo à Música Brasileira/ Música Instrumental"; e

VI - Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda., especificamente para a apresentação dos projetos culturais "Um Mundo Sustentável - Teatro infantil itinerante", "Brasil Sinfônico", "Arte nas Estradas Brasileiras", "Um olhar para o Brasil - A história do Comércio distribuidor brasileiro" e "Ritmos Instrumentais Brasileiros".

Art. 2º Indeferir os pedidos de excepcionalidade à Súmula Administrativa nº 14 apresentados pelos seguintes proponentes:

I - Instituto Artefato Cultura, para "poder cadastrar mais de cinco propostas no Salicweb";

II - Associação de Desenvolvimento de Projetos, para apresentar ao Ministério da Cultura a proposta cultural "Concurso Cultural de Ilustração";

III - Ação Comunitária do Brasil, para apresentar ao Ministério da Cultura as propostas culturais "54.311 - Arte nas Telas" e "58.325 - Arte da Cerâmica negra no Brasil: história, oficinas e exposição"; e

IV - Associação Cultural Ossos do Ofício, para a "ampliação para teto ilimitado do número de projetos apresentados para apreciação do Ministério da Cultura".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

PORTARIA Nº 675, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 527, de 25 de julho de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 11032 - Você em Cenna
WINTRACOM CONSTRUÇÕES, INVESTIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.567.551/0001-55
Processo: 01400.035760/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 746.200,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de um concurso cultural que irá eleger atores e atrizes amadores que enviarão vídeos de suas performances para votação popular e de júri especializad. O melhor ator e a melhor atriz serão premiados com a participação em uma montagem teatral produzida e encenada com toda uma estrutura profissional, onde o melhor ator/atriz, portador de necessidade especial, escolhido pelo júri especializado, também será premiado com a participação na montagem teatral. Serão ao todo 26 apresentações.

11 11315 - BR116 - Plano Anual de Atividades 2012
Associação BR-116
CNPJ/CPF: 13.196.419/0001-02
Processo: 01400.035944/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.197.960,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto visa à manutenção das Atividades da Associação BR-116 que têm como intuito a realização de atividades ligadas às Artes Cênicas, através da realização de espetáculos diversos.

11 9360 - Pedaços de Vida no Vale
Célio Henrique Matilde Diana
CNPJ/CPF: 846.555.266-53
Processo: 01400.033670/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 172.586,50
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto "Pedaços de Vida no Vale" consiste na circulação do espetáculo teatral "Pedaços de Vida" e na sua apresentação em trinta e cinco municípios e distritos da mesorregião Vale do Rio Doce, no estado de Minas Gerais. Serão realizadas 35 apresentações, sendo uma em cada município. As apresentações, seguidas de debates entre atores e platéia, acontecerão em espaços públicos de cada município ou zona rural, de forma gratuita ao público, possibilitando o acesso da população da região.

11 8443 - GRUPO PRIMAVERA - TEMPORADA TEATRAL 2012/2013
Grupo Primavera
CNPJ/CPF: 67.995.969/0001-10
Processo: 01400.028264/20-11
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 1.400.530,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
REALIZAR PERFORMANCES, APRESENTAÇOES E ESPETÁCULOS TEATRAIS AMADORES GERANDO UM PRODUTO CULTURAL QUE OBJETIVA FOMENTAR NAS CRIANCAS E NAS ADOLESCENTES O APRENDIZADO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL , ATRAVÉS DE PROCESSO ENVOLVENTE, CONTINUO E CRESCENTE .

11 8665 - Teatralização de Presépios - Natal de Maringá
Instituto Solidarista Eco-Vida
CNPJ/CPF: 08.929.104/0001-97
Processo: 01400.028524/20-11
PR - Maringá
Valor do Apoio R$: 588.500,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Encenação do presépio natalino nas ruas e praças da cidade de Maringá com a participação de atores locais em apresentações com a participação do público em dois formatos distintos e complementares: forma de cortejo e ação cênica interativa. Com duração de 30 dias e publico estimado em 80 mil pessoas, com acesso gratuito. Serão 10 ações cênicas interativas e oito em formato de cortejo, totalizando 18 apresentações.

11 8229 - Cia. de Dança Deborah Colker - 2012
JE Produções Ltda
CNPJ/CPF: 39.467.105/0001-90
Processo: 01400.028015/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 6.183.080,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Manutenção da Companhia. Manutenção de figurinos e cenários. Manutenção do espetáculo TATYANA. Remontagem do espetáculo MIX e NÓ. Turnês Nacionais e Internacionais. Serão realizadas 85 apresentações, sendo 53 em cidades brasileiras e 32 em cidades no exterior.

11 7003 - O Chapeleiro Maluco
joao pedro bosnich pontes
CNPJ/CPF: 299.954.498-70
Processo: 01400.026556/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 548.100,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizacao em todas as etapas de producao do espetaculo musical infantil O Chapeleiro Maluco de Walter Junior, musicas de Charlas Dallas e direcao de Jarbas Homem de Mello. pretendemos realizar uma temporada popular em Sao Paulo durante 4 meses no teatro Raul Cortez sala com capacidade para 520 pessoas, totalizando 36 sessões. Sabados. e domingos.

11 6521 - PAIXÃO DE CRISTO DE GUARULHOS
Trópico's Cia Teatral S/S Ltda.
CNPJ/CPF: 05.602.343/0001-40
Processo: 01400.026108/20-11
SP - Guarulhos
Valor do Apoio R$: 1.594.247,20
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar a 6ª Edição da "Paixão de Cristo de Guarulhos". O espetáculo, com 150 minutos de duração, encenado ao ar livre e com formato de procissão, pretende fazer uma interpretação que incorpore temas da atualidade à visão tradicional da Paixão. Sua produção contará com 400 profissionais e 16 cenários representativos da vida de Cristo.

11 5359 - KARTA AO PAI
Realejo Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 01.610.114/0001-16
Processo: 01400.024846/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 433.115,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montagem e temporada, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, totalizando 32 apresentações, do espetáculo "Karta ao Pai" de Franz Kafka, com direção de Antonio Gilberto e João Paulo Lorenzon no elenco.

11 6066 - Não houve um início, nem haverá um final
Mudança de Hábito Comunicações Ltda.
CNPJ/CPF: 02.726.667/0001-00
Processo: 01400.025571/20-11
SP - Joanópolis
Valor do Apoio R$: 176.962,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
16 apresentações da peça teatral "Não houve um início, nem haverá um final", em São Paulo, com a Companhia Condoreira de Teatro, contando a história de um homem que recebe a notícia de uma doença grave e decide mudar o testamento, diante do conflito que vive com o filho. A história passa no momento atual, com flash backs na década de 70, comparando a moral da época com a moral atual, particularmente no que se refere à autenticidade e honestidade de cada um.

11 9004 - Os Balões Mágicos de Santos Dumont
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400.030117/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 468.233,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto 'Balões Mágicos' é um espetáculo encenado em um balão a 20 metros de altura, que irá oferecer 34 apresentações gratuitas e oficinas de circo, danças brasileiras e teatro em 30 cidades do Brasil e 4 estados. O projeto ficará aproximadamente 1 dia em cada município, iniciando suas atividades pelas oficinas onde os 'artistas locais' são preparados e convidados a participar do espetáculo, 'Balões Mágicos, que conta a história do 1º balão construído por Santos Dumont'.

11 8058 - Ciganos ou o Povo Invisível
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400.027790/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 702.666,15
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Grupo de Teatro "Lux in Tenebris", tem como característica em seu trabalho teatral a pesquisa antropológica social e étnica. "Ciganos ou o Povo Invisível" é um espetáculo teatral que foca a etnia cigana, contando a história de um patriarca cigano, sua família, conflitos e luta pela sobrevivência em nossa sociedade. O projeto tem como objetivo a apresentação e circulação do espetáculo. Rio de Janeiro: 16 apres. - Brasília: 16 apres. São Paulo : 64 apres. - TOTAL : 96 apresentações

11 8015 - CASA DO BECO - Programação e manutenção 2011/2012.
Associação Cultural do Grupo do Beco
CNPJ/CPF: 04.589.342/0001-40
Processo: 01400.027721/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 747.890,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto tem por finalidade o custeio da programação, das ações pedagógicas e artísticas, além da manutenção da Casa do Beco, centro cultural e sede do Grupo do Beco, grupo teatral sediado no Aglomerado Santa Lúcia / Morro do Papagaio, uma das maiores favelas de Belo Horizonte/MG, durante o período de 12 (doze) meses.

11 10105 - Ballet de Londrina- montagem 2012
Fundação Cultura Artística de Londrina
CNPJ/CPF: 81.884.439/0001-26
Processo: 01400.035058/20-11
PR - Londrina
Valor do Apoio R$: 116.610,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produção, estreia e circulação de um espetáculo de dança contemporânea a ser apresentado por integrantes da Cia Ballet de Londrina. Haverá um total 22 apresentações nas cidades de Londrina, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Joinville, Castro e Jaraguá do Sul.Juntamente com a nova montagem deverá ser apresentada mais uma coreografia do repertório da Cia

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 11307 - Circuito Mineiro de Cultura e Gastronomia Oriental - Edição Governador Valadares
Associação Mineira de Cultura Nipo - Brasileira (AMCNB)
CNPJ/CPF: 18.216.697/0001-06
Processo: 01400.035936/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.129.900,25
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resumo do Projeto:

A Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira, instituição sem fins lucrativos conforme seu estatuto, propõe por meio deste projeto, a realização do Circuito Mineiro de Cultura e Gastronomia Oriental, com periodicidade anual, ocupando o estacionamento aberto do shopping: GV Shopping na cidade de Governador Valadares, cidade importante no cenário econômico mineiro.

11 7499 - Gostar de música é fácil - construindo a apreciação musical
CORAL UNA VOZ
CNPJ/CPF: 05.596.975/0001-48
Processo: 01400.027151/20-11
SP - Cruzeiro
Valor do Apoio R$: 68.140,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realização de quinze (15) oficinas musicais traçando um histórico da música nos seus primórdios até os dias atuais, culminando com uma (1) apresentação musical final. Pretende-se apresentar na teoria e na prática, os diversos estilos de música dentro das épocas de criação artística: primitiva, medieval, renascentista, barroca, clássica, moderna e contemporânea.

11 9821 - TRILHA SONORA ESTRADA REAL
Textos & Idéias Consultoria e Comunicação S/C Ltda
CNPJ/CPF: 57.348.138/0001-01
Processo: 01400.034768/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.415.890,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto objetiva o resgate, a valorização e a divulgação de grandes músicas compostas por mestres mineiros, com obras do período colonial, desde as primeiras partituras encontradas (1759) até o fim do século XIX. Envolve a gravação de um cd, a realização de concertos de lançamento e a criação de um site para a disponibilização das partituras recuperadas, e das composições gravadas.

11 11398 - Som de Minas: Circuito de Bandas de Música de
Minas Gerais
MINAFRA PRODUÇÕES CULTURAIS LIMITADA
CNPJ/CPF: 11.039.355/0001-00
Processo: 01400.036051/20-11
MG - Coronel Fabriciano
Valor do Apoio R$: 189.950,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realização de 05 (cinco) encontros de Bandas de Música itinerantes, denominado como Som de Minas. O evento cultural será realizado em dez cidades de Minas Gerais, em praça pública e com entrada franca para o público. Serão convidadas 10 Corporações Musicais para apresentação musical. Na programação do evento as Bandas desfilam e apresentam individualmente para o público presente.

11 11308 - Projeto Música nas Escolas e na Comunidade - 7ª
Edição
Jose Roberto Teixeira Lages
CNPJ/CPF: 163.092.436-91
Processo: 01400.035937/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 406.306,50
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Formação musical com cursos permanentes e gratuitos de violino, viola, violoncelo, contrabaixo, clarineta, trompete, fagote, flauta, oboé, percussão e teoria musical para a continuidade, aprimoramento e apresentações da Orq. Inf.-Juvenil da Esc. Est. Pd. João Botelho, Orq. Jovem da Comunidade do Barreiro e Grupo de Câmara, com circulação de 25 concertos didáticos gratuitos em B.Hte., Brumadinho, Caeté, Ibirité, Jeceaba e Sabará, em escolas e comunidades.

11 11057 - Simplesmente Inédito
Baluarte Agência de Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.560.676/0001-89
Processo: 01400.035781/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 389.830,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

"Simplesmente Inédito", propõe uma série de seis apresentações que objetiva trazer ao conhecimento do público a produção autoral e inédita de novos compositores do choro brasileiro, destacando recentes, e até então, desconhecidos talentos em plena atividade nas escolas de música e rodas de choro populares em todo o país.

11 8220 - Coral Infantil Eco II
Eco Ensino Musical e Produções S/C Ltda ME
CNPJ/CPF: 03.778.899/0001-66
Processo: 01400.028006/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 372.890,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Dar continuidade ao curso de Coral Infantil gratuito para 50 crianças/adolescentes que apresentarem aptidão para área musical, na faixa etária de 7 a 16 anos. Realizar duas apresentações do coral gratuitas em teatros da cidade de São Paulo para a comunidade em geral.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

11 5247 - Arte nos Hospitais
ImageMagica
CNPJ/CPF: 04.159.753/0001-03
Processo: 01400.020990/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 488.359,22
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O Projeto constitui-se na realização de 01 (uma) Exposição Fotográfica com imagens produzidas durante a execução de workshops de fotografia em hospitais, com todas as pessoas envolvidas na sua rotina: pacientes e seus acompanhantes, médicos, enfermeiros, com o objetivo de aplicar uma atividade lúdica e enriquecedora, provocando transformações no dia a dia dos participantes.

11 8784 - A Cidade e a Poesia
Beatriz Monteiro da Cunha
CNPJ/CPF: 276.092.898-50
Processo: 01400.029830/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 489.250,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Trata-se de uma exposição itinerante, interativa e multimídia que irá retratar uma cidade cuja beleza de traçado, jardins e edificações mostrará que o mesmo ideal de estética que transforma a linguagem em poesia pode sim, transformar em arte qualquer espaço de qualquer cidade. Acompanha a exposição um catálogo sobre a temática, ricamente ilustrado que será distribuído gratuitamente aos visitantes.

11 11300 - EXPOSIÇÃO: PEIXES E PESCA E OS POVOS
INDÍGENAS DO RIO NEGRO
MUSEU DA AMAZÔNIA - MUSA
CNPJ/CPF: 10.795.098/0001-74
Processo: 01400.035929/20-11
AM - Manaus
Valor do Apoio R$: 490.582,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realizar no MUSEU DA AMAZÔNIA –MUSA , a exposição " PEIXES E PESCA E OS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO" que apresentará aos visitantes do Brasil e do exterior, a relação dos povos Tukano Orientais e Arawak do rio Negro com a pesca, abordando as concepções indígenas da região relacionadas ao manejo dos peixes , suas práticas, instrumentos de pesca, consumo , formas de conservação, preparo culinário o ciclo anual de vida dos peixes e sua diversidade .

11 11356 - A Gosto da Fotografia - 7ª edição . Festival Internacional
Casa da Photographia Ltda.
CNPJ/CPF: 03.297.672/0001-07
Processo: 01400.035996/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 479.445,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O A Gosto da Fotografia em sua 7ª edição é um festival de fotografia se torna internacional. Com o apoio realizaremos 01 grande mostra internacional de fotografia, uma importante mostra coletiva de fotografia com obras selecionadas em Salvador, realizaremos mais três importantes mostras de fotografia. Será realizado também palestras, oficinas e leituras de portifólios com importantes nomes da fotografia nacional com o objetivo de movimentar o mercado local da fotografia.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)

07 12040 - Projeto de Restauração da Igreja Matriz de Conceição do Mato Dentro
Fundação Casa da Cultura de Conceição do Mato Dentro
CNPJ/CPF: 16.745.226/0001-51
Processo: 01412.000572/07-94
MG - Conceição do Mato Dentro
Valor do Apoio R$: 3.789.412,93
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto tem como objetivo a restauração total da Igreja Matriz de Conceição do Mato Dentro, e tem como foco principal salvaguardar a edificação e seus bens integrados, já que esta se encontra em risco eminente de arruinamento. Será editado um livro sobre o histórico do monumento , seu processo de restauro, e um rico glossário gráfico explicativo, das técnicas e materiais, arquitetônicos e artísticos do período barroco.

11 8137 - o congo de mascaras
Associação das Bandas de Congo de Cariacica
CNPJ/CPF: 05.932.468/0001-38
Processo: 01400.027888/20-11
ES - Cariacica
Valor do Apoio R$: 297.320,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realizaremos um workshop, com o tema O congo de Máscaras, as manifestações folclóricas Afro Brasileiras e sua influência no cotidiano das comunidades capixabas. Serão convidados a participarem a Comissão Espírito Santense de Folclore, estudantes de Faculdades das áreas de Turismo, História e Designer de Modas, e outros, além de apresentação de Grupos Folclóricos e Parafolclóricos e Mestres de Bandas de Congo do Espírito Santo.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

11 10704 - Terra - Conversação e Cultura
Suzi Maria dos Santos
CNPJ/CPF: 041.874.288-01
Processo: 01400.035573/20-11
SP - Santo André
Valor do Apoio R$: 169.690,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Realizar a edição de um livro de arte, intitulado Terra ,Conservação e Cultura, ricamente ilustrado com fotografias artísticas de edição refinada, com tiragem de 3.000 (três mil) exemplares e bilíngüe, retratando culturalmente a terra.

11 2103 - ESTUDANDO TOM ZÉ
IYÁ OMIN PRODUÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 09.261.948/0001-75
Processo: 01400.005979/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 367.000,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto destina-se à produção de um LIVRO-OBJETO experimental sobre o músico Tom Zé. Um livro de estrutura plástica expressiva que propõe uma relação de intertividade com o leitor/manuseador. Uma edição inovadora, fora dos padrões convencionais que, além de prazer intelectual, proporciona também prazer tátil e visual.

11 6796 - APARECIDA - MÃE DO BRASIL
EDITORA ALLA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.907.396/0001-06
Processo: 01400.026381/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 255.568,60
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Editar e publicar livro histórico ilustrado (com fotografias e ilustrações) Aparecida, Nossa Senhora Mãe do Brasil, que retratará a construção no imaginário brasileiro da figura mítica da Santa, bem como mostrará a história dos devotos e peregrinos.

11 3334 - Clássicos - Literatura Brasileira e Universal
Barléu Edições Ltda.
CNPJ/CPF: 05.246.975/0001-18
Processo: 01400.008275/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 684.370,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto Clássicos - Literatura Brasileira e Internacional será uma coleção composta por 56 títulos de romancistas da literatura clássica universal e brasileira dos séculos XIX e XX.

11 5380 - Estádio Palestra Itália 1570
ARTEON INTELIGENCIA CULTURAL LTDA
CNPJ/CPF: 10.868.064/0001-62
Processo: 01400.024879/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 219.105,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O projeto tem o objetivo de preservar, através de um livro de arte, a história arquitetônica e esportiva de um dos estádios mais antigos do Brasil e berço do futebol oficial em nosso país. Nele constaria, principalmente, um intróito histórico sobre a evolução do estádio, desde sua primeira construção, em 1902, até hoje. O livro fará parte das comemorações do "Momento Itália-Brasil", iniciativa que celebrará a cultura italiana no Brasil.

11 10119 - CASAS BANDEIRISTAS
Malagodi Projetos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 10.669.081/0001-70
Processo: 01400.035071/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 852.169,20
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Edição de um livro e DVD sobre as casas bandeiristas do estado de São Paulo. Construídas nos séculos XVI a XIX, em tempos coloniais, foram sedes de fazendas e bases para as expedições conhecidas como Bandeiras paulistas. Preservadas como monumentos históricos, elas integram o patrimônio cultural do Brasil, algumas dessas casas são tombadas pelo IPHAN, Condephaat ou Conpresp.

11 4837 - Acende a fogueira do meu coração
Jauá Emprendimentos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 04.232.099/0001-08
Processo: 01400.020455/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 562.925,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Trata-se da publicação de um livro e áudio livro, com textos, imagens e canções sobre as origens e as transformações das festas juninas no Brasil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 11325 - Mocidade Alegre - Carnaval 2012 - Ojuobá - No
céu, os Olhos do Rei, Na Terra a Morada dos Milagres,
G.R.C.E.S. MOCIDADE ALEGRE
CNPJ/CPF: 43.220.052/0001-86
Processo: 01400.035954/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.597.680,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Desenvolvimento, produção, promoção e realização do desfile de Carnaval do G.R.C.E.S. Mocidade Alegre, entidade carnavalesca pertencente ao Grupo Especial, no Pólo Cultural Grande Otelo, Sambódromo do Anhembi, São Paulo/ SP, em 18 de Fevereiro de 2012. O Projeto em questão viabilizará a distribuição de 2.000 (duas mil) fantasias para a Comunidade.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 11066 - TOURNÊE DE DIVULGAÇÃO DO CD LUGARZIN
Lydston do Nascimento Fassy
CNPJ/CPF: 265.432.146-00
Processo: 01400.035788/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 349.970,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realização de uma Tournê de Shows do CD LUGARZIM, do músico Ladston do Nascimento, para divulgação de trabalho por 10 cidades do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, São João Del Rey, Diamantina, Perdões, Rio Casca, Divinópolis, Ipatinga e Ouro Preto. Serão realizadas 10 apresentações.
11 10333 - TUDO VIRA SOM
Cristiani Araujo Macedo
CNPJ/CPF: 770.004.395-72
Processo: 01400.035260/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 264.000,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Projeto que pretende dar continuidade, seguindo o mesmo formato de sucesso, ao processo que teve início em novembro de 2010 com o início das apresentações do grupo MAMETTO e convidados, no Pelourinho, valorizando a música como arte e forma de expressão.
11 11363 - Tournée Nacional Celso Fonseca - No meu filme
Polaroides Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 03.622.063/0001-78
Processo: 01400.036004/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 850.072,78
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O objetivo desse projeto é montar o show do novo disco do Celso Fonseca intitulado "No meu filme" e mostrá-lo em 10 capitais no Brasil, sendo um show por cidade, o que faz um total de 10 shows pelo projeto.
11 9624 - Margareth no Forró
Marcelo Ferreira Soares
CNPJ/CPF: 388.325.264-68
Processo: 01400.034016/20-11
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 220.188,45
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Produzir CD inédito intitulado "Margareth no Forró", com a cantora baiana reconhecida nacionalmente Margareth Menezes cantando o ritmo típico do Nordeste. Com um repertório de músicas tradicionais nordestinas e também de canções inéditas, antes do festejo de São João no Nordeste. Os shows do CD também serão levados a outras regiões e países para garantir a difusão do forró a um público diversificado.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
11 9351 - (RE) CONSTRUINDO O OLHAR ATRAVÉS DOS PROCESSOS FOTOGRÁFICOS
CINTIA GUIMARÃES SANTOS SILVA
CNPJ/CPF: 952.053.656-68
Processo: 01400.033657/20-11
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 53.750,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Desenvolver um trabalho, por meio da arte, com crianças de diversas idades numa escola de bairro (Centro Educacional Eurípedes Barsanulfo) localizado a Rua Wilson Pantaleão de Oliveira, 108 - Pacaembu, Uberlândia - MG. Esse trabalho vai envolver o estudo da fotografia e do corpo. Com o objetivo de trabalhar diferentes linguagens do campo da fotografia pelo viés do estudo do corpo.
11 7500 - ARTE URBANA: QUADRINHOS
Associação Social, de Cultura e Esporte - Vivalis
CNPJ/CPF: 13.704.749/0001-61
Processo: 01400.027152/20-11
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 443.382,60
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto "Arte Urbana: Quadrinhos" tem por objeto a realização de uma exposição de artes visuais, inspirada em histórias em quadrinhos para sensibilização e criatividade, de adolescentes de 11 a 14 anos de idade na rede pública de ensino de Campinas e São Paulo, onde inclui todas as classes sociais, prioritariamente de baixa renda, que participarão das oficinas.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 11358 - CAT - Coletivo de Artes Trancoso
Cake`s produções e promoções de evento LTDA
CNPJ/CPF: 03.393.562/0001-30
Processo: 01400.035998/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.903.700,00
Prazo de Captação: 23/11/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O festival "CAT - Coletivo de Artes Trancoso" apresentará obras contemporâneas de diversos segmentos artísticos, artes plásticas, música, intervenções, teatro, dança. A proposta é que os artistas criem trabalhos site-specific, ou seja, pensados especialmente para agregar ao ambiente local e ao festival e sejam apresentados de maneira inusitada.

PORTARIA Nº 676, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 527, de 25 de julho de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, RESOLVE:
Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor dos projetos culturais relacionados nos anexos I e II a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO I

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 12446 - Concerto de Leitura
UNI DUNI EDITORA DE LIVROS LTDA
CNPJ/CPF: 08.226.569/0001-81
MG - Belo Horizonte
Valor Complementar em R$: 66.000,00
09 6957 - Publicação do Livro de Fotografias Mulheres Admiráveis
Carnasciali & Vermelho - Tecnologia em Educação, Cultura
e Responsabilidade Sócio - Ambiental Ltda.
CNPJ/CPF: 08.911.053/0001-76
PR - Apucarana
Valor Complementar em R$: 3.000,00
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 2950 - Dois de Julho.
Cipó - Comunicação Interativa
CNPJ/CPF: 03.083.873/0001-01
BA - Salvador
Valor Complementar em R$: 11.900,00
11 1648 - Mulheres e Grávidas
Fundo Infinito Texto e Imagem Ltda.
CNPJ/CPF: 07.724.954/0001-96
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 41.745,00
ANEXO II
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
10 10862 - Grandes Temas das Tradições Brasileiras de Música e Dança
Associação Cultural Cachuera!
CNPJ/CPF: 02.910.189/0001-85
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 17.597,00

PORTARIA Nº 677, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 527, de 25 de julho de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:
Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados no anexo à esta Portaria, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
09 8044 - Com um sorriso nos lábios
OPSIS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.386.912/0001-05
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
10 4986 - Restaurar é Preservar
Fundação Weiss Scarpa
CNPJ/CPF: 73.808.784/0001-52
PR - Pinhais
Período de captação: 23/09/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 678, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 527, de 25 de julho de 2011 e o inciso I do art. 3º da Portaria nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:
Art. 1º - Aprovar a alteração do nome dos projetos abaixo relacionados:
PRONAC: 11 8084 - "Festa da Luz", publicado na portaria n° 0634/11 de 01/11/2011, publicada no D.O.U. em 03/11/2011, para "Galeria da Luz".
Art. 2º - Alterar o enquadramento do projeto abaixo relacionado:
PRONAC: 11 2454 - "Canções Brasileiras" publicado na portaria n. 0250/11 de 09/05/2011, publicada no D.O.U. em 10/05/2011.
Onde se lê: ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
Leia-se: ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA -
(ART.18, §1º)
PRONAC: 11 3198 - "CENTRO CULTURAL NAÇÃO BRASIL", publicado na portaria n. 0367/11 de 01/07/2011, publicada no D.O.U. em 04/07/2011.
Onde se lê: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
Leia-se: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
PRONAC: 10 10313 - ENCONTRO MARCADO EM SÃO LOURENÇO", publicado na portaria n. 0155/11 de 24/03/2011, publicada no D.O.U. em 25/03/2011.
Onde se lê: ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
Leia-se: ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

RETIFICAÇÃO

No prazo de captação do projeto na portaria de aprovação Nº. 0140/10 de 06/04/2010, publicada no D.O.U. em 07/04/2010, Seção 1, referente ao Processo: 01400.027570/2009-43, Projeto "Com um sorriso nos lábios" - Pronac: 09 8044.
Onde se lê: Prazo de captação: / / a / /
Leia-se: Prazo de captação: 07/04/2010 a 31/12/2010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 3.604/MD, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a aplicação de disciplinas, recompensas, medidas regulamentares e normativas aos militares lotados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 47, 146, 147 e 148 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e no inciso IX do art. 1º do Anexo do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, resolve:

Art. 1º Para efeito de disciplina e recompensas, o pessoal militar lotado na administração central do Ministério da Defesa submete-se ao Regulamento e às Normas da Força à qual pertence, cabendo sua aplicação:

I - aos Comandantes Militares das Forças, quando se tratar de Oficial-General do último posto; e

II - ao Oficial-General da ativa, lotado na administração central do Ministério da Defesa, e de maior precedência hierárquica de cada Força Singular, quando se tratar de militar de sua Força.

Parágrafo único. As dispensas de serviço como recompensa poderão ser concedidas pelos Chefes das Unidades integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Defesa, sejam civis ou militares.

Art. 2º Cabe, ainda, ao Oficial-General de maior precedência hierárquica de cada Força Singular, lotado na administração central do Ministério da Defesa, a aplicação das normas e das medidas administrativas estabelecidas por sua Força, às quais devam ser submetidos os militares de sua respectiva Força, lotados na administração central do Ministério da Defesa.

Parágrafo único. Para o cumprimento do estabelecido no caput deste artigo, o Oficial-General poderá expedir ato complementar com a finalidade de adequar a aplicação, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, das normas e das medidas administrativas de sua Força.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Normativa nº 891/MD, de 27 de junho de 2007.

CELSO AMORIM

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6680ª SESSÃO ORDINÁRIA REALÇIZADA EM EM 17 DE NOVEMBRO DE 2011 (QUINTA-FEIRA).

Presidência do Exmº Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmºs Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

Antes de iniciar os trabalhos o Exmº Sr. Juiz-Presidente, com grande pesar, comunicou ao Tribunal Marítimo, o falecimento no dia 11 de novembro, do Vice-Almirante (Refº) ALOYSIO MENDES LOPES, que por quatro anos foi Presidente deste Tribunal, no período de 13 de maio de 1977 a 14 de maio de 1981.

O elevado conceito deste Tribunal muito se deve ao espírito nobre do Presidente e amigo Almirante Aloysio. A Missa de sétimo dia será celebrada hoje às 18h30min na igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

23.949/2009, 23.992/2009, 24.766/2010, 25.024/2010, 25.790/2011 e 25.816/2011 do Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves; 25.706/2011, 25.718/2011 e 25.836/2011 do Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras; 24.296/2009 do Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos e 24.005/2009 do Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 25.682/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a balsa "SÃO MARCOS", ocorridos no rio Piauí, Indiaroba, Sergipe, em 16 de junho de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Delta Navegação e Serviços Ltda. (Responsável pela balsa).

Nº 25.736/2011 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação do tipo Hobie Cat 16 e o jet-ski "CMV", ocorrido no rio Guaíba, praia de Ipanema, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 07 de setembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Jonas Dornelles (Condutor inabilitado).

Nº 26.230/2011 - Acidente da navegação envolvendo o BM "NOVA ESPERANÇA", não inscrito, e uma balsa não identificada, ocorrido no rio Amazonas, entre o canal do Vieira e o canal da Conceição, Pará, em 08 de setembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Adielson Serrão Souza (Condutor inabilitado).

JULGAMENTO

Nº 23.670/2008 - Acidente da navegação envolvendo a chata "BORBOLETA IV" e o jet-ski "PALITY'S", ocorrido na represa de Guarapiranga, São Paulo, em 09 de junho de 2007.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Reinaldo Costa (Proprietário/Condutor), Advª Drª Maria Aparecida Pappi Simões da Silva Santos (OAB/SP 120.234). Decisão por unanimidade quanto ao mérito e por maioria quanto à pena, nos termos do voto da Exmª Srª Juíza-Relatora: julgar procedente os termos da representação da Douta Procuradoria em sua promoção de fls. 47/49, considerando o acidente da navegação, previsto no artigo 14, letra "a" da lei nº 2.180/54, e suas consequências, como decorrente da conduta imprudente e imperita de REINALDO COSTA e condená-lo à pena de Repreensão, prevista no artigo 121, inciso I, c/c o art. 128, com as atenuantes do art. 139, inciso IV, letras "a" e "d" da mesma lei. Custas na forma da lei. O Exmº Sr. Juiz-Revisor votou com a Exmª Srª Juíza-Relatora, contudo, aplicou à pena de R$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo acompanhado pelo Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos e Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Havendo empate, aplica-se a pena de repreensão, nos termos do art. 164, inciso III, letra "a", do Regimento Interno Processual do Tribunal. Oficiar à Capitania dos Portos de São Paulo, agente da Autoridade Marítima, comunicando as infrações, apuradas pelos Peritos (fls. 06/09), por descumprimento à NORMAM 03 nos seus itens 0509, 0425, 0341e 0211, estas por parte do Sr. REINALDO COSTA, na condição de proprietário do jet-ski "PALITY'S e ainda ao item 0211 da mesma NORMAM 03, por parte do SILVIO FRANCISO HOHNRATH, na condição de proprietário da embarcação "BORBOLETA IV".

Nº 24.400/2009 - Acidente da navegação envolvendo a LM "MARLIN I", ocorrido em Porto Novo, Rio Grande, Rio Grande do Sul, em 29 de julho de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Rubens de Souza Rocha (Comandante), Adv. Dr. Cláudio dos Santos Moraes (OAB/RS 26.295) e Lopes e Mello Desembaraços Marítimos Ltda. (Armadora), Advª Drª Célia dos Santos (OAB/RS 32.939). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência da LOPES e MELLO DESEMBARAÇOS MARITIMOS LTDA., 2ª representada, condenando-a a pena de multa de R$ 3.000,00 (três mil reais) e RUBENS DE SOUZA ROCHA, 1º representado, pela imperícia, à pena de repreensão. Custas para a 2ª representada.

Nº 24.795/2010 - Acidente da navegação envolvendo o BP "MARCO ZERO" e o ferry boat "SANTA CATARINA XIII", ocorrido no rio Itajaí-Açu, na travessia entre Itajaí e Navegantes, Santa Catarina, em 15 de agosto de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Julio Terra Freitas (Condutor), Advª Drª Dione da Fonseca Passos Bittencourt (DPU/RJ) e José Renato da Cunha (Mestre), Adv. Dr. Mário Henrique de Souza (OAB/SC 24.027). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência dos representados, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria e, considerando as circunstâncias e consequências do acidente, e a atenuante prevista no art. 139, inciso IV, letra "d" e por serem primários, com fulcro no art. 121, c/c o art. 127, todos da Lei n° 2.180/54, aplicar à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), cumulativamente com a pena de Repreensão ao primeiro representado, JÚLIO TERRA FREITAS, condutor do B/P "MARCO ZERO", e à pena de Repreensão ao segundo representado, JOSÉ RENATO DA CUNHA, mestre do ferry boat "SANTA CATARINA XIII". Custas processuais divididas por igual.

Nº 24.784/2010 - Fato da navegação envolvendo o NM "LIBERTAS", de bandeira croata, e um clandestino, ocorrido durante a travessia do porto de Jorf Lasfar, Marrocos, para o porto de Ponta da Madeira, São Luís, Maranhão, Brasil, em 30 de agosto de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Blago Milasevic (Comandante), Adv. Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503). Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de provável negligência dos tripulantes de serviço, exculpar o Representado Blago Milasevic, Comandante do navio, por negativa de autoria e mandar arquivar os Autos.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL

Nº 25.829/2011 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome e uma passageira, ocorrido no rio Capim, nas proximidades da cidade de São Domingos do Capim, Pará, em 13 de janeiro de 1982.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito por decurso de tempo e mandar arquivar o inquérito, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.848/2011 - Fato da navegação envolvendo o jet-ski "BISKAIA II" e um tripulante, ocorrido nas proximidades da praia de Ipanema, rio Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 23 de dezembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável negligência da própria vítima fatal, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.876/2011 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "SÃO BRAZ" e uma passageira, ocorrido no rio Mariaí, nas proximidades de Breves, Pará, em 03 de outubro de 2003.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito por decurso de tempo e mandar arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.888/2011 - Acidente da navegação envolvendo o NM "ANITA I", ocorrido no cais da marina do clube Jacarandá, Ribeirão do Jacaré, Adolfo, São Paulo, em 06 de junho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.893/2011 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "DONA BRANCA", ocorrido na marina do condomínio Porto Belo, Mangaratiba, Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.909/2011 - Fato da navegação envolvendo o Rb "CONFIANÇA XI" e um tripulante, ocorrido na orla fluvial de Belém, Pará, em 01 de setembro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.928/2011 - Fato da navegação envolvendo o Rb "SEACOR COLUMBUS", de bandeira dos Estados Unidos da América, e um aquaviário, ocorrido no Terminal Alfandegário de Imbetiba, Macaé, Rio de Janeiro, em 28 maio de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.942/2011 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome e uma passageira, ocorrido no rio Pará, nas proximidades da cidade de Bagre, Pará, no ano de 1991.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito por decurso de tempo e mandar arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.860/2011 - Ato, não caracterizado como acidente ou fato da navegação, envolvendo o NT "FLUMAR ARATU", ocorrido no Terminal da Dow Química, canal de Cotegipe, baía de Todos os Santos, Salvador, Bahia, em 16 de maio de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: mandar arquivar os autos, conforme promoção da Douta Procuradoria, em razão de o incidente apurado no inquérito não se enquadrar no rol taxativo de fatos ou acidentes da navegação.

Nº 25.921/2011 - Fato da navegação envolvendo o BM "DOIS IRMÃOS" e uma passageira, ocorrido no rio Tocantins, nas proximidades da ilha Jatualha, Cametá, Pará, em 11 de julho de 1998.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da provável imprudência do proprietário do barco, mandando arquivar o processo, conforme promoção da Douta Procuradoria, em razão da prescrição.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Mônica de Jesus Assumpção.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h18min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Em 17 de novembro de 2011.

LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIVISÃO JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
E PROCESSAMENTO DE FEITOS

NOTAS PARA ARQUIVAMENTO (PEM)

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 67, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria da Marinha, com pedido de Arquivamento:

N° do Processo: 26165/2011
Acidente / Fato:
ALAGAMENTO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: NICK / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: LANCHA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ILHA DOS REMÉDIOS / BARRA DO SUL-SC
Data do Acidente: 24/03/2011
Hora:
Data Distribuição: 02/08/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 26208/2011
Acidente / Fato:
DEFICIÊNCIA NA EMBARCAÇÃO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SCENARIUM / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: LANCHA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO CUIABÁ / PORTO CERCADO - MT
Data do Acidente: 19/03/2011
Hora:
Data Distribuição: 16/08/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 26226/2011
Acidente / Fato:
ASSALTO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: FEDERAL AGNO / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: GRANELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: BAIA DE MARAJÓ / PROXIMIDADES DE VILA DO CONDE - PA
Data do Acidente: 15/12/2009
Hora: 04:00
Data Distribuição: 29/08/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 26338/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: BENÇÃO DE JESUS / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO LIMOEIRO / NAS PROXIMIDADES DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURÚ-PA
Data do Acidente: 10/06/1990
Hora:
Data Distribuição: 04/10/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 25911/2011
Acidente / Fato:
FURTO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: KL BREVIKFJORD / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: REBOCADOR
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: PORTO DE BELÉM / ARMAZÉM 12 - CIA DOCAS DO PARÁ - BELÉM-PA
Data do Acidente: 01/01/2011
Hora: 01:09
Data Distribuição: 17/05/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 26245/2011
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO FLUTUANTE / EMBARCAÇÃO
Tipo: FLUTUANTE
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PORTO DA PANAIR / RIO NEGRO - MANAUS - AM
Data do Acidente: 01/05/2010
Hora: 02:30
Data Distribuição: 29/08/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 26272/2011
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PANDORA II / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: LANCHA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: BAIA DE SÃO VICENTE / IATE CLUE BAÍA DE SÃO VICENTE-SP
Data do Acidente: 27/12/2009
Hora: 04:20
Data Distribuição: 13/09/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 26300/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BARCO A MOTOR
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO CAJUBINHA / ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MUANÁ - PA
Data do Acidente: 23/12/1998
Hora:
Data Distribuição: 20/09/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 26305/2011
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: IMPERIAL EAGLE / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: NAVIO MERCANTE
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: TERMINAL DA ANGLO FORROS / SANTANA - AP
Data do Acidente: 30/05/2011
Hora: 16:00
Data Distribuição: 20/09/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
PEM: LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 25578/2011
Acidente / Fato:
AVARIA OU DEFEITO NAS MÁQUINAS - MOTORES - CALDEIRAS E APARELHOS AUXILIARESDERIVA DA EMBARCAÇÃO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: OCEAN VICTORY / EMBARCAÇÃO DE LONGO CURSO
Tipo: GRANELEIRO
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE MARIUPOL - UCRÂNIA X BRASIL / PORTO DE VILA DE CONDE - BARCARENA -PA
Data do Acidente: 20/01/2009
Hora:
Data Distribuição: 15/02/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 26295/2011
Acidente / Fato:
INCÊNDIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SURFER 1871 / EMBARCAÇÃO DE CABOTAGEM
Tipo: LANCHA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: PORTO DE GUAMARÉ / 6 MILHAS DO PORTO - GUAMARÉ - RN
Data do Acidente: 18/11/2010
Hora: 10:45
Data Distribuição: 20/09/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
PEM: GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Em 21 de Novembro de 2011.

ANGELA CARNEVALE

Chefe da Seção de Processamento de Feitos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 1.446, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/05/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, considerando o que consta do Processo nº 006517/2010, resolve:

aplicar à empresa MICRO MORE COMPUTERS - COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA LTDA, com sede à Av. Augusto de Lima, no. 407, sala 1608, centro, BELO HORIZONTE-MG, CEP 30190-912, inscrita no CNPJ 11.349.648/0001-94, as penas de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 06 (seis) meses, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2010NE902831, bem como sua rescisão, face à inexecução parcial no cumprimento das obrigações assumidas através do contrato mencionado, tudo com fundamento nas subcláusulas 7.1, 7.1.6, 7.2, 7.2.1 e 7.3, determinando ainda, o registro das punições junto ao SICAF, como determina o subitem 7.5, todos do contrato nº 990/2010.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

PORTARIAS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/05/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, resolve:

Nº 1.465 - aplicar as penas de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 01 (um) ano, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato nº 951/2010 (Nota de Empenho nº 2010NE904517), bem como sua rescisão, à empresa ESPAÇO PERFIL ESTÉTICA, NUTRIÇÃO PERSONAL E ATIVIDADES FÍSICAS LTDA, com sede à Rua Virgílio Val, nº 197, centro, Viçosa-MG, CEP: 36570-000, inscrita no CNPJ 12.083.412/0001-11, pela inexecução parcial no cumprimento das obrigações assumidas com esta Instituição através do contrato mencionado, tudo com fundamento nos subitens 7.1, 7.1.6, 7.2, 7.2.2, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando ainda, o registro das punições e descredenciamento junto ao SICAF, como determina o subitem 7.5 do instrumento contratual. (Processo nº 015943/2010)

Nº 1.466 - aplicar à empresa NEW FOODS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA, com sede à época da contratação Rua Azevedo Soares, nº 930, sala 02, Bairro Tatuapé, São Paulo-SP, CEP 03322-001, inscrita no CNPJ 09.503.498/0001-80, as penas de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 06 (seis) meses, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2009NE903157, bem como sua rescisão, face à inexecução total no cumprimento das obrigações assumidas com esta Instituição através do contrato mencionado, tudo com fundamento nos subitens 12.1, 12.1.6, 12.2 e 12.2.2 do Edital de Pregão nº 628/2009, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando ainda, o registro das punições e descredenciamento junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, como determina o subitem 12.5 do Edital. (Processo 012752/2009)

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 457, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e considerando o RELATÓRIO SERES/DIREG/COREG Nº 035/2011, conforme consta do Processo no 23000.006905/2006-92, Registro SAPIEnS no 20060001377, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização do curso de Direito, bacharelado, pleiteado pelo Instituto de Ensino Superior de Ouro Fino, atual Faculdades Integradas ASMEC, com sede no Município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais, na Avenida Professor Dr. Antônio Eufrásio de Toledo, nº 100, Bairro Jardim dos Ipês, mantida pela Sociedade Sul Mineira de Educação e Cultura S/C Ltda., atual UNISEP - União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda., com sede na Rodovia SP 95, KM 46,5, Bairro Martírio, no Município de Amparo, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 458, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC n° 200816214, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização do Curso Superior de Tecnologia em Logística, pleiteado pela Faculdade de Tecnologia ITEPA, na Rua General Vitorino nº 229, Centro, no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Instituto Técnico de Educação Porto Alegre Ltda., com sede no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 459, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC n° 200816216, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, pleiteado pela Faculdade de Tecnologia ITEPA, na Rua General Vitorino nº 229, Centro, no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Instituto Técnico de Educação Porto Alegre Ltda., com sede no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 460, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC n° 200913915, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização do curso de Medicina, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de Tecnologia de Teresina, na Avenida João XXII, nº 4.500, Bairro São Cristovão, na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, mantida pelo Centro de Educação Tecnológica de Teresina - CET - Francisco Alves de Araújo Ltda., com sede na cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 461, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC n° 200802511, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização do curso de Letras, licenciatura, pleiteado pela Faculdade Metropolitana de Anápolis, na Avenida Fernando Costa, nº 49, Vila Jaiara, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás, mantida pelo Instituto Metropolitano de Educação e Cultura Ltda, com sede no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 462, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC n° 201007210, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização do curso de Enfermagem, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Presbiteriana Augusto Galvão, na Praça Castro Alves nº 01, Centro, no município de Campo Formoso, no Estado da Bahia, mantida pelo Colégio Augusto Galvão, com sede no município de Campo Formoso, no Estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

PORTARIA Nº 421, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA), no uso de suas atribuições legais, resolve:

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os Processos de Seleção de alunos estrangeiros UNILA/2012 serão desenvolvidos pelos Ministérios da Educação ou órgãos correlatos dos países interessados,sob coordenação da UNILA, de acordo com regras estabelecidas Portaria.

Art. 2º Os alunos estrangeiros serão selecionados pelo Ministério da Educação, ou correlatos, dos países convidados, mediante instrumento firmado entre UNILA e os representantes dos países interessados.

Art. 3º As seleções a serem desenvolvidas no ano de 2011 pelos países mencionados no artigo 2º são válidas apenas para o ingresso no primeiro semestre do ano letivo de 2012 e para as vagas ofertadas por curso.

TÍTULO II - DOS CANDIDATOS

Art. 4º Estão aptos para a participação no Processo Seletivo UNILA/2012, estabelecido na presente Portaria, todos aqueles que:

a) concluíram ou estão em vias de concluir o Ensino Médio (ou equivalente);

b) sejam maiores de 18 (dezoito) anos;

c) tenham a nacionalidade do país que o selecionou.

TÍTULO III - DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

Art. 5º Para inscrição no Processo de Seleção UNILA/2012 caberá a cada candidato o contato com o Ministério da Educação ou órgão correlato de seu país de origem, bem como o cumprimento das exigências legais realizadas pelo mesmo e asdispostas nesta Portaria.

TÍTULO IV - DOS CURSOS E VAGAS

Art. 6º Serão ofertadas aos países participantes do Processo Seletivo de alunos estrangeiros UNILA/2012, 50% (cinquenta por cento) das vagas disponíveis em todos os cursos qestarão em funcionamento na Universidade Federal da Integração Latino-Americana no ano de 2012.

Art. 7º Existindo vagas ociosas, a UNILA poderá, no limite de tempo estipulado em Calendário Acadêmico, após as matrículas de primeira chamada, elevar ou diminuir o número de vagas ofertadas a cada um dos países envolvidos, bem como de vagas ofertadas a brasileiros.

TÍTULO V - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 8º O candidato ao Processo Seletivo de alunos estrangeiros UNILA/2012 será avaliado segundo critérios estipulados pelo Ministério da Educação de cada país de origem ou órgão correlato.

Art. 9º Os candidatos deverão ser selecionados e classificados levando-se em conta um único curso de seu interesse e o número de vagas disponibilizadas a cada país.

Art. 10 A reopção de curso para alunos de outros países obedece aos mesmos critérios legais estipulados aos brasileiros, sendo vedada no primeiro período letivo de estudos, conforme § 4º, artigo 47, da Portaria 108/2010 - UNILA.

Art. 11 Cabe a cada Ministério da Educação ou órgão correlato encaminhar relação de classificados por curso, de acordo com o número de vagas ofertadas ao país, via comunicação oficial, à Universidade Federal da Integração Latino-Americana, até 20 de janeiro de 2012.

Parágrafo único: A correspondência mencionada no caput deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico seleccion.alumnos2012@unila.edu.br e ao seguinte endereço físico: Avenida Tancredo Neves, 6731, Itaipu, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, CEP: 85867-970, salientando-se que os documentos deverão estar sob os cuidados da PROGRAD-UNILA.

Art. 12 A relação mencionada no artigo anterior deverá ser organizada por curso, mantendo-se a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 13 A relação de classificados deverá conter:

a) Nome completo do candidato selecionado;

b) Número de Identidade do candidato;

c) Endereço residencial completo do candidato, inclusive com Código Postal;

d) Idade do candidato;

e) Ano de conclusão do Ensino Médio ou equivalente;

f) Endereço eletrônico do candidato.

Art. 14 Recebida a relação, a UNILA publicará os nomes dos selecionados.

Art. 15 Existindo, para uma única carreira, maior número de interessados em relação às vagas disponíveis, o Ministério da Educação do país de seleção ou órgão correlato poderá elaborar listagem de espera organizada por curso, comunicando oficialmente a UNILA sobre a existência do documento em pauta.

§ 1º Não havendo o comparecimento, no período de matrícula, de candidato classificado, a UNILA entrará em contato com o Ministério da Educação do país ou seu órgão correlato requerendo a convocação de candidato constante em listagem de espera do curso e esclarecendo o prazo máximo para que o candidato compareça para a matrícula.

§ 2º O candidato convocado, nos termos do parágrafo anterior, está sujeito ao cumprimento de todo o disposto na presente Portaria.

§ 3º Cabe ao Ministério da Educação do país ou órgão correlato responsável pela seleção, o envio dos dados dos convocados, nos termos do parágrafo 2º, à UNILA em até 05 (cinco) dias úteis após o contato da universidade.

§ 4ºA listagem mencionada no artigo anterior deverá também obedecer ao estipulado nos artigos 11, 12 e 13.

§ 5º A UNILA publicará a listagem de convocados de cada país para a matrícula em nova chamada, imediatamente após o recebimento das informações.

§ 6º Não havendo o comparecimento do candidatos convocados em segunda chamada, a UNILA poderá remanejar a(s) vaga(s) em aberto para outros países, inclusive o Brasil.

§ 7º A substituição de candidatos far-se-á até o preenchimento total das vagas, oferecidas para o ano letivo, e dentro do limite de prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

TÍTULO VI - DO TRANSLADO

Art. 16 Todos os custos referentes ao translado do país de origem até à Universidade Federal da Integração Latino-Americana são de inteira responsabilidade do candidato selecionado, não havendo a possibilidade de reembolso.

Parágrafo único. O estipulado no caput é aplicado também ao retorno de alunos ao país de origem na ocasião das férias ou de outros eventos.

TÍTULO VII - DA ENTRADA E DO REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIROS NO BRASIL

Art. 17 O candidato selecionado deverá apresentar-se às autoridades migratórias brasileiras (nas aduanas ou nos aeroportos), de posse do documento de viagem, imediatamente após o desembarque.

Parágrafo único. Nos termos do Art. 24 da Lei 6815/1980, é responsabilidade do estrangeiro procedente do exterior o registro de entrada e saída do país, sob pena de multa na ausência do registro.

Art. 18 O estudante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o ingresso no Brasil, deverá apresentar-se ao Ministério da Justiça, representado pelo Departamento de Polícia Federal, para requerer Registro Nacional de Estrangeiro (RNE).

§ 1º A Secretaria de Relações Internacionais informará aos alunos selecionados os requisitos para requerimento do Registro Nacional de Estrangeiro.

§ 2º A obtenção de documentos requisitados, bem como o pagamento de quaisquer taxas, é de responsabilidade do aluno.

TÍTULO VIII - DA MATRÍCULA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Art. 19 Para efetivar sua matrícula na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, o candidato selecionado deverá comparecer ao seguinte endereço: Avenida Tancredo Neves, 6731, Itaipu, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, entre os dias 13 a 17 de fevereiro de 2012, das 9h00 até às 16h30.

Art. 20 Somente serão efetivadas as matrículas de candidatos selecionados, maiores de 18 (dezoito) anos, que apresentarem os seguintes documentos:

I - uma cópia autenticada do documento de identidade com o qual se inscreveu no Processo Seletivo UNILA/2012;

II - uma foto recente ¾, frontal;

III - uma cópia do Comprovante de Residência no país de origem;

IV - uma cópia autenticada da Certidão de Nascimento ou Casamento sem tarjas, dobras e legível, legalizadas no consulado do Brasil no país de origem, ou uma cópia autenticada do Certificado de Nacionalidade, expedido no Brasil pelo consulado do país de origem;

V - duas cópias autenticadas do diploma ou da Certidão de Conclusão do Ensino Médio ou equivalente, legalizadas no consulado do Brasil, no país de origem (exceto para candidatos advindos de países parte do MERCOSUL);

VI - duas cópias autenticadas do Histórico Escolar do Ensino Médio ou equivalente, legalizadas no consulado do Brasil, no país de origem (exceto para candidatos advindos de países parte do MERCOSUL);;

VII - uma cópia autenticada do Diploma de Nível Universitário, devidamente registrado, quando se tratar de candidato já graduado no Nível Superior de Ensino, legalizada no consulado do Brasil, no país de origem (exceto para candidatos advindos de países parte do MERCOSUL);

VIII - duas cópias autenticadas do Visto Temporário IV aposto no passaporte (tendo até 30 dias, após a sua chegada para obter o registro junto ao Departamento de Polícia Federal), no caso de alunos oriundos de países não pertencentes ao Mercosul;

IX - duas cópias autenticadas do cartão de entrada no Brasil, no caso de alunos oriundos de países pertencentes ao Mercosul.

§ 1º Os certificados de cursos, nível Ensino Médio ou equivalente, emitidos no exterior estão sujeitos a processo de revalidação no Brasil, conforme legislação brasileira vigente.

§ 2º Caberá ao aluno, no Brasil, sob orientação da PROGRAD-UNILA, o contato com a Secretaria de Estado de Educação para a revalidação de seus estudos de nível médio, em um prazo de no máximo dois anos de curso na UNILA.

§ 3º Os documentos escolares a serem apresentados no ato da matrícula devem, obrigatoriamente, ter passado pela autoridades escolares e de Relações Exteriores do país de origem e do país receptor que se encontram naquele (Decreto MERCOSUL/CMC/DEC 006/06; Deliberação 009/2011 - CEE e Instrução 010/2010 - SEED)

§ 4º Ficam excetuadas da intervenção, mencionada no parágrafo acima, os documentos de candidatos selecionados pela Argentina, devido a Acordo de Simplificação de Legalização de Documentos Públicos, publicado em Diário Oficial nº 77, de 23 de abril de 2004.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 5º Entende-se por cópia autenticada aquela cuja conferência com o original seja confirmada por escrivão ou tabelião juramentado do país de origem ou aquelas autenticadas por servidor da UNILA, desde que estas estejam acompanhadas dos originais.

§ 6º Não serão aceitos documentos rasurados ou com assinatura não identificada.

§ 7º A apresentação do Diploma de Nível Universitário, inciso VII, de modo algum isenta o candidato da apresentação dos documentos elencados nos incisos V e VI.

§ 8º As cópias dos documentos relacionados neste artigo deverão ser legíveis (anverso e verso), em uma única peça, quando com a última característica assim for o original.

§ 9º Nos termos do Art. 48 da Lei 6815/1980, o aluno estrangeiro não estará regularmente matriculado na instituição, mesmo apresentando todas as demais documentações, anteriormente a seu registro no Departamento de Polícia Federal/Ministério da Justiça, comprometendo-se a UNILA a proceder na forma do parágrafo único referido dispositivo, a saber, comunicar o Ministério da Justiça.

§ 10 Obtido o registro junto ao Departamento de Polícia Federal/Ministério da Justiça, referido no item VIII, o candidato deverá providenciar Cadastro de Pessoa Física (CPF) junto à Receita Federal do Brasil.

Art. 21 A falta de qualquer um dos documentos anteriormente relacionados impossibilitará a efetivação da matrícula do candidato, não cabendo recurso, nem lhe sendo facultada a matrícula condicional.

Art. 22 O candidato classificado que não comparecer pessoalmente ou não constituir procurador para efetuar a matrícula, no prazo estabelecido, perderá o direito à sua vaga até a data limite fixada no Artigo 17.

Parágrafo único: A UNILA substituirá o candidato faltante, conforme regras colocadas no artigo 15 da presente Portaria.

Art. 23 Será desligado da instituição, o aluno ingressante, regularmente matriculado, que apresentar, por escrito, pedido de desistência de vaga no curso .

Parágrafo único: A UNILA substituíra o candidato, conforme regras colocadas no artigo 15 da presente Portaria.

Art. 24 Perderá o vínculo com a Instituição, o aluno ingressante, regularmente matriculado, que deixar de comparecer, sem justificativa, a todas as aulas de seu curso até o décimo dia letivo correspondente ao semestre de ingresso.

§ 1º A justificativa referida no caput deverá ser encaminhada à PROGRAD-UNILA na vigência dos dez primeiros dias letivos.

§ 2º A PROGRAD-UNILA somente acolherá justificativas de ausência, quando acompanhadas, fundadas, motivadas e comprovadas de documentação legal comprobatória dos motivos da ausência e recebidas até o décimo dia letivo do semestre de ingresso do aluno.

§ 3º A UNILA substituíra o candidato, conforme regras colocadas no artigo 15 da presente Portaria.

Art. 25 Somente após a efetivação de sua matrícula, o aluno oriundo de outro país poderá requisitar os benefícios da assistência estudantil.

Art. 26 A matrícula do aluno na Universidade Federal da Integração Latino-Americana implica na aceitação de todas as normas educacionais do Brasil e da instituição.

Art. 27 Em hipótese alguma será permitida a permuta de curso ou de turno entre os candidatos classificados no Processo Seletivo .

TÍTULO IX - DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Art. 28 A UNILA poderá conceder ao estudante estrangeiro benefícios de Assistência Estudantil (alimentação, transporte, moradia) segundo critérios governamentais, estabelecidos no Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES e normas internas.

Art. 29 Os benefícios são destinados aos alunos provenientes da rede pública de educação e pertencentes a famílias com baixa renda, sendo utilizado para análise os critérios do governo brasileiro.

Art. 30 Para participar da seleção pleiteando benefícios da Assistência Estudantil o aluno deverá:

a) Estar regularmente matriculados em curso de graduação;

b) Preencher requerimento de solicitação e cadastro socioeconômico;

c) Apresentar documentos comprobatórios solicitados pela Secretaria de Assistência Estudantil, sempre que solicitado.

Art. 31 Os alunos beneficiados por programas de Assistência Estudantil ficam sujeitos às normas estabelecidas em regulamentos próprios da Secretaria de Assistência Estudantil.

Art. 32 Os alunos que reprovarem por falta serão desligados dos programas de Assistência Estudantil.

TÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 Será eliminado, a qualquer época, mesmo depois de matriculado, o candidato que, comprovadamente, para realizar o Processo Seletivo UNILA/2012, tiver usado documentos e/ou informações falsas ou outros meios ilícitos.

Art. 34 Os casos omissos serão resolvidos pela UNILA - Comissão Organizadora do Processo Seletivo, Portaria 407/2011.

Art. 35 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLGIO HENRIQUE CASSES TRINDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PORTARIA Nº 8.806, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 2857 de 16/07/2009, publicado no BUFRJ Nº 15 de 23/07/2009 resolve:

Tornar público que não houve candidatos aprovados no processo seletivo simplificado para provimento de 01(uma) vaga para professor temporário, para o setor de Organização da Informação: Análise, Indexação e recuperação da Informação do Curso de Biblioteconomia e Gestão da Unidade da Informação prevista no Edital nº 82 de 20/07/2011, publicado no DOU nº 140, seção 3 de 22/07/2011.

JOSÉ ROBERTO DOURADO MAFRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.233, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do processo 23080.009730/2010-17 e do item 11.3 do Edital do Concurso, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 26 de novembro de 2011, o prazo de validade do concurso público para a carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para o Colégio de Aplicação do Centro de Ciências da Educação, campo de Conhecimento: Pedagogia - Anos Iniciais, objeto do Edital n° 22/DDPP/2010 de 23/04/2010, homologado pela Portaria n° 1251/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 26/11/2010.

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 1.234, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, do processo 23080.009721/2010-18 e do item 11.3 do Edital do Concurso, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 26 de novembro de 2011, o prazo de validade do concurso público para a carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para o Colégio de Aplicação do Centro de Ciências da Educação, campo de Conhecimento: Sociologia, objeto do Edital n° 22/DDPP/2010 de 23/04/2010, homologado pela Portaria n° 1253/DDPP/2010, publicada no Diário Oficial da União de 26/11/2010.

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS

PORTARIA Nº 68.023, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Chefe do DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS do BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso da competência que lhe confere o art. 22, inciso XVIII, do Regimento Interno, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, resolve:

Art. 1º - Delegar ao Chefe-Adjunto da unidade as seguintes competências previstas nos arts. 22 e 97 do Regimento Interno:

I - determinar a localização interna e efetuar o remanejamento do pessoal entre os componentes administrativos;

II - decidir sobre pedidos externos de acesso a transações ou informações de banco de dados sob gestão da unidade;

III - autorizar a concessão e o encerramento das contas Reservas Bancárias e de Liquidação;

IV - autorizar a alteração dos horários de liquidação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação e dos lançamentos do Banco Central no Sistema de Transferência de Reservas (STR);

V - autorizar a alteração da grade de horários de todos os subsistemas que efetuam lançamentos no STR;

VI - determinar a exclusão de participante da Compe.

Art. 2º - Delegar ao Chefe-Adjunto da Unidade e ao Chefe da Deban/Gemon as seguintes competências previstas no art. 97 do Regimento Interno:

I - autorizar a devolução, antes do horário-padrão de liberação, de depósito prévio para a participação em sessão da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), quando caracterizada a sua constituição indevida;

II - acionar o mecanismo de otimização do STR.

Art. 3º - Delegar aos Consultores e ao Coordenador do Gabinete a competência prevista no art. 23, inciso I do Regimento Interno:

I - autorizar a concessão de passagens, o pagamento de diárias, adiantamentos e outras despesas de viagens:

a) no País, no interesse da unidade;

b) ao exterior, no interesse da unidade, após autorização da autoridade competente.

Art. - 4º Delegar aos Chefes de Subunidade e ao Coordenador do Gabinete a competência prevista no art. 23, inciso II, do Regimento Interno, para autorizar o credenciamento de usuários nas diversas transações do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen), com exceção daquelas que:

I - gerenciem o cadastro de parâmetros dos compulsórios;

II - gerenciem contas e saldos do STR (consulta e atualização de parâmetros do STR relativos ao saldo mínimo na conta Reservas Bancárias e transferência de saldo dessa conta para o Departamento de Liquidações Extrajudiciais - Deliq, em caso de liquidação);

III - permitam o detalhamento de informações de cliente (nome e CPF ou CNPJ) nas consultas às mensagens recebidas e enviadas no STR; e

IV - permitam inclusão, exclusão e consulta a mensagens passíveis de serem enviadas pelo serviço de contingência telefônica do STR.

Art. 5º - Delegar aos ocupantes das funções comissionadas abaixo discriminadas a competência prevista no art. 97, inciso I, alínea c, do Regimento Interno, para autorizar, no caso de cobrança indevida ou de reforma da decisão que motivou a sua cobrança, o cancelamento ou a devolução de:

I - multas, no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Multas (SGM), e custos financeiros:

a) Chefe-Adjunto do Deban;

b) Chefe da Deban/Diban;

c) Coordenador da Deban/Diban/Sucom;

d) Coordenador da Deban/Diban/Suban-RJ; e

e) Coordenador da Deban/Diban/Suban-SP.

II - tarifas do STR:

a) Chefe-Adjunto do Deban;

b) Chefe da Deban/Gemon;

c) Coordenadores da Deban/Gemon.

Art. 6º - Fica revogada a Portaria nº 66.288, de 19 de julho de 2011.

DASO MARANHÃO COIMBRA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 22 de novembro de 2011

Nº 211 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 168ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 22 de novembro de 2011, foi celebrado os seguintes Convênios ICMS:

CONVÊNIO ICMS 113, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera o Convênio ICMS 158/94, que dispõe sobre concessão de isenção do ICMS nas operações que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 22 de novembro de 2011, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O § 1º da cláusula primeira do Convênio ICMS 158/94, de 7 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira .....".

§ 1º No Distrito Federal, o disposto nesta cláusula se estende às saídas de combustíveis e de mercadorias destinadas à edificação de imóveis de uso das entidades mencionadas no "caput" desta cláusula.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega, Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Carlos Martins Marques de Santana, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Valdir

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Moysés Simão, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso -Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Rubens Aquino Lins, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí -Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins.

CONVÊNIO ICMS 114, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera o Convênio ICMS 11/09 que autoriza os Estados do Acre, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins e o Distrito Federal a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 22 de novembro de 2011, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 11/09, de 3 de abril de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - os §§ 2° e 3°da cláusula primeira:

"§ 2º Fica o Estado do Maranhão autorizado a prorrogar o prazo previsto no caput desta cláusula para 31 de dezembro de 2009."

§ 3º Ficam os Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe autorizados a alterar o prazo previsto no caput desta cláusula, para 31 de dezembro de 2010.";

II - os §§ 10 e 11 da cláusula segunda:

"§ 10 Ficam os Estados do Rio Grande do Norte e de Sergipe autorizados a:

I - prorrogar até 30 de junho de 2012 o prazo previsto no caput desta cláusula;

II - prorrogar até 31 de dezembro de 2010, o prazo previsto no inciso I do § 1º desta cláusula."

"§11 Fica o Estado de Alagoas autorizado, nos termos estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, a alterar o prazo previsto:

I - no caput desta cláusula, para até 30 de dezembro de 2011;

II- - no inciso I do § 1º desta cláusula, para até 31 de dezembro de 2010.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega, Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Carlos Martins Marques de Santana, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Valdir Moysés Simão, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso -Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Rubens Aquino Lins, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí -Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins.

CONVÊNIO ICMS 115, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza o Estado do Acre a conceder isenção do ICMS nas saídas internas realizadas pela campanha ACRE SOLIDÁRIO 2011.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 22 de novembro de 2011, tendo em vista o disposto a Lei Complementar n°. 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica o Estado do Acre autorizado a conceder isenção do ICMS nas saídas internas realizadas com mercadorias recebidas em doação pela campanha ACRE SOLIDÁRIO 2011, cuja renda será revertida para operacionalização de ações sociais.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2011.

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega, Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Carlos Martins Marques de Santana, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Valdir Moysés Simão, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso -Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Rubens Aquino Lins, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí -Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a normalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Fica restabelecida a normalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) da empresa SantaMate Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 01.706.643/0001-18.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado, sem prejuízo de sua força normativa, o Ato Declaratório Executivo Cofis nº 58, de 9 de novembro de 2011.

ANTONIO ZOMER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a anormalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º-A da Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Fica caracterizada a anormalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) da empresa Frutilla Indústria e Comércio de Bebidas Ltda, CNPJ 10.589.259/0001-73, considerando o disposto no art. 13, § 4º, da Instrução Normativa RFB nº 869, de 2008.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO ZOMER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a anormalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º-A da Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Fica caracterizada a anormalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) da empresa Águas Minerais Sarandi Ltda, CNPJ 97.318.943/0001-07, considerando o disposto no art. 13, § 4º, da Instrução Normativa RFB nº 869, de 2008.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO ZOMER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a anormalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º-A da Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Fica caracterizada a anormalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) da empresa Água da Serra Industrial de Bebidas Ltda, CNPJ 80.936.685/0001-11, considerando o disposto no art. 13, § 4º, da Instrução Normativa RFB nº 869, de 2008.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO ZOMER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a normalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Fica restabelecida a normalidade no funcionamento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) da empresa C. Irmãos Indústria de Bebidas Ltda, CNPJ 08.190.634/0001-66.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado, sem prejuízo de sua força normativa, o Ato Declaratório Executivo Cofis nº 72, de 17 de novembro de 2011.

ANTONIO ZOMER

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE-MS, tendo em vista a competência destacada no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de Fevereiro de 2009, combinado com o artigo 307 da Portaria MF nº 587 de 21 de Dezembro de 2010, e demais dispositivos constantes na Instrução Normativa RFB nº 1.209 de 7 de Novembro de 2011 e no Processo nº 10477.720101/2011-19, declara:

Art. 1º - Inscrito no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro o SR. VALDIR JOSÉ FERRARI, CPF: 075.432.148-73, Registro nº 1A.00.331.

Art. 2º - Revogar o Ato Declaratório Executivo nº 60/2011 de 18/11/2011, publicado no DOU de 22/11/2011 - Seção 1 - Página 33.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO DE BARROS CUNHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 406, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 104, inciso V, do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, e 688 do Decreto 6.759/09; artigos 23, 24 e 27 e inciso I do Decreto-Lei nº 1.455/76; artigos 505 e 506 do Regulamento do IPI, Decreto 7.212/2010; artigos 334, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940-Código Penal; artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000453/2011-25.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000157/2011, folhas 01 a 03 do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 407, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de 04 de novembro de 1981, e artigo 104, inciso V, do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, e 688 do Decreto 6.759/09; artigos 23, 24 e 27 e inciso I do Decreto-Lei nº 1.455/76; artigos 505 e 506 do Regulamento do IPI, Decreto 7.212/2010; artigos 334, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940-Código Penal; artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000404/2011-92.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000156/2011, folhas 01 a 04 do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 408, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 104, inciso V, do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, e 688 do Decreto 6.759/09; artigos 23, 24 e 27 e inciso I do Decreto-Lei nº 1.455/76; artigos 505 e 506 do Regulamento do IPI, Decreto 7.212/2010; artigos 334, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940-Código Penal; artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000342/2011-19.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000125/2011, folhas 01 a 05 do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 409, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 104, inciso V, do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, e 688 do Decreto 6.759/09; artigos 23, 24 e 27 e inciso I do Decreto-Lei nº 1.455/76; artigos 505 e 506 do Regulamento do IPI, Decreto 7.212/2010; artigos 334, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940-Código Penal; artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000441/2011-09.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000162/2011, folhas 01 a 04 do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 411, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara o Perdimento de Veículo apreendido

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda n º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e no item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e artigo 104, inciso V, do Decreto-Lei nº 37/66, regulamentados pelos artigos 673, 674, 675, inciso I, e 688 do Decreto 6.759/09; artigos 23, 24 e 27 e inciso I do Decreto-Lei nº 1.455/76; artigos 505 e 506 do Regulamento do IPI, Decreto 7.212/2010; artigos 334, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940-Código Penal; artigos 136, 137 142, 194, 195, da Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000402/2011-01.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, o veículo discriminado no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000164/2011, folhas 01 a 04 do processo em referência, tornando-o destinável de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 100, de 22 de abril de 2002.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 412, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 587, de 21 de dezembro de 2010, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, no item 07, letra B da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, e Arts. 2º, 3º e §1º do Decreto-Lei nº 399/68 regulamentado pelo art. 693 c/c 689, inciso X do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, inciso IV, §1º, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 14108.000207/2011-51.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº 0130100/SAANA000027/2011, do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

MAURO CELSO GOMES FERREIRA

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010; atendidas as exigências do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, alterado pelo Decreto nº 6.810, de 30/03/2009; da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de Agosto de 2001; da IN SRF nº 267/2002; com base no LAUDO CONSTITUTIVO Nº 001/2011 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e conforme consta no processo administrativo nº 18365.720265/2011-15, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 84.098.383/0001-72, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Implantação do empreendimento da empresa para MOVIMENTAÇÃO DE CARGA até 4.000.000 (quatro milhões) de toneladas, na área da atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do ano-calendário de 2011.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 521, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Superintendente da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21.12.2010, publicada no DOU de 23.12.2010, resolve:

Art. 1º. O procedimento de habilitação de pessoa física e do responsável por pessoa jurídica, para a prática de atos no Siscomex, nas modalidades simplificada e especial, conforme disposto no artigo 2º da Instrução Normativa SRF nº 650, de 12 de maio de 2006, para os interessados que poderiam optar pelas unidades de despacho da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional dos Guararapes/Recife - ALF/REC e Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Suape - ALF/SPE, será efetuado exclusivamente na Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Recife - IRF/Recife.

Parágrafo único. Os procedimentos de habilitação existentes até a data de entrada em vigor desta portaria, na ALF/REC e na ALF/SPE, deverão ser concluídos nas respectivas unidades.

Art. 2°. No caso de bagagem desacompanhada e demais hipóteses previstas no inciso II do art. 17 da IN SRF nº 650/2006, a vinculação no Siscomex entre a pessoa física e o representante nomeado poderá ser efetuada na unidade de despacho.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor em 28 de novembro de 2011.

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

Redução do IRPJ e Adicionais não Restituíveis.

Laudo Constitutivo Nª 0011/2011 - declara cumpridas as condições p/empresa usufruir da redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%, a partir do ano - calendário de 2011, término do prazo: ano - calendário de 2020.

Base legal : art. 13, da Lei nº 4.239/63, art. 1º do DL nº 1564/77 alterações introduzidas pelo art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14/01 e art. 3º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, com nova redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 c/c IN.SRF nª 267, de 23 de dezembro de 2002, arts. 59,60 e 61.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 553, do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto n.º 3.000, de 26/03/1999, e pelo artigo 295, inciso VI , do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, DOU 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 13609.720578/2011-40, resolve:

Declarar que a empresa beneficiária da redução: PLASTUBUS LTDA, CNPJ Nº 01.230.897/0001-02, estabelecida à Rua Bela vista, 213 - Ribeirão das Neves-MG, CEP: 33.933-190,Unidade Operacional CNPJ Nº 01.230.897/0005-36, estabelecida Rua João José Pereira Filho, s/nº , Qd 02, Lote 01-Galpão 19, Distrito Industrial Luiz Cavalcante, Tabuleiro dos Martins-Maceió/AL, CEP: 57.081-000, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais não restituiveis, inicio do prazo: ano-calendário de 2011, término do prazo: ano-calendário de 2020, (início dos efeitos: data da apresentação à SUDENE do requerimento devidamente instruído, § 7º do art. 553 do RIR), do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados com base no Lucro da Exploração, em conformidade art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e nos termos do art. 551, do RIR/99 c/c IN.SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, arts. 59,60 e 61 em relação a atividade objeto da redução: Fabricação de tubos e conexões de PVC, condição onerosa atendida: Instalação de empreendimento industrial na área de atuação da SUDENE, setor prioritário: Indústria de Transformção - Materias Plásticos, Capacidade Instalada: 13.331.136 kg/ano.

Para gozo do direito à Redução acima declarado, a empresa beneficiária deverá demonstrar e destacar na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos de que se compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMUNDO TOJAL DONATO JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 152, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com base na competência delegada pela Portaria DRF Recife nº 49, de 22 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 02/03/2011, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.729398/2011-29, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 29.520 (vinte e nove mil, quinhentos e vinte) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BACARDI-MARTINI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 59.104.737/0009-54, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o n.º 04101/045, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
WILLIAM LAWSON'S FINEST BLENDED SCOTCH WHISKY	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, idade até 4 anos	29.520

PAULO JOSÉ ANTUNES DE LIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 153, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com base na competência delegada pela Portaria DRF Recife nº 49, de 22 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 02/03/2011, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 10480.730445/2011-87, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 1.036.920(um milhão e trinta e seis mil, novecentos e vinte) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, e 33.792(trinta e três mil, setecentos e noventa e dois) selos de controle, tipo Uísque Miniatura, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa DIAGEO BRASIL LTDA., CNPJ nº 62.166.848/0003-04, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/034, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BUCHANAN'S AGED 12 YEARS	Caixas de 6 garrafas de l litro,40 GL, idade 12 anos	10.422
JW RED LABEL	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40 GL, idade até 8 anos	742.920
JW BLACK LABEL 12 YEARS OLD MINI	Caixas de 192 garrafas de 50 ml, 40 GL, idade 12 anos	18.624
BUCHANAN'S AGEND 18 YEARS	Caixas de 6 garrafas de 750 ml,40 GL, idade 18 anos	3.474
J&B RARE	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40 GL, idade 18 anos	14.592
JW GREE LABEL	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade 18 anos	1.452
OLD PARR	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40 GL, idade até 8 anos	79.896
LOGAN DELUXE SCOTH WHISKY-AGED 12 YEARS	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40 GL, idade 12 anos	13.572
JW RED LABEL MINI	Caixas de 192 garrafas de 50 ml, 40 GL, idade até 8 anos	15.168
JW RED LABEL BIG SIZE	Caixas de 6 garrafas de 2 litros,40 GL, idade até 8 anos	630
JW BLACK LABEL 12 YEARS OLD	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40 GL, idade 12 anos	79.608
WHITE HORSE	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40 GL, idade até 8 anos	57.888
OLD PARR SUPERIOR	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos	5.796
DIMPLE	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos	3.318
BLACK E WHITE	Caixas de 6 garrafas de 1 litro, 40 GL, idade até 8 anos	23.352

PAULO JOSÉ ANTUNES DE LIRA

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

PORTARIA Nº 134, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Reinclui pessoas jurídicas no REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, considerando a competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a exclusão das pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	PROCESSO	NOME EMPRESARIAL	PORTARIA DE EXCLUSÃO
13.413.398/0001-30	10530.724798/2009-91	DISCULTURA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	2302/2009
13.927.785/0001-94	10530.724027/2009-01	ADEMÁRIO MIRANDA FIGUEREDO	2262/2009
14.261.945/0001-71	10530.720765/2010-13	CAFÉ IRECE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	2302/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL LUIZ COUTINHO MACHADO

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 236, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição nº 023.714.876-51 em duplicidade, em nome da contribuinte CORINA ALVES SILVA, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 10680.726612/2011-39.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 238, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição nº 075.755.836-45 em duplicidade, em nome da contribuinte KELLY MICHELLE DE JESUS, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 13603.723192/2011-40.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 307, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF No. 587, de 21 de dezembro de 2010,considerando o disposto no inciso III Art. 30 e Art. 31 da IN SRF nº 1042, de 10 de junho de 2010, resolve:

1º. Cancelar de Ofício no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição nº 101.852.496-71, em nome de Carlos Eduardo Rocha, concedida em multiplicidade, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 10675.722.290/2011-28.

2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

NILSON ALVES PONTES JUNIOR

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Aplica sanção administrativa.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do § 8º do art. 76 da Lei Nº 10.833/2003, observando o disposto no § 9º do art. 76 da mencionada Lei, combinado com o inciso II do art. 9º da Instrução Normativa SRF Nº 682/2006 e tendo em vista o que consta do Processo Nº 10600.720001/2011-20, decide:

Art.1º Aplicar a empresa HELICÓPTEROS DO BRASIL LTDA. - CNPJ Nº 20.367.629/0001-81, a sanção administrativa de ADVERTÊNCIA no exercício de atividades relacionadas com as operações de comércio exterior, prevista no inciso I do art. 76 da Lei Nº 10.833/2003, por transgressão do disposto na alínea "i" do inciso I do art. 76 da referida Lei.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de sua publicação.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, de 05 de setembro de 2005, publicado no Diário Oficial da União nº 176, de 13 de setembro de 2005, Seção 1, Pág. 7. Onde se lê: CNPJ nº 02.394.276/0002-27. Leia-se: CNPJ nº 02.394.276/0002-08.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara suspensa da imunidade e isenção tributária o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS, nos termos do art. 32, Parágrafos 3º e 10º da Lei 9.430/96, declara:

Art. 1º - De acordo com a REPRESENTAÇÃO FISCAL DE SUSPENSÃO DA IMUNIDADE E ISENÇÃO lavrada em 18 de novembro de 2011, formulada pelo AFRFB SERGIO MIYA, matr. 19.764, DECLARO o contribuinte abaixo identificado SUSPENSO da imunidade e da isenção previstas nos arts. 150, inc, VI, alíneas "b" e "c" da CF e 15 da Lei 9.532/97, no período de 01/01/2006 a 31/12/2011, pela ocorrência das situações excludentes conforme a seguir:

Razão Social:	SNC - SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO
CNPJ:	07.450.131/0001-10
Endereço:	AV CAMPOS SALES, 946, CENTRO, CAMPINAS/SP
Descrição das situações excludentes:	Suas atividades não se enquadram em nenhuma das atividades das entidades imunes e suas receitas advém da prática de atividades econômicas, incompatíveis com suas finalidades sociais, bem como remunerou seus dirigentes pelos serviços prestados, não reunindo condições, portanto, para gozar dos benefícios da imunidade e da isenção.
Período Excluído:	No período de 01/01/2006 a 31/12/2011.
Fundamentação legal da exclusão:	Art. 150, inc. VI, alíneas "b" e "c" da CF; art. 32, parágrafos 3o e 10o da Lei 9.430/96; art. 15, parágrafo 3o, c/c arts. 12, 13 e 14 da Lei 9.532/97.

Art. 2º - A suspensão da imunidade e da isenção surtirá os efeitos previstos no art. 16 da IN/SRF/Nº. 113/98.

Art. 3º - Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Artigo 32, parágrafo 6º da Lei 9.430/96, relativamente ao procedimento acima, à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas.

Art. 4º. - Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a suspensão da imunidade e da isenção tornar-se-á definitiva.

WALMIR MARTINEZ THOMAZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Regulariza situação de pessoa jurídica declarada inapta mediante reativação de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do artigo 1º da Portaria DRF/OSA nº 140, de 26 de outubro de 2011, considerando o que consta no processo administrativo 10314.002622/2010-72, com fundamento no § 1º do art. 38 e § 4º do art. 39 da IN RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º REGULARIZAR a situação da pessoa jurídica ZABECCA PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ 00.731.020/0001-32, em razão da apresentação da Décima Sétima Alteração Contratual, registrada na JUCESP sob o nº 429.191/10-8, em sessão de 01/12/2010, e da apresentação do recibo de entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais referente ao exercício de 2010/DIPJ 2010, que consta no sistema da RFB.

Art. 2º O presente Ato Declaratório, regularizando a inscrição no CNPJ, conforme o art. 44 da IN RFB 1.183/2011, produzirá efeito a partir de 15/07/2011, data da entrega da DIPJ 2010.

CELSO MASSAHARU KANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex),de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do artigo 1° e inciso I do artigo 4º da Portaria DRFOSA n° 140, de 26 de outubro de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Osasco, no endereço: Rua Avelino Lopes, 156, Centro - Osasco/SP.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO MASSAHARU KANO
Chefe Substituto

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

47.657.200/0001-85	00.740.989/0001-70	03.492.945/0001-66	96.330.634/0001-81
02.912.775/0001-69	01.519.631/0001-84	04.298.714/0001-89	45.975.059/0001-33
60.212.792/0001-90	67.431.049/0001-70	02.651.904/0001-02	52.951.308/0001-16
01.751.329/0001-57	61.632.915/0001-04	01.331.449/0001-03	01.166.062/0001-30
60.794.815/0001-11	02.462.994/0001-93	04.498.391/0001-77	01.821.041/0001-01
47.657.218/0001-87	61.173.639/0001-63	00.535.259/0001-37	50.570.464/0001-01
45.591.492/0001-75	47.342.290/0001-15	74.442.666/0001-36	04.824.656/0001-80
67.339.317/0001-28	02.644.473/0001-57	68.141.274/0001-34	02.129.379/0001-60
01.362.731/0001-40	03.971.203/0001-13	04.836.204/0001-18	53.599.700/0001-00
04.356.859/0001-99	03.610.148/0001-36	54.893.011/0001-77	01.254.852/0001-78
02.675.090/0001-46	64.874.035/0001-32	57.244.386/0001-02	01.109.415/0001-60
03.751.966/0001-59	00.635.788/0001-02	68.232.818/0001-73	04.309.774/0001-50
62.510.227/0001-34	67.595.512/0001-19	02.268.537/0001-62	03.235.258/0001-65
52.559.176/0001-81	72.838.113/0001-71	73.052.821/0001-45	04.514.854/0001-47
03.250.416/0001-56	04.434.422/0001-26	68.344.597/0001-25	05.336.034/0001-75
03.837.279/0001-50	03.423.583/0001-51	96.501.051/0001-76	02.405.069/0001-20
67.539.379/0001-83	00.589.913/0001-95	00.714.161/0001-47	00.535.442/0001-32
01.677.891/0001-88	02.457.529/0001-64	59.675.629/0001-84	03.374.401/0001-08
02.819.903/0001-24	04.511.271/0001-62	62.666.359/0001-50	03.106.139/0001-02
64.805.195/0001-20	60.950.748/0001-87	00.170.646/0001-17	04.744.286/0001-70
04.196.715/0001-12	65.536.252/0001-85	45.923.893/0001-85	55.826.986/0001-45
51.242.873/0001-41	00.281.342/0001-27	02.253.719/0001-60	66.671.173/0001-40
62.920.582/0001-81	59.046.987/0001-28	03.958.912/0001-69	64.504.087/0001-17
96.285.788/0001-07	00.676.821/0001-42	00.831.612/0001-26	00.690.428/0001-03
02.292.822/0001-19	04.028.230/0001-10	03.977.491/0001-13	55.192.082/0001-05
01.502.381/0001-70	96.165.675/0001-60	01.398.090/0001-83	05.108.533/0001-05
59.039.958/0001-39	04.149.164/0001-36	50.520.980/0001-21	00.268.376/0001-81
66.537.135/0001-07	02.878.420/0001-09	64.775.901/0001-38	04.854.825/0001-24
66.630.302/0001-51	03.578.527/0001-96	51.437.515/0001-94	04.101.278/0001-06
03.380.319/0001-88	49.258.213/0001-07	57.146.391/0001-74	62.324.355/0001-93
02.876.101/0001-56	44.376.234/0001-03	02.879.709/0001-34	00.862.126/0001-75
59.061.093/0001-07	49.759.681/0001-65	04.611.879/0001-69	

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 13162.720017/2011-37 e com fundamento no inc. II do art. 37, no inc. I e § 3° do art. 39, da IN-RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de número 13.129.799/0001-62, da empresa BEATRIZ PEREIRA 82672296120, desde a data de publicação deste Ato, em razão desta não ter sido localizada no endereço informado no referido cadastro.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica, acima referida, a partir da data da publicação deste Ato, nos termos do art. 43 da IN-RFB nº 1.183/11.

CELSO MASSAHARU KANO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

PORTARIA Nº 87, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pedido, as pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme registrado no processo administrativo a seguir indicado.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DATA DE EFEITO
68.918.309/0001-07	SONDOBASE GEOTECNIA, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÕES LTDA	19651.720028/2011-91	01/11/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CÉSAR AGOSTINHO COSTA
Delegado

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.566	Luís Rogério Freire Fernandes	942.541.920-53
10A.04.568	Ana Paula Batista Gimenez	020.962.400-00
10A.04.569	Bruno da Silva Lopes	021.316.230-03
10A.04.570	Clarice Vepo do Nascimento	009.800.630-43
10A.04.571	Guilherme Cadó Fernandes	018.805.740-47
10A.04.572	Luciele de Paula Legal	011.629.810-32
10A.04.573	Rafaela Silva dos Santos	014.887.810-52
10A.04.574	Uriel Freitas Dornelles	013.954.350-30
10A.04.575	Victória dos Santos Ferreira	008.123.670-06

Art. 2º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação do Diário Oficial da União.

CLAUDIO AFONSO JAUREGUY MONTANO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10D.02.103	Jair Lopes	610.169.930-72
10D.02.104	Marcus Mauriti Pereira Azambuja	987.925.710-34
10D.02.105	Sander Vera Gottfried	996.742.890-20
10D.02.107	Ana Lucia Pereira Adolfo	791.509.420-34
10D.02.108	Gracela Benites de Oliveira	960.959.970-20

Art. 2º. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.01.544	Jair Lopes	610.169.930-72
10A.03.496	Marcus Mauriti Pereira Azambuja	987.925.710-34
10A.03.048	Sander Vera Gottfried	996.742.890-20
10A.03.977	Ana Lucia Pereira Adolfo	791.509.420-34
10A.04.130	Gracela Benites de Oliveira	960.959.970-20

Art. 3º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIO AFONSO JAUREGUY MONTANO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 777, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 22.11.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 23.11.2011;

V - data da liquidação financeira: 23.11.2011;

VI - data-base das NTN-B: 15.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

X - quantidade para o público: até 1.500.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

XI - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN data-base (R$)	Adquirente
NTN-B	760199	15.08.2016	6,0%	1.727	Até 1.500.000	1.000,000000	Público
NTN-B	760199	15.08.2018	6,0%	2.457	Até 1.500.000	1.000,000000	Público
NTN-B	760199	15.08.2022	6,0%	3.918	Até 1.500.000	1.000,000000	Público
NTN-B	760199	15.08.2018	6,0%	2.457	Até 4.000.000	1.000,000000	Bacen
NTN-B	760199	15.08.2022	6,0%	3.918	Até 4.000.000	1.000,000000	Bacen

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no Art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Cod. Selic	Data-base	VNA
NTN-B	760199	15.07.2000	2.089,509704

Art. 4º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 25, de 4 de agosto de 2011, que consistirá na aquisição de NTN-B com as características apresentadas abaixo, pelas cotações de venda apuradas na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 22.11.2011;

II - Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

III - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

IV - data da liquidação financeira: 23.11.2011;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN data-base (R$)
NTN-B	760199	15.08.2016	6,0%	1.727	Até 300.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2018	6,0%	2.457	Até 300.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2022	6,0%	3.918	Até 300.000	1.000,000000

Parágrafo único. divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

Art. 5º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 4º, corresponderá a 20% (vinte por cento) da quantidade vendida ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º. A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 22 de novembro de 2011

Nº 65 - Ref.: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR no 59000.001092/2010-78. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. ASSUNTO: Apuração dos fatos noticiados no Processo nº 59000.002224/2005-11, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do procedimento apuratório. Vistos e examinados os autos do Processo Administrativo Disciplinar e considerando os fundamentos contidos no Parecer CONJUR/MI nº 780/2011 (fls. 207/211) e nas razões expostas no Despacho nº 3778/2011/CSMI/CORIN/CRG/CGU-PR (fls. 223/225), e com fulcro no art. 168 da Lei n° 8.112/90, de 11 de dezembro de 1.990, DECIDO: a) acolher o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (fls. 150/202); b) reconhecer a prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública para aplicação de penalidades administrativas, no caso em comento, conforme sugestão da CONJUR/MI; c) arquivar este processo. d) cientificar desta decisão a Controladoria-Geral da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 447, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Institui o manual "Convênios: Caderno de Orientações" no âmbito da Secretaria Nacional de Defesa Civil, detalhando a forma de apresentação do Plano de Trabalho e do Projeto Básico para convênios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 30 do Decreto nº 7.274, de 04 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Instituir o manual de instruções voltado para interessados em repasses de recursos por meio de transferência voluntária, denominado "Convênios: Caderno de Orientações", revisão de agosto de 2011, no âmbito da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Parágrafo único. O manual, identificado no caput deste artigo, encontra-se disponível no sítio eletrônico da Secretaria Nacional de Defesa Civil: www.defesacivil.gov.br

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 5º, 11 e 13, III, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e artigo 10 da Lei n° 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; em cumprimento a decisão judicial, em sede de tutela antecipada, proferida no Processo Judicial nº 5022657-87.2010.404.7100/RS, proposta por Zilda Torriani Aveline; considerando o Ofício nº 17.728/2011/PRU/RS - AGU; e considerando Memorando nº 877/2011/CCJ/CGJUDI/CONJUR-MJ/CGU/AGU, resolve:

Nº 2.533 - Art. 1° Retificar a Portaria nº 1054, de 30 de maio de 2008, publicado no DOU de 02 de junho de 2008 para conceder o Sra. ZILDA TORRIANI AVELINE, portadora do CPF nº 334.805.160-68, o pagamento mensal no valor de R$ 2.175,00, conforme pedido sucessivo e de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.559/2002, em razão do cumprimento de decisão judicial, em sede de tutela antecipada, proferido nos autos do Processo Judicial nº 5022657-87.2010.404.7100/RS.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 37, caput, da Constituição Federal, arts. 5°, 11, 13, III, 53 e 54 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e nos arts. 10 e 12 da Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, considerando os fundamentos constantes no parecer conclusivo, aprovado por unanimidade, na sessão plenária do dia 10 de novembro de 2011, referente ao requerimento de anistia nº 2002.01.12475, resolve:

Nº 2.534 - Art. 1º Instaurar processo de revisão da Portaria nº 2517, de 21 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U no dia 26 de dezembro de 2006 em que foi reconhecida a condição de anistiado político post mortem de Domingos Borges de Lima e concedida reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada a Eridan Borges Serique, Raimunda Borges de Lima e Eliane Borges Rocha Lima.

Art. 2º Fixar o prazo de 10 (dez) dias para apresentação das alegações de defesa, junto ao protocolo da Comissão de Anistia, a contar da ciência ou divulgação oficial da presente Portaria Ministerial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme preceituam os arts. 26, 59 e 66, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e art. 12 da Lei n° 10.559, de 13 de novembro de 2002.

Art. 3º Delegar à Comissão de Anistia a competência para deflagração do procedimento contraditório, expedindo-se notificação para apresentação de defesa, bem como análise e pronunciamento após a manifestação do Interessado.

Art. 4° Autue-se. Publique-se. Intime-se.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 22 de novembro de 2011

N° 1.528 - Processo nº 08802.011894/2011-09. Interessado(a): Pedro de Oliveira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 066 de 8 de janeiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 354/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

N° 1.529 - Processo nº 08802.012365/2011-14. Interessado(a): Pedro Motta de Mendonça
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0256 de 8 de março de 2005, nos termos da NOTA n.º 355/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

N° 1.530 Processo nº 08802.012370/2011-27. Interessado(a): Pedro Paulino de Farias
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1734 de 3 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 356/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

N° 1.531 - Processo nº 08802.012396/2011-75. Interessado(a): Paulo Roberto de Carvalho Campos
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 210 de 29 de janeiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 357/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.532 - Processo nº 08802.012379/2011-38. Interessado(a): Paulo Rocha de Oliveira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3640 de 14 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 358/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.533 - Processo nº 08802.011886/2011-54. Interessado(a): Paulo Teixeira de Azevedo
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1979 de 15 de julho de 2004, nos termos da NOTA n.º 359/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.534 - Processo nº 08802.011887/2011-07. Interessado(a): Paulo Lelis de Oliveira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 779 de 20 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 360/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.535 - Processo nº 08802.011248/2011-33. Interessado(a): Roberto Luiz Andrade Viana
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0735 de 25 de abril de 2005, nos termos da NOTA n.º 361/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.536 - Processo nº 08802.012225/2011-46. Interessado(a): Ruy Dultra dos Santos
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2823 de 30 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA n.º 362/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.537 - Processo nº 08802.012958/2011-81. Interessado(a): Roberto José Barbosa
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0697 de 25 de abril de 2005, nos termos da NOTA n.º 363/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.538 - Processo nº 08802.011301/2011-04. Interessado(a): Roberto Cesar Santiago
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2605 de 22 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 364/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.539 - Processo nº 08802.011952/2011-96. Interessado(a): Raimundo Teixeira do Vale
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 542 de 6 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 365/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.540 - Processo nº 08802.012025/2011-93. Interessado(a): Raimundo Tadeu do Nascimento
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2387 de 9 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 366/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.541 - Processo nº 08802.012040/2011-31. Interessado(a): Raimundo da Silva Barbosa
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 574 de 6 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA n.º 367/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.542 - Processo nº 08802.012029/2011-71. Interessado(a): Raimundo Brasil Sobrinho
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3455 de 22 de novembro de 2004, nos termos da NOTA n.º 368/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.543 - Processo nº 08802.011928/2011-57. Interessado(a): Raimundo Alves Campbell
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1225 de 5 de maio de 2004, nos termos da NOTA n.º 369/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.544 - Processo nº 08802.012038/2011-62. Interessado(a): Raimundo Bartolomeu de Oliveira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2018 de 28 de novembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 370/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.545 - Processo nº 08802.012538/2011-02. Interessado(a): Raimunda de Jesus Ferreira Contreiras
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1894 de 25 de novembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 371/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.546 - Processo nº 08802.012027/2011-82. Interessado(a): Railton de Aquino
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1473 de 4 de junho de 2004, nos termos da NOTA n.º 372/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

Nº 1.547 - Processo nº 08802.010434/2011-55. Interessado(a): Antônio Valquides de Castro Nogueira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2220 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA n.º 373/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU n.º 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei n.º 9.784, de 1999.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre as especificações técnicas básicas do documento de Registro de Identidade Civil.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, na qualidade de coordenador do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, e tendo em vista deliberação do referido Colegiado pela aprovação das especificações técnicas do documento de Registro de Identidade Civil, com base no inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.166, de 5 de maio de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a publicação das especificações técnicas básicas do documento de Registro de Identidade Civil, na forma apresentada no Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO

ANEXO

Capítulo I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS BÁSICAS DO DOCUMENTO DE REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL
Seção I
ESPECIFICAÇÕES DO SUPORTE DOCUMENTAL

1. O cartão utilizado como suporte documental para o novo documento de identificação brasileiro, e que trará o número RIC (Registro de Identidade Civil), deverá atender às normas internacionais para documentos similares, em especial às normas ISO 1073-2 e 1831 (reconhecimento óptico de caracteres), ISO 7810 (características físicas do cartão), e Documento 9303 da ICAO (documentos de viagem de leitura mecânica).

2. O cartão RIC, deverá conter as seguintes especificações técnicas básicas:

2.1. Formato:

2.1.1. Largura: 85,6 +/- 0,12 mm;

2.1.2. Altura: 53,98 +/- 0,05 mm;

2.1.3. Espessura: 0,76 +/- 0,08 mm;

2.1.4. Cantos arredondados com o raio de 3,18 +/- 0,30 mm.

2.2. Matéria prima para o Cartão:

2.2.1. O material para a confecção do Cartão RIC deverá ser 100% policarbonato, em todas as camadas, cujas características finais de resistência mecânica, ou seja, após a laminação, estejam de acordo com a norma ISO IEC 7816 - 1. A laminação do cartão deve ser brilhante.

2.3. Pré-impressos:

2.3.1. Armas da República;

2.3.2. Textos "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL", "MINISTÉRIO DA JUSTIÇA", "REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL" e "TEM FÉ PÚBLICA E VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - DECRETO Nº 7.166 DE 05/05/2010";

2.3.3. Dizeres indicativos dos campos dos dados variáveis (nome, sexo, nacionalidade, data de nascimento, data de validade, número RIC, documento de origem, RG/UF, CPF, NIS, título de eleitor, filiação, naturalidade, órgão emissor, local de emissão, data de emissão, observações);

2.3.4. Em referência ao item 2.3.3, que trata dos dizeres indicativos dos campos dos dados variáveis, por força de normativo internacional (documento ICAO 9303), a identificação dos campos relativos ao nome, sexo, nacionalidade, data de nascimento, data de validade e número RIC, deverão ser traduzidos para o inglês;

2.3.5. Desenhos de fundo;

2.3.6. Área destinada para gravação em laser da impressão datiloscópica do titular.

2.4. Dados variáveis:

2.4.1. Personalização dos campos dos dados variáveis (nome, sexo, nacionalidade, data de nascimento, data de validade, número RIC, documento de origem, RG/UF, CPF, título de eleitor, filiação, naturalidade, órgão emissor, local de emissão, data de emissão, observações);

2.4.2. Fotografia do titular (normal e efeito fantasma);

2.4.3. Impressão datiloscópica do anular direito do titular;

2.4.4. Assinatura digitalizada do titular;

2.4.5. Sigla da unidade da federação emissora do documento (integrado à impressão com tinta anti-escâner);

2.4.6. Imagens do MLI (da sigla em inglês de Multiple Laser Image);

2.4.7. Código OCR - B na Zona de Leitura Mecânica (MRZ na sigla em inglês de Machine Readable Zone);

2.4.8. Número RIC replicado sobre a borda inferior do DOV (dispositivo óptico variável);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.4.9. Número de série do cartão.

2.5. Impressões gráficas de segurança:

2.5.1. Desenho estilizado do mapa do Brasil, em verde, com efeito numismático, combinado com fundo de segurança com guilhoches e desenhos geométricos (anverso);

2.5.2. Box com linhas de fundo (campo do número RIC do anverso);

2.5.3. Microtextos positivos com a sigla "RIC" de forma repetitiva e intercalada, combinados com o fundo de segurança duplex azul/cinza com efeito íris azul/verde/azul (anverso);

2.5.4. Área destinada à impressão da fotografia do titular formando um degradê harmonioso e sobrepondo parcialmente o fundo de segurança, proporcionando uma imagem de fundo integrada (anverso);

2.5.5. Armas da República combinado com o fundo de segurança duplex azul/cinza com efeito íris azul/verde/azul, com guilhoches e microtextos "REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL" e "RIC", com erro técnico, repetitivos e intercalados (reverso);

2.5.6. Microtexto em linha contendo a inscrição "REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL" de forma repetitiva (reverso);

2.5.7. Área do MRZ (na sigla em inglês de Machine Readable Zone) com fundo de segurança constituído de linhas em formato geométrico, compondo a palavra "RIC" em efeito dissimulado, de forma repetitiva e intercalada.

2.6. Elementos de segurança:

2.6.1. DOV (Dispositivo Óptico Variável) híbrido (parte transparente e parte metalizado) com efeitos ópticos difrativos de permutação de desenhos e cores, sobrepondo-se parcialmente à fotografia do titular e trazendo imagem estilizada do Selo Nacional, a inscrição "BRASIL" e a replicação do nº RIC gravado a laser;

2.6.2. MLI (da sigla em inglês de Multiple Laser Image) composto por foto e assinatura do titular, nº RIC e unidade federativa, todos gravados a laser;

2.6.3. Gravação a laser com relevo tátil do nº RIC (campo do número RIC do anverso);

2.6.4. Imagem de segurança oculta com a inscrição "RIC", visível somente por refração da luz;

2.6.5. Relevo tátil com desenho estilizado, formado no processo de laminação do cartão;

2.6.6. Fotografia fantasma do titular, gravada a laser.

2.7. Tintas especiais:

2.7.1. Anti-stokes (up-convert) - desenho estilizado impresso em tinta visível somente sob radiação infravermelha;

2.7.2. Tinta com variação óptica - desenho estilizado em forma de seta;

2.7.3. Anti-escâner - imagem impressa em tinta especial para gravação a laser e que evidencia a tentativa de reprodução do documento por cópia digitalizada;

2.7.4. Fluorescente - inscrição "RIC" (anverso) e Armas da República estilizada (reverso) com fluorescência na cor vermelha, visível apenas sob radiação ultravioleta de onda longa.

3. Todos os pré-impressos, desenhos de fundo e microletras deverão ser confeccionados em ofsete de alta qualidade.

4. A gravação a laser (laser engraving) dos dados variáveis, incluindo fotografias, imagens do MLI, assinatura, identificação do estado emissor, impressão datiloscópica e código OCR-B, deve ser feita entre camadas do cartão, com boa qualidade e resolução. Essa gravação não deve apresentar sensibilidade ao tato, exceto na numeração RIC (campo "RIC / ID Nº").

5. Será permitida a impressão da marca identificadora da empresa responsável pela produção do cartão, desde que atendam às especificações técnicas pertinentes.

6. O arquivo matriz, contendo a arte final do cartão RIC em todas as suas formas (total, parciais, com ou sem personalização, anverso, reverso, etc.) deve ser de propriedade exclusiva do Ministério da Justiça, podendo ter sua guarda delegada a órgão subordinado, e somente deverá ser fornecido às empresas após o devido processo licitatório e mediante termo de compromisso de responsabilidade e confidencialidade.

Seção II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS

1. Especificações técnicas dos dispositivos eletrônicos embarcados no documento de Registro de Identidade Civil:

1.1. Serão embarcados dois chips no documento de Registro de Identidade Civil, um sem contato (para o RIC funcionar como um documento de viagem, padrão ICAO) e outro com contato (para questões de match-on-card e suporte a multi-aplicação).

1.2. Chip sem contato:

1.2.1. As especificações/arquiteturas do chip sem contato devem possuir características eletromagnéticas, químicas, físicas e mecânicas de acordo com as recomendações (1) ICAO DOC 9303 - Machine Readable Travel Documents; (2) ISO/IEC 14443 - Identification Cards - Contactless Integrated Circuits Cards - Proximity Cards; (3) ICAO NTWG, Use of Contactless Integrated Circuits In Machine Readable Travel Documents Technical Report;

1.2.2. As características físicas do chip sem contato devem estar no formato da ISO/IEC 7810 ou ISO/IEC 15457-1. A antena deve seguir toda a padronização estabelecida na ISO/IEC 14443. Deve possuir todas as recomendações mínimas especificadas para qualidade de impressão sobre sua superfície, resistência mecânica, recurso anticolisão, resistência a Raios-X e UV e sensibilidade para campos magnéticos descritas na ISO/IEC 14443-1, ISO/IEC 7810,ISO/IEC 10373-6 e ISO/IEC 15457-1;

1.2.3. As características de transferência de potência para acoplamento indutivo devem seguir a padronização para frequência de operação, volume de operação do campo magnético de acordo com o estabelecido na ISO/IEC 14443. A distância para leitura, de acordo com documento ICAO 9303, deve ser no máximo de 10 cm;

1.2.4. A interface de comunicação deve ser do tipo A ou tipo B. A ativação da interface, métodos e recursos anticolisão, normas para o campo magnético usado no acoplamento, formato do código de bits/bytes, comandos Request (REQ) e Answer To Request (ATQ) devem seguir as normas ISO/IEC 14443. A taxa nominal de transferência de dados entre leitor e CHIP deve ser de 424 Kbits/s ou de 848 Kbits/s;

1.2.5. A arquitetura do CHIP RFID deve conter:

1.2.5.1. Pelo menos 100.000 ciclos leitura/escrita sem erros;

1.2.5.2. No mínimo EAL 5+, com comprovação do certificado;

1.2.5.3. Recurso Write Once/Read Many;

1.2.5.4. Capacidade para retenção dos dados de 10 anos;

1.2.5.5. Suporte a aplicação BAC/AA e EAC.

1.2.6. O fornecedor do chip sem contato deverá disponibilizar a especificação do sistema operacional embarcado, detalhando o tipo de sistema operacional, as interfaces de entrada e saída de dados e rotinas internas do sistema operacional;

1.2.7. Hardware com suporte a infra estrutura de chave pública/privada permitindo os algoritmos indicados no documento ICAO 9303, assim como no mínimo todas as recomendações para tamanhos míninos da chave em relação a Country Signing CA Keys, Document Signer Keys e Active Authentication Keys:

1.2.7.1. Suporte a 3DES e AES;

1.2.7.2. Os algoritmos de hash devem ser os especificados no documento ICAO 9303;

1.2.7.3. EEPROM de no mínino 64KB.

1.2.8. A estrutura dos Data Groups no LDS deve seguir a padronizada no documento da ICAO 9303, contendo no mínimo os seguintes Data Groups:

1.2.8.1. EF.COM;

1.2.8.2. DG1 - MRZ (com todos os elementos de dados) - BAC/AA;

1.2.8.3. DG2 - Face (JPEG 2000) - BAC/AA;

1.2.8.4. DG3 - FingerPrint (WSQ) - EAC/AA;

1.2.8.5. DG14 - EAC;

1.2.8.6. DG15 - AA;

1.2.8.7. EF.SOD - Hash e Assinatura Digital.

1.2.9. A face gravada no DG2 deverá possuir no mínimo 300dpi, com aproximadamente 90 pixels entre os olhos, formato JPEG 2000, com iluminação adequada, fundo branco, posicionamento frontal, sem qualquer obstrução ou expressão facial, de acordo com o documento ICAO 9303.

1.2.10. As duas impressões digitais gravadas no DG3 deverão possuir no mínimo 500dpi, com qualidade para match em sistemas AFIS, formato WSQ, de acordo com o estabelecido no documento ICAO 9303. O acesso aos dados gravados no DG3 será efetuado exclusivamente em modo EAC.

1.2.11. A utilização de novos dados deverá seguir a especificação do documento ICAO 9303.

1.2.12. Considerações Gerais:

1.2.12.1. O fabricante deve fornecer o teste de interoperabilidade leitor/chip da ICAO, além de comprovar sua participação no teste;

1.2.12.2. O fabricante deve fornecer consultoria técnica sobre o chip, incluindo o sistema operacional embarcado, à Polícia Federal e aos Institutos de Identificação sempre que se fizer necessário;

1.2.12.3. O fabricante deve fornecer os procedimentos para instalação do microprocessador e do sistema operacional, assim como, por exemplo, as especificações utilizadas na memória ROM, RAM. Deve-se fornecer recurso de segurança para ROM, RAM e EEPROM (ou similar);

1.2.12.4. O chip e a antena não podem estar visíveis na camada de suporte do usuário;

1.2.12.5. O fabricante deverá fornecer toda segurança necessária para a não exposição de qualquer tipo de dado do chip na fase de pré-personalização até a fase de personalização;

1.2.12.6. A integridade, a autenticidade e a confidencialidade dos dados digitalmente armazenados devem estar de acordo com ICAO NTWG, PKI for Machine Readable Travel Documents Offering ICC Read - Only Acess, Technical Report;

1.2.12.7. As características citadas nesse documento poderão ser certificadas pela Polícia Federal no intuito de avaliar todo o processo de funcionamento do chip;

1.2.12.8. As considerações aqui relatadas abrangem somente aspectos técnicos básicos da arquitetura do chip sem contato, estabelecidos em normas técnicas e organizações internacionais.

1.3. Chip com contanto:

1.3.1. Todas as especificações/arquiteturas do chip com contato devem possuir características eletromagnéticas, químicas, físicas, mecânicas e de ordenamento lógico de acordo com as recomendações (1) ISO/IEC 7816 - Identification Cards, Integrated Circuit Cards; (2) ISO/IEC 19784 - Information Technology - Biometric Application Programming Interface; (3) ISO/IEC 19794 - Biometric Data Interchange Formats.

1.3.2. As características e recomendações físicas em relação à luz ultravioleta, raios-X, superfície de contato, resistência mecânica e elétrica, interferência eletromagnética, estática, temperatura de operação, torção e flexibilidade do chip com contato devem estar no formato da ISO/IEC 7816-1, ISO/IEC 7810 e ISO/IEC 10373.

1.3.3. As características de dimensão e acoplamento elétrico devem seguir as normas estabelecidas na ISO/IEC 7816-2.

1.3.4. As normas em relação a sinais e protocolos de transmissão sobre contatos elétricos, classes de operação (A, B e C, o chip deve suportar mais de uma classe; o cartão não deve ficar inoperável caso seja aplicada uma classe não suportada por esse), sinal de reset e clock, I/O; procedimentos operacionais tais quais de ativação, seleção de classe e reset, seleção de transmissão e protocolos, clock stop e desativação devem estar de acordo com o estabelecido na ISO/IEC 7816-3.

1.3.5. As características assíncronas sobre ETU, o frame de transmissão, erros do sinal e pergunta/resposta devem seguir as normas estabelecidas na ISO/IEC 7816-3.

1.3.6. Os parâmetros e escolha do protocolo de transmissão T=0 (half-duplex transmission) e T=1 (half-duplex transmission blocks) devem conter todas as normas e regras dispostas na ISO/IEC 7816-3.

1.3.7. Os padrões estabelecidos na ISO/IEC 7816-4 para interoperabilidade entre os dispositivos leitores e o chip devem ser seguidos, assim como os comandos básicos de reading, writing e updating para comunicação entre os dispositivos de todas as empresas que fornecem esse tipo de solução.

1.3.8. As normas estabelecidas para os procedimentos de registro (RID) devem seguir a norma ISO/IEC 7816-5.

1.3.9. Os padrões estabelecidos nas ISO/IEC 7816-6, ISO/IEC 7816-7 e ISO/IEC 7816-8 sobre as definições da transferência física e dados operacionais (seleção do protocolo de transmissão T=0 e T=1, o CHIP deve suportar os dois - não simultaneamente), comandos de interoperabilidade para dispositivos de leitura e questões sobre o controle da segurança do CHIP, principalmente em relação aos algoritmos de criptografia que podem ser usados, devem ser obedecidos para o CHIP com contato.

1.3.10. A arquitetura do CHIP com contato deve conter:

1.3.10.1. Pelo menos 100.000 ciclos leitura/escrita sem erros;

1.3.10.2. No mínimo EAL 5+, com comprovação do certificado;

1.3.10.3. Capacidade para retenção dos dados de 10 anos;

1.3.10.4. O fornecedor do chip com contato deverá disponibilizar a especificação do sistema operacional embarcado, detalhando o tipo de sistema operacional, as interfaces de entrada e saída de dados e rotinas internas do sistema operacional;

1.3.10.5. Suporte a 3DES e AES;

1.3.10.6. EEPROM de no mínino 64KB;

1.3.10.7. Suporte a multi-aplicação conforme Tabela 1 (a seguir);

1.3.10.8. Suporte a MOC (match-on-card).

1.3.11. Sobre os dados biométricos contidos no chip com contato, quatro impressões digitais devem conter as características especificadas nas ISO/IEC 7816-11, 19784, 19785 e 19794 e documento ICAO 9303, principalmente em relação à formação dos templates de dados biométricos utilizados e comandos de challenge.

1.3.12. "O sistema cartão/chip deve possuir homolação da ICP-Brasil para as questões do certificado digital, assim como contemplar todas as novas questões para algoritmos criptográficos (mínino RSA 2048 ou superior, como ECDSA) e de hash (mínimo SHA, famíla 2) determinadas pela ICP-Brasil."

1.3.13. As considerações aqui relatadas abrangem somente aspectos técnicos básicos da arquitetura do chip com contato, estabelecidos em normas técnicas.

2. Tabela 1- Aplicação dos chips do RIC:

Interface	Aplicação	Finalidade	Serviço	Objetos externos necessários	Condições para acesso ao serviço
Sem contato	Aplicação sem contato	Autenticação dos dados e identificação do portador.	Leitura de dados de controle do Cartão, de dados de identificação do portador e autenticação eletrônica do dados (verificação se não é falso).	Cartão; Valor MRZ. Face, Impressão Digital	Controle de acesso BAC/AA e EAC.
Com contato	Aplicação com contato	Autenticação do Cartão e identificação do portador.	Leitura dos dados de controle do Cartão, autenticação eletrônica do Dados (verificação se não é falso).	Cartão.	
			Autenticação biométrica do portador (verificação se o portador não é impostor).	Cartão; Amostra biométrica do portador	
			Leitura de dados de identificação do portador.	Cartão; Amostra biométrica do portador	Autenticação do portador.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Aplicação ICP-Brasil	Utilização de chaves e certificados digitais ICP-Brasil.	Uso de chaves ICP-Brasil: propiciar ao portador a utilização sua chave privada em atividades de autenticação e de assinatura digital na ICP-Brasil	Cartão; Amostra biométrica do portador.	Autenticação biométrica do portador;
			Leitura de certificados digitais: utilização do certificado digital em sistemas computacionais em para autenticação, assinatura digital, sigilo de dados, entre outros	Cartão.	

3. Tabela 2 - Objetos eletrônicos presentes nos chips do Cartão:

Interface	Aplicação	Objeto	Descrição
Sem contato	Controle de Acesso	Dados assinados; Chave privada de autenticação do Cartão BAC/AA e Certificados digitais necessários ao EAC.	Dados de controle do cartão e de identificação do portador. Conjunto de uma face, duas impressões digitais dos indicadores.
Com contato	Global	Modelos biométricos	Conjunto de uma face, quatro impressões digitais dos indicadores (minúcias) e a assinatura para fins de identificação eletrônica automatizada do portador.
	ICP-Brasil	Certificado digital	Cadeia de certificados digitais associada ao certificado de assinatura do portador. A geração e armazenamento do certificado digital de assinatura e da cadeia de certificação são de responsabilidade da autoridade certificadora (AC).
		Chave privada de assinatura do portador	Chave privada de assinatura do portador. A geração do par de chaves assimétricas de assinatura é de responsabilidade do portador. A geração das chaves assimétricas de autenticação do cartão é realizada de forma que seja gerada pelo próprio *CHIP* do cartão. A chave pública é exportada, porém a chave privada nunca é exportada do cartão.
		PIN de uso da chave privada	PIN para autorização de uso da chave privada de assinatura. Gerado pelo usuário.

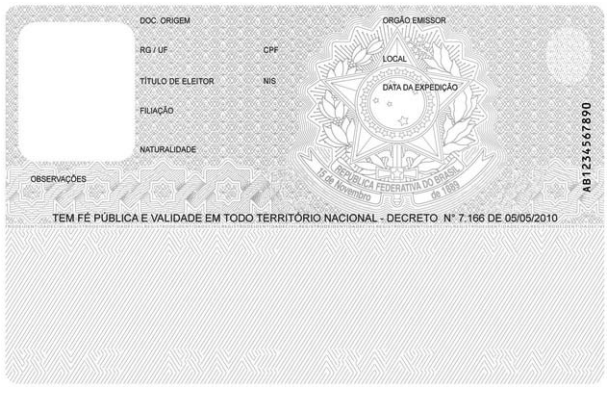
Capítulo II

MODELO GRÁFICO DO DOCUMENTO DE REGISTRO DE IDENTIDADE CIVIL

4. Imagem 1 - Anverso do documento de Registro de Identidade Civil:



5. Imagem 2 - Reverso do documento de Registro de Identidade Civil:



DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 522, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para concessão de recursos financeiros voltados à execução de obras de ampliação e construção de estabelecimentos prisionais, objeto do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994; o Decreto n.º 1.093, de 03 de março de 1994; o Decreto nº 6.170, de 25 de junho de 2007 e suas alterações; Portaria Interministerial MF/MPOG/CGU nº 127 de 29 de maio de 2008 e suas alterações; as Resoluções nº 05, de 09 de maio de 2006, nº 01, de 29 de abril de 2008, ambas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, aplicáveis no âmbito do DEPEN/MJ, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes gerais que nortearão a apresentação de propostas inerentes ao Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional destinadas à ampliação e construção de estabelecimentos prisionais.

Art. 2º O Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional objetiva a redução do déficit carcerário e respectivo custo de vaga por meio de geração de vagas nos sistemas prisionais estaduais e do Distrito Federal.

§1º São metas do Programa:

I - eliminar o déficit em estabelecimentos prisionais femininos, e

II - reduzir o número de presos em delegacias de polícia.

§2º Serão consideradas prioritárias para o Programa as propostas que disponham sobre:

I - geração de vagas em estabelecimentos prisionais femininos por meio de ampliação e construção,

II - geração de vagas por meio de ampliação em cadeias públicas masculinas já existentes, e

III - geração de vagas por meio de construção de cadeias públicas masculinas.

§3º O critério para distribuição dos recursos será o déficit de vagas feminino conjugado com o déficit de vagas em cadeias públicas da Unidade da Federação em relação ao país, aferido por meio do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias - InfoPen.

Art. 3º O Programa será financiado com recursos da União disponibilizados conforme cronograma abaixo:

I - 2011: recursos provenientes do Orçamento Geral da União oriundos de contratos de repasse firmados nos anos de 2008 e 2009, referentes ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, inicialmente destinados à construção de estabelecimentos prisionais do tipo penitenciárias jovens-adultos e readequados para estabelecimentos prisionais do tipo cadeia pública, e

II - 2012 e 2013: recursos provenientes do Fundo Penitenciário Nacional, do Orçamento Geral da União e oriundos do Parágrafo Único, alínea "a" deste artigo.

Parágrafo Único. O Departamento Penitenciário Nacional avaliará todos os contratos de repasse vigentes relativos à construção, ampliação e reforma de estabelecimentos prisionais, os quais serão classificados com base em informações de execução física fornecidas pela Caixa Econômica Federal e pelos critérios abaixo arrolados estipulados pelo Grupo de Gestão Integrada - GGI, gerenciado pela Casa Civil da Presidência da República:

a) Cancelados: obras com 0% de execução e sem licitação adjudicada; obras com demora excessiva para início; obras em andamento com pendências insanáveis; obras com alto custo da vaga e reforma de estabelecimentos prisionais que não geram vagas,

b) Mantidos: obras com execução satisfatória; obras dentro do cronograma ou com atraso justificado; ampliação de estabelecimentos prisionais; obras com 0% de execução e com licitação adjudicada; contratos em que o atraso da União inviabilizou o início da obra e construção de estabelecimentos prisionais femininos, e

c) Renegociados: obras com andamento lento, mas com boas perspectivas de conclusão; obras voltadas à implantação de módulos de saúde e educação em unidades prontas e construção de estabelecimentos prisionais femininos.

Art. 4º As propostas para a obtenção de financiamento com recursos do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, no ano de 2012, deverão ser apresentadas exclusivamente pelo Poder Executivo Estadual e Distrital, por intermédio do órgão responsável pela administração prisional, obedecendo ao cronograma abaixo:

I - Projetos de ampliação de estabelecimentos prisionais femininos pelos métodos construtivos convencional e pré-moldado - Abertura do sistema SICONV entre os dias 28.11.2011 e 23.12.2011,

II - Projetos de construção de estabelecimentos prisionais femininos pelo método construtivo pré-moldado - Abertura do sistema SICONV entre os dias 28.11.2011 e 23.12.2011,

III - Projetos de ampliação de cadeias públicas masculinas pelos métodos construtivos convencional e pré-moldado - Abertura do sistema SICONV entre os dias 28.11.2011 e 23.12.2011, e

IV - Projetos de construção de cadeias públicas masculinas pelo método construtivo pré-moldado - Abertura do sistema SICONV entre os dias 28.11.2011 e 23.12.2011.

§1º As propostas serão recepcionadas pelo Departamento Penitenciário Nacional no Portal de Convênios - SICONV, conforme cronograma acima.

§2º Após a inserção tempestiva da(s) proposta(s) no Portal de Convênios - SICONV o proponente anexará os documentos relativos ao DEPEN/MJ, contidos no Anexo desta Portaria, exceto os itens 2.1 ao 2.5, os quais, tendo em vista a natureza sigilosa da matéria, deverão ser encaminhados por correspondência registrada ou entregues pessoalmente no Departamento Penitenciário Nacional.

§3º Os projetos arquitetônicos e complementares deverão contemplar as disposições contidas na Resolução nº 09, de 18 de novembro de 2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, sem prejuízo da observância de outras regulamentações técnicas.

§4º A elaboração das propostas deverá respeitar as estratégias de geração de vagas relativas ao Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional e as informações repassadas pelas Unidades da Federação durante as reuniões de diagnóstico realizadas pelo Departamento Penitenciário Nacional, no mês de setembro de 2011.

Art. 5º O Departamento Penitenciário Nacional abrirá novo chamamento para recepção de projetos visando a construção de estabelecimentos prisionais pelo método construtivo convencional, após a conclusão do portifolio de projetos referência.

Art. 6º Para as propostas inerentes ao Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional o Departamento Penitenciário Nacional financiará, no máximo, R$ 30.000,00 (trinta mil reais) por vaga construída e, no máximo, R$ 11.250,00 (onze mil, duzentos e cinqüenta reais) por vaga ampliada.

Parágrafo Único. O valor restante deverá ser complementado pelo proponente a título de contrapartida devendo, em todos os casos, ser observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Art. 7º A formalização dos Contratos de Repasse deverão respeitar as normas contidas na Portaria Interministerial nº 127/MP/MF/CGU, de 29 de maio de 2008; na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; na Portaria MJ nº 458, de 12 de abril de 2011, bem como nas diretrizes contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano vigente.

Art. 8º As propostas apresentadas intempestivamente ou sem a observância das formalidades legais, em especial o cadastramento no Portal de Convênios - SICONV, não serão recepcionadas pelo Departamento Penitenciário Nacional.

Parágrafo Único. O descumprimento dos prazos para eventual complementação, correção de documentos e/ou informações, estabelecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional e pela Caixa Econômica Federal ensejará a finalização dos procedimentos de análise e conseqüente arquivamento da proposta.

Art. 9º O Departamento Penitenciário Nacional terá o prazo de 30 (trinta) dias para analisar as propostas descritas nos incisos I, II, III e IV do art. 4º desta Portaria, contados a partir do cadastramento no Portal de Convênios - SICONV e da entrega da documentação mencionada no art. 4º, §2º, desta Portaria.

§1º Serão verificados os documentos exigidos no Anexo desta Portaria relativos ao DEPEN/MJ, em especial a conformidade dos projetos arquitetônicos em relação à Resolução nº 09, de 18 de novembro de 2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

§2º O Departamento Penitenciário Nacional não aprovará proposta(s) na falta de quaisquer documentos necessários a sua análise, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 10 A Caixa Econômica Federal terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para analisar as propostas, contados a partir da realização dos procedimentos no Portal de Convênios - SICONV e da entrega da documentação pelo Departamento Penitenciário Nacional.

§1º Será de responsabilidade da Caixa Econômica Federal a aprovação final do Plano de Trabalho por meio de análise da documentação contida no Anexo desta Portaria e adoção dos procedimentos para a formalização do contrato de repasse.

§2º Serão realizadas reuniões intermediárias com os proponentes para a verificação da progressão da(s) proposta(s) por meio de vídeo conferências, conduzidas pela Caixa Econômica Federal, em datas oportunamente informadas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 11 No decorrer da fase de análise da(s) proposta(s) o proponente poderá ser comunicado pelo Departamento Penitenciário Nacional e pela Caixa Econômica Federal sobre a necessidade de envio ou correção de documentos e/ou informações, devendo o atendimento ocorrer dentro dos prazos de análise descritos nos artigos 9º e 10º desta Portaria.

Art. 12 O Contrato de Repasse será firmado no prazo de até 5 (cinco) dias após a aprovação da proposta pela Caixa Econômica Federal.

Art. 13 A Unidade da Federação deverá concluir os procedimentos licitatórios com a adjudicação do certame em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato de repasse, sob pena de cancelamento imediato deste, salvo comprovada justificativa a ser analisada pelo Departamento Penitenciário Nacional.

Art. 14 A execução da obra deve obedecer rigorosamente ao cronograma físico-financeiro apresentado, cabendo à Caixa Econômica Federal o acompanhamento e as providências necessárias para o fiel cumprimento do objeto pactuado.

Art. 15 O Departamento Penitenciário Nacional vinculará a transferência de recursos para ampliação e construção de estabelecimentos prisionais, objeto do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, à alimentação do Sistema de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC/PR.

§1º A Caixa Econômica Federal deverá prever, nos contratos de repasse, cláusula consignando a obrigatoriedade das Unidades da Federação alimentarem e manterem atualizado o Sistema de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC/PR.

§2º Caberá à Caixa Econômica Federal a alimentação e atualização do Sistema de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC/PR naquilo que lhe couber.

§3º Ao Departamento Penitenciário Nacional caberá o acompanhamento e a validação das informações.

Art. 16 Os casos omissos ou de natureza específica serão resolvidos pelo Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

Art. 16 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI

ANEXO

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA APROVAÇÃO DE PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS

Item	Subitem		Documentação			
			Descrição	DEPEN	SICONV	CAIXA
1) DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA	Documentação	1.1	Ofício	Depen	Siconv	
		1.2	Memorial Justificativo da solicitação do recurso	Depen	Siconv	
		1.3	Cópia do ofício que revele conhecimento do Ministério Público	Depen	Siconv	
		1.4	Cópia do ofício que revele conhecimento do Poder Judiciário	Depen	Siconv	
		1.5	Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD	Depen	Siconv	
		1.6	Termo de indicação de responsabilidade técnica	Depen	Siconv	
		1.7	Termo de indicação do fiscal do Contrato de Repasse (Tomador)	Depen	Siconv	
		1.8	Plano de Trabalho (conforme Carta Consulta aprovada)	Depen	Siconv	
		1.9	Quadro de Composição de Investimento - QCI			Caixa
	Declarações	1.10	Manifestação prévia do órgão de distribuição de energia elétrica	Depen	Siconv	
		1.11	Manifestação prévia do órgão de abastecimento de água	Depen	Siconv	
		1.12	Declaração de Contrapartida	Depen	Siconv	
		1.13	Declaração expressa da autoridade competente (Secretaria) aprovando os projetos	Depen	Siconv	
		1.14	Manifestação prévia do órgão de abastecimento de saneamento básico local			Caixa
		1.15	Declarações da Concessionária sobre a viabilidade de coleta de resíduos sólidos			Caixa
		1.16	Declaração de Regime de Execução			Caixa
	Registros	1.17	Anotações de responsabilidade Técnica - ART de Projetos	Depen	Siconv	
		1.18	ART de Orçamentos			Caixa
		1.19	ART de fiscalização da obra			Caixa
		1.20	ART de Execução da obra e serviço			Caixa
		1.21	Anuência prévia da Vigilância Sanitária	Depen		
		1.22	Anuência prévia do Corpo de Bombeiros	Depen		
		1.23	Licença prévia ambiental (exigível para aprovação do proposta)	Depen	Siconv	
		1.24	Certidão do órgão local gestor do SUS especificamente para Atenção Básica e Vigilância Sanitária do Setor de Saúde	Depen	Siconv	
		1.25	Certidão do órgão local gestor do SUS especificamente para Programa de saúde mental e Vigilância Sanitária	Depen	Siconv	
		1.26	Licença de Instalação (exigível para autorização de início de obra)			Caixa
		1.27	Aprovação do Município (urbanística)			Caixa
		1.28	Patrimônio Histórico (se local tombado ou de reconhecido valor histórico, ou nos casos em que estiver identificado sitio arqueológico)			Caixa
		1.29	Vigilância Sanitária (de acordo com a legislação estdual/estabelecimentos de saúde)			Caixa
		1.30	Outorga para uso de água			Caixa
	Terreno	1.31	Documentação de posse do imóvel	Depen	Siconv	
		1.32	Memorial Descritivo do terreno	Depen	Siconv	
		1.33	Relatório Fotográfico do terreno	Depen	Siconv	
2) DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	Levantamentos e Estudos	2.1	Levantamento plani-altimétrico do terreno (topografia)	Depen		
		2.2	Sondagem geológica	Depen		
	Projetos Plantas, cortes, fachadas, detalhes e gráficos (devendo conter os serviços, materiais, equipamentos, dimensões, localização, capacidade, visando permitir, O levantamento dos custos e análise dos quantitativos com assinatura do responsavel técnico e do contratante	2.3	Projeto Arquitetônico (impresso e arquivo .dwg)	Depen		
		2.7	Projeto de Estrutura			Caixa
		2.8	Instalações hidro-sanitárias			Caixa
		2.9	Instalações Elétricas (telefonia, lógica e SPDA inclusive)			Caixa
		2.10	Incêndio			Caixa
		2.11	Abastecimento de água			Caixa
		2.12	Coleta e Tratamento de esgoto			Caixa
		2.13	Elementos de drenagem			Caixa
		2.14	Energia elétrica e Iluminação Pública			Caixa
		2.15	Pavimentação			Caixa
		2.16	Contenção			Caixa
		2.17	Recuperação ambiental			Caixa
		2.18	Paisagismo			Caixa
		2.19	Mobiliário Urbano			Caixa
	Memorial	2.20	Memorial descritivo dos serviços que serão executados	Depen		
		2.21	Memorial justificativo do projeto arquitetônico	Depen		
		2.22	Especificações técnicas	Depen		
		2.23	Caderno de encargos	Depen		
	Orçamento Resumido	2.24	Orçamento Resumido Estimativo - Divisão da execução do objeto proposto em metas e etapas exequíveis e aferíveis objetivamente (IV, art. 2, Portaria 458) - (impresso e arquivo .xls)	Depen	Siconv	
		2.25	Orçamento Resumido			Caixa
	Orçamento Detalhado	2.26	Orçamento Detalhado Estimativo	Depen		
		2.27	Composição analítica do BDI (contendo os seguintes itens: garantias, risco, despesas financeiras, administração central, tributos, lucro)	Depen		
		2.28	Orçamento Detalhado - Detalhamento de todos serviços necessários a execução da obra (deve ser indicada a referência da composição de custos para cada serviço orçado) - (impresso e arquivo .xls)			Caixa
	Cronograma físico-financeiro	2.29	Global Estimativo (impresso e arquivo .xls)	Depen	Siconv	
		2.30	Global demonstrando a adequada integração do projeto e da área de intervenção - (impresso e arquivo .xls)			Caixa
	Elementos técnicos complementares	2.31	Estudos de contaminação do solo (em caso de indícios de contaminação)			Caixa
Outros		2.32	A critério do Ministério da Justiça/DEPEN e/ou entidade credenciada, conforme as particularidades, peculiaridades e localização da obra, alguns documentos acima poderão ser dispensados e outros poderão ser solicitados.	Depen		Caixa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

PORTARIA Nº 40, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, em face da competência estabelecida por meio do Decreto Nº 6.061, de 15 de março de 2007, em seu artigo 38-A, inciso X, e com base no disposto na Lei Nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, nas disposições contidas no Termo de Cooperação n.º 03/2010, especificamente em sua cláusula terceira, alínea "c", e nos autos do Processo nº. 08200.016362/2011-39, resolve:

Art. 1º - Autorizar a descentralização de crédito orçamentário e o correspondente repasse de recursos financeiros no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para o Departamento de Polícia Federal (DPF), visando ao apoio financeiro, em regime de mútua cooperação, para aquisição de embarcações, conforme segue.

Órgão Concedente: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Unidade Gestora: 200246 (Funad); Gestão: 00001 - Tesouro Nacional.

Órgão Executor: Departamento de Polícia Federal (DPF).

Unidade Gestora: 200337 (DPF); Gestão: 00001 - Tesouro Nacional.

Programa/Ação: 14422066582360001 - Apoio a Projetos de Interesse do Sisnad.

Fonte: 0100.

Valor: R$ 2.000.000,00; Natureza da Despesa 449052.

Art. 2º - A descentralização do crédito orçamentário ocorrerá em única parcela.

Parágrafo Primeiro - Caberá à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização.

Parágrafo Segundo - Os recursos descentralizados deverão ser executados em estrita observância às normas de execução orçamentária e financeira do Governo Federal.

Art. 3º - O Departamento de Polícia Federal (DPF), deverá restituir à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), os créditos transferidos e não empenhados até o final de cada exercício, com base no que dispõe o Decreto Nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, observada a Norma de Encerramento do Exercício Financeiro expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF).

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 2.605, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08270.018943/2011-81-SR/DPF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa HORIZONTE AVÍCOLA INDUSTRIAL S/A, CNPJ/MF Nº 06.564.793/0001-58, sediada no Estado do CEARÁ para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, munições nas seguintes quantidades e naturezas:

-36 (TRINTA E SEIS) MUNIÇÕES CALIBRE 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias, a partir da publicação deste alvará no D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.626, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08512.031159/2011-79-DELESP/SR/SP, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHOPPING METRÔ TATUAPÉ, CNPJ Nº 02.248.827/0001-44, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.647, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08512.038212/2011-62-DELESP/SR/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOMÍNIO VILLAGE SANS SOUCI, CNPJ/MF Nº 48.641.948/0001-52, sediada no Estado de SÃO PAULO para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, munições nas seguintes quantidades e naturezas:

-150 (cento e cinquenta) Cartuchos de munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias, a partir da publicação deste alvará no D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.920, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/001303/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DE SAO PAULO, CNPJ Nº 60.505.260/0001-40, para atuar em SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 13.935, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/003370/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO JARDINS FLORENÇA, CNPJ Nº 01.552.565/0001-44, para atuar em GOIÁS, com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: Nº 1679/11 (CNPJ Nº 01.552.565/0001-44).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.940, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/003697/DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESPARTA SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 37.162.435/0009-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no CEARÁ, com Certificado de Segurança Nº 1848/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.942, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/003542/DPF/CAS/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CARRANTOS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ Nº 08.602.699/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança Nº 2076/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.966, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/4099 DPF/SJK/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa SECURITY FORCE SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ Nº 12.524.159/0001-94, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

120 (cento e vinte) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.981, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/4345 DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa IDEAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 09.478.499/0001-11, sediada em GOIÁS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5 (cinco) Revólver(es) calibre 38,

90 (noventa) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.984, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/4401 DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: CONCEDER autorização à empresa FEROLI-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E TIRO LTDA, CNPJ Nº 02.508.084/0001-02, sediada no RIO GRANDE DO NORTE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5 (cinco) Pistola(s) calibre 380,

30000 (trinta mil) Cartuchos de Munição Treina calibre 38,

80000 (oitenta mil) Espoletas para Munição calibre 38,

80000 (oitenta mil) Projéteis para Munição calibre 38,

4950 (quatro mil, novecentos e cinquenta) Cartuchos de Munição Treina calibre .380,

1950 (um mil, novecentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 12,

16000 (dezesseis mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 13.985, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/4406 DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ Nº 03.492.494/0001-67, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

1000 (um mil) Cartuchos de Munição calibre 38,

155000 (cento e cinquenta e cinco mil) Espoletas para Munição calibre 38,

155000 (cento e cinquenta e cinco mil) Projéteis para Munição calibre 38,

1200 (um mil e duzentos) Estojos para Munição calibre .380,

50000 (cinquenta mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 13.993, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/4439 DPF/CCM/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANÇIA LTDA ME, CNPJ Nº 10.392.048/0001-46, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

3 (três) Revólver(es) calibre 38,

36 (trinta e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.000, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/3046/DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESERVE/PB SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ Nº 08.787.673/0001-45, especializada em Segurança Privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, para atuar na PARAÍBA, com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF/PB: Nº 2112/11 (CNPJ Nº 08.787.673/0001-45); e Nº 2111/11(CNPJ Nº 08.787.673/0002-26).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.007, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/4022/DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ Nº 11.179.264/0013-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, para atuar em SERGIPE, com Certificado de Segurança Nº 2143/11 expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.025, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/3987/DPF/ARU/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ACADEMIA FORCE DEFENSE FORMACAO DE VIGILANTES ARACATUBA LTDA, CNPJ Nº 13.980.033/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança Nº 2144/11 expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.029, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/2494/DPF/SCS/RS, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa MW SEGURANÇA LTDA-ME, CNPJ Nº 11.525.620/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL, com Certificado de Segurança Nº 2146/11 expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 14.045, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/2969/DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa L. M. S. VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 08.531.731/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no AMAPÁ, com Certificado de Segurança Nº 2017/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Considerando o disposto no art. 230 da Constituição Federal, bem assim nos arts. 1° , 2° e 3°, todos da Lei n° 10.741/2003, e tendo em vista as razões apresentadas pela Interessada, DEFIRO o pedido de permanência formulado pela nacional italiana LEONDINA GRAZIANI, nos termos do art. 2°, II, da Resolução Normativa n° 36, de 28 de setembro de 1999, do Conselho Nacional de Imigração. Processo N° 08295.005434/2011-19 - LEONDINA GRAZIANI.

DEFIRO o pedido de permanência do Reunião Familiar, nos termos da Resolução Normativa n° 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ n° 606/91. Processo N° 08390.003637/2011-84 - STEPHANIE MACKARENA LANDER ROSSI.

DEFIRO os pedidos de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto Nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, abaixo relacionados:

Processo N° 08505.085260/2011-39 - VANIA CRISTINA RODRIGUEZ SALAZAR

Processo N° 08505.084470/2011-18 - YHON LYY MAMANI RAMOS.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08000.015465/2011-38 - MARTIN IGNACIO LUPPI.

Nos termos do Parecer CJ Nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Processo N° 08260.003886/2011-55 - LUCIANO ADOLFO CAVALLO.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.026845/2011-17 - ANTEO MAXIMILIANO PONTONI e ANTONELLA ARLOTTI

Processo N° 08458.004652/2009-01 - JOHN ALLEN WHITAKER.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o Interessado não foi localizado no endereço fornecido nos autos, bem assim por não restar comprovado o ânimo de residência no País, condição indispensável para o deferimento do pleito. Processo N° 08286.000407/2011-51 - DAVID DALE DRAKE.

CARLOS EUGÊNIO REZENDE E SILVA
Substituto

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08125.002606/2011-46 - HARMEN JEROEN TEN DAM

Processo Nº 08256.001803/2011-52 - SHEENA CAMPBELL

Processo Nº 08256.004147/2011-40 - SANDRA HELENA SUNDBERG e GERRIT JOHANNES BREUKELMAN

Processo Nº 08260.005709/2010-22 - MARIA ELENA PASTOR SANCHEZ

Processo Nº 08286.000989/2011-75 - AMARA NA DUA

Processo Nº 08335.005086/2011-58 - ROSALINO BENITEZ RODRIGUEZ

Processo Nº 08335.005290/2011-79 - GLADYS LUGO DE AGUERO

Processo Nº 08335.005293/2011-11 - SIRLEY RAMONA CARDOZO

Processo Nº 08335.005327/2011-69 - VALENTINA MORAIS DE CORREA

Processo Nº 08335.005335/2011-13 - AURELIA ESTIGARRIBIA

Processo Nº 08335.005340/2011-18 - ALBERTO SEBASTIAN CHAPARRO

Processo Nº 08335.010165/2010-08 - JUAN ALBERTO HELMAN VILLALBA

Processo Nº 08335.013529/2011-84 - GLADYS SANCHEZ YAICUARI DE LIMA

Processo Nº 08335.014490/2011-12 - ANDRE RICARDO AMARAL DE SÁ

Processo Nº 08339.007793/2010-68 - LEONIDA ORTIZ DIANA

Processo Nº 08354.002905/2011-87 - ZHOU SUIPING

Processo Nº 08354.003787/2011-24 - DAVID WILLIAM DE LEMOS PIRES

Processo Nº 08354.004014/2011-65 - ANNA STOPPANI

Processo Nº 08432.001041/2011-14 - MARIA SILVINA GARCIA GARCIA

Processo Nº 08505.001964/2011-67 - EMMANUEL NNAJI NNAJI

Processo Nº 08505.009624/2011-84 - MALEK ALZUGHBI e RAWIEH ALZUGHBI

Processo Nº 08505.009674/2011-61 - MANUEL RAMON RIVAS ROJAS

Processo Nº 08505.016222/2011-36 - DANDAN ZHU

Processo Nº 08505.016284/2011-48 - STEPHEN TYLER GRIFFITT

Processo Nº 08505.017106/2011-34 - VICTOR MANUEL ACUTA MERMA e LISBET PINEDA SAIRE

Processo Nº 08505.017328/2011-57 - BENJAMIN MARIE PASCAL VERGELY

Processo Nº 08505.021219/2011-34 - ANDERS HIDALGO URENA

Processo Nº 08505.022405/2011-91 - MIGUEL ANGEL TORREZ PACHECO e JULIA VICTORIA ALVARADO HUAYHUAS

Processo Nº 08505.040004/2011-12 - YONGGUANG WANG

Processo Nº 08505.040164/2011-61 - ZENON VARGAS SALAZAR e MARITZA SALAZAR SALAZAR

Processo Nº 08505.042772/2011-19 - FLAVIA BERTHA QUISPE ROQUE

Processo Nº 08505.042945/2011-91 - ANDREIA LUISA MOREIRA AGUIAR COUTINHO MOTA

Processo Nº 08505.060906/2010-94 - COMLANGA CUDJOE

Processo Nº 08505.064996/2011-73 - JORGE DENNIS TORRICO MOYA e PAOLA MARCELA MONTALVO ZELAYA

Processo Nº 08505.071049/2011-39 - WENCHAO ZHOU

Processo Nº 08505.071144/2011-32 - MARIA AYDEE GURRUTE RAMOS

Processo Nº 08505.071217/2011-96 - CARLLILE BRANDÃO COSTA ALEGRE

Processo Nº 08505.074014/2010-71 - MUNAF HUSEIN KHAN.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08256.004159/2011-74 - RUDOLF ROLVERING

Processo Nº 08286.000743/2011-01 - MARTA BELIKOVA REGIS

Processo Nº 08286.001089/2011-45 - MANUEL PEREIRA DA SILVA

Processo Nº 08286.001117/2011-24 - MANUELA GARCIA GIRALDO

Processo Nº 08286.001252/2011-70 - ANNA CATELLA PAGOTTO

Processo Nº 08286.001364/2011-21 - HELDER MANUEL ALVES CARVALHO

Processo Nº 08335.012704/2011-16 - CHARLES GEORGES ASMAR

Processo Nº 08354.002736/2011-85 - JULIEN NOMDEDEU

Processo Nº 08354.004611/2011-90 - CLAIRE MARIE HARDING

Processo Nº 08390.002608/2011-03 - NAYER LORENA HERNANDEZ ESCOBAR BARBEIRO

Processo Nº 08390.004134/2011-26 - ROBERTO GUILLERMO NUNEZ GONZALEZ

Processo Nº 08505.004982/2011-09 - ANDREAS KURT PONISCH

Processo Nº 08505.009569/2011-22 - AHMAD KAMAL ABD EL GHANY ZAHRAN

Processo Nº 08505.009636/2011-17 - GABRIEL RODRIGO BUITRON VALDES

Processo Nº 08505.010983/2011-84 - FADI CHARTOUNI

Processo Nº 08505.016213/2011-45 - RUGGIERO CASSONE

Processo Nº 08505.016256/2011-21 - MATTHIEU CLAUDE FRANÇOIS BEZIAT

Processo Nº 08505.016258/2011-10 - TSAFRIR COHEN

Processo Nº 08505.017258/2011-37 - GIANCARLO IOSUE

Processo Nº 08505.021157/2011-61 - ALCINDO ALMEIDA GOMES

Processo Nº 08505.021325/2011-18 - CELESTINE LINUS ONUOHA

Processo Nº 08505.021326/2011-62 - MARK ADRIAN BROMILOW

Processo Nº 08505.022479/2011-27 - HERVASIO MORANDINI DA SILVA

Processo Nº 08505.022586/2011-55 - LESLIE FRANCES HENRIQUES

Processo Nº 08505.026961/2011-36 - DENISSE QUEZADA FIGUEIREDO

Processo Nº 08505.030106/2011-20 - KRISZTIAN BORI

Processo Nº 08505.035639/2011-06 - RUDOLPH MICHAEL DOS REIS BORRONHA

Processo Nº 08505.035702/2011-04 - DEHLIA MURPHY RAMOS

Processo Nº 08505.035772/2011-54 - FLORIAN LUC ALBAN BLOT

Processo Nº 08505.040127/2011-53 - LUIGI LOFORESE

Processo Nº 08505.040195/2011-12 - AYAKO KUTSUSAWA TEIXEIRA

Processo Nº 08505.042821/2011-13 - PATRICK SARAIVA EBERHARD

Processo Nº 08505.042844/2011-10 - JANETH DIANA LOPES COURA

Processo Nº 08505.047432/2011-76 - GUIDO ROBERTO CARBALLO GUERRERO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.047445/2011-45 - MARILIA DE FATIMA FLORES WERFEL
Processo Nº 08505.059104/2010-31 - THOMAS WICHT
Processo Nº 08505.067631/2010-10 - CELINE FRANCOISE DESROCHES FERRAZ DE CAMARGO
Processo Nº 08505.068473/2010-15 - MAYG MORENO HERNANDEZ
Processo Nº 08505.071107/2011-24 - MARIA TEREZA EXPOSITO RODRIGUES
Processo Nº 08505.071180/2011-04 - EDUARDO MORENO LÓPEZ
Processo Nº 08702.005540/2010-64 - KYLE MATTHEW CONNORS.
DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa Nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ Nº 606/91, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08256.005491/2010-75 - AYANA LUA WIEDMER
Processo Nº 08354.002320/2011-67 - SHUI-SHENG HUANG
Processo Nº 08390.003961/2011-01 - LORENZO AGNOLETTI
Processo Nº 08444.006821/2009-99 - JOAQUIN ALFEO BRUM ORIHUELA
Processo Nº 08505.035791/2011-81 - IN SOOK LEE
Processo Nº 08505.043013/2011-65 - ALBERTINA LUZ PORTELINHA ESTEVEZ
Processo Nº 08505.063709/2010-27 - ZEINE SALIM EL GHANDOUR.
DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto temporário VII, em permanente, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08460.019651/2011-29 - HUGO CESAR LANDEROS AGUIRRE
Processo Nº 08505.074278/2011-13 - MIGUEL DACIR HERNANDEZ MERCADO.
DEFIRO os pedidos de transformação de residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/09, abaixo relacionados:
Processo N° 08505.069566/2011-48 - AILIAN ZHANG
Processo N° 08505.069253/2011-90 - CARLOS ERNESTO BAIDAL VARGAS
Processo N° 08505.069426/2011-70 - MENGXI SUN
Processo N° 08505.069667/2011-19 - TOMASA AMANDA DIOSES PANANA
Processo N° 08505.066095/2011-16 - BANBAN HU
Processo N° 08296.002532/2011-86 - CARLOS ALBERTO FREIRE DE SA
Processo N° 08505.028924/2011-62 - BRAYHAN CATUNTA CHOQUE
Processo N° 08387.001436/2011-00 - LUZ ALÍCIA WATANABE NOUCHI.
DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. ELOY SANTOS GARCIA PONGO e para Srª VICENTA HUARACHI MORALES, e com base na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração para seu filho menor FRANZ GABRIEL GARCIA HUARACHI. Processo N° 08505.005044/2010-37 - ELOY SANTOS GARCIA PONGO, FRANZ GABRIEL GARCIA HUARACHI e VICENTA HUARACHI MORALES.
DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. ZENGBI WANG e para Srª JUNYING GUO, e com base na Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração para seus filhos menores FRANCESCO WANG e ELISA WANG. Processo N° 08505.047029/2010-66 - ZENGBI WANG, ELISA WANG, FRANCESCO WANG E JUNYING GUO.
Determino o arquivamento do pedido de permanência, tendo em vista o falecimento do(s) requerente(s). Processo Nº 08505.067572/2010-80 - ALICIA MENA VIUDA DE ARANCIBIA.
Determino o arquivamento do pedido de permanência definitiva formulado pelo nacional italiano FRANCO GAVARONE, tendo em vista a perda do objeto. Processo N° 08461.004133/2007-14 - FRANCO GAVARONE.
À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato deferitório publicado no DOU de 20/09/2005, Seção I, pág. 65, vez que restou provado que o Requerente não mais se enquadra nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80. Processo N° 08505.013702/2005-05 - PAULO ALEXANDRE FERNANDES INACIO.
INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.
Processo Nº 08018.010948/2010-76 - KAISAR KAWAM
Processo Nº 08256.000301/2011-12 - MASSIMO RICCI
Processo Nº 08256.003584/2010-65 - DOMINIQUE HERVÉ DUMONT
Processo Nº 08505.001972/2011-11 - KINGSLEY IKECHUKWU DIKE
Processo Nº 08505.013192/2010-25 - SAFAA AL ZAMMAR
Processo Nº 08505.016114/2011-63 - DAVID TYNNAUER
Processo Nº 08505.022419/2011-12 - SACHIN SHARMA JANGTOO
Processo Nº 08505.030151/2011-84 - JOSÉ ODUARDO PEREZ
Processo Nº 08505.042788/2011-13 - SHMUEL PERMAN.
INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o estrangeiro encontra-se fora do país. Processo Nº 08260.004325/2009-59 - FABRIZIO CAPPELLINI.
INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista o não cumprimento da (s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão. Processo Nº 08390.005912/2009-80 - ANAHI FILMAMARCIA KIRIAC.
INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, b, da Lei 6.815/80.
Processo Nº 08503.006743/2009-81 - CHRISTOPHER DEREK LYALL.
INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, a, da Lei 6.815/80.
Processo Nº 08505.071120/2011-83 - MACALAXANDER ALEXANDER.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:
Processo Nº 08505.084450/2011-39 - MELANIE ANGELA BERGGOTZ, até 05/11/2013
Processo Nº 08505.078828/2011-65 - GAETANO SICILIANO, até 31/03/2012
Processo Nº 08505.052751/2011-01 - EDGAR JULIAN PAREDES GAMERO, até 31/05/2012
Processo Nº 08505.040084/2011-14 - CHRISTIAN DANIEL DE LA CAMPA BARRAZA, até 10/12/2011.
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:
Processo Nº 08270.022353/2011-53 - MIRIAN PIRES DA SILVA MADRE DEUS, até 29/10/2012
Processo Nº 08433.002310/2011-41 - ANNE OLAYINKA GASPER, até 06/09/2012
Processo Nº 08433.002342/2011-47 - MUSHTAQ AHMAD, até 06/11/2012
Processo Nº 08433.002343/2011-91 - NADIA MUSHTAQ, até 06/11/2012
Processo Nº 08433.002344/2011-36 - ASFANDYAR AHMAD, até 06/11/2012
Processo Nº 08505.042992/2011-34 - LINA PATRICIA GIRALDO LOZANO, até 03/08/2012
Processo Nº 08505.042993/2011-89 - CAMILO ALEJANDRO BUSTOS AVILA, até 03/08/2012
Processo Nº 08505.043031/2011-47 - VICTORIANO ALFONSO PHOCCO DIAZ, até 24/07/2012
Processo Nº 08505.047304/2011-22 - ALVARO CORTES BERINGOLA, até 19/08/2012
Processo Nº 08505.047363/2011-09 - DIOGO FILIPE SALGADO MARIANO, até 01/08/2012
Processo Nº 08505.047371/2011-47 - LUIS EDWARD UGARRIZA VERBEL, até 11/08/2012
Processo Nº 08505.047449/2011-23 - MANTU SEBASTIAO, até 05/07/2012.
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:
Processo Nº 08505.071257/2011-38 - YEREMIAS FLORENTINUS GILI, até 28/08/2012
Processo Nº 08505.071239/2011-56 - ADRIANUS ABUN, até 28/08/2012
Processo Nº 08000.016980/2011-35 - KAMERON ALAN CUSTER, até 10/11/2012
Processo Nº 08000.016911/2011-21 - COURTNEY ELISE VALLEM, até 24/11/2012
Processo Nº 08000.016966/2011-31 - CALVIN SPENCER NEAL, até 15/12/2012
Processo Nº 08000.016967/2011-86 - ROBERT EDWARD JACKSON, até 16/12/2012
Processo Nº 08000.016968/2011-21 - MICHAEL SCOTT TARBERT, até 15/12/2012
Processo Nº 08000.016972/2011-99 - CHELSEA RAE OWENS, até 21/12/2012
Processo Nº 08000.016973/2011-33 - SHARDAY MONIQUE WHITE, até 29/12/2012
Processo Nº 08000.016976/2011-77 - BRENNA JOY DUNLOP, até 10/11/2012
Processo Nº 08000.016977/2011-11 - KYLOR DANE KERSAVAGE, até 17/11/2012.

MARIA ROSA VILAS BOAS DE ALMEIDA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionados:
Processo N° 08000.014943/2011-92 - MARIOS KOSTALAS, até 01/09/2012
Processo Nº 08000.011785/2011-19 - KRISHNA CHAITANYA GURRAM, até 28/07/2013
Processo Nº 08000.012346/2011-23 - RAVEESH BHARTI, KAMYA LALL e VIRAJ BHARTI, até 04/09/2012
Processo Nº 08000.013083/2011-70 - KJETIL VASENG, até 08/11/2012
Processo Nº 08000.013626/2011-59 - JOSE GREGORIO SUCRE, até 25/09/2013
Processo Nº 08000.013981/2011-28 - EUFRONIO GALIDO ABUCEJO, até 01/10/2013
Processo Nº 08000.013992/2011-16 - ROMEL ESERJOSE DIZON, até 01/10/2013
Processo Nº 08000.014520/2011-72 - JAMES BEATTIE MURDOCH, até 16/12/2012
Processo Nº 08000.014640/2011-70 - ANDREIA ALEXANDRA CARMO ELVIRO, até 13/10/2013
Processo Nº 08000.015217/2011-97 - ANATOLIY KORPUSOV, até 20/01/2014
Processo Nº 08000.015218/2011-31 - MANUEL SOTTIMANO, até 16/05/2012
Processo Nº 08000.015799/2011-10 - JAN HUGO PEDERSEN, até 09/11/2012
Processo Nº 08000.015819/2011-44 - WOJCIECH LESZEK WOLNIAK, até 25/07/2013
Processo Nº 08000.015823/2011-11 - PETER BADHAM, até 25/07/2013
Processo Nº 08000.015832/2011-01 - SEBASTIAN JAROSLAW BRONISZ, até 25/07/2013
Processo Nº 08000.015851/2011-20 - CONSTANTIN MICU, até 13/11/2012
Processo Nº 08000.016133/2011-71 - MICHAL WOJCIECH SIERZANT, até 10/11/2013
Processo Nº 08000.016197/2011-71 - ANDRES AMARILLO RABARA, até 10/01/2014
Processo Nº 08000.016267/2011-91 - IOAN CACSO, até 09/09/2013
Processo Nº 08000.016269/2011-81 - PETER LEONARD BALL, até 18/01/2014
Processo Nº 08000.016325/2011-87 - PATRICK MICHAEL O ROURKE, até 08/02/2013
Processo N° 08000.015577/2011-99 - RASMUS RASMUSSEN, até 03/03/2012.
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.
Processo N° 08000.014864/2011-81 - ESPER FLODGAARD, até 15/09/2013
Processo N° 08000.015158/2011-57 - RONALD DAVID BRUNSDON, até 13/10/2013
Processo N° 08000.015308/2011-22 - AKIRA YOKOYAMA, até 14/10/2012
Processo N° 08000.014564/2011-01 - LARS ERIK BJORKMAN, até 09/09/2012
Processo N° 08000.014954/2011-72 - ROMEO ARRAZ RAMOS, até 24/09/2013
Processo N° 08000.014929/2011-99 - IRENEO ANOOS AMANTIAD, até 09/01/2012
Processo N° 08000.014519/2011-48 - GEOFFREY WILLIAM FERGUSON, até 24/09/2013
Processo N° 08000.013641/2011-05 - RODOLFO JR ARCENAS ABANZA, até 24/09/2013
Processo N° 08000.015159/2011-00 - SEAN RAATH, BRETT RAATH, DECLAN RAATH e TANYA ANN RAATH, até 30/09/2013
Processo N° 08000.015163/2011-60 - BORIS MARICIC, até 30/09/2012
Processo N° 08000.011776/2011-28 - AUSTER ADALID CHAVEZ ORTIZ, até 28/07/2013
Processo N° 08000.011786/2011-63 - PEDRO FERNANDO URREGO OCAMPO, até 28/07/2013
Processo N° 08000.012072/2011-72 - ROBERT C BARRETT, até 24/07/2013
Processo N° 08000.012173/2011-43 - MATIAS JESUS VILLAGRA, até 28/07/2013
Processo N° 08000.015310/2011-00 - YUTA YAMABUKI, até 14/10/2012
Processo N° 08000.011412/2011-48 - SERGEY KORNIENKO, até 21/01/2012
Processo N° 08000.011490/2011-42 - ALEXANDER SHIMBAROVSKIY, até 21/01/2012
Processo N° 08000.011491/2011-97 - VLADIMIR GRIBKOV, até 21/01/2012
Processo N° 08000.011492/2011-31 - DMITRY KHIMCHENKO, até 21/01/2012
Processo N° 08000.016280/2011-41 - MARCIN RADOSLAW STRZALA, até 25/07/2013
Processo N° 08000.015798/2011-67 - MIKAEL ANDRE MIKKELSBY, até 09/09/2013
Processo N° 08000.015532/2011-14 - REYNALDO ITIM BALAN, até 25/09/2013
Processo N° 08000.015675/2011-26 - ARMANDO GONZALEZ ORDONEZ, até 12/03/2012
Processo N° 08000.016224/2011-14 - IOANNIS DEMEROUTIS, até 16/07/2013.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 309, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor Adjutno, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Episódio: THE RHAPSODY OF THE FLESH (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 08
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003921/2011-18
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: GET A ROOM (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 09
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003922/2011-62
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: SCANDALIZED (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 11
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Lesão corporal e Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003924/2011-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THANKS FOR THE MEMORIES (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 12
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Agressão Verbal
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003925/2011-04
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: SAFE AT HOME (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 13
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003926/2011-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE ONE THAT GOT AWAY (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 14
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003927/2011-95
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: BRODY (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 15
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003928/2011-30
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: HOME IS WHERE THE FORT IS (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 16
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003929/2011-84
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: OLIVIA`S CHOICE (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 17
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Preconceito e Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003930/2011-17
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: NEVER SAY NEVER (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 18
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003931/2011-53
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: WOULDN`T IT BE NICE (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 19
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003932/2011-06
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FATHER UNKNOWN (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 20
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003933/2011-42
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FOR BETTER OR FOR WORSE (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 21
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003934/2011-97
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: WALKER DOWN THE AISLE (BROTHERS AND SISTERS - THE COMPLETE FIFTH SEASON, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 22
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 5ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es):
Diretor(es): Michael Morris
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.003935/2011-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 310, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar os jogos:

Título: ASURA`S WRATH (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: CAPCOM
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Tiro em Terceira Pessoa
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência
Processo: 08017.006443/2011-06
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: SUDDEN ATTACK (Coréia do Sul - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: CJ INTERNET CORP.
Distribuidor(es): Level UP! Interative
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006469/2011-46
Requerente: Julio Vieitez

Título: THE DESTINY OF ZORRO (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: 505 GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006487/2011-28
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: SPRAY (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: TECMO
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006488/2011-72
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: REAL HEROES: FIREFIGHTER (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: CONSPIRACY ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Simulação
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006489/2011-17
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: PIRATES VS. NINJAS DODGEBALL (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: SOUTHPEAK GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006490/2011-41
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: PIRATE BLAST (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: ZOO GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006492/2011-31
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Título: RYGAR: THE BATTLE OF ARGUS (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: TECMO
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006493/2011-85
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: SECRET FILES: TUNGUSKA (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: DEEP SILVER
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006496/2011-19
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: TOURNAMENT OF LEGENDS (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: SEGA
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Luta
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006498/2011-16
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: ULTIMATE DUCK HUNTING (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ZOO GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006500/2011-49
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WILD WEST SHOOTOUT (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: ZOO GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006501/2011-93
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: THE HOUSE OF THE DEAD 2 & 3 RETURN (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: SEGA
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006502/2011-38
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: PIRATES: HUNT FOR BLACKBEARD`S BOOTY (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.006505/2011-71
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: FRACTURE (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: LUCASARTS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006525/2011-42
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: IL-2 STURMOVIK: BIRDS OF PREY (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: 505 GAMES
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006528/2011-86
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: MARVEL ULTIMATE ALLIANCE 2 (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006530/2011-55
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: MOTOGP `07 (Estados Unidos da América - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006533/2011-99
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: NHL 2K10 (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: 2K SPORTS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Esporte
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006537/2011-77
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WORLD OF OUTLAWS: SPRINT CARS (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.006544/2011-79
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: THE SIMS 3 - SUITE DE LUXO - COLEÇÃO DE OBJETOS (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: WARNER BROS ENTERTAINMENT NEDERLAND B.V. (WBEN)
Distribuidor(es): Videolar S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo DS/Computador PC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.006547/2011-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 311, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Filme: ESPÍRITOS FAMINTOS (THEY WAIT, Canadá - 2007)
Produtor(es): Stephen Hegyes
Diretor(es): Ernie Barbarash
Distribuidor(es): Unifilmes Distribuidora, Importadora e Exportadora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Terror
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Sobrenatural
Processo: 08017.008303/2011-64
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: FAÇA-ME FELIZ (FAIS-MOI PLAISIR, França - 2009)
Produtor(es): Frederic Niedermayer
Diretor(es): Emmanuel Mouret
Distribuidor(es): Estação Arte e Eventos Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.008311/2011-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PLANO DE VINGANÇA (Estados Unidos da América - 2008)
Produtor(es): Carina Sanginitto
Diretor(es): Steven Dieveney
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Perseguição
Processo: 08017.008339/2011-48
Requerente: Playarte Pictures

Filme: TUDO QUE EU AMO (ALL THAT I LOVE, Polônia - 2009)
Produtor(es): Praspi film
Diretor(es): Jacek Borcuch
Distribuidor(es): Lume Filmes
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Nudez e Conteúdo Sexual
Tema: Pós-Guerra
Processo: 08017.008340/2011-72
Requerente: FREDERICO DA CRUZ MACHADO

Filme: MÃE E FILHA (Brasil - 2011)
Produtor(es): Iluminura Cinema e Multimidia
Diretor(es): Petros Cariry
Distribuidor(es): Lume Filmes
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Tema: Família
Processo: 08017.008344/2011-51
Requerente: FREDERICO DA CRUZ MACHADO

Conjunto de Episódios: BACKYARDIGANS - 4ª TEMPORADA - NATAL COM OS BACKYARDIGANS (BACKYARDIGANS - SEASON 4 - CHRISTMAS WITH BACKYARDIGANS, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es):
Diretor(es): Janice Burgess
Distribuidor(es): Videolar S/A./Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Aventuras
Processo: 08017.008356/2011-85
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: FELIZ NATAL MADAGASCAR (MERRY MADAGASCAR, Estados Unidos da América - 2009)
Produtor(es): Joe M. Aguilar/Chad Hammes
Diretor(es): David Soren
Distribuidor(es): Videolar S/A./Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Natal
Processo: 08017.008361/2011-98
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: SHERLOCK HOLMES - O JOGO DE SOMBRAS - TRAILER 02 (SHERLOCK HOLMES - A GAME OF SHADOWS, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Joel Silver
Diretor(es): Guy Ritchie
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.008416/2011-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ALVIN E OS ESQUILOS 3 - TRAILER 3 (ALVIN AND THE CHIPMUNKS - CHIPWRECKED, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Neil A. Machilis/Jonathan Aibel/Glenn Berger
Diretor(es): Mike Mitchell
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Processo: 08017.008433/2011-05
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: COMPRAMOS UM ZOOLÓGICO (WE BOUGHT A ZOO, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Julie Yorn
Diretor(es): Cameron Crowe
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Processo: 08017.008434/2011-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: GUERRA DOS SEXOS (MASCHI CONTRO FEMMINE, Itália - 2010)
Produtor(es): Frederica Lucisano/Fulvio Lucisano
Diretor(es): Fausto Brizzi
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Tema: Diferença
Processo: 08017.008451/2011-89
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DA DIRETORA
Em 18 de novembro de 2011

Considerando o disposto na Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto Nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria Nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,I, da Lei Nº 9.790:

I. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SUMARÉ - "ACIAS", com sede na cidade de SUMARÉ, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 51.915.072/0001-08 - (Processo MJ Nº 08071.028976/2011-86);

II. ASSOCIAÇÃO DOS PROCESSADORES DE LEITE DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - APROLEITE, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ Nº 02.913.657/0001-75 - (Processo MJ Nº 08071.022888/2011-71);

III. INSTITUTO VIDA BRASIL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE ESTUDOS, PESQUISA E TREINAMENTO - VIBRAS, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ Nº 07.993.378/0001-82 - (Processo MJ Nº 08071.022848/2011-29).

Considerando o disposto na Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto Nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria Nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,II, da Lei Nº 9.790:

I. "ASSOCIAÇÃO QUINTESSA" - "QUINTESSA", com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 13.615.834/0001-53 - (Processo MJ Nº 08071.028964/2011-51);

II. BANDA DE MÚSICOS DE LONDRINA - BML, com sede na cidade de LONDRINA, Estado do Paraná - CGC/CNPJ Nº 07.192.336/0001-42 - (Processo MJ Nº 08071.026751/2011-95).

Considerando o disposto na Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto Nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria Nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,III, da Lei Nº 9.790:

I. "MATA NATIVA" - "MN", com sede na cidade de CAJAMAR, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 04.914.470/0001-11 - (Processo MJ Nº 08071.026762/2011-75);

II. ASSOCIAÇÃO INSTITUTO MORIÁ - "ASSIMA", com sede na cidade de JOINVILLE, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ Nº 08.518.671/0001-50 - (Processo MJ Nº 08071.024073/2011-26);

III. ASSOCIAÇÃO IVONE E PEDRO LANZA, com sede na cidade de SETE LAGOAS, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ Nº 14.008.195/0001-20 - (Processo MJ Nº 08071.030918/2011-12);

IV. ASSOCIAÇÃO SOCIAL E ESPORTIVA SADA - SADA/ESPORTE, com sede na cidade de BETIM, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ Nº 09.596.224/0001-82 - (Processo MJ Nº 08071.021951/2011-51);

V. BANCO DE ALIMENTOS DO RIO DE JANEIRO, com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ Nº 10.426.632/0001-75 - (Processo MJ Nº 08071.027413/2011-71);

VI. CENTRAL GUARÁ DE ASSOCIAÇÕES SOLIDÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - CENTRAL GUARÁ, com sede na cidade de BUJARU, Estado do Pará - CGC/CNPJ Nº 07.234.577/0001-07 - (Processo MJ Nº 08071.022001/2011-44);

VII. FAROS D´AJUDA - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS, com sede na cidade de BRAGANÇA PAULISTA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 07.876.887/0001-25 - (Processo MJ Nº 08071.014886/2011-16);

VIII. GRUPO PRÓ-GUAPÉ, com sede na cidade de GUAPÉ, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ Nº 04.681.077/0001-25 - (Processo MJ Nº 08071.026659/2011-25);

IX. INSTITUTO BENEFICENTE BOM PASTOR - IBBP, com sede na cidade de MIMOSO DO SUL, Estado do Espírito Santo - CGC/CNPJ Nº 05.197.669/0001-39 - (Processo MJ Nº 08071.028967/2011-95);

X. INSTITUTO DE PESQUISAS HISTÓRICAS E AMBIENTAIS FARROUPILHA - IPHAF, com sede na cidade de PORTO ALEGRE, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ Nº 91.343.152/0001-42 - (Processo MJ Nº 08071.028950/2011-38);

XI. INSTITUTO IVNUK - INSTITUTO MED PREV/LITORAL, com sede na cidade de PARANAGUÁ, Estado do Paraná - CGC/CNPJ Nº 10.791.165/0001-82 - (Processo MJ Nº 08071.024057/2011-33);

XII. NÚCLEO DE ONCOLOGIA SANTISTA - NOS, com sede na cidade de SANTOS, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 07.769.909/0001-58 - (Processo MJ Nº 08071.021949/2011-82);

XIII. ONG AMIGOS DO ESPORTE, com sede na cidade de FRANCA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 12.398.403/0001-10 - (Processo MJ Nº 08071.024060/2011-57);

XIV. ORGANIZAÇÃO E FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PROVER, com sede na cidade de NOVO HAMBURGO, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ Nº 11.025.115/0001-57 - (Processo MJ Nº 08071.014887/2011-52);

XV. SISTEMA BRASILEIRO PRÓ-ARTE SAÚDE E MEIO AMBIENTE - "SIBRASTEM", com sede na cidade de ITAPETININGA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 12.425.391/0001-75 - (Processo MJ Nº 08071.022882/2011-01).

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

DESPACHOS DO DIRETOR ADJUNTO
Em 21 de novembro de 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve:

Processo MJ Nº 08017.001169/2011-71
Filme: "O TÚMULO SINISTRO"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. EPP)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Tema: Morte
Contém: Violência

Indeferir o pedido de solicitação de autoclassificação, do filme, classificando-o pelo monitoramento como: "Não recomendado' para menores de 12 (doze) anos".

Processo MJ Nº 08017.003572/2008-39
Filme: "SOBREVIVENTES DO INFERNO"
Requerente: LPR Importação, Exportação e Serviços Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. EPP)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Guerra.
Contém: Violência e Drogas Lícitas.

Indeferir o pedido de solicitação de autoclassificação, do filme, classificando-o pelo monitoramento como: "Não recomendado' para menores de 14 (quatorze) anos".

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, resolve:

Processo MJ Nº 08017.000568/2010-33
Título do Episódio: "CHUCK VERSUS THE SUBURBS"
Título da Série: "CHUCK - 2ª TEMPORADA - CHUCK SEASON 2"
Nº Episódio: 7263
Requerente: TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Investigação
Contém: Violência.

Deferir o pedido de reclassificação do episódio da série, classificando-o como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".

A TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio na versão apresentada à este Departamento.

Processo MJ Nº 08017.000573/2010-46
Título do Episódio: "CHUCK VERSUS THE BROKEN HEART"
Título da Série: "CHUCK - 2ª TEMPORADA - CHUCK SEASON 2"
Nº Episódio: 7268
Requerente: TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Investigação
Contém: Violência e Conteúdo Sexual.

Indeferir o pedido de reclassificação do episódio da série, mantendo sua classificação como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos".

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, e na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007;

Processo MJ Nº 08017.003836/2011-50
Série: "BOB ESPONJA - SHORTS"
Requerente: Globo Comunicações e Participações S.A.
Tema: Seres Marinhos

CONSIDERANDO que a série "BOB ESPONJA" foi apresentada sob a forma de autoclassificação, sendo que cada episódio foi apresentado como uma obra à parte, com seu próprio número protocolar.

CONSIDERANDO que a análise dos episódios da série constatou a continuidade da trama, apresentando também coerência quanto à temática infantil, com nenhuma tendência de indicação.

CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem como objetivo transmitir aos cidadãos informação completa e de fácil compreensão sobre o conteúdo de diversões públicas.

CONSIDERANDO que no presente caso a transmissão da informação completa aos cidadãos se faz de forma mais eficaz tratando os episódios como um todo.

RESOLVO apensar os processos de número protocolar 08017.003837/2011-02 a 08017.003840/2011-18, referentes aos episódios da série, ao processo 08017.003836/2011-50, atribuindo à série a classificação "Livre".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.119, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 1º, da Portaria GM/MS nº 731, de 11 de abril de 2011, e

Considerando a necessidade de ajustar as dotações orçamentárias do Fundo Nacional de Saúde, acrescidas ou incluídas pelo Congresso Nacional, com vistas a celebração de convênios com Estados, Municípios e Entidades Privadas, bem como reforçar dotações aplicadas diretamente; e

Considerando as informações e justificativas constantes do processo nº 25000.195911/2011-06, resolve:

Art. 1º Promover na forma do anexo a esta Portaria, em consonância ao estabelecido no inciso II, do artigo 55, da Lei nº 12.309, de 09.08.10 (LDO 2011), a alteração de modalidade de aplicação de dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 12.381, de 09.02.2011.

MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL

ANEXO

Seguridade Social

R$ 1,00

CÓDIGO	IDOC	CE	GR	MOD	FTE	VALOR	
						ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
36000						4.255.651	4.255.651
36901						4.255.651	4.255.651
10.301.1214.8581						4.255.651	4.255.651
10.301.1214.8581.0011						100.000	100.000
	9999	4	4	40	151		100.000
	9999	4	4	41	151	100.000	
10.301.1214.8581.0025						88.574	88.574
	9999	4	4	40	151		88.574
	9999	4	4	41	151	88.574	
10.301.1214.8581.0031						200.000	200.000
	9999	4	4	40	151		200.000
	9999	4	4	41	151	200.000	
10.301.1214.8581.0031						1.500.000	1.500.000
	9999	4	4	30	151		1.500.000
	9999	4	4	31	151	1.500.000	
10.301.1214.8581.0035						283.160	283.160
	9999	4	4	40	151		283.160
	9999	4	4	41	151	283.160	
10.301.1214.8581.0035						200.000	200.000
	9999	4	4	40	151		200.000
	9999	4	4	41	151	200.000	
10.301.1214.8581.0042						266.667	266.667
	9999	4	4	40	151		266.667
	9999	4	4	41	151	266.667	
10.301.1214.8581.0043						100.000	100.000
	9999	4	4	40	151		100.000
	9999	4	4	41	151	100.000	
10.301.1214.8581.0043						86.500	86.500

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	9999	4	4	40	151		86.500
	9999	4	4	41	151	86.500	
10.301.1214.8581.0043						97.417	97.417
	9999	4	4	40	151		97.417
	9999	4	4	41	151	97.417	
10.301.1214.8581.0690						266.667	266.667
	9999	4	4	40	151		266.667
	9999	4	4	41	151	266.667	
10.301.1214.8581.0690						266.667	266.667
	9999	4	4	40	151		266.667

	9999	4	4	41	151	266.667	
10.301.1214.8581.0690						266.667	266.667
	9999	4	4	40	151		266.667
	9999	4	4	41	151	266.667	
10.301.1214.8581.0690						266.667	266.667
	9999	4	4	40	151		266.667
	9999	4	4	41	151	266.667	
10.301.1214.8581.0690						266.667	266.667
	9999	4	4	40	151		266.667
	9999	4	4	41	151	266.667	

PORTARIA Nº 1.150, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das prerrogativas constantes da Portaria GM/MS nº 93/2003, disposições do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e consoante Processo Administrativo nº 25000.145056/2008-89, resolve:

Art. 1º Autorizar a modificação do Plano de Trabalho vinculado à Portaria SE/MS nº 406/2008, relativa à descentralização de recursos para a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/PB, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 21/10/2008, cujas alterações constantes do novo Plano de Trabalho passam a se constituir em peça integrante da mencionada Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA APARECIDA DO AMARAL

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.054626/2005-44

Operadora: UNIMED PATOS DE MINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 353060

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312237/2010-14

Operadora: UNIMED REGIONAL JAÚ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 306762

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS nº 3507100367364 e 3507101231733 ambas de competência 01/2007.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312244/2010-16

Operadora: UNIMED RN FEDERAÇÃO DAS SOC COOP DE TRABALHO MÉDICO LTDA

Registro na ANS nº: 348406

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.054667/2005-31

Operadora: UNIMED SERRA DO CARAÇA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 343196

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no despacho nº 571/2011/DIPRO/ANS e pela ratificação da revisão ex officio realizada pelo Diretor da DIDES para reduzir o valor original da AIH nº 2855423021 (competência 08/2004), mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.232166/2002-59

Operadora: UNIMED SÃO JOÃO DEL REI COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 323926

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso de 2ª instância referente a AIH nº 2543567390 (competência 08/2002) e pelo não conhecimento do recurso das AIHS listadas no despacho nº 572/2011/DIPRO/ANS, por ser intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312274/2010-14

Operadora: UNIMED TRÊS RIOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 337498

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.283367/2010-24

Operadora: UNIMED VALE DAS ANTAS, RS - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Registro na ANS nº: 335541

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.047793/2008-81

Operadora: UNIMED VITÓRIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 357391

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso referente as AIHS listadas no despacho nº 1206/2011/DIGES/ANS e pela ratificação da revisão ex officio realizada pelo Diretor da DIDES para retornar a cobrança para o valor original das AIHS listadas no despacho nº 1206/2011/DIGES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.054711/2005-11

Operadora: VI-MED CENTRO MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Registro na ANS nº: 304107

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.282580/2010-19

Operadora: ASSOCIAÇÃO UNISAÚDE MARAU

Registro na ANS nº: 333867

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.027539/2006-03

Operadora: AMICO SAÚDE LTDA

Registro na ANS nº: 306622

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.027684/2006-86

Operadora: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

Registro na ANS nº: 359521

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.177170/2010-57
Operadora: CENTRO CLÍNICO CANOAS LTDA
Registro na ANS nº: 348457

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, por ser intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.232519/2002-11
Operadora: COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO PLANALTO NORTE DE SC LTDA
Registro na ANS nº: 317012

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS nº 2608731114 (competência 08/2002) e 2609098701 (competência 09/2012).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.028301/2006-97
Operadora: SOCIEDADE EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Registro na ANS nº: 326755

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.027851/2006-99
Operadora: GAMEC GRUPO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA EMPRESARIAL DO CEARÁ LTDA
Registro na ANS nº: 347591

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.053976/2005-93
Operadora: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA
Registro na ANS nº: 403911

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.177302/2010-41
Operadora: HBC SAÚDE S/C
Registro na ANS nº: 414351

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento do recurso, por ser intempestivo, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.027927/2006-86
Operadora: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LEME
Registro na ANS nº: 335762

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIOPE no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.311533/2010-90
Operadora: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS
Registro na ANS nº: 316491

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.282827/2010-05
Operadora: IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE MONTE ALTO
Registro na ANS nº: 333808

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.280481/2005-35
Operadora: LUMINA SAÚDE S/A
Registro na ANS nº: 304638

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso de 2ª instância, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902. 027986/2006-54
Operadora: MASTER SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
Registro na ANS nº: 332615

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.215801/2005-86
Operadora: RN METROPOLITAN LTDA
Registro na ANS nº: 414131

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.232472/2002-95
Operadora: SAMP ESPIRÍTO SANTO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
Registro na ANS nº: 342033

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso de 3ª instância, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.177494/2010-95
Operadora: SANAMED SAÚDE SANTO ANTÔNIO LTDA
Registro na ANS nº: 384585

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.185955/2004-55
Operadora: SANTAMÁLIA SAÚDE S/A
Registro na ANS nº: 339245

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.215927/2005-51
Operadora: SEMEV SERVIÇO MÉDICO DE VITÓRIA DA CONQUISTA S/C LTDA
Registro na ANS nº: 303691

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.177554/2010-70
Operadora: SIND DOS ASSAL ATIV AP E PENS EMPR GER TRANSM DISTRIB ENERG ELÉTRICA RS
Registro na ANS nº: 382833

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de res-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

sarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 4306105775466 (competência 09/2006).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.216002/2005-27

Operadora: SSI - SISTEMA SAÚDE INTEGRAL LTDA

Registro na ANS nº: 320820

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.177587/2010-10

Operadora: SULMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

Registro na ANS nº: 338346

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS nº 4306102715189 (competência 07/2006) e 4306103987603 (competência 09/2006).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.101009/2010-11

Operadora: UNIHOSP SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

Registro na ANS nº: 412538

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.216045/2005-11

Operadora: UNIHOSP ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR LTDA

Registro na ANS nº: 348864

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.095275/2004-41

Operadora: UNIMED BRASÍLIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 353574

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 314ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de novembro de 2011, determinou:

Processo nº: 33902.028611/2006-10

Operadora: UNIMED JUNDIAÍ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 303267

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.151455/2004-10

Operadora: AMIL SAÚDE S.A

Registro ANS: 302872

Beneficiário(a): M.C.D.V

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIDES em processo administrativo de DLP no julgamento do recurso interposto pela Operadora AMIL SAÚDE S.A., ANS 302872, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão exarada pela DIPRO que considerou improcedente a alegação da operadora, Processo nº 33902.151455/2004-10.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.154198/2005-59

Operadora: AMIL SAÚDE S.A

Registro ANS: 302872

Beneficiário(a): M.G

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIDES em processo administrativo de DLP no julgamento do recurso interposto pela Operadora AMIL SAÚDE S.A., ANS 302872, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão exarada pela DIPRO que considerou improcedente a alegação da operadora.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.155210/2005-42

Operadora: UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro ANS: 382876

Beneficiário(a): D.P.B

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIDES em processo administrativo de DLP no julgamento do recurso interposto pela Operadora UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, ANS 382876, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão exarada pela DIPRO que considerou improcedente a alegação da operadora.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 313ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.188893/2004-33

Operadora: UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO

Registro ANS: 393321

Beneficiário(a): E.G.L

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIDES em processo administrativo de DLP no julgamento do recurso interposto pela Operadora UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO, ANS 393321, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão exarada pela DIPRO que considerou improcedente a alegação da operadora.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3593/2011 de 17 de outubro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot.ANS nº: 25789.013604/2005-40

Operadora: PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA.

Registro ANS: 360244

Auto de Infração nº 18626 de 6/4/2006 15:52:00

Decisão: Aprovado à unanimidade dos votantes o voto condutor da DIPRO, pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto, mantendo a decisão em primeira instância da DIFIS que aplicou penalidade pecuniária no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) por infração ao artigo 12, inciso II., alínea "a" da Lei 9656/98 c/c artigo 77 c/c inciso III do artigo 10 da RN 124/2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3529, de 16 de agosto de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 25789.001505/2005-15

Operadora: Unimed de Araraquara - Cooperativa de Trabalho Médico

Registro ANS: 364312

Auto de Infração n.º: 18694 de 02 de maio de 2006

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela operadora, mantendo a decisão em primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária imposta para R$ 122.069,68 (cento e vinte e dois mil, sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos) por infração ao disposto ao caput do artigo 25 da Lei 9656/98 c/c artigo 58 c/c inciso II do artigo 9º c/c inciso III do artigo 10, todos da RN 124/2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 315ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 07 de novembro de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.027775/2006-11

Operadora: CRAM - CENTRAL RIOVERDENSE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA

Registro na ANS nº: 317250

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIPRO no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.005964/2010-54	UNIMED VITORIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	357391.	27.578.434/0001-20	Suspender unilateralmente em 18.05.10 contrato individual nº 2384, Unimed Participativo Estadual, firmado c/ benef. M.R.R., em desacordo c/ lei.(Art.13, § único, II ,da Lei nº 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25779.010380/2010-09	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS ,SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	346926.	00.628.107/0001-89	Deix. cumprir obrigs. prev. cl. 54º contrato firmado c/ benef. V.A.O. em 19/11/93 e cl. 4ª termo aditivo - Plus I, firmado em 16/10/07, ref. cob. material equipo c/ sensor p/ realização tratamento cirúrgico artroscopia do tornozelo, em 2/7/10. (Art.25 da Lei 9.656).	36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
25779.008875/2011-41	VIDA SAUDÁVEL S/C LTDA	411213.	03.694.039/0001-44	Deix gar. em 13.04.11 à benef. J.S.D.J benefício acesso/cob. de consulta c/ médico espec. neurologia. (Art.12, I da Lei 9.656).	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO EM MATO GROSSO

DECISÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 42, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, pág 34, c/c Portaria nº 2736, publicada no DO de 12/09/2008, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33903.007245/2010-23	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deix. de gar. as cobs. obrigs. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscr. de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII, ao não gar. procedimento solicitado em caráter de emerg., p/ o benef. AFS, em 15/11/2009.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)

CLAUDIA MARIA RESTUM CORRÊA DE SÁ

NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.026812/2010-26	OPS - PLANOS DE SAÚDE S.A	413631.	04.288.864/0001-01	- (Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 4º XVII da Lei 9961/00 c/c art. 12 § 2º da RN 171/08).	28000 (VINTE E OITO MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

DECISÃO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.015397/2010-85	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deix. de gar. as cobs. obrigs. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamen. p/ os planos privados de assist. à saúde, incl. a insc. de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656).	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25783.016156/2010-53	GRUPO SERVIÇOS DE MEDICINA LTDA	391727.	11.140.431/0001-70	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656) e inadequada alimentação do SIB. Infr. ao art.20 da Lei nº 9.656/98.	29000 (VINTE E NOVE MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

DECISÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.009614/2011-89	FUNDAÇÃO CESP	315478.	62.465.117/0001-06	Enc. à ANS, infs. e estatísticas periódicas ou eventuais, devidas ou solicitadas, contendo incorreções ou omissões excetuadas as infs de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares e dependentes, prev. (Art.20, caput da Lei 9.656).	Anulação do AI nº 35291. Arquivamento
25783.020934/2010-17	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deix. de gar. as cobs. obrigs. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscr. de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25783.001171/2010-05	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	327263.	40.869.042/0001-88	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parágrafo 4o e incs., do art. 17 da Lei 9656/98 e operar produto em condições diversa da registrada. Infr. aos arts. 8º, 9º, inc. II e 20 da Lei nº 9.656/98 c/c art. 13 e 20 da RN 85/04 e posteriores alterações. (Art.17, §4º da Lei 9.656).	122494,74 (CENTO E VINTE E DOIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)
25783.022061/2010-79	OPERADORA IDEAL SAUDE LTDA.	412171.	03.516.381/0001-54	Deix. de cumprir as normas relativas ¿a adoção e utilização dos mecanismos de regulação do uso de serviços de saúde. (Art.1º, §1º, ¿d¿ da Lei 9.656 c/c Art.2º, V da CONSU 08).	18000 (DEZOITO MIL REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NÚCLEO NO PARANÁ

DECISÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O(A) Chefe - NUCLEO DA ANS PARANA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25782.004648/2010-14	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Comercializar quaisquer dos prods de que trata o inc. I e o § 1o da Lei 9656/98, em condições operacionais ou econômicas diversas da reg. na ANS. (Art.19, §3º da Lei 9.656); e Enc. Infs. cadastrais à ANS, em desacordo c/ o efetivamente contratado pelo benef. (Art. 20 da Lei nº 9656)	60000 (SESSENTA MIL REAIS)

TATIANA NOZAKI GRAVE

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.050065/2011-52	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Aplicar reaj. por mudança de faixa etária em desacordo com ato administrativo exarado pela Susep. (Art.25 da Lei 9.656).	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.198723/2009-71	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deix. de cumprir norma regulamentadora de CPT e deix. de gar. cob. obrig. (Art. 11§1º e Art.12, II da Lei 9.656).	110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.004958/2011-81	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deix. de cumprir a obrig. de cob. de atendimento aos casos de urgência e emergência, conforme dispõe o art. 35 e incs. da Lei 9656/98. (Art.35-C da Lei 9.656).	110000 (CENTO E DEZ MIL REAIS)

ANDRÉ LUIS PEREIRA DUARTE

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.009481/2011-91	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deix. de cumprir a obrig. de cob. aos casos de urg. e emerg., à benef. A.S.R. Art. 35C e inc. I da Lei 9656/98.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
25789.069809/2010-47	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP. MÉDICAS	319996.	43.643.139/0001-66	Não gar. à usuária BDSS, cobert. p/ mat. denom. Agulha de Verres. Art.12, inc.II, alín.e, Lei nº 9.656/98.	AI 44.064 anulado por improcedência - Arquivamento.
33902.115724/2007-27	Clínica Médica de Todos Unidos em Campinas Ltda.	Sem Registro	08.731.061/0001-30	Exercer atividade de operadora de plano privado de assist. à saúde sem autor.. de funci. da ANS. Art. 19, § 6° da Lei n° 9.656/98.	AI 29.696 anulado por improcedência - Arquivamento
25789.067854/2009-23	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deix. de realizar cirurgia p/ reconstrução parcial de mandíbula c/ enxerto ósseo à benef. MMS.. Art.12, inc.II,Alin. a, da Lei nº 9.656/98	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.063910/2010-94	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Exigir reajs. aos benef. SER e MR, pela mudança de faixa etária ao completar 66. Art. 25 da Lei nº 9.656/98.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.063620/2010-41	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deix. de garant. cobert. p/ o proced. "Uvulopalatofaringoplastia", solicitado à benef. AALO.. Art.12, inc.II, alín.a, Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.069819/2010-82	MARÍTIMA SAÚDE SEGUROS S/A	000477.	47.184.510/0001-20	Deix. de gar. cob. ao tratamento de hérnia de disco à benef. C.V.. Art.12, inc.II, alín.a, Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.076320/2009-98	CLÍNICA ODONTO HAKIN LTDA.	SEM REGISTRO	06.294.099/0001-68	Exercer atividade de operadora de plano privado de assist. à saúde sem autorização de funcionamento da ANS. Art. 19 da Lei 9656/98.	AI 32.451 anulado por improced. - Arquivamento
25789.040365/2011-49	FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ	312126.	73.809.352/0001-66	Deix de gar. cobert. p/ acomp. durante o trabalho, parto e pós-parto imediato, à benef. R.R.. Art.12, inc.II, alín.e, Lei nº 9.656/98.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.001641/2010-72	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Rescindir de maneira unilateral, contrato individual firmado pelo benef.BCS. Art. 13, § único, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25789.000458/2010-50	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Rescindir de maneira unilat. o cont. indiv. firm. pela benef. LBFP. Art.13, § único, Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.022367/2010-75	UNIVERSAL SAUDE ASSISTENCIA MEDICA S.A.	348520.	62.550.256/0001-20	Não garant. à benef. LOS cobert. p/ Facectomia com Implante de Lente Intraocular. Art.12, inc.I, alín.b, Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.019248/2011-16	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PUBLICO S/C LTDA	357685.	62.574.884/0001-45	Deix. de gar. cob. p/ proced. Ressonância Magnética de Crânio/Encéfalo, à benef. IVN. Art.12, inc.I, alín.b, Lei 9656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.003330/2011-29	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA	402796.	58.194.622/0001-88	Deix. de gar. cob. de trat. cirúrg. de Neoplasia de Mandíbula, à benf. AFA. Art. 11, § único, Lei 9656/98 c/c art. 12, inc. II, lín.a, Lei 9656/98.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.067604/2010-27	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deix. de cumprir as obrigações cláusula 19 do contrato firmado pela empresa G.S.A Art.25 da Lei 9.656.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 5.165, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 4.097 de 09 de setembro de 2011, única e exclusivamente quanto ao Registro de Material de Uso Médico NACIONAL, referente à empresa DMC EQUIPAMENTOS LTDA. EPP - 02.827.605/0001-86, PROCESSO 25351.339045/2010-38, publicada no Diário Oficial da União nº. 175 de 12 de setembro de 2011, Seção 1, página 36 e em suplemento, página 22.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 18 de novembro de 2011

Nº 105 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com art. 61 da Lei No- 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e com o art. 7º da Lei Nº- 6.360, de 23 de setembro de 1976, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E NÃO CONFERE efeito suspensivo aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento da análise para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: ORTOPEDIA BRASIL LTDA
CNPJ: 05.477.107/0001-49
Processo nº: 25351.139324/2011-08
Expediente Recurso nº: 827765/11-6
Expediente Indeferido n.º: 193560/11-7
Empresa: ORTOPEDIA BRASIL LTDA
CNPJ: 05.477.107/0001-49
Processo nº: 25351.139287/2011-85
Expediente Recurso nº: 849245/11-0
Expediente Indeferido n.º: 193465/11-1
Empresa: REICHENBACH INSTRUMENTOS E FIBRA OTICA LTDA
CNPJ: 53.032.280/0001-86
Processo nº: 25351.440571/2011-65
Expediente Recurso nº: 719672/11-5
Expediente Indeferido n.º: 615850/11-1
Empresa: TECNOTON MINAS APARELHOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 66.208.448/0001-03
Processo nº: 25351.494493/2011-08
Expediente Recurso nº: 841944/11-2
Expediente Indeferido n.º: 692788/11-2
Empresa: HOMED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP
CNPJ: 64.835.721/0001-02
Processo nº: 25351.034282/2003-41
Expediente Recurso nº: 285774/11-0
Expediente Indeferido n.º: 642590/08-9
Empresa: GREINER BIO-ONE BRASIL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 71.957.310/0001-47
Processo nº: 25351.277269/2011-48
Expediente Recurso nº: 805619/11-6
Expediente Indeferido n.º: 385414/11-1

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.218, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando os arts. 7º e 12, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, a apreensão realizada pela Subsecretaria de Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, dos produtos abaixo descritos, fabricados por BION COSMÉTICA LTDA. - CNPJ 03.276.131/0001-94, localizada na Av. Cesário de Melo, 5381, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ, por não possuírem registro nesta Agência:

? Lannes Shampoo Premium - Anti resíduos;

? Definit Lizzi Shampoo Clean Max.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.219, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando os arts. 7º, 12 e 50, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, as ações da Vigilância Sanitária do Estado do Espírito Santo, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os produtos sob vigilância sanitária fabricados por SEBASTIÃO PACHECO ERVAMEL CNPJ 01.653.011/0001-33, endereço Rod João Ricardo Schorling, nº 1200, Térreo, Centro, Domingos Martins/ES, por não possuir registros e Autorização de Funcionamento nesta Agência:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.220, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando os arts. 7º, 12 e 50, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os produtos sob vigilância sanitária fabricados por LOREMAX COSMÉTICOS CNPJ 03.267.261/0001-53, endereço Rua Minas Gerais, 2054-, Divinópolis/MG, por não possuir registros e Autorização de Funcionamento nesta Agência:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.221, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando os arts. 7º, 12 e 50, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os produtos sob vigilância sanitária fabricados por OFFICE TRADE COMPONENTES CNPJ 10.514.725/0001-51, endereço Rua Val Paraíso, 405, Sala C, Zona 23, Maringa/PR, por não possuir registros e Autorização de Funcionamento nesta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.222, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando os arts. 7º, 12 e 50, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os produtos sob vigilância sanitária fabricados por INDÚSTRIA SANTO CRISTO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME CNPJ 00.372.264/0001-76, ENDEREÇO DESCONHECIDO por não possuir registros e Autorização de Funcionamento nesta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.223, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando os arts. 7º, 12 e 50, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, a apreensão realizada pela Subsecretaria de Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do produto POMADA DE CARTILAGEM DE TUBARÃO PEIXE ELÉTRICO, e de quaisquer outros cosméticos que constem em sua rotulagem como sendo fabricados por CNPJ 07.774.258/0000-00 (CNPJ inválido), por não existir registro e Autorização de Funcionamento nesta Agência:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.224, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando os arts. 7º, 12 e 50, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os produtos sob vigilância sanitária fabricados por SANTA LUZIA MOVEIS HOSPITALARES CNPJ 48.901.490/0001-23, endereço Rua Lagoa Santa, 126/150, São Paulo/SP, por não possuir registros e Autorização de Funcionamento nesta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.225, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando os arts. 7º, 12 e 50, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, as ações da Vigilância Sanitária do Estado do Espírito Santo, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os produtos sob vigilância sanitária fabricados por LABORFLORA PRODUTOS NATURAIS LTDA ME CNPJ 08.854.524/0001-09, endereço Rua Alda Messias da Hora, nº 691, Areias Negras, Marataizes/ES, por não possuir registros e Autorização de Funcionamento nesta Agência:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.226, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando os arts. 7º, 12 e 50, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os produtos sob vigilância sanitária fabricados por L. A. CARVALHO -ME CNPJ 01.739.316/0001-62, endereço Rua São Benedito , 586, Setor Sul II, Barra do Garça/MT, por não possuir registros e Autorização de Funcionamento nesta Agência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RESOLUÇÃO - RE Nº 5.227, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011;

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o Laudo de Análise Fiscal nº 2978.00/2010 emitido pela FUNED, que apontou resultado insatisfatório nos ensaios de Rotulagem e Determinação de pH, que se tornou definitivo em virtude da não solicitação de contraprova pela empresa, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do lote 11 (fabr. 02/2010 val. 02/2013) do produto CREME ALISANTE ALOIS fabricado pela empresa ALOIS COSMÉTICOS LTDA (CNPJ 20.171.997/0001-50), Rua Santa Maria, 1072, Bairro Pedra Azul, Contagem/MG, por apresentar desvio de qualidade.

Art. 2º Determinar, ainda, que a empresa promova o recolhimento do mercado do lote citado no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

ARESTO Nº 275, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência na reunião de 08/11/2011.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO
Diretora-Presidente
Substituta

ANEXO

1.
Empresa: BL Indústria Ótica Ltda.
Medicamento: Ocuvite Preservision (ácido ascórbico + óxido cúprico + acetato de racealfatocoferol + betacaroteno + óxido de zinco)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.070276/2003-57
Expediente nº: 611892/10-5
Assunto: Indeferimento de Petição de Alteração de Especificações e Métodos Analíticos de Medicamento Específico
Parecer: 099/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
2.
Empresa: BL Indústria Ótica Ltda.
Medicamento: Ocuvite Preservision (ácido ascórbico + óxido cúprico + acetato de racealfatocoferol + betacaroteno + óxido de zinco)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.070276/2003-57
Expediente nº: 611923/10-9
Assunto: Indeferimento de Renovação de Registro de Medicamento Específico
Parecer: 100/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
3.
Empresa: BL Indústria Ótica Ltda.
Medicamento: Ocuvite Preservision (ácido ascórbico + óxido cúprico + acetato de racealfatocoferol + betacaroteno + óxido de zinco)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.070276/2003-57
Expediente nº: 611930/10-1
Assunto: Indeferimento de Petição de Alteração do Prazo de Validade de Medicamento Específico
Parecer: 101/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
4.
Empresa: Prodotti Laboratório Farmacêutico Ltda.
Medicamento: Rifazoma (rifampicina + isoniazida)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura
Processo nº: 25000.003146/88
Expediente nº: 764573/10-2
Assunto: Indeferimento de Petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar
Parecer: 155/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.
5.
Empresa: Prodotti Laboratório Farmacêutico Ltda.
Medicamento: Profenicol (cloranfenicol)
Forma Farmacêutica: pó liófilo
Processo nº: 25351.521017/2010-82
Expediente nº: 806693/10-1
Assunto: Indeferimento de Petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar
Parecer: 156/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.
6.
Empresa: Prodotti Laboratório Farmacêutico Ltda.
Medicamento: Pencil 400 (benzilpenicilina procaína + benzilpenicilina potássica)
Forma Farmacêutica: Pó injetável
Processo nº: 25992.009700/88
Expediente nº: 838379/10-1
Assunto: Indeferimento de Petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar
Parecer: 157/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.
7.
Empresa: Torrent do Brasil Ltda.
Medicamento: valsartana + hidroclorotiazida
Forma farmacêutica: comprimido revestido
Processo n.: 25351.529986/2009-10
Expediente n.: 737678/10-2
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 158/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E PUBLICAR O REGISTRO.
8.
Empresa: Laboratório Teuto Brasileiro Ltda
Medicamento: simeticona
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa mole
Processo nº: 25351.118557/2009-21
Expediente nº: 761641/10-4
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 159/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.
9.
Empresa: Instituto Biochimico Indústria Farmacêutica Ltda.
Medicamento: ciprofloxacino
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25351.149536/2009-35
Expediente nº: 747602/10-7
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 164/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
10.
Empresa: Ariston Indústrias Químicas e Farmacêuticas Ltda.
Medicamento: hidrocortisona
Forma Farmacêutica: Pó liófilo injetável
Processo nº: 25351.176659/2009-39
Expediente nº: 829610/10-3
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 165/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E CONCEDER O REGISTRO.
11.
Empresa: Mariol Industrial Ltda.
Medicamento: cloridrato de propranolol
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25351.405415/2009-47
Expediente nº: 817236/10-6
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 166/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
12.
Empresa: Mariol Industrial Ltda.
Medicamento: mebendazol
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25351.089201/2008-54
Expediente nº: 817319/10-2
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de Medicamento Genérico
Parecer: 167/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
13.
Empresa: Cazi Química Farmacêutica Indústria e Comércio Ltda.
Medicamento: Drenidra (clortalidona)
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25000.006840/88-02
Expediente nº: 780733/10-3
Assunto: Indeferimento de Petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar
Parecer: 168/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
14.
Empresa: Lapon Química e Natural Ltda.
Medicamentos: Jalapa TM Solução Oral; Cynara Scolymus TM Solução Oral; Arnica Montana TM Gel; Peumus Boldus TM Solução Oral.
Formas Farmacêuticas: Tintura; Gel Tópico
Processo nº: Notificação Simplificada
Expediente nº: 897651/10-1
Assunto: Indeferimento da Notificação de Medicamento Homeopático
Parecer: 170/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
15.
Empresa: TRB Pharma Indústria Química e Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Sinaxial ® (gangliosídeos)
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25991.001742/79
Expediente nº: 507305/11-7
Assunto: Revisão de Decisão
Parecer de Revisão de Ato: 004/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ARESTO Nº 276, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência na reunião de 08/11/2011.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO
Diretora-Presidente
Substituta

ANEXO

1.
Empresa: Sidepal Industrial e Comercial Ltda
Medicamento: Fumasil (Lobelia inflata, Plantago major L., Caladium seguinum, Argentum nitricum)
Forma Farmacêutica: comprimido
Processo nº.: 25991.002248/80
Expediente nº.: 253338/10-3
Assunto: Deferimento da petição de Cancelamento de Registro de Medicamento Dinamizado
Parecer: 083/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.
2.
Empresa: As Ervas Curam Indústria Farmacêutica Ltda
Medicamento: Tanaceto EC
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura
Processo nº: 25351.451979/2009-68
Expediente nº: 746389/10-8
Assunto: Indeferimento de Petição de Registro de Medicamento Fitoterápico
Parecer: 173/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E CONCEDER O REGISTRO.
3.
Empresa: LFB Hemoderivados e Biotecnologia Ltda
Medicamento: Clairyg (imunoglobulina humana)
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25351.707829/2010-33
Expediente nº: 340487/11-1
Assunto: Indeferimento de petição de registro de medicamento biológico
Parecer: 174/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.
4.
Empresa: Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.
Medicamento: nitrato de miconazol
Forma farmacêutica: creme vaginal
Processo n.: 25351.698911/2008-70
Expediente n.: 830872/10-1
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de medicamento genérico
Parecer: 176/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.
5.
Empresa: Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.
Medicamento: Samicon/Gino-Samicon (nitrato de miconazol)
Formas farmacêuticas: loção tópica e creme vaginal
Processo n.: 25351.698034/2008-37
Expediente n.: 830840/10-3
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de medicamento similar
Parecer: 177/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.
6.
Empresa: Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.
Medicamento: valerato de betametasona
Forma farmacêutica: pomada dermatológica
Processo n.: 25351.246315/2009-34
Expediente n.: 805223/10-9
Assunto: Indeferimento de petição de Registro de medicamento genérico
Parecer: 178/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.
7.
Empresa: Blausiegel Indústria e Comércio Ltda.
Medicamento: Vudirax (lamivudina)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25000.001406/99-53
Expediente nº: 801110/10-9
Assunto: Indeferimento de Petição de Renovação de Registro de Medicamento Similar
Parecer: 179/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO E RETORNAR À ANÁLISE.
8.
Empresa: Laboratório Simões Ltda.
Medicamento: Elixir 914 (iodeto de potássio + tintura de badiana + tintura de samambaia + tintura de baunilha + tintura de cipó suma + tintura de caroba + tintura de fumaria + extrato de genciana + infuso de raiz salsaparrilha)
Forma Farmacêutica: solução oral
Processo nº: 25991.006039/79
Expediente nº: 813586/10-0
Assunto: Indeferimento de Petição de Renovação de Registro do Medicamento Similar
Parecer: 184/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.
9.
Empresa: Vidfarma Indústria de Medicamentos Ltda.
Medicamento: Dernizol (cetoconazol)
Forma Farmacêutica: comprimido simples e xampu
Processo nº: 25351.240716/2010-85
Expediente nº: 838289/10-1
Assunto: Indeferimento de Petição de Renovação de Registro do Medicamento Similar
Parecer: 186/2011
Decisão: POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CANCELAR O REGISTRO.

DESPACHO DO DIRETOR
Em 22 de novembro de 2011

Nº 106 - O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011 da Presidente da República, os incisos I, V e VII do art. 12 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999 e a Portaria nº 1.417 da ANVISA, de 20 de setembro de 2011, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com o art. 61 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, não conhece os recursos a seguir especificados, por intempestividade, determinando a extinção dos recursos, sem julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

Empresa: J DUARTE SILVA CAMPELO
CNPJ: 05.648.197/0001-93
Processo: 25351.619803/2010-47
Expediente: 126891/11-1
Empresa: SCHEID E CASTRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ: 05.912.018/0001-83
Processo: 25351.085692/2005-11
Expediente: 066974/11-1
Empresa: CN PLUS COMERCIAL LTDA
CNPJ: 06.091.618/0001-90
Processo: 25351.467067/2006-75
Expediente: 688488/10-1
Empresa: MAGISTRAL PHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME
CNPJ: 03.929.228/0001-59
Processo: 25351.407805/2006-25
Expediente: 158014/11-1
Empresa: POÇÕES DA ILHA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME
CNPJ: 07.429.420/0001-37
Processo: 25024.002461/2006-73
Expediente: 259362/11-9
Empresa: A FÓRMULA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
CNPJ: 81.170.862/0001-64
Processo: 0679989
Expediente104003/11-1
Empresa: ALVES E MAIA LTDA
CNPJ: 71.438.576/0001-83
Processo: 25000.027576/98-78
Expediente: 370472/11-6
Empresa: INNATO FARMÁCIA HOMEOPÁTICA LTDA
CNPJ: 36.114.270/0001-70
Processo: 25351.018521/00-65
Expediente: 145174/11-0
Empresa: JAMED COMÉRCIO LTDA ME
CNPJ: 04.754.413/0001-12
Processo: 25351.162458/2002-72
Expediente: 773745/10-9
Empresa: FAXE CARGO - TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
CNPJ: 08.775.435/0001-58
Processo: 25351.066950/2008-11
Expediente: 070293/11-5
Empresa: WAL MART BRASIL LTDA
CNPJ: 00.063.960/0177-61
Processo: 25351.688651/2010-08
Expediente: 181864/11-3
Empresa: QUALITY FARMÁCIA COMÉRCIO MANIPULAÇÃO E HOMEOPATIA LTDA
CNPJ: 06.246.750/0001-24
Processo: 25351.191311/2005-32
Expediente: 111015/11-2
Empresa: CLEAN LINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP
CNPJ: 04.104.085/0001-09
Processo: 25351.059940/2003-15
Expediente: 298491/11-1
Empresa: ANGATUPIRY TRADING LTDA
CNPJ: 12.041.713/0001-82
Processo: 25351.308098/2011-01
Expediente: 907724/11-3
Empresa: CARDIOSERVICE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 13.434.626/0001-58
Processo: 25351.010508/2011-25
Expediente: 518358/11-8
Empresa: MOLHE QUÍMICA LTDA
CNPJ: 08.617.892/0001-86
Processo: 25024.033159/2010-98
Expediente: 505391/11-9
Empresa: LIRAN TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
CNPJ: 03.580.765/0001-36
Processo: 25351.799015/2010-53
Expediente: 380545/11-0
Empresa: WANDERLEY CORNÉLIO DA SILVA - ME
CNPJ: 04.329.813/0001-80
Processo: 25351.302036/2010-74
Expediente: 152708/11-8
Empresa: PRONTO EXPRESS LOGÍSTICA LTDA
CNPJ: 03.867.580/0001-07
Processo: 25351.551141/201083
Expediente: 438231/11-5 e 449293/11-5
Empresa: SP INTERVENTION LTDA
CNPJ: 05.364.767/0001-13
Processo: 25351.342221/2005-16
Expediente: 179818/11-9
Empresa: ASHER-SILB MEDICAL DO BRASIL LTDA
CNPJ: 05.353.872/0001-54
Processo: 25351.021052/2003-11
Expediente: 179448/11-5
Empresa: DISMESE - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SERIDO LTDA
CNPJ: 40.798.175/0001-00
Processo: 2500.026640/98-30
Expediente: 361635/11-5
Empresa: SILVA E SILVA DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 11.465.342/0001-01
Processo: 25351.476082/2010-34
Expediente: 364868/11-1
Empresa: UNICARGO TRANSPORTES E CARGAS LTDA
CNPJ: 03.271.852/0001-01
Processo: 25351.433706/2006-07
Expediente: 058385/11-5
Empresa: RADIX FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
CNPJ: 06.311.176/0001-40
Processo: 25351.080466/2007-14
Expediente: 456732/11-3
Empresa: MURILO DUNCKA & CIA LTDA - ME
CNPJ: 03.083.652/0001-25
Processo: 25351.183076/2002-82
Expediente: 799706/10-0
Empresa: DROGARIA PALMEIRA LTDA
CNPJ: 12.975.223/0001-53
Processo: 25351.186576/2002-76
Expediente: 802363/10-8
Empresa: FARMÁCIA CARVALHO PASSOS LTDA
CNPJ: 24.029.308/0001-28
Processo: 25351.224492/2002-48
Expediente: 796386/10-6
Empresa: FARMÁCIA E DROGARIA MALESCHESKI LTDA - ME
CNPJ: 06.943.265/0001-00
Processo: 25351.489485/2010-08
Expediente: 794067/10-0

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE n° 2.292, de 26 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 102, de 30 de maio de 2011, Seção 1 pág. 97, Suplemento pág. 113 e 114.

Onde se lê:

EMPRESA: LAPPANN & NORONHA LTDA

ENDEREÇO: RUA VENANCIO AIRES, SALAS 01 E 10, No- 614

BAIRRO: CENTRO CEP: 98005020 - CRUZ ALTA/RS

CNPJ: 05.277.167/0001-18

PROCESSO: 25351.153197/2004-61 AUTORIZ/MS: 1.36839.9

ATIVIDADE/ CLASSE

MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: LAPPANN & NORONHA LTDA

ENDEREÇO: RUA PINHEIRO MACHADO Nº 338, SALA B

BAIRRO: CENTRO CEP: 98005020 - CRUZ ALTA/RS

CNPJ: 05.277.167/0001-18

PROCESSO: 25351.153197/2004-61 AUTORIZ/MS: 1.36839.9

ATIVIDADE/CLASSE

MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

Na resolução - RE N.º 4.425, de 30 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 190, de 03 de outubro de 2011, Seção 1 Pag. 91 e Suplemento Págs 87 e 116.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA SÃO PAULO S/A

ENDEREÇO: AV. DR. EDUARDO COTCHING Nº1625

BAIRRO: VILA FORMOSA CEP: 03356001 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 61.412.110/0014-70

PROCESSO: 25351.659516/2010-82 AUTORIZ/MS: 0.70333.2

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIA SÃO PAULO S/A

ENDEREÇO: AV. DR. EDUARDO COTCHING Nº1625

BAIRRO: VILA FORMOSA CEP: 03356001 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 61.412.110/0014-70

PROCESSO: 25351.659516/2010-82 AUTORIZ/MS: 0.70333.2

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

No Aresto nº 262, de 11 de outubro de 2011, publicado em DOU nº 198, de 14 de outubro de 2011, Seção 1, pág. 78.

Onde se lê:

"Empresa: MZ PRODUTOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 04.143.267/0001-99

Processo nº: 25351.031479/2011-50

Expediente Indeferido nº: 045930/11-5

Expediente do Recurso nº: 145799/11-3"

Leia-se

"Empresa: MZ PRODUTOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 04.143.267/0001-99

Processo nº: 25351.032436/2011-09

Expediente Indeferido nº: 045930/11-5

Expediente do Recurso nº: 145799/11-3"

GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITO A VIGILÂNCIA

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL

Em 17 de novembro de 2011

A Gerente-Geral da Gerência de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.

25351.008431/2008-21 - AIS:010912/08-6 (394/2007) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,

ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA

25351.295366/2008-63 - AIS:374912/08-6 (220/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), além de Proibição de Propaganda,

BRUNELLI COMERCIO DE CARTUCHOS LTDA ME

25351.256615/2008-03 - AIS:324351/08-6 (219/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), além de Proibição de Propaganda,

CLAUDIO ROBERTO ROSALINO ARARAQUARA ME

25351.247332/2008-62 - AIS:312974/08-8 (168/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais), além de Proibição de Propaganda,

EDITORA GLOBO S/A

25351.205549/2008-03 - AIS:260119/08-2 (99/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), além de Proibição de Propaganda,

EDITORA GLOBO S/A

25351.060536/2008-91 - AIS:080094/08-5 (16/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,

FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO VITAL FÓRMULA LTDA

25351.864162/2008-31 - AIS:430513/08-2 (627/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,

FARMACIA E PERFUMARIA RAUL SOARES LTDA

25351.864154/2008-77 - AIS:430467/08-5 (628/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais), além de Proibição de Propaganda,

IN-DERMO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

25351.130061/2007-26 - AIS:165484/07-5 (99/2007) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), além de Proibição de Propaganda,

NESTLE BRASIL LTDA

25351.060555/2008-17 - AIS:080116/08-0 (15/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,

NEWSMAG EDITORA LTDA ME

25351.687711/2008-91 - AIS:884794/08-1 (548/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais), além de Proibição de Propaganda,

QUIMICA FARMACEUTICA NIKKHO DO BRASIL LTDA

25351.380009/2008-08 - AIS:487925/08-2 (319/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,

SANOFI - SYNTHELABO FARMACÊUTICA LTDA

25351.091570/2008-15 - AIS:119503/08-4 (25/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,

SURYA DENTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA

25351.483706/2008-10 - AIS:633476/08-8 (382/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,

TENSOR MEDICAL LTDA

25351.432987/2006-72 - AIS:579090/06-5 (171/2006) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), além de Proibição de Propaganda,

TOKARSKI & CIA LTDA

25351.864500/2008-16 - AIS:496938/08-3 (624/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), além de Proibição de Propaganda,

TRES EDITORIAL LTDA

25351.205503/2008-86 - AIS:260061/08-7 (100/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), além de Proibição de Propaganda,

UNILEVER BRASIL LTDA

25351.311084/2006-59 - AIS:414367/06-1 (116/2006)- GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,

WD RAMOS SOLUÇÕES PARA INTERNET - ME

25351.689542/2008-24 - AIS:887200/08-7 (568/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

25351.362881/2008-66 - AIS:460792/08-9 (306/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

25351.590541/2008-23 - AIS:765686/08-6 (508/2008) - GGPRO/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 769, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.097, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria GM/MS nº 1.699, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, por meio do Ofício Sec. n° 1.312/2011, de 26 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos Anexos II, III e IV.

§1º O total de recurso financeiro anual do estado de Minas Gerais, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.624.856.684,14, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	730.936.930,60	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.740.467.714,26	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	153.452.039,28	Anexo III

§2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 7.603.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, no valor de R$ 27.624.000,00.

§3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarrete impacto no teto financeiro global do estado.

Art. 3º Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0031 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de novembro de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - NOVEMBRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (valores anuais)	
PESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	106.412.924,61
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	610.028.865,55
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	14.495.140,44
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	730.936.930,60

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - NOVEMBRO /2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanentesde custeio *	Ajustes	Valores de TCEPcom transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentossob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
310010	ABADIA DOS DOURADOS	222.029,37	70.081,54	0,00	16.336,65	0,00	308.447,56	0,00	0,00	0,00
310020	ABAETE	744.981,45	123.636,64	0,00	49.537,54	0,00	918.155,63	0,00	0,00	0,00
310030	ABRE CAMPO	412.641,36	85.612,76	0,00	45.878,36	0,00	544.132,48	0,00	0,00	0,00
310040	ACAIACA	25.436,19	0,00	0,00	119,66	0,00	25.555,85	0,00	0,00	0,00
310050	ACUCENA	87.642,62	17,38	0,00	128,15	0,00	87.788,15	0,00	0,00	0,00
310060	AGUA BOA	625.592,93	36.018,07	0,00	49.922,77	0,00	711.533,77	0,00	0,00	0,00
310070	AGUA COMPRIDA	7.651,41	180,00	0,00	0,00	0,00	7.831,41	0,00	0,00	0,00
310080	AGUANIL	7.994,86	0,00	0,00	0,00	0,00	7.994,86	0,00	0,00	0,00
310090	AGUAS FORMOSAS	682.937,96	515.435,77	293.575,37	82.883,13	0,00	1.469.232,23	0,00	0,00	105.600,00
310100	AGUAS VERMELHAS	468.258,33	69.065,24	0,00	37.484,67	0,00	574.808,24	0,00	0,00	0,00
310110	AIMORES	887.210,85	24.110,49	0,00	43.076,97	0,00	954.398,31	0,00	0,00	0,00
310120	AIURUOCA	287.994,02	322.741,36	0,00	29.483,99	0,00	640.219,37	0,00	0,00	0,00
310130	ALAGOA	69.412,92	0,00	0,00	2.390,04	0,00	71.802,96	0,00	0,00	0,00
310140	ALBERTINA	5.516,74	0,00	0,00	142,74	0,00	5.659,48	0,00	0,00	0,00
310150	ALEM PARAIBA	1.500.352,39	1.316.886,49	544.202,02	427.079,11	0,00	3.682.920,01	0,00	0,00	105.600,00
310160	ALFENAS	4.305.827,30	19.437.927,63	1.882.421,17	1.606.957,42	0,00	0,00	0,00	0,00	27.233.133,52
310163	ALFREDO VASCONCELOS	7.253,35	0,00	0,00	401,11	0,00	7.654,46	0,00	0,00	0,00
310170	ALMENARA	1.681.887,86	933.969,48	328.284,12	453.555,33	0,00	3.397.696,79	0,00	0,00	0,00
310180	ALPERCATA	7.858,08	0,00	0,00	0,00	0,00	7.858,08	0,00	0,00	0,00
310190	ALPINOPOLIS	668.610,88	65.537,18	0,00	37.963,44	0,00	772.111,50	0,00	0,00	0,00
310200	ALTEROSA	343.019,91	18,06	0,00	20.548,24	0,00	363.586,21	0,00	0,00	0,00
310205	ALTO CAPARAO	39.736,09	0,00	0,00	469,31	0,00	40.205,40	0,00	0,00	0,00
310210	ALTO RIO DOCE	315.895,39	65.454,10	0,00	17.499,89	0,00	398.849,38	0,00	0,00	0,00
310220	ALVARENGA	16.552,08	252,00	0,00	90,66	0,00	16.894,74	0,00	0,00	0,00
310230	ALVINOPOLIS	567.419,72	32.107,79	0,00	37.909,30	0,00	637.436,81	0,00	0,00	0,00
310240	ALVORADA DE MINAS	10.932,18	0,00	0,00	716,37	0,00	11.648,55	0,00	0,00	0,00
310250	AMPARO DO SERRA	7.320,51	0,00	0,00	38,36	0,00	7.358,87	0,00	0,00	0,00
310260	ANDRADAS	1.392.472,61	457.070,96	175.749,01	367.652,83	0,00	2.392.945,41	0,00	0,00	0,00
310270	CACHOEIRA DE PAJEU	243.084,91	16.038,72	0,00	12.795,31	0,00	271.918,94	0,00	0,00	0,00
310280	ANDRELANDIA	392.203,77	57.572,20	0,00	15.931,43	0,00	465.707,40	0,00	0,00	0,00
310285	ANGELANDIA	71.285,85	491,40	0,00	0,00	0,00	71.777,25	0,00	0,00	0,00
310290	ANTONIO CARLOS	214.847,58	6.033,00	0,00	5.483,28	0,00	226.363,86	0,00	0,00	0,00
310300	ANTONIO DIAS	83.805,49	185,24	0,00	1.266,27	0,00	85.257,00	0,00	0,00	0,00
310310	ANTONIO PRADO DE MINAS	3.835,48	0,00	0,00	173,42	0,00	4.008,90	0,00	0,00	0,00
310320	ARACAI	2.963,24	0,00	0,00	192,27	0,00	3.155,51	0,00	0,00	0,00
310330	ARACITABA	9.351,48	3.662,40	0,00	60,30	0,00	13.074,18	0,00	0,00	0,00
310340	ARACUAI	1.437.429,24	779.718,96	335.456,41	548.707,22	0,00	3.101.311,83	0,00	0,00	0,00
310350	ARAGUARI	5.198.993,49	3.861.409,06	0,00	580.856,23	0,00	0,00	0,00	0,00	9.641.258,78
310360	ARANTINA	5.765,02	0,00	0,00	180,84	0,00	5.945,86	0,00	0,00	0,00
310370	ARAPONGA	31.858,07	0,00	0,00	0,00	0,00	31.858,07	0,00	0,00	0,00
310375	ARAPORA	208.405,57	100,80	0,00	18.057,07	0,00	226.563,44	0,00	0,00	0,00
310380	ARAPUA	24.712,81	0,00	0,00	14,57	0,00	24.727,38	0,00	0,00	0,00
310390	ARAUJOS	112.444,13	0,00	0,00	866,82	0,00	113.310,95	0,00	0,00	0,00
310400	ARAXA	4.594.870,66	4.439.799,95	733.651,15	400.223,42	0,00	10.062.945,18	0,00	0,00	105.600,00
310410	ARCEBURGO	101.701,60	26,51	0,00	353,15	0,00	102.081,26	0,00	0,00	0,00
310420	ARCOS	1.135.039,28	24.060,80	61.813,86	358.341,81	0,00	1.579.255,75	0,00	0,00	0,00
310430	AREADO	329.185,40	0,00	0,00	11.592,38	0,00	340.777,78	0,00	0,00	0,00
310440	ARGIRITA	20.964,36	0,00	0,00	49,41	0,00	21.013,77	0,00	0,00	0,00
310445	ARICANDUVA	40.870,73	0,00	0,00	55,44	0,00	40.926,17	0,00	0,00	0,00
310450	ARINOS	673.276,86	257.051,17	0,00	56.749,45	0,00	987.077,48	0,00	0,00	0,00
310460	ASTOLFO DUTRA	378.451,05	74.139,01	0,00	23.714,84	0,00	476.304,90	0,00	0,00	0,00
310470	ATALEIA	429.415,22	102.386,19	0,00	35.016,97	0,00	566.818,38	0,00	0,00	0,00
310480	AUGUSTO DE LIMA	35.532,64	0,00	0,00	310,84	0,00	35.843,48	0,00	0,00	0,00
310490	BAEPENDI	693.087,24	1.640.903,48	0,00	61.319,93	0,00	2.395.310,65	0,00	0,00	0,00
310500	BALDIM	41.892,69	113,40	0,00	1.113,48	0,00	43.119,57	0,00	0,00	0,00
310510	BAMBUI	1.130.854,51	2.978.066,18	0,00	201.588,18	0,00	4.310.508,87	0,00	0,00	0,00
310520	BANDEIRA	47.827,08	0,00	0,00	90,62	0,00	47.917,70	0,00	0,00	0,00
310530	BANDEIRA DO SUL	67.131,47	0,00	0,00	0,00	0,00	67.131,47	0,00	0,00	0,00
310540	BARAO DE COCAIS	943.279,82	45.208,09	0,00	62.025,07	0,00	1.050.512,98	0,00	0,00	0,00
310550	BARAO DE MONTE ALTO	15.580,72	77,64	0,00	0,00	0,00	15.658,36	0,00	0,00	0,00
310560	BARBACENA	6.789.396,13	26.016.516,35	2.200.624,66	3.923.747,45	0,00	0,00	0,00	0,00	38.930.284,59
310570	BARRA LONGA	60.452,43	0,00	0,00	153,39	0,00	60.605,82	0,00	0,00	0,00
310590	BARROSO	803.580,90	603.480,65	0,00	55.496,50	0,00	1.462.558,05	0,00	0,00	0,00
310600	BELA VISTA DE MINAS	64.880,12	0,00	0,00	1.274,78	0,00	66.154,90	0,00	0,00	0,00
310610	BELMIRO BRAGA	6.080,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6.080,26	0,00	0,00	0,00
310620	BELO HORIZONTE	148.170.646,23	365.740.482,66	100.288.603,85	125.599.809,21	0,00	0,00	45.193.964,00	0,00	694.605.577,95
310630	BELO ORIENTE	354.754,53	132.818,06	0,00	264.605,09	0,00	752.177,68	0,00	0,00	0,00
310640	BELO VALE	197.641,56	74.724,85	0,00	16.527,98	0,00	288.894,39	0,00	0,00	0,00
310650	BERILO	445.177,45	128.223,79	0,00	37.775,77	0,00	611.177,01	0,00	0,00	0,00
310660	BERTOPOLIS	5.171,35	0,00	0,00	100,00	0,00	5.271,35	0,00	0,00	0,00
310665	BERIZAL	37.740,93	0,00	0,00	407,22	0,00	38.148,15	0,00	0,00	0,00
310670	BETIM	22.243.590,54	17.961.209,10	1.113.600,00	545.896,56	0,00	0,00	0,00	0,00	41.864.296,20
310680	BIAS FORTES	23.937,11	0,00	0,00	0,00	0,00	23.937,11	0,00	0,00	0,00
310690	BICAS	445.915,46	358.404,06	0,00	287.694,44	0,00	1.092.013,96	0,00	0,00	0,00
310700	BIQUINHAS	26.609,81	4.806,87	0,00	40,20	0,00	31.456,88	0,00	0,00	0,00
310710	BOA ESPERANCA	1.261.950,35	236.504,98	0,00	346.630,36	0,00	1.845.085,69	0,00	0,00	0,00
310720	BOCAINA DE MINAS	10.430,31	0,00	0,00	534,17	0,00	10.964,48	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

310730	BOCAIUVA	1.657.232,62	549.954,97	0,00	772.287,31	0,00	2.979.474,90	0,00	0,00	0,00
310740	BOM DESPACHO	1.754.808,59	553.918,72	135.194,44	375.584,91	0,00	2.819.506,66	0,00	0,00	0,00
310750	BOM JARDIM DE MINAS	190.024,94	173.866,30	0,00	8.526,05	0,00	372.417,29	0,00	0,00	0,00
310760	BOM JESUS DA PENHA	58.960,63	793,80	0,00	4.671,54	0,00	64.425,97	0,00	0,00	0,00
310770	BOM JESUS DO AMPARO	26.559,45	0,00	0,00	99,05	0,00	26.658,50	0,00	0,00	0,00
310780	BOM JESUS DO GALHO	516.142,28	224.050,82	0,00	45.515,79	0,00	785.708,89	0,00	0,00	0,00
310790	BOM REPOUSO	109.760,27	0,00	0,00	888,13	0,00	110.648,40	0,00	0,00	0,00
310800	BOM SUCESSO	647.866,64	83.525,30	0,00	32.512,91	0,00	763.904,85	0,00	0,00	0,00
310810	BONFIM	62.839,04	11.931,27	0,00	1.498,86	0,00	76.269,17	0,00	0,00	0,00
310820	BONFINOPOLIS DE MINAS	77.903,74	0,00	0,00	89,19	0,00	77.992,93	0,00	0,00	0,00
310825	BONITO DE MINAS	22.785,75	3,51	0,00	1.592,46	0,00	24.381,72	0,00	0,00	0,00
310830	BORDA DA MATA	448.167,77	511.667,91	0,00	48.516,18	0,00	1.008.351,86	0,00	0,00	0,00
310840	BOTELHOS	332.256,60	1.597,42	0,00	277.355,03	0,00	611.209,05	0,00	0,00	0,00
310850	BOTUMIRIM	26.036,83	0,00	0,00	510,74	0,00	26.547,57	0,00	0,00	0,00
310855	BRASILANDIA DE MINAS	191.096,38	0,00	0,00	3,20	0,00	191.099,58	0,00	0,00	0,00
310860	BRASILIA DE MINAS	1.372.991,69	4.412.735,37	105.600,00	582.735,17	0,00	6.368.462,23	0,00	0,00	105.600,00
310870	BRAS PIRES	29.680,89	0,00	0,00	0,00	0,00	29.680,89	0,00	0,00	0,00
310880	BRAUNAS	41.891,06	12,60	0,00	1.292,84	0,00	43.196,50	0,00	0,00	0,00
310890	BRASOPOLIS	430.438,86	108,68	0,00	28.888,85	0,00	459.436,39	0,00	0,00	0,00
310900	BRUMADINHO	1.178.767,19	142.669,56	79.200,00	319.323,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.719.960,40
310910	BUENO BRANDAO	308.865,35	129.684,22	0,00	37.299,87	0,00	475.849,44	0,00	0,00	0,00
310920	BUENOPOLIS	68.965,18	0,00	0,00	662,65	0,00	69.627,83	0,00	0,00	0,00
310925	BUGRE	14.366,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.366,45	0,00	0,00	0,00
310930	BURITIS	869.585,04	285.000,71	0,00	332.079,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.486.665,68
310940	BURITIZEIRO	968.144,34	45.751,73	79.200,00	362.394,17	0,00	1.376.290,24	0,00	0,00	79.200,00
310945	CABECEIRA GRANDE	55.118,82	3,51	0,00	84,42	0,00	55.206,75	0,00	0,00	0,00
310950	CABO VERDE	407.223,29	68.431,19	0,00	23.330,84	0,00	498.985,32	0,00	0,00	0,00
310960	CACHOEIRA DA PRATA	33.310,71	0,00	0,00	1.213,79	0,00	34.524,50	0,00	0,00	0,00
310970	CACHOEIRA DE MINAS	49.539,64	822,00	0,00	222.597,65	0,00	272.959,29	0,00	0,00	0,00
310980	CACHOEIRA DOURADA	37.201,52	0,00	0,00	836,35	0,00	38.037,87	0,00	0,00	0,00
310990	CAETANOPOLIS	282.640,80	132.849,76	0,00	43.213,47	0,00	458.704,03	0,00	0,00	0,00
311000	CAETE	1.333.046,13	121.823,58	195.169,56	68.202,72	0,00	1.718.241,99	0,00	0,00	0,00
311010	CAIANA	42.528,84	0,00	0,00	33,14	0,00	42.561,98	0,00	0,00	0,00
311020	CAJURI	13.345,12	0,00	0,00	1,59	0,00	13.346,71	0,00	0,00	0,00
311030	CALDAS	510.667,96	44.852,13	0,00	32.962,40	0,00	588.482,49	0,00	0,00	0,00
311040	CAMACHO	6.183,52	0,00	0,00	219,04	0,00	6.402,56	0,00	0,00	0,00
311050	CAMANDUCAIA	765.039,56	66.580,50	0,00	50.449,33	0,00	882.069,39	0,00	0,00	0,00
311060	CAMBUI	1.088.316,51	437.203,71	253.732,13	76.901,18	0,00	1.856.153,53	0,00	0,00	0,00
311070	CAMBUQUIRA	485.204,53	201.536,59	0,00	36.937,79	0,00	723.678,91	0,00	0,00	0,00
311080	CAMPANARIO	7.458,39	201,60	0,00	431,87	0,00	8.091,86	0,00	0,00	0,00
311090	CAMPANHA	503.982,74	132.134,34	0,00	44.873,97	0,00	680.991,05	0,00	0,00	0,00
311100	CAMPESTRE	741.410,83	26.613,80	0,00	52.504,01	0,00	820.528,64	0,00	0,00	0,00
311110	CAMPINA VERDE	766.494,25	166,84	0,00	38.673,49	0,00	805.334,58	0,00	0,00	0,00
311115	CAMPO AZUL	8.007,20	0,00	0,00	389,92	0,00	8.397,12	0,00	0,00	0,00
311120	CAMPO BELO	2.343.844,38	1.611.615,74	259.088,45	468.148,23	0,00	0,00	0,00	0,00	4.682.696,80
311130	CAMPO DO MEIO	240.235,09	0,00	0,00	18.240,20	0,00	258.475,29	0,00	0,00	0,00
311140	CAMPO FLORIDO	27.547,47	210,00	0,00	0,00	0,00	27.757,47	0,00	0,00	0,00
311150	CAMPOS ALTOS	377.497,99	37.851,15	0,00	33.166,76	0,00	0,00	0,00	0,00	448.515,90
311160	CAMPOS GERAIS	961.650,98	79.085,14	130.133,17	343.713,43	0,00	1.514.582,72	0,00	0,00	0,00
311170	CANAA	26.103,05	0,00	0,00	23,28	0,00	26.126,33	0,00	0,00	0,00
311180	CANAPOLIS	374.504,12	62,23	0,00	26.989,91	0,00	401.556,26	0,00	0,00	0,00
311190	CANA VERDE	46.331,75	0,00	0,00	0,00	0,00	46.331,75	0,00	0,00	0,00
311200	CANDEIAS	459.947,59	10.749,40	0,00	449.128,87	0,00	919.825,86	0,00	0,00	0,00
311205	CANTAGALO	4.442,23	0,00	0,00	0,00	0,00	4.442,23	0,00	0,00	0,00
311210	CAPARAO	38.128,70	0,00	0,00	413,81	0,00	38.542,51	0,00	0,00	0,00
311220	CAPELA NOVA	33.465,64	0,00	0,00	719,14	0,00	34.184,78	0,00	0,00	0,00
311230	CAPELINHA	1.496.602,46	325.011,16	0,00	104.615,32	0,00	1.926.228,94	0,00	0,00	0,00
311240	CAPETINGA	171.657,08	87,00	0,00	1.975,31	0,00	173.719,39	0,00	0,00	0,00
311250	CAPIM BRANCO	153.160,54	113,40	0,00	4.732,51	0,00	158.006,45	0,00	0,00	0,00
311260	CAPINOPOLIS	516.188,20	62.365,68	0,00	26.115,54	0,00	604.669,42	0,00	0,00	0,00
311265	CAPITAO ANDRADE	5.785,98	425,10	0,00	39,28	0,00	6.250,36	0,00	0,00	0,00
311270	CAPITAO ENEAS	434.819,94	1.952,86	0,00	278.978,76	0,00	715.751,56	0,00	0,00	0,00
311280	CAPITOLIO	237.884,20	134,87	0,00	16.719,54	0,00	254.738,61	0,00	0,00	0,00
311290	CAPUTIRA	78.189,96	2.730,00	0,00	295,32	0,00	81.215,28	0,00	0,00	0,00
311300	CARAI	654.065,79	9.584,96	0,00	37.374,51	0,00	701.025,26	0,00	0,00	0,00
311310	CARANAIBA	19.673,67	0,00	0,00	0,00	0,00	19.673,67	0,00	0,00	0,00
311320	CARANDAI	746.759,51	158.133,88	0,00	52.483,51	0,00	957.376,90	0,00	0,00	0,00
311330	CARANGOLA	1.780.512,25	5.990.272,86	1.961.277,44	944.127,60	0,00	10.676.190,15	0,00	0,00	0,00
311340	CARATINGA	3.987.237,76	5.777.815,02	603.882,43	1.264.139,41	0,00	0,00	0,00	0,00	11.633.074,62
311350	CARBONITA	201.068,94	0,00	0,00	9.822,94	0,00	210.891,88	0,00	0,00	0,00
311360	CAREACU	197.783,85	76.138,03	0,00	12.272,91	0,00	286.194,79	0,00	0,00	0,00
311370	CARLOS CHAGAS	663.929,63	49.206,72	0,00	54.541,40	0,00	767.677,75	0,00	0,00	0,00
311380	CARMESIA	11.921,17	0,00	0,00	101,08	0,00	12.022,25	0,00	0,00	0,00
311390	CARMO DA CACHOEIRA	385.757,07	6.168,92	0,00	22.940,19	0,00	414.866,18	0,00	0,00	0,00
311400	CARMO DA MATA	243.052,48	0,00	0,00	15.427,71	0,00	258.480,19	0,00	0,00	0,00
311410	CARMO DE MINAS	283.926,16	260.389,87	0,00	39.530,45	0,00	583.846,48	0,00	0,00	0,00
311420	CARMO DO CAJURU	232.163,45	0,00	0,00	1.322,58	0,00	233.486,03	0,00	0,00	0,00
311430	CARMO DO PARANAIBA	1.023.241,70	285.350,17	0,00	341.301,42	0,00	1.649.893,29	0,00	0,00	0,00
311440	CARMO DO RIO CLARO	722.770,91	1.477,01	0,00	352.514,09	0,00	1.076.762,01	0,00	0,00	0,00
311450	CARMOPOLIS DE MINAS	384.039,37	34.169,99	0,00	28.256,71	0,00	446.466,07	0,00	0,00	0,00
311455	CARNEIRINHO	155.467,71	0,00	0,00	8.560,95	0,00	164.028,66	0,00	0,00	0,00
311460	CARRANCAS	116.137,54	0,00	0,00	3.813,65	0,00	119.951,19	0,00	0,00	0,00
311470	CARVALHOPOLIS	3.884,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.884,90	0,00	0,00	0,00
311480	CARVALHOS	123.920,71	2.724,95	0,00	7.472,55	0,00	134.118,21	0,00	0,00	0,00
311490	CASA GRANDE	2.765,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.765,92	0,00	0,00	0,00
311500	CASCALHO RICO	5.995,14	0,00	0,00	84,73	0,00	6.079,87	0,00	0,00	0,00
311510	CASSIA	743.055,95	327.479,93	131.741,75	333.668,62	0,00	1.535.946,25	0,00	0,00	0,00
311520	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	29.955,54	0,00	0,00	549,62	0,00	30.505,16	0,00	0,00	0,00
311530	CATAGUASES	3.803.178,60	5.913.893,68	472.834,15	731.159,43	0,00	0,00	0,00	0,00	10.921.065,86
311535	CATAS ALTAS	58.606,02	264,52	0,00	1.022,54	0,00	59.893,08	0,00	0,00	0,00
311540	CATAS ALTAS DA NORUEGA	10.881,80	0,00	0,00	0,00	0,00	10.881,80	0,00	0,00	0,00
311545	CATUJI	18.271,54	415,80	0,00	0,00	0,00	18.687,34	0,00	0,00	0,00
311547	CATUTI	10.002,02	550,00	0,00	501,61	0,00	11.053,63	0,00	0,00	0,00
311550	CAXAMBU	831.415,65	316.520,48	115.297,33	58.097,43	0,00	1.321.330,89	0,00	0,00	0,00
311560	CEDRO DO ABAETE	13.744,45	0,00	0,00	97,64	0,00	13.842,09	0,00	0,00	0,00
311570	CENTRAL DE MINAS	192.684,13	45.968,61	0,00	13.978,64	0,00	252.631,38	0,00	0,00	0,00
311580	CENTRALINA	145.128,45	67.461,20	0,00	1.142,39	0,00	213.732,04	0,00	0,00	0,00
311590	CHACARA	7.054,72	0,00	0,00	12,98	0,00	7.067,70	0,00	0,00	0,00
311600	CHALE	25.325,75	0,00	0,00	53,80	0,00	25.379,55	0,00	0,00	0,00
311610	CHAPADA DO NORTE	164.339,44	113,40	0,00	482,55	0,00	164.935,39	0,00	0,00	0,00
311615	CHAPADA GAUCHA	222.712,28	8.965,95	0,00	93,99	0,00	231.772,22	0,00	0,00	0,00
311620	CHIADOR	6.336,01	0,00	0,00	0,00	0,00	6.336,01	0,00	0,00	0,00
311630	CIPOTANEA	156.132,83	323,90	0,00	4.556,95	0,00	161.013,68	0,00	0,00	0,00
311640	CLARAVAL	81.277,60	53,67	0,00	1.428,31	0,00	82.759,58	0,00	0,00	0,00
311650	CLARO DOS POCOES	21.450,85	31,28	0,00	464,98	0,00	21.947,11	0,00	0,00	0,00
311660	CLAUDIO	901.252,60	527,86	0,00	59.947,54	0,00	961.728,00	0,00	0,00	0,00
311670	COIMBRA	19.965,81	92,00	0,00	181,91	0,00	20.239,72	0,00	0,00	0,00
311680	COLUNA	365.278,50	58.402,34	0,00	21.112,70	0,00	444.793,54	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

311690	COMENDADOR GOMES	6.444,55	0,00	0,00	238,00	0,00	6.682,55	0,00	0,00	0,00
311700	COMERCINHO	63.085,39	3.514,27	0,00	736,54	0,00	67.336,20	0,00	0,00	0,00
311710	CONCEICAO DA APARECIDA	291.845,02	40,00	0,00	14.791,73	0,00	306.676,75	0,00	0,00	0,00
311720	CONCEICAO DAS PEDRAS	18.679,80	0,00	0,00	1,59	0,00	18.681,39	0,00	0,00	0,00
311730	CONCEICAO DAS ALAGOAS	833.910,92	151.635,40	0,00	80.343,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065.889,81
311740	CONCEICAO DE IPANEMA	89.975,00	38.524,52	0,00	8.614,55	0,00	137.114,07	0,00	0,00	0,00
311750	CONCEICAO DO MATO DENTRO	502.323,46	14.924,74	0,00	23.714,04	0,00	540.962,24	0,00	0,00	0,00
311760	CONCEICAO DO PARA	26.526,06	0,00	0,00	427,88	0,00	26.953,94	0,00	0,00	0,00
311770	CONCEICAO DO RIO VERDE	419.205,52	0,00	0,00	22.811,22	0,00	442.016,74	0,00	0,00	0,00
311780	CONCEICAO DOS OUROS	79.424,20	5.085,80	0,00	341,75	0,00	84.851,75	0,00	0,00	0,00
311783	CONEGO MARINHO	8.375,63	0,00	0,00	3,56	0,00	8.379,19	0,00	0,00	0,00
311787	CONFINS	32.142,08	315,00	0,00	344,43	0,00	32.801,51	0,00	0,00	0,00
311790	CONGONHAL	83.707,96	0,00	0,00	84,05	0,00	83.792,01	0,00	0,00	0,00
311800	CONGONHAS	2.059.460,84	176.487,45	202.587,95	531.969,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.970.505,50
311810	CONGONHAS DO NORTE	26.529,18	0,00	0,00	23,95	0,00	26.553,13	0,00	0,00	0,00
311820	CONQUISTA	119.442,31	0,00	0,00	7.055,19	0,00	126.497,50	0,00	0,00	0,00
311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	5.892.862,91	3.526.942,64	105.600,00	1.239.853,12	0,00	0,00	0,00	0,00	10.765.258,67
311840	CONSELHEIRO PENA	619.454,50	18.515,09	0,00	24.225,38	0,00	662.194,97	0,00	0,00	0,00
311850	CONSOLACAO	1.751,21	0,00	0,00	1,59	0,00	1.752,80	0,00	0,00	0,00
311860	CONTAGEM	24.872.697,17	10.473.702,13	2.043.600,00	2.639.984,41	0,00	0,00	0,00	0,00	40.029.983,71
311870	COQUEIRAL	140.056,77	1.123,07	0,00	254.811,11	0,00	395.990,95	0,00	0,00	0,00
311880	CORACAO DE JESUS	1.102.990,16	607.100,44	105.600,00	157.292,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.972.983,59
311890	CORDISBURGO	47.624,91	0,00	0,00	3.804,27	0,00	51.429,18	0,00	0,00	0,00
311900	CORDISLANDIA	8.368,73	46,78	0,00	198,00	0,00	8.613,51	0,00	0,00	0,00
311910	CORINTO	226.455,58	31.273,24	0,00	339,92	0,00	258.068,74	0,00	0,00	0,00
311920	COROACI	80.026,32	0,00	0,00	15.215,49	0,00	95.241,81	0,00	0,00	0,00
311930	COROMANDEL	960.879,31	6.671,90	0,00	459.620,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.427.171,53
311940	CORONEL FABRICIANO	3.193.847,62	2.645.063,11	105.600,00	689.364,88	0,00	6.528.275,61	0,00	0,00	105.600,00
311950	CORONEL MURTA	68.545,77	0,00	0,00	1.932,31	0,00	70.478,08	0,00	0,00	0,00
311960	CORONEL PACHECO	2.101,10	0,00	0,00	67,01	0,00	2.168,11	0,00	0,00	0,00
311970	CORONEL XAVIER CHAVES	27.313,17	0,00	0,00	29,60	0,00	27.342,77	0,00	0,00	0,00
311980	CORREGO DANTA	31.692,42	0,00	0,00	0,00	0,00	31.692,42	0,00	0,00	0,00
311990	CORREGO DO BOM JESUS	7.064,91	0,00	0,00	375,54	0,00	7.440,45	0,00	0,00	0,00
311995	CORREGO FUNDO	11.452,90	0,00	0,00	0,00	0,00	11.452,90	0,00	0,00	0,00
312000	CORREGO NOVO	5.990,05	0,00	0,00	3,18	0,00	5.993,23	0,00	0,00	0,00
312010	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	29.263,13	0,00	0,00	3,18	0,00	29.266,31	0,00	0,00	0,00
312015	CRISOLITA	10.819,67	0,00	0,00	101,38	0,00	10.921,05	0,00	0,00	0,00
312020	CRISTAIS	357.060,56	213.633,49	0,00	23.643,78	0,00	594.337,83	0,00	0,00	0,00
312030	CRISTALIA	28.207,82	0,00	0,00	835,12	0,00	29.042,94	0,00	0,00	0,00
312040	CRISTIANO OTONI	17.922,82	0,00	0,00	407,06	0,00	18.329,88	0,00	0,00	0,00
312050	CRISTINA	515.137,60	4.187,82	0,00	26.251,40	0,00	545.576,82	0,00	0,00	0,00
312060	CRUCILANDIA	30.991,27	0,00	0,00	2.981,00	0,00	33.972,27	0,00	0,00	0,00
312070	CRUZEIRO DA FORTALEZA	17.783,48	0,00	0,00	29,80	0,00	17.813,28	0,00	0,00	0,00
312080	CRUZILIA	549.953,09	28.449,76	0,00	123.815,86	0,00	702.218,71	0,00	0,00	0,00
312083	CUPARAQUE	28.843,46	0,00	0,00	0,00	0,00	28.843,46	0,00	0,00	0,00
312087	CURRAL DE DENTRO	68.477,88	0,00	0,00	1.219,12	0,00	69.697,00	0,00	0,00	0,00
312090	CURVELO	2.850.375,63	3.969.453,73	813.043,26	796.602,41	0,00	8.429.475,03	0,00	0,00	0,00
312100	DATAS	94.981,80	213,23	0,00	4.858,16	0,00	100.053,19	0,00	0,00	0,00
312110	DELFIM MOREIRA	14.454,88	0,00	0,00	99,90	0,00	14.554,78	0,00	0,00	0,00
312120	DELFINOPOLIS	256.792,00	64,17	0,00	16.915,64	0,00	273.771,81	0,00	0,00	0,00
312125	DELTA	83.205,56	577,57	0,00	3.183,29	0,00	86.966,42	0,00	0,00	0,00
312130	DESCOBERTO	9.996,04	0,00	0,00	3.683,84	0,00	13.679,88	0,00	0,00	0,00
312140	DESTERRO DE ENTRE RIOS	59.853,34	0,00	0,00	4,77	0,00	59.858,11	0,00	0,00	0,00
312150	DESTERRO DO MELO	27.785,31	0,00	0,00	169,65	0,00	27.954,96	0,00	0,00	0,00
312160	DIAMANTINA	2.031.728,45	6.670.889,02	750.760,16	1.063.773,23	0,00	10.411.550,86	0,00	0,00	105.600,00
312170	DIOGO DE VASCONCELOS	14.423,70	0,00	0,00	3,18	0,00	14.426,88	0,00	0,00	0,00
312180	DIONISIO	169.214,57	0,00	0,00	7.825,30	0,00	177.039,87	0,00	0,00	0,00
312190	DIVINESIA	8.128,17	0,00	0,00	0,00	0,00	8.128,17	0,00	0,00	0,00
312200	DIVINO	732.427,54	232.176,94	0,00	308.308,65	0,00	1.272.913,13	0,00	0,00	0,00
312210	DIVINO DAS LARANJEIRAS	146.561,12	40,84	0,00	6.658,22	0,00	153.260,18	0,00	0,00	0,00
312220	DIVINOLANDIA DE MINAS	40.695,93	29.787,27	0,00	176,86	0,00	70.660,06	0,00	0,00	0,00
312230	DIVINOPOLIS	10.801.040,39	25.026.727,87	3.100.064,22	2.796.262,22	0,00	0,00	0,00	0,00	41.724.094,70
312235	DIVISA ALEGRE	53.281,08	26,27	0,00	70,01	0,00	53.377,36	0,00	0,00	0,00
312240	DIVISA NOVA	29.805,45	50,40	0,00	0,00	0,00	29.855,85	0,00	0,00	0,00
312245	DIVISOPOLIS	252.407,68	50.906,76	0,00	49.816,93	0,00	353.131,37	0,00	0,00	0,00
312247	DOM BOSCO	35.130,42	107,01	0,00	1,59	0,00	35.239,02	0,00	0,00	0,00
312250	DOM CAVATI	10.037,90	0,00	0,00	381,46	0,00	10.419,36	0,00	0,00	0,00
312260	DOM JOAQUIM	125.960,00	14.410,13	0,00	8.120,57	0,00	148.490,70	0,00	0,00	0,00
312270	DOM SILVERIO	166.345,20	78.303,83	0,00	19.518,94	0,00	264.167,97	0,00	0,00	0,00
312280	DOM VICOSO	29.404,99	0,00	0,00	630,38	0,00	30.035,37	0,00	0,00	0,00
312290	DONA EUZEBIA	11.010,98	0,00	0,00	1.038,12	0,00	12.049,10	0,00	0,00	0,00
312300	DORES DE CAMPOS	88.011,10	0,00	0,00	110,28	0,00	88.121,38	0,00	0,00	0,00
312310	DORES DE GUANHAES	29.272,75	3,51	0,00	107,96	0,00	29.384,22	0,00	0,00	0,00
312320	DORES DO INDAIA	408.156,17	35.425,54	0,00	31.807,75	0,00	475.389,46	0,00	0,00	0,00
312330	DORES DO TURVO	25.797,77	0,00	0,00	20,10	0,00	25.817,87	0,00	0,00	0,00
312340	DORESOPOLIS	8.015,79	0,00	0,00	1,59	0,00	8.017,38	0,00	0,00	0,00
312350	DOURADOQUARA	8.166,08	0,00	0,00	52,08	0,00	8.218,16	0,00	0,00	0,00
312352	DURANDE	13.835,30	0,00	0,00	0,00	0,00	13.835,30	0,00	0,00	0,00
312360	ELOI MENDES	905.261,28	290.460,58	0,00	50.381,26	0,00	1.246.103,12	0,00	0,00	0,00
312370	ENGENHEIRO CALDAS	78.566,02	44.379,16	0,00	539,59	0,00	123.484,77	0,00	0,00	0,00
312380	ENGENHEIRO NAVARRO	70.290,61	44,11	0,00	349,90	0,00	70.684,62	0,00	0,00	0,00
312385	ENTRE FOLHAS	14.628,99	0,00	0,00	757,37	0,00	15.386,36	0,00	0,00	0,00
312390	ENTRE RIOS DE MINAS	481.961,58	246.995,07	0,00	50.370,84	0,00	779.327,49	0,00	0,00	0,00
312400	ERVALIA	404.790,39	15.822,65	0,00	18.753,51	0,00	439.366,55	0,00	0,00	0,00
312410	ESMERALDAS	1.757.495,21	19.396,05	79.200,00	318.015,83	0,00	2.094.907,09	0,00	0,00	79.200,00
312420	ESPERA FELIZ	685.133,17	196.815,48	0,00	305.389,53	0,00	1.187.338,18	0,00	0,00	0,00
312430	ESPINOSA	1.155.661,06	62.110,75	0,00	69.018,81	0,00	1.286.790,62	0,00	0,00	0,00
312440	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	14.203,00	0,00	0,00	384,24	0,00	14.587,24	0,00	0,00	0,00
312450	ESTIVA	314.500,84	3.179,00	0,00	8.835,20	0,00	326.515,04	0,00	0,00	0,00
312460	ESTRELA DALVA	31.267,83	3,51	0,00	1.386,22	0,00	32.657,56	0,00	0,00	0,00
312470	ESTRELA DO INDAIA	120.675,86	45.183,24	0,00	10.661,39	0,00	176.520,49	0,00	0,00	0,00
312480	ESTRELA DO SUL	119.274,50	25,20	0,00	4.912,20	0,00	124.211,90	0,00	0,00	0,00
312490	EUGENOPOLIS	405.455,48	19.227,91	0,00	24.167,05	0,00	448.850,44	0,00	0,00	0,00
312500	EWBANK DA CAMARA	4.631,32	0,00	0,00	0,00	0,00	4.631,32	0,00	0,00	0,00
312510	EXTREMA	1.122.208,81	324.783,60	0,00	340.881,49	0,00	1.787.873,90	0,00	0,00	0,00
312520	FAMA	2.644,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.644,08	0,00	0,00	0,00
312530	FARIA LEMOS	17.250,34	0,00	0,00	548,46	0,00	17.798,80	0,00	0,00	0,00
312540	FELICIO DOS SANTOS	33.439,68	0,00	0,00	108,37	0,00	33.548,05	0,00	0,00	0,00
312550	SAO GONCALO DO RIO PRETO	22.943,93	0,00	0,00	48,14	0,00	22.992,07	0,00	0,00	0,00
312560	FELISBURGO	258.825,74	251.957,73	0,00	40.392,41	0,00	551.175,88	0,00	0,00	0,00
312570	FELIXLANDIA	144.092,28	101.030,57	0,00	5.409,08	0,00	250.531,93	0,00	0,00	0,00
312580	FERNANDES TOURINHO	4.309,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.309,50	0,00	0,00	0,00
312590	FERROS	264.208,26	25.562,11	0,00	13.019,07	0,00	302.789,44	0,00	0,00	0,00
312595	FERVEDOURO	222.680,38	6.945,92	0,00	16.033,22	0,00	245.659,52	0,00	0,00	0,00
312600	FLORESTAL	64.772,70	309,06	0,00	675,28	0,00	65.757,04	0,00	0,00	0,00
312610	FORMIGA	2.601.520,00	1.737.375,30	427.482,04	820.892,51	0,00	5.481.669,85	0,00	0,00	105.600,00
312620	FORMOSO	76.236,75	0,00	0,00	4,77	0,00	76.241,52	0,00	0,00	0,00
312630	FORTALEZA DE MINAS	60.266,47	3,51	0,00	1.581,98	0,00	61.851,96	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

312640	FORTUNA DE MINAS	6.241,67	0,00	0,00	1,59	0,00	6.243,26	0,00	0,00	0,00
312650	FRANCISCO BADARO	87.289,69	503,80	0,00	1.018,06	0,00	88.811,55	0,00	0,00	0,00
312660	FRANCISCO DUMONT	21.178,04	0,00	0,00	766,24	0,00	21.944,28	0,00	0,00	0,00
312670	FRANCISCO SA	944.514,01	371.658,76	0,00	76.800,65	0,00	1.392.973,42	0,00	0,00	0,00
312675	FRANCISCOPOLIS	32.708,17	0,00	0,00	4,77	0,00	32.712,94	0,00	0,00	0,00
312680	FREI GASPAR	43.831,95	604,80	0,00	74,31	0,00	44.511,06	0,00	0,00	0,00
312690	FREI INOCENCIO	248.299,13	88.440,02	0,00	11.122,93	0,00	347.862,08	0,00	0,00	0,00
312695	FREI LAGONEGRO	5.546,23	22,50	0,00	0,00	0,00	5.568,73	0,00	0,00	0,00
312700	FRONTEIRA	214.999,64	0,00	0,00	580,53	0,00	215.580,17	0,00	0,00	0,00
312705	FRONTEIRA DOS VALES	5.743,64	0,00	0,00	26,91	0,00	5.770,55	0,00	0,00	0,00
312707	FRUTA DE LEITE	39.649,17	0,00	0,00	634,26	0,00	40.283,43	0,00	0,00	0,00
312710	FRUTAL	2.284.386,93	1.296.738,21	79.200,00	544.353,58	0,00	0,00	0,00	0,00	4.204.678,72
312720	FUNILANDIA	15.969,38	88,20	0,00	531,19	0,00	16.588,77	0,00	0,00	0,00
312730	GALILEIA	205.514,45	5.337,58	0,00	11.662,87	0,00	222.514,90	0,00	0,00	0,00
312733	GAMELEIRAS	14.879,47	0,00	0,00	622,99	0,00	15.502,46	0,00	0,00	0,00
312735	GLAUCILANDIA	5.030,10	0,00	0,00	60,25	0,00	5.090,35	0,00	0,00	0,00
312737	GOIABEIRA	3.629,17	0,00	0,00	0,00	0,00	3.629,17	0,00	0,00	0,00
312738	GOIANA	7.622,16	0,00	0,00	0,00	0,00	7.622,16	0,00	0,00	0,00
312740	GONCALVES	7.825,20	0,00	0,00	16,16	0,00	7.841,36	0,00	0,00	0,00
312750	GONZAGA	7.301,27	0,00	0,00	115,90	0,00	7.417,17	0,00	0,00	0,00
312760	GOUVEA	345.625,40	118.046,85	0,00	24.256,36	0,00	487.928,61	0,00	0,00	0,00
312770	GOVERNADOR VALADARES	15.100.413,75	21.323.013,31	1.262.136,34	3.701.586,72	0,00	0,00	0,00	0,00	41.387.150,12
312780	GRAO MOGOL	461.405,87	272.160,38	256.048,58	312.103,88	0,00	1.222.518,71	0,00	0,00	79.200,00
312790	GRUPIARA	11.018,78	0,00	0,00	1,59	0,00	11.020,37	0,00	0,00	0,00
312800	GUANHAES	1.199.727,52	1.491.942,90	421.168,28	158.063,55	0,00	3.270.902,25	0,00	0,00	0,00
312810	GUAPE	425.520,35	161,89	0,00	21.129,08	0,00	446.811,32	0,00	0,00	0,00
312820	GUARACIABA	282.949,19	33.832,78	0,00	28.006,99	0,00	344.788,96	0,00	0,00	0,00
312825	GUARACIAMA	9.178,29	0,00	0,00	103,45	0,00	9.281,74	0,00	0,00	0,00
312830	GUARANESIA	555.649,15	250.601,44	0,00	32.942,74	0,00	839.193,33	0,00	0,00	0,00
312840	GUARANI	311.747,62	58.664,13	0,00	25.689,97	0,00	396.101,72	0,00	0,00	0,00
312850	GUARARA	7.685,72	0,00	0,00	0,00	0,00	7.685,72	0,00	0,00	0,00
312860	GUARDA-MOR	206.633,50	0,00	0,00	11.349,13	0,00	217.982,63	0,00	0,00	0,00
312870	GUAXUPE	1.986.792,75	1.480.406,39	317.079,25	468.422,89	0,00	4.252.701,28	0,00	0,00	0,00
312880	GUIDOVAL	59.438,99	0,00	0,00	51.869,25	0,00	111.308,24	0,00	0,00	0,00
312890	GUIMARANIA	59.908,03	0,00	0,00	0,00	0,00	59.908,03	0,00	0,00	0,00
312900	GUIRICEMA	94.341,65	534,43	0,00	5.261,31	0,00	100.137,39	0,00	0,00	0,00
312910	GURINHATA	197.034,71	63,00	0,00	6.976,59	0,00	204.074,30	0,00	0,00	0,00
312920	HELIODORA	52.330,43	0,00	0,00	265,56	0,00	52.595,99	0,00	0,00	0,00
312930	IAPU	90.169,06	21.966,67	0,00	1.911,98	0,00	114.047,71	0,00	0,00	0,00
312940	IBERTIOGA	204.566,16	340.138,83	98.225,68	70.282,84	0,00	0,00	0,00	0,00	713.213,51
312950	IBIA	858.043,01	225.741,32	0,00	50.292,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1.134.076,97
312960	IBIAI	37.610,09	0,00	0,00	36.679,58	0,00	74.289,67	0,00	0,00	0,00
312965	IBIRACATU	17.796,13	0,00	0,00	219,54	0,00	18.015,67	0,00	0,00	0,00
312970	IBIRACI	339.491,94	890,18	0,00	17.493,26	0,00	357.875,38	0,00	0,00	0,00
312980	IBIRITE	3.792.974,66	236.917,61	79.200,00	1.004.094,23	0,00	0,00	0,00	0,00	5.113.186,50
312990	IBITIURA DE MINAS	2.165,70	9,08	0,00	11,44	0,00	2.186,22	0,00	0,00	0,00
313000	IBITURUNA	3.377,71	0,00	0,00	0,00	0,00	3.377,71	0,00	0,00	0,00
313005	ICARAI DE MINAS	19.240,99	3.934,71	0,00	1.940,22	0,00	25.115,92	0,00	0,00	0,00
313010	IGARAPE	416.669,13	1.263,80	0,00	265.043,62	0,00	682.976,55	0,00	0,00	0,00
313020	IGARATINGA	99.373,06	23,51	0,00	139,80	0,00	99.536,37	0,00	0,00	0,00
313030	IGUATAMA	277.722,78	95.339,35	0,00	10.665,05	0,00	383.727,18	0,00	0,00	0,00
313040	IJACI	6.812,63	0,00	0,00	431,35	0,00	7.243,98	0,00	0,00	0,00
313050	ILICINEA	290.263,02	160,05	0,00	16.971,80	0,00	307.394,87	0,00	0,00	0,00
313055	IMBE DE MINAS	22.724,47	0,00	0,00	249,54	0,00	22.974,01	0,00	0,00	0,00
313060	INCONFIDENTES	19.566,44	0,00	0,00	6,36	0,00	19.572,80	0,00	0,00	0,00
313065	INDAIABIRA	67.808,47	0,00	0,00	384,08	0,00	68.192,55	0,00	0,00	0,00
313070	INDIANOPOLIS	46.250,42	25,20	0,00	4,77	0,00	46.280,39	0,00	0,00	0,00
313080	INGAI	13.395,20	0,00	0,00	0,00	0,00	13.395,20	0,00	0,00	0,00
313090	INHAPIM	591.916,25	896.745,78	0,00	368.799,28	0,00	1.857.461,31	0,00	0,00	0,00
313100	INHAUMA	46.163,62	8.520,60	0,00	972,60	0,00	55.656,82	0,00	0,00	0,00
313110	INIMUTABA	56.587,55	0,00	0,00	44,53	0,00	56.632,08	0,00	0,00	0,00
313115	IPABA	130.637,72	10,65	0,00	1.309,48	0,00	131.957,85	0,00	0,00	0,00
313120	IPANEMA	673.857,25	166.205,30	0,00	321.908,20	0,00	1.161.970,75	0,00	0,00	0,00
313130	IPATINGA	13.753.645,15	27.743.529,81	5.712.792,84	3.488.502,09	0,00	0,00	0,00	0,00	50.698.469,89
313140	IPIACU	147.081,13	415,80	0,00	5.299,51	0,00	152.796,44	0,00	0,00	0,00
313150	IPUIUNA	118.233,04	69.734,36	0,00	7.909,97	0,00	195.877,37	0,00	0,00	0,00
313160	IRAI DE MINAS	54.401,38	161.625,10	0,00	902,14	0,00	216.928,62	0,00	0,00	0,00
313170	ITABIRA	5.281.692,90	3.533.463,24	1.473.501,16	1.168.550,57	0,00	0,00	0,00	0,00	11.457.207,87
313180	ITABIRINHA DE MANTENA	390.100,34	124.276,80	0,00	30.812,27	0,00	545.189,41	0,00	0,00	0,00
313190	ITABIRITO	1.550.450,85	75.458,32	260.753,51	352.880,02	0,00	2.133.942,70	0,00	0,00	105.600,00
313200	ITACAMBIRA	13.873,84	3.996,86	0,00	76,21	0,00	17.946,91	0,00	0,00	0,00
313210	ITACARAMBI	657.697,35	131.929,86	105.600,00	331.851,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.227.078,45
313220	ITAGUARA	381.934,81	150.621,44	0,00	37.971,23	0,00	570.527,48	0,00	0,00	0,00
313230	ITAIPE	304.522,23	1.240,16	0,00	17.907,34	0,00	323.669,73	0,00	0,00	0,00
313240	ITAJUBA	4.456.868,82	6.645.899,58	882.646,28	510.627,69	0,00	12.496.042,37	0,00	0,00	0,00
313250	ITAMARANDIBA	1.410.971,68	142.282,32	0,00	95.196,65	0,00	1.648.450,65	0,00	0,00	0,00
313260	ITAMARATI DE MINAS	27.415,28	0,00	0,00	0,00	0,00	27.415,28	0,00	0,00	0,00
313270	ITAMBACURI	977.421,26	729.928,72	147.199,75	237.418,95	0,00	0,00	0,00	0,00	2.091.968,68
313280	ITAMBE DO MATO DENTRO	14.285,90	0,00	0,00	262,27	0,00	14.548,17	0,00	0,00	0,00
313290	ITAMOGI	365.019,59	353,73	0,00	23.958,44	0,00	389.331,76	0,00	0,00	0,00
313300	ITAMONTE	577.225,06	176.234,66	79.200,00	49.127,57	0,00	802.587,29	0,00	0,00	79.200,00
313310	ITANHANDU	653.725,94	175.471,58	79.200,00	65.391,17	0,00	894.588,69	0,00	0,00	79.200,00
313320	ITANHOMI	391.076,70	129.538,85	0,00	32.751,56	0,00	553.367,11	0,00	0,00	0,00
313330	ITAOBIM	806.602,94	713.823,78	193.604,93	334.276,12	0,00	2.048.307,77	0,00	0,00	0,00
313340	ITAPAGIPE	366.404,60	1.324,79	0,00	16.731,84	0,00	384.461,23	0,00	0,00	0,00
313350	ITAPECERICA	607.102,92	20.836,76	0,00	27.220,34	0,00	655.160,02	0,00	0,00	0,00
313360	ITAPEVA	39.910,47	0,00	0,00	728,56	0,00	40.639,03	0,00	0,00	0,00
313370	ITATIAIUCU	93.212,19	100,80	0,00	477,67	0,00	93.790,66	0,00	0,00	0,00
313375	ITAU DE MINAS	479.021,49	992,54	0,00	31.922,03	0,00	511.936,06	0,00	0,00	0,00
313380	ITAUNA	4.074.978,02	2.363.872,09	1.524.066,46	894.357,98	0,00	0,00	0,00	0,00	8.857.274,55
313390	ITAVERAVA	5.179,69	0,00	0,00	410,70	0,00	5.590,39	0,00	0,00	0,00
313400	ITINGA	101.718,05	155,04	0,00	1.758,47	0,00	103.631,56	0,00	0,00	0,00
313410	ITUETA	38.531,06	0,00	0,00	43,13	0,00	38.574,19	0,00	0,00	0,00
313420	ITUIUTABA	4.199.092,82	2.940.594,09	305.088,53	397.194,54	0,00	7.841.969,98	0,00	0,00	0,00
313430	ITUMIRIM	36.610,65	0,00	0,00	0,00	0,00	36.610,65	0,00	0,00	0,00
313440	ITURAMA	1.447.374,05	473.642,43	0,00	161.474,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.082.491,28
313450	ITUTINGA	9.562,93	0,00	0,00	56,71	0,00	9.619,64	0,00	0,00	0,00
313460	JABOTICATUBAS	307.676,96	12.674,78	0,00	9.638,87	0,00	329.990,61	0,00	0,00	0,00
313470	JACINTO	515.827,83	452.026,67	0,00	83.532,08	0,00	1.051.386,58	0,00	0,00	0,00
313480	JACUI	194.857,35	347,31	0,00	10.372,55	0,00	205.577,21	0,00	0,00	0,00
313490	JACUTINGA	800.715,14	31.912,10	79.200,00	67.544,91	0,00	900.172,15	0,00	0,00	79.200,00
313500	JAGUARACU	19.533,11	0,00	0,00	67,58	0,00	19.600,69	0,00	0,00	0,00
313505	JAIBA	776.795,62	68.861,45	105.600,00	61.722,08	0,00	907.379,15	0,00	0,00	105.600,00
313507	JAMPRUCA	5.739,25	0,00	0,00	19,18	0,00	5.758,43	0,00	0,00	0,00
313510	JANAUBA	2.758.898,87	4.694.614,37	469.761,49	1.092.479,37	0,00	9.015.754,10	0,00	0,00	0,00
313520	JANUARIA	2.915.282,74	554.198,68	0,00	114.276,54	0,00	0,00	0,00	0,00	3.583.757,96
313530	JAPARAIBA	7.630,13	0,00	0,00	254,60	0,00	7.884,73	0,00	0,00	0,00
313535	JAPONVAR	61.019,20	0,00	0,00	1.748,13	0,00	62.767,33	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

313540	JECEABA	143.053,52	0,00	0,00	7.909,57	0,00	150.963,09	0,00	0,00	0,00
313545	JENIPAPO DE MINAS	76.031,44	0,00	0,00	286,77	0,00	76.318,21	0,00	0,00	0,00
313550	JEQUERI	103.052,43	0,00	0,00	11.464,10	0,00	114.516,53	0,00	0,00	0,00
313560	JEQUITAI	74.448,80	14,06	0,00	1.165,02	0,00	75.627,88	0,00	0,00	0,00
313570	JEQUITIBA	29.799,44	37,80	0,00	121,91	0,00	29.959,15	0,00	0,00	0,00
313580	JEQUITINHONHA	1.075.930,61	104.069,52	105.600,00	350.604,50	0,00	1.530.604,63	0,00	0,00	105.600,00
313590	JESUANIA	47.178,76	0,00	0,00	23,28	0,00	47.202,04	0,00	0,00	0,00
313600	JOAIMA	566.842,97	54.281,68	0,00	44.137,02	0,00	665.261,67	0,00	0,00	0,00
313610	JOANESIA	42.147,59	0,00	0,00	268,38	0,00	42.415,97	0,00	0,00	0,00
313620	JOAO MONLEVADE	3.770.763,08	2.266.295,54	603.022,15	905.475,09	0,00	0,00	0,00	0,00	7.545.555,86
313630	JOAO PINHEIRO	1.670.692,17	570.287,91	0,00	405.705,17	0,00	2.646.685,25	0,00	0,00	0,00
313640	JOAQUIM FELICIO	105.832,35	24.821,69	0,00	8.397,68	0,00	139.051,72	0,00	0,00	0,00
313650	JORDANIA	323.772,06	381,22	0,00	10.278,10	0,00	334.431,38	0,00	0,00	0,00
313652	JOSE GONCALVES DE MINAS	42.773,77	0,00	0,00	255,42	0,00	43.029,19	0,00	0,00	0,00
313655	JOSE RAYDAN	25.400,33	0,00	0,00	1.036,82	0,00	26.437,15	0,00	0,00	0,00
313657	JOSENOPOLIS	25.253,01	0,00	0,00	22,38	0,00	25.275,39	0,00	0,00	0,00
313660	NOVA UNIAO	49.793,83	0,00	0,00	2.016,02	0,00	51.809,85	0,00	0,00	0,00
313665	JUATUBA	175.950,83	906,72	0,00	2.194,31	0,00	179.051,86	0,00	0,00	0,00
313670	JUIZ DE FORA	33.488.364,26	74.674.030,62	15.165.395,94	16.169.576,57	6.977.084,76	0,00	8.292.047,76	0,00	124.228.234,87
313680	JURAMENTO	70.610,61	201,60	0,00	2.183,86	0,00	72.996,07	0,00	0,00	0,00
313690	JURUAIA	329.983,73	64,48	0,00	12.798,15	0,00	342.846,36	0,00	0,00	0,00
313695	JUVENILIA	32.129,11	214,20	0,00	77,26	0,00	32.420,57	0,00	0,00	0,00
313700	LADAINHA	442.122,27	277,20	0,00	15.998,76	0,00	458.398,23	0,00	0,00	0,00
313710	LAGAMAR	117.942,63	25,20	0,00	3.424,98	0,00	121.392,81	0,00	0,00	0,00
313720	LAGOA DA PRATA	1.715.894,24	579.953,69	105.600,00	359.433,20	0,00	2.655.281,13	0,00	0,00	105.600,00
313730	LAGOA DOS PATOS	6.654,42	0,00	0,00	246,72	0,00	6.901,14	0,00	0,00	0,00
313740	LAGOA DOURADA	124.356,36	0,00	0,00	170,37	0,00	124.526,73	0,00	0,00	0,00
313750	LAGOA FORMOSA	465.148,96	159.467,11	0,00	26.398,31	0,00	651.014,38	0,00	0,00	0,00
313753	LAGOA GRANDE	80.723,27	0,00	0,00	679,06	0,00	81.402,33	0,00	0,00	0,00
313760	LAGOA SANTA	1.676.492,29	505.407,27	131.246,53	764.019,48	0,00	3.077.165,57	0,00	0,00	0,00
313770	LAJINHA	410.944,92	68.306,69	0,00	283.134,72	0,00	762.386,33	0,00	0,00	0,00
313780	LAMBARI	674.455,82	360.653,81	0,00	45.697,15	0,00	1.080.806,78	0,00	0,00	0,00
313790	LAMIM	28.722,07	0,00	0,00	1.279,21	0,00	30.001,28	0,00	0,00	0,00
313800	LARANJAL	218.469,34	12,73	0,00	10.337,38	0,00	228.819,45	0,00	0,00	0,00
313810	LASSANCE	58.948,39	12,60	0,00	1.207,79	0,00	60.168,78	0,00	0,00	0,00
313820	LAVRAS	4.758.529,64	10.045.301,68	890.312,86	997.710,93	0,00	0,00	0,00	0,00	16.691.855,11
313830	LEANDRO FERREIRA	16.087,65	0,00	0,00	76,91	0,00	16.164,56	0,00	0,00	0,00
313835	LEME DO PRADO	67.491,50	0,00	0,00	1.316,46	0,00	68.807,96	0,00	0,00	0,00
313840	LEOPOLDINA	2.069.017,17	3.400.100,04	523.470,41	395.310,32	0,00	6.308.697,94	0,00	0,00	79.200,00
313850	LIBERDADE	168.348,04	187.011,71	0,00	11.479,76	0,00	366.839,51	0,00	0,00	0,00
313860	LIMA DUARTE	492.225,42	194.925,88	0,00	341.353,59	0,00	1.028.504,89	0,00	0,00	0,00
313862	LIMEIRA DO OESTE	66.752,85	0,00	0,00	89,19	0,00	66.842,04	0,00	0,00	0,00
313865	LONTRA	45.727,29	0,00	0,00	941,80	0,00	46.669,09	0,00	0,00	0,00
313867	LUISBURGO	31.519,85	0,00	0,00	451,03	0,00	31.970,88	0,00	0,00	0,00
313868	LUISLANDIA	31.108,79	0,00	0,00	25.081,47	0,00	56.190,26	0,00	0,00	0,00
313870	LUMINARIAS	31.883,19	0,00	0,00	170,94	0,00	32.054,13	0,00	0,00	0,00
313880	LUZ	617.825,56	100.914,72	0,00	39.783,49	0,00	758.523,77	0,00	0,00	0,00
313890	MACHACALIS	242.193,55	338.625,85	0,00	33.177,44	0,00	613.996,84	0,00	0,00	0,00
313900	MACHADO	1.441.025,25	107.559,48	156.984,64	430.850,59	0,00	2.136.419,96	0,00	0,00	0,00
313910	MADRE DE DEUS DE MINAS	18.842,75	0,00	0,00	0,00	0,00	18.842,75	0,00	0,00	0,00
313920	MALACACHETA	686.108,77	430.051,89	0,00	76.415,26	0,00	1.192.575,92	0,00	0,00	0,00
313925	MAMONAS	66.272,73	0,00	0,00	1.523,08	0,00	67.795,81	0,00	0,00	0,00
313930	MANGA	745.254,96	412.080,25	0,00	86.907,28	0,00	1.244.242,49	0,00	0,00	0,00
313940	MANHUACU	3.841.077,64	5.767.007,66	1.022.834,54	2.171.601,26	0,00	0,00	0,00	0,00	12.802.521,10
313950	MANHUMIRIM	731.255,19	2.393.354,02	329.991,72	381.307,84	0,00	3.835.908,77	0,00	0,00	0,00
313960	MANTENA	1.147.075,71	274.285,94	161.942,43	78.600,20	0,00	1.661.904,28	0,00	0,00	0,00
313970	MARAVILHAS	61.458,27	8.336,11	0,00	3.044,38	0,00	72.838,76	0,00	0,00	0,00
313980	MAR DE ESPANHA	310.394,37	150.125,46	0,00	32.438,59	0,00	492.958,42	0,00	0,00	0,00
313990	MARIA DA FE	293.259,27	32,14	0,00	16.136,18	0,00	309.427,59	0,00	0,00	0,00
314000	MARIANA	1.897.863,88	138.415,18	391.808,84	199.517,58	0,00	2.477.605,48	0,00	0,00	150.000,00
314010	MARILAC	4.743,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.743,99	0,00	0,00	0,00
314015	MARIO CAMPOS	8.087,72	0,00	0,00	39,39	0,00	8.127,11	0,00	0,00	0,00
314020	MARIPA DE MINAS	7.728,46	0,00	0,00	0,00	0,00	7.728,46	0,00	0,00	0,00
314030	MARLIERIA	30.339,88	374,73	0,00	38,07	0,00	30.752,68	0,00	0,00	0,00
314040	MARMELOPOLIS	2.623,56	0,00	0,00	16,16	0,00	2.639,72	0,00	0,00	0,00
314050	MARTINHO CAMPOS	388.498,53	10.682,85	0,00	20.041,40	0,00	419.222,78	0,00	0,00	0,00
314053	MARTINS SOARES	48.445,09	0,00	0,00	148,07	0,00	48.593,16	0,00	0,00	0,00
314055	MATA VERDE	128.931,14	217,62	0,00	1.980,17	0,00	131.128,93	0,00	0,00	0,00
314060	MATERLANDIA	34.656,22	0,00	0,00	734,46	0,00	35.390,68	0,00	0,00	0,00
314070	MATEUS LEME	850.172,94	541.958,15	0,00	86.971,55	0,00	1.479.102,64	0,00	0,00	0,00
314080	MATIAS BARBOSA	124.084,38	19.386,40	0,00	1.253,12	0,00	144.723,90	0,00	0,00	0,00
314085	MATIAS CARDOSO	138.708,94	0,00	0,00	715,98	0,00	139.424,92	0,00	0,00	0,00
314090	MATIPO	588.092,59	59.128,62	79.288,08	36.934,24	0,00	763.443,53	0,00	0,00	0,00
314100	MATO VERDE	215.008,19	34.469,91	0,00	157,79	0,00	249.635,89	0,00	0,00	0,00
314110	MATOZINHOS	1.221.413,27	170.864,33	0,00	348.590,05	0,00	1.740.867,65	0,00	0,00	0,00
314120	MATUTINA	52.987,36	0,00	0,00	2.815,24	0,00	55.802,60	0,00	0,00	0,00
314130	MEDEIROS	13.860,16	0,00	0,00	119,85	0,00	13.980,01	0,00	0,00	0,00
314140	MEDINA	789.343,33	229.986,44	99.211,85	341.493,77	0,00	1.460.035,39	0,00	0,00	0,00
314150	MENDES PIMENTEL	234.284,83	109.139,77	0,00	19.479,97	0,00	362.904,57	0,00	0,00	0,00
314160	MERCES	330.059,61	1.254,22	0,00	23.469,65	0,00	354.783,48	0,00	0,00	0,00
314170	MESQUITA	46.526,90	403,20	0,00	93,77	0,00	47.023,87	0,00	0,00	0,00
314180	MINAS NOVAS	1.249.760,12	310.439,91	240.240,35	484.504,25	0,00	2.179.344,63	0,00	0,00	105.600,00
314190	MINDURI	102.908,46	25.410,24	0,00	4.662,21	0,00	132.980,91	0,00	0,00	0,00
314200	MIRABELA	502.846,11	581.366,78	0,00	399.361,17	0,00	1.483.574,06	0,00	0,00	0,00
314210	MIRADOURO	299.414,59	387.728,46	0,00	30.439,86	0,00	717.582,91	0,00	0,00	0,00
314220	MIRAI	507.131,65	152.796,65	0,00	30.236,36	0,00	690.164,66	0,00	0,00	0,00
314225	MIRAVANIA	9.652,31	0,00	0,00	67,53	0,00	9.719,84	0,00	0,00	0,00
314230	MOEDA	52.376,87	2.272,88	0,00	586,06	0,00	55.235,81	0,00	0,00	0,00
314240	MOEMA	208.109,90	370.697,07	0,00	47.544,67	0,00	626.351,64	0,00	0,00	0,00
314250	MONJOLOS	14.705,68	0,00	0,00	97,59	0,00	14.803,27	0,00	0,00	0,00
314260	MONSENHOR PAULO	164.512,39	158.924,52	0,00	15.648,76	0,00	339.085,67	0,00	0,00	0,00
314270	MONTALVANIA	541.070,44	225.087,18	0,00	70.174,23	0,00	836.331,85	0,00	0,00	0,00
314280	MONTE ALEGRE DE MINAS	417.674,47	146.012,98	0,00	25.432,35	0,00	589.119,80	0,00	0,00	0,00
314290	MONTE AZUL	822.592,99	460.872,94	173.842,78	82.974,54	0,00	1.461.083,25	0,00	0,00	79.200,00
314300	MONTE BELO	317.515,15	45.224,70	0,00	24.013,82	0,00	386.753,67	0,00	0,00	0,00
314310	MONTE CARMELO	2.129.841,38	962.096,73	0,00	461.798,68	0,00	0,00	0,00	0,00	3.553.736,79
314315	MONTE FORMOSO	73.377,36	210,75	0,00	35,34	0,00	73.623,45	0,00	0,00	0,00
314320	MONTE SANTO DE MINAS	790.397,01	29.950,76	0,00	313.570,51	0,00	1.133.918,28	0,00	0,00	0,00
314330	MONTES CLAROS	21.683.831,56	57.943.679,95	9.004.146,00	12.151.235,40	0,00	0,00	0,00	0,00	100.782.892,91
314340	MONTE SIAO	255.796,96	18.828,35	0,00	16.944,19	0,00	291.569,50	0,00	0,00	0,00
314345	MONTEZUMA	83.880,78	13,56	0,00	71,60	0,00	83.965,94	0,00	0,00	0,00
314350	MORADA NOVA DE MINAS	202.505,84	107.365,96	0,00	5.771,62	0,00	315.643,42	0,00	0,00	0,00
314360	MORRO DA GARCA	20.150,41	2.400,00	0,00	0,00	0,00	22.550,41	0,00	0,00	0,00
314370	MORRO DO PILAR	25.853,92	1.215,78	0,00	3.294,36	0,00	30.364,06	0,00	0,00	0,00
314380	MUNHOZ	15.088,47	6,08	0,00	596,21	0,00	15.690,76	0,00	0,00	0,00
314390	MURIAE	5.573.050,56	28.653.585,75	1.513.918,70	2.199.727,40	0,00	37.940.282,41	0,00	0,00	0,00
314400	MUTUM	1.014.933,26	243.014,16	0,00	318.469,28	0,00	1.576.416,70	0,00	0,00	0,00
314410	MUZAMBINHO	682.908,09	109.587,22	0,00	35.353,09	0,00	827.848,40	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

314420	NACIP RAYDAN	14.488,68	0,00	0,00	36.633,42	0,00	51.122,10	0,00	0,00	0,00
314430	NANUQUE	1.819.616,11	293.817,07	0,00	133.369,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.246.802,90
314435	NAQUE	12.340,30	7,40	0,00	226,54	0,00	12.574,24	0,00	0,00	0,00
314437	NATALANDIA	23.887,25	0,00	0,00	0,00	0,00	23.887,25	0,00	0,00	0,00
314440	NATERCIA	126.440,98	0,00	0,00	3.216,66	0,00	129.657,64	0,00	0,00	0,00
314450	NAZARENO	161.192,27	7.106,26	0,00	4.425,67	0,00	172.724,20	0,00	0,00	0,00
314460	NEPOMUCENO	725.648,32	166.794,72	0,00	40.205,35	0,00	932.648,39	0,00	0,00	0,00
314465	NINHEIRA	164.531,69	91,00	0,00	1.766,24	0,00	166.388,93	0,00	0,00	0,00
314467	NOVA BELEM	30.335,95	0,00	0,00	52,44	0,00	30.388,39	0,00	0,00	0,00
314470	NOVA ERA	504.758,77	53.945,36	0,00	26.076,18	0,00	584.780,31	0,00	0,00	0,00
314480	NOVA LIMA	2.373.793,14	1.267.059,36	607.711,02	636.856,06	0,00	4.779.819,58	0,00	0,00	105.600,00
314490	NOVA MODICA	7.629,30	0,00	0,00	0,00	0,00	7.629,30	0,00	0,00	0,00
314500	NOVA PONTE	301.826,46	7.834,84	0,00	9.435,62	0,00	319.096,92	0,00	0,00	0,00
314505	NOVA PORTEIRINHA	48.242,38	2.217,60	0,00	90,78	0,00	50.550,76	0,00	0,00	0,00
314510	NOVA RESENDE	463.695,52	480,86	0,00	16.308,45	0,00	480.484,83	0,00	0,00	0,00
314520	NOVA SERRANA	2.404.399,06	131.988,09	105.600,00	356.229,95	0,00	2.892.617,10	0,00	0,00	105.600,00
314530	NOVO CRUZEIRO	878.342,32	13.919,59	85.752,53	55.939,04	0,00	1.033.953,48	0,00	0,00	0,00
314535	NOVO ORIENTE DE MINAS	34.878,07	151,20	0,00	0,00	0,00	35.029,27	0,00	0,00	0,00
314537	NOVORIZONTE	8.723,15	0,00	0,00	341,79	0,00	9.064,94	0,00	0,00	0,00
314540	OLARIA	3.977,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.977,25	0,00	0,00	0,00
314545	OLHOS-D'AGUA	10.134,69	3,51	0,00	429,04	0,00	10.567,24	0,00	0,00	0,00
314550	OLIMPIO NORONHA	14.768,21	0,00	0,00	393,20	0,00	15.161,41	0,00	0,00	0,00
314560	OLIVEIRA	1.400.143,10	414.620,63	273.992,86	870.459,90	0,00	2.880.016,49	0,00	0,00	79.200,00
314570	OLIVEIRA FORTES	1.838,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.838,76	0,00	0,00	0,00
314580	ONCA DE PITANGUI	6.145,56	0,00	0,00	14,57	0,00	6.160,13	0,00	0,00	0,00
314585	ORATORIOS	10.375,06	0,00	0,00	36.320,13	0,00	46.695,19	0,00	0,00	0,00
314587	ORIZANIA	11.677,87	0,00	0,00	0,00	0,00	11.677,87	0,00	0,00	0,00
314590	OURO BRANCO	1.378.052,52	14.495,56	105.600,00	423.535,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.921.683,23
314600	OURO FINO	1.096.912,86	934.037,54	164.362,73	95.238,99	0,00	2.290.552,12	0,00	0,00	0,00
314610	OURO PRETO	2.583.658,33	1.448.405,45	1.168.298,83	874.587,81	0,00	5.032.150,42	0,00	0,00	1.042.800,00
314620	OURO VERDE DE MINAS	71.935,72	12,60	0,00	3.018,29	0,00	74.966,61	0,00	0,00	0,00
314625	PADRE CARVALHO	46.845,55	302,40	0,00	200,30	0,00	47.348,25	0,00	0,00	0,00
314630	PADRE PARAISO	730.511,27	181.757,88	0,00	66.678,89	0,00	978.948,04	0,00	0,00	0,00
314640	PAINEIRAS	44.284,75	0,00	0,00	366,36	0,00	44.651,11	0,00	0,00	0,00
314650	PAINS	215.038,24	591,64	0,00	11.495,20	0,00	227.125,08	0,00	0,00	0,00
314655	PAI PEDRO	6.849,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.849,00	0,00	0,00	0,00
314660	PAIVA	8.821,79	0,00	0,00	159,69	0,00	8.981,48	0,00	0,00	0,00
314670	PALMA	235.250,87	3,04	0,00	15.399,72	0,00	250.653,63	0,00	0,00	0,00
314675	PALMOPOLIS	76.572,82	2.071,88	0,00	6.338,80	0,00	84.983,50	0,00	0,00	0,00
314690	PAPAGAIOS	165.870,19	4.060,06	0,00	2.067,93	0,00	171.998,18	0,00	0,00	0,00
314700	PARACATU	3.687.373,23	1.421.991,59	0,00	464.435,97	0,00	0,00	0,00	0,00	5.573.800,79
314710	PARA DE MINAS	3.979.272,03	2.647.358,33	972.540,38	699.283,08	0,00	8.298.453,82	0,00	0,00	0,00
314720	PARAGUACU	498.021,57	89.106,59	0,00	29.896,37	0,00	617.024,53	0,00	0,00	0,00
314730	PARAISOPOLIS	662.434,84	544.125,13	0,00	50.427,55	0,00	1.256.987,52	0,00	0,00	0,00
314740	PARAOPEBA	563.389,49	95.727,76	0,00	38.250,30	0,00	697.367,55	0,00	0,00	0,00
314750	PASSABEM	37.099,90	19.412,25	0,00	2.522,10	0,00	59.034,25	0,00	0,00	0,00
314760	PASSA QUATRO	715.628,05	134.916,17	0,00	35.205,18	0,00	885.749,40	0,00	0,00	0,00
314770	PASSA TEMPO	233.887,78	1.827,15	0,00	11.480,73	0,00	247.195,66	0,00	0,00	0,00
314780	PASSA VINTE	15.093,32	0,00	0,00	1.321,77	0,00	16.415,09	0,00	0,00	0,00
314790	PASSOS	5.976.805,29	13.079.494,04	5.211.543,89	1.840.376,04	0,00	26.108.219,26	0,00	0,00	0,00
314795	PATIS	8.524,39	0,00	0,00	347,39	0,00	8.871,78	0,00	0,00	0,00
314800	PATOS DE MINAS	7.181.060,86	19.875.345,12	1.047.600,00	3.433.324,09	7.518.055,68	0,00	0,00	0,00	24.019.274,39
314810	PATROCINIO	4.270.644,78	3.629.820,21	612.555,64	711.866,55	0,00	0,00	0,00	0,00	9.224.887,18
314820	PATROCINIO DO MURIAE	102.976,21	69.306,42	79.200,00	10.324,23	0,00	182.606,86	0,00	0,00	79.200,00
314830	PAULA CANDIDO	81.841,47	0,00	0,00	57.606,80	0,00	139.448,27	0,00	0,00	0,00
314840	PAULISTAS	5.332,84	0,00	0,00	20,10	0,00	5.352,94	0,00	0,00	0,00
314850	PAVAO	290.379,77	148.588,20	0,00	18.936,43	0,00	457.904,40	0,00	0,00	0,00
314860	PECANHA	599.068,08	280.618,49	0,00	50.078,64	0,00	929.765,21	0,00	0,00	0,00
314870	PEDRA AZUL	1.169.374,95	448.833,77	292.677,92	353.180,52	0,00	2.264.067,16	0,00	0,00	0,00
314875	PEDRA BONITA	43.988,32	0,00	0,00	0,00	0,00	43.988,32	0,00	0,00	0,00
314880	PEDRA DO ANTA	15.868,46	0,00	0,00	1,66	0,00	15.870,12	0,00	0,00	0,00
314890	PEDRA DO INDAIA	28.192,23	0,00	0,00	0,00	0,00	28.192,23	0,00	0,00	0,00
314900	PEDRA DOURADA	8.896,62	0,00	0,00	14,57	0,00	8.911,19	0,00	0,00	0,00
314910	PEDRALVA	152.133,79	3,51	0,00	8.172,09	0,00	160.309,39	0,00	0,00	0,00
314915	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	51.617,41	43,50	0,00	155,96	0,00	51.816,87	0,00	0,00	0,00
314920	PEDRINOPOLIS	75.059,86	0,00	0,00	4.727,18	0,00	79.787,04	0,00	0,00	0,00
314930	PEDRO LEOPOLDO	2.347.758,14	323.037,05	105.600,00	994.707,61	0,00	0,00	0,00	0,00	3.771.102,80
314940	PEDRO TEIXEIRA	3.323,58	0,00	0,00	0,00	0,00	3.323,58	0,00	0,00	0,00
314950	PEQUERI	6.604,11	0,00	0,00	0,00	0,00	6.604,11	0,00	0,00	0,00
314960	PEQUI	33.429,37	3.968,25	0,00	846,49	0,00	38.244,11	0,00	0,00	0,00
314970	PERDIGAO	90.476,30	0,00	0,00	1.269,68	0,00	91.745,98	0,00	0,00	0,00
314980	PERDIZES	505.212,44	28.249,06	0,00	51.124,22	0,00	584.585,72	0,00	0,00	0,00
314990	PERDOES	722.564,43	276.140,36	0,00	422.326,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.421.030,95
314995	PERIQUITO	7.719,84	176,40	0,00	433,07	0,00	8.329,31	0,00	0,00	0,00
315000	PESCADOR	18.669,90	0,00	0,00	0,00	0,00	18.669,90	0,00	0,00	0,00
315010	PIAU	6.229,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.229,95	0,00	0,00	0,00
315015	PIEDADE DE CARATINGA	16.314,64	0,00	0,00	51,22	0,00	16.365,86	0,00	0,00	0,00
315020	PIEDADE DE PONTE NOVA	5.514,04	0,00	0,00	0,00	0,00	5.514,04	0,00	0,00	0,00
315030	PIEDADE DO RIO GRANDE	99.672,10	0,00	0,00	4.503,94	0,00	104.176,04	0,00	0,00	0,00
315040	PIEDADE DOS GERAIS	28.314,72	0,00	0,00	301,13	0,00	28.615,85	0,00	0,00	0,00
315050	PIMENTA	192.365,61	56,06	0,00	5.981,55	0,00	198.403,22	0,00	0,00	0,00
315053	PINGO D'AGUA	30.978,22	2,40	0,00	441,39	0,00	31.422,01	0,00	0,00	0,00
315057	PINTOPOLIS	19.935,61	3,51	0,00	526,20	0,00	20.465,32	0,00	0,00	0,00
315060	PIRACEMA	55.853,04	0,00	0,00	44.960,00	0,00	100.813,04	0,00	0,00	0,00
315070	PIRAJUBA	20.371,55	588,70	0,00	148,14	0,00	21.108,39	0,00	0,00	0,00
315080	PIRANGA	720.911,10	49.307,86	0,00	304.609,10	0,00	1.074.828,06	0,00	0,00	0,00
315090	PIRANGUCU	9.890,16	0,00	0,00	147,09	0,00	10.037,25	0,00	0,00	0,00
315100	PIRANGUINHO	11.317,03	4,05	0,00	276,86	0,00	11.597,94	0,00	0,00	0,00
315110	PIRAPETINGA	444.672,47	11.517,47	0,00	31.173,94	0,00	487.363,88	0,00	0,00	0,00
315120	PIRAPORA	2.011.400,95	2.443.848,40	0,00	821.147,67	0,00	5.276.397,02	0,00	0,00	0,00
315130	PIRAUBA	96.312,87	314.352,35	0,00	2.473,10	0,00	413.138,32	0,00	0,00	0,00
315140	PITANGUI	914.848,45	181.392,33	116.533,28	53.082,93	0,00	1.265.856,99	0,00	0,00	0,00
315150	PIUMHI	1.437.405,53	2.558.343,25	328.818,35	538.113,33	0,00	4.757.080,46	0,00	0,00	105.600,00
315160	PLANURA	121.813,92	0,00	0,00	9.283,90	0,00	131.097,82	0,00	0,00	0,00
315170	POCO FUNDO	546.682,93	8.304,87	79.200,00	27.766,04	0,00	582.753,84	0,00	0,00	79.200,00
315180	POCOS DE CALDAS	8.833.229,86	18.264.859,85	2.027.642,41	1.225.658,60	0,00	0,00	0,00	0,00	30.351.390,72
315190	POCRANE	183.352,31	0,00	0,00	2.246,59	0,00	185.598,90	0,00	0,00	0,00
315200	POMPEU	804.168,76	3.910,81	0,00	41.884,95	0,00	849.964,52	0,00	0,00	0,00
315210	PONTE NOVA	3.197.458,34	12.009.350,14	1.626.003,87	1.437.248,35	0,00	0,00	0,00	0,00	18.270.060,70
315213	PONTO CHIQUE	31.322,02	0,00	0,00	309,46	0,00	31.631,48	0,00	0,00	0,00
315217	PONTO DOS VOLANTES	79.529,58	88,42	0,00	3.141,68	0,00	82.759,68	0,00	0,00	0,00
315220	PORTEIRINHA	1.212.881,16	428.561,73	259.803,85	96.881,79	0,00	1.998.128,53	0,00	0,00	0,00
315230	PORTO FIRME	126.902,02	0,00	0,00	5.945,05	0,00	132.847,07	0,00	0,00	0,00
315240	POTE	459.746,86	40.435,11	0,00	22.939,63	0,00	523.121,60	0,00	0,00	0,00
315250	POUSO ALEGRE	6.631.242,72	20.735.437,01	0,00	2.535.313,47	0,00	29.901.993,20	0,00	0,00	0,00
315260	POUSO ALTO	213.256,76	41.903,79	0,00	13.641,92	0,00	268.802,47	0,00	0,00	0,00
315270	PRADOS	214.266,86	53.481,57	0,00	3.769,17	0,00	271.517,60	0,00	0,00	0,00
315280	PRATA	892.728,11	166.481,46	0,00	43.692,65	0,00	1.102.902,22	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

315290	PRATAPOLIS	170.844,88	313,17	0,00	18.161,83	0,00	189.319,88	0,00	0,00	0,00
315300	PRATINHA	18.292,90	0,00	0,00	1.281,17	0,00	19.574,07	0,00	0,00	0,00
315310	PRESIDENTE BERNARDES	104.760,63	1.087,11	0,00	7.857,27	0,00	113.705,01	0,00	0,00	0,00
315320	PRESIDENTE JUSCELINO	26.193,90	50,40	0,00	45,49	0,00	26.289,79	0,00	0,00	0,00
315330	PRESIDENTE KUBITSCHEK	13.054,24	0,00	0,00	169,40	0,00	13.223,64	0,00	0,00	0,00
315340	PRESIDENTE OLEGARIO	458.533,46	145.858,29	0,00	10.581,31	0,00	614.973,06	0,00	0,00	0,00
315350	ALTO JEQUITIBA	87.860,26	0,00	0,00	520,64	0,00	88.380,90	0,00	0,00	0,00
315360	PRUDENTE DE MORAIS	59.514,03	50,40	0,00	0,00	0,00	59.564,43	0,00	0,00	0,00
315370	QUARTEL GERAL	21.652,11	0,00	0,00	983,20	0,00	22.635,31	0,00	0,00	0,00
315380	QUELUZITA	3.519,61	0,00	0,00	238,49	0,00	3.758,10	0,00	0,00	0,00
315390	RAPOSOS	237.571,36	1.341,54	0,00	14.270,73	0,00	253.183,63	0,00	0,00	0,00
315400	RAUL SOARES	789.655,16	56.600,13	0,00	43.978,58	0,00	890.233,87	0,00	0,00	0,00
315410	RECREIO	364.404,86	14.542,62	0,00	26.543,26	0,00	405.490,74	0,00	0,00	0,00
315415	REDUTO	18.917,33	0,00	0,00	77,29	0,00	18.994,62	0,00	0,00	0,00
315420	RESENDE COSTA	452.012,99	216.339,35	0,00	47.006,96	0,00	715.359,30	0,00	0,00	0,00
315430	RESPLENDOR	662.302,64	716.705,77	285.453,38	78.034,06	0,00	1.742.495,85	0,00	0,00	0,00
315440	RESSAQUINHA	13.107,38	91,56	0,00	242,51	0,00	13.441,45	0,00	0,00	0,00
315445	RIACHINHO	83.010,95	12,97	0,00	160,81	0,00	83.184,73	0,00	0,00	0,00
315450	RIACHO DOS MACHADOS	78.463,02	0,00	0,00	280,96	0,00	78.743,98	0,00	0,00	0,00
315460	RIBEIRAO DAS NEVES	9.642.387,23	269.846,75	3.079.200,00	1.413.133,47	0,00	0,00	0,00	0,00	14.404.567,45
315470	RIBEIRAO VERMELHO	84.794,34	3.472,10	0,00	5.502,87	0,00	93.769,31	0,00	0,00	0,00
315480	RIO ACIMA	115.205,41	331,62	0,00	908,11	0,00	116.445,14	0,00	0,00	0,00
315490	RIO CASCA	479.743,38	466.868,47	0,00	79.565,21	0,00	1.026.177,06	0,00	0,00	0,00
315500	RIO DOCE	4.055,82	0,00	0,00	139,72	0,00	4.195,54	0,00	0,00	0,00
315510	RIO DO PRADO	53.780,53	482,10	0,00	467,73	0,00	54.730,36	0,00	0,00	0,00
315520	RIO ESPERA	151.808,74	1.602,30	0,00	7.624,48	0,00	161.035,52	0,00	0,00	0,00
315530	RIO MANSO	56.356,10	0,00	0,00	7.281,17	0,00	63.637,27	0,00	0,00	0,00
315540	RIO NOVO	277.659,89	105.896,43	0,00	30.240,36	0,00	413.796,68	0,00	0,00	0,00
315550	RIO PARANAIBA	211.123,09	5.618,13	0,00	8.214,87	0,00	224.956,09	0,00	0,00	0,00
315560	RIO PARDO DE MINAS	1.057.742,76	156.406,74	0,00	104.225,16	0,00	1.318.374,66	0,00	0,00	0,00
315570	RIO PIRACICABA	404.336,43	17.177,72	0,00	25.687,14	0,00	447.201,29	0,00	0,00	0,00
315580	RIO POMBA	610.274,58	503.203,25	0,00	57.471,09	0,00	1.170.948,92	0,00	0,00	0,00
315590	RIO PRETO	216.509,67	100.346,54	0,00	13.376,19	0,00	330.232,40	0,00	0,00	0,00
315600	RIO VERMELHO	478.817,43	30.015,65	0,00	26.654,93	0,00	535.488,01	0,00	0,00	0,00
315610	RITAPOLIS	42.806,50	350.901,13	0,00	1.060,12	0,00	394.767,75	0,00	0,00	0,00
315620	ROCHEDO DE MINAS	4.589,47	0,00	0,00	880,82	0,00	5.470,29	0,00	0,00	0,00
315630	RODEIRO	26.522,66	0,00	0,00	42.040,00	0,00	68.562,66	0,00	0,00	0,00
315640	ROMARIA	20.090,40	0,00	0,00	6.742,38	0,00	26.832,78	0,00	0,00	0,00
315645	ROSARIO DA LIMEIRA	32.878,44	0,00	0,00	0,00	0,00	32.878,44	0,00	0,00	0,00
315650	RUBELITA	66.077,70	0,00	0,00	6,36	0,00	66.084,06	0,00	0,00	0,00
315660	RUBIM	341.978,98	80.393,85	0,00	23.276,52	0,00	445.649,35	0,00	0,00	0,00
315670	SABARA	3.061.760,89	1.112.333,76	391.229,38	683.246,00	0,00	5.142.970,03	0,00	0,00	105.600,00
315680	SABINOPOLIS	551.110,88	652.730,01	0,00	49.460,54	0,00	1.253.301,43	0,00	0,00	0,00
315690	SACRAMENTO	886.041,99	203.519,17	79.200,00	332.267,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.501.028,49
315700	SALINAS	1.731.440,27	1.408.157,59	105.600,00	584.501,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3.829.699,55
315710	SALTO DA DIVISA	173.997,09	1.394,74	0,00	7.116,59	0,00	182.508,42	0,00	0,00	0,00
315720	SANTA BARBARA	952.449,87	94.267,27	0,00	47.619,65	0,00	1.094.336,79	0,00	0,00	0,00
315725	SANTA BARBARA DO LESTE	26.362,54	12,00	0,00	298,83	0,00	26.673,37	0,00	0,00	0,00
315727	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	2.140,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.140,45	0,00	0,00	0,00
315730	SANTA BARBARA DO TUGURIO	22.515,78	0,00	0,00	594,41	0,00	23.110,19	0,00	0,00	0,00
315733	SANTA CRUZ DE MINAS	52.661,02	37,04	0,00	536,55	0,00	53.234,61	0,00	0,00	0,00
315737	SANTA CRUZ DE SALINAS	38.873,31	0,00	0,00	284,78	0,00	39.158,09	0,00	0,00	0,00
315740	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	16.728,56	0,00	0,00	86,47	0,00	16.815,03	0,00	0,00	0,00
315750	SANTA EFIGENIA DE MINAS	25.185,44	0,00	0,00	0,00	0,00	25.185,44	0,00	0,00	0,00
315760	SANTA FE DE MINAS	31.991,80	252,00	0,00	619,28	0,00	32.863,08	0,00	0,00	0,00
315765	SANTA HELENA DE MINAS	6.857,36	0,00	0,00	0,00	0,00	6.857,36	0,00	0,00	0,00
315770	SANTA JULIANA	315.061,02	447,54	0,00	16.722,72	0,00	332.231,28	0,00	0,00	0,00
315780	SANTA LUZIA	7.991.475,87	461.325,80	863.207,04	2.243.624,92	0,00	0,00	0,00	0,00	11.559.633,63
315790	SANTA MARGARIDA	527.360,47	289.910,04	0,00	283.808,22	0,00	1.101.078,73	0,00	0,00	0,00
315800	SANTA MARIA DE ITABIRA	184.544,49	20.077,41	0,00	7.787,74	0,00	212.409,64	0,00	0,00	0,00
315810	SANTA MARIA DO SALTO	35.889,05	24,68	0,00	308,78	0,00	36.222,51	0,00	0,00	0,00
315820	SANTA MARIA DO SUACUI	566.358,32	471.197,49	0,00	69.979,33	0,00	1.107.535,14	0,00	0,00	0,00
315830	SANTANA DA VARGEM	36.173,63	159.550,34	0,00	2.064,72	0,00	197.788,69	0,00	0,00	0,00
315840	SANTANA DE CATAGUASES	10.822,38	0,00	0,00	3,18	0,00	10.825,56	0,00	0,00	0,00
315850	SANTANA DE PIRAPAMA	44.074,35	0,00	0,00	36,20	0,00	44.110,55	0,00	0,00	0,00
315860	SANTANA DO DESERTO	16.613,03	0,00	0,00	2.311,00	0,00	18.924,03	0,00	0,00	0,00
315870	SANTANA DO GARAMBEU	17.248,23	0,00	0,00	66,12	0,00	17.314,35	0,00	0,00	0,00
315880	SANTANA DO JACARE	31.219,71	0,00	0,00	0,00	0,00	31.219,71	0,00	0,00	0,00
315890	SANTANA DO MANHUACU	37.218,73	0,00	0,00	171,36	0,00	37.390,09	0,00	0,00	0,00
315895	SANTANA DO PARAISO	129.114,66	0,00	79.200,00	3.375,97	0,00	132.490,63	0,00	0,00	79.200,00
315900	SANTANA DO RIACHO	7.641,92	0,00	0,00	207,97	0,00	7.849,89	0,00	0,00	0,00
315910	SANTANA DOS MONTES	8.396,61	0,00	0,00	103,10	0,00	8.499,71	0,00	0,00	0,00
315920	SANTA RITA DE CALDAS	123.361,43	46,63	0,00	7.585,09	0,00	130.993,15	0,00	0,00	0,00
315930	SANTA RITA DE JACUTINGA	141.978,90	1.292,96	0,00	12.071,72	0,00	155.343,58	0,00	0,00	0,00
315935	SANTA RITA DE MINAS	18.895,42	0,00	0,00	58,69	0,00	18.954,11	0,00	0,00	0,00
315940	SANTA RITA DO IBITIPOCA	5.539,20	0,00	0,00	55,38	0,00	5.594,58	0,00	0,00	0,00
315950	SANTA RITA DO ITUETO	21.848,85	0,00	0,00	752,39	0,00	22.601,24	0,00	0,00	0,00
315960	SANTA RITA DO SAPUCAI	1.136.952,94	741.106,54	187.186,09	360.897,84	0,00	2.426.143,41	0,00	0,00	0,00
315970	SANTA ROSA DA SERRA	20.637,35	0,00	0,00	0,00	0,00	20.637,35	0,00	0,00	0,00
315980	SANTA VITORIA	606.300,59	235.021,36	0,00	70.327,78	0,00	911.649,73	0,00	0,00	0,00
315990	SANTO ANTONIO DO AMPARO	760.314,34	2.399.443,20	0,00	266.009,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3.425.767,07
316000	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO	4.227,76	72,75	0,00	3.011,91	0,00	7.312,42	0,00	0,00	0,00
316010	SANTO ANTONIO DO GRAMA	7.376,82	0,00	0,00	203,29	0,00	7.580,11	0,00	0,00	0,00
316020	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	20.810,13	0,00	0,00	183,57	0,00	20.993,70	0,00	0,00	0,00
316030	SANTO ANTONIO DO JACINTO	157.965,33	3.025,48	0,00	3.215,44	0,00	164.206,25	0,00	0,00	0,00
316040	SANTO ANTONIO DO MONTE	959.699,51	617.256,86	72.318,76	351.385,42	0,00	2.000.660,55	0,00	0,00	0,00
316045	SANTO ANTONIO DO RETIRO	59.435,10	75,00	0,00	312,21	0,00	59.822,31	0,00	0,00	0,00
316050	SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO	9.608,97	0,00	0,00	137,81	0,00	9.746,78	0,00	0,00	0,00
316060	SANTO HIPOLITO	17.506,89	0,00	0,00	356,07	0,00	17.862,96	0,00	0,00	0,00
316070	SANTOS DUMONT	1.799.951,74	967.670,78	357.118,01	402.577,30	0,00	3.421.717,83	0,00	0,00	105.600,00
316080	SAO BENTO ABADE	28.991,74	7,20	0,00	28,12	0,00	29.027,06	0,00	0,00	0,00
316090	SAO BRAS DO SUACUI	23.030,68	0,00	0,00	450,06	0,00	23.480,74	0,00	0,00	0,00
316095	SAO DOMINGOS DAS DORES	31.541,50	12,60	0,00	1.869,84	0,00	33.423,94	0,00	0,00	0,00
316100	SAO DOMINGOS DO PRATA	579.729,28	116.322,93	0,00	299.893,58	0,00	995.945,79	0,00	0,00	0,00
316105	SAO FELIX DE MINAS	4.068,84	806,60	0,00	261.688,57	0,00	266.564,01	0,00	0,00	0,00
316110	SAO FRANCISCO	1.943.023,28	366.570,96	0,00	456.273,56	0,00	2.765.867,80	0,00	0,00	0,00
316120	SAO FRANCISCO DE PAULA	45.511,33	23,28	0,00	61,62	0,00	45.596,23	0,00	0,00	0,00
316130	SAO FRANCISCO DE SALES	48.731,24	152,64	0,00	607,89	0,00	49.491,77	0,00	0,00	0,00
316140	SAO FRANCISCO DO GLORIA	27.249,95	0,00	0,00	173,35	0,00	27.423,30	0,00	0,00	0,00
316150	SAO GERALDO	46.653,09	0,00	0,00	58,80	0,00	46.711,89	0,00	0,00	0,00
316160	SAO GERALDO DA PIEDADE	5.352,22	0,00	0,00	0,00	0,00	5.352,22	0,00	0,00	0,00
316165	SAO GERALDO DO BAIXIO	3.795,08	0,00	0,00	0,00	0,00	3.795,08	0,00	0,00	0,00
316170	SAO GONCALO DO ABAETE	7.397,74	0,00	0,00	38,36	0,00	7.436,10	0,00	0,00	0,00
316180	SAO GONCALO DO PARA	89.802,39	0,00	0,00	357,23	0,00	90.159,62	0,00	0,00	0,00
316190	SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	106.666,91	4,95	0,00	1.106,31	0,00	107.778,17	0,00	0,00	0,00
316200	SAO GONCALO DO SAPUCAI	880.741,00	285.849,88	130.928,05	61.930,89	0,00	1.359.449,82	0,00	0,00	0,00
316210	SAO GOTARDO	1.108.991,82	148.047,79	0,00	51.209,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.308.249,26
316220	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	239.394,10	4.283,72	0,00	18.185,81	0,00	261.863,63	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

316225	SAO JOAO DA LAGOA	15.407,47	0,00	0,00	459,42	0,00	15.866,89	0,00	0,00	0,00
316230	SAO JOAO DA MATA	18.457,23	0,00	0,00	164,77	0,00	18.622,00	0,00	0,00	0,00
316240	SAO JOAO DA PONTE	929.752,77	310.600,33	0,00	333.581,59	0,00	1.573.934,69	0,00	0,00	0,00
316245	SAO JOAO DAS MISSOES	108.498,15	0,00	0,00	306,58	0,00	108.804,73	0,00	0,00	0,00
316250	SAO JOAO DEL REI	4.705.209,88	8.084.762,29	1.450.027,88	551.106,56	0,00	0,00	0,00	0,00	14.791.106,61
316255	SAO JOAO DO MANHUACU	18.872,51	0,00	0,00	143,22	0,00	19.015,73	0,00	0,00	0,00
316257	SAO JOAO DO MANTENINHA	66.331,25	8,03	0,00	5.672,24	0,00	72.011,52	0,00	0,00	0,00
316260	SAO JOAO DO ORIENTE	32.040,81	82,80	0,00	297,97	0,00	32.421,58	0,00	0,00	0,00
316265	SAO JOAO DO PACUI	5.661,83	0,00	0,00	157,61	0,00	5.819,44	0,00	0,00	0,00
316270	SAO JOAO DO PARAISO	665.985,86	147.606,13	174.403,00	33.023,05	0,00	941.818,04	0,00	0,00	79.200,00
316280	SAO JOAO EVANGELISTA	529.317,37	518.016,90	0,00	45.836,89	0,00	1.093.171,16	0,00	0,00	0,00
316290	SAO JOAO NEPOMUCENO	883.102,60	211.193,79	79.200,00	69.469,10	0,00	1.163.765,49	0,00	0,00	79.200,00
316292	SAO JOAQUIM DE BICAS	687.733,26	5.469,42	0,00	270.038,84	0,00	963.241,52	0,00	0,00	0,00
316294	SAO JOSE DA BARRA	125.971,33	54,51	0,00	3.132,12	0,00	129.157,96	0,00	0,00	0,00
316295	SAO JOSE DA LAPA	274.089,63	493,26	0,00	8.178,28	0,00	282.761,17	0,00	0,00	0,00
316300	SAO JOSE DA SAFIRA	4.385,02	0,00	0,00	0,00	0,00	4.385,02	0,00	0,00	0,00
316310	SAO JOSE DA VARGINHA	29.270,38	0,00	0,00	512,13	0,00	29.782,51	0,00	0,00	0,00
316320	SAO JOSE DO ALEGRE	7.453,17	0,00	0,00	158,90	0,00	7.612,07	0,00	0,00	0,00
316330	SAO JOSE DO DIVINO	30.685,74	0,00	0,00	155,18	0,00	30.840,92	0,00	0,00	0,00
316340	SAO JOSE DO GOIABAL	75.631,86	25,54	0,00	467,21	0,00	76.124,61	0,00	0,00	0,00
316350	SAO JOSE DO JACURI	11.847,59	0,00	0,00	4.606,40	0,00	16.453,99	0,00	0,00	0,00
316360	SAO JOSE DO MANTIMENTO	14.190,65	0,00	0,00	137,44	0,00	14.328,09	0,00	0,00	0,00
316370	SAO LOURENCO	1.939.356,09	5.142.764,52	823.726,08	1.125.507,53	0,00	8.925.754,22	0,00	0,00	105.600,00
316380	SAO MIGUEL DO ANTA	40.744,78	0,00	0,00	11,17	0,00	40.755,95	0,00	0,00	0,00
316390	SAO PEDRO DA UNIAO	92.970,97	1,52	0,00	2.454,83	0,00	95.427,32	0,00	0,00	0,00
316400	SAO PEDRO DOS FERROS	205.047,29	64,31	0,00	10.577,97	0,00	215.689,57	0,00	0,00	0,00
316410	SAO PEDRO DO SUACUI	60.157,50	2.075,60	0,00	2.148,61	0,00	64.381,71	0,00	0,00	0,00
316420	SAO ROMAO	215.372,75	23.935,83	0,00	13.809,15	0,00	253.117,73	0,00	0,00	0,00
316430	SAO ROQUE DE MINAS	122.514,32	12.754,93	0,00	774,66	0,00	136.043,91	0,00	0,00	0,00
316440	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	4.827,86	0,00	0,00	55,44	0,00	4.883,30	0,00	0,00	0,00
316443	SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE	24.704,54	26,51	0,00	0,00	0,00	24.731,05	0,00	0,00	0,00
316447	SAO SEBASTIAO DO ANTA	13.114,69	0,00	0,00	51,57	0,00	13.166,26	0,00	0,00	0,00
316450	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	73.801,30	0,00	0,00	1.938,90	0,00	75.740,20	0,00	0,00	0,00
316460	SAO SEBASTIAO DO OESTE	56.298,29	12,60	0,00	95,39	0,00	56.406,28	0,00	0,00	0,00
316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	3.383.004,98	6.922.799,20	105.600,00	1.423.108,40	0,00	0,00	0,00	0,00	11.834.512,58
316480	SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO	10.711,50	0,00	0,00	638,22	0,00	11.349,72	0,00	0,00	0,00
316490	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	21.152,08	350,13	0,00	436,30	0,00	21.938,51	0,00	0,00	0,00
316500	SAO TIAGO	242.353,17	5.306,59	0,00	12.209,96	0,00	259.869,72	0,00	0,00	0,00
316510	SAO TOMAS DE AQUINO	128.800,68	50,40	0,00	1.989,20	0,00	130.840,28	0,00	0,00	0,00
316520	SAO TOME DAS LETRAS	22.125,22	0,00	0,00	4,77	0,00	22.129,99	0,00	0,00	0,00
316530	SAO VICENTE DE MINAS	213.101,65	350.994,29	0,00	276.105,95	0,00	840.201,89	0,00	0,00	0,00
316540	SAPUCAI-MIRIM	11.162,77	35.017,12	0,00	2.800,26	0,00	48.980,15	0,00	0,00	0,00
316550	SARDOA	7.650,39	0,00	0,00	19,18	0,00	7.669,57	0,00	0,00	0,00
316553	SARZEDO	273.342,95	30.462,82	0,00	4.233,93	0,00	308.039,70	0,00	0,00	0,00
316555	SETUBINHA	55.630,87	100,80	0,00	436,19	0,00	56.167,86	0,00	0,00	0,00
316556	SEM-PEIXE	19.161,49	0,00	0,00	44,44	0,00	19.205,93	0,00	0,00	0,00
316557	SENADOR AMARAL	28.563,48	0,00	0,00	317,33	0,00	28.880,81	0,00	0,00	0,00
316560	SENADOR CORTES	4.240,58	0,00	0,00	0,00	0,00	4.240,58	0,00	0,00	0,00
316570	SENADOR FIRMINO	144.256,68	293.090,10	0,00	13.405,79	0,00	450.752,57	0,00	0,00	0,00
316580	SENADOR JOSE BENTO	10.360,36	0,00	0,00	0,00	0,00	10.360,36	0,00	0,00	0,00
316590	SENADOR MODESTINO GONCALVES	12.763,62	0,00	0,00	0,00	0,00	12.763,62	0,00	0,00	0,00
316600	SENHORA DE OLIVEIRA	24.036,07	0,00	0,00	281,45	0,00	24.317,52	0,00	0,00	0,00
316610	SENHORA DO PORTO	4.178,67	457,80	0,00	157,66	0,00	4.794,13	0,00	0,00	0,00
316620	SENHORA DOS REMEDIOS	32.649,35	0,00	0,00	1.268,20	0,00	33.917,55	0,00	0,00	0,00
316630	SERICITA	65.182,53	0,00	0,00	89,86	0,00	65.272,39	0,00	0,00	0,00
316640	SERITINGA	19.909,90	0,00	0,00	1,59	0,00	19.911,49	0,00	0,00	0,00
316650	SERRA AZUL DE MINAS	37.769,63	0,00	0,00	77,14	0,00	37.846,77	0,00	0,00	0,00
316660	SERRA DA SAUDADE	5.342,11	0,00	0,00	245,07	0,00	5.587,18	0,00	0,00	0,00
316670	SERRA DOS AIMORES	42.580,37	196,70	0,00	206,04	0,00	42.983,11	0,00	0,00	0,00
316680	SERRA DO SALITRE	136.464,52	0,00	0,00	5.745,78	0,00	142.210,30	0,00	0,00	0,00
316690	SERRANIA	143.023,82	0,00	0,00	6.255,23	0,00	149.279,05	0,00	0,00	0,00
316695	SERRANOPOLIS DE MINAS	5.553,14	0,00	0,00	431,32	0,00	5.984,46	0,00	0,00	0,00
316700	SERRANOS	20.894,62	0,00	0,00	14,57	0,00	20.909,19	0,00	0,00	0,00
316710	SERRO	725.692,88	221.237,60	94.342,09	69.415,21	0,00	1.110.687,78	0,00	0,00	0,00
316720	SETE LAGOAS	10.914.306,82	11.751.841,04	1.998.116,48	1.888.214,50	0,00	0,00	0,00	0,00	26.552.478,84
316730	SILVEIRANIA	19.041,64	0,00	0,00	153,23	0,00	19.194,87	0,00	0,00	0,00
316740	SILVIANOPOLIS	200.175,50	134.872,59	0,00	28.938,87	0,00	363.986,96	0,00	0,00	0,00
316750	SIMAO PEREIRA	5.276,42	0,00	0,00	0,00	0,00	5.276,42	0,00	0,00	0,00
316760	SIMONESIA	199.182,91	31.205,84	0,00	263.489,99	0,00	493.878,74	0,00	0,00	0,00
316770	SOBRALIA	5.350,59	0,00	0,00	0,00	0,00	5.350,59	0,00	0,00	0,00
316780	SOLEDADE DE MINAS	48.173,98	217,80	0,00	45,33	0,00	48.437,11	0,00	0,00	0,00
316790	TABULEIRO	6.285,16	0,00	0,00	16,16	0,00	6.301,32	0,00	0,00	0,00
316800	TAIOBEIRAS	1.172.381,88	2.437.662,42	324.933,53	667.682,36	0,00	4.497.060,19	0,00	0,00	105.600,00
316805	TAPARUBA	16.937,90	0,00	0,00	0,00	0,00	16.937,90	0,00	0,00	0,00
316810	TAPIRA	34.972,05	12,97	0,00	66,36	0,00	35.051,38	0,00	0,00	0,00
316820	TAPIRAI	4.469,21	0,00	0,00	94,02	0,00	4.563,23	0,00	0,00	0,00
316830	TAQUARACU DE MINAS	13.119,68	0,00	0,00	541,30	0,00	13.660,98	0,00	0,00	0,00
316840	TARUMIRIM	335.712,86	174.355,39	0,00	56.295,99	0,00	566.364,24	0,00	0,00	0,00
316850	TEIXEIRAS	255.586,26	13.681,68	0,00	13.348,50	0,00	282.616,44	0,00	0,00	0,00
316860	TEOFILO OTONI	7.568.105,41	13.648.187,18	2.430.803,35	2.623.073,36	0,00	0,00	0,00	0,00	26.270.169,30
316870	TIMOTEO	3.318.438,94	2.023.816,02	721.919,98	252.921,39	0,00	6.211.496,33	0,00	0,00	105.600,00
316880	TIRADENTES	50.536,16	10,00	0,00	1.050,95	0,00	51.597,11	0,00	0,00	0,00
316890	TIROS	125.935,26	113,40	0,00	3.099,39	0,00	129.148,05	0,00	0,00	0,00
316900	TOCANTINS	120.242,44	235.327,24	0,00	1.021,47	0,00	356.591,15	0,00	0,00	0,00
316905	TOCOS DO MOJI	9.800,61	0,00	0,00	3,18	0,00	9.803,79	0,00	0,00	0,00
316910	TOLEDO	32.960,10	47,25	0,00	113,74	0,00	33.121,09	0,00	0,00	0,00
316920	TOMBOS	365.172,01	141.304,48	0,00	283.697,91	0,00	0,00	0,00	0,00	790.174,40
316930	TRES CORACOES	3.612.448,04	5.030.451,98	546.966,58	778.398,51	0,00	9.968.265,11	0,00	0,00	0,00
316935	TRES MARIAS	896.127,33	20.029,83	0,00	56.790,81	0,00	972.947,97	0,00	0,00	0,00
316940	TRES PONTAS	2.671.761,08	3.113.322,65	491.336,81	571.191,28	0,00	0,00	0,00	0,00	6.847.611,82
316950	TUMIRITINGA	33.024,39	0,00	0,00	36.139,42	0,00	69.163,81	0,00	0,00	0,00
316960	TUPACIGUARA	700.302,14	299.595,24	79.200,00	33.849,65	0,00	1.033.747,03	0,00	0,00	79.200,00
316970	TURMALINA	694.793,51	567.335,90	278.235,37	88.592,00	0,00	1.628.956,78	0,00	0,00	0,00
316980	TURVOLANDIA	28.896,52	0,00	0,00	42,46	0,00	28.938,98	0,00	0,00	0,00
316990	UBA	5.852.508,17	14.588.065,41	1.584.339,76	1.847.561,27	0,00	23.872.474,61	0,00	0,00	0,00
317000	UBAI	31.130,64	4.723,56	0,00	6.860,02	0,00	42.714,22	0,00	0,00	0,00
317005	UBAPORANGA	31.540,43	0,00	0,00	2.289,98	0,00	33.830,41	0,00	0,00	0,00
317010	UBERABA	18.711.119,56	38.714.085,78	16.931.892,48	8.207.601,49	0,00	0,00	39.989.263,47	0,00	42.575.435,84
317020	UBERLANDIA	40.066.124,20	53.976.652,02	25.905.624,66	60.995.670,36	0,00	0,00	59.976.764,05	0,00	120.967.307,19
317030	UMBURATIBA	205,12	0,00	0,00	0,00	0,00	205,12	0,00	0,00	0,00
317040	UNAI	2.853.314,96	1.208.723,35	0,00	288.185,05	0,00	4.350.223,36	0,00	0,00	0,00
317043	UNIAO DE MINAS	175.426,66	180.537,86	0,00	18.014,48	0,00	373.979,00	0,00	0,00	0,00
317047	URUANA DE MINAS	52.948,39	40,38	0,00	2.763,50	0,00	55.752,27	0,00	0,00	0,00
317050	URUCANIA	80.558,91	29,88	0,00	1.038,03	0,00	81.626,82	0,00	0,00	0,00
317052	URUCUIA	449.261,48	42.362,59	0,00	24.643,54	0,00	516.267,61	0,00	0,00	0,00
317057	VARGEM ALEGRE	16.958,94	13,68	0,00	3.183,67	0,00	20.156,29	0,00	0,00	0,00
317060	VARGEM BONITA	14.732,69	224,05	0,00	453,35	0,00	15.410,09	0,00	0,00	0,00
317065	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	34.808,44	52,80	0,00	1.208,70	0,00	36.069,94	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

317070	VARGINHA	5.793.540,83	27.047.064,21	896.531,66	2.584.361,76	0,00	36.136.698,46	0,00	0,00	184.800,00
317075	VARJAO DE MINAS	27.581,48	0,00	0,00	0,00	0,00	27.581,48	0,00	0,00	0,00
317080	VARZEA DA PALMA	1.312.209,76	111.143,99	79.200,00	936.815,66	0,00	2.360.169,41	0,00	0,00	79.200,00
317090	VARZELANDIA	382.312,89	16.558,76	0,00	41.594,96	0,00	440.466,61	0,00	0,00	0,00
317100	VAZANTE	516.674,00	36.793,12	0,00	39.754,12	0,00	593.221,24	0,00	0,00	0,00
317103	VERDELANDIA	47.281,91	39,32	0,00	795,05	0,00	48.116,28	0,00	0,00	0,00
317107	VEREDINHA	59.642,11	0,00	0,00	193,87	0,00	59.835,98	0,00	0,00	0,00
317110	VERISSIMO	29.114,83	0,00	0,00	108,79	0,00	29.223,62	0,00	0,00	0,00
317115	VERMELHO NOVO	11.583,54	0,00	0,00	3,18	0,00	11.586,72	0,00	0,00	0,00
317120	VESPASIANO	3.280.434,42	315.844,38	105.600,00	740.475,94	0,00	4.336.754,74	0,00	0,00	105.600,00
317130	VICOSA	3.461.891,92	5.866.162,80	884.005,04	657.709,86	0,00	0,00	0,00	0,00	10.869.769,62
317140	VIEIRAS	21.326,63	2,40	0,00	3,18	0,00	21.332,21	0,00	0,00	0,00
317150	MATHIAS LOBATO	6.456,63	1.297,10	0,00	0,00	0,00	7.753,73	0,00	0,00	0,00
317160	VIRGEM DA LAPA	513.443,42	57.308,07	0,00	31.522,45	0,00	602.273,94	0,00	0,00	0,00
317170	VIRGINIA	304.754,22	7.079,27	0,00	14.924,60	0,00	326.758,09	0,00	0,00	0,00
317180	VIRGINOPOLIS	240.788,98	160.208,77	0,00	23.102,31	0,00	424.100,06	0,00	0,00	0,00
317190	VIRGOLANDIA	22.680,83	126,00	0,00	0,00	0,00	22.806,83	0,00	0,00	0,00
317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	1.754.513,71	2.661.575,21	414.004,20	205.550,31	0,00	5.035.643,43	0,00	0,00	0,00
317210	VOLTA GRANDE	126.015,67	58,14	0,00	5.232,35	0,00	131.306,16	0,00	0,00	0,00
317220	WENCESLAU BRAZ	2.031,54	0,00	0,00	14,57	0,00	2.046,11	0,00	0,00	0,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.740.467.714,26

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - NOVEMBRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	310620 - BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG	27049	066	04-02-2010	45.193.964,00
Municipal	313670 - JUIZ DE FORA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFJF	2218798	394	15-07-2009	8.292.047,76
Municipal	317010 - UBERABA	HOSP. ESC. FAC. MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO	2206595	100	15-07-2011	39.989.263,47
Municipal	317020 - UBERLANDIA	HOSPITAL DE CLÍNICAS DE UBERLÂNDIA	2146355	059	31-03-2011	59.976.764,05
TOTAL						153.452.039,28

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - NOVEMBRO /2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE PCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS).						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qualserão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
313670 - JUIZ DE FORA	Hospital Regional João Penido	2111624	0103020019465	10-06-2011	FES	6.977.084,76
314800 - PATOS DE MINAS	Hospital Regional Antônio Dias	2726726	012011	15-04-2011	FES	7.518.055,68
TOTAL						14.495.140,44

PORTARIA Nº 770, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.318, de 30 de setembro de 2011, que redefine no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos; e

Considerando a Deliberação CIB-SUS/AC de 09 de outubro de 2011, da Secretaria de Estado da Saúde do Acre, resolve:

Art. 1º Estabelecer a redefinição do limite financeiro dos recursos para a execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado do Acre, referente aos Componentes I - Cirurgias de Catarata, Componente II - Especialidades e Procedimentos Prioritários e o Componente III- Outros Procedimentos, conforme o anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo serão transferidos ao Estado e aos Municípios em parcela única, excepcionalmente, na competência setembro/2011.

Art. 2º Instruir que a redefinição dos recursos transferidos por meio desta não acarretará impacto no limite financeiro global do Estado.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

IBGE	Município	Comp. I	Comp. II	Comp. III	Total
120040	Rio Branco	307.359,16	263.847,82	245.616,38	816.823,36
120020	Cruzeiro do Sul			18.231,44	18.231,44
Gestão Municipal		307.359,16	263.847,82	263.847,82	835.054,80
Gestão Estadual		-	-	-	-
Total dos Componentes		307.359,16	263.847,82	263.847,82	835.054,80

PORTARIA Nº 771, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Considerando a Portaria GM/MS nº 2318, de 30 de setembro de 2011, que redefine no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos; e

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MS nº 78 de 24 de outubro de 2011, da Secretaria de Estado da Saúde do Mato Grosso do Sul, resolve:

Art. 1º Redefinir o limite financeiro dos recursos para a execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado do Mato Grosso do Sul, referente aos Componentes I - Cirurgias de Catarata, Componente II - Especialidades e Procedimentos Prioritários e o Componente III- Outros Procedimentos, conforme o anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo serão transferidos ao Estado e aos Municípios em parcela única, excepcionalmente, na competência setembro/2011.

Art. 2º Instruir que a redefinição dos recursos transferidos por meio desta não acarreta impacto no limite financeiro global do Estado.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

Código IBGE	Município	Comp. I	Comp. II	Comp. II	Total
500320	Corumbá	42.528,00	47.903,10	22.017,52	112.448,62
500100	Aparecida do Taboado	13.118,20	5.964,90	7.669,95	26.753,04
500110	Aquidauana	46.072,00	1.726,35	16.125,45	63.923,79
500270	Campo Grande	506.744,65	334.408,84	296.283,56	1.137.437,06
500290	Cassilândia	9.746,00	0,00	7.197,82	16.943,82
500325	Costa Rica	2.480,80	0,00	6.770,39	9.251,19
500330	Coxim	18.428,80	30.457,72	26.985,29	75.871,81

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

500370	Dourados	77.160,00	94.320,88	83.567,55	255.048,43
500430	Iguatemi	25.643,56	0,00	0,00	25.643,56
500540	Maracaju	15.948,00	2.444,60	12.863,03	31.255,63
500570	Naviraí	21.264,00	12.606,29	42.016,74	75.887,03
500620	Nova Andradina	46.296,00	40.752,86	36.106,70	123.155,56
500630	Paranaíba	4.075,60	4.272,83	13.814,51	22.162,94
500720	Rio Brilhante	0,00	9.480,08	10.538,49	20.018,57
500769	São Gabriel	25.871,20	26.884,34	23.819,31	76.574,85
500790	Sidrolândia	24.746,08	12.445,48	14.468,54	51.660,09
500830	Três Lagoas	74.722,84	49.310,79	43.688,97	167.722,60
Gestão Municipal		954.845,73	672.979,05	663.933,81	2.291.758,59
Gestão Estadual		72.494,03	55.791,54	64.836,78	193.122,35
Total dos Componentes		1.027.339,76	728.770,59	728.770,59	2.484.880,94

PORTARIA Nº 772, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS nº 2318, de 30 de setembro de 2011, que redefine no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos; e

Considerando a Deliberação CIB-SUS/BA nº 274, de 19 de outubro de 2011, da Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, resolve:

Art. 1º Redefinir o limite financeiro dos recursos destinados à execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado da Bahia, referente aos Componentes I - Cirurgias de Catarata, Componente II - Especialidades e Procedimentos Prioritários e o Componente III- Outros Procedimentos, conforme o anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo serão transferidos ao Estado e aos Municípios em parcela única, excepcionalmente, na competência setembro/2011.

Art. 2º Instruir que a redefinição dos recursos transferidos por meio desta não acarretará impacto no limite financeiro global do Estado.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

IBGE	Município	Comp. I	Comp. II	Comp.III	Total
290070	Alagoinhas	-	-	38.660,29	38.660,29
290100	Amargosa	-	-	12.401,12	12.401,12
290210	Araci	-	-	6.340,42	6.340,42
290320	Barreiras	-	90.590,44	64.148,66	154.739,10
290390	Bom Jesus Da Lapa	-	-	11.898,01	11.898,01
290460	Brumado	-	-	45.415,43	45.415,43
290570	Camaçari	-	-	56.521,27	56.521,27
290687	Capim Grosso	-	-	13.533,39	13.533,39
290750	Catu	-	-	15.308,61	15.308,61
290980	Cruz Das Almas	-	-	17.853,32	17.853,32
291005	Dias D Avila	-	-	9.779,45	9.779,45
291070	Euclides Da Cunha	-	-	12.967,75	12.967,75
291072	Eunapolis	-	-	20.416,10	20.416,10
291080	Feira De Santana	-	386.178,80	219.649,80	605.828,60
291120	Gandu	-	-	9.845,58	9.845,58
291170	Guanambi	-	56.694,99	59.743,58	116.438,57
291360	Ilhéus	-	120.856,92	80.184,78	201.041,70
291370	Inhambupe	-	-	5.480,87	5.480,87
291400	Ipira	-	-	13.864,19	13.864,19
291460	Irece	-	38.651,24	20.331,60	58.982,84
291465	Itabela	-	-	5.874,77	5.874,77
291470	Itaberaba	-	-	11.321,98	11.321,98
2915601	Itamaraju	-	58.698,85	21.971,46	80.670,31
291750	Jacobina	-	-	54.058,84	54.058,84
291800	Jequié	-	-	18.945,60	18.945,60
291840	Juazeiro	-	246.419,26	92.337,54	338.756,80
291880	Laje	-	-	5.270,19	5.270,19
291920	Lauro De Freitas	-	-	7.187,76	7.187,76
291950	Livramento de Nossa Senhora	-	-	13.937,63	13.937,63
2919801	Macaúbas	-	-	15.889,72	15.889,72
291992	Madre De Deus	-	-	3.300,67	3.300,67
2921005	Mata De São João	-	-	9.941,52	9.941,52
2921104	Medeiros Neto	-	-	6.546,53	6.546,53
2923605	Paramirim	-	-	4.501,31	4.501,31
292400	Paulo Afonso	-	58.897,45	46.115,57	105.013,02
2925204	Pojuca	-	-	18.905,33	18.905,33
292530	Porto Seguro	-	31.132,77	28.044,91	59.177,68
292550	Prado	-	-	3.769,38	3.769,38
292700	Rio Real	-	-	2.638,36	2.638,36
292740	Salvador	-	3.141.158,48	976.533,15	4.117.691,63
292870	Santo Antonio De Jesus	-	-	22.695,01	22.695,01
292880	Santo Estevão	-	-	5.841,03	5.841,03
292900	São Felix	-	73.403,82	52.459,98	125.863,80
292950	São Sebastião Do Passe	-	-	11.748,61	11.748,61
292960	Sapeaçu	-	-	10.958,44	10.958,44
293010	Senhor Do Bonfim	-	-	44.098,27	44.098,27
293050	Serrinha	-	-	27.998,09	27.998,09
293135	Teixeira De Freitas	-	134.467,46	43.585,03	178.052,49
2933208	Vera Cruz	-	-	10.395,79	10.395,79
293330	Vitoria Da Conquista	-	543.362,41	179.039,69	722.402,10
Gestão Municipal		-	4.980.512,89	2.490.256,45	7.470.769,34
Gestão Estadual		5.881.081,72		2.490.256,45	8.371.338,17
Total dos Componentes		5.881.081,72	4.980.512,89	4.980.512,89	15.842.107,50

PORTARIA Nº 773, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS n°. 1097, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria GM/MS nº. 1.699, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria GM/MS nº. 204, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento e,

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, por meio do Ofício n° 028/2011 - CIB, de 17/10/2011 e Resoluções CIB/GO nº 114 de 21/7/2011, 170 e 171/2011, de 13/10/2011, resolve:

Art. 1º - Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do estado de Goiás, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 747.029.204,31, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	41.763.818,77	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	677.430.944,59	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	27.834.440,95	Anexo III

§ 2º - Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 3.247.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 27.918.000,00.

§ 3º - O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto no teto financeiro global do estado.

Art. 3º - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585-0052 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1° de novembro de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - NOVEMBRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	8.856.883,50
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	32.906.935,27
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	41.763.818,77

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - NOVEMBRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
520005	ABADIA DE GOIAS	71.485,48	0,00	0,00	62.838,39	0,00	0,00	0,00	0,00	134.323,87
520010	ABADIANIA	137.553,31	0,00	150.000,00	49.073,04	0,00	0,00	0,00	0,00	336.626,35
520013	ACREUNA	522.656,59	0,00	150.000,00	255.888,18	0,00	0,00	0,00	0,00	928.544,77
520015	ADELANDIA	9.682,21	0,00	0,00	12.176,22	0,00	0,00	0,00	0,00	21.858,43
520017	AGUA FRIA DE GOIAS	121.588,49	2.751,48	0,00	24.963,97	0,00	0,00	0,00	0,00	149.303,94
520020	AGUA LIMPA	18.273,73	0,00	0,00	6.381,56	0,00	0,00	0,00	0,00	24.655,29
520025	AGUAS LINDAS DE GOIAS	5.181.197,68	84.059,16	480.000,00	1.704.404,46	0,00	6.969.661,30	0,00	0,00	480.000,00
520030	ALEXANIA	590.234,39	5.321,40	0,00	276.089,28	0,00	0,00	0,00	0,00	871.645,07
520050	ALOANDIA	30.200,73	0,00	0,00	17.368,75	0,00	0,00	0,00	0,00	47.569,48
520055	ALTO HORIZONTE	20.029,90	0,00	0,00	11.525,87	0,00	0,00	0,00	0,00	31.555,77
520060	ALTO PARAISO DE GOIAS	209.520,01	0,00	79.200,00	45.767,16	0,00	0,00	0,00	0,00	334.487,17
520080	ALVORADA DO NORTE	269.424,86	59.010,98	150.000,00	662.128,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140.563,99
520082	AMARALINA	7.761,91	0,00	0,00	10.710,15	0,00	0,00	0,00	0,00	18.472,06
520085	AMERICANO DO BRASIL	129.143,08	0,00	0,00	73.681,82	0,00	0,00	0,00	0,00	202.824,90
520090	AMORINOPOLIS	112.533,99	0,00	0,00	43.219,58	0,00	0,00	0,00	0,00	155.753,57
520110	ANAPOLIS	18.297.857,06	10.096.422,33	3.093.255,66	36.282.832,28	0,00	184.800,00	0,00	0,00	67.585.567,33
520120	ANHANGUERA	45,91	0,00	0,00	2.089,52	0,00	2.135,43	0,00	0,00	0,00
520130	ANICUNS	499.473,94	56.045,49	0,00	311.971,61	0,00	0,00	0,00	0,00	867.491,04
520140	APARECIDA DE GOIANIA	19.067.913,48	1.960.992,47	2.808.000,00	33.410.861,86	0,00	0,00	0,00	0,00	57.247.767,81
520145	APARECIDA DO RIO DOCE	22.812,47	0,00	0,00	8.444,30	0,00	0,00	0,00	0,00	31.256,77
520150	APORE	92.215,49	0,00	0,00	36.821,22	0,00	0,00	0,00	0,00	129.036,71
520160	ARACU	72.590,88	0,00	0,00	57.541,30	0,00	0,00	0,00	0,00	130.132,18
520170	ARAGARCAS	744.993,79	24.472,61	0,00	502.621,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.272.087,93
520180	ARAGOIANIA	180.991,58	16.642,52	0,00	98.451,79	0,00	296.085,89	0,00	0,00	0,00
520215	ARAGUAPAZ	226.001,27	0,00	0,00	90.686,03	0,00	0,00	0,00	0,00	316.687,30
520235	ARENOPOLIS	109.442,74	0,00	0,00	47.932,34	0,00	0,00	0,00	0,00	157.375,08
520250	ARUANA	147.513,27	0,00	0,00	66.893,34	0,00	214.406,61	0,00	0,00	0,00
520260	AURILANDIA	12.616,28	0,00	0,00	11.114,01	0,00	0,00	0,00	0,00	23.730,29
520280	AVELINOPOLIS	45.444,70	0,00	0,00	37.168,74	0,00	0,00	0,00	0,00	82.613,44
520310	BALIZA	328,44	0,00	0,00	9.931,85	0,00	10.260,29	0,00	0,00	0,00
520320	BARRO ALTO	97.128,34	10.634,15	0,00	84.367,85	0,00	0,00	0,00	0,00	192.130,34
520330	BELA VISTA DE GOIAS	517.094,21	0,00	150.000,00	261.572,74	0,00	0,00	0,00	0,00	928.666,95
520340	BOM JARDIM DE GOIAS	264.325,49	6.058,60	0,00	114.179,35	0,00	0,00	0,00	0,00	384.563,44
520350	BOM JESUS DE GOIAS	462.126,54	202,66	150.000,00	306.450,34	0,00	0,00	0,00	0,00	918.779,54
520355	BONFINOPOLIS	112.823,21	0,00	0,00	102.310,02	0,00	0,00	0,00	0,00	215.133,23
520357	BONOPOLIS	17.245,16	0,00	0,00	10.280,88	0,00	0,00	0,00	0,00	27.526,04
520360	BRAZABRANTES	5.231,79	0,00	0,00	13.288,95	0,00	18.520,74	0,00	0,00	0,00
520380	BRITANIA	169.504,98	0,00	0,00	78.839,78	0,00	0,00	0,00	0,00	248.344,76
520390	BURITI ALEGRE	229.235,23	0,00	0,00	127.273,54	0,00	356.508,77	0,00	0,00	0,00
520393	BURITI DE GOIAS	84.881,36	0,00	150.000,00	33.242,35	0,00	0,00	0,00	0,00	268.123,71
520396	BURITINOPOLIS	48.699,74	0,00	0,00	14.157,67	0,00	0,00	0,00	0,00	62.857,41
520400	CABECEIRAS	224.669,03	0,00	0,00	81.861,03	0,00	0,00	0,00	0,00	306.530,06
520410	CACHOEIRA ALTA	188.036,30	0,00	0,00	37.187,50	0,00	0,00	0,00	0,00	225.223,80
520420	CACHOEIRA DE GOIAS	5.122,11	0,00	0,00	4.257,82	0,00	9.379,93	0,00	0,00	0,00
520425	CACHOEIRA DOURADA	248.195,18	0,00	0,00	153.100,99	0,00	0,00	0,00	0,00	401.296,17
520430	CACU	319.853,41	157,84	150.000,00	268.214,25	0,00	588.225,50	0,00	0,00	150.000,00
520440	CAIAPONIA	464.679,45	0,00	0,00	616.112,92	0,00	1.080.792,37	0,00	0,00	0,00
520450	CALDAS NOVAS	2.332.472,77	129.377,66	1.320.000,00	3.559.392,70	0,00	0,00	0,00	0,00	7.341.243,13
520455	CALDAZINHA	9.023,61	0,00	0,00	10.075,71	0,00	0,00	0,00	0,00	19.099,32
520460	CAMPESTRE DE GOIAS	16.173,73	0,00	0,00	13.997,50	0,00	0,00	0,00	0,00	30.171,23
520465	CAMPINACU	35.237,66	0,00	0,00	26.119,69	0,00	0,00	0,00	0,00	61.357,35
520470	CAMPINORTE	230.939,40	2.489,26	0,00	99.145,22	0,00	0,00	0,00	0,00	332.573,88
520480	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	101.979,86	0,00	0,00	43.915,08	0,00	0,00	0,00	0,00	145.894,94
520485	CAMPO LIMPO DE GOIAS	19.876,35	0,00	0,00	18.655,23	0,00	0,00	0,00	0,00	38.531,58
520490	CAMPOS BELOS	641.633,95	274.743,90	150.000,00	899.291,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.965.669,24
520495	CAMPOS VERDES	61.925,65	0,00	0,00	79.164,63	0,00	0,00	0,00	0,00	141.090,28
520500	CARMO DO RIO VERDE	172.339,81	0,00	0,00	92.639,58	0,00	0,00	0,00	0,00	264.979,39
520505	CASTELANDIA	76.504,46	0,00	0,00	54.381,77	0,00	0,00	0,00	0,00	130.886,23
520510	CATALAO	2.564.006,03	544.528,60	396.949,78	5.138.799,09	0,00	0,00	0,00	0,00	8.644.283,49
520520	CATURAI	107.984,48	0,00	0,00	20.765,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128.749,48
520530	CAVALCANTE	276.943,26	48.042,14	0,00	139.545,97	0,00	0,00	0,00	0,00	464.531,37
520540	CERES	685.662,40	1.889.751,74	1.190.033,74	5.736.129,92	0,00	0,00	0,00	0,00	9.501.577,80
520545	CEZARINA	167.430,77	0,00	0,00	72.947,09	0,00	0,00	0,00	0,00	240.377,86
520547	CHAPADAO DO CEU	125.255,23	0,00	0,00	73.784,40	0,00	0,00	0,00	0,00	199.039,63
520549	CIDADE OCIDENTAL	1.655.882,25	462.574,37	150.000,00	709.312,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.977.769,59
520551	COCALZINHO DE GOIAS	525.643,32	0,00	0,00	214.285,18	0,00	0,00	0,00	0,00	739.928,50
520552	COLINAS DO SUL	67.557,03	0,00	0,00	59.160,75	0,00	0,00	0,00	0,00	126.717,78
520570	CORREGO DO OURO	66.998,85	0,00	0,00	27.543,76	0,00	0,00	0,00	0,00	94.542,61
520580	CORUMBA DE GOIAS	90.525,72	0,00	0,00	82.285,03	0,00	172.810,75	0,00	0,00	0,00
520590	CORUMBAIBA	155.420,86	0,00	150.000,00	62.055,23	0,00	0,00	0,00	0,00	367.476,09
520620	CRISTALINA	1.081.497,24	28.111,80	255.600,00	412.344,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.777.553,92
520630	CRISTIANOPOLIS	67.267,54	0,00	0,00	39.677,54	0,00	0,00	0,00	0,00	106.945,08
520640	CRIXAS	346.336,54	16.710,87	150.000,00	622.067,44	0,00	985.114,85	0,00	0,00	150.000,00
520650	CROMINIA	65.293,37	0,00	0,00	24.038,80	0,00	0,00	0,00	0,00	89.332,17

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DISPONIBILIZADA

520660	CUMARI	30.527,99	0,00	0,00	25.025,84	0,00	0,00	0,00	0,00	55.553,83
520670	DAMIANOPOLIS	92.585,88	31.677,03	0,00	47.085,41	0,00	0,00	0,00	0,00	171.348,32
520680	DAMOLANDIA	62.738,86	0,00	0,00	24.785,17	0,00	87.524,03	0,00	0,00	0,00
520690	DAVINOPOLIS	221,53	0,00	0,00	6.120,73	0,00	6.342,26	0,00	0,00	0,00
520710	DIORAMA	15.054,99	0,00	0,00	19.861,45	0,00	0,00	0,00	0,00	34.916,44
520725	DOVERLANDIA	215.803,17	7.361,54	150.000,00	179.106,62	0,00	0,00	0,00	0,00	552.271,33
520735	EDEALINA	24.596,53	0,00	0,00	17.347,36	0,00	0,00	0,00	0,00	41.943,89
520740	EDEIA	281.244,22	0,00	0,00	177.147,34	0,00	0,00	0,00	0,00	458.391,56
520750	ESTRELA DO NORTE	84.402,68	0,00	0,00	43.803,75	0,00	0,00	0,00	0,00	128.206,43
520753	FAINA	197.932,40	0,00	0,00	96.782,13	0,00	0,00	0,00	0,00	294.714,53
520760	FAZENDA NOVA	193.480,28	0,00	0,00	66.297,17	0,00	0,00	0,00	0,00	259.777,45
520780	FIRMINOPOLIS	284.233,49	115.205,74	0,00	148.952,26	0,00	0,00	0,00	0,00	548.391,49
520790	FLORES DE GOIAS	288.920,74	11.524,92	0,00	97.894,88	0,00	0,00	0,00	0,00	398.340,54
520800	FORMOSA	3.707.840,20	600.361,15	1.545.017,77	4.186.103,46	0,00	0,00	0,00	0,00	10.039.322,58
520810	FORMOSO	153.552,85	5.337,70	0,00	71.726,30	0,00	230.616,85	0,00	0,00	0,00
520815	GAMELEIRA DO GOIAS	367,59	0,00	0,00	11.819,85	0,00	12.187,44	0,00	0,00	0,00
520830	DIVINOPOLIS DE GOIAS	112.881,26	0,00	0,00	70.396,89	0,00	0,00	0,00	0,00	183.278,15
520840	GOIANAPOLIS	264.985,34	0,00	0,00	185.633,82	0,00	0,00	0,00	0,00	450.619,16
520850	GOIANDIRA	97.295,99	13.726,09	0,00	507.372,91	0,00	618.394,99	0,00	0,00	0,00
520860	GOIANESIA	1.725.262,61	265.218,81	150.000,00	1.628.353,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.768.834,82
520870	GOIANIA	75.002.440,37	75.708.498,95	19.856.825,63	175.007.321,33	0,00	184.800,00	27.834.440,95	1.200.000,00	318.755.845,33
520880	GOIANIRA	514.586,61	32.382,12	0,00	333.322,49	0,00	0,00	0,00	0,00	880.291,22
520890	GOIAS	934.362,67	148.570,97	708.000,00	2.054.259,03	0,00	0,00	0,00	0,00	3.845.192,67
520910	GOIATUBA	1.165.170,85	252.895,67	255.600,00	1.383.406,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3.057.073,06
520915	GOUVELANDIA	17.016,27	0,00	0,00	19.848,46	0,00	36.864,73	0,00	0,00	0,00
520920	GUAPO	144.389,91	0,00	0,00	506.223,25	0,00	650.613,16	0,00	0,00	0,00
520929	GUARAITA	22.528,36	0,00	0,00	7.353,68	0,00	0,00	0,00	0,00	29.882,04
520940	GUARANI DE GOIAS	44.906,63	0,00	0,00	15.160,27	0,00	0,00	0,00	0,00	60.066,90
520945	GUARINOS	7.012,61	0,00	0,00	7.948,81	0,00	14.961,42	0,00	0,00	0,00
520960	HEITORAI	85.141,26	0,00	0,00	51.559,40	0,00	0,00	0,00	0,00	136.700,66
520970	HIDROLANDIA	338.675,01	0,00	150.000,00	228.853,53	0,00	0,00	0,00	0,00	717.528,54
520980	HIDROLINA	43.826,34	0,00	0,00	38.953,77	0,00	82.780,11	0,00	0,00	0,00
520990	IACIARA	400.475,30	43.470,41	0,00	166.581,49	0,00	0,00	0,00	0,00	610.527,20
520993	INACIOLANDIA	108.819,66	493,90	0,00	55.695,06	0,00	0,00	0,00	0,00	165.008,62
520995	INDIARA	337.879,27	0,00	150.000,00	201.497,35	0,00	0,00	0,00	0,00	689.376,62
521000	INHUMAS	1.639.985,68	86.062,13	150.000,00	2.357.258,24	0,00	0,00	0,00	0,00	4.233.306,05
521010	IPAMERI	728.180,20	8.562,11	150.000,00	599.518,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.486.260,55
521015	IPIRANGA DE GOIAS	1.167,58	0,00	0,00	8.721,90	0,00	9.889,48	0,00	0,00	0,00
521020	IPORA	1.373.523,52	305.522,03	945.600,00	935.297,49	0,00	0,00	0,00	0,00	3.559.943,04
521030	ISRAELANDIA	70.986,79	0,00	0,00	36.009,84	0,00	0,00	0,00	0,00	106.996,63
521040	ITABERAI	932.860,40	56.253,53	150.000,00	413.757,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.552.871,44
521056	ITAGUARI	23.701,71	0,00	0,00	13.053,77	0,00	0,00	0,00	0,00	36.755,48
521060	ITAGUARU	140.039,53	0,00	0,00	70.805,54	0,00	0,00	0,00	0,00	210.845,07
521080	ITAJA	161.842,65	14.373,15	0,00	79.342,81	0,00	0,00	0,00	0,00	255.558,61
521090	ITAPACI	464.999,40	78.683,68	150.000,00	767.073,01	0,00	1.310.756,09	0,00	0,00	150.000,00
521100	ITAPIRAPUA	484.563,62	0,00	0,00	119.827,39	0,00	0,00	0,00	0,00	604.391,01
521120	ITAPURANGA	772.945,86	46.213,61	184.712,80	888.688,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.892.560,77
521130	ITARUMA	150.523,21	0,00	0,00	64.568,31	0,00	215.091,52	0,00	0,00	0,00
521140	ITAUCU	220.535,67	2.651,84	150.000,00	134.836,05	0,00	0,00	0,00	0,00	508.023,56
521150	ITUMBIARA	3.220.306,89	480.939,20	1.362.798,26	4.648.431,29	0,00	0,00	0,00	0,00	9.712.475,65
521160	IVOLANDIA	79.323,50	7.868,72	0,00	47.477,32	0,00	0,00	0,00	0,00	134.669,54
521170	JANDAIA	179.888,73	0,00	0,00	88.709,78	0,00	0,00	0,00	0,00	268.598,51
521180	JARAGUA	1.018.712,16	74.920,26	150.000,00	1.107.436,32	0,00	0,00	0,00	0,00	2.351.068,74
521190	JATAI	3.159.946,50	453.944,98	782.043,58	5.028.086,81	0,00	0,00	0,00	0,00	9.424.021,87
521200	JAUPACI	75.434,90	0,00	0,00	39.037,53	0,00	0,00	0,00	0,00	114.472,43
521205	JESUPOLIS	4.617,35	377,50	0,00	8.815,62	0,00	0,00	0,00	0,00	13.810,47
521210	JOVIANIA	153.807,17	0,00	0,00	66.832,50	0,00	0,00	0,00	0,00	220.639,67
521220	JUSSARA	563.203,69	716,11	150.000,00	671.702,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385.622,27
521225	LAGOA SANTA	31,43	0,00	0,00	3.811,11	0,00	3.842,54	0,00	0,00	0,00
521230	LEOPOLDO DE BULHOES	236.913,00	0,00	0,00	119.157,99	0,00	0,00	0,00	0,00	356.070,99
521250	LUZIANIA	6.691.654,70	447.795,54	963.600,00	2.882.146,05	0,00	0,00	0,00	0,00	10.985.196,29
521260	MAIRIPOTABA	54.541,22	0,00	0,00	30.488,20	0,00	0,00	0,00	0,00	85.029,42
521270	MAMBAI	167.456,60	0,00	0,00	74.069,83	0,00	0,00	0,00	0,00	241.526,43
521280	MARA ROSA	280.267,64	12.113,72	0,00	134.621,85	0,00	0,00	0,00	0,00	427.003,21
521290	MARZAGAO	39.046,35	0,00	0,00	33.759,27	0,00	72.805,62	0,00	0,00	0,00
521295	MATRINCHA	120.237,44	0,00	0,00	63.525,37	0,00	0,00	0,00	0,00	183.762,81
521300	MAURILANDIA	128.759,85	0,00	150.000,00	77.826,59	0,00	206.586,44	0,00	0,00	150.000,00
521305	MIMOSO DE GOIAS	347,30	0,00	0,00	8.419,61	0,00	8.766,91	0,00	0,00	0,00
521308	MINACU	1.105.463,67	76.674,52	150.000,00	847.860,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.179.998,35
521310	MINEIROS	1.416.099,70	60.276,56	255.600,00	1.603.503,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.335.480,10
521340	MOIPORA	7.559,61	0,00	0,00	6.389,95	0,00	0,00	0,00	0,00	13.949,56
521350	MONTE ALEGRE DE GOIAS	70.650,03	0,00	0,00	79.429,44	0,00	0,00	0,00	0,00	150.079,47
521370	MONTES CLAROS DE GOIAS	197.120,59	0,00	150.000,00	117.568,04	0,00	0,00	0,00	0,00	464.688,63
521375	MONTIVIDIU	231.162,59	0,00	0,00	79.843,82	0,00	311.006,41	0,00	0,00	0,00
521377	MONTIVIDIU DO NORTE	9.803,56	0,00	0,00	16.592,72	0,00	0,00	0,00	0,00	26.396,28
521380	MORRINHOS	1.376.657,75	31.704,27	150.000,00	1.320.593,29	0,00	0,00	0,00	0,00	2.878.955,31
521385	MORRO AGUDO DE GOIAS	48.671,11	0,00	0,00	31.741,64	0,00	80.412,75	0,00	0,00	0,00
521390	MOSSAMEDES	128.867,45	0,00	0,00	72.650,49	0,00	0,00	0,00	0,00	201.517,94
521400	MOZARLANDIA	318.518,78	0,00	150.000,00	149.256,28	0,00	0,00	0,00	0,00	617.775,06
521405	MUNDO NOVO	270.387,38	3.865,98	0,00	93.313,83	0,00	367.567,19	0,00	0,00	0,00
521410	MUTUNOPOLIS	95.970,75	0,00	0,00	46.738,89	0,00	0,00	0,00	0,00	142.709,64
521440	NAZARIO	169.289,33	0,00	0,00	88.944,14	0,00	0,00	0,00	0,00	258.233,47
521450	NEROPOLIS	866.287,45	360.849,62	150.000,00	3.191.328,79	0,00	0,00	0,00	0,00	4.568.465,86
521460	NIQUELANDIA	1.307.431,62	46.964,31	334.800,00	1.205.390,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.894.586,58
521470	NOVA AMERICA	8.748,22	0,00	0,00	7.626,73	0,00	16.374,95	0,00	0,00	0,00
521480	NOVA AURORA	2.739,25	0,00	0,00	7.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.008,25
521483	NOVA CRIXAS	316.211,21	0,00	150.000,00	154.518,43	0,00	0,00	0,00	0,00	620.729,64
521486	NOVA GLORIA	26.244,73	0,00	0,00	70.980,98	0,00	97.225,71	0,00	0,00	0,00
521487	NOVA IGUACU DE GOIAS	0,00	0,00	0,00	7.792,98	0,00	7.792,98	0,00	0,00	0,00
521490	NOVA ROMA	32.033,39	0,00	0,00	14.374,33	0,00	0,00	0,00	0,00	46.407,72
521500	NOVA VENEZA	134.163,17	0,00	0,00	51.626,16	0,00	0,00	0,00	0,00	185.789,33
521520	NOVO BRASIL	93.003,47	0,00	0,00	52.936,63	0,00	0,00	0,00	0,00	145.940,10
521523	NOVO GAMA	1.018.337,49	0,00	150.000,00	750.568,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1.918.905,55
521525	NOVO PLANALTO	14.322,18	0,00	0,00	12.841,93	0,00	27.164,11	0,00	0,00	0,00
521530	ORIZONA	352.993,34	0,00	150.000,00	201.914,17	0,00	0,00	0,00	0,00	704.907,51
521540	OURO VERDE DE GOIAS	18.619,00	0,00	0,00	13.219,80	0,00	31.838,80	0,00	0,00	0,00
521550	OUVIDOR	109.877,53	1.893,85	0,00	44.711,55	0,00	0,00	0,00	0,00	156.482,93
521560	PADRE BERNARDO	712.196,84	71.667,89	150.000,00	1.177.006,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2.110.871,17
521565	PALESTINA DE GOIAS	132.558,00	0,00	0,00	39.566,86	0,00	0,00	0,00	0,00	172.124,86
521570	PALMEIRAS DE GOIAS	513.822,88	0,00	0,00	264.970,27	0,00	0,00	0,00	0,00	778.793,15
521580	PALMELO	49.996,94	429,16	0,00	531.237,90	0,00	0,00	0,00	0,00	581.664,00
521590	PALMINOPOLIS	84.132,59	0,00	0,00	52.059,69	0,00	0,00	0,00	0,00	136.192,28
521600	PANAMA	28.957,89	0,00	0,00	7.942,39	0,00	0,00	0,00	0,00	36.900,28
521630	PARANAIGUARA	199.731,88	0,00	0,00	99.253,76	0,00	0,00	0,00	0,00	298.985,64
521640	PARAUNA	362.944,13	235,41	0,00	127.747,65	0,00	0,00	0,00	0,00	490.927,19
521645	PEROLANDIA	12.277,89	0,00	0,00	9.593,39	0,00	21.871,28	0,00	0,00	0,00
521680	PETROLINA DE GOIAS	202.246,83	6.629,60	150.000,00	149.374,15	0,00	0,00	0,00	0,00	508.250,58
521690	PILAR DE GOIAS	3.998,48	0,00	0,00	8.273,26	0,00	0,00	0,00	0,00	12.271,74

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

521710	PIRACANJUBA	730.589,93	24.811,27	172.825,16	622.344,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.550.571,12
521720	PIRANHAS	362.445,29	0,00	150.000,00	167.630,95	0,00	0,00	0,00	0,00	680.076,24
521730	PIRENOPOLIS	212.826,58	6.719,20	0,00	519.789,28	0,00	739.335,06	0,00	0,00	0,00
521740	PIRES DO RIO	914.517,59	74.477,61	150.000,00	931.653,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.070.649,17
521760	PLANALTINA	3.885.601,46	33.292,03	414.000,00	2.187.067,97	0,00	0,00	0,00	0,00	6.519.961,46
521770	PONTALINA	509.455,75	63.621,73	150.000,00	292.822,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015.899,59
521800	PORANGATU	1.353.961,04	263.786,91	937.200,00	1.926.523,24	0,00	0,00	0,00	0,00	4.481.471,20
521805	PORTEIRAO	14.470,25	0,00	0,00	12.841,34	0,00	0,00	0,00	0,00	27.311,59
521810	PORTELANDIA	118.351,55	0,00	0,00	50.143,37	0,00	0,00	0,00	0,00	168.494,92
521830	POSSE	965.676,24	107.443,55	480.000,00	1.195.982,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2.749.102,04
521839	PROFESSOR JAMIL	2.139,21	0,00	0,00	12.820,84	0,00	0,00	0,00	0,00	14.960,05
521850	QUIRINOPOLIS	1.315.581,31	91.789,37	229.200,00	1.113.050,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2.749.621,24
521860	RIALMA	303.986,37	11.028,05	0,00	164.158,85	0,00	0,00	0,00	0,00	479.173,27
521870	RIANAPOLIS	10.264,31	0,00	0,00	13.127,29	0,00	0,00	0,00	0,00	23.391,60
521878	RIO QUENTE	20.822,58	0,00	0,00	11.628,76	0,00	0,00	0,00	0,00	32.451,34
521880	RIO VERDE	5.186.534,92	722.330,39	1.615.761,97	4.637.226,38	0,00	0,00	0,00	0,00	12.161.853,66
521890	RUBIATABA	474.700,52	1.403,52	150.000,00	591.959,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.218.063,23
521900	SANCLERLANDIA	213.184,43	0,00	150.000,00	55.277,56	0,00	0,00	0,00	0,00	418.461,99
521910	SANTA BARBARA DE GOIAS	99.408,35	0,00	0,00	86.428,87	0,00	0,00	0,00	0,00	185.837,22
521920	SANTA CRUZ DE GOIAS	85.135,49	0,00	0,00	50.045,58	0,00	0,00	0,00	0,00	135.181,07
521925	SANTA FE DE GOIAS	137.701,30	0,00	0,00	62.328,18	0,00	0,00	0,00	0,00	200.029,48
521930	SANTA HELENA DE GOIAS	1.023.670,90	0,00	150.000,00	915.202,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.088.873,75
521935	SANTA ISABEL	3.455,89	0,00	0,00	12.701,06	0,00	16.156,95	0,00	0,00	0,00
521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	32.572,29	0,00	0,00	18.294,92	0,00	0,00	0,00	0,00	50.867,21
521945	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	3.668,60	0,00	0,00	11.572,60	0,00	15.241,20	0,00	0,00	0,00
521950	SANTA ROSA DE GOIAS	85.485,97	0,00	0,00	46.270,91	0,00	0,00	0,00	0,00	131.756,88
521960	SANTA TEREZA DE GOIAS	113.476,67	0,00	0,00	51.327,93	0,00	164.804,60	0,00	0,00	0,00
521970	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	242.883,96	8.223,67	0,00	146.757,98	0,00	0,00	0,00	0,00	397.865,61
521971	SANTO ANTONIO DA BARRA	12.050,04	0,00	0,00	14.871,83	0,00	0,00	0,00	0,00	26.921,87
521973	SANTO ANTONIO DE GOIAS	72.725,05	0,00	0,00	37.937,75	0,00	0,00	0,00	0,00	110.662,80
521975	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	2.408.110,82	0,00	255.600,00	650.988,43	0,00	0,00	0,00	0,00	3.314.699,25
521980	SAO DOMINGOS	208.966,59	0,00	0,00	118.672,53	0,00	0,00	0,00	0,00	327.639,12
521990	SAO FRANCISCO DE GOIAS	49.451,39	7.290,47	0,00	27.108,22	0,00	0,00	0,00	0,00	83.850,08
522000	SAO JOAO D'ALIANCA	261.477,16	15.053,15	0,00	112.474,61	0,00	0,00	0,00	0,00	389.004,92
522005	SAO JOAO DA PARAUNA	15.198,11	0,00	0,00	8.189,24	0,00	0,00	0,00	0,00	23.387,35
522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	926.665,49	75.549,72	585.600,00	1.002.193,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.590.008,61
522015	SAO LUIZ DO NORTE	27.455,44	0,00	0,00	14.465,84	0,00	0,00	0,00	0,00	41.921,28
522020	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	847.377,34	70.500,40	150.000,00	1.031.581,24	0,00	0,00	0,00	0,00	2.099.458,98
522026	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	70.954,30	0,00	0,00	39.807,59	0,00	110.761,89	0,00	0,00	0,00
522028	SAO PATRICIO	13.486,05	0,00	0,00	6.208,19	0,00	19.694,24	0,00	0,00	0,00
522040	SAO SIMAO	485.242,65	7.144,22	150.000,00	286.054,06	0,00	0,00	0,00	0,00	928.440,93
522045	SENADOR CANEDO	2.389.670,71	269.719,28	255.600,00	9.318.809,93	0,00	0,00	0,00	0,00	12.233.799,92
522050	SERRANOPOLIS	102.979,15	0,00	0,00	75.353,80	0,00	0,00	0,00	0,00	178.332,95
522060	SILVANIA	543.629,83	46.460,88	150.000,00	708.140,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.448.231,48
522068	SIMOLANDIA	216.150,45	0,00	0,00	75.551,40	0,00	0,00	0,00	0,00	291.701,85
522070	SITIO D'ABADIA	16.577,23	0,00	0,00	21.149,34	0,00	0,00	0,00	0,00	37.726,57
522100	TAQUARAL DE GOIAS	71.975,19	0,00	0,00	26.522,15	0,00	0,00	0,00	0,00	98.497,34
522108	TERESINA DE GOIAS	9.744,20	0,00	0,00	8.683,80	0,00	18.428,00	0,00	0,00	0,00
522119	TEREZOPOLIS DE GOIAS	62.415,38	0,00	0,00	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	80.596,57
522130	TRES RANCHOS	2.793,92	0,00	0,00	8.815,16	0,00	0,00	0,00	0,00	11.609,08
522140	TRINDADE	2.806.949,95	99.727,81	1.457.887,30	17.946.383,65	0,00	15.966.756,78	0,00	0,00	6.344.191,93
522145	TROMBAS	49.800,92	0,00	0,00	39.450,79	0,00	0,00	0,00	0,00	89.251,71
522150	TURVANIA	141.180,32	0,00	0,00	66.945,58	0,00	0,00	0,00	0,00	208.125,90
522155	TURVELANDIA	97.144,04	0,00	0,00	38.754,91	0,00	0,00	0,00	0,00	135.898,95
522157	UIRAPURU	25.395,58	0,00	0,00	10.349,80	0,00	35.745,38	0,00	0,00	0,00
522160	URUACU	1.124.303,73	175.232,36	585.600,00	1.514.034,21	0,00	0,00	0,00	0,00	3.399.170,30
522170	URUANA	336.351,26	0,00	0,00	172.724,38	0,00	0,00	0,00	0,00	509.075,64
522180	URUTAI	23.421,28	785,28	0,00	9.931,11	0,00	0,00	0,00	0,00	34.137,67
522185	VALPARAISO DE GOIAS	3.236.339,35	192.714,24	255.600,00	1.478.218,38	0,00	0,00	0,00	0,00	5.162.871,97
522190	VARJAO	11.436,10	0,00	0,00	15.189,28	0,00	0,00	0,00	0,00	26.625,38
522200	VIANOPOLIS	382.048,97	0,00	0,00	275.741,14	0,00	0,00	0,00	0,00	657.790,11
522205	VICENTINOPOLIS	144.768,94	0,00	0,00	72.462,03	0,00	217.230,97	0,00	0,00	0,00
522220	VILA BOA	108.574,46	5.666,64	0,00	88.585,30	0,00	0,00	0,00	0,00	202.826,40
522230	VILA PROPICIO	9.625,71	0,00	0,00	17.637,05	0,00	0,00	0,00	0,00	27.262,76
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										677.430.944,59

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - NOVEMBRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	520870 - GOIANIA	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERS FEDERAL DE GOIÁS	520870	123	01-01-2007	27.834.440,95
TOTAL						27.834.440,95

PORTARIA Nº 775, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o estabelecido na Portaria GM/MS nº 3.477, de 20 de agosto de 1998, e na Portaria GM/MS nº 3.482, de 20 de agosto de 1998;

Considerando a Portaria Conjunta SE/SAS nº 42, de 30 de setembro de 1999, que estabelece no seu Art. 2º, § 3º, que o valor relativo ao impacto de habilitação de serviços relativos ao Sistema Estadual de Referência Hospitalar para o Atendimento à Gestante de Alto Risco passa a compor o teto livre do Estado, que será responsável pelo custeio total desta unidade, e

Considerando o projeto específico encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde, aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite, resolve:

Art. 1º Habilitar a unidade hospitalar a seguir descrita, como integrante do Sistema Estadual de Referência Hospitalar para Atendimento à Gestante de Alto Risco, no que dispõe Portaria GM/MS nº 3.477, de 20 de agosto de 1998, e na Portaria GM/MS nº 3.482, de 20 de agosto de 1998, respectivamente:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Município	Unidade Hospitalar	CNPJ	CNES	Nível de Referência
Colatina	Hospital Maternidade São José/ES	27.502.715/0001-07	2448521	Secundário

Parágrafo único. A unidade será submetida à avaliação, por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, poderá ter suspenso os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Estabelecer que o custeio da habilitação de que trata o artigo 1º desta Portaria deverá onerar o teto financeiro do estado e/ou município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 776, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o estabelecido na Portaria GM/MS nº 3.477, de 20 de agosto de 1998, e na Portaria GM/MS nº 3.482, de 20 de agosto de 1998,

Considerando a Portaria Conjunta SE/SAS nº 42, de 30 de setembro de 1999, que estabelece no seu Art. 2º, § 3º, que o valor relativo ao impacto de habilitação de serviços relativos ao Sistema Estadual de Referência Hospitalar para o Atendimento à Gestante de Alto Risco passa a compor o teto livre do Estado, que será responsável pelo custeio total desta unidade; e

Considerando o projeto específico encaminhado pela Secretaria de Estado da Saúde, aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite, resolve:

Art. 1º Habilitar a unidade hospitalar a seguir descrita como integrante do Sistema Estadual de Referência Hospitalar para Atendimento à Gestante de Alto Risco, no que dispõe na Portaria GM/MS nº 3.477, de 20 de agosto de 1998, e na Portaria GM/MS nº 3.482, de 20 de agosto de 1998, respectivamente:

Estado do São Paulo

Município	Unidade Hospitalar	CNPJ	CNES	Nível de Referência
Bragança Paulista	Hospital Universitário São Francisco de Assis - HUSF/SP	33.495.870/0016-14	2704900	Secundário

Parágrafo único. A unidade será submetida à avaliação, por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, poderá ter suspenso os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Estabelecer que o custeio da habilitação de que trata o Art. 1º desta Portaria deverá onerar o teto financeiro do estado e/ou município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 777, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS n°. 1097, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria GM/MS nº. 1.699, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.012 de 23 de agosto de 2011, que estabelece recursos a serem disponibilizados aos Estados; e

Considerando a Deliberação CIB/SP nº 40 de 23 de setembro de 2011, encaminhada pelo ofício CIB nº 56 de 14 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º - Alocar nos limites financeiros de Média e Alta Complexidade - MAC, o valor anual de R$ 1.716,864,29, nos municípios em gestão plena e na parcela sob gestão estadual do estado de São Paulo, conforme os montantes relacionados no Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para os Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585-0026 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade no estado de São Paulo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir da competência agosto de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

COD. MUN.	MUNICÍPIO	Valor
351350	Cubatão	33.016,62
351870	Guarujá	33.016,62
352310	Itaquaquecetuba	66.033,24
352940	Mauá	66.033,24
353060	Mogi das Cruzes	33.016,62
354100	Praia Grande	33.016,62
354780	Santo André	132.066,48
354850	Santos	33.016,62
354870	São Bernardo do Campo	66.033,24
354890	São Caetano	33.016,62
354990	São José dos Campos	33.016,62
355030	São Paulo	290.546,26
355100	São Vicente	33.016,62
355250	Suzano	66.033,24
Total gestão municipal		950.878,68
Total gestão estadual		765.985,63
Total geral		1.716.864,29

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.

Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias.

O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Mais informações, pelo telefone **0800 725 6787.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 968, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.022547/2010-85, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, com redação dada pela Portaria nº 312/2010, do DENATRAN, a pessoa jurídica FONSECA VISTORIA VEICULAR LTDA - ME, CNPJ - 11.299.681/0001-57, situada no Município de São Paulo - SP, na Av. Professor Luis Inácio De Anhaia Mello, 4387 - Vila Graciosa, CEP 03.295-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de São Paulo no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 969, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.033950/2010-30, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, com redação dada pela Portaria nº 312/2010, do DENATRAN, a firma individual GRASIELE ROQUE DA SILVA - VISTORIA VEICULAR - ME, CNPJ - 12.067.962/0001-47, situada no Município de Santo André - SP, na Rua Tatuí, 40-A - Casa Branca, CEP 09.015-620, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Santo André no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 970, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.048310/2010-24, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, com redação dada pela Portaria nº 312/2010, do DENATRAN, a firma individual MARCO AURELIO TIMPANO CARRARO - VISTORIA VEICULAR - ME, CNPJ - 10.517.479/0001-91, situada no Município de Cotia - SP, na Av. Professor Manoel José Pedroso, 1050 - Parque Bahia, CEP 06.717-100, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Cotia e conforme artigo 4º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para o Município de Vargem Grande no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIA Nº 971, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.051770/2011-11, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, com redação dada pela Portaria nº 312/2010, do DENATRAN, a pessoa jurídica MARCO AURÉLIO FRANZOI & CIA LTDA - ME, CNPJ - 11.684.267/0001-61, situada no Município de Balneário Camboriú - SC, na Quarta Avenida, SN, Esquina com Rua 2050 - Centro, CEP 88.330-105, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Balneário de Camboriú no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 21 de outubro de 2011

Nº 8.931 - Processo nº 53508.014790/2009 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TNL PCS S.A., CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Privados por meio do Ato nº 5.752, de 06 de setembro de 2010, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 624, realizada em 6 de outubro de 2011, (i) acatar a desistência do Recurso interposto por TNL PCS S/A; (ii) manter integralmente o Ato nº 5.752, de 6 de setembro de 2010, e, (iii) determinar à TNL PCS S/A o encaminhamento à Superintendência de Serviços Privados, em até 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta decisão, a comprovação da execução do Plano de Reparação à Interrupção do Serviço, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 743/2011-GCJV, de 31 de agosto de 2011.

Em 26 de outubro de 2011

Nº 9.040 - Ref.: Processo nº 53500.004291/2003 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL, CNPJ/MF nº 02.629.188/0001-67, sucessora da Vésper S/A, autorizada do Serviço Telefônico Comutado (STFC), nos Setores 31 a 34 do Plano Geral de Outorgas (PGO), decidiu em sua Reunião nº 626, realizada em 20 de outubro de 2011, pelas razões e fundamentos constantes do nº 589/2011 - GCER, de 14 de outubro de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado, para no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida pelo Conselho Diretor, exarada por meio do Despacho nº 932/2008-CD, de 28 de março de 2008.

Em 27 de outubro de 2011

Nº 9.130 - Processos nº 53500.001659/2006 e 53500.001658/2006 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela VIVO S/A, CNPJ nº 02.449.992/0001-64, sucessora por incorporação da TELERJ CELULAR S.A, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Privados por meio do Despacho nº 072/2006-SPV, de 08 de dezembro de 2006, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a Notificação de Lançamento nº 020-0110/2006/PVCPA1-Anatel, de 13.01.2006, referente à Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) devida na renovação da validade das licenças para funcionamento das estações rádio base (ERB) do SMP, em operação no ano de 2005, decidiu, em sua Reunião nº 624, realizada em 6 de outubro de 2011, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos do Despacho supracitado, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 554/2011-GCER, de 30 de setembro de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

Em 9 de novembro de 2011

Nº 9.457 - Processo no 53508.000533/2008 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TNL PCS S/A, CNPJ/MF n.º 04.164.616/0001-59, em face da decisão do Superintendente de Serviços Privados, consubstanciada no Ato n.º 3.815, de 7 de junho de 2010, relativa ao Processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de descumprimento de obrigações previstas no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 316, de 27 de setembro de 2002, decidiu, em sua Reunião n.º 624, realizada em 6 de outubro de 2011, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 760/2011-GCJR, de 29 de setembro de 2011.

Em 10 de novembro de 2011

Nº 9.538 - Processo nº 53500.028238/2006 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela VIVO S/A, CNPJ/MF nº 02.449.992/0001-64, sucessora por incorporação da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A - TCO, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Privados Interino por meio do Despacho nº 5.485/2011-PVCPA/PVCP/SPV, de 18 de julho de 2011, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a Notificação de Lançamento nº 004-2340/2006/PVSTP-ANATEL, de 18 de setembro de 2006, no valor original de R$ 27.905.695,19 (vinte e sete milhões, novecentos e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos), decidiu, em sua Reunião nº 625, realizada em 13 de outubro de 2011, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos do Despacho supracitado, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 809/2011-GCJR, de 6 de outubro de 2011.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 7.627, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 22/11/2011 a 28/11/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 7.628, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 22/11/2011 a 28/11/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 7.630, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Autorizar TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 24/11/2011 a 07/01/2012.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 7.635, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.025776/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Florianópolis/SC - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 7.636, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.025775/11. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Recife/PE - Canal 52. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 7.639, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.025888/11. TV OMEGA LTDA - TVD - Fortaleza/CE - Canal 34. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 7.640, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.025889/11. TV OMEGA LTDA - TVD - Recife/PE - Canal 19. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 7.641, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.025887/11. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - TVD - Aracaju/SE - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 7.642, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.025891/11. TV ARATU S/A - TVD - Salvador/BA - Canal 25. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 7.643, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.025885/11. TV MUCURIPE LTDA - FM - Crato/CE - Canal 248. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 7.644, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo nº 53500.025890/11. SUL BRASIL - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. - RTV - Matinhos/PR - Canal 26-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 7.638, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, à SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

ATO Nº 7.645, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter secundário, à VIVO S.A. para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 218, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇAO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferem o Artigo 187, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n° 401, publicada em 24 de agosto de 2006 com as alterações dadas pelas Portarias nº 591, de 18/09/2006 publicada no DOU de 20/09/2006, Portaria nº 711, de 12 de novembro de 2008, publicada no DOU de 13/11/2008; Portaria nº 401, de 04 de maio de 2010, publicada no DOU de 06/05/2010, nº 11, de 26 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 28/01/2011; Portaria nº 19, de 15/02/2011, publicada no DOU de 17/02/2011, e Portaria nº 69, de 17 de março de 2011, publicada no DOU de 18/03/2011, resolve:

Art. 1º Autorizar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.064366/2010-53, e, em especial, da Nota Técnica nº 1917, a Fundação Jaime Martins, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na Localidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, a efetuar modificação da sua Diretoria (para o período entre 26 de fevereiro de 2011 e 28 de fevereiro de 2014), de acordo com a Ata de Reunião de 14 de fevereiro de 2011, cujo quadro ficará alterado conforme consta nesta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mas tornar-se-á sem efeito caso o interessado não comprove ao Ministério das Comunicações, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado dessa data, a formalização do documento que originou a presente autorização.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 20, DE 25 DE ABRIL DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 187, Inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n° 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com a alteração introduzida pela Portaria n° 711, de 13 de novembro de 2008, e nº 69, publicada em 18 de março de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.027998/2007 e, em especial, da Nota Técnica nº 279/2011/CORAT/CGLO/DEOC/SCE-MC, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a utilização da denominação de fantasia "BAND FM", utilizada pela empresa Real Cafelândia FM Ltda, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Fequencia Modulada, na localidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, nas transmissões de sua estação na localidade citada.

Art. 2º Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 210, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.051110/2009, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da CPR COMUNICAÇÃO LTDA ME, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, utilizando o canal 270 (duzentos e setenta) classe A4.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 211, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.051111/2009, resolve:

Autorizar a CPR COMUNICAÇÃO LTDA ME, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, canal 270 (duzentos e setenta), classe A4, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, e aprovar seus locais de instalação.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 214, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.029904/2011, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da RÁDIO PARAGUAÇU PAULISTA FM LTDA, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Parauapebas, Estado do Pará, utilizando o canal 28 (vinte e oito).

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 215, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.029905/2011, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da RÁDIO PARAGUAÇU PAULISTA FM LTDA, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Marabá, Estado do Pará, utilizando o canal 17 (dezessete).

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO INTERINO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto n° 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão
Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro	Carta - 07/11/2011	*Presidente da Comissão Internacional Independente da ONU para a Síria*

O MINISTRO DE ESTADO INTERINO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto n° 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão
Paulo Gilberto Kassab	Ofício n° 110	Prefeitura de São Paulo

RUY NUNES PINTO NOGUEIRA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 640, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Pontal 2B, de titularidade da empresa Força dos Ventos Energia Eólica S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.752.290/0001-09, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Nome	EOL Pontal 2B.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 146, de 3 de março de 2011, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.154, de 11 de outubro de 2011.
Pessoa Jurídica Titular	Força dos Ventos Energia Eólica S.A.
CNPJ	12.752.290/0001-09.
Localização	Município de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.
Potência Instalada	11.200 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.005636/2010-13 e MME nº 48000.002029/2011-13.

PORTARIA Nº 641, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Segredo, de titularidade da empresa Segredo Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.936.816/0001-33, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Nome	PCH Segredo.
Tipo	Pequena Central Hidrelétrica.
Ato Autorizativo	Resolução ANEEL nº 728, de 18 de dezembro de 2002, Resoluções Autorizativa ANEEL nº 238, de 27 de junho de 2005, e nº 2.942, de 7 de junho de 2011.
Pessoa Jurídica Titular	Segredo Energia S.A.
CNPJ	08.936.816/0001-33.
Localização	Municípios de Campos de Júlio e Sapezal, Estado de Mato Grosso.
Potência Instalada	21.100 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso I, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.004560/2002-73 e MME nº 48000.001979/2011-21.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.182, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011

Anui à transferência de controle societário indireto das autorizadas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A., Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A., SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A., Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. e Quintanilha Machado Geração e Comercialização de Energia S.A.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto n. 2.003, de 10 de setembro de 1996, no art. 4º, inciso XI, do anexo I do Decreto n.2.335, de 6 de outubro de 1997, nas Resoluções n. 555, de 17 de dezembro de 2001, 306 e 307, de 4 de junho de 2002, e 454 e 460, de 27 de agosto de 2002, e o que consta do Processo n. 48500.004933/2011-22, resolve:

Art. 1º Anuir à transferência de controle societário indireto das autorizadas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A., Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A., SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A., Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. e Quintanilha Machado Geração e Comercialização de Energia S.A., atualmente detido pelas empresas Citi Participações e Investimentos Ltda., Liberty Mutual Insurance Company, Black River CEI Subsidiary 3 S.á.r., Carbon Capital Markets e outros, para a CPFL Energias Renováveis S.A.

§ 1º O prazo para implementação da operação de que trata o "caput" fica estabelecido em 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação desta resolução.

§ 2º As autorizadas deverão enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, cópias autenticadas dos documentos comprobatórios da formalização da operação de que trata o "caput", no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.201, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

Transfere da empresa Vicunha Têxtil S.A. para a empresa Fibracel Têxtil Ltda., a autorização da Usina Termelétrica CTE Fibra, localizada no Município de Americana, Estado de São Paulo, outorgada, por transferência por meio da Resolução Autorizativa nº 225, de 20 de junho de 2005.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º -A, inciso II, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, acrescentado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, com base no art. 1º , inciso I, do Decreto nº 4.932 de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, na Resolução Normativa nº 390, de 15 de dezembro de 2009, na Resolução Normativa nº 420, de 30 de novembro de 2010, na Resolução Autorizativa nº 478, de 6 de dezembro de 2000, na Resolução Autorizativa nº 225, de 20 de junho de 2005, e o que consta do Processo nº 48500.006325/2000-92, resolve:

Art. 1º Transferir da empresa Vicunha Têxtil S.A. para a empresa Fibracel Têxtil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.628.405/0001-22, situada à Av. São Jerônimo, nº 4.600, bairro São Jerônimo, Município de Americana, Estado de São Paulo, a autorização objeto da Resolução Autorizativa nº 225, de 20 de junho de 2005, para explorar a UTE CTE Fibra, localizada no Município de Americana, Estado de São Paulo.

§ 1º A central geradora é constituída por uma única unidade geradora de 6.600 kW, utilizando gás natural como combustível.

§ 2º Nos termos da Resolução nº 420/2010, a central geradora tem potência instalada de 6.600 kW, potência líquida de 3.500 kW.

§ 3º A eventual comercialização da energia elétrica dar-se-á em conformidade com os arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e com o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 2º A empresa deverá inserir, em até 30 dias, o organograma do Grupo Econômico da empresa, em sistema disponibilizado no site da ANEEL, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 3º A presente autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 4º da Resolução nº 478, de 6 de dezembro de 2000, sub-rogando-se a empresa Fibracel Têxtil Ltda. em todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.204, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a Cooperativa Geradora de Energia Elétrica e Desenvolvimento Santa Maria - CEESAM a implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica Santa Maria, sob o regime de Produção Independente de Energia de Elétrica, localizada no Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto na Resolução nº . 395, de 04 de dezembro de 1998, na Resolução Normativa nº 389, de 15 de dezembro de 2009, e na Resolução Normativa nº 420, de 30 de novembro de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.003800/2002-40, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cooperativa Geradora de Energia Elétrica e Desenvolvimento Santa Maria - CEESAM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.937.316/0001-67, com sede a Rua Frei Ernesto, sala 1, número 131, Distrito de Santa Maria, Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santa Maria, sob o regime de Produção Independente de Energia de Elétrica, localizada às coordenadas 26º 45' 08" S e 49º 25' 08" W, no rio Santa Maria, sub-bacia 83, bacia hidrográfica Itajaí-Açu, no Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina,

§ 1º A central geradora é constituída por uma unidade geradora de 2.430 kW, em operação desde dezembro de 1999, uma unidade geradora de 1.044 kW; uma turbina de 2.160 kW e uma de 1.040 kW.

§ 2º Nos termos do artigo 3º da Resolução Normativa nº 420/2010, a central geradora terá Potência Instalada de 3.200 kW e Potência Líquida de 3.050 kW.

§ 3º A comercialização da energia elétrica dar-se-á em conformidade com os arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, e com o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Art. 2º Autorizar a Cooperativa Geradora de Energia Elétrica e Desenvolvimento Santa Maria - CEESAM, a implantar e explorar as instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora, constituídas de Subestação junto à usina, uma linha de transmissão de interesse restrito de 8 metros, circuito simples, interligando a uma subestação elevadora 2,3/13,8 kV, de propriedade da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica Santa Maria (CODESAM).

Art. 3º A autorizada deverá implantar e operar a PCH Santa Maria conforme cronograma apresentado à ANEEL, obedecendo aos marcos a seguir descritos:

a.Início da montagem do canteiro de obras: até 01/03/2013

b. Início das obras civis das estruturas: até 01/04/2013

c. Início da concretagem da casa de força: até 01/08/2013

d. Início da montagem eletromecânica das unidades geradoras: até 01/01/2014

e.Início das obras da subestação e linha de transmissão de interesse restrito: até 01/03/2014

f. Conclusão da montagem eletromecânica: até 01/07/2014

g. Obtenção da Licença de Operação - LO: até 01/09/2014

h. Início da operação em teste da 2ª unidade geradora: até 01/09/2014

i. Início da operação comercial da 2ª unidade geradora: até 30/12/2014

Art. 4º Estabelecer em 50% o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para o transporte da energia gerada pela central geradora hidrelétrica PCH Santa Maria enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização de energia elétrica vigentes e a vigorar a partir da publicação desta Resolução.

Art. 5º A presente outorga de autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação desta Resolução Autorizativa.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará para a ANEEL, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade com relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aqueles relativos aos seus empregados.

Art. 6º A Cooperativa Geradora de Energia Elétrica e Desenvolvimento Santa Maria - CEESAM deverá inserir, em até 30 dias, o organograma do Grupo Econômico da empresa, em sistema disponibilizado no SITE da ANEEL, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 7º Essa autorização não afasta a aplicação da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, pelos eventuais atos praticados anteriormente a publicação dessa Resolução.

Art. 8º Esta Resolução Autorizativa entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 460, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

Inclui dispositivo na Resolução Normativa n° 447, de 13 de setembro de 2011, que estabelece os procedimentos para adequação das instalações físicas, contratos comerciais e rotinas de operação, necessários à interligação de sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2°, inciso XIX do art. 3° da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, art. 4°, inciso IV, Anexo I e art. 12, inciso I, Anexo I do Decreto n° 2.335, de 06 de outubro de 1997, no §1° do art 4° da Lei n° 12.111, de 09 de dezembro de 2009, no art. 15 do Decreto n° 7.246, de 28 de julho de 2010, e o que consta do Processo n° 48500.000533/2011-48, resolve:

Art. 1° Incluir o art. 7°A na Resolução Normativa n° 447, de 13 de setembro de 2011, com a seguinte redação

"Art. 7°A Os consumidores ou conjuntos de consumidores, com carga igual ou superior a 50 kW e inferior a 500 kW, que detenham contratos de comercialização de energia elétrica firmados com agentes geradores nos termos do §8° do art. 26 da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, deverão rescindir esses contratos e celebrar novos contratos na condição de consumidores cativos da respectiva concessionária ou permissionária de distribuição, sob a prevalência de tarifas e condições reguladas.

§1º Os consumidores referidos no caput deverão formalizar à concessionária ou permissionária de distribuição o seu retorno à condição de consumidores cativos até 30 dias após a data da efetiva interligação do sistema isolado.

§2º A migração dos consumidores referidos no caput para o mercado cativo da concessionária ou permissionária de distribuição deverá ocorrer em até 180 dias após a formalização referida no § 1º .

§3º Nos casos de sistemas já interligados, onde ainda existam contratos nos termos do caput, a formalização de que trata o §1º deverá ocorrer em até 90 dias após a publicação desta Resolução."

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 27 de setembro de 2011

Nº 3.870 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.001025/2011-87, resolve conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Rio do Ouro Energia Eólica S.A. contra o Auto de Infração n. 17, de 29 de outubro de 2010, lavrado pela Gerência da Câmara de Energia - GECEN - da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, e, assim, manter a aplicação da penalidade de multa de R$ 145.202,38 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e dois reais e trinta e oito centavos).

Nº 3.871 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.001031/2011-34, resolve conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Amparo Energia Eólica S.A. contra o Auto de Infração n. 10, de 29 de outubro de 2010, lavrado pela Gerência da Câmara de Energia - GECEN - da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, e, assim, manter a aplicação da penalidade de multa de R$ 128.348,53 (cento e vinte e oito mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinqüenta e três centavos).

Nº 3.872 O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.001023/2011-98, resolve conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Aquibatã Energia Eólica S.A. contra o Auto de Infração n. 11, de 29 de outubro de 2010, lavrado pela Gerência da Câmara de Energia - GECEN - da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, e, assim, manter a aplicação da penalidade de multa de R$ 91.270,07 (noventa e um mil, duzentos e setenta reais e sete centavos).

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de novembro de 2011

Nº 4.488 - Processo nº 27101.000484/1989-10. Interessado: Cooperativas Regional de Desenvolvimento Teutônia e de Geração de Energia e Desenvolvimento Taquari Jacuí. Decisão: Alterar as características técnicas do sistema de transmissão de interesse restrito da PCH Cazuza Ferreira, localizada no Município de São Francisco de Paula, no Estado do Rio Grande do Sul, outorgada à Cooperativa de Eletrificação de Vila Cazuza Ferreira, que passa a ser constituída da SE, 6,6/138 kV - 12 MVA, de uma linha de transmissão 138 KV, em circuito simples, com 17 km de extensão, que se conectará a SE Lajeado Grande, 138 kV, de propriedade da RS Energia, ampliar a capacidade instalada para 9.102 kW e definir a potência líquida da usina em 8.890 kW. A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 22 de novembro de 2011

Nº 4.489 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, em cumprimento à Portaria MME nº 21, de 18 de janeiro de 2008, e considerando o que consta do Processo nº . 48500.000519/2009-20, resolve: I - Registrar os estudos de projetos para implantação e/ou ampliação das centrais geradoras relacionadas e qualificadas no ANEXO I deste Despacho; II - Este despacho tem a finalidade de permitir às referidas empresas a habilitação técnica e o cadastramento junto a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, conforme art. 1º da Portaria MME nº 21/2008, bem como as providências junto aos órgãos ambientais e de recursos hídricos, conforme art. 2º da mesma Portaria, não gerando quaisquer direitos ou obrigações com relação às fases subseqüentes dos processos de leilão de energia, devendo ser observado o disposto no respectivo edital; III - Revogar os registros dos estudos relativos às eólicas RM Cangalha e RM Boqueirão, constantes do Despacho nº 3.772, de 06 de outubro de 2009, às eólicas Baixa do Feijão I, Baixa do Feijão III e Baixa do Feijão IV, constantes do Despacho nº 2.165, de 28 de julho de 2010, e da eólica Baixa do Feijão II, constante do Despacho nº 3.054, de 26 de julho de 2011; V - Informar que o referido ANEXO estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

HELVIO NEVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de novembro de 2011

Nº 4.490 - Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação em teste a partir do dia 23 de novembro de 2011. Processo nº 48500.001680/2009-11 Interessado: Revati Geradora de Energia Elétrica Ltda. Usina: UTE Biopav II Unidades Geradoras: U1 de 40.000 kW e U2 de 25.000 kW Localização: Município de Brejo Alegre, Estado de São Paulo.

A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de novembro de 2011

Nº 4.483 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 1º da Resolução Autorizativa nº 2.882, de 10 de maio de 2011, o constante do Despacho de prorrogação de prazo nº 3.438, de 23 de agosto de 2011, das correspondências protocoladas sob os nº s 48536.009072/11-00 e 48513.035501/2011-00 bem como do Processo nº 48500.006532/2009-92, resolve considerar atendida pela Transenergia Renovável S.A. a exigência de envio dos documentos comprobatórios de implementação da transferência de controle societário descrita na Resolução citada.

Nº 4.484 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, o art. 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, no contrato de concessão nº 060/2001 e o constante do Processo nº 48500.005202/2011-00, resolve anuir com o termo de cooperação entre a COPEL Geração e Transmissão S.A., o Município de Maringá e a Federação das Associações de Bairro de Maringá, por meio do qual a COPEL realizará a cessão gratuita de uso parte da área de dois imóveis vinculados ao serviço público de transmissão de energia elétrica relativos à Linha de Transmissão Maringá-Sarandi 230kV, quais sejam, Parque Itaipu (área aproximada de 3.285 m² entre os vãos 065 e 066, entre a rodovia PR 317 e a Avenida Pno. A. R. Saldanha, matrícula 29502) e Jardim Universo (área aproximada de 2.592 m², entre os vãos 049 e 050, na Avenida Joaquim Moleirinho, matrícula 26532), para o uso exclusivo da implantação do Projeto Hortas Comunitárias, pelo prazo de até 05 (cinco) anos a contar da assinatura do contrato, que deve ocorrer no prazo de 120 dias a contar da publicação deste despacho, com a ressalva de que as partícipes devem observar as restrições constantes da Resolução Normativa ANEEL nº 398/2010 e da Lei nº 11.934/09.

Nº 4.485 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto nos artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957 e no Contrato de Concessão nº 01/1996 e o que consta do Processo nº 48500.005144/2011-17 resolve: I - anuir ao pedido de anuência prévia à celebração de contratos de locação de imóveis não residenciais entre a Light Serviços de Eletricidade S.A. (locador) e a Empresa Litorânea Engenharia Ltda.(locatário), dos imóveis situados à Rua Itapiru nº 1.218, 1.224 e 1.230 (contrato 1) e nº 1.415 - Parte (contrato 2), em Rio Comprido, Rio de Janeiro - RJ, pelo prazo de 48 meses, pelos valores mensais de R$ 3.500,00 e R$ 6.500,00, respectivamente; II - determinar que eventuais prorrogações deverão ser anuídas previamente pela ANEEL; e III - estabelecer que é de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão quanto à necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custo inerentes à operação.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

Nº 4.486 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria ANEEL Nº 1.047, de 9 de setembro de 2009, alterada pela Portaria ANEEL Nº 1.474, de 1º de março de 2010 , o disposto no inciso XXX do art. 4º do Anexo I do Decreto Nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, art. 21 da Lei Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com base na documentação decorrente da fiscalização realizada nos agentes, constante do Processo Nº 48500.004880/2011-40, decide: I - aprovar o montante de R$ 2.460.895,50 (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), relativo a custos e/ou despesas incorridas nos Estudos de Viabilidade para construção de Subestações - SE e Linhas de Transmissão - LT, nos termos da legislação e procedimentos acima mencionados, conforme "Anexo I" deste Despacho; II - os montantes constantes do "Anexo I", acima mencionado, deverão compor o edital de licitação para efeito de ressarcimentos pelo(s) vencedor (es) do (s) leilão (ões) a ser (em) realizado (s); III - os valores aprovados nos termos deste Despacho deverão ser atualizados com base no Índice de Preços ao Consumidor-Amplo - IPCA, a partir da data de aprovação e publicação desses estudos até a data do efetivo ressarcimento; IV - este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO JÚLIO DE FREITAS DONALD

ANEXO I

LEILÃO 006/2011		UF	Empreendedores responsáveis pelos estudos a serem ressarcidos	Valores a serem ressarcidos (R$)
LOTES				
A	Linha de Transmissão 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3 - Quinta e SE Camaquã 3	RS	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	202.905,74
	Linha de Transmissão 500 kV Salto Santiago - Itá - Nova Santa Rita C2	PR-SC-RS	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	126.163,42
B	LT 230 kV Jardim/Penedo - Nossa Senhora do Socorro e SE 230/69 kV Nossa Senhora do Socorro	SE	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	58.612,27
			Sistema de Transmissão do Nordeste - STN	113.654,56
	LT 230 kV Messias/Maceió II e SE 230/69 kV Maceió II	AL - BA	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	107.382,63
			Sistema de Transmissão do Nordeste - STN	119.510,00
	SE 230/138 kV Poções II	AL - BA	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	54.953,83
			Sistema de Transmissão do Nordeste - STN	68.111,96
			Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	10.063,15
C	SE Lechuga 230/138 kV, 3 x 150 MVALT230 kV Lechuga - Jorge Teixeira, 2 x 954 MCM, C3, 29 km	AM	Eletronorte	128.118,22
		AM	Manaus Transmissora de Energia S.A	25.000,00
		AM	Amazonas Energia S.A.	0,00
E	SE 525/230kV Abdon Batista	SC	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	92.564,77
	SE 525/230kV Abdon Batista	SC	Rio Canoas Energia S.A	115.000,00
	SE Gaspar 230/138kV 1x150MVA	SC	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	95.119,93
F	LT 230 kV Umuarama - Guaíra	PR	Companhia Paranaense de Energia	80.971,37
	SE Sta. Quitéria, trecho de LT entre SE Sta. Quitéria e o sec. da LT 230 kV Campo Comprido - Umbará.	PR	Companhia Paranaense de Energia	113.868,17
	SE Cascavel Norte, trecho de LT 230 kV entre SE Cascavel Norte e o sec. da LT Cascavel Oeste - Umuarama e LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte	PR	Companhia Paranaense de Energia	138.708,92
G	SE e LT Curitiba Leste 525/230 kV	PR	Companhia Paranaense de Energia	18.652,06
		PR	Eletrosul Centrais Elétricas S/A	252.770,09
H	SE Extremoz II 230/69 kV - 150 MVA	RN	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	58.182,59
I	SE Luziânia 500/138 kV	GO	Serra da Mesa Trans. de Energia S.A.	120.200,00
	SE Niquelândia 230/69 kV		Furnas Centrais Elétricas. S.A.	56.953,31
J	LT 500 kV Açailândia - Miranda II	MA	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	12.292,09
			Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletrobrás Eletronorte	291.136,42
			TOTAL	2.460.895,50

Nº 4.487 O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria Nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, diante do disposto no art. 1º da Lei Nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, e o que consta do Documento Nº 48513.032444/2011-00, resolve: I - anuir à constituição de garantia formada por recebíveis de Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, até o limite de 0,59% da receita liquida, no período de 2011 a 2021, para captação de recursos junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS no valor de até R$ 251.000.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões), para investimentos na Linha de Transmissão Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2, na manutenção do Sistema de Geração e em obras do Programa Geral de Empreendimentos de Transmissão - PGET; II - não anuir à constituição de garantia, por FURNAS, junto à ELETROBRAS, no valor de R$ 449 milhões, visando a inversões financeiras na UHE Santo Antonio e na UHE Teles Pires, tendo em vista as limitações imposta pelo art. 1º da Lei 10.604, de 2002.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 3.277, de 10/08/11, publicado no D.O.U. de 11/08/11, seção 1, p. 94, v. 148, n. 154, relativo ao pedido de anuência para a dação de recebíveis em garantia pela Coprel Cooperativa de Energia, onde se lê: "até o limite de 1% da receita líquida", leia-se: "até o limite de 3% da receita líquida".

No Despacho nº 4.222, de 27.10.11, publicado no D.O. de 28.10.2011, seção 1, p. 64, v. 148, n. 208, relativo ao pedido de anuência para a dação de recebíveis em garantia por Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., onde se lê: "até o limite de 0,25% da receita líquida", leia-se: "até o limite de 0,79% da receita líquida.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RETIFICAÇÃO

Na Autorização Nº 460, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 17 de outubro de 2011, Seção 1, p. 62, no preâmbulo, onde se lê "48610.011697/2011-53", leia-se "48610.013346/2011-87".

DIRETORIA III SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 513, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 202, de 31 de dezembro de 1999, e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.001052/2000-50, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PETROLUZ DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ n.º 03.016.811/0001-79, registrada na ANP, sob o n.º 3122, como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B, responsável pela base compartilhada, autorizada a operar a ampliação já construída (tanques n.º 06 e 07) e construir nova tancagem (tanques n.º 08 e 09) nas instalações localizadas na Avenida Governador Júlio José de Campos, 5111, Bairro Jardim Eldorado, Várzea Grande - MT. CEP: 78150-000.

Integram a base compartilhada as seguintes empresas:

EMPRESAS	CNPJ N.º
PETROLUZ DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. (responsável)	03.016.811/0001-79
ELDORADO COMBUSTÍVEIS LTDA.	05.680.810/0001-50

O parque de tancagem compreende os tanques listados a seguir, com seus respectivos produtos, perfazendo o total de 5.991,33 m³.

Tanque Nº	Produto	Diâmetro (m)	Altura / Comprimento (m)	Capacidade (m³)	Situação	Tipo
01	ÓLEO DIESEL	5,73	6,00	154,00	Operando	Vertical
02	ÓLEO DIESEL	7,64	6,00	275,00	Operando	Vertical
03	GASOLINA A	8,50	6,00	340,00	Operando	Vertical
04	EAC	5,73	6,00	154,00	Operando	Vertical
05	EHC	11,52	11,52	751,28	Operando	Vertical
06	B-100	2,50	11,15	53,70	A operar	Horizontal
07	B-100	2,51	12,71	63,35	A operar	Horizontal
08	EHC	13,37	15,00	2.100,00	A construir	Vertical
09	EHC	13,37	15,00	2.100,00	A construir	Vertical

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 514, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Resolução ANP n.º 17, de 18 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa Auto Posto Sakamoto Ltda., com endereço na Rodovia Presidente Dutra, s/n° - Km 210,5 - sentido SP/RJ - Bairro Bonsucesso - Município de Guarulhos - SP - CEP 07178-580, inscrita no CNPJ n.º 49.051.667/0001-02, autorizada a exercer a atividade de importação de óleos lubrificantes acabados automotivos e industriais, conforme processo n.º 48610.008561/2010-85.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL VENDA PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de importação de óleos lubrificantes acabados industriais.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 515, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e o que consta do Processo 48610.001043/2010-31, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ n.º 34.274.233/0025-71, registrada como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel e óleo diesel B, sob o n.º TA01, autorizada a operar as instalações de armazenamento localizadas na Rodovia BR 381 - km 427,5 - Bairro Pintados - Município de Betim - MG - CEP: 32536-000.

As referidas instalações compreendem os tanques verticais listados na tabela a seguir, sendo a capacidade total de armazenamento de 100.497,00 m³.

TANQUE Nº	DIÂMETRO (m)	ALTURA (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO
1331	33,530	11,210	10.641,50	ÓLEO DIESEL
1332	33,520	12,070	10.576,88	GASOLINA
1333	12,955	12,030	1.583,03	BIODIESEL
1334	13,040	11,400	1.345,00	ÓLEO DIESEL
1335	15,855	12,120	2.404,20	EAC
1336	15,912	15,430	2.889,11	QAV
1337	15,855	12,120	2.402,58	EAC
1338	36,591	12,050	12.296,17	ÓLEO DIESEL
1339	36,587	12,050	12.667,02	EHC
1340	30,792	12,100	8.810,31	ÓLEO COMBUSTÍVEL
1341	30,488	12,100	8.779,02	ÓLEO COMBUSTÍVEL
1342	30,559	12,000	8.792,78	ÓLEO COMBUSTÍVEL
1343	30,569	11,620	8.517,42	ÓLEO COMBUSTÍVEL
1344	22,366	14,450	5.677,00	QAV
1345	15,926	14,450	2.880,00	ÓLEO COMBUSTÍVEL
1346	5,728	9,000	235,00	BIODIESEL

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 516, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48300.002895/1996-31, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a MASUT COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ n.º 37.350.519/0010-09, autorizado a operar como Transportador - Revendedor - Retalhista as instalações de tancagem na Rua JC - 19 - Qd. 30 - Lotes 10 a 19 - Bairro Jardim Canedo II - Município de Senador Canedo - GO - CEP: 75250-000.

O parque de tancagem de produtos é constituído dos seguintes tanques aéreos horizontais, listados a seguir, perfazendo o total de 122,31 m³.

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	CAPACIDADE NOMINAL (m³)	PRODUTO
460	2,549	6,00	30,61	ÓLEO DIESEL
461	2,549	6,00	30,48	ÓLEO DIESEL
4210	2,549	6,00	30,61	ÓLEO DIESEL
4251	2,549	6,00	30,61	ÓLEO DIESEL

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de novembro de 2011

Nº 1.358 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP Nº 202, de 30 de dezembro de 1999 e na Resolução ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, torna público o indeferimento dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/ REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	Nº CONTRATO / CARTÓRIO N.º	Razão Indeferimento	Processo n.º
Ribeirão Preto	SP	RUFF CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0320 00.756.149/0011-77	CIAPETRO Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 0452 01.466.091/0015-13	Reg. 220523	O CNPJ da cessionária constante na FCT não está cadastrada na ANP. Filial da cessionária não cadastrada na ANP, conforme Portaria ANP n.° 202/99.	48610.015212/2011-09
Alto Taquari	MT	PETROBRAS Distribuidora S.A. - TA01 34.274.233/0016-80	ALESAT Combustíveis S.A. - 0352	Reg. 729	A cedente não enviou a FCT.	48610.015221/2011-91
Bauru	SP	ASTER Petróleo Ltda. - 0550 02.377.759/0026-71	RUFF CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0320 00.756.149/0001-03	Reg. 168.122	A FCT apresenta as seguintes não conformidades: - Constam as empresas Petroflex e Stock como proprietárias, entretanto as mesmas não atenderam a Portaria ANP n.° 202/99. - A FCT não reflete a autorização n.° 276, publicada no D.O.U. de 20/09/2007. - A cessionária consta como "TP" (tancagem própria), entretanto deverá constar como "EC". A cedente não é responsável pela base compartilhada para celebrar o contrato de cessão de espaço apresentado. A cedente não enviou o termo de ajuste operacional.	48610.015216/2011-89

Nº 1.359 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0102605	AIMEE BATISTA DA COSTA	11.350.627/0001-99	CRISTAL DO SUL	RS	48610.012980/2011-01
PR/MG0100042	AUTO POSTO AVENIDA PINHEIRENSE LTDA ME	11.429.850/0001-26	JOAO PINHEIRO	MG	48610.010469/2011-66
PR/BA0104370	AUTO POSTO CUNHA ALMEIDA LTDA.	07.968.047/0002-73	SAO DOMINGOS	BA	48610.014983/2011-71
PR/SP0104422	AUTO POSTO DAS COLINAS LTDA	14.369.676/0001-61	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	SP	48610.014436/2011-95
PR/MG0104302	AUTO POSTO DENILSON & SAMIRA LTDA.	11.833.780/0001-77	BOM REPOUSO	MG	48610.014691/2011-38
PR/SP0104342	AUTO POSTO GRAMADÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA.	11.181.738/0001-19	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.014724/2011-40
PR/MG0104284	AUTO POSTO JESUANIA LTDA	14.246.369/0001-93	JESUANIA	MG	48610.014440/2011-53
PR/SP0100563	AUTO POSTO PRATA DE OSASCO LTDA.	12.223.941/0001-73	OSASCO	SP	48610.011280/2011-91
PR/ES0104374	AUTO POSTO ROTA SUL LTDA.	13.790.424/0001-49	RIO NOVO DO SUL	ES	48610.014943/2011-29
PR/MT0104369	AUTO PSOTO ISABELLA LTDA.	07.094.612/0001-30	PARANATINGA	MT	48610.014708/2011-57
PR/CE0094422	A3 COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	00.918.154/0001-67	SAO GONCALO DO AMARANTE	CE	48610.005419/2011-67
PR/MA0103304	C R JARDIM	14.189.202/0001-38	VITORIA DO MEARIM	MA	48610.013560/2011-33
PR/RS0104383	COMERCIAL BUFFON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.	93.489.243/0052-66	PELOTAS	RS	48610.014707/2011-11
PR/RS0104345	COMERCIAL BUFFON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.	93.489.243/0053-47	PELOTAS	RS	48610.014692/2011-82
PR/RS0104343	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS JARDIM DO SOL LTDA.	13.778.750/0001-30	PORTO ALEGRE	RS	48610.014700/2011-91
PR/SP0103822	COOPERATIVA DE CONSUMO DE INÚBIA PAULISTA - FILIAL	51.832.046/0002-99	INUBIA PAULISTA	SP	48610.013948/2011-34
PR/PA0103042	CURUA COMBUSTÍVEIS LTDA.	14.082.502/0001-13	NOVO PROGRESSO	PA	48610.013437/2011-12
PR/AM0103107	E P DE S BATISTA	04.751.684/0001-14	PARINTINS	AM	48610.013429/2011-76
PR/PA0104371	F.C. RIBEIRO MARQUES - ME	07.186.274/0001-66	OBIDOS	PA	48610.014939/2011-61
PR/CE0103302	FRANCISCO WELLINGTON CARDOSO CASTRO - ME	23.594.245/0001-90	RERIUTABA	CE	48610.013553/2011-31
PR/BA0104372	GENTIL COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA.	14.227.675/0001-82	NOVA VICOSA	BA	48610.014942/2011-84
PR/SP0104344	GINEL & COSTA COMBUSTÍVEIS LTDA.	12.209.289/0002-13	ALFREDO MARCONDES	SP	48610.014991/2011-17
PR/PB0104377	MARGARIDA MARIA DA SILVA DUARTE	13.235.135/0001-88	SANTAREM	PB	48610.014710/2011-26
PR/MA0100802	MOURA DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	13.965.696/0001-32	BALSAS	MA	48610.011154/2011-36
PR/MT0104378	N B COMBUSTÍVEIS PARA AVIAÇÃO LTDA.	13.231.168/0001-50	PRIMAVERA DO LESTE	MT	48610.014711/2011-71
PR/MT0104368	N. DUARTE ABREU & CIA. LTDA.	13.743.647/0001-55	PONTES E LACERDA	MT	48610.014978/2011-68
PR/PA0104367	POSTO PRIMAVERA LTDA.	14.235.234/0001-22	PRIMAVERA	PA	48610.014712/2011-15
PR/SE0104376	POSTO TAVARES LTDA.	12.879.577/0001-02	POCO VERDE	SE	48610.014945/2011-18
PR/RS0104375	POSTOS CHOPPÃO LTDA	92.668.813/0007-68	BOM PRINCIPIO	RS	48610.014944/2011-73
PR/RO0102622	R& L DAMACENO LTDA	13.762.484/0001-58	ALTA FLORESTA DO OESTE	RO	48610.012983/2011-36

Nº 1.360 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei Nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nas disposições contidas nas Portarias ANP Nº 202, de 30 de dezembro de 1999 e Resolução ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, torna sem efeito a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA / REGISTRO	CARTÓRIO N.º	MOTIVO	PROCESSO
Paulínia	SP	RUFF CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0320 00.756.149/0001-03	REDE BRASIL de Petróleo Ltda. - 0441 01.381.825/0010-57	Reg. 86347	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 07/12/2010	00620.003706/2011
Guarulhos	SP	ALE Combustíveis S.A. - 0391 01.136.598/0001-03	TOBRAS Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3228 05.759.383/0007-95	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 01/09/2011	48610.018552/2010-01
Guarulhos	SP	ALE Combustíveis S.A. - 0391 01.136.598/0001-03	RUFF CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0320 00.756.149/0001-03	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 01/09/2011	48610.011319/2011-70
Ribeirão Preto	SP	RUFF CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0320 00.756.149/0011-77	DISTRIBUIDORA Rio Branco de Petróleo Ltda. - 0490 01.256.137/0003-36	Reg. 86697	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 01/10/2011	48610.018539/2010-43
Várzea Grande	MT	PETROLUZ Distribuidora Ltda. - 3122 03.016.811/0001-79	IDAZA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0505 01.787.793/0007-99	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 06/10/2009	48610.000572/2002-15
Araucária	PR	OCIDENTAL Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0029 68.842.327/0001-44	AROGÁS Comércio de Combustíveis Ltda. - 0429 01.252.723/0001-40	Reg. 29.007	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 26/04/2011	48610.005214/2011-81

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

AUTORIZAÇÃO Nº 517, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 303, de 15 de dezembro de 2010, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 25, de 02 de setembro de 2008, tendo em vista a concessão da Autorização de Comercialização de Biodiesel nº 442, de 5 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 6 de outubro de 2011, conforme consta do Processo ANP n° 48610.013510/2011-56, para a empresa Amazonbio - Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda., CNPJ nº 08.794.451/0001-50, revoga a Autorização de Comercialização de Biodiesel nº 284, de 20 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21 de maio de 2010, conforme consta do Processo ANP nº 48610.011795/2007-12.

LUCIANA GONÇALVES DE MATTOS VIEIRA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
NIRE. 53300000859/CNPJ nº 00001180/0001-26

ATA DA 158ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 2011

Aos nove dias do mês de setembro de 2011, às 15 horas, na sede da Empresa, Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco "B", nº 100, Sala 203, do Edifício Centro Empresarial VARIG - Brasília - DF, presentes os acionistas detentores de ações ordinárias, em número suficiente para a instalação da Assembleia, conforme apurado na folha 62 do Livro de Presença nº 4, realizou-se a Centésima Quinquagésima Oitava Assembleia Geral Extraordinária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Companhia Aberta, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 00001180/0001-26. Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do artigo 42 do Estatuto, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. ARMANDO CASADO DE ARAUJO, em substituição ao Presidente da ELETROBRAS, Sr. JOSE DA COSTA CARVALHO NETO, que deu por aberta a sessão e indicou-me, AFRÂNIO ALENCAR MATOS Fº, para secretariar os trabalhos, o que foi por todos aprovado. Registrou a presença do Auditor-Geral, Sr. EDGARD TROMPCZYNSKI SCHIMMELPFENG, do Consultor Jurídico-Geral, Sr. ANTÔNIO FREDERICO PEREIRA DA SILVA, do Sr. ARLINDO SOARES CASTANHEIRA - Chefe da Divisão de Gestão e Relações com o Investidor, e do Sr. ANTÔNIO CLÁUDIO DA SILVA MENDONÇA, da Divisão de Gestão de Direitos dos Acionistas. A seguir, convidou para compor a mesa o representante da União, Dr. LUIZ FREDERICO DE BESSA FLEURY, credenciado pela Portaria/PGFN nº 603, de 11 de agosto de 2008, publicada no D.O.U. de 13.08.2008; o Sr. GEORGE WASHINGTON TENÓRIO MARCELINO representante dos fundos: a) CITIBANK: ABU DHABI RETIREMENT PENSIONS AND BENEFITS FUND; AMERICAN AIRLINES, INC.MASTER FIXED BENEFIT PENSION TRUST; AMERICAN BIBLE SOCIETY; AON GROUP TRUST; AT&T UNION WELFARE BENEFIT TRUST; BARING INVESTMENT FUNDS PLC; BELL ATLANTIC MASTER TRUST; BELLSOUTH CORPORATION RFA VEBA TRUST; BELLSOUTH CORPORATION RFA VEBA TRUST FOR NON-REPRESENTABLE EMPLOYEES; BGI EMERGING MARKETS STRATEGIC INSIGHTS FUND LTD; BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY, N.A.; BNY MELLON FUNDS TRUST - BNY MELLON EMERGING MARKETS FUND; BRUNEI INVESTMENT AGENCY; CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC; CENTRAL STATES SOUTHEAST AND SOUTHWEST AREAS PENSION FUND; CF DV EMERGING MARKETS STOCK FUND INDEX; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; COMMONWEALTH OF PENNSYLVANIA PUBLIC SCHOOL EMPLOYEES´ RETIREMENT SYSTEM; DELAWARE GROUP GLOBAL & INTERNATIONAL FUNDS - DELAWARE EMERGING MARKETS FUND; DELAWARE VIP TRUST - DELAWARE VIP EMERGING MARKETS SERIES; DOMINION RESOURCES INC. MASTER TRUST; EAFE EQUITY FUND; EATON VANCE PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND; EMERGING GLOBAL SHARES INDXX BRAZIL INFRASTRUCTURE INDEX FUND; EMERGING MARKETS EQUITY INDEX MASTER FUND; EMERGING MARKETS INDEX FUND E; EMERGING MARKETS INTERNATIONAL FUND; EMERGING MARKETS SUDAN FREE EQUITY INDEX FUND; EMPLOYEES RETIREMENT PLAN OF BROOKLYN UNION GAS; FIDELITY FIXED-INCOME TRUST: FIDELITY SERIES GLOBAL EX U.S. INDEX FUND; FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY SERIES EMERGING MARKETS FUND; FORD MOTOR COMPANY DEFINED BENEFIT MASTER TRUST; FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS; GMO REAL RETURN ASSET ALLOCATION FUND, L.P.; GMO TRUST ON BEHALF OF GMO EMERGING COUNTRIES FUND; IBM SAVINGS PLAN; ILLINOIS STATE BOARD OF INVESTMENT; IMPERIAL EMERGING ECONOMIES POOL; INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT, A T F S R P A T/RET STAFF BEN PLAN AND TRUST; IOWA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; ISHARES MSCI BRAZIL (FREE) INDEX FUND; ISHARES MSCI BRIC INDEX FUND; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS INDEX FUND; JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUND; JOHN HANCOCK VARIABLE INSURANCE TRUST INTERNATIONAL EQUITY INDEX TRUST A; JOHN HANCOCK VARIABLE INSURANCE TRUST INTERNATIONAL EQUITY INDEX TRUST B; LINCOLN VARIABLE INSURANCE PRODUCTS TRUST - LVIP SSGA EMERGING MARKETS 100 FUND; LINCOLN VARIABLE INSURANCE PRODUCTS TRUST - LVIP SSGA EMERGING MARKETS 100 FUND; LINCOLN VARIABLE INSURANCE PRODUCTS TRUST - LVIP SSGA EMERGING MARKETS 100 FUND; MANAGED PENSION FUNDS LIMITED (178500; 82128; e 6800); MELLON BANK N.A EMPLOYEE BENEFIT COLLECTIVE INVESTMENT FUND PLAN; MICROSOFT GLOBAL FINANCE; MINISTRY OF STRATEGY AND FINANCE; NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND; NORTHERN TRUST NON-UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND; NORTHERN TRUST QUANTITATIVE FUND PLC; NORTHWESTERN M SERIES FD. INC. INTL. E PORT; NUVEEN TRADEWINDS EMERGING MARKETS FUND; OHIO SCHOOL EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; PANAGORA GROUP TRUST; PENSIONSKASSERNES ADMINISTRATION A/S; RENAISSANCE GLOBAL VALUE FUND; ROCHE US DB PLANS MASTER TRUST; SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS INDEX FUND; SOUTHERN CA EDISON CO NUCLEAR FAC QUAL CPUC DECOM M T FOR SAN ONOFRE AND PALO VERDE NUC GEN STATION; SPDR S&P EMERGING LATIN AMERICA ETF; SSGA MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING QP COMMON TRUST FUND; STATE OF CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM (336100; 20800; 91170; 257398; e 795400); STATE OF CONNECTICUT RETIREMENT PLANS AND TRUST FUNDS; STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D; STATE OF OREGON (356200; e 98700); STATE STREET BANK AND TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS (312916; e 9000); STATE STREET EMERGING MARKETS; TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS (57200; e 6500); THE BANK OF KOREA; THE BANK OF NEW YORK MELLON CORPORATION RETIREMENT PLANS MASTER TRUST; THE BOARD OF REGENTS OF THE UNIVERSITY OF TEXAS SYSTEM: THE CALIFORNIA ENDOWMENT; THE GMO EMERGING MARKETS FUND; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD AS TRUSTEE OF BNY MELLON TBCAM EMERGING VALUE EQ MOTHER FUND; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR NORTHERN TRUST ALL COUNTRY WORLD EQUITY INVESTA; THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE (41696; 92400; e 406200); THE NORTHWESTERN MUTUAL LIFE INSURANCE COMPANY (13200; e 10600); THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD; THE TBC PRIVATE TRUST; THE TEXAS EDUCATION AGENCY; THE WASHINGTON UNIVERSITY; TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND; TRADEWINDS INSTITUTIONAL INVESTMENT TRUST - TRADEWINDS EMERGING MARKETS PORTFOLIO; TRADEWINDS INSTITUTIONAL INVESTMENT TRUST - TRADEWINDS INTERNATIONAL EQUITY PORTFOLIO; TREASURER OF THE STATE OF NORTH CAROLINA EQUITY INVESTMENT FUND POOLED TRUST; UNITED TECHNOLOGIES CORPORATION MASTER RETIREMENT TRUST; UNIVERSITY OF PITTSBURGH MEDICAL CENTER SYSTEM; UPMC HEALTH SYSTEM BASIC RETIREMENT PLAN; USAA EMERGING MARKETS FUND; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS; VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS; VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM; WELLINGTON MANAGEMENT PORTFOLIOS (DUBLIN) P.L.C. (665900; e 147700); WELLINGTON TRUST COMPANY N.A. (403900; 563500; 13200; 47000; 273300; 3234; 10900; e 195400); e WILMINGTON MULTI-MANAGER INTERNATIONAL FUND; b) ITAÚ: AMUNDI FUNDS; c) HSBC: BOMBARDIER TRUST (CANADA) GLOBAL EQUITIES FUND; FIDELITY CENTRAL INVESTMENT PORTFOLIOS LLC: FIDELITY EMERGING MARKETS EQUITY CENTRAL FUND; NORGES BANK; STICHTING F&C MULTI MANAGER EMERGING EQUITY ACTIVE; e THE BOMBARDIER TRUST (UK); d) JP MORGAN: CHASE MANHATTAN BANK AS TRUSTEE OF THE RJ REYNOLDS TOBACCO COMPANY DEFINED BENEFIT MASTER TRUST; QANTAS SUPERANNUATION LIMITED AS TRUSTEE FOR THE QANTAS SUPERANNUATION PLAN; RMB MULTIMANAGER SICAV; STATE OF WYOMING, WYOMING STATE TREASURER (9800; e 1500); THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST (211900; e 18700); THE PUBLIC EDUCATION EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF MISSOURI; THE PUBLIC SCHOOL RETIREMENT SYSTEM OF MISSOURI; VANGUARD INVESTMENT SERIES, PLC; VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS; e WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; e) SANTANDER: AMUNDI. O Sr. ANDRÉ CARVALHO TEIXEIRA representante do BNDES e da BNDES Participações S.A - BNDESPAR; a Sra. CARLA KERSTIN SILVEIRA LELLIS, representante do JP Morgan Chase Bank; e o Sr. NORIVAL DA SILVA. Constituída a mesa diretora dos trabalhos, o Sr. Presidente declarou instalada a 158ª Assembleia Geral Extraordinária e comunicou que esta fora regularmente convocada e que os anúncios ordenados pelo artigo 133, da Lei nº 6.404/76, foram publicados na imprensa, sendo o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial da União e no Jornal Valor Econômico (SP), nos dias 25, 26 e 29.08.2011; nos jornais O Globo e Correio Braziliense nos dias 25, 26 e 27.08.2011, anúncios esses do seguinte teor: "MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS. (Companhia aberta). CNPJ nº 00001180/0001-26. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. 158ª Assembleia Geral Extraordinária. Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras a se reunirem na Sede da Empresa, em Brasília, Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco "B", nº 100, Sala 203 do Edifício Centro Empresarial VARIG - Brasília - DF, no dia 09.09.2011, às 15 horas, em Assembleia Geral Extraordinária para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovação de reforma do Estatuto Social da Companhia, para: 1. Alteração do parágrafo 1º do artigo 3º, inclusão dos parágrafos 2º e 3º com a consequente renumeração dos parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º, respectivamente, para adaptação à Lei nº 11.651, de 07.04.2008; 2. Alteração do Inciso I, inclusão do Inciso V, renumeração do parágrafo único e inclusão dos parágrafos 2º e 3° do artigo 17; e inclusão do Inciso IX do artigo 34, para estabelecer a participação de representante dos empregados no Conselho de Administração, nos termos da Lei nº 12.353, de 29.12.2010; 3. Alteração do parágrafo único do artigo 31, para adequação à Lei nº 12.385, de 03.03.2011; 4. Alteração do artigo 16, para adequação à Lei nº 12.431, de 27.06.2011; 5. Demais alterações e/ou inclusões relativas aos princípios de Boas Práticas de Governança Corporativa, em atendimento ao Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE/BOVESPA e ajustes redacionais nos seguintes Capítulos: Capítulo II - Artigo 5º, inciso VIII; Capítulo III - Artigo 7º, inciso II, inclusão dos itens "a", "b", "c", "d" e "e"; Capítulo IV - Artigo 16, parágrafo 3º; e Artigo 17, incisos II e IV e, parágrafo 1º; Capítulo V - Artigo 22, parágrafos 1º e 2º; Artigo 23, incisos III e parágrafo único; e Artigo 25, incisos III, XV, XXIII, XXV, parágrafo 1º e renumeração do 2º; Capítulo VI - Artigo 32, parágrafo 1º; e Artigo 33, inciso XI; Capítulo VII - Artigo 34, incisos VI, VII e VIII; Capítulo XII - Artigo 58 e parágrafo único; Artigo 59 e parágrafo único; e Artigo 60. II. Homologação da eleição de membro do Conselho de Administração, nos termos do artigo 150 da Lei de Sociedades por Ações, 6.404/76, e do artigo 28 do Estatuto Social. O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a admissão na Assembleia (art. 5º, caput, da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009), deverá apresentar os seguintes documentos: - Documento oficial de identidade com foto; - Fotocópia autenticada do Estatuto Social atualizado, no caso de pessoa jurídica; - Original ou fotocópia autenticada de procuração outorgada pelo acionista; e - Via original do extrato de posição acionária fornecido pela instituição depositária ou pela custódia, identificando a condição de acionista. A entrega da referida documentação deverá ser efetuada até o dia 07.09.2011, no Departamento de Administração do Capital Social - DFS, Divisão de Gestão dos Direitos dos Acionistas - DFSA, na Av. Presidente Vargas, nº 409 - 9º andar, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, no horário de 8h às 12h e de 14h às 17h. Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Administração do Capital Social - DFS, Divisão de Gestão dos Direitos dos Acionistas - DFSA, na Av. Presidente Vargas, nº 409 - 9º andar, na cidade do Rio de Janeiro, RJ e nas páginas da Companhia (htpp://www.eletrobras.com.br/ri) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (htpp://www.cvm.gov.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do Art. 135, § 3º da Lei nº 6.404/76 e Art. 11 da Instrução CVM nº 481, editada em 17/12/2009. Brasília, 19 de agosto de 2011. (a) MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN - Presidente do Conselho de Administração". Dispensada a leitura do Edital de Convocação, o Sr. Presidente informou aos acionistas que a Ata da Assembleia seria lavrada sob a forma de sumário, conforme autorizado pelo § 1º do art. 130, da Lei 6.404/76 o que foi aprovado por todos os presentes. Em prosseguimento aos trabalhos, colocou em votação, os da Ordem do Dia, tendo sido adotadas as seguintes Decisões: (i) pela alteração do Estatuto Social da ELETROBRAS, conforme proposta encaminhada pela administração da companhia, da seguinte forma: a) nos parágrafos 2º e 3º a serem incluídos no art. 3º, incluir no final a seguinte frase "condicionada à prévia autorização de pelo menos 2/3 do total dos membros do conselho de administração"; b) pela retirada de pauta das alterações e inclusões relativas ao Capítulo III (art. 7°, inciso II, e inclusão dos itens "a", "b", "c", "d" e "e"), Capítulo IV (art. 17, inciso IV), Capítulo V (art. 25, inciso XXVI), inclusão do art. 58 e parágrafo único, art. 59 e parágrafo único e art. 60 ao Capítulo XII, conforme orientação da STN; e (ii) pela eleição de BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS, representante do Ministério de Minas e Energia, nomeado pela 637ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, como membro do Conselho de Administração, nos termos do art. 28 do estatuto social e art. 150 da Lei nº 6.404 de 1976. Finalmente, como a pessoa indicada para o Conselho de Administração pode estar ocupando cargo público na Administração Pública Federal, no momento de sua eleição como membro do Conselho de Administração, o representante da União deverá justificar este ato na forma do § 1º do art. 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, em razão do interesse público, votos estes proferidos pelo representante da União, Dr. LUIZ FREDERICO DE BESSA FLEURY. O Sr. ANDRÉ CARVALHO TEIXEIRA representante do BNDES e da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, acompanhou os votos propostos pela Administração da interessada, à exceção do item que trata da eleição de membro do Conselho de Administração, em relação ao qual propõe-se que seja acompanhado o voto da União Federal, tudo nos termos das Considerações em anexo. Os fundos representados pelo Sr. GEORGE WASHINGTON TENÓRIO MARCELINO votaram a favor do voto, exceto: AMERICAN BIBLE SOCIETY que se absteve; e BRUNEI INVESTMENT AGE; CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC; DOMINION RESOURCES INC. MASTER TRUST; MINISTRY OF STRATEGY AND FINANCE; THE BANK OF KOREA; STICHTING F&C MULTIMANAGER EMERGING EQUITY ACTIVE; AMUNDI FUND que votaram contra o item II. A Sra. CARLA KERSTIN SILVEIRA LELLIS, representante do JP Morgan Chase Bank, votou, em relação ao item I da ordem do dia, as seguintes ações ordinárias convertidas em ADRs: 43.812.941 à favor; 6.314.606 contra; e 723.474 abstenções e, votou, em relação ao 2º item da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ordem do dia, as seguintes ações ordinárias convertidas em ADRs: 43.812.891 à favor; 6.314.656 contra; e 723.474 abstenções. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos da Centésima Quinquagésima Oitava Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, da qual eu, Afrânio de Alencar Matos Fº, Secretário, fiz lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada pelo Sr. Presidente e por todos os acionistas presentes, portadores de ações ordinárias com direito a voto, dela se tirando cópias autênticas para os fins legais. O Livro de Presença desta Assembleia foi assinado pelos acionistas (aa) ARMANDO CASADO DE ARAUJO - Presidente, LUIZ FREDERICO DE BESSA FLEURY, ANDRÉ CARVALHO TEIXEIRA, GEORGE WASHINGTON TENÓRIO MARCELINO e CARLA KERSTIN SILVEIRA LELLIS. Declaro, na qualidade de Secretário da Centésima Quinquagésima Oitava Assembleia Geral Extraordinária, que o texto acima é transcrição integral e fiel da Ata, conforme consta do 5º Livro de Atas das Assembleias Gerais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, às folhas 401 e seguintes. JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL. CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/11/2011 SOB Nº 20110777280. Protocolo: 11/077728-0, de 29/09/2011. (a) LUIZ FERNANDO P. FIGUEIREDO. SECRETÁRIO-GERAL.

Brasília, 9 de setembro de 2011.
AFRÂNIO ALENCAR MATOS Fº
Secretário-Geral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 219/2011 - DF

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
806.415/1972-LAFARGE BRASIL S.A.- Decreto de Lavra nº 81.539/1978- Cessionário:CIA DE CIMENTO PORTLAND LACIM- CNPJ 10.917.819/0001-71
Fase de Requerimento de Lavra
Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)
Incorporadora:BRAZAURO RECURSOS MINERAIS LTDA - CNPJ05.943.917/0001-07 - Direitos incorporados:DNPM
850.706/1979-MINERAÇÃO CACHAMBIX LTDA. EPP - Alvará N° 1687/1984

RELAÇÃO Nº 153/2011 - MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
(322)
19617/2011-868.290/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19618/2011-868.291/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19619/2011-868.292/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19620/2011-868.293/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19621/2011-868.294/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19622/2011-868.295/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19623/2011-868.296/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19624/2011-868.297/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19625/2011-868.298/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19626/2011-868.299/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19627/2011-868.300/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19628/2011-868.301/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
19629/2011-868.302/2011-PEDREIRA BRITAMAT LTDA
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
(323)
19630/2011-868.224/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
19631/2011-868.270/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.

RELAÇÃO Nº 173/2011 - SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
(322)
19601/2011-815.732/2005-CESBE S. A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS
19602/2011-815.704/2011-SENA SOARES & CIA LTDA ME
19603/2011-815.710/2011-JAZIDA SANTA CLARA LTDA
19604/2011-815.711/2011-JAZIDA SANTA CLARA LTDA
19605/2011-815.716/2011-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA FI
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
(323)
19606/2011-815.699/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
19607/2011-815.701/2011-DANIEL DE SÁ
19608/2011-815.703/2011-AREAL PRATA LTDA ME
19609/2011-815.706/2011-ADILSON MACIEL ME
19610/2011-815.708/2011-ADILSON MACIEL ME
19611/2011-815.712/2011-FROEHLICH & FROEHLICH LTDA
19612/2011-815.713/2011-FROEHLICH & FROEHLICH LTDA
19613/2011-815.714/2011-CLAUDIO RODRIGUES
19614/2011-815.718/2011-JUAREZ SEBASTIÃO DA SILVA
19615/2011-815.719/2011-ALEXANDRO OLIVEIRA SOARES
19616/2011-815.720/2011-PERENA GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA

RELAÇÃO Nº 217/2011 - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
(176)
826.651/2009-FONTANA DI TREVI INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA.-ALVARÁ N°19560/2011-Destacado do DNPM 826.662/2008-ALVARÁ N°10111/2009-Vencimento em 1/9/2012
872.651/2010-AMIRES LEAL ANDRADE-ALVARÁ N°19561/2011-Destacado do DNPM 872.724/2009-ALVARÁ N°14211/2009-Vencimento em 3/12/2012
815.721/2011-TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA-ALVARÁ N°19562/2011-Destacado do DNPM 815.910/2010-ALVARÁ N°5495/2011-Vencimento em 6/5/2013
815.725/2011-MONTE REAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP-ALVARÁ N°19563/2011-Destacado do DNPM 815.137/2009-ALVARÁ N°5528/2009-Vencimento em 7/5/2012
820.150/2011-PURAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA-ALVARÁ N°19564/2011-Destacado do DNPM 820.815/2009-ALVARÁ N°9189/2010-Vencimento em 18/8/2013
820.578/2011-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-ALVARÁ N°19565/2011-Destacado do DNPM 820.646/1993-ALVARÁ N°3223/2010-Vencimento em 26/4/2013
820.595/2011-EXTRATORA DE MINERAIS ITAGUAÇU LTDA.-ALVARÁ N°19566/2011-Destacado do DNPM 821.131/2002-ALVARÁ N°7389/2011-Vencimento em 31/5/2013
820.638/2011-SANTA TERESA DI RIVA LTDA ME-ALVARÁ N°19567/2011-Destacado do DNPM 820.442/2009-ALVARÁ N°2982/2011-Vencimento em 31/3/2014
820.656/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA CINCO LAGOS LTDA.-ALVARÁ N°19568/2011-Destacado do DNPM 820.053/2006-ALVARÁ N°1250/2009-Vencimento em 10/2/2012
820.665/2011-VALÉRIA TERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA.-ALVARÁ N°19569/2011-Destacado do DNPM 820.133/2010-ALVARÁ N°17070/2010-Vencimento em 30/12/2013
820.758/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19570/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.759/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19571/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.760/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19572/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.761/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19573/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.762/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19574/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.763/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19575/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.764/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19576/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.765/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19577/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.766/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19578/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.767/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19579/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.768/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19580/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.769/2011-COOPERATIVA DAS INDUSTRIAS CERAMICAS DO OESTE PAULISTA INCOESP-ALVARÁ N°19581/2011-Destacado do DNPM 820.680/2007-ALVARÁ N°8211/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.807/2011-AREIA DO VALE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-ALVARÁ N°19582/2011-Destacado do DNPM 820.767/2009-ALVARÁ N°9182/2010-Vencimento em 10/8/2013
820.835/2011-LARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA.-ALVARÁ N°19583/2011-Destacado do DNPM
820.824/2006-ALVARÁ N°8210/2010-Vencimento em 30/7/2013
820.930/2011-ANTONIO SMARDEL-ALVARÁ N°19584/2011-Destacado do DNPM 820.567/2009-ALVARÁ N°10315/2010-Vencimento em 8/9/2013
820.960/2011-GILBERTO FRANCISCO RENATO ALLARD CHATEAUBRIAND BANDEIRA DE MELLO ME-ALVARÁ N°19585/2011-Destacado do DNPM 820.667/2010-ALVARÁ N°10426/2011-Vencimento em 25/7/2013
821.037/2011-DEMOP PARTICIPAÇÕES LTDA.-ALVARÁ N°19586/2011-Destacado do DNPM 820.841/2008-ALVARÁ N°2403/2009-Vencimento em 11/3/2012
821.038/2011-DEMOP PARTICIPAÇÕES LTDA.-ALVARÁ N°19587/2011-Destacado do DNPM 820.841/2008-ALVARÁ N°2403/2009-Vencimento em 11/3/2012
821.069/2011-BIG VALLEY EXTRAÇÃO DE AREIA, COM. E TRANSP. LTDA EPP-ALVARÁ N°19588/2011-Destacado do DNPM 820.611/2009-ALVARÁ N°10318/2010-Vencimento em 8/9/2013
861.605/2011-CLAUDENIR ALVES-ALVARÁ N°19589/2011-Destacado do DNPM 861.535/2009-ALVARÁ N°1373/2010-Vencimento em 26/2/2013
862.080/2011-PEDREIRA MSC LTDA.-ALVARÁ N°19590/2011-Destacado do DNPM 860.065/2009-ALVARÁ N°3603/2009-Vencimento em 2/4/2012
862.090/2011-LUCIO PINTO-ALVARÁ N°19591/2011-Destacado do DNPM 860.158/2011-ALVARÁ N°11156/2011-Vencimento em 4/8/2013
868.137/2011-KLEBER MAGGI KRAS BORGES ME-ALVARÁ N°19592/2011-Destacado do DNPM 868.054/2009-ALVARÁ N°8885/2009-Vencimento em 19/8/2012
871.401/2011-BRITASERVICE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°19593/2011-Destacado do DNPM 872.500/2009-ALVARÁ N°13280/2009-Vencimento em 18/11/2011
890.568/2011-ANTONIO CARLOS BOCCALETI DE ALMEIDA-ALVARÁ N°19594/2011-Destacado do DNPM 890.278/2008-ALVARÁ N°17419/2008-Vencimento em 8/12/2011
890.718/2011-QUERÊNCIA FABRICAÇÃO DE ÁGUAS LTDA-ALVARÁ N°19595/2011-Destacado do DNPM 890.621/2007-ALVARÁ N°1321/2010-Vencimento em 24/2/2013
890.780/2011-GABRIEL TAVARES RANGEL-ALVARÁ N°19596/2011-Destacado do DNPM 890.469/2010-ALVARÁ N°3382/2011-Vencimento em 31/3/2013
890.782/2011-LINA MARIA MIRANDA SANTOS-ALVARÁ N°19597/2011-Destacado do DNPM 890.346/2009-ALVARÁ N°2827/2010-Vencimento em 1/4/2012
890.785/2011-AREAL SAO BASILIO LTDA ME-ALVARÁ N°19598/2011-Destacado do DNPM 890.379/2011-ALVARÁ N°11188/2011-Vencimento em 4/8/2013
890.806/2011-RIO PEDRA EXTRAÇÃO E BRITAMENTO LTDA.-ALVARÁ N°19599/2011-Destacado do DNPM 890.478/2009-ALVARÁ N°17354/2010-Vencimento em 30/12/2013
890.825/2011-EXTRATORA DE AREIA LTDA-ALVARÁ N°19600/2011-Destacado do DNPM 890.595/2009-ALVARÁ N°6683/2011-Vencimento em 19/5/2014

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 177/2011

Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
800.074/1999-ZGA BRITAGEM E MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N°385/1999- Publicado no DOU de 18/10/1999
800.136/2008-ADRIANA L. DE SOUSA-ME- Registro de Licença N°900/2008- Publicado no DOU de 26/09/1978
800.440/2009-J G OSTERNO JUNIOR ME- Registro de Licença N°1018/2010- Publicado no DOU de 21/05/2010
800.442/2009-MANOEL DE PAIVA FREIRE- Registro de Licença N°1013/2010- Publicado no DOU de 20/05/2010
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
800.487/2006-FRANCISCO CLODOALDO CAMPOS- Registro de Licença No.:797/2007 - Vencimento em 27/07/2020
800.567/2008-JOSÉ EDGAR BRAGA- Registro de Licença No.:918/2008 - Vencimento em 11/08/2012
801.089/2008-AUGOSTINHO FERREIRA LIMA- Registro de Licença No.:776/2006 - Vencimento em 05/09/2012
800.416/2009-JOSÉ MARIA DE MELO- Registro de Licença No.:998/2009 - Vencimento em 28/09/2013
800.445/2009-ANTONIO JOSE SAMPAIO GOMES ME- Registro de Licença No.:1022/2010 - Vencimento em 08/09/2015
800.446/2009-ANTONIO JOSE SAMPAIO GOMES ME- Registro de Licença No.:1023/2010 - Vencimento em 08/09/2015
800.447/2009-CAVALCA CONSTRUÇÕES E MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença No.:1016/2010 - Vencimento em 28/09/2013
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de licenciamento(750)
800.449/2009-F. T. OLIVEIRA ANDRADE CONTABILIDADE ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.285/2010-HORIZONTE INDUSTRIA E COMERCIO DE CERAMICA LTDA ME-Registro de Licença n°1171/2011 de 26/10/2011-Vencimento em 25/01/2014
800.314/2010-ARODO MOREIRA HOLANDA ME-Registro de Licença n°1170/2011 de 26/10/2011-Vencimento em 23/05/2012

VEDADA A VENDA EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

800.384/2010-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.-Registro de Licença n°1169/2011 de 26/10/2011-Vencimento em 19/04/2012
800.493/2010-PAULO CEZAR DE OLIVEIRA MONTEIRO-Registro de Licença n°1172/2011 de 31/10/2011-Vencimento em 16/08/2020
800.094/2011-JAILSON PAULINO TIMBÓ ME-Registro de Licença n°1165/2011 de 19/10/2011-Vencimento em 01/12/2020
800.133/2011-CERÂMICA BRITO TREZZI LTDA.-Registro de Licença n°1164/2011 de 19/10/2011-Vencimento em 02/03/2015
800.416/2011-LUIZ CARLOS MATOS CASTRO - ME-Registro de Licença n°1162/2011 de 19/10/2011-Vencimento em 09/05/2015
800.419/2011-LUIZ CARLOS MATOS CASTRO - ME-Registro de Licença n°1163/2011 de 19/10/2011-Vencimento em 03/06/2015
800.597/2011-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-Registro de Licença n°1166/2011 de 20/10/2011-Vencimento em 20/07/2012
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.002/2011-IVANA MARIA MORAIS LOPES MOURA ME-OF. N°2564/2011
800.024/2011-JOSÉ WELINGTON PEREIRA LEITE-OF. N°2427/2011
800.174/2011-CONSTRUTORA GETEL LTDA-OF. N°2432/2011
800.221/2011-M M M SOUZA LIMA-OF. N°2588/2011
800.235/2011-EXPLOFORT COMERCIO E SERVIÇOSS LTDA EPP-OF. N°2336/2011
800.333/2011-UBIRATAN MESQUITA FURTADO-OF. N°2399/2011
800.371/2011-FRANCISCO DAMAZIO DE AZEVEDO-OF. N°2428/2011
800.532/2011-KELLY VINICIUS OLIVEIRA MAGALHÃES ME-OF. N°2426/2011
800.576/2011-FRANCISCO CARNEIRO DE SÁ-OF. N°2372/2011
800.580/2011-CONSÓRCIO AG CNO QG-OF. N°2424/2011
800.596/2011-M.A. BARROS S. DE SOUZA ME-OF. N°2335/2011
800.665/2011-JOSÉ DE FÁTIMA LIMA - ME-OF. N°2425/2011
800.809/2011-GERALDO FEITOSA JÚNIOR BRITAMENTOS ME-OF. N°2333/2011
800.812/2011-ROGER PEREIRA CORDEIRO ME-OF. N°2571/2011
800.813/2011-JOAO CAMELO DE BRITO-OF. N°2412/2011
800.814/2011-FRANCISCO JOSE ALVES PAIVA ME-OF. N°2371/2011
800.844/2011-MANUEL EDMUNDO DA SILVEIRA-OF. N°2407/2011
800.851/2011-TANCREDO TASSO CALDAS COELHO-OF. N°2525/2011
800.860/2011-RITA MARIA LINHARES MARTINS-OF. N°2413/2011
800.861/2011-AUGUSTO CESAR PINTO MONTEIRO-OF. N°2414/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
800.381/2011-JOSÉ RODRIGUES DA COSTA-OF. N°2431/2011
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
800.491/2011-J B DA SILVA MACHADO ME
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
800.005/2011-CERAMICA BARBALHENSE LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
800.426/2005-CIMENTO POTY S.A.- AI N°621/2010
800.427/2005-CIMENTO POTY S.A.- AI N°620/2010
800.429/2005-CIMENTO POTY S.A.- AI N°617/2010
800.430/2005-CIMENTO POTY S.A.- AI N°616/2019
800.431/2005-CIMENTO POTY S.A.- AI N°615/2010

RELAÇÃO Nº 179/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.052/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.070/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.366/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.379/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.380/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.392/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.452/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.789/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.916/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
801.032/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.117/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.118/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.120/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.121/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.122/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.158/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.363/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.905/2008-FRANCISCO MAURÍCIO DA SILVA MARTINS-Cessionário:COOBAM - COOPERATIVA DE BASE MINERAL DE RUSSAS E DO VALE JAGUARIBANO- CPF ou CNPJ 11.620.394/0001-05- Alvará n°5.889/2009
800.907/2008-FRANCISCO MAURÍCIO DA SILVA MARTINS-Cessionário:COOBAM - COOPERATIVA DE BASE MINERAL DE RUSSAS E DO VALE JAGUARIBANO- CPF ou CNPJ 11.620.394/0001-05- Alvará n°1.136/2009
800.924/2008-FRANCISCO MAURÍCIO DA SILVA MARTINS-Cessionário:COOBAM - COOPERATIVA DE BASE MINERAL DE RUSSAS E DO VALE JAGUARIBANO- CPF ou CNPJ 11.620.394/0001-05- Alvará n°8.797/2009
800.458/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°7.498/2010
800.459/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°7.499/2010
800.779/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°16.951/2010
800.780/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°16.952/2010
800.814/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°16.686/2010
800.815/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°16.687/2010
800.816/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°16.957/2010
800.817/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°16.958/2010
800.818/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°16.959/2010
800.819/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°16.960/2010
800.820/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°16.961/2010
800.943/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°12.168/2010
800.945/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°12.170/2010
801.038/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°14.224/2010
800.040/2011-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°2.204/2011
800.041/2011-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°2.205/2011
800.042/2011-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°2.206/2011
800.045/2011-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°1.367/2011
800.217/2011-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:ZANKA 04 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA- CPF ou CNPJ 13.765.042/0001-65- Alvará n°4.589/2011
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.125/2005-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
800.126/2005-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
800.127/2005-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
800.128/2005-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.608/2010-CERÂMICA BEZERRA E CASTRO LTDA ME-Registro de Licença n°1156/2011 de 19/10/2011-Vencimento em 10/12/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.008/2011-LUZARDO ARRUDA ALVES-ME-OF. N°2406/2011
800.378/2011-UBIRATAN MESQUITA FURTADO-OF. N°2593/2011
800.407/2011-UBIRATAN MESQUITA FURTADO-OF. N°2594/2011
800.584/2011-J C DE LIMA ALMEIDA-OF. N°2391/2011
800.848/2011-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°2405/2011
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
800.098/2011-G.C. LANDIM JÚNIOR ME
800.125/2011-ELIAS POSSIDONIO FARIAS
800.129/2011-ANDRESSA MARA DA SILVA TEIXEIRA ME
800.130/2011-FABRICAÇÃO DE CERAMICA WF LTDA EPP
800.142/2011-GEORGE WEINER TORRES DE BRITO
800.225/2011-RODRIGO AMARO MOTA
800.233/2011-CERÂMICA IRMÃOS DUARTE LTDA

RELAÇÃO Nº 182/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Manoel Nascimento de Freitas Neto - 800683/09, 800684/09
Vermont Mineração Exportação e Importação LTDA. - 800092/10
Vulcano Export Mineração Exportação e Importação LTDA. - 800732/09, 800508/09, 800589/09, 800632/09, 800633/09, 800648/09, 800652/09, 800654/09

RELAÇÃO Nº 184/2011

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.405/2006-CONTERRÂNEA INDÚSTRIA DE ÁGUAS LTDA-SÃO FRANCISCO; 330 ml (com gás e sem gás); 500 ml (com gás e sem gás) e 1,5 litros (sem gás)- AQUIRAZ/CE

RELAÇÃO Nº 185/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.754/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2633/2011
800.755/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2633/2011
800.757/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2633/2011
800.758/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2633/2011
800.759/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2633/2011
800.760/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2633/2011
800.762/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2633/2011
800.763/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2633/2011
800.764/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°2633/2011
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
801.109/2010-AURICELIA SEVERO COSTA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.800/2010-MARLEIDE DE SENA LIMA ME-OF. N°2629/2011

ROBERTO CRUZ PARENTE

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 246/2011

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Água Pedra Azul s a Cpf/cnpj :31.495.252/0001-62 - Processo de cobrança: 997549/11 Valor: R$.30.303,86
Titular: Águas Minerias Brasileiras LTDA. Cpf/cnpj :04.533.983/0001-82 - Processo de cobrança: 996399/11 Valor: R$.20.742,45
Titular: Algarea Mineração S.A. Cpf/cnpj :03.627.380/0001-87 - Processo de cobrança: 996331/11 Valor: R$.4.376,40
Titular: Aretec - Extração de Areia Ltda me Cpf/cnpj :31.773.005/0001-80 - Processo de cobrança: 996417/11 Valor: R$.214,37, Processo de cobrança: 996406/11 Valor: R$.214,37, Processo de cobrança: 996416/11 Valor: R$.214,37
Titular: Auto Posto BAR. do Mangarai Ltda me Cpf/cnpj :01.556.324/0001-73 - Processo de cobrança: 997551/11 Valor: R$.101,82
Titular: Balmat Comércio Indústria e Exportação Ltda Cpf/cnpj :01.499.442/0001-97 - Processo de cobrança: 996418/11 Valor: R$.161,79
Titular: Bramil - Brasil Mineração Ltda Cpf/cnpj :03.683.132/0001-53 - Processo de cobrança: 996333/11 Valor: R$.817,61
Titular: Britador Alvorada Ltda Cpf/cnpj :28.068.435/0001-97 - Processo de cobrança: 996411/11 Valor: R$.2.152,98
Titular: Britamar Industria e Comercio Ltda Cpf/cnpj :01.439.591/0001-60 - Processo de cobrança: 997571/11 Valor: R$.164.868,97
Titular: Cafelandia Extração de Granitos Ltda me Cpf/cnpj :05.008.188/0001-38 - Processo de cobrança: 996387/11 Valor: R$.4.674,81
Titular: Cajugram Granitos e Marmores do Brasil Ltda Cpf/cnpj :32.440.901/0001-90 - Processo de cobrança: 996413/11 Valor: R$.1.788,59, Processo de cobrança: 996412/11 Valor: R$.11.242,31
Titular: Cerâmica Cinco Ltda Cpf/cnpj :27.146.828/0001-09 - Processo de cobrança: 996332/11 Valor: R$.1.870,63
Titular: Ceramica Imperial Ltda Cpf/cnpj :27.357.433/0001-55 - Processo de cobrança: 996405/11 Valor: R$.2.324,93
Titular: Concrenorte Concreto do Norte Ltda Cpf/cnpj :27.412.360/0001-57 - Processo de cobrança: 996386/11 Valor: R$.469,58

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Titular: Construtora Rio Doce Ltda Cpf/cnpj :28.130.235/0001-17 - Processo de cobrança: 997569/11 Valor: R$.94.510,34
Titular: Cst Mineração Ltda Cpf/cnpj :39.788.062/0001-45 - Processo de cobrança: 997570/11 Valor: R$.1.120,67
Titular: Ecoareia Comércio de Areia Ltda Cpf/cnpj :36.315.463/0001-90 - Processo de cobrança: 997548/11 Valor: R$.615,74
Titular: Embramar Empresa Brasileira de Marmores Ltda Cpf/cnpj :27.256.056/0001-68 - Processo de cobrança: 997544/11 Valor: R$.9.349,41
Titular: Empresa de Mineração Lambari Mármores e Granitos Ltda Cpf/cnpj :30.561.823/0001-57 - Processo de cobrança: 996330/11 Valor: R$.835,59
Titular: Empresa de Mineração Litoranea sa Cpf/cnpj :39.409.198/0001-05 - Processo de cobrança: 997547/11 Valor: R$.43.619,89
Titular: Euclenia Rufino Dos Reis - me Cpf/cnpj :39.788.302/0001-01 - Processo de cobrança: 997545/11 Valor: R$.2.278,52, Processo de cobrança: 997543/11 Valor: R$.1.263,97, Processo de cobrança: 997546/11 Valor: R$.2.827,16, Processo de cobrança: 997542/11 Valor: R$.862,74
Titular: Eugenio Hachbardt me Cpf/cnpj :27.394.519/0001-58 - Processo de cobrança: 996355/11 Valor: R$.936,16, Processo de cobrança: 996409/11 Valor: R$.1.128,71
Titular: fm Mineração Ltda me Cpf/cnpj :03.491.379/0001-78 - Processo de cobrança: 997541/11 Valor: R$.5.790,90
Titular: Gatti Indústria e Comércio de Telhas Ltda-me Cpf/cnpj :03.504.409/0001-33 - Processo de cobrança: 996389/11 Valor: R$.264,99
Titular: Geraldo Machado de OLIVEIRA. - ME. Cpf/cnpj :36.413.995/0001-60 - Processo de cobrança: 996365/11 Valor: R$.428,89
Titular: Gibegram Mineração LTDA. Cpf/cnpj :39.327.341/0001-01 - Processo de cobrança: 996388/11 Valor: R$.1.200,15
Titular: Giromar Extração de Minerais LTDA. Cpf/cnpj :28.537.884/0001-37 - Processo de cobrança: 997562/11 Valor: R$.434,52
Titular: Gramalar Granitos e Mármores Largura Ltda me Cpf/cnpj :01.430.857/0001-04 - Processo de cobrança: 996402/11 Valor: R$.620,02
Titular: Grambona Pedras LTDA. Cpf/cnpj :01.947.382/0001-28 - Processo de cobrança: 996403/11 Valor: R$.10.676,81
Titular: Gramobras Mineração Ltda Cpf/cnpj :32.425.738/0001-97 - Processo de cobrança: 997565/11 Valor: R$.3.259,58
Titular: Granalban Granitos Alto Bananeiras Ltda me Cpf/cnpj :31.809.809/0001-92 - Processo de cobrança: 997574/11 Valor: R$.1.251,99
Titular: Granitex - Mineracao Ltda - me Cpf/cnpj :02.569.336/0001-03 - Processo de cobrança: 996395/11 Valor: R$.539,28
Titular: Granitos Laranjeira Ltda . Cpf/cnpj :31.710.510/0001-86 - Processo de cobrança: 996393/11 Valor: R$.63.899,12
Titular: Granitos Matatias LTDA. Cpf/cnpj :28.406.791/0001-73 - Processo de cobrança: 996396/11 Valor: R$.27.998,99
Titular: Granitos Mimoso LTDA. Cpf/cnpj :39.327.200/0001-99 - Processo de cobrança: 996349/11 Valor: R$.6.320,23
Titular: Granitos Retiro LTDA. Cpf/cnpj :32.474.215/0001-30 - Processo de cobrança: 997566/11 Valor: R$.3.135,38
Titular: Granitos Zambaldi Ltda Cpf/cnpj :00.960.572/0001-12 - Processo de cobrança: 996397/11 Valor: R$.5.104,34
Titular: Granova Granitos e Marmores do Brasil Ltda Cpf/cnpj :03.879.503/0001-77 - Processo de cobrança: 997579/11 Valor: R$.134.075,67
Titular: Guarapari Granitos Ltda Cpf/cnpj :31.809.841/0001-78 - Processo de cobrança: 996398/11 Valor: R$.99.019,49
Titular: Guimar Guidi Mármores LTDA. Cpf/cnpj :32.394.843/0001-06 - Processo de cobrança: 997578/11 Valor: R$.8.456,01
Titular: Jasmin Jaspe Mineração Ltda Cpf/cnpj :35.990.662/0001-30 - Processo de cobrança: 997561/11 Valor: R$.9.547,99
Titular: Lima do Brasil Granitos LTDA. ME. Cpf/cnpj :04.710.387/0001-20 - Processo de cobrança: 996329/11 Valor: R$.2.317,14
Titular: Linhagua Mineração Ltda Cpf/cnpj :27.257.641/0001-82 - Processo de cobrança: 997560/11 Valor: R$.114.268,66
Titular: Machal Mineração Alfredo Chaves Ltda Cpf/cnpj :00.514.858/0001-74 - Processo de cobrança: 997559/11 Valor: R$.29.085,59
Titular: Magban - Mármores e Granitos Aquidaban Ltda Cpf/cnpj :31.292.568/0001-57 - Processo de cobrança: 996366/11 Valor: R$.11.837,39
Titular: Mameri Mineração Ltda ME. Cpf/cnpj :00.615.464/0001-02 - Processo de cobrança: 996350/11 Valor: R$.10.910,27
Titular: Margrancil Mármores e Granitos LTDA. Cpf/cnpj :31.482.433/0001-54 - Processo de cobrança: 996346/11 Valor: R$.6.091,13
Titular: Marmoraria Pauliceia Ltda Cpf/cnpj :27.071.430/0001-50 - Processo de cobrança: 997552/11 Valor: R$.11.469,68
Titular: Marmores do Brasil Ltda Cpf/cnpj :05.991.324/0001-52 - Processo de cobrança: 996362/11 Valor: R$.1.551,63, Processo de cobrança: 996360/11 Valor: R$.1.575,49
Titular: Messi Marmores e Granitos LTDA. Cpf/cnpj :03.510.923/0001-81 - Processo de cobrança: 996345/11 Valor: R$.1.780,98
Titular: Mineração Alegria LTDA. - ME. Cpf/cnpj :03.562.184/0001-71 - Processo de cobrança: 996344/11 Valor: R$.1.957,19
Titular: Mineração Alto Cricare Ltda Cpf/cnpj :39.793.591/0001-37 - Processo de cobrança: 996343/11 Valor: R$.9.959,06
Titular: Mineração Aracuí LTDA. Cpf/cnpj :32.493.157/0001-92 - Processo de cobrança: 996342/11 Valor: R$.826,23
Titular: Mineração Gravinalli LTDA. - ME. Cpf/cnpj :01.897.983/0001-73 - Processo de cobrança: 997555/11 Valor: R$.68.154,10
Titular: Mineração Jabuticabal Ltda Cpf/cnpj :39.825.542/0001-39 - Processo de cobrança: 997581/11 Valor: R$.11.995,46
Titular: Mineração Jacarandá Ltda Cpf/cnpj :04.428.490/0001-82 - Processo de cobrança: 997558/11 Valor: R$.4.173,63
Titular: Mineração Palmeiras Ltda ME. Cpf/cnpj :02.042.522/0001-81 - Processo de cobrança: 996353/11 Valor: R$.997,94
Titular: Mineração Romana Ltda me Cpf/cnpj :27.578.459/0001-23 - Processo de cobrança: 997557/11 Valor: R$.33,22
Titular: Mineração São Carlos LTDA. Cpf/cnpj :02.039.546/0001-81 - Processo de cobrança: 996356/11 Valor: R$.2.579,82
Titular: Mineração Thomazini LTDA. Cpf/cnpj :36.346.393/0001-37 - Processo de cobrança: 997554/11 Valor: R$.5.699,34
Titular: Mineraçao Triunfo Ltda Cpf/cnpj :39.805.130/0001-37 - Processo de cobrança: 996340/11 Valor: R$.11.299,10
Titular: Minerfal Minérios Faccini Ltda Cpf/cnpj :31.755.952/0001-49 - Processo de cobrança: 997556/11 Valor: R$.6.599,30
Titular: Minerochas Mineração Ltda Cpf/cnpj :02.477.188/0001-99 - Processo de cobrança: 997573/11 Valor: R$.2.443,87
Titular: Pedreira Lajinha Ltda Cpf/cnpj :01.480.158/0001-79 - Processo de cobrança: 997553/11 Valor: R$.5.237,98
Titular: Polita Indústria e Comércio de Pedras Polidas Ltda Epp Cpf/cnpj :02.091.687/0001-43 - Processo de cobrança: 997577/11 Valor: R$.16.562,31
Titular: Sdd Mineração Ltda me Cpf/cnpj :10.740.086/0001-42 - Processo de cobrança: 996354/11 Valor: R$.3.822,95
Titular: Seamil Sociedade Exploradora de Aguas Minerais Ltda Cpf/cnpj :27.179.647/0001-89 - Processo de cobrança: 996339/11 Valor: R$.67.709,06
Titular: Serra Nova Granitos e Mármores Ltda Cpf/cnpj :02.343.696/0001-84 - Processo de cobrança: 996334/11 Valor: R$.430,60
Titular: Stonegran Mineração Ltda Cpf/cnpj :36.322.188/0001-31 - Processo de cobrança: 997580/11 Valor: R$.5.543,53
Titular: Terminal Terraplanagem e Mineração Pedra Riscada Ltda Cpf/cnpj :27.432.269/0001-01 - Processo de cobrança: 997576/11 Valor: R$.739,34
Titular: Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda Cpf/cnpj :28.137.081/0001-95 - Processo de cobrança: 997572/11 Valor: R$.124.835,06
Titular: Thorgran Granitos Ltda Cpf/cnpj :03.980.822/0001-74 - Processo de cobrança: 997567/11 Valor: R$.75.809,81
Titular: Tracomal Mineração S/a Cpf/cnpj :00.450.220/0001-17 - Processo de cobrança: 996394/11 Valor: R$.14.131,55
Titular: Transpádua Transportes Pádua Ltda - me Cpf/cnpj :02.552.698/0001-83 - Processo de cobrança: 996335/11 Valor: R$.489,06
Titular: Unimar Mármores e Granitos LTDA. - ME. Cpf/cnpj :07.090.512/0001-35 - Processo de cobrança: 996401/11 Valor: R$.77.725,07
Titular: Vengram Granitos e Marmores do Brasil Ltda Cpf/cnpj :36.408.011/0001-52 - Processo de cobrança: 997568/11 Valor: R$.11.497,54
Titular: wl Mineração Ltda Cpf/cnpj :39.789.714/0001-66 - Processo de cobrança: 996336/11 Valor: R$.1.443,72

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DA PROCURADORIA FEDERAL
RELAÇÃO Nº 31/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias
Alexandre Luiz Ribeiro de Freitas Nery Alve - 961687/11 - R$ 2.798,71 Incrição N.62134/2011, 961686/11 - R$ 2.519,18 Incrição N.62133/2011
Aliança Mineradora Ltda - 961694/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63071/2011, 961693/11 - R$ 5.040,77 Incrição N.63072/2011
Álvaro Agapito de Moura - 960547/10 - R$ 314.760,92 Incrição N.48133/2011, 960548/10 - R$ 266.927,21 Incrição N.62943/2011
Amazônia Participações Ltda - 950769/11 - R$ 96.085,12 Incrição N.61161/2011
Ana Maria Valadão - 964468/11 - R$ 15.335,04 Incrição N.60110/2011
Antonio Adriano Ribeiro - 964495/11 - R$ 205,24 Incrição N.60095/2011
Bolivar Braz Cardoso - 933719/11 - R$ 324,51 Incrição N.61409/2011
Brunno Conti Vieira Jacinto - 961697/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63068/2011, 961696/11 - R$ 663,36 Incrição N.63069/2011
Celson José Amorim - 961733/11 - R$ 2.815,14 Incrição N.63039/2011, 961732/11 - R$ 2.640,65 Incrição N.63038/2011
Divino Silverio de Souza Neto - 961771/11 - R$ 2.562,19 Incrição N.63103/2011
Edilson Galdino Rocha - 960274/11 - R$ 1.913,63 Incrição N.62810/2011
Elciomar Fernandes Calixto - 960898/11 - R$ 2.525,27 Incrição N.62791/2011, 960897/11 - R$ 3.789,77 Incrição N.62792/2011
Fernanda Neves Santos - 961705/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63059/2011, 961704/11 - R$ 32,86 Incrição N.63061/2011
Francisco Alves Mendes - 950355/11 - R$ 250,00 Incrição N.55047/2011, 903419/11 - R$ 1.064,75 Incrição N.58752/2011, 903447/11 - R$ 1.064,75 Incrição N.58627/2011, 903405/11 - R$ 1.064,75 Incrição N.58650/2011, 903406/11 - R$ 7.729,00 Incrição N.58644/2011, 903418/11 - R$ 7.729,00 Incrição N.58753/2011, 903448/11 - R$ 7.729,00 Incrição N.58633/2011, 903560/11 - R$ 1.073,13 Incrição N.59314/2011, 903562/11 - R$ 7.793,04 Incrição N.59316/2011, 903563/11 - R$ 1.073,13 Incrição N.59317/2011, 903559/11 - R$ 7.793,04 Incrição N.59313/2011, 903749/11 - R$ 536,86 Incrição N.60559/2011, 903756/11 - R$ 536,86 Incrição N.60567/2011, 903755/11 - R$ 2.596,58 Incrição N.60566/2011, 903754/11 - R$ 536,86 Incrição N.60564/2011, 903753/11 - R$ 2.596,58 Incrição N.60563/2011, 903752/11 - R$ 1.042,02 Incrição N.60562/2011, 903751/11 - R$ 2.596,58 Incrição N.60561/2011, 903750/11 - R$ 2.596,58 Incrição N.60560/2011
Glauco Matias de Oliveira - 961676/11 - R$ 2.843,40 Incrição N.63076/2011, 961675/11 - R$ 485,14 Incrição N.63077/2011
Granitos Palmas Indústria e Comércio Ltda - 964455/08 - R$ 7.055,91 Incrição N.13935/2011, 964446/08 - R$ 2.370,17 Incrição N.13954/2011, 964456/08 - R$ 7.701,36 Incrição N.13934/2011, 964461/11 - R$ 189,99 Incrição N.60109/2011, 964458/11 - R$ 189,99 Incrição N.60114/2011
Guilherme Vargas Moreira de Oliveira - 961699/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63066/2011, 961698/11 - R$ 5.167,50 Incrição N.63067/2011
Gustavo Lacerda Ramos - 961740/11 - R$ 2.562,19 Incrição N.63046/2011
Ipê Indústria e Comércio de Água Mineral e Refrigerante Ltda - 961764/11 - R$ 687,78 Incrição N.63096/2011
Ivan Godoi de Souza - 961735/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63041/2011, 961734/11 - R$ 5.166,32 Incrição N.63040/2011
Jamilson Dos Santos Lima - 961783/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63086/2011, 961782/11 - R$ 2.709,31 Incrição N.63085/2011
Jeova de Sousa Pimentel - 961779/11 - R$ 1.896,65 Incrição N.63084/2011, 961780/11 - R$ 12.656,75 Incrição N.63088/2011
João Divino Dantas - 961765/11 - R$ 4.278,57 Incrição N.63097/2011, 961766/11 - R$ 2.562,19 Incrição N.63098/2011
João Ferreira Costa - 946227/11 - R$ 5.096,82 Incrição N.58361/2011, 946228/11 - R$ 5.046,99 Incrição N.58362/2011, 946229/11 - R$ 5.074,17 Incrição N.58357/2011, 946230/11 - R$ 5.046,99 Incrição N.58358/2011, 946231/11 - R$ 5.111,41 Incrição N.58364/2011, 946235/11 - R$ 5.047,34 Incrição N.58360/2011, 946234/11 - R$ 5.046,99 Incrição N.58265/2011, 946233/11 - R$ 5.096,20 Incrição N.58267/2011, 946232/11 - R$ 5.046,99 Incrição N.58363/2011, 946236/11 - R$ 5.046,99 Incrição N.58359/2011
Jorge Ismael Fernandes Dos Santos - 964449/11 - R$ 3.063,42 Incrição N.60231/2011
José Eustáquio de Moraes - 961674/11 - R$ 5.387,52 Incrição N.63078/2011
Jose Paulo Dos Santos - 961689/11 - R$ 2.798,71 Incrição N.62131/2011, 961688/11 - R$ 129,82 Incrição N.62129/2011
Jose Roberto Laureto - 964448/11 - R$ 3.629,28 Incrição N.60121/2011, 964472/11 - R$ 7.258,55 Incrição N.60100/2011, 964471/11 - R$ 7.258,55 Incrição N.60105/2011
Juarez de Azevedo - 961724/11 - R$ 1.830,50 Incrição N.63095/2011, 961726/11 - R$ 5.216,04 Incrição N.63104/2011, 961727/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63105/2011, 961729/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63106/2011, 961703/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63062/2011, 961702/11 - R$ 781,22 Incrição N.63063/2011, 961736/11 - R$ 3.244,33 Incrição N.63042/2011, 961737/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63043/2011, 961725/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63053/2011, 961728/11 - R$ 5.215,20 Incrição N.63107/2011
Lineu Olímpio de Souza - 961743/11 - R$ 1.927,76 Incrição N.63049/2011, 961744/11 - R$ 2.562,19 Incrição N.63050/2011
Livia Fernanda Lopes Pazini - 961775/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63094/2011, 961774/11 - R$ 391,49 Incrição N.63093/2011
Luciano Arguilino Moreira - 964487/11 - R$ 386,39 Incrição N.60094/2011
Luciano de Sousa Liborio - 961769/11 - R$ 3.598,83 Incrição N.63101/2011, 961770/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63102/2011
Luiz Roberto Martins da Costa - 961671/11 - R$ 5.381,65 Incrição N.63081/2011, 961670/11 - R$ 2.357,44 Incrição N.63082/2011
Manganése Mineração Ltda - 961678/11 - R$ 2.463,00 Incrição N.63074/2011, 961677/11 - R$ 4.887,63 Incrição N.63075/2011
Marcelo Leonardo da Silva - 961691/11 - R$ 2.798,71 Incrição N.62128/2011, 961690/11 - R$ 688,81 Incrição N.62127/2011
Marcos Antonio de Araujo - 964447/11 - R$ 205,24 Incrição N.60120/2011
Mauro Nunes - 961455/11 - R$ 7.544,72 Incrição N.62949/2011
Mineração Cana Brava Ltda - 964446/11 - R$ 205,24 Incrição N.60119/2011
Mineração Itaúna Ltda - 961763/11 - R$ 263,54 Incrição N.63122/2011
Mineração Sol Nascente do Tapajos Ltda - 964485/11 - R$ 3.629,28 Incrição N.60098/2011
n. b. Construções Ltda - 964451/11 - R$ 1.443,68 Incrição N.60115/2011, 964483/11 - R$ 386,53 Incrição N.60103/2011
Nelson Wilson Bahr - 950748/11 - R$ 2.524,88 Incrição N.61134/2011
Otton Nunes Pinheiro - 964456/11 - R$ 3.663,51 Incrição N.60112/2011
Ouro Preto-mineração e Meio Ambiente Ltda - 964455/11 - R$ 25.571,71 Incrição N.60111/2011
Planalto Goiás Minerais TRANSPORTES. - 961730/11 - R$ 5.094,35 Incrição N.63037/2011, 961722/11 - R$ 1.288,38 Incrição N.63054/2011, 961723/11 - R$ 2.562,19 Incrição N.63055/2011, 961731/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63057/2011
Rubens Martins Mourão - 961767/11 - R$ 4.637,33 Incrição N.63099/2011, 961768/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63100/2011
Salma de Oliveira Osmala - 962214/10 - R$ 2.552,10 Incrição N.53077/2011
Samuel Antonio Campos - 961772/11 - R$ 5.083,90 Incrição N.63091/2011, 961773/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63092/2011
Saulo Gonçalves - 964486/11 - R$ 1.573,29 Incrição N.60099/2011, 964484/11 - R$ 1.500,06 Incrição N.60097/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sebastião Fausto Ferreira - 964473/11 - R$ 3.266,34 Incrição N.60101/2011
Sergio de Castro Fonseca - 960887/11 - R$ 5.075,36 Incrição N.62793/2011, 962172/10 - R$ 9.831,13 Incrição N.62794/2011
ss Construtora Ltda - 964454/11 - R$ 2.104,09 Incrição N.60118/2011
Suerley Araújo Teodoro - 950757/11 - R$ 257,24 Incrição N.61084/2011
Tabata Alfaix Peixoto - 961746/11 - R$ 2.818,42 Incrição N.63051/2011, 961745/11 - R$ 130,50 Incrição N.63052/2011
Teles e Dantas Ltda - 961741/11 - R$ 5.172,35 Incrição N.63047/2011, 961742/11 - R$ 2.562,19 Incrição N.63048/2011
Valdir da Conceição Macedo - 961781/11 - R$ 376,48 Incrição N.63087/2011
Valterson Teodoro da Silva - 964459/11 - R$ 1.031,96 Incrição N.60106/2011
Vanderaldo Cordeiro Tolêdo - 960277/11 - R$ 1.923,27 Incrição N.62808/2011
Vasconcelos Paes Balduino - 961673/11 - R$ 5.386,20 Incrição N.63079/2011, 961672/11 - R$ 4.469,11 Incrição N.63080/2011
Vetor Engenharia, Industria e Comercio Ltda - 961778/11 - R$ 2.752,35 Incrição N.63090/2011, 961777/11 - R$ 38,89 Incrição N.63089/2011

MARCO ANTÔNIO ADDAD ABED

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 167/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
gm Rocha IND. COM. SERV. Ltda - 806329/08
Mineradora Buriti Ltda - 806191/09
Rodrigo Amaral Mendonça - 806170/09

RELAÇÃO Nº 1699/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
806.377/2011-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1.269/2011
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
806.135/2009-CBEMI CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA- Registro de Licença No.:017/2009 - Vencimento em 10/06/2013
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(1203)
806.135/2009-CBEMI CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA- Início:07 DE OUTUBRO DE 2011-Término:07 DE OUTUBRO DE 2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
806.107/2010-A SALDANHA E CIA LTDA
806.136/2011-AREAL BH LTDA.
806.229/2011-CONSTRUTORA CRISTAL LTDA
806.238/2011-NILTON CESAR MORAES
806.244/2011-MARTINS E ANDRADE LTDA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
806.416/2010-CECOL CERAMICA COUTINHO LTDA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
806.065/2008-SAULO ROMERO RIBEIRO BARBOSA
806.090/2008-VALE S A
806.091/2008-VALE S A
806.214/2008-J.R.FARIA FERTILIZANTES ME
806.044/2009-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS
806.045/2009-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS
806.046/2009-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS
806.047/2009-JOSÉ ANTERO DOS SANTOS
806.095/2009-J. R. MEDEIROS DA SILVA
806.066/2010-HERMANN FECHER
806.072/2010-WILLIAM M THOMAS
806.074/2010-WILLIAM M THOMAS
806.075/2010-WILLIAM M THOMAS
806.105/2010-J. G. DE A FERREIRA MINERADORA
806.110/2010-JEFFERSON MOURA MATOS LEITE
806.145/2010-BARROMINA INDUSTRIAL LTDA ME
806.445/2010-JAIRO ABUD
806.446/2010-JAIRO ABUD
806.448/2010-JAIRO ABUD
806.537/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.578/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.583/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
806.755/2010-CERÂMICA PRINCESA LTDA

RELAÇÃO Nº 170/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Carlos Tadeu Puglieli Araujo - 806152/09 - Not.283/2011 - R$ 211,73
Cbemi Construtora Brasileira e Mineradora Ltda - 806135/09 - Not.282/2011 - R$ 2.582,35
Dacta Construções LTDA. - 806165/09 - Not.285/2011 - R$ 220,47
Formex - Fornecedora de Materiais Exportação Importação COM. e REP. Ltda - 806182/07 - Not.277/2011 - R$ 220,47
Gesso Integral - Exploração e Comercialização de Gipsita Grajaú Ltda - 806160/09 - Not.284/2011 - R$ 211,73
Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda - 806142/07 - Not.276/2011 - R$ 220,47
j c de Oliveira Filho - 806292/07 - Not.278/2011 - R$ 220,47
M.c.pavelich Extração e Britamento de Pedras - 806109/07 - Not.275/2011 - R$ 211,73
Marcos Vasconcelos Ferreira - 806119/06 - Not.273/2011 - R$ 211,73
Mineração Vale do Aragauaia LTDA. - 806100/08 - Not.279/2011 - R$ 220,47, 806040/09 - Not.280/2011 - R$ 211,73, 806042/09 - Not.281/2011 - R$ 211,73

WAGNER DA SILVA SIQUEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 230/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
João Broggi Júnior - 867463/10

RELAÇÃO Nº 231/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Agropecuária Liliana Ltda - 867373/10
Angelito Ancelmo Santana - 866530/10
Aurora Mineração Ltda - 866123/11, 866124/11, 866161/11, 866162/11, 866167/11
Carlos Augusto Ribeiro da Silva - 866052/10, 866053/10, 866056/10, 866057/10
Cerâmica Nova Telha Ltda - Epp - 866164/08
Dilceu Antonio Dal Bosco - 866093/09
Dorival Alves de Miranda - 866425/09
Elias Gomes Henrique - 866699/10
Elizabeth Teresa Mazzini - 866051/10, 866054/10, 866055/10, 866058/10, 866059/10
Emilson Pimentel Chaves - 866039/11
Geo Explo Pesquisas Minerais Ltda - 866129/10, 866182/10, 866063/10, 866023/10, 866025/10
Humberto Domingues Junior - 866120/09
Humberto Matias - 867038/07
i. w. Araujo e Silva me - 866090/10, 866091/10
Império Investimentos, Reflorestamento e Mineração Ltda Epp - 866364/09
Inter Lex Consultoria Empresarial Participaçoes e Serviços Ltda Epp - 866850/06
Ivo Silveira da Rosa - 866656/10
Jose Gomes da Silva - 866123/09
Jose Lopes Neto - 867163/10, 867164/10
Jose Lourenço - 867037/10
Jose Osorio Silva - 866548/09, 866551/09, 866552/09
Jose Ricardo Grunvald Haraoui - 866677/09
José Rubens Moretti - 867172/10
Keli Rejane Silva Dantas - 867233/07
Milena Vieira Freire - 866432/09
Minapar Exploradora de Minérios Ltda - 866733/09, 866734/09, 866735/09, 866736/09, 866737/09, 866738/09, 866739/09, 866740/09, 866741/09, 866743/09, 866744/09, 866745/09, 866770/09, 866771/09, 866772/09, 866773/09, 866774/09, 866775/09, 866776/09, 866777/09, 866778/09, 866779/09, 866780/09, 866781/09, 866782/09, 866783/09, 866784/09, 866785/09, 866786/09, 866787/09, 866788/09, 866789/09, 866790/09, 866791/09, 866792/09, 866793/09, 866794/09, 866795/09, 866796/09, 866797/09, 866798/09, 866799/09, 866800/09, 866801/09, 866802/09, 866803/09, 866804/09, 866807/09, 866808/09, 866809/09, 866812/09, 866813/09, 866814/09, 866815/09, 866817/09, 866818/09, 866819/09, 866820/09, 866821/09, 866823/09, 866824/09, 866826/09, 866827/09, 866828/09, 866829/09, 866831/09, 866832/09, 866833/09, 866834/09, 866835/09
Mineração C.D.J. LTDA. - 866096/10, 866371/08, 867406/10, 867407/10
Mineração J.e Diamante Ltda - 866286/11
Mineração Parecis sa - 866903/09, 866941/09, 866942/09
Mineração Sucunduri Ltda - 866160/03, 866597/06
Moisés Santos Duarte - 866813/08
Pedro Bonetti - 866038/10, 866039/10
Pedro Ferreira Mendes - 866268/11
Pedro Pereira de Souza - 866478/09
Psm Polished Stone Mining Mineração IMP. EXP. COM. IND. LTDA. - 866332/11
Raquel Correia da Silva - 866515/08
Renato Auguto Ruy Dias Akerley - 866118/11, 866119/11
Rio do Sangue Materiais de Construção Ltda Epp - 867473/10
Valdomiro de Oliviera - 866433/09
Valmir Francisco Buchanelli - 866058/11, 866164/11
Wanderley Valentin da Silva - 866344/07
Zeus Mineração LTDA. - 867282/10

RELAÇÃO Nº 232/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Adilson Paulo Tanssini me - 866286/08 - Not.474/2011 - R$ 79,22
Minapar Exploradora de Minérios Ltda - 866742/09 - Not.481/2011 - R$ 23.093,44, 866751/09 - Not.483/2011 - R$ 25.016,02, 866753/09 - Not.485/2011 - R$ 24.959,34, 866754/09 - Not.487/2011 - R$ 24.995,43, 866755/09 - Not.489/2011 - R$ 24.971,00, 866756/09 - Not.491/2011 - R$ 24.945,08, 866759/09 - Not.493/2011 - R$ 25.007,43, 866760/09 - Not.495/2011 - R$ 23.325,45, 866761/09 - Not.497/2011 - R$ 25.001,83, 866764/09 - Not.499/2011 - R$ 24.963,74, 866762/09 - Not.501/2011 - R$ 24.672,47, 866765/09 - Not.503/2011 - R$ 24.970,70, 866766/09 - Not.505/2011 - R$ 24.984,14, 866805/09 - Not.507/2011 - R$ 24.326,46, 866810/09 - Not.509/2011 - R$ 24.957,45, 866816/09 - Not.511/2011 - R$ 25.021,46

RELAÇÃO Nº 233/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adilson Paulo Tanssini me - 866286/08 - Not.475/2011 - R$ 2.177,72
Cougar Brasil Mineração LTDA. - 866011/05 - Not.480/2011 - R$ 266,99
Daniele de Souza Santos - 866120/11 - Not.479/2011 - R$ 2.177,72
Gustavo m Miranda Cerâmica Epp - 867043/10 - Not.477/2011 - R$ 2.177,72
Luis Carlos Didone - 866265/09 - Not.476/2011 - R$ 2.177,72
Marcio Oliveira Costa - 866155/09 - Not.514/2011 - R$ 2.184,44
Minapar Exploradora de Minérios Ltda - 866742/09 - Not.482/2011 - R$ 4.368,87, 866751/09 - Not.484/2011 - R$ 4.368,87, 866753/09 - Not.486/2011 - R$ 4.368,87, 866754/09 - Not.488/2011 - R$ 4.368,87, 866755/09 - Not.490/2011 - R$ 4.368,87, 866756/09 - Not.492/2011 - R$ 4.368,87, 866759/09 - Not.494/2011 - R$ 4.368,87, 866760/09 - Not.496/2011 - R$ 4.368,87, 866761/09 - Not.498/2011 - R$ 4.368,87, 866764/09 - Not.500/2011 - R$ 4.368,87, 866762/09 - Not.502/2011 - R$ 4.368,87, 866765/09 - Not.504/2011 - R$ 4.368,87, 866766/09 - Not.506/2011 - R$ 4.368,87, 866805/09 - Not.508/2011 - R$ 4.368,87, 866810/09 - Not.510/2011 - R$ 4.368,87, 866816/09 - Not.512/2011 - R$ 4.368,87
vl Participações S.A. - 867162/10 - Not.478/2011 - R$ 2.177,72

RELAÇÃO Nº 234/2011

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Votorantim Cimentos Brasil s a Cpf/cnpj :96.824.594/0001-24 - Processo de cobrança: 967139/11 Valor: R$.71.042,52, Processo de cobrança: 967143/11 Valor: R$.19.894,02, Processo de cobrança: 967141/11 Valor: R$.197.510,68, Processo de cobrança: 967140/11 Valor: R$.4.549.726,86, Processo de cobrança: 967142/11 Valor: R$.154.815,39

RELAÇÃO Nº 236/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Ims Engenharia Mineral Ltda - 866592/06 - A.I. 1394/11
J.k Mineração Ltda me - 866060/06 - A.I. 1395/11
Silvio Boraczynski Comércio de Areia me - 866323/06 - A.I. 1393/11

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 151/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Alfredo Jorge Rocha - 868147/08
Andrea Faustino Faria Ferreira Andrade - 868055/09
Carlos Wagner Guarita Marquez Filho - 868040/08
Extração de Areia Bergamo Ltda - 868382/07
Isaura Matias Rodrigues da Costa - 868685/08
João Batista da Costa Rocha - 868081/09, 868631/08, 868594/08, 868592/08
Josely Gonçalez Vargas - 868222/08
Luiz Antonio Franco - 868113/08
Luz do Pantanal Comércio de Areia Ltda - 868120/08
Mineração Financial Ltda - 868693/08
Mineração Santa Maria Ltda - Epp - 868063/08
Munir Sadeq Ramunieh - 868052/08
Progemix Programas Gerais de Engenharia e Construção Ltda - 868595/08
tw Mineração e Comércio - 868178/08

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELAÇÃO Nº 152/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
João Batista da Costa Rocha - 868630/08 - A.I. 216/11, 868632/08 - A.I. 217/11, 868633/08 - A.I. 218/11, 868634/08 - A.I. 219/11, 868635/08 - A.I. 220/11, 868636/08 - A.I. 221/11, 868637/08 - A.I. 222/11, 868638/08 - A.I. 223/11, 868116/09 - A.I. 224/11, 868593/08 - A.I. 225/11, 868648/08 - A.I. 226/11, 868650/08 - A.I. 227/11, 868651/08 - A.I. 228/11, 868652/08 - A.I. 229/11, 868653/08 - A.I. 230/11, 868655/08 - A.I. 231/11, 868656/08 - A.I. 232/11, 868591/08 - A.I. 233/11

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 760/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
833.104/1989-MINERAÇÃO TABULEIRO LTDA -Alvará N°3717/98
833.628/2006-INGO GUSTAV WENDER -Alvará N°14613/08
833.310/2007-REDE GUSA MINERAÇÕES LTDA -Alvará N°2599/09
833.627/2007-MINERAÇÃO DE QUARTZO CASTRO LTDA -Alvará N°17567/08
830.966/2008-MELQUIZEDEQUE GALINARI -Alvará N°8906/09
831.510/2008-KÉNTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. -Alvará N°9554/09
831.511/2008-KÉNTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. -Alvará N°9656/09
831.976/2008-KÉNTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. -Alvará N°9625/09
833.119/2008-COMERCIAL LATALIZA E FRANÇA LTDA-ME -Alvará N°12424/09
832.797/2009-ARDÓSIA NACIONAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. -Alvará N°6881/10
830.910/2010-VALE FOSFATADOS S A -Alvará N°8063/11
831.602/2010-VERDE FERTILIZANTES LTDA -Alvará N°12926/10
831.672/2010-ZEUS GRANITOS EXTRAÇÃO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA -Alvará N°12.549/10
832.091/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°12870/10
834.802/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°9959/11
834.811/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°9988/11
834.812/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°9989/11
834.820/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°9960/11
834.823/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°9961/11
834.886/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°9990/11
834.888/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°9991/11
830.459/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°9220/11
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
830.415/2008-CENO-TRANSPORTE COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
833.575/2007-ANDERSON ALBERTO DE OLIVEIRA
834.294/2008-CANTO DOS PEQUÍS AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA

RELAÇÃO Nº 767/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.757/2005-CAO DO BRASIL LTDA- Área de 1.000,00 ha para 122,14 ha-Filito
830.838/2005-SILVIO DE SOUZA FILHO-FI- Área de 117,04 ha para 49,39 ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.343/2001-DRAGAGEM BRASIL LTDA ME-Areia
830.433/2003-VALE S A-Minério de Ferro
832.504/2005-SANDRO JOSÉ DOS REIS - FI-Areia

RELAÇÃO Nº 768/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
834.771/2007-AMILTON TEIXEIRA NAVES-OF. N°6.133/11 - FISC
834.540/2010-SERGIO LEVY SOUZA E SILVA-OF. N°6.153/11 - FISC
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.392/1989-MINERAÇÃO MORRO ALTO LTDA-OF. N°6.151/11 - FISC
830.337/1990-GREIN BRASIL INDUSTRIA COMERCIAO IMPORTAÇAO EXPORTAÇAO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°6.039/11 - FISC
831.830/1998-MINERAÇÃO LEAL E ROSA LTDA-OF. N°6.152/11 - FISC
831.689/2001-SILVIO DE SOUZA FILHO-FI-OF. N°6104/11-FISC

RELAÇÃO Nº 773/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.791/2006-FABIANO ALVES MONTEIRO-OF. N°84/11-ESCGV
833.156/2006-TERRA LATINA COMERCIO EXTERIOR LTDA-OF. N°81/11-ESCGV
830.607/2007-ALTIVO PEDRAS LTDA-OF. N°6058/11-FISC
832.672/2007-HEVERSON PICCIN VALADÃO-OF. N°80/11-ESCGV, para cessionária:Gran Vale Ltda
832.631/2008-GRAMAÇU MINERAÇÃO LTDA-OF. N°6135/11-FISCAM

RELAÇÃO Nº 775/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
830.265/2003-GRANCOSER GRANITOS LTDA-OF. N°6042/11-FISC

RELAÇÃO Nº 776/2011

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
833.101/2004-ANTÔNIO PINTO DE ALMEIDA NETTO-ALVARÁ N°76/05
830.068/2006-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A-ALVARÁ N°4457/08
833.529/2006-MINERAÇÃO PEIXE BRAVO S.A-ALVARÁ N°6259/08

CELSO LUIZ GARCIA

RELAÇÃO Nº 777/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
833.212/2007-VALE FERTILIZANTES S.A.
830.741/2008-JOSÉ BRAZ BOTELHO
830.744/2008-MINERAÇÃO PANCIERI LTDA
830.928/2008-J J ROSSI ME.
831.126/2008-IMETAME GRANITOS LTDA
831.403/2008-IMETAME GRANITOS LTDA

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 362/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Cidines da Silva Batista - 850803/04 - A.I. 797/11
Francisco Francelino da Silva - 850363/09 - A.I. 662/11
Votorantim Cimentos n ne s a - 850099/09 - A.I. 796/11

JOÃO BOSCO PEREIRA BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 221/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
826.363/2008-RENATO VITORIO IACHINSKI-AI N°894/2011
826.374/2008-ARGILAJE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJES LTDA-AI N°895/2011
826.388/2008-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-AI N°896/2011
826.412/2008-MARCUS COSTA RIBEIRO-AI N°897/2011
826.428/2008-AGROINDÚSTRIA ENGENHO TERRA VERMELHA S/A-AI N°898/2011
826.521/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°899/2011
826.522/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°900/2011
826.523/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°901/2011
826.525/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°902/2011
826.526/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°903/2011
826.527/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°904/2011
826.528/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°905/2011
826.529/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°906/2011
826.530/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°907/2011
826.531/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°908/2011
826.533/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°909/2011
826.534/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°910/2011
826.535/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°911/2011
826.536/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°912/2011
826.538/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°913/2011
826.539/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°914/2011
826.540/2008-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-AI N°915/2011
826.581/2008-ZEVANDE REZENDE DOS SANTOS-ME-AI N°916/2011
826.020/2009-LUIZ EDUARDO GRECA-AI N°917/2011
826.021/2009-ALEXANDRE PAVIN-AI N°918/2011
826.030/2009-CESAR RODRIGO ANTONIUK GRANDE-AI N°919/2011
826.035/2009-CERAMICA CIDADE NOVA LTDA.-AI N°920/2011
826.038/2009-WILSON JOSÉ SALA-AI N°921/2011
826.039/2009-WILSON JOSÉ SALA-AI N°922/2011
826.040/2009-MERCIA REGINA DE OLIVEIRA-AI N°923/2011
826.045/2009-MIGUEL GONÇALVES DE BORBA-AI N°924/2011
826.049/2009-EMPO EMPRESA CURITIBANA DE SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-AI N°925/2011
826.052/2009-JOÃO CLOVIS DE MEDEIROS-AI N°926/2011
826.069/2009-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA-AI N°927/2011
826.086/2009-WILSON JOSÉ SALA-AI N°928/2011
826.088/2009-AREAL ITABAUNA LTDA.-AI N°929/2011
826.096/2009-LUIZ GUARAGNI-AI N°930/2011
826.103/2009-SILAS DA SILVA JÚNIOR-AI N°931/2011
826.104/2009-FERNANDO BIRCK-AI N°932/2011
826.120/2009-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-AI N°933/2011
826.140/2009-MARCO ANTONIO DE SOUZA MARTINS-AI N°934/2011
826.143/2009-ZOTARELLI & MORO EXTRAÇAO DE AREIA LTDA.-AI N°935/2011
826.213/2009-R. V. DE FARIA & CIA. LTDA. ME-AI N°936/2011
826.214/2009-STANSZYK E STEPANSKI LTDA-AI N°937/2011
826.220/2009-FRANCISCO DE JESUS CORDEIRO-AI N°938/2011
826.250/2009-MOACIR DURAU-AI N°939/2011
826.252/2009-MOACIR DURAU-AI N°940/2011
826.254/2009-MOACIR DURAU-AI N°941/2011
826.291/2009-COLOMBOCAL LTDA-AI N°942/2011
826.268/2010-ALVO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-AI N°943/2011
826.271/2010-ALVO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-AI N°1440/2011
826.272/2010-ALVO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-AI N°945/2011
826.706/2010-MENDES E TONIAL LTDA. ME-AI N°946/2011
826.731/2010-CARGOMAQ TRANSPORTES DE CARGAS LTDA.-AI N°947/2011
826.118/2011-LORI MAAHS-AI N°948/2011
826.119/2011-LILIAN BAUMEL MAAHS-AI N°949/2011
826.120/2011-LILIAN BAUMEL MAAHS-AI N°950/2011
826.121/2011-LORI MAAHS-AI N°951/2011
826.187/2011-TEODORO DURAU (F.I.)-AI N°952/2011
826.188/2011-TEODORO DURAU (F.I.)-AI N°953/2011

RELAÇÃO Nº 222/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
826.639/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°834/2011
826.640/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°835/2011
826.047/2006-TADEU SGUAREZI ACORSI-AI N°836/2011
826.072/2006-AREAL DURAU LTDA.-AI N°837/2011
826.082/2006-JOSÉ LUIZ ANÇAY-AI N°838/2011
826.123/2006-AGOSTINHO COMIM-AI N°839/2011
826.185/2006-ARMENSUL MINERAÇÃO LTDA-AI N°840/2011
826.262/2006-MINERAÇAO SOLLOCAL LTDA-AI N°841/2011
826.267/2006-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA-AI N°842/2011
826.268/2006-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA-AI N°843/2011
826.338/2006-GNATTA & BATISTA LTDA.-AI N°844/2011
826.381/2006-AIRTON BERNARDO ROVEDA-AI N°845/2011
826.441/2006-AIRTON BERNARDO ROVEDA-AI N°846/2011
826.442/2006-REGINALDO ZEMAN-AI N°847/2011
826.464/2006-COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA-AI N°848/2011
826.466/2006-COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA-AI N°849/2011
826.479/2006-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.-AI N°850/2011
826.480/2006-JOSÉ LUIZ ANÇAY-AI N°851/2011
826.499/2006-ALCIONI SAVIO-AI N°852/2011
826.552/2006-LIGIA MARIA PAVESI HENRIQUE-AI N°853/2011
826.579/2006-ANTONIO AFONSO FERREIRA DA SILVA-AI N°854/2011
826.632/2006-KOELPE LTDA-AI N°855/2011
826.651/2006-PEDRO ANGELO ANDREASSA-AI N°856/2011
826.652/2006-CARLOS FERREIRA DA SILVA-AI N°857/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

826.653/2006-CAROLINA MOCELLIN WITHERS-AI N°858/2011
826.718/2006-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.-AI N°859/2011
826.721/2006-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.-AI N°860/2011
826.733/2006-J P MOCELIN INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA-AI N°861/2011
826.269/2007-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-AI N°862/2011
826.317/2007-AREAL DURAU LTDA.-AI N°863/2011
826.438/2007-DEMÉTRIO ROCHA & CIA LTDA-AI N°864/2011
826.500/2007-CLAYTON TREVISAN-AI N°865/2011
826.080/2008-JETON EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°866/2011
826.085/2008-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-AI N°867/2011
826.090/2008-AREIAL ROGALSKI LTDA-AI N°868/2011
826.091/2008-GUSTAVO ANGELO MANDALOZZO-AI N°869/2011
826.095/2008-MINERAÇÃO RIO AZUL LTDA ME-AI N°870/2011
826.116/2008-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA-AI N°871/2011
826.170/2008-LUIZ NABOSNE FIRMA INDIVIDUAL-AI N°872/2011
826.187/2008-MARCIO LOUCATELLI-AI N°873/2011
826.214/2008-MARCIO LOUCATELLI-AI N°874/2011
826.237/2008-ODAIR TONIAL-AI N°875/2011
826.250/2008-JACKSON NOVAKOSKI-AI N°876/2011
826.254/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-AI N°877/2011
826.255/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-AI N°878/2011
826.257/2008-ALESANDRO GEOBAR LISKA-AI N°879/2011
826.277/2008-JEFFERSON CORREIA BARBOSA-AI N°880/2011
826.278/2008-CLEVERSON OSMAR BERTON-AI N°881/2011
826.279/2008-KLACE S A PISOS E AZULEJOS-AI N°882/2011
826.281/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-AI N°883/2011
826.282/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-AI N°884/2011
826.283/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-AI N°885/2011
826.285/2008-CLAUDOMIRO SIROTI-AI N°886/2011
826.296/2008-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL CAMPESTRE LTDA-EPP-AI N°887/2011
826.313/2008-COMPACTA MINERADORA LTDA-AI N°888/2011
826.320/2008-MINERAÇÃO DE AREIA YPIRANGA LTDA-AI N°889/2011
826.345/2008-GEMINAS MINERADORA LTDA-AI N°890/2011
826.355/2008-ALCIONI SAVIO-AI N°891/2011
826.356/2008-ALCIONI SAVIO-AI N°892/2011
826.362/2008-MAURA SCHIAVÃO LEGGI-AI N°893/2011

RELAÇÃO Nº 224/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
826.105/2003-AREAL BOZZA LTDA-AI N°813/2011
826.163/2003-AURÉLIO ANDRÉ BONATO-AI N°814/2011
826.223/2003-RICARDO KUJASKI-AI N°815/2011
826.392/2003-BENTONITA DO PARANÁ MINERAÇÃO LTDA-AI N°816/2011
826.393/2003-BENTONITA DO PARANÁ MINERAÇÃO LTDA-AI N°817/2011
826.394/2003-BENTONITA DO PARANÁ MINERAÇÃO LTDA-AI N°818/2011
826.395/2003-BENTONITA DO PARANÁ MINERAÇÃO LTDA-AI N°819/2011
826.088/2004-MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA.-AI N°820/2011
826.093/2004-EURO MINÉRIOS LTDA-AI N°821/2011
826.264/2004-ELIZABETH CAMLOFSKI-AI N°822/2011
826.455/2004-JOSÉ MARIA MAUAD ABUJAMRA-AI N°823/2011
826.456/2004-JOSÉ MARIA MAUAD ABUJAMRA-AI N°824/2011
826.510/2004-LEONOR DOMINGUES-AI N°825/2011
826.014/2005-LUIZ ANTÔNIO GUSSO-AI N°826/2011
826.222/2005-CERÂMICA GNATTA LTDA-AI N°827/2011
826.300/2005-NELSON JULEZ VIZINI BERTAZZONI-AI N°828/2011
826.314/2005-PORTO DE AREIA DIVISA LTDA.-AI N°829/2011
826.357/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°830/2011
826.397/2005-ORLANDO GOMES DE CASTRO-AI N°831/2011
826.458/2005-MINEURO COMERCIO DE AREIA E EXTRAÇÃO, TRANSPORTE LTDA.-AI N°832/2011
826.638/2005-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°833/2011

RELAÇÃO Nº 225/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.595/2011-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-OF. N°1851/2011
826.690/2011-AREAL PRATA LTDA ME-OF. N°1850/2011
826.724/2011-PAULO ROBERTO DA SILVA GHIGNATTI-OF. N°1866/2011
826.730/2011-SAUL SIMAS-OF. N°1879/2011
826.750/2011-AREAL SAO LUIZ LTDA-OF. N°1849/2011
826.769/2011-GRANDO ENGENHARIA E TERRAPLANAGEM LTDA-OF. N°1874/2011
826.772/2011-CERAMICA P.O. LTDA-OF. N°1824/2011 E 1846/2011
826.776/2011-AIRTON ALBA-OF. N°1880/2011
826.794/2011-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA-OF. N°1873/2011
826.795/2011-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA-OF. N°1872/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
826.356/2004-COMPACTA MINERADORA LTDA- AI N°954/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.310/1992-CARLOS REINHOLD WEISS-OF. N°1856/2011
826.289/2004-IRMÃOS STANSKI LTDA-OF. N°1843/2011
826.760/2005-IRMÃOS STANSKI LTDA-OF. N°1841/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.172/1992-TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA-OF. N°1878/2011
826.693/1996-NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO LTDA.-OF. N°1858/2011
826.059/1999-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°1864/2011
826.407/2001-PEDREIRA SUL BRITAS LTDA-OF. N°1856/2011
826.190/2005-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA-OF. N°1859/2011
826.284/2007-LUIZ CLÁUDIO CHAVES XAVIER ME-OF. N°1847/2011
826.265/2010-CALCÁRIO GUAPIRAMA LTDA-OF. N°1865/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.087/1993-AREAL CERAMITEL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°1840/2011
826.103/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA-OF. N°1861/2011
826.466/2000-J.M. LADA & CIA LTDA-OF. N°1853/2011
826.163/2002-J.T.R AMARO & FILHOS LTDA-OF. N°1848/2011
826.668/2003-PORTO UNIÃO - EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°1855/2011
826.527/2004-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL RADIANTE LTDA ME-OF. N°1854/2011
826.776/2005-AREAL AGUA AZUL LTDA.-OF. N°1847/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
819.296/1970-PARANÁ GRANITOS LTDA-OF. N°1842/2011
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
826.583/2005-INEIDE PEREIRA MACHADO FARIA ME-OF. N°1844/2011

RELAÇÃO Nº 227/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Estação de Águas Minerais Vale Das Araucárias Ltda - 826373/97 - Not.594/2011 - R$ 2.546,86, 826373/97 - Not.595/2011 - R$ 5.093,71, 826373/97 - Not.596/2011 - R$ 5.093,71

RELAÇÃO Nº 228/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
826.398/2007-BENTONITA DO PARANÁ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.012/2008-DOU de 17/09/2008
826.133/2010-MARCOS VENICIUS CURIONI-OF. N°1319/2011-DOU de 11/08/2011
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
826.625/2010-SIRLEI APARECIDA DUDEK PELANDA- DOU de 07/10/2011

FERNANDO ANTONIO GUIMARÃES MARTINS
Substituto

RELAÇÃO Nº 229/2011

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Transminério Extração de Areia e Pedra Ltda Cpf/cnpj :03.474.713/0001-85 - Processo de cobrança: 926895/11 Valor: R$.2.275,57, Processo de cobrança: 926896/11 Valor: R$.3.474,53

RELAÇÃO Nº 230/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Antonio Carlos Ribeiro Burko - 826155/10
Edna Aparecida de Campos Tanikawa - 826665/09
Gaissler Moreira Engenharia Civil Ltda - 826540/10
Isaias de Jesus Santana - 826754/10
Via Venetto Construtora de Obras Ltda - 826128/10

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 147/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Geraldo Aurino de Lima - 840421/10 - Not.232/2011 - R$ 2.097,07
Marineusa Helena de Araújo Campos - 840017/11 - Not.233/2011 - R$ 2.097,07

RELAÇÃO Nº 150/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Cecil Bittencourt Lins - 840401/08 - Not.242/2011 - R$ 2.275,39

RELAÇÃO Nº 151/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cecil Bittencourt Lins - 840401/08 - Not.243/2011 - R$ 2.137,39

RELAÇÃO Nº 154/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Carlos Alberto Bezerra Cintra - 840520/10 - Not.258/2011 - R$ 4.912,91
Cleber Pires Raposo Vieira de Lima - 840512/10 - Not.256/2011 - R$ 125,01
Ester Menezes Silva Bonfim - 840471/10 - Not.250/2011 - R$ 1.503,19, 840489/10 - Not.252/2011 - R$ 2.182,67, 840490/10 - Not.254/2011 - R$ 2.180,40
Fernandes & Nunes Mineração Ltda me - 840368/09 - Not.248/2011 - R$ 124,96
Fusley Minerals do Brasil Ltda - 840554/10 - Not.260/2011 - R$ 4.773,37, 840555/10 - Not.262/2011 - R$ 4.790,59, 840556/10 - Not.264/2011 - R$ 4.697,24

RELAÇÃO Nº 155/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Carlos Alberto Bezerra Cintra - 840520/10 - Not.259/2011 - R$ 2.144,12
Cleber Pires Raposo Vieira de Lima - 840512/10 - Not.257/2011 - R$ 2.144,12
Ester Menezes Silva Bonfim - 840471/10 - Not.251/2011 - R$ 2.144,12, 840489/10 - Not.253/2011 - R$ 2.144,12, 840490/10 - Not.255/2011 - R$ 2.144,12
Fernandes & Nunes Mineração Ltda me - 840368/09 - Not.249/2011 - R$ 2.144,12
Fusley Minerals do Brasil Ltda - 840554/10 - Not.261/2011 - R$ 2.144,12, 840555/10 - Not.263/2011 - R$ 2.144,12, 840556/10 - Not.265/2011 - R$ 2.144,12

RELAÇÃO Nº 156/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Carpina Areia e Argila Ltda - 840060/01 - Not.245/2011 - R$ 2.522,88, 840060/01 - Not.246/2011 - R$ 4.821,36, 840060/01 - Not.247/2011 - R$ 4.821,36
Empresa de Mineração Alternativa Ltda - 840893/95 - Not.234/2011 - R$ 2.437,56
Engeplan Engenharia Caruaru Ltda - 840389/08 - Not.238/2011 - R$ 111,83
Marco Antonio Ferraz - 840133/08 - Not.237/2011 - R$ 113,30
Usina Maravilhas S/a - 840132/01 - Not.236/2011 - R$ 2.370,36

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 228/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Dinarte Medeiros de Lima - 848630/10 - Not.223/2011 - R$ 2.070,19
Petter Kaize Fiel da Silva - 848259/09 - Not.227/2011 - R$ 4.247,91, 848260/09 - Not.228/2011 - R$ 4.247,91, 848261/09 - Not.229/2011 - R$ 4.247,91, 848262/09 - Not.230/2011 - R$ 4.247,91

RELAÇÃO Nº 229/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Emprogeo Ltda - 848163/06 - Not.213/2011 - R$ 209,72
Maria Madalena Dos Santos - 848162/06 - Not.212/2011 - R$ 419,44
Roseli Diniz de Almeida Silva - 848170/06 - Not.214/2011 - R$ 419,44

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELAÇÃO Nº 230/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cooperativa Dos Mineradores Potiguares - 848189/06 - Not.219/2011 - R$ 416,75
Francisco s. Ferreira M.E. - 848151/06 - Not.218/2011 - R$ 420,78
Francisco Sales Neto - 848204/06 - Not.220/2011 - R$ 416,75
Marcelo Martins Soares - 848132/06 - Not.215/2011 - R$ 426,16, 848148/06 - Not.217/2011 - R$ 420,78
Mineração Vitória Ltda - 848401/07 - Not.221/2011 - R$ 208,37

RELAÇÃO Nº 231/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Bbo Brazil Bank of Opportunities de Participação Ltda - 848022/10 - Not.232/2011 - R$ 2.063,47, 848023/10 - Not.234/2011 - R$ 2.063,47, 848024/10 - Not.236/2011 - R$ 2.063,47, 848026/10 - Not.238/2011 - R$ 2.063,47

RELAÇÃO Nº 232/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Bbo Brazil Bank of Opportunities de Participação Ltda - 848022/10 - Not.231/2011 - R$ 4.889,91, 848023/10 - Not.233/2011 - R$ 4.954,83, 848024/10 - Not.235/2011 - R$ 4.946,30, 848026/10 - Not.237/2011 - R$ 4.955,20

RELAÇÃO Nº 233/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Francisco Bonifacio da Silva - 848376/08 - Not.224/2011 - R$ 422,13
Kingal Ltda - 848121/06 - Not.209/2011 - R$ 423,47
Leonardo Monteiro de Albuquerque - 848117/06 - Not.207/2011 - R$ 211,73
Wellington Juvencio Oliveira Dos Santos - 848122/06 - Not.210/2011 - R$ 423,47

RELAÇÃO Nº 234/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Vulcano Export Calcários LTDA. me - 848110/10, 848111/10
Vulcano Export Mineração Exportação e Importação LTDA. - 848035/09, 848036/09, 848044/09

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 15/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Fazenda Ana Paula LTDA. - 810207/02, 810208/02

RELAÇÃO Nº 16/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Aline Gonçalves Prudencio me - 811127/09
Banconsult Participações LTDA. - 810144/09
Bella Gres Industria de Ceramica Ltda - 810818/08
Britagem Cabrais Ltdaa - 810189/10
Csl - Construtora Sacchi Ltda - 810357/10
Emival Severo Capiotti - 811261/10
Flor da Praia Agro-pecuária LTDA. - 810202/02
Galena Mineração Ltda - 810561/01
Hotel Fazenda Vale Real - 810247/10
Jorge Roberto Hallmann - 810328/09
Mara Pereira de Oliveira - 810032/11
Mineração Cristal Ltda - 810075/11
Mineração Guaiba Ltda - 811107/09
Mineração rs Ltda - 810299/10, 810354/10
Paulo Roberto Andreazza - 810532/06, 810533/06, 810535/06, 810537/06, 810538/06, 810539/06, 810540/06, 810541/06
Santa Monica Minérios Ltda - 811067/08

RELAÇÃO Nº 70/2011

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
816.033/1968-MINERAÇÃO MÔNEGO LTDA- AI N°033/2011
817.464/1969-BUSATO MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- AI N°063/2011
811.032/1970-MINERAÇÃO MÔNEGO LTDA- AI N°034/2011
815.361/1970-MINERAÇÃO MÔNEGO LTDA- AI N°035, 036 e 037/2011
805.030/1971-MINERAÇÃO SÃO GABRIEL LTDA- AI N°038, 039, 040 e 041/2011
819.334/1971-INCAPEL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS PELZER LTDA- AI N°028, 029, 030, 031 e 032/2011
811.122/1972-MINESUL SA MINERAÇÃO- AI N°054, 055, 056 e 057/2011
802.349/1975-BUSATO MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- AI N°063/2011
803.159/1976-RAPHAEL PAPALEO SA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE REFRATARIOS- AI N°058, 059, 060, 061 e 062/2011
810.029/1979-MINERADORA NASCENTE LTDA- AI N°006, 007, 008, 009, 010 e 011/2011
810.514/1979-CARBONÍFERA PALERMO LTDA- AI N°023/2011
810.515/1979-CARBONÍFERA PALERMO LTDA- AI N°024/2011
810.516/1979-CARBONÍFERA PALERMO LTDA- AI N°025/2011
810.519/1979-CARBONÍFERA PALERMO LTDA- AI N°026 e 027/2011
810.064/1980-BUSATO MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- AI N°065 e 066/2011
810.506/1980-GRANITO MARMORE BASALTO PAMPAS COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA- AI N°043, 044, 045, 046 e 047/2011
810.483/1981-PEDRAS MULLER LTDA- AI N°048, 049, 050, 051 e 052/2011
810.290/1982-ZANCHI FILHOS & CIA LTDA- AI N°053/2011
810.384/1985-LATICINIOS SATELITE S/A - INDUSTRIA E PECUARIA- AI N°067 e 068/2011
810.385/1985-LATICINIOS SATELITE S/A - INDUSTRIA E PECUARIA- AI N°069, 070 e 071/2011
811.129/1995-TONIOLO, BUSNELLO S.A. - TÚNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÕES- AI N°042/2011
810.685/1997-MINERADORA ÁGUAS DE TARUMÃ LTDA- AI N°020 e 021/2011
810.419/1998-MERIBA ÁGUAS MINERAIS LTDA.- AI N°015, 016, 017, 018 e 019/2011
810.082/2003-ESTÂNCIA HIDROMINERAL DAS CHAGAS LTDA.- AI N°013 e 014/2011
810.402/2003-ENVAZADORA BOM RETIRO LTDA- AI N°012/2011
810.512/2004-BEBIDAS DE LUCENA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°022/2011

SÉRGIO BIZARRO CESAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 212/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.553/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
890.554/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
890.574/2011-ENGENHO CENTRAL LARANJEIRAS LTDA
890.593/2011-SERGIO ANTONIO VALENTE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.556/2011-MARISA FLORITA FIORELLI GEREMIA-OF. N°3529/2011-DGTM
890.618/2011-ARJ MINERADORA LTDA-OF. N°3537/2011-DGTM
890.654/2011-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-OF. N°3543/2011-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização-de Pesquisa para Licenciamento(186)
890.344/2007-MECANORTE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.215/2007-LUCIENE PEREIRA DE LIMA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.256/2004-CRISPIM AUGUSTO LOURENÇO GOMES- Cessionário:GRANIGEO CONSULTORIA LTDA.- CPF ou CNPJ 07.446.517/0001-58- Alvará n°8114/2004
890.618/2008-ELI LOPES DA SILVA- Cessionário:FAZENDA SANTO ESTEVÃO EMPREENDIMENTO E TURISMO LTDA.- CPF ou CNPJ 02.216.278/0001-26- Alvará n°1609/2004
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.033/2003-SOFÁRAXÁ LIMITADA-OF. N°3541/2011-DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.312/2005-PEDREIRA ITERERE INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°3549/2011-DGTM
890.555/2006-CIBRAZIL MINERAÇÕES LTDA ME-OF. N°3569/2011-DGTM
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
890.040/2002-NACSS MINERALIS CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA- AI Nº 312/2011
Nega provimento a defesa apresentada(476)
890.040/2002-NACSS MINERALIS CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.337/1981-PEDREIRA VOLTA REDONDA LTDA-OF. N°3515/2011-DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
890.136/2011-AREAL VASSOURENSE LTDA-OF. N°3449/2011-DGTM
890.440/2011-AREAL REMANESCENTE LTDA ME-OF. N°3514/2011-DGTM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.323/2009-AREAL TERBRASIL LTDA ME- Registro de Licença No.:2595/2010 - Vencimento em 15/11/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.826/2011-BÚFALO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-OF. N°3523/2011-DGTM
890.833/2011-CERÂMICA CAMPISTA LTDA.-OF. N°3538/2011-DGTM
890.836/2011-VIPI CERÂMICA LTDA.-OF. N°3534/2011-DGTM
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
890.452/2009-CERÂMICA SANTA EDWIGES DE CAMPOS LTDA.
890.057/2010-CERÂMICA SANTA CRUZ DO LARGO DO GARCIA LTDA.
890.097/2010-BICUIBA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME
890.143/2011-MINERAÇÃO QUINDINS LTDA ME
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
890.412/2007-AMSA MINERAÇÃO LTDA. ME

RELAÇÃO Nº 214/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Claudio Luiz Beltrame Fernandes - 890552/09 - Not.1045/2011 - R$ 53,41
David Dos Santos Guido - 890072/07 - Not.1028/2011 - R$ 746,52
Engelider Construtora e Mineradora Ltda - 890013/07 - Not.1024/2011 - R$ 2,45, 890016/07 - Not.1026/2011 - R$ 24,80
hy Brazil Energia S.A. - 890591/09 - Not.1047/2011 - R$ 563,03
José Alexandre Galiaço Roiz - 890321/09 - Not.1038/2011 - R$ 610,55
José Maria Filho da Silva - 890398/09 - Not.1040/2011 - R$ 2.300,58
Maq Stone Pedras e Máquinas Ltda - 890329/08 - Not.1034/2011 - R$ 3.966,16, 890330/08 - Not.1036/2011 - R$ 3.466,00
Odilma e Antonio Silva Ltda - 890413/09 - Not.1042/2011 - R$ 10,46
Transportadora e Mineradora Jaspe Ltda - 890011/11 - Not.1056/2011 - R$ 1.797,63, 890012/11 - Not.1058/2011 - R$ 152,66, 890013/11 - Not.1060/2011 - R$ 285,00, 890026/11 - Not.1062/2011 - R$ 2.015,41
Valdair Basilio Dos Santos - 890082/08 - Not.1030/2011 - R$ 2.502,58, 890085/08 - Not.1032/2011 - R$ 1.319,96
Vera Lúcia de Souza Nascimento - 890002/11 - Not.1053/2011 - R$ 1.873,15

RELAÇÃO Nº 215/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Claudio Luiz Beltrame Fernandes - 890552/09 - Not.1046/2011 - R$ 4.261,35
David Dos Santos Guido - 890072/07 - Not.1029/2011 - R$ 2.123,95
Engelider Construtora e Mineradora Ltda - 890013/07 - Not.1025/2011 - R$ 2.123,95, 890016/07 - Not.1027/2011 - R$ 2.123,95
hy Brazil Energia S.A. - 890591/09 - Not.1048/2011 - R$ 2.130,67
José Alexandre Galiaço Roiz - 890321/09 - Not.1039/2011 - R$ 2.123,95
José Maria Filho da Silva - 890398/09 - Not.1041/2011 - R$ 2.123,95
Maq Stone Pedras e Máquinas Ltda - 890329/08 - Not.1035/2011 - R$ 2.123,95, 890330/08 - Not.1037/2011 - R$ 2.123,95
Odilma e Antonio Silva Ltda - 890413/09 - Not.1043/2011 - R$ 2.123,95
Transportadora e Mineradora Jaspe Ltda - 890011/11 - Not.1057/2011 - R$ 2.130,67, 890012/11 - Not.1059/2011 - R$ 2.130,67, 890013/11 - Not.1061/2011 - R$ 2.130,67, 890026/11 - Not.1063/2011 - R$ 2.130,67
Valdair Basilio Dos Santos - 890082/08 - Not.1031/2011 - R$ 2.123,95, 890085/08 - Not.1033/2011 - R$ 2.123,95
Vera Lúcia de Souza Nascimento - 890002/11 - Not.1054/2011 - R$ 2.130,67

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 167/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
a. j. Potter & Cia Ltda - 815181/03
Acqualeve - Aproveitamento de Recursos Naturais Ltda - 815556/06
Alcione Teixeira me - 815525/06
Alexandre de Souza Pereira - 815523/06
Aloisio Marcelino - 815359/06
Andrea Schlemper Sanches - 815621/06
Antônio Carlos Ferreira - 815586/06
Arch Mineral Prestadora de Serviços Ltda - 815532/06
Ceramica Fungaro Ltda me - 815642/06
Cerâmica São Cristovão Ltda - 815454/99

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Construtora Nunes Ltda - 815134/01, 815513/06
Eduardo Marcelo Dumont de Lima - 815667/06
Elony Lourdes Ody - 815373/05
Engeplan Terraplenagem Saneamento e Urbanismo Ltda - 815539/06
Extrafer Extração e Comércio de Areia Ltda-me - 815451/06
Fabiano Battistotti Pereira - 815423/06, 815495/06, 815521/06, 815520/06
Industria Ceramica de Telhas Coloniais Ltda - 815494/06
Industria de Cerâmica Ascurra Ltda me - 815074/06
Isidoro Piccoli - 815231/06
Jayme Antunes Teixeira - 815450/06, 815449/06
Joao Paulo Martins Terraplanagem me - 815541/06
Jose Dagostin - 815512/06
José Decker - 815636/06
Jose Severiano da Silva - 815560/06, 815455/06
Julio João Golin - 815252/06
Lactoplasa Indústria de Laticínios do Planalto Ltda - 815554/06
Marco Aurélio Hort - 815364/06
Michel Francois de Souto The - 815683/06
Miguel Sommariva Junior - 815617/06, 815355/06, 815402/06
Mineração sk Ltda - 815699/06
Mival Mineração Vale do Rio Tijucas Ltda - 815437/06, 815440/06, 815439/06, 815438/06, 815507/06, 815506/06, 815505/06
Moinho União Ltda - 815557/06
Olimpia Mineração e Empreendimentos LTDA. - 815711/06, 815713/06, 815710/06, 815714/06
Oxford S/a Industria e Comércio - 815533/06
Paulino Constanti - 815172/06
Paulo Ricardo Brittes Matte - 815517/06
Pedra Branca LTDA. - 815575/06, 815576/06
Pedro Antonio Geraldi - 815022/06
Pró-água Poços Artesianos Ltda-me - 815371/06
Robson Leal Nunes - 815580/06
Rodrigo Luis Hobi - 815432/06
Rodrigo Martins - 815138/06
Santa Rosa Extração de Areia Ltda - me - 815147/00
Saulo de Tarso Pinho Sousa - 815427/06
Tecnoclay Min Ind Comercio Ltda - 815446/06
Vilma Pelizzari Ghelere - 815571/06

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

RELAÇÃO Nº 167/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
a. Mendes Terraplanagem, Construção e Extração de Minerais Ltda - 815542/07 - A.I. 812/11, 815540/07 - A.I. 833/11, 815541/07 - A.I. 849/11
Acqualeve - Aproveitamento de Recursos Naturais Ltda - 815642/07 - A.I. 898/11
Adalberto Malkowski - 815801/06 - A.I. 851/11
Ademir Anton - 815791/07 - A.I. 879/11
Ademir João Vieira - 815304/05 - A.I. 801/11
Adilson José Otto - 815511/06 - A.I. 800/11
Aguinaldo Antunes Mendes - 815256/07 - A.I. 841/11
Andre Reis fi - 815701/07 - A.I. 470/08
Antônio Carlos Ferreira - 815341/07 - A.I. 861/11, 815572/07 - A.I. 818/11
Arael Kuhnen - 815588/07 - A.I. 817/11
Armando Micelli Teixeira - 815610/07 - A.I. 814/11
Aurélio Packer - 815721/07 - A.I. 888/11
Avelino Dionisio Momm - fi - 815611/07 - A.I. 824/11
Britaplan Britagem Planalto Ltda - 815772/07 - A.I. 882/11
Cambirela EXT. COM. de Silix Ltda - 815780/06 - A.I. 830/11
Carbonifera Criciuma S.A. - 815810/06 - A.I. 848/11
Carlos Roberto Amante - 815815/06 - A.I. 863/11, 815814/06 - A.I. 847/11, 815687/06 - A.I. 804/11
Carolina Amalia Barcellos Silva - 815781/06 - A.I. 829/11
Cdv Mineração e Transportes Rodoviários de Cargas LTDA. - 815783/06 - A.I. 828/11
Cerâmica Bom Jesus Ltda Epp - 815606/07 - A.I. 815/11
Ceramica jr Ltda - 815784/06 - A.I. 827/11
Ceramica Lontrense Ltda me - 815464/07 - A.I. 834/11
Cerâmica Pereira Ltda - 815615/07 - A.I. 822/11
Cerâmica Rainha Ltda - 815239/07 - A.I. 842/11
Ceramica Santa Maria Ltda - 815785/06 - A.I. 826/11
Ceramica Wippel e Filhos LTDA. - 815690/07 - A.I. 892/11
Cervejaria Kilsen Ltda - 815309/00 - A.I. 798/11
Cetarb Comércio de Minérios Ltda - 815816/07 - A.I. 877/11
Cimentubo Artefatos de Cimento Ltda - 815649/07 - A.I. 895/11
Cintia Beilfuss Murceski - 815734/07 - A.I. 887/11
Comércio de Pedras Nininho Lltda me - 815111/07 - A.I. 846/11
Comércio e Extração de Areia nh Ltda Epp - 815809/06 - A.I. 850/11
Companhia Brasileira de Alumínio - 815758/07 - A.I. 885/11
Construtora Nunes Ltda - 815119/04 - A.I. 852/11
Construtora Triunfo sa - 815505/07 - A.I. 837/11
Cristal Tech Construtora Ltda - 815765/07 - A.I. 884/11
Crusader do Brasil Mineração Ltda - 815780/07 - A.I. 880/11
Cubatão Pesquisas LTDA. - 815383/06 - A.I. 810/11
Cysy Mineração Ltda - 815723/06 - A.I. 803/11, 815753/07 - A.I. 886/11, 815638/07 - A.I. 900/11
Dênio Fabiano Sommariva - 815187/02 - A.I. 795/11
Diomar Becker Berto - 815720/07 - A.I. 889/11
Empreiteira Fortunato Ltda - 815438/07 - A.I. 835/11
Extração de Areia Argila e Transporte Santa Helena Ltda - 815526/87 - A.I. 811/11, 815534/07 - A.I. 813/11
Extração de Areia Fundão Ltda - 815749/06 - A.I. 809/11
Geradora de Energia Nova Fátima S.A. - 815200/07 - A.I. 843/11
Hilton Grave - 816061/95 - A.I. 794/11
Indústria Cerâmica Volkmann Ltda - 815319/05 - A.I. 802/11
j m Comércio e Mineração de Pedras LTDA. - 815596/07 - A.I. 816/11
Jan Envasadora de Águas Minerais Ltda Epp - 815771/07 - A.I. 883/11
Joao Paulo Martins Terraplanagem me - 815650/07 - A.I. 896/11
José Agostinelli Neto - 815288/07 - A.I. 836/11
José Mário Pires me - 815634/06 - A.I. 807/11
Keshers Comercial e Patrimonial Ltda - 815410/07 - A.I. 470/08
Klace s a Pisos e Azulejos - 815809/07 - A.I. 874/11, 815811/07 - A.I. 875/11, 815810/07 - A.I. 876/11
Leandro Vilmar Barreiros - 815621/07 - A.I. 821/11
Ledio Rui de Bona Sartor - 815738/06 - A.I. 797/11
Levino Campigotto - 815292/07 - A.I. 862/11
Luis Carlos Barbosa - 815502/07 - A.I. 838/11
Luiz Claudio Rodrigues - 815637/06 - A.I. 854/11, 815392/07 - A.I. 860/11, 815391/07 - A.I. 872/11
Luzia Tomelin Wonsiewski - 815790/06 - A.I. 825/11
Mdm Pedras Ltda - 815470/07 - A.I. 839/11
Miguel Sommariva Junior - 815612/07 - A.I. 823/11, 815667/07 - A.I. 893/11
Mineração sk Ltda - 815548/07 - A.I. 832/11
Naturasul Construtora Ltda - 815644/07 - A.I. 897/11
Orestes Matos da Silva - 815150/07 - A.I. 845/11
Osnir Giovanella - 815776/07 - A.I. 881/11
Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras LTDA. - 815663/07 - A.I. 894/11
Paraiso Comércio de Materiais de Construção e Terraplanagem Ltda - 815556/07 - A.I. 819/11
Paulo Cesar de Bittencourt me - 815431/07 - A.I. 864/11
Paulo Roberto Machado Speck - 815471/06 - A.I. 853/11
Ribeirão do Cobre-extração,com.transp.erepr.de Minerios Ltda.-me - 815779/06 - A.I. 831/11, 815727/06 - A.I. 805/11
Ricardo Daher Maluf - 815815/07 - A.I. 878/11
Roberto Gallon - 815196/07 - A.I. 844/11
Santa Izabel Mineradora Ltda me - 815582/06 - A.I. 796/11
Sebastião Francisco Ramos Filho - 815247/87 - A.I. 793/11
Serdel Serviços de Drenagens e Escavações Ltda - 815550/07 - A.I. 820/11
sl Vieira Comércio e Terraplanagem Ltda me - 815467/07 - A.I. 840/11
Tecnoclay Min Ind Comercio Ltda - 815503/06 - A.I. 799/11
Tjf Extração e Comércio de Areia LTDA. - 815700/07 - A.I. 890/11, 815641/07 - A.I. 899/11
Torc Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda - 815695/07 - A.I. 891/11
Votorantim Metais S.a - 815419/07 - A.I. 867/11, 815418/07 - A.I. 868/11, 815417/07 - A.I. 869/11, 815416/07 - A.I. 870/11, 815415/07 - A.I. 871/11
Vss Comercio e Construcoes LTDA. - 815733/06 - A.I. 806/11, 815734/06 - A.I. 808/11
Wct-weber Construções e Terraplanagem LTDA. - 815429/07 - A.I. 865/11

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 124/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
864.115/2007-ADAIL VIANA SANTANA- NOT. N°161/2010 - 17º - DNPM/TO
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
864.115/2007-ADAIL VIANA SANTANA- AI N°44/2010 - 17º - DNPM/TO
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
864.115/2007-ADAIL VIANA SANTANA- NOT. N°162/2010 - 17º - DNPM/TO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
864.520/2011-JUCELINO MARTINS DA CUNHA- DOU de 27/10/2011

RELAÇÃO Nº 125/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
864.719/2011-ADAUTO CARVALHO SILVA
864.748/2011-ADÃO UMPIERRE BARETO
864.749/2011-ADÃO UMPIERRE BARETO
864.750/2011-ADÃO UMPIERRE BARETO
864.751/2011-ADÃO UMPIERRE BARETO
864.752/2011-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA
864.754/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.755/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.756/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.757/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.758/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.759/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.760/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.761/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.762/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.763/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.764/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.765/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.780/2011-WANDERLEY MIRANDA OLIVEIRA RODRIGUES ME
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
864.115/2007-ADAIL VIANA SANTANA-AI N°44/2010 - 17º - DNPM/TO
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.471/2007-RAFAEL FIGUEIREDO CURCIO- Cessionário:VOTORANTIM CIMENTO S. A.- CPF ou CNPJ 01.637.895/0001-32-Alvará n°12.575/2007
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
864.309/2009-ANANIAS PONCE LACERDA NETO -Alvará N°14.665/2010

RELAÇÃO Nº 126/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.302/2003-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°191/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.173/2004-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°181/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.174/2004-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°181/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.175/2004-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°181/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.176/2004-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°181/2011 - SFAM/DNPM/TO
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
864.299/2003-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO- Área de 9.300,52 para 203,92-Calcário
864.300/2003-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO- Área de 3.531,44 para 248,60-Calcário
864.096/2004-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO- Área de 804,16 para 144,56-Calcário
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
864.182/2004-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-Turfa e Argila
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.363/2003-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.
864.052/2004-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
864.223/2002-MINERAÇÃO CANA BRAVA LTDA-AI N°566/2011 - DNPM/TO
864.142/2006-JORGE DOMINGOS MONTEIRO-AI N°560/2011 - DNPM/TO
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
864.111/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°182/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.115/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°183/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.116/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°186/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.118/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°185/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.119/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°184/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.120/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°188/2011 - SFAM/DNPM/TO
864.121/2006-SENIELTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°187/2011 - SFAM/DNPM/TO

RELAÇÃO Nº 127/2011

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
864.414/1997-LUIZ CARLOS DOS SANTOS- NOT. N°412/2010 - DNPM/TO

RELAÇÃO Nº 128/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Adari Guilherme da Silva - 864501/07
Airton Garcia Ferreira - 864532/05, 864414/06

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Álvaro Agapito de Moura - 864184/06, 864534/05, 864535/05, 864494/05, 864343/05, 864178/06, 864179/06, 864182/06, 864194/06, 864018/06
Andrea Braga da Silva - 864495/06
Benvindo Rodrigues Neto - 864352/05
Carlos Antonio Rabelo de Oliveira - 864551/06
Cia de Cimento Tocantins - 864520/06
Damião Raposo - 864553/06
Daniel Vicente Ferreira Naves - 864436/06
Edmar Virgílio de Paiva - 864426/06
Elenira Duarte Rosa - 864281/05
Fausto Batista de Lima - 864045/05, 864405/06
Gerson da Silva - 864427/07
Granto LTDA. - me - 864347/05
Ivan Guimarães Coelho - 864372/06
João de Lima Rolim - 864189/05, 864522/06
Karla Aires Sabag Pontes - me - 864409/06, 864506/06
Maria Ivete Hosaka - 864931/95
Mineração Cana Brava Ltda - 864152/05, 864199/05, 864502/05, 864508/06
Mineração j m Ltda - 864513/05
Orvasil Alves Garcia - 864547/05
Paulo Roberto Borges Guimarães - 860575/91
Physical Extração Industria e Comércio de Minérios LTDA. - 864514/05, 864515/05
Renilce Maria Silva Cavalcanti - 864266/06, 864251/06
Richard Santiago Pereira - 864431/06
Robledo Eurípedes Vieira de Resende - 864552/06
Rogério Ayres de Cmelo - 864505/06
Sérgio Rodrigo Araújo de Andrade - 864530/06
Toctao Engenharia Ltda - 864298/05
W.canal (depósito Lago Azul) - 864272/05
Wilson Machado Correia - 864530/05

JOAQUIM TOMAZ DE SOUZA NETO

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

PORTARIA Nº 40, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA no SUL do PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/ n°20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia subseqüente; pela Instrução Normativa/INCRA/nº.34, de 23 de maio de 2006; pela Instrução Normativa/INCRA/n°62, de 21 de junho de 2010; e tendo em vista a decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional - CDR desta Superintendência em 10 de maio de 2011, resolve:

Art. 1° - Ratificar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada extrajudicialmente, no bojo do processo de ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado "Fazenda São José da Água Bonita", localizado no município de Conceição do Araguaia (PA), com área registrada de 1.152,5528 hectares e medida de 1.153,0004 hectares, sendo avaliada com base na área de 1.152,5528 hectares, acordo feito mediante concordância da Procuradoria Federal Especializada/SR-27, e que se fundamentou no valor global de R$ 1.440.015,01(um milhão, quatrocentos e quarenta mil, quinze reais e um centavos), sendo R$ 952.251,60 (novecentos e cinqüenta e dois mil, duzentos e cinqüenta e um reais e sessenta centavos) em Títulos da Dívida Agrária (TDA) para pagamento da terra-nua e R$ 487.763,41 (quatrocentos e oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos) em espécie para pagamento das benfeitorias, correspondentes à oferta inicial feita pelo INCRA. O valor terra nua deverá ser indenizado pelo cancelamento e relançamento de 10.365 Títulos da Dívida Agrária (TDA), nominativos a expropriada Jacilene Rodrigues da Silva, CPF n° 713.788.802-00, na proporção de 100% com o prazo de resgate de 5(cinco anos), correção monetária pela TR (Taxa Referencial) e juros de 6% ao ano, em consonância com a Medida Provisória n° 2.183-56/2001.

Art. 2° - Solicitar a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento que autorize a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as Providências necessárias ao cancelamento e relançamento dos TDA's.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON LUIZ BONETTI

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ - SR(27), DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal, criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.321, de 23 de outubro de 1984, por seu Superintendente/Coordenador, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do Art. 7º da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o Inciso IV do Art.13, do Regimento Interno aprovado pela Portaria/MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, e tendo em vista a decisão adotada em sua 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2011 e,

CONSIDERANDO os termos da proposta de ratificação de acordo firmado com a proprietária do imóvel, nos autos do Processo Administrativo de Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária (Processo Administrativo Nº 54600.001768/2007-45), que tem por objeto o imóvel rural denominado "Fazenda São José da Água Bonita", localizado no município de Conceição do Araguaia/PA, com área registrada de 1.152,5528 hectares.

CONSIDERANDO que após o regular procedimento administrativo de levantamento de dados e informações preliminares, a Procuradoria Regional Especializada do INCRA/SR-27 manifestou-se pelo cabimento da desapropriação visando a publicação do decreto expropriatório que declara o imóvel rural de interesse social para fins de reforma agrária, e que a mesma, em face da publicação do decreto expropriatório no Diário Oficial da União, em 14 de janeiro de 2005, nos termos do art. 5º, § 2º da Lei nº 8.629/93 c/c o art. 2º da Lei nº 76/93, intentou Ação de Desapropriação por interesse social para obtenção e destinação do imóvel ao programa de Reforma Agrária, protocolizado sob o nº 805-24.2011.4.01.3905.

CONSIDERANDO a proposta de acordo, ficando assegurado o pagamento de preço aferido no laudo administrativo, no valor de R$ 1.440.015,01 (um milhão, quatrocentos quarenta mil, quinze reais e um centavos) sendo R$ 952.251,60 (novecentos e cinqüenta e dois mil, duzentos e cinqüenta e um reais e sessenta centavos) em Títulos da Dívida Agrária (TDA) para pagamento da terra nua e R$ 487.763,41 (quatrocentos e oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos) em espécie para pagamento das benfeitorias, correspondentes à oferta inicial feita pelo INCRA os quais serão reemitidos para adequação aos termos do ajuste. Esclarece ainda que, em decorrência do ajuste, o prazo de resgate das TDA's retratado nos autos será reduzido para 05(cinco) anos, conforme autoriza a MP/nº 2.183-56/01, nominativos à expropriada, bem como o aumento da taxa dos juros remuneratórios de 3% para 6% ao ano.

CONSIDERANDO o entendimento da especializada jurídica da SR-27, de que o referido acordo atende plenamente os interesses da Autarquia, pois não diverge do preço ofertado inicialmente e destinado ao pagamento de indenização de benfeitorias e VTN, com redução das custas, visto ainda que, o valor está compatível com os preços praticados na região, satisfazendo o preceito constitucional do preço justo;

CONSIDERANDO que os argumentos constantes nos autos justificam econômica e financeiramente a conveniência de prosseguimento da proposta de acordo, bem como para atender os princípios de oportunidade e conveniência administrativa, resolve:

Art.1º - APROVAR o ato que deliberou sobre a composição amigável apresentada pela expropriada Jacilene Rodrigues da Silva, visando por fim à Ação de Desapropriação relativamente ao imóvel rural denominado "Fazenda São José da Água Bonita", localizado no município de Conceição do Araguaia/PA, com área registrada de 1.152,5528 hectares, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, através do Decreto datado de 14 de julho de 2009, publicado no DOU de 15 de julho de 2009. O referido acordo implicará no lançamento de 10.365 Títulos da Dívida Agrária, nominativos à Jacilene Rodrigues da Silva.

Art.2° - Aprovar a proposta de acordo homologada extrajudicialmente, no bojo da ação de desapropriação.

Art.3° - Autorizar o Superintendente Regional a encaminhar solicitação à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento visando a autorizar a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias para o cancelamento dos títulos originais e seu relançamento com prazo de resgate de 5(cinco) anos.

Art.4° - Autorizar o Superintendente Regional a baixar Portaria para execução desta Resolução.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON LUIZ BONETTI
Coordenador

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 279, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011(*)

Dispõe sobre o Regime de Origem para Compras Governamentais.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, de acordo com o § 6º, do art. 8º, do Decreto 7.546, de 2 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Regime de Origem para Compras Governamentais, para efeitos de aplicação da margem de preferência.

Art. 2º O presente Regime define as normas de origem que deverão ser consideradas para que uma mercadoria atenda o conceito de produto manufaturado nacional disposto no art. 2º, item IV, do Decreto 7.546, de 2 de agosto de 2011.

Art. 3º Para efeitos do presente Regime:

I - "Material" significa qualquer insumo, matéria-prima, componente ou peça, etc., utilizado na fabricação do produto;

II - "Produto" significa o bem acabado ofertado no certame licitatório;

III - "Produto ou material totalmente obtido" significa o produto ou material que não é composto por insumos, matéria-primas, componentes ou peças, etc., importados;

IV - "TIPI" significa a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados;

V - Código NCM significa o código da Nomenclatura Comum do MERCOSUL;

VI - "Capítulo", "posição" e "subposição" do código NCM disposto na TIPI, significam os primeiros 2, 4 e 6 dígitos, respectivamente, contantes no código NCM que identifica o produto;

VII - "Mudança de capítulo", significa a alteração de qualquer um dos dois primeiros dígitos do código NCM dos materiais importados em relação ao código NCM do produto;

VIII - "Mudança de posição", significa a alteração de qualquer um dos quatro primeiros dígitos do código NCM dos materiais importados em relação ao código NCM do produto;

IX - "Mudança de subposição", significa a alteração de qualquer um dos seis primeiros dígitos do código NCM dos materiais importados em relação ao código NCM do produto; e

X - "Requisito específico de origem" significa a regra para fabricação ou processamento do produto a partir de materiais importados.

Art. 4º Serão considerados originários:

I - Os produtos totalmente obtidos; ou

II - Os produtos que cumpram os requisitos específicos de origem dispostos no Anexo I.

Art. 5º Para os produtos do Anexo I que estejam sujeitos a requisitos específicos baseados na regra de participação percentual do Valor CIF dos Materiais Importados (VMI%), dever-se-á utilizar a seguinte fórmula:

$$\left(\frac{\textit{valor CIF dos materiais importados}}{\textit{valor de venda da mercadoria pelo produtor}}\right) x\ 100 = VMI\%$$

§ 1º Considera-se "valor CIF dos materiais importados" o valor dos materiais importados convertidos em Reais (R$) na data de registro da Declaração de Importação (DI) da mercadoria submetida a despacho aduaneiro.

§ 2º Considera-se "valor de venda da mercadoria pelo produtor" o valor contido na nota fiscal emitida pelo estabelecimento industrial conforme a legislação nacional aplicável.

Art. 6º A Declaração de Origem é o documento pelo qual o licitante manifesta que o produto objeto de licitação cumpre com a regras do presente regime.

Parágrafo único. O licitante se comprometerá a fornecer os documentos necessários à comprovação de origem do produto e garantirá as condições de verificação no local de fabricação.

Art. 7º Deverá ser apresentada uma Declaração de Origem por produto ofertado, objeto da licitação.

Art. 8º A Declaração de Origem deverá ser preenchida e assinada pelo licitante, conforme modelo disposto no Anexo II e não deverá conter rasuras.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

Lista de Requisitos Específicos de Origem

NCM	Requisitos Específicos de Origem
4202.92.00	Mudança de posição ou fabricação na qual o valor CIF dos materiais importados não exceda 40% do valor de venda da mercadoria pelo produtor.
4202.99.00	Mudança de posição ou fabricação na qual o valor CIF dos materiais importados não exceda 40% do valor de venda da mercadoria pelo produtor.
6103.43.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6104.63.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6107.11.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6109.10.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6109.90.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6112.31.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6115.95.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6115.96.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6116.91.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6202.93.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58, do Capítulo 60 e das Posições 9606 e 9607.
6203.41.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58, do Capítulo 60 e das Posições 9606 e 9607.
6203.43.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6204.52.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58, do Capítulo 60 e das Posições 9606 e 9607.
6204.62.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58, do Capítulo 60 e das Posições 9606 e 9607.
6217.10.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6301.40.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6304.92.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, o Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
6304.93.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, o Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e o Capítulo 60.
6304.99.00	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, o Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e o Capítulo 60.
6403.59.90	Fabricação na qual o valor CIF dos materiais importados de terceiros países não exceda 40% do valor de venda da mercadoria pelo produtor.
6403.99.90	Fabricação na qual o valor CIF dos materiais importados de terceiros países não exceda 40% do valor de venda da mercadoria pelo produtor.
6404.11.00	Fabricação na qual o valor CIF dos materiais importados de terceiros países não exceda 40% do valor de venda da mercadoria pelo produtor.
6404.19.00	Fabricação na qual o valor CIF dos materiais importados de terceiros países não exceda 40% do valor de venda da mercadoria pelo produtor.
6505.90.11	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 5204 a 5212, 5401 a 5402, 5508, 5804, 5810, 6004 a 6006.
6505.90.22	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58, do Capítulo 60.
6505.90.90	Mudança de Capítulo, exceto das Posições 50.04 a 50.07, 51.06 a 51.13, 52.04 a 52.12, 53.06 a 53.11, do Capítulo 54, das Posições 55.08 a 55.16, do Capítulo 58 e do Capítulo 60.
9404.30.00	Mudança de posição ou fabricação na qual o valor CIF dos materiais importados de terceiros países não exceda 40% do valor de venda da mercadoria pelo produtor.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ORIGEM
CERTAME _____, DE ___/___/_____

1. Identificação do Licitante	

PRODUTO OBJETO DA LICITAÇÃO

2. Código NCM	3. Descrição do Produto

MATERIAIS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO

Elaborados ou Totalmente Obtidos no Brasil:

4. Código NCM	5. Descrição dos Materiais

Importados de Terceiros Países:

6. Código NCM	7. Descrição dos Materiais	8. País de Origem	9. Participação % do valor CIF (R$) de aquisição de cada um dos materiais importados que componham o valor de venda da mercadoria pelo produtor
		TOTAL (%)	

10.Descrição do Processo Produtivo:

11.Descrição do Requisito de Origem:

12. DECLARAÇÃO DE ORIGEM
Declaramos para os fins de direito que o descrito neste documento é verdadeiro, sendo fiel a comprovação da origem do produto ofertado neste certame licitatório, submetendo-nos às penalidades legais, por omissão ou falsa informação desta declaração, definidas na legislação brasileira.

13. Local e data

Nome, cargo e assinatura do licitante

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

CAMPO	DESCRIÇÃO
1	Nome da empresa licitante, endereço completo da empresa, fax, telefone, CNPJ e-mail do responsável na empresa.
2	Código NCM disposto na TIPI (Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados) correspondente ao produto ofertado.
3	Descrição da mercadoria ofertada conforme o edital de licitação.
4	Relacionar os códigos NCM correspondentes aos materiais originários do Brasil que foram incorporados na fabricação do produto ofertado.
5	Descrição dos materiais elaborados ou totalmente obtidos no Brasil utilizados na fabricação do produto correspondente a cada código NCM relacionado no campo 4.
6	Códigos NCM correspondentes aos materiais importados que foram incorporados ao produto.
7	Descrição dos materiais importados que foram incorporados ao produto de acordo com o código NCM disposto no campo 6.
8	País de origem de cada um dos materiais importados.
9	Participação em % do valor CIF em Real (R$) de aquisição de cada um dos materiais importados que compõem o valor de venda da mercadoria pelo produtor, e % total (VMI%) conforme disposto no art. 4º deste Regime de Origem.
10	Descrição detalhada do processo produtivo utilizado para elaboração da mercadoria ofertada.
11	Descrição do requisito específico de origem que corresponde à mercadoria ofertada.
12	Declaração de Origem conforme o texto disposto no campo 12.
13	Local, data, nome, cargo e assinatura do Licitante.

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 22-11-2011, Seção 1, págs 61 e 62, com incorreção no original.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

C.N.P.J Nº : 33.657.248/0001-89

BALANCETES PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 - EM R$ MIL

ATIVO

	BNDES	CONSOLIDADO
ATIVO CIRCULANTE	65.142.953	97.290.396
DISPONIBILIDADES	13.164	17.854
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	10.167.366	10.167.366
Aplicações em Depósitos interfinanceiros	10.056.710	10.056.710
Aplicações em operações compromissadas	109.358	109.358
Aplicações em carteira de câmbio	1.298	1.298
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	11.028.643	14.632.294
Títulos Públicos	8.764.397	8.764.397
Cotas de fundos exclusivos	1.856.129	3.042.891
Debêntures disponíveis para venda	269.198	270.190
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	136.874	136.874
Debêntures mantidas até o vencimento	2.045	2.045
Cotas de fundos de investimento	-	1.823.895
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	-	489.854
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	-	102.148
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	19.558.094	45.293.026
Créditos vinculados	28	28
Repasses interfinanceiros	19.595.371	45.461.600
Recursos livres	15.904.409	41.770.638
Recursos Fundo PIS/PASEP	3.690.962	3.690.962
(-) Provisão para risco de crédito	(37.305)	(168.602)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	21.460.427	22.410.736
Operações de crédito	21.640.600	22.606.153
Recursos livres	19.930.231	20.895.784
Recursos Fundo PIS/PASEP	644.230	644.230
Recursos Fundo Marinha Mercante	1.066.139	1.066.139
(-) Provisão para risco de crédito	(180.173)	(195.417)
OUTROS CRÉDITOS	2.419.530	4.273.391
Direitos Recebíveis	101.938	134.033
(-) Provisão para risco de crédito	(40)	(16.206)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	211.183
(-) Provisão para risco de crédito	-	(28.780)
Direitos a receber - Eletrobrás	1.569.212	1.569.212
Créditos tributários	250.142	310.227
Devedores por depósitos em garantia	141.764	572.721
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	105.215	938.685
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	97.158	454.430
Pagamentos a ressarcir	54.707	16.199
Diversos	99.434	111.687
OUTROS VALORES E BENS	495.729	495.729
Despesas antecipadas	486.333	486.333
Outros valores e bens	9.396	9.396
ATIVO NÃO CIRCULANTE	502.751.832	489.028.194
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	425.158.910	472.279.460
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	43.674.359	122.460.139
Títulos Públicos	28.892.638	28.892.638
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	10.556.332	76.628.394
Debêntures mantidas até o vencimento	2.957.485	5.284.604
(-) Provisão para risco de crédito	(3.135)	(21.858)
Debêntures disponíveis para venda	1.269.595	11.674.917
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	1.444	1.444
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	200.475.063	156.363.220
Repasses interfinanceiros	200.857.445	157.078.894
Recursos livres	175.809.020	132.030.469
Recursos Fundo PIS/PASEP	25.048.425	25.048.425
(-) Provisão para risco de crédito	(382.382)	(715.674)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	172.780.792	179.129.926
Operações de crédito	174.231.393	180.682.372
Recursos livres	165.297.834	171.748.813
Recursos Fundo PIS/PASEP	1.567.383	1.567.383
Recursos Fundo Marinha Mercante	7.366.176	7.366.176
(-) Provisão para risco de crédito	(1.450.601)	(1.552.446)
OUTROS CRÉDITOS	8.228.696	14.326.175
Direitos Recebíveis	947.960	947.674
(-) Provisão para risco de crédito	(369)	(225)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	1.048.667
(-) Provisão para risco de crédito	-	(154.487)
Créditos perante o Tesouro Nacional	2.964.665	6.485.092
Créditos tributários	2.500.427	3.227.060
Direitos a receber - Eletrobrás	1.569.213	1.569.213
Incentivos fiscais	246.800	559.701
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	-	643.480

PASSIVO

	BNDES	CONSOLIDADO
PASSIVO CIRCULANTE	11.898.247	13.126.043
DEPÓSITOS	269	269
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	904	904
Recursos em trânsito de terceiros	904	904
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	596.758	726.804
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	4.582.995	4.580.354
Empréstimos no país	367.135	367.135
Empréstimos no exterior	663.827	663.827
Bônus	663.827	663.827
Repasses no país	2.519.334	2.516.693
Tesouro Nacional	1.443.288	1.443.288
Fundo da Marinha Mercante	1.067.762	1.067.762
Controladas	2.641	-
Outros	5.643	5.643
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	1.032.699	1.032.699
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.495.620	5.596.011
Fundos financeiros e de desenvolvimento	2.531.370	2.535.640
Fundo PIS/PASEP	1.896.432	1.896.432
Outros	634.938	639.208
Obrigações por depósitos a apropriar	666.485	666.485
Impostos e contribuições sobre o lucro	576.155	832.382
Outros impostos e contribuições	58.088	69.861
Impostos e contribuições diferidos	50.994	85.737
Provisão para programa de desligamento de funcionários	49.181	72.691
Contas a pagar - FAPES	24.697	32.885
Passivo atuarial - FAMS	12.337	18.654
Vinculadas ao Tesouro Nacional	7.350	126.464
Provisões trabalhistas e cíveis	1.295	1.303
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	-	161.868
Credores vinculados a liquidação operação	-	81.239
Diversas	517.668	910.802
INSTRUMENTOS HIBRÍDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	536.674	536.674
Secretaria do Tesouro Nacional	536.674	536.674
DÍVIDAS SUBORDINADAS	1.685.027	1.685.027
FAT Constitucional	1.685.027	1.685.027
Outras dívidas subordinadas	1.685.027	1.685.027
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	499.622.956	516.818.965
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS ESPECIAIS	21.163.363	21.163.363
Depósitos especiais - FAT	21.163.363	21.163.363
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	5.804.120	11.277.827
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	308.963.328	311.687.522
Empréstimos no país	5.015.990	5.015.990
Empréstimos no exterior	7.843.310	7.843.310
Bônus	7.843.310	7.843.310
Repasses no país	283.277.790	286.001.984
Tesouro Nacional	275.443.295	278.252.935
Fundo da Marinha Mercante	7.721.125	7.721.125
Controladas	85.445	-
Outros	27.925	27.924
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	12.826.238	12.826.238
OUTRAS OBRIGAÇÕES	31.510.730	40.508.838
Fundos financeiros e de desenvolvimento	29.512.692	29.512.692
Fundo PIS/PASEP	29.512.692	29.512.692
Passivo atuarial - FAMS	680.115	854.026
Contas a pagar - FAPES	503.888	653.386
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	364.174	364.174
Impostos e contribuições diferidos	274.366	8.387.480
Provisões trabalhistas e cíveis	162.622	718.331
Provisão para programa de desligamento de funcionários	12.873	18.749
INSTRUMENTOS HIBRÍDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	12.867.503	12.867.503
Secretaria do Tesouro Nacional	12.867.503	12.867.503
Outros instrumentos híbridos de capital e dívida	6.653.042	6.650.250
Elegível a capital	6.214.461	6.217.253
DÍVIDAS SUBORDINADAS	119.313.912	119.313.912
FAT Constitucional	119.313.912	119.313.912
Outras dívidas subordinadas	93.810.585	93.821.288
Elegível a Capital	25.503.327	25.492.624
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.373.582	56.373.582
Capital social	29.557.415	29.557.415
Aumento de capital em curso	6.400.000	6.400.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INVESTIMENTOS	77.449.625	16.605.437	Reservas de lucros	2.347.814	2.347.814
Participações em controladas e coligadas	77.307.428	16.463.239	Reservas legal	843.997	843.997
Outras participações	100.000	100.000	Reservas de incentivos fiscais	61.215	61.215
Outros investimentos	42.197	42.198	Reservas para aumento de capital	1.442.602	1.442.602
			Ajuste de avaliação patrimonial	11.759.936	11.759.936
IMOBILIZADO DE USO	107.112	107.112	Própria	(2.364.753)	(2.364.753)
			De coligadas e controladas	14.124.689	14.124.689
INTANGÍVEL	32.276	32.276	Lucros acumulados	3.721.291	3.721.291
			Períodos anteriores	3.721.291	3.721.291
DIFERIDO	3.909	3.909	Resultado do semestre	2.587.126	2.587.126
			Receitas da intermediação financeira	18.598.766	19.228.550
			Despesas da intermediação financeira	(16.435.460)	(16.915.375)
			Outras receitas/despesas operacionais	346.899	364.177
			Imposto de renda e contribuição social	(23.534)	(141.967)
			Impostos diferidos - constituição (realização)	100.455	51.741
TOTAL DO ATIVO	567.894.785	586.318.590	TOTAL DO PASSIVO	567.894.785	586.318.590

* Informações não examinadas pelo auditor independente e conselhos de administração e fiscal.

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Presidente

JOÃO CARLOS FERRAZ
Diretor - Vice-Presidente

JULIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO
Diretor

MAURÍCIO BORGES LEMOS
Diretor

ELVIO LIMA GASPAR
Diretor

LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA
Diretor

LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES
Diretor

ROBERTO ZURLI MACHADO
Diretor

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC - RJ 087956/O-8

SELMO ARONOVICH
Superintendente da Área Financeira

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL

C.N.P.J. Nº 33.660.564/0001-00

BALANCETE PATRIMONIAL

EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 - EM R$ MIL

A T I V O		P A S S I V O	
ATIVO CIRCULANTE	31.595.104	PASSIVO CIRCULANTE	5.049.338
DISPONIBILIDADES	5	OBRIGAÇÕES POR REPASSES	4.232.192
		Repasses com o BNDES	4.232.192
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	578.448		
Fundo BB Extramercado	578.448	OUTRAS OBRIGAÇÕES	817.146
		Impostos e contribuições sobre o lucro	256.227
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	30.036.740	Depósitos a apropriar	226.325
Repasses interfinanceiros	30.168.037	Vinculadas ao Tesouro Nacional	119.114
(-) Provisão para risco de crédito	(131.297)	Credores vinculados liquidação operação	29.988
		Provisão para programa de desligamento de funcionários	10.477
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	950.309	Outros impostos e contribuições	4.692
Operações de crédito	965.553	Contas a pagar - FAPES	2.164
(-) Provisão para risco de crédito	(15.244)	Passivo atuarial - FAMS	1.482
		Débitos tributários	12
OUTROS CRÉDITOS	29.602	Provisões trabalhistas e cíveis	5
Créditos tributários	17.148	Diversas	166.660
Diversos	12.454		
		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	105.708.081
ATIVO NÃO CIRCULANTE	86.276.669		
		OBRIGAÇÕES POR REPASSES	105.619.998
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	86.276.669	Repasses com o BNDES	105.619.998
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	182	OUTRAS OBRIGAÇÕES	88.083
Ações de Cias Abertas	182	Passivo atuarial - FAMS	46.557
		Contas a pagar - FAPES	39.202
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	76.247.420	Provisão para programa de desligamento de funcionários	1.770
Repasses interfinanceiros	76.580.712	Provisões trabalhistas e cíveis	554
(-) Provisão para risco de crédito	(333.292)		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.114.354
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.349.135	Capital social	6.498.926
Operações de crédito	6.450.980	Reservas de lucros	39.657
(-) Provisão para risco de crédito	(101.845)	Reserva legal	26.463

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011112300074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Reserva de incentivos fiscais	13.194
OUTROS CRÉDITOS	3.679.932	Ajustes de avaliação patrimonial	15
Direitos vinculados Tesouro Nacional	3.520.427	Própria	15
Créditos tributários	125.278	Lucros (Prejuizos) Acumulados	437.889
Incentivos fiscais	34.227	Resultado do semestre	137.867
		Receitas da intermediação financeira	3.178.292
		Despesas da intermediação financeira	(2.897.973)
		Outras receitas/despesas operacionais	(51.185)
		Imposto de renda e contribuição social	(110.067)
		Impostos diferidos - constituição (realização)	18.800
TOTAL DO ATIVO	117.871.773	TOTAL DO PASSIVO	117.871.773

* Informações não examinadas pelo auditor independente e conselhos de administração e fiscal

JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

LUCIANO GALVÃO COUTINHO

Diretor-Presidente

Membros:

MAURICIO BORGES LEMOS - Diretor BNDES

LUIZ AUBERT NETO

EDUARDO EUGÊNIO GOUVÊA VIEIRA

FRANCISCO DE ASSIS CREMA

GABRIEL JORGE FERREIRA

ROBERTO SMITH

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA FALCON

MARCIO LEÃO COELHO

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC - RJ 087956/O-8

SELMO ARONOVICH
Superintendente da Área Financeira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BNDES PARTICIPAÇÕES S/A

C.N.P.J. Nº 00.383.281/0001-09

BALANCETE PATRIMONIAL

EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 - EM R$ MIL

A T I V O		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	4.874.208	PASSIVO CIRCULANTE	485.229
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	608.323	OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	130.046
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2.416.167	OBRIGAÇÕES POR REPASSES	67.098
Cotas de fundos de investimento	1.823.895	Repasses com o BNDES	67.098
Instrumentos financeiros derivativos	489.854		
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	102.148	OUTRAS OBRIGAÇÕES	288.085
Debêntures designadas	270	Instrumentos financeiros derivativos	161.868
		Credores vinculados liquidação operação	51.251
OUTROS CRÉDITOS	1.849.718	Provisão para programa de desligamento de funcionários	13.033
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	211.282	Outros impostos e contribuições	7.081
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(13.636)	Contas a pagar - FAPES	6.024
Direitos recebíveis	32.095	Passivo atuarial - FAMS	4.835
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(2.584)	Provisões trabalhistas e cíveis	3
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	833.470	Diversas	43.990
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	357.272		
Diversos	431.819	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	32.749.586
ATIVO NÃO CIRCULANTE	100.199.027	OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	5.473.708
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	81.435.071	OBRIGAÇÕES POR REPASSES	17.548.881
		Repasses com o BNDES	14.739.241
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	78.799.501	Repasses com a Sec. Tesouro Nacional	2.809.640
Ações e Certificado de Depósito de Ações	66.071.880		
Debêntures designadas	9.833.347	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.726.997
Empréstimos e recebíveis - Debêntures	2.446.559	Tributos diferidos	8.930.088
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(5.542)	Provisões trabalhistas e cíveis	555.155
Debêntures disponíveis para venda	453.257	Passivo atuarial - FAMS	127.353
		Contas a pagar - FAPES	110.296
OUTROS CRÉDITOS	2.635.570	Provisão para programa de desligamento de funcionários	4.105
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.134.112		
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(73.198)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71.838.420
Direitos recebíveis	14.339		
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(1.155)	Capital social	51.428.861
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	643.480	Reservas de capital	92.993
Créditos tributários	639.319	Reservas de lucros	2.827.587
Incentivos fiscais	278.673	Reserva legal	1.084.074
		Reserva de incentivos fiscais	191.649
INVESTIMENTOS	18.763.956	Reserva estatutária	1.551.864
Participações em coligadas	18.763.956	Ajustes de avaliação patrimonial	14.125.344

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011112300075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ajustes de títulos e valores mobiliários	14.385.378
Ajuste acumulado de conversão	(819.289)
Outros resultados abrangentes	559.255
Resultado do exercício	3.363.635
Receitas operacionais	6.085.303
Despesas operacionais	(1.473.180)
Outras Receitas/Despesas operacionais	(403.598)
Imposto de renda e contribuição social	(470.706)
Impostos diferidos - constituição (realização)	(374.184)
TOTAL DO ATIVO 105.073.235	TOTAL DO PASSIVO 105.073.235

* Informações não examinadas pelo auditor independente e conselhos de administração e fiscal.

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Diretor- Presidente

JOÃO CARLOS FERRAZ
Diretor - Superintendente

ELVIO LIMA GASPAR
Diretor

JULIO CESAR MACIEL RAMUNDO
Diretor

LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA
Diretor

LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES
Diretor

MAURÍCIO BORGES LEMOS
Diretor

ROBERTO ZURLI MACHADO
Diretor

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC - RJ 087956/O-8

SELMO ARONOVICH
Superintendente da Área Financeira

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 60, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52100.000174/2010-28 e considerando o requerimento da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., doravante peticionária, decide:

1. Encerrar, a pedido da peticionária, nos termos do art. 40 do Decreto nº 1.602, de 1995, a investigação iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 37, de 24 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U., de 26 de agosto de 2010, para averiguar a existência de dumping nas exportações da Federação da Rússia (Rússia), do Reino da Espanha (Espanha), da República da Coréia (Coréia do Sul) e da Romênia para o Brasil de laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo, podendo ser processados através de laminação convencional ou controlada e tratamento térmico, de espessura igual ou superior a 4,75mm, podendo variar em função da resistência, e largura igual ou superior a 600 mm, independentemente do comprimento, comumente classificados nos itens 7208.51.00 e 7208.52.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre estes.

2. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 151, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro à UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS, visando o apoio financeiro para "Implantação de 01 (um) Núcleo do Programa Segundo Tempo/Universitário e 01 (um) núcleo do Programa Segundo Tempo para Pessoas Portadoras de Deficiência."conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Financeiras/Departamento de Gestão Interna.

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS

Unidade Gestora: 153164 - Gestão: 26247-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS

Programa/Ação: 27.812.8028.4377.0001 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional.

Natureza de Despesa: 33.90.30 R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil)

33.90.36 R$ 165.900,00 (cento e sessenta e cinco mil e novecentos reais)

Valor Projeto: R$ 189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais).

Fonte: 118

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEELIS exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

PORTARIA Nº 179, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na área ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a publicação da PORTARIA nº 151, de 9 de julho de 2010; publicada no DOU de 22 de novembro de 2011, nº 223, página 63, por constar incorreções no texto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

RETIFICAÇÕES

Processo nº 58701.003297/2011-17.

No Diário Oficial da União nº 223, de 22 de novembro de 2011, na Seção 1, páginas 64/65, que publicou a PORTARIA nº 148, de 9 de novembro de 2011, onde se lê::

Unidade Gestora: 153028 Gestão: 26260-UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA,

leia-se::

Unidade Gestora: 153028 Gestão: 26260-UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS.

Processo nº 58701.003384/2011-66.

No Diário Oficial da União nº 223, de 22 de novembro de 2011, na Seção 1, página 67, que publicou a PORTARIA nº 169, de 17 de novembro de 2011, onde se lê: 33.90.18 - R$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinqüenta centavos). leia-se: 33.90.18 - R$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinqüenta reais).

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

RETIFICAÇÕES

No anexo da Portaria nº 432, de 3 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2011, Seção 1, páginas de 128/130:

I. No art. 2º, inciso I, c, onde se lê: "pela Ministra de Estado", leia-se: "pelo Ministro de Estado";

II. No Art. 4º, inciso IV, onde se lê: "o curso será ministrado; e ", leia-se: "o curso será ministrado";

III. No Capítulo III, Art. 17, onde se lê: "será autorizado pela Ministra de Estado de Meio Ambiente", leia-se: "será autorizado pelo Ministro Estado de Meio Ambiente";

IV. No Capítulo VIII, Art. 33, onde se lê: "O servidor também ficará obrigado a entregar o SCDP" leia-se: "O servidor também ficará obrigado a entregar o formulário Relatório de Viagem Internacional";

V. No Capítulo VIII, Parágrafo único, onde se lê: "Rio de Janeiroo", leia-se: "Rio de Janeiro".

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 502, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII desta Portaria, respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

ANEXO I
LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/0U UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		LEI + CRÉDITOS			DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a + b)	Custeio (d)	Investimento + Inv. Financ. (e)	Total (f) = (d+e)
20000	Presidência da República	1.874.495	465.883	2.340.378	1.425.809	200.690	1.626.499
20102	Vice-Presidência da República	3.200	300	3.500	3.198	300	3.498
20114	Advocacia-Geral da União	242.543	26.540	269.083	236.580	11.420	248.000
22000	Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.321.637	1.135.184	2.456.821	903.199	446.649	1.349.848
24000	Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação	3.781.544	1.203.936	4.985.479	3.031.636	1.050.374	4.082.010
25000	Min. da Fazenda	2.313.623	322.913	2.636.537	2.313.623	322.913	2.636.536
26000	Min. da Educação	2.617.361	1.439.638	4.056.999	2.135.526	785.644	2.921.170
28000	Min. do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	297.175	23.943	321.118	257.498	17.673	275.171
30000	Min. da Justiça	3.240.115	1.136.440	4.376.555	2.220.341	604.413	2.824.754
32000	Min. de Minas e Energia	345.830	165.289	511.119	251.847	14.235	266.081
33000	Min. da Previdência Social	1.720.337	130.612	1.850.949	1.569.826	127.837	1.697.663
35000	Min. das Relações Exteriores	1.083.261	65.965	1.149.226	861.150	30.000	891.150
36000	Min. da Saúde	7.748.495	3.610.495	11.358.990	7.730.052	3.167.390	10.897.442
38000	Min. do Trabalho e Emprego	1.296.189	99.336	1.395.525	934.585	45.800	980.385
39000	Min. dos Transportes	720.210	2.309.943	3.030.154	539.400	293.200	832.600
41000	Min. das Comunicações	700.749	348.751	1.049.500	321.000	148.000	469.000
42000	Min. da Cultura	992.130	306.366	1.298.496	639.538	157.000	796.538
44000	Min. do Meio Ambiente	628.725	238.696	867.421	531.181	102.321	633.502
47000	Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	615.693	48.042	663.735	601.662	48.042	649.704
49000	Min. do Desenvolvimento Agrário	1.444.090	1.319.874	2.763.964	989.308	1.319.875	2.309.183
51000	Min. do Esporte	1.109.934	1.622.862	2.732.796	541.576	484.779	1.026.355
52000	Min. da Defesa	5.388.096	5.442.863	10.830.959	4.689.667	4.632.329	9.321.996
53000	Min. da Integração Nacional	270.578	1.953.183	2.223.762	137.195	578.670	715.865
54000	Min. do Turismo	1.027.218	2.625.220	3.652.438	487.150	409.496	896.646
55000	Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2.930.239	514.161	3.444.400	3.000.303	395.324	3.395.627
56000	Min. das Cidades	335.042	3.351.496	3.686.538	288.400	352.154	640.554
58000	Min. da Pesca e Aqüicultura	241.943	281.688	523.631	158.872	58.219	217.091
71000	Encargos Financeiros da União	114.158	622.707	736.865	38.813	0	38.813
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	41.350	0	41.350	8.000	0	8.000
74902	Rec. Superv. Fundo Financ. Est. Ensino Superior/FIEES-MEC	143.795	0	143.795	141.423	0	141.423
74903	Rec. Superv. Fundo Nac. de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	0	60	60	0	60
74912	Rec. Superv. Fundo Nac. de Cultura	1.800	0	1.800	800	0	800
	TOTAL	44.591.615	30.812.327	75.403.942	36.989.217	15.804.746	52.793.963

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II
LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo II da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/0U UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		LEI + CRÉDITOS			DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a + b)	Custeio (d)	Investimento + Inv. Financ. (e)	Total (f) = (d+e)
20000	Presidência da República	83.328	184.453	267.781	73.034	41.622	114.656
22000	Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	149.334	60.711	210.044	134.165	8.761	142.926
24000	Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação	581.672	107.188	688.860	581.655	107.070	688.725
25000	Min. da Fazenda	752.979	53.736	806.715	740.184	23.417	763.601
26000	Min. da Educação	1.004.512	255.176	1.259.688	762.256	188.952	951.208
28000	Min. do Desenvolvimento, Ind. e Comércio Exterior	520.351	51.531	571.882	477.414	18.100	495.514
30000	Min. da Justiça	14.412	1.170	15.582	10.522	1.170	11.692
32000	Min. de Minas e Energia	98.072	7.019	105.091	97.980	3.938	101.918
33000	Min. da Previdência Social	34.337	0	34.337	34.337	0	34.337
35000	Min. das Relações Exteriores	1.106	1.000	2.106	1.000	0	1.000
36000	Min. da Saúde	124.060	12.775	136.835	124.060	12.775	136.835
38000	Min. do Trabalho e Emprego	335	0	335	335	0	335
39000	Min. dos Transportes	68.151	5.796	73.947	66.400	4.000	70.400
42000	Min. da Cultura	9.691	4.468	14.159	9.691	4.468	14.159
44000	Min. do Meio Ambiente	115.479	0	115.479	115.478	0	115.478
47000	Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	48.287	0	48.287	48.000	0	48.000
49000	Min. do Desenvolvimento Agrário	2.435	46.095	48.531	2.435	46.095	48.531
52000	Min. da Defesa	1.036.249	1.008.196	2.044.445	950.585	841.614	1.792.199
53000	Min. da Integração Nacional	53.729	46.612	100.341	42.705	23.897	66.602
55000	Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	9.308	0	9.308	9.308	0	9.308
56000	Min. das Cidades	245.032	9.532	254.564	225.000	4.833	229.833
58000	Min. da Pesca e Aquicultura	0	1.207	1.207	0	1.207	1.207
	TOTAL	4.952.860	1.856.665	6.809.525	4.506.545	1.331.919	5.838.464

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III
LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo III da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/0U UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		LEI + CRÉDITOS			DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a + b)	Custeio (d)	Investimento + Inv. Financ. (e)	Total (f) = (d+e)
26000	Min. da Educação	17.014	138.376	155.390	17.014	130.538	147.552
28000	Min. do Desenvolvimento, Ind. e Comércio Exterior	5.608	0	5.608	5.608	0	5.608
30000	Min. da Justiça	3.264	3.716	6.980	3.264	3.716	6.980
36000	Min. da Saúde	176.084	38.000	214.084	0	0	0
42000	Min. da Cultura	5.159	0	5.159	5.159	0	5.159
53000	Min. da Integração Nacional	1.500	0	1.500	1.500	0	1.500
55000	Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	29.051	0	29.051	29.051	0	29.051
	TOTAL	237.679	180.092	417.771	61.596	134.254	195.850

Fontes: 145, 179, 182, 282, e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO IV
LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo IV da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/0U UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	LEI + CRÉDITOS			DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a + b)	Custeio (d)	Investimento + Inv. Financ. (e)	Total (f) = (d+e)
26000 Min. da Educação	9.341.586	5.669.178	15.010.764	8.734.321	4.069.409	12.803.730
TOTAL	9.341.586	5.669.178	15.010.764	8.734.321	4.069.409	12.803.730

Fonte: 112 e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO V
LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS *
(Anexo V da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/0U UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	LEI + CRÉDITOS			DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a + b)	Custeio (d)	Investimento + Inv. Financ. (e)	Total (f) = (d+e)
26000 Min. da Educação	28.469	0	28.469	28.469	0	28.469
71000 Encargos Financeiros da União	543.561	0	543.561	543.561	0	543.561
TOTAL	572.030	0	572.030	572.030	0	572.030

* Inclui recursos de todas as fontes e corresponde ao Programa '0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais'.

ANEXO VI
LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC *
(Anexo VI da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/0U UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	LEI + CRÉDITOS			DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a + b)	Custeio (d)	Investimento + Inv. Financ. (e)	Total (f) = (d+e)
20000 Presidência da República	82.450	860.210	942.660	61.400	825.260	886.660
26000 Min. da Educação	0	1.370.524	1.370.524	0	1.370.524	1.370.524
30000 Min. da Justiça	0	350.000	350.000	0	350.000	350.000
32000 Min. de Minas e Energia	325.856	25.975	351.831	325.856	25.975	351.831
36000 Min. da Saúde	0	1.745.051	1.745.051	0	1.685.726	1.685.726
39000 Min. dos Transportes	388.047	15.014.295	15.402.342	364.547	14.648.867	15.013.414
42000 Min. da Cultura	0	220.000	220.000	0	220.000	220.000
47000 Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	2.325	0	2.325	2.325	0	2.325
49000 Min. do Desenvolvimento Agrário	0	291.802	291.802	0	291.802	291.802
53000 Min. da Integração Nacional	10.210	2.451.666	2.461.876	10.210	2.423.061	2.433.271
56000 Min. das Cidades	12.874.168	4.264.792	17.138.960	9.715.432	4.263.380	13.978.812
71000 Encargos Financeiros da União	0	80.000	80.000	0	80.000	80.000
TOTAL	13.683.056	26.674.314	40.357.370	10.479.770	26.184.594	36.664.365

* Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO VII
LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS, EXCLUSIVE BENEFÍCIOS A SERVIDORES, MILITARES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES
(Anexo VII da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/0U UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	LEI + CRÉDITOS			DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a + b)	Custeio (d)	Investimento + Inv. Financ. (e)	Total (f) = (d+e)
26000 Min. da Educação	5.128.401	385.446	5.513.847	5.128.401	385.446	5.513.847
30000 Min. da Justiça	86.532	13.599	100.131	86.532	13.599	100.131
36000 Min. da Saúde	49.539.510	135.682	49.675.192	49.539.510	135.682	49.675.192
39000 Min. dos Transportes	140.000	0	140.000	140.000	0	140.000
49000 Min. do Desenvolvimento Agrário	130.000	0	130.000	130.000	0	130.000
51000 Min. do Esporte	1.393	0	1.393	1.393	0	1.393
52000 Min. da Defesa	341	0	341	341	0	341
55000 Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	16.172.810	0	16.172.810	17.037.810	0	17.037.810
TOTAL	71.198.987	534.727	71.733.714	72.063.987	534.727	72.598.714

* Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO VIII
DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM BENEFÍCIOS A SERVIDORES, MILITARES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES *
(Anexo VIII da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/0U UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	LEI + CRÉDITOS			DISPONÍVEL		
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a + b)	Custeio (d)	Investimento + Inv. Financ. (e)	Total (f) = (d+e)
20000 Presidência da República	64.126	0	64.126	64.126	0	64.126
20102 Gabinete da Vice-Presidência da República	133	0	133	133	0	133
20114 Advocacia-Geral da União	38.597	0	38.597	38.597	0	38.597
22000 Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	220.811	0	220.811	220.811	0	220.811
24000 Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação	87.260	0	87.260	87.260	0	87.260
25000 Min. da Fazenda	303.143	0	303.143	303.143	0	303.143
26000 Min. da Educação	1.328.511	10	1.328.521	1.328.511	10	1.328.521
28000 Min. do Desenvolvimento, Ind. e Comércio Exterior	20.264	0	20.264	20.264	0	20.264
30000 Min. da Justiça	191.786	0	191.786	191.786	0	191.786
32000 Min. de Minas e Energia	45.120	0	45.120	45.120	0	45.120
33000 Min. da Previdência Social	311.767	0	311.767	311.767	0	311.767
35000 Min. das Relações Exteriores	66.630	0	66.630	66.630	0	66.630
36000 Min. da Saúde	771.445	0	771.445	771.445	0	771.445
38000 Min. do Trabalho e Emprego	65.439	0	65.439	65.439	0	65.439
39000 Min. dos Transportes	75.118	0	75.118	75.118	0	75.118
41000 Min. das Comunicações	22.040	0	22.040	22.040	0	22.040
42000 Min. da Cultura	26.949	0	26.949	26.949	0	26.949
44000 Min. do Meio Ambiente	51.038	0	51.038	51.038	0	51.038
47000 Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	123.220	0	123.220	123.220	0	123.220
49000 Min. do Desenvolvimento Agrário	50.587	0	50.587	50.587	0	50.587
51000 Min. do Esporte	1.914	0	1.914	1.914	0	1.914
52000 Min. da Defesa	2.127.228	91.752	2.218.980	2.127.228	91.752	2.218.980
53000 Min. da Integração Nacional	39.245	0	39.245	39.245	0	39.245
54000 Min. do Turismo	3.435	0	3.435	3.435	0	3.435
55000 Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	3.715	0	3.715	3.715	0	3.715
56000 Min. das Cidades	43.342	0	43.342	43.342	0	43.342
58000 Min. da Pesca e Aquicultura	2.311	0	2.311	2.311	0	2.311
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	69.407	0	69.407	69.407	0	69.407
TOTAL	6.154.583	91.762	6.246.345	6.154.583	91.762	6.246.345

* Inclui recursos de todas as fontes e abrange auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos, assistência pré-escolar e auxílio-transporte, ou similares, a servidores, militares, empregados, e seus dependentes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 144, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a necessidade de apropriar os recursos da operação de crédito externa contratada com o Banque Nationale de Paris - BNP Paribas, para o fornecimento de equipamentos e materiais destinados à construção de quatro submarinos convencionais, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos - PROSUB, a cargo do Comando da Marinha; resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, no que concerne ao Ministério da Defesa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CÉSAR GROSSI DE SOUZA

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0626	**Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil**							**20.350.000**
		PROJETOS							
05 152	**0626 123I**	**Construção de Submarinos Convencionais**							**20.350.000**
05 152	0626 123I 0001	Construção de Submarinos Convencionais - Nacional							20.350.000
			F	4	2	90	0	149	20.350.000
TOTAL - FISCAL									**20.350.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**20.350.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0626	**Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil**							**20.350.000**
		PROJETOS							
05 152	**0626 123I**	**Construção de Submarinos Convencionais**							**20.350.000**
05 152	0626 123I 0001	Construção de Submarinos Convencionais - Nacional							20.350.000
			F	4	2	90	0	142	20.350.000
TOTAL - FISCAL									**20.350.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**20.350.000**

PORTARIA Nº 145, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a necessidade de adequar a alocação de fontes de recursos às reais necessidades da execução orçamentária e a possibilidade de maximizar o uso da fonte 74 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, no atendimento de despesas prioritárias com a representação diplomática no País e no exterior, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, no que concerne ao Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CÉSAR GROSSI DE SOUZA

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0683	**Gestão da Política Externa**							**561.624**
		ATIVIDADES							
07 212	**0683 2533**	**Cooperação Técnica Internacional**							**470.000**
07 212	0683 2533 0001	Cooperação Técnica Internacional - Nacional							470.000
			F	4	2	90	0	100	470.000
07 211	**0683 2536**	**Demarcação de Fronteiras**							**91.624**
07 211	0683 2536 0001	Demarcação de Fronteiras - Nacional							91.624
			F	4	2	90	0	100	91.624
	0685	**Ensino Profissional Diplomático**							**197.785**
		ATIVIDADES							
07 128	**0685 2534**	**Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas**							**197.785**
07 128	0685 2534 0001	Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas - Nacional							197.785
			F	4	2	90	0	100	197.785
	0750	**Apoio Administrativo**							**2.305.754**
		ATIVIDADES							
07 122	**0750 2000**	**Administração da Unidade**							**2.305.754**
07 122	0750 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.305.754
			F	3	2	90	0	100	2.305.754
	1264	**Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular**							**19.590.461**
		ATIVIDADES							
07 211	**1264 6090**	**Relações e Negociações com os Países-Membros do Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA**							**1.800.000**
07 211	1264 6090 0001	Relações e Negociações com os Países-Membros do Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA - Nacional							1.800.000
			F	3	2	90	0	174	1.800.000
07 211	**1264 6092**	**Relações e Negociações com Cuba e os demais Países da América Central e do Caribe**							**700.000**
07 211	1264 6092 0001	Relações e Negociações com Cuba e os demais Países da América Central e do Caribe - Nacional							700.000
			F	3	2	90	0	174	700.000
07 211	**1264 6093**	**Relações e Negociações com os Países do Tratado de Cooperação Amazônica e no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa**							**1.068.403**
07 211	1264 6093 0001	Relações e Negociações com os Países do Tratado de Cooperação Amazônica e no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa - Nacional							1.068.403
			F	3	2	90	0	174	1.068.403
07 211	**1264 6094**	**Relações e Negociações com a África do Sul, Nigéria e demais Países da África, exceto os de Língua Oficial Portuguesa**							**659.409**
07 211	1264 6094 0001	Relações e Negociações com a África do Sul, Nigéria e demais Países da África, exceto os de Língua Oficial Portuguesa - Nacional							659.409
			F	3	2	90	0	174	659.409
07 211	**1264 6095**	**Relações e Negociações com os Países do Oriente Médio**							**6.050.055**
07 211	1264 6095 0001	Relações e Negociações com os Países do Oriente Médio - Nacional							6.050.055
			F	3	2	90	0	100	6.050.055
07 211	**1264 6096**	**Relações e Negociações com a Rússia e os Países Europeus Não-Membros da União Européia**							**500.000**
07 211	1264 6096 0001	Relações e Negociações com a Rússia e os Países Europeus Não-Membros da União Européia - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	174	500.000
07 211	**1264 6098**	**Relações e Negociações com a China, Índia, Japão e demais Países da Ásia e Oceania**							**1.000.000**
07 211	1264 6098 0001	Relações e Negociações com a China, Índia, Japão e demais Países da Ásia e Oceania - Nacional							1.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			F	3	2	90	0	174	1.000.000
07 211	**1264 6099**	**Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas - ONU**							**500.000**
07 211	1264 6099 0001	Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas - ONU - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	174	500.000
07 211	**1264 6100**	**Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO**							**427.654**
07 211	1264 6100 0001	Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO - Nacional							427.654
			F	3	2	90	0	100	427.654
07 211	**1264 6101**	**Relações e Negociações no Âmbito dos demais Organismos Internacionais Sediados na Europa**							**141.998**
07 211	1264 6101 0001	Relações e Negociações no Âmbito dos demais Organismos Internacionais Sediados na Europa - Nacional							141.998
			F	3	2	90	0	100	141.998
07 211	**1264 6102**	**Relações e Negociações com as Organizações Sediadas em Genebra**							**642.942**
07 211	1264 6102 0001	Relações e Negociações com as Organizações Sediadas em Genebra - Nacional							642.942
			F	3	2	90	0	100	642.942
07 211	**1264 6128**	**Relações e Negociações com os Países-Membros da União Européia**							**4.100.000**
07 211	1264 6128 0001	Relações e Negociações com os Países-Membros da União Européia - Nacional							4.100.000
			F	3	2	90	0	174	4.100.000
07 211	**1264 6284**	**Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e Associados**							**1.000.000**
07 211	1264 6284 0001	Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e Associados - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	174	1.000.000
		PROJETOS							
07 211	**1264 10UO**	**Construção da Chancelaria e Sede da Embaixada do Brasil em Maputo, em Moçambique**							**1.000.000**
07 211	1264 10UO 0001	Construção da Chancelaria e Sede da Embaixada do Brasil em Maputo, em Moçambique - Nacional							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**22.655.624**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**22.655.624**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0683	**Gestão da Política Externa**							**561.624**
		ATIVIDADES							
07 212	**0683 2533**	**Cooperação Técnica Internacional**							**470.000**
07 212	0683 2533 0001	Cooperação Técnica Internacional - Nacional							470.000
			F	4	2	90	0	174	470.000
07 211	**0683 2536**	**Demarcação de Fronteiras**							**91.624**
07 211	0683 2536 0001	Demarcação de Fronteiras - Nacional							91.624
			F	4	2	90	0	174	91.624
	0685	**Ensino Profissional Diplomático**							**197.785**
		ATIVIDADES							
07 128	**0685 2534**	**Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas**							**197.785**
07 128	0685 2534 0001	Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas - Nacional							197.785
			F	4	2	90	0	174	197.785
	0750	**Apoio Administrativo**							**2.305.754**
		ATIVIDADES							
07 122	**0750 2000**	**Administração da Unidade**							**2.305.754**
07 122	0750 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.305.754
			F	3	2	90	0	174	2.305.754
	1264	**Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular**							**19.590.461**
		ATIVIDADES							
07 211	**1264 6090**	**Relações e Negociações com os Países-Membros do Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA**							**1.800.000**
07 211	1264 6090 0001	Relações e Negociações com os Países-Membros do Tratado de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA - Nacional							1.800.000
			F	3	2	90	0	100	1.800.000
07 211	**1264 6092**	**Relações e Negociações com Cuba e os demais Países da América Central e do Caribe**							**700.000**
07 211	1264 6092 0001	Relações e Negociações com Cuba e os demais Países da América Central e do Caribe - Nacional							700.000
			F	3	2	90	0	100	700.000
07 211	**1264 6093**	**Relações e Negociações com os Países do Tratado de Cooperação Amazônica e no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa**							**1.068.403**
07 211	1264 6093 0001	Relações e Negociações com os Países do Tratado de Cooperação Amazônica e no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa - Nacional							1.068.403
			F	3	2	90	0	100	1.068.403
07 211	**1264 6094**	**Relações e Negociações com a África do Sul, Nigéria e demais Países da África, exceto os de Língua Oficial Portuguesa**							**659.409**
07 211	1264 6094 0001	Relações e Negociações com a África do Sul, Nigéria e demais Países da África, exceto os de Língua Oficial Portuguesa - Nacional							659.409
			F	3	2	90	0	100	659.409
07 211	**1264 6095**	**Relações e Negociações com os Países do Oriente Médio**							**6.050.055**
07 211	1264 6095 0001	Relações e Negociações com os Países do Oriente Médio - Nacional							6.050.055
			F	3	2	90	0	174	6.050.055
07 211	**1264 6096**	**Relações e Negociações com a Rússia e os Países Europeus Não-Membros da União Européia**							**500.000**
07 211	1264 6096 0001	Relações e Negociações com a Rússia e os Países Europeus Não-Membros da União Européia - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
07 211	**1264 6098**	**Relações e Negociações com a China, Índia, Japão e demais Países da Ásia e Oceania**							**1.000.000**
07 211	1264 6098 0001	Relações e Negociações com a China, Índia, Japão e demais Países da Ásia e Oceania - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
07 211	**1264 6099**	**Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas - ONU**							**500.000**
07 211	1264 6099 0001	Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas - ONU - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
07 211	**1264 6100**	**Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO**							**427.654**
07 211	1264 6100 0001	Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO - Nacional							427.654
			F	3	2	90	0	174	427.654
07 211	**1264 6101**	**Relações e Negociações no Âmbito dos demais Organismos Internacionais Sediados na Europa**							**141.998**
07 211	1264 6101 0001	Relações e Negociações no Âmbito dos demais Organismos Internacionais Sediados na Europa - Nacional							141.998
			F	3	2	90	0	174	141.998
07 211	**1264 6102**	**Relações e Negociações com as Organizações Sediadas em Genebra**							**642.942**
07 211	1264 6102 0001	Relações e Negociações com as Organizações Sediadas em Genebra - Nacional							642.942

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

			F	3	2	90	0	174	642.942
07 211	**1264 6128**	**Relações e Negociações com os Países-Membros da União Européia**							**4.100.000**
07 211	1264 6128 0001	Relações e Negociações com os Países-Membros da União Européia - Nacional	F	3	2	90	0	100	4.100.000
07 211	**1264 6284**	**Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e Associados**							**1.000.000**
07 211	1264 6284 0001	Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e Associados - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.000.000
		PROJETOS							
07 211	**1264 10UO**	**Construção da Chancelaria e Sede da Embaixada do Brasil em Maputo, em Moçambique**							**1.000.000**
07 211	1264 10UO 0001	Construção da Chancelaria e Sede da Embaixada do Brasil em Maputo, em Moçambique - Nacional	F	4	2	90	0	174	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**22.655.624**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**22.655.624**

PORTARIA Nº 146, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a necessidade de adequar fontes de recursos que ora financiam despesas primárias obrigatórias dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CESAR GROSSI DE SOUZA

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**473.385.060**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**473.385.060**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	386	473.385.060
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**473.385.060**
TOTAL - GERAL									**473.385.060**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**864.372.107**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**864.372.107**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	386	864.372.107
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**864.372.107**
TOTAL - GERAL									**864.372.107**

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0083	**Previdência Social Básica**							**2.631.616.653**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 271	**0083 001O**	**Pagamento de Aposentadorias - Área Rural**							**810.416.653**
09 271	0083 001O 0001	Pagamento de Aposentadorias - Área Rural - Nacional	S	3	1	90	0	386	810.416.653
09 271	**0083 0132**	**Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana**							**1.821.200.000**
09 271	0083 0132 0001	Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana - Nacional	S	3	1	90	0	386	1.821.200.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.631.616.653**
TOTAL - GERAL									**2.631.616.653**

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**126.700.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 0643**	**Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)**							**126.700.000**
28 846	0909 0643 0001	Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001) - Nacional	F	3	1	90	0	300	126.700.000
TOTAL - FISCAL									**126.700.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**126.700.000**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**400.242.833**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**400.242.833**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	386	400.242.833
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**400.242.833**
TOTAL - GERAL									**400.242.833**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**473.385.060**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**473.385.060**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							473.385.060
			S	1	1	90	0	169	473.385.060
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**473.385.060**
TOTAL - GERAL									**473.385.060**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**864.372.107**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**864.372.107**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							864.372.107
			S	1	1	90	0	169	864.372.107
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**864.372.107**
TOTAL - GERAL									**864.372.107**

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0083	**Previdência Social Básica**							**2.631.616.653**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 271	**0083 001O**	**Pagamento de Aposentadorias - Área Rural**							**810.416.653**
09 271	0083 001O 0001	Pagamento de Aposentadorias - Área Rural - Nacional							810.416.653
			S	3	1	90	0	154	810.416.653
09 271	**0083 0132**	**Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana**							**1.821.200.000**
09 271	0083 0132 0001	Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana - Nacional							1.821.200.000
			S	3	1	90	0	153	1.821.200.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.631.616.653**
TOTAL - GERAL									**2.631.616.653**

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**126.700.000**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 0643**	**Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)**							**126.700.000**
28 846	0909 0643 0001	Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001) - Nacional							126.700.000
			F	3	1	90	0	184	126.700.000
TOTAL - FISCAL									**126.700.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**126.700.000**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**							**400.242.833**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	**0089 0181**	**Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**							**400.242.833**
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							400.242.833
			S	1	1	90	0	169	400.242.833
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**400.242.833**
TOTAL - GERAL									**400.242.833**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 147, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a frustração na arrecadação de recursos oriundos da fonte 74 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, destinados ao atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais do Ministério da Fazenda; e

Considerando a possibilidade de utilização de superávit financeiro de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2010, para o atendimento das referidas despesas, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CÉSAR GROSSI DE SOUZA

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO I — **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0750	**Apoio Administrativo**							**2.578.897**
		ATIVIDADES							
04 122	**0750 2000**	**Administração da Unidade**							**2.578.897**
04 122	0750 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.578.897
			F	1	1	90	0	388	2.578.897
TOTAL - FISCAL									**2.578.897**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.578.897**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011112300082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0750	**Apoio Administrativo**							**2.578.897**
		ATIVIDADES							
04 122	**0750 2000**	**Administração da Unidade**							**2.578.897**
04 122	0750 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.578.897
			F	1	1	90	0	174	2.578.897
TOTAL - FISCAL									**2.578.897**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.578.897**

PORTARIA Nº 148, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 55, inciso III, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e

Considerando a necessidade de adequar identificadores de resultado primário, de programação que não se enquadra nos critérios estabelecidos para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, os identificadores de resultado primário, constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, no que concerne à Presidência da República e ao Ministério dos Transportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CÉSAR GROSSI DE SOUZA

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20128 - Secretaria de Portos
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1457	**Vetor Logístico Centro-Norte**							**7.809.131**
		PROJETOS							
26 784	**1457 1K26**	**Recuperação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (MA)**							**7.809.131**
26 784	1457 1K26 0021	Recuperação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (MA) - No Estado do Maranhão							7.809.131
			F	4	2	30	0	100	7.809.131
TOTAL - FISCAL									**7.809.131**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.809.131**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1456	**Vetor Logístico Amazônico**							**11.900.000**
		PROJETOS							
26 784	**1456 127G**	**Construção de Terminais Fluviais na Região Norte**							**3.825.000**
26 784	1456 127G 0147	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Tefé (Lago)/AM							3.825.000
			F	4	2	90	0	100	3.825.000
26 784	**1456 12GZ**	**Construção de Terminal de Cargas - no Município de Miriituba - no Estado do Pará**							**4.250.000**
26 784	1456 12GZ 0015	Construção de Terminal de Cargas - no Município de Miriituba - no Estado do Pará - No Estado do Pará							4.250.000
			F	4	2	90	0	100	4.250.000
26 784	**1456 1D51**	**Construção de Terminal Fluvial - no Município de Boca do Acre - no Estado do Amazonas**							**3.825.000**
26 784	1456 1D51 0013	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Boca do Acre - no Estado do Amazonas - No Estado do Amazonas							3.825.000
			F	4	2	90	0	100	3.825.000
	1457	**Vetor Logístico Centro-Norte**							**12.750.000**
		PROJETOS							
26 784	**1457 12FM**	**Construção de Terminal de Cargas Multimodal - no Município de Marabá - no Estado do Pará**							**12.750.000**
26 784	1457 12FM 0015	Construção de Terminal de Cargas Multimodal - no Município de Marabá - no Estado do Pará - No Estado do Pará							12.750.000
			F	4	2	90	0	100	12.750.000
TOTAL - FISCAL									**24.650.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**24.650.000**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20128 - Secretaria de Portos
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1457	**Vetor Logístico Centro-Norte**							**7.809.131**
		PROJETOS							
26 784	**1457 1K26**	**Recuperação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (MA)**							**7.809.131**
26 784	1457 1K26 0021	Recuperação dos Berços 101 e 102 do Porto de Itaqui (MA) - No Estado do Maranhão							7.809.131
			F	4	3	30	0	100	7.809.131
TOTAL - FISCAL									**7.809.131**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.809.131**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1456	**Vetor Logístico Amazônico**							**11.900.000**
		PROJETOS							
26 784	**1456 127G**	**Construção de Terminais Fluviais na Região Norte**							**3.825.000**
26 784	1456 127G 0147	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Tefé (Lago)/AM							3.825.000
			F	4	3	90	0	100	3.825.000
26 784	**1456 12GZ**	**Construção de Terminal de Cargas - no Município de Miriituba - no Estado do Pará**							**4.250.000**
26 784	1456 12GZ 0015	Construção de Terminal de Cargas - no Município de Miriituba - no Estado do Pará - No Estado do Pará							4.250.000
			F	4	3	90	0	100	4.250.000
26 784	**1456 1D51**	**Construção de Terminal Fluvial - no Município de Boca do Acre - no Estado do Amazonas**							**3.825.000**
26 784	1456 1D51 0013	Construção de Terminal Fluvial - no Município de Boca do Acre - no Estado do Amazonas - No Estado do Amazonas							3.825.000
			F	4	3	90	0	100	3.825.000
	1457	**Vetor Logístico Centro-Norte**							**12.750.000**
		PROJETOS							
26 784	**1457 12FM**	**Construção de Terminal de Cargas Multimodal - no Município de Marabá - no Estado do Pará**							**12.750.000**
26 784	1457 12FM 0015	Construção de Terminal de Cargas Multimodal - no Município de Marabá - no Estado do Pará - No Estado do Pará							12.750.000
			F	4	3	90	0	100	12.750.000
TOTAL - FISCAL									**24.650.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**24.650.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 22 de novembro de 2011

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094037305201137 Empresa: SMC COMUNICACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONGWOOK JUNG Passaporte: M32425649.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0539/2011 de 10/11/2011, 0554/2011 de 11/11/2011, 0556/2011 de 16/11/2011, 0557/2011 de 17/11/2011, 0560/2011 de 18/11/2011 e 0564/2011 de 21/11/2011, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094038542201115 Empresa: ASSOCIACAO CENTRO ESPORTIVO DE OURINHOS Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: NARLY TATHIANA MOSQUERA CORDOBA Passaporte: CC1017179897, Processo: 46094038030201159 Empresa: FRANCA BASQUETEBOL CLUBE Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: EDWARD RICHARD BASDEN Passaporte: 480425081, Processo: 46094038921201113 Empresa: ASSOCIACAO DESPORTIVA DOS COOP.E FUNC.DA UNIMED DE STA.BARBARA D'OESTE E AMERICANA COOP.DE TRABALHO MEDICO Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: YANET MARIA ARIAS ACOSTA Passaporte: CC22656372, Processo: 46094038383201159 Empresa: CLUB ATHLETICO PAULISTANO Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: JEFFERY AFRIYIE KAME ADDAI Passaporte: 439153725, Processo: 46094038913201169 Empresa: CLUBE DESPORTIVO FUTURO Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: STACY DENISE SYKORA Passaporte: 431518926, Processo: 46094038912201114 Empresa: MINAS TENIS CLUBE Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: Filip Rejlek Passaporte: 39386081, Processo: 46094039253201133 Empresa: CLUB ATHLETICO PAULISTANO Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: GUILLERMO ALEJANDRO ARAUJO CAPELLO. Passaporte: 2497825.

Temporário - Com Contrato - RN 80 - Resolução Normativa, de 14/10/2008:

Processo: 46094030545201119 Empresa: THYSSENKRUPP SYSTEM ENGINEERING LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: SEIKI FUKUMORI VILLAFANI Passaporte: G03895105, Processo: 46094023352201101 Empresa: VIDEO ENGENHO & ARTE - SOLUCOES PARA INTERNET, MULTIMIDIA E INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jimmy Brian Anamaría Torres Passaporte: 5046065, Processo: 46094022088201181 Empresa: BEUMER LATINOAMERICANA EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIAGO MADEIRA SEMEDO GUERRA Passaporte: H094316, Processo: 46094025851201125 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LISHA ROY Passaporte: G9052187, Processo: 46094030224201114 Empresa: ONE BRASIL MIDIA INTERATIVA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIANLUCA TURANO Passaporte: YA2010099, Processo: 46094029806201140 Empresa: GBBOL GAROTO BOM DE BOLA LTDA ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fabio Massimo Passaporte: AA4363058, Processo: 46094033177201152 Empresa: SBM SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZELJKO KARELS Passaporte: NTJB15RL4, Processo: 46094027000201117 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VISHAL AHUJA Passaporte: H2685736, Processo: 46094027003201151 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VENKATA NAGA SUMA SAILAJA PEMMARAJU Passaporte: G1651896, Processo: 46094036145201117 Empresa: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAPHAEL DURAND-GROULX Passaporte: WS881952, Processo: 46094035307201191 Empresa: MINERACAO CATALAO DE GOIAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KATHLEEN MARY MILLAR Passaporte: E4044387, Processo: 46094030943201127 Empresa: FREIRE E COUTO TREINAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUSTIN TRAVIS VOLRATH Passaporte: 476080977, Processo: 46094031521201179 Empresa: EMPRESA JORNALISTICA ECONOMICO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rita Maria Lopes da Silva Nobre da Veiga Passaporte: L605675, Processo: 46094036280201154 Empresa: ROSENBRA ENGENHARIA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BART RUDOLF ANDREAS BARTELINK Passaporte: NMKH010F2, Processo: 46880000134201124 Empresa: SEIBT MAQUINAS PARA PLASTICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Torsten Oberweg Keilbach Passaporte: C4CM84P13, Processo: 46094031695201131 Empresa: CLUBVIP OPERADORA DE TURISMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Antônio Fernando Figueiredo de Matos Passaporte: L194003, Processo: 46094032695201159 Empresa: TOTAL SPIN BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPPE DEWERBE Passaporte: L613283, Processo: 46094034369201186 Empresa: JUNGHEINRICH LIFT TRUCK - COMERCIO DE EMPILHADEIRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEFAN ARNOLD Passaporte: CCHX3GN4Y, Processo: 46094032058201182 Empresa: ENGEXPOR BRASIL GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rui Miguel Cordeiro Rolo Mendes Pinheiro Passaporte: H 208288, Processo: 46094032057201138 Empresa: ENGEXPOR BRASIL GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tiago Manuel da Gama de Barros Passaporte: L 764452, Processo: 46094036326201135 Empresa: PINHEIRO NETO ADVOGADOS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR MANUEL SANCHEZ ALVAREZ Passaporte: AAB637393, Processo: 46094033883201102 Empresa: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID JEAN FRANÇOIS MANSAUD Passaporte: 05RR15865, Processo: 46094032687201111 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Matthew Allen Weinstock Passaporte: 077500370, Processo: 46094035925201131 Empresa: CNH LATIN AMERICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bert Florimond Leon Meuwissen Passaporte: EJ080024, Processo: 46094032401201199 Empresa: MORGAN STANLEY DO BRASIL PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIAN OCTAVIO ARBER VOLNOVICH Passaporte: 05370014009, Processo: 46094032201201136 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NURIA JIMENEZ BARRAGAN Passaporte: BE288667, Processo: 46094033522201158 Empresa: GME GENERAL MECHANICAL EQUIPMENTS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREA UBOLDI Passaporte: AA4074322, Processo: 46208009018201111 Empresa: ESCOLA CANADENSE DE GOIANIA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: CLAIRE O CONNELL Passaporte: P040018, Processo: 46094036312201111 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HITOSHI SEYA Passaporte: TK0070775, Processo: 46094035797201126 Empresa: PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Theodore John Katopis Passaporte: 464698250, Processo: 46094034249201189 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELODIE DELPHINE YVETTE DESENCLOS Passaporte: 05HF53796, Processo: 46094036368201176 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIKAËL MACHADO Passaporte: 10CH86225, Processo: 46094036031201169 Empresa: F2 FILMES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ORIOL BARBERA MASATS Passaporte: AAC496940, Processo: 46094033919201140 Empresa: MANROLAND DO BRASIL SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENNIS HIEKE Passaporte: C64637GOR, Processo: 46094035492201114 Empresa: BERTLING LOGISTICS BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FELIX HENNIG Passaporte: C1T1XE78T, Processo: 46094034285201142 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHUAI ZHANG Passaporte: G43072124, Processo: 46094035305201101 Empresa: MITSUI RAIL CAPITAL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAZUNARI MATSUHASHI Passaporte: TG6795366, Processo: 46094034005201104 Empresa: YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WATARU ENDO Passaporte: TK 5139097, Processo: 46094036033201158 Empresa: OPERADORA HOTELEIRA VILLA ROSSA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARMANDO JOSE PRIETO GUIA Passaporte: C1837362, Processo: 46094034350201130 Empresa: NOKIA SIEMENS NETWORKS DO BRASIL SISTEMAS DE COMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JENNY COROMOTO RODRIGUEZ RIVERO Passaporte: 041782231, Processo: 46094034284201106 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHENGBO BI Passaporte: G23918082, Processo: 46094034279201195 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINDE FAN Passaporte: G31046032, Processo: 46094034409201190 Empresa: L'OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMETICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marco Giolla Passaporte: D022355, Processo: 46094035035201120 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIO PASSERINI Passaporte: AA1211697, Processo: 46094036155201144 Empresa: CO.EXPORT BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVANA CAPRA Passaporte: AA2887974, Processo: 46094035794201192 Empresa: IRWIN INDUSTRIAL TOOL FERRAMENTAS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRES FERNANDO CONTRERAS LARGO Passaporte: CC80853079, Processo: 46094035781201113 Empresa: TERRA NETWORKS BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SARAH MELISSA CASTRO LIZARAZO Passaporte: CC53017001, Processo: 46094034362201164 Empresa: JUNGHEINRICH LIFT TRUCK - COMERCIO DE EMPILHADEIRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARS-HENDRIK MOHLNANN Passaporte: C272JK75Y, Processo: 46094034652201116 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FU LINBAO Passaporte: G50605500, Processo: 46094034653201152 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHOU YUNQING Passaporte: G27993700, Processo: 46094035760201106 Empresa: SMS INFOCOMM SERVICOS E GERENCIAMENTO DE SOLUCOES DE TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yvette Yi Yao Passaporte: 434274019, Processo: 46094035911201118 Empresa: WRITE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MÁRIO JORGE VAZ NOGUEIRA NANDE Passaporte: L287223, Processo: 46094036421201139 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JÉRÉMY MICHAËL SÉBASTIEN DEBEVE Passaporte: 07AP51828, Processo: 46094036420201194 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRÉDÉRIC JACQUES FRANÇOIS HEINTZ Passaporte: 11AH18826, Processo: 46094035793201148 Empresa: CATERPILLAR BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Young Yang Liu Passaporte: 488686730, Processo: 46094036066201106 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICTOR SALINAS ZAMBRANO Passaporte: 424159627, Processo: 46094036176201160 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GLYN ANDREW TREVOR COOPER Passaporte: 504229824, Processo: 46094035158201161 Empresa: BRACIMEX LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WALFRIDO RICARDO MESA ORTEGA Passaporte: B961194, Processo: 46094036327201180 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTOINE LOUIS JEAN-PIERRE PEYRUDE Passaporte: 08AL97944, Processo: 46094035910201173 Empresa: RONALDO MARTINS & ADVOGADOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARTA ARIAS DIAZ Passaporte: BD214772, Processo: 46094035792201101 Empresa: KPMG CORPORATE FINANCE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRYAN ALLEN TEMPLIN Passaporte: 017092694, Processo: 46094035782201168 Empresa: AREVA TRANSMISSAO & DISTRIBUICAO DE ENERGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GERARDO RIVERA VALENCIA Passaporte: G06377751, Processo: 46094036523201154 Empresa: CONTROL UNION LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ ALBERTO DOMINGUES DE ALMEIDA Passaporte: L738697, Processo: 46094035790201112 Empresa: KPMG CORPORATE FINANCE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIKA ISHII Passaporte: 423308957, Processo: 46094036100201134 Empresa: GAFISA S/A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS PEDRO GUERRA BAPTISTA MONTEIRO Passaporte: L793966, Processo: 46094036373201189 Empresa: NJC FORJADOS DE ACO IMPORTACAO E REPRESENTACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IGNACIO RIPOLL CABRERA Passaporte: AAD518331, Processo: 46094036398201182 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ARCHIBALDO RODRIGUEZ DE LABRA Passaporte: G07547232, Processo: 46094036524201107 Empresa: ZW PRESENTES PIRACICABA LTDA-ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YANQING RUAN Passaporte: G38279243, Processo: 46094035770201133 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN ROBERTO MALAVE ROJO Passaporte: 032740109, Processo: 46094036104201112 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO MIGUEL DA SILVA CECILIO GOUVEIA Passaporte: L300139, Processo: 46094035789201180 Empresa: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTOINE VAICHERE Passaporte: 06KP02337, Processo: 46094036098201101 Empresa: GROUPON SERVICOS DIGITAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHAN ANDRES ACOSTA ARCILA Passaporte: CC75104861, Processo: 46094035963201194 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD JOHN ELLISON Passaporte: 099187454, Processo: 46094036097201159 Empresa: IGUASPORT LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID WILLIAM HOAREAU Passaporte: 08AP86049, Processo: 46094035962201140 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REBECCA HUMBERSTONE Passaporte: 465165136, Processo: 46094036275201141 Empresa: BANCO J. P. MORGAN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JERÔME DE FONDAUMIERE Passaporte: 04PI86473, Processo: 46094036525201143 Empresa: ATLAS COPCO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHAD ALAN BROWN Passaporte: 450482859, Processo: 46094036201201113 Empresa: SEAWELL DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL JOHN MCCORMACK Passaporte: N1387147, Processo: 46094036247201124 Empresa: GAFISA S/A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO CARLOS URBANO ALVES FERRÃO Passaporte: L711070, Processo: 46094036527201132 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Maarten Willem Michiel Beckers Passaporte: EI590064, Processo: 46094036528201187 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yanick Tony van Wesel Passaporte: EJ132767, Processo: 46094036392201113 Empresa: GROUPON SERVICOS DIGITAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENEDIKT VOLLER Passaporte: C807F36M7, Processo: 46215041160201155 Empresa: DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER E IPANEMA MOREIRA, PROPRIEDADE INDUSTRIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUSTIN DUARTE PINÉ Passaporte: L136576.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 46094026876201146 Empresa: PACE BRASIL - INDUSTRIA ELETRONICA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Raghu Adari Passaporte: F2056321, Processo: 46094035705201116 Empresa: ABB LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HENRIK GUSTAV ALERMAN Passaporte: 82714262, Processo: 46094031644201118 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: WADE CHARLES BEATTY Passaporte: 218860988, Processo: 46094032472201191 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUNG CHUL KIM Passaporte: M64383839, Processo: 46094032475201125 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUSEOK DOH Passaporte: M02731999, Processo: 46094032479201111 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAEWON YUN Passaporte: M14281555, Processo: 46094032476201170 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYEONGKWAN KIM Passaporte: M14296608, Processo: 46094032480201138 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YONGSUK KIM Passaporte: M51642350, Processo: 46094032477201114 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KANG YOUNG SEO Passaporte: M47949312, Processo: 46094032473201136 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAEMIN LEE Passaporte: M06060396, Processo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

46094032478201169 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KANG BOK CHO Passaporte: M30570281, Processo: 46094032474201181 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEUN SOO LEE Passaporte: M28929570, Processo: 46094032688201157 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Paul Christopher Sannino Passaporte: 481806520, Processo: 46094033156201137 Empresa: SONARDYNE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRASHANT VASANTRAJ SOLANKI Passaporte: J6091698, Processo: 46094036042201149 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUIDO ERNESTO GUNKEL Passaporte: 23346573N, Processo: 46094036043201193 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEONARDO NORBERTO AMARILLO Passaporte: 14672717N, Processo: 46094033918201103 Empresa: DHI SERVICOS PETROLIFEROS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO DANIEL D'ANGELO Passaporte: 21353271N, Processo: 46094033914201117 Empresa: DHI SERVICOS PETROLIFEROS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANILO ALBERTO GONZALEZ LEON Passaporte: 007273885, Processo: 46094033917201151 Empresa: DHI SERVICOS PETROLIFEROS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD JOSE RODRIGUEZ RODRIGUEZ Passaporte: D0381026, Processo: 46094033916201114 Empresa: DHI SERVICOS PETROLIFEROS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEONARDO JOSE BARBOZA ALAÑA Passaporte: 6831267, Processo: 46094033915201161 Empresa: DHI SERVICOS PETROLIFEROS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EUGENIO ANTONIO RODRIGUEZ ROSALES Passaporte: 015931506, Processo: 46094035041201187 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Wiemken Passaporte: 038730809, Processo: 46094033652201191 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: THOR JONAS SCHÜLER Passaporte: 805 605 78, Processo: 46094036188201194 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONG WEON KANG Passaporte: M27030701, Processo: 46094036191201116 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NAMYOUB KIM Passaporte: M04138366, Processo: 46094036189201139 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SOOWON KIM Passaporte: M28973332, Processo: 46094036184201114 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YONG CHEOL KIM Passaporte: M788551418, Processo: 46094036181201172 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINSU KIM Passaporte: M85689239, Processo: 46094036192201152 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANG HYUN PARK Passaporte: UL0374118, Processo: 46094036180201128 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEHYEOP BAEK Passaporte: M18876473, Processo: 46094033975201184 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: LAURENT CHRISTIAN HENRI DULAS Passaporte: 08AF37205, Processo: 46094033974201130 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: OLIVIER GUILLAUME FABIEN JEAN Passaporte: 11AV41395, Processo: 46094036190201163 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANGHO LEE Passaporte: M66890244, Processo: 46094036186201103 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KI SUNG JOO Passaporte: M43336846, Processo: 46094036185201151 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNG HOON CHOI Passaporte: M67588221, Processo: 46094036187201140 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HYUNJU HWANG Passaporte: BS2514718, Processo: 46094036041201102 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERICO ROBINSON CARRASCO GARCIA Passaporte: 88702700, Processo: 46094036044201138 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO ALEJANDRO VALLEJOS Passaporte: 24039631N, Processo: 46094033881201113 Empresa: CIMENTO TUPI SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rudolf Max Bolliger Passaporte: F3009134, Processo: 46094034050201151 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRACH J. HARADA Passaporte: 455098910, Processo: 46094034051201103 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID M. HELFRICH Passaporte: 445578704, Processo: 46094034046201192 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jose Fernando Gil Morales Passaporte: CC 94474969, Processo: 46094034047201137 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Manuel Alejandro Paredes Velasquez Passaporte: 3699501, Processo: 46094034048201181 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Maxi Jose Gonzalez Ruiz Passaporte: 044646077, Processo: 46094034049201126 Empresa: F.L.SMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Robert Ian Lewis Passaporte: 421671603, Processo: 46094035644201189 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: até 01/08/2012 Estrangeiro: JOAQUIM MARTINHO VARUNCA SÁTIRO Passaporte: L629465, Processo: 46094035864201111 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: até 13/04/2012 Estrangeiro: JEREMY DANIEL ELLISTON Passaporte: 460767125, Processo: 46094035075201171 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DRAGOS DANUT NICUSAN Passaporte: 050264461, Processo: 46094036311201177 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NOBORU KAMEDA Passaporte: TH2409153, Processo: 46094036917201111 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKASHI YAMASHITA Passaporte: TH0825295, Processo: 46094036915201113 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASAYA IGUCHI Passaporte: TK3683868, Processo: 46094036914201179 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KOJI TAKANO Passaporte: TH2970670, Processo: 46094036916201168 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYOSUKE SAKAGUCHI Passaporte: TH8334784, Processo: 46094034509201116 Empresa: INDRA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANAIS MARTINEZ MARTI Passaporte: BC169985, Processo: 46094034628201179 Empresa: IBERDROLA CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAFAEL PERELLO RODRIGUEZ Passaporte: AC194664, Processo: 46094034647201103 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DEREK DWAYNE HILL Passaporte: 476051402, Processo: 46094034642201172 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KELLY ALVES BAPTISTA Passaporte: WA942253, Processo: 46094034816201105 Empresa: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIE LIU Passaporte: G44389302, Processo: 46094034815201152 Empresa: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUIXIAN CHEN Passaporte: G50805354, Processo: 46094036859201117 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIDEAKI OTA Passaporte: TK5085682, Processo: 46094036861201196 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KAZUYUKI ASAHARA Passaporte: TK5086385, Processo: 46094036860201141 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROSHI HATAKENAKA Passaporte: TH3919823, Processo: 46094036832201124 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYUNG WOO KIM Passaporte: M01549457, Processo: 46094036829201119 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KUN NAMKUNG Passaporte: M60949933, Processo: 46094036836201111 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAEJIN YOO Passaporte: M69366284, Processo: 46094036174201171 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATHEW DAVID ORR Passaporte: 801524032, Processo: 46094036834201113 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANG DUG YOON Passaporte: M13257586, Processo: 46094036830201135 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEONGHWAN IM Passaporte: M47058911, Processo: 46094036831201180 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KYUSAENG CHOI Passaporte: M44826056, Processo: 46094036835201168 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KABHWAN HEO Passaporte: SM0123195, Processo: 46094036023201112 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: YASUHIRO HONMA Passaporte: TK2178512, Processo: 46094036026201156 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KEITA KASHIWAGI Passaporte: TK4010954, Processo: 46094036025201110 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MITSURU TERAMACHI Passaporte: TH9481675, Processo: 46094036022201178 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: YOSHIKAZU OMINO Passaporte: TH3965132, Processo: 46094035518201124 Empresa: SMITH INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CURTIS DALE PALM Passaporte: WS657065, Processo: 46094036416201126 Empresa: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE JAVIER CIFUENTES Passaporte: CC 80010859, Processo: 46094035776201119 Empresa: PREMCELL - CONSULTORIA EM TELECOMUNICACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHASHANK RASTOGI Passaporte: Z2042428, Processo: 46094035553201143 Empresa: IBERDROLA CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE LUIS DORANTES MARTINEZ Passaporte: AD741359, Processo: 46094036357201196 Empresa: TSC - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL HORSLEY LEVERS Passaporte: 466322065, Processo: 46094036358201131 Empresa: TSC - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS EM PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL GERARD SHEEHAN Passaporte: PC4998715, Processo: 46094035549201185 Empresa: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAOLA CAREAGA SANCHEZ Passaporte: G02837143, Processo: 46094035586201193 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILHELM BERGER Passaporte: P2941668, Processo: 46094035611201139 Empresa: ACCIONA INFRAESTRUCTURAS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SALVADOR IGNACIO SELVATICO GUIJEÑO Passaporte: AAA745371, Processo: 46094036314201119 Empresa: SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROGER JEAN FRANÇOIS MARIE VOURC'H Passaporte: 11CH93136, Processo: 46094036114201158 Empresa: THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERURGICA DO ATLANTICO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GÜNTER ANTON TOPHINKE Passaporte: C7J24KF25, Processo: 46094036340201139 Empresa: SATYAM SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VENKATA KESAVA LAKSHMI KANTH NAGUMANTRI Passaporte: G6027891, Processo: 46094036068201197 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW CHARLES SAUNDERS Passaporte: 099083788, Processo: 46094036069201131 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER BELL Passaporte: 099240812, Processo: 46094036099201148 Empresa: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SARA CAVATORTA Passaporte: AA3301791, Processo: 46094035965201183 Empresa: CHEVRON BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NORMAN MACLEOD Passaporte: 094606063, Processo: 46094036173201126 Empresa: NES GLOBAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Juan Pablo Ribera Lavadenz Passaporte: 3912956, Processo: 46094035766201175 Empresa: AMYRIS BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Walter Valentin Ramirez Guerrero Passaporte: 3537862, Processo: 46094036284201132 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WITOLD RYSZARD GAWELDA Passaporte: AJ3950934, Processo: 46094036286201121 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIETRO ANGELO STUCCHI Passaporte: AA0751461, Processo: 46094036285201187 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIO GIORGIO LESCHANZ Passaporte: D957064, Processo: 46094036287201176 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GILBERTO GIUDICI Passaporte: YA2040908, Processo: 46094036288201111 Empresa: TECNIMONT DO BRASIL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIO FINAMORE Passaporte: AA3397930, Processo: 46094035997201189 Empresa: DRESSER-RAND DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ODD SIGURD FLOCK Passaporte: 28688148, Processo: 46094036391201161 Empresa: PAUL WURTH DO BRASIL TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS PARA METALURGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AXEL VOGT Passaporte: 352719327, Processo: 46094036602201165 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: PABLO SIERRA MEDINA Passaporte: XD553039, Processo: 46094036603201118 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ANDREAS ZSCHAU Passaporte: CG6 2JL 3R1, Processo: 46094036486201184 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BAOHUA WAN Passaporte: G51308654, Processo: 46094036457201112 Empresa: DRESSER-RAND DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAWRENCE DON CHUMLEY Passaporte: 113297174, Processo: 46094036458201167 Empresa: DRESSER-RAND DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN FRANCIS BIELINSKI Passaporte: 447559595, Processo: 46094036455201123 Empresa: DRESSER-RAND DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONALD EDWARD FRAZIER Passaporte: 135298127, Processo: 46094036977201125 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIANG CHEN Passaporte: G45225988, Processo: 46094036833201179 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHAN KYUN PARK Passaporte: M66178786, Processo: 46094036896201125 Empresa: BP BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE PINTO GOMEZ Passaporte: CC 5960063, Processo: 46094036891201101 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AURELIEN VINCENT PREVOST Passaporte: 06AZ77290.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 6°):

Processo: 46094026889201115 Empresa: MIB GUINDASTES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTUS BARTHOLOMEUS MATTHEUS JANSSEN Passaporte: NS1P35LP7, Processo: 46094026890201140 Empresa: MIB GUINDASTES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOUKE CORNELIS BRUIN Passaporte: NM826DH54, Processo: 46094031094201129 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDGARS GRANTS Passaporte: LV3852355, Processo: 46094029512201118 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LE GRAND RAY JONES Passaporte: 401471717, Processo: 46094029518201195 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEAN GREAVES BERRYESSA Passaporte: 437913927, Processo: 46094029514201115 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEFFREY THOMAS OSTLER Passaporte: 485799772, Processo: 46094029516201104 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TED MELVIN OSTLER Passaporte: 434713774, Processo: 46094029517201141 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRAD ALLEN OSTLER Passaporte: 463247184, Processo: 46094029520201164 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALAN JAY SIMPSON Passaporte: 445587344, Processo: 46094029253201125 Empresa: ZF DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADAM TULLO Passaporte: 612200063, Processo: 46094033784201112 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN CURTIS MUNDEN Passaporte: WL758504, Processo:

IMPRENSA NACIONAL

46094031022201181 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: RUDOLF CIZEK Passaporte: 39457076, Processo: 46094031239201191 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT WILFRIED SCHWARZ Passaporte: C8772T7ML, Processo: 46094031026201160 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: WILLIAM PESAVENTO Passaporte: YA0745984, Processo: 46094031241201161 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER HOEPER Passaporte: C2TJ7KZ5W, Processo: 46094034577201185 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 35 Dia(s) Estrangeiro: CHANGSIK JOO Passaporte: GN1424446, Processo: 46094032299201121 Empresa: ALCON LABORATORIOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FARZIN JAZAYERI Passaporte: X0203315, Processo: 46094033513201167 Empresa: CONSORCIO RIO PARAGUACU Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JENS EFFENBERGER Passaporte: C1VC1JFPZ, Processo: 46094032348201126 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EUISEOK HAN Passaporte: GK2111767, Processo: 46094032349201171 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAEDUK ONG Passaporte: M82619353, Processo: 46094032346201137 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEUNOK KIM Passaporte: M47843668, Processo: 46094032353201139 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SUNGTAE CHOI Passaporte: M11619963, Processo: 46094032351201140 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EUI HWAN KIM Passaporte: M86357635, Processo: 46094032350201103 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SI TAK KIM Passaporte: M18636632, Processo: 46094032345201192 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONGCHUL CHOI Passaporte: IC1126731, Processo: 46094032352201194 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KANGSEOK HAN Passaporte: M46742571, Processo: 46094033191201156 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Bayden Robert Johnson Passaporte: E7071943, Processo: 46094033208201175 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BOSUN YUN Passaporte: M36132596, Processo: 46094033209201110 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAE HOON KIM Passaporte: M37976563, Processo: 46094033210201144 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAEMIN KIM Passaporte: M06561975, Processo: 46094033196201189 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Maarten Kornaat Passaporte: E4024409, Processo: 46094033840201119 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Esin Esra Inan Passaporte: U01137686, Processo: 46094033867201110 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: NESTOR FERNANDO CRUZ PEREZ Passaporte: A2256324700, Processo: 46094036339201112 Empresa: CONSTRUTORA MORAES CABRAL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL OLLILA Passaporte: 424773645, Processo: 46094036468201101 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: HONGYU ZHAO Passaporte: G53038117, Processo: 46094036467201158 Empresa: LIBRA TERMINAIS S.A. Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: JIANHUA SHAO Passaporte: G42744580, Processo: 46094034101201144 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RICHARD LEE WESTMOLAND Passaporte: 475 498 541, Processo: 46094036470201171 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ioan Tulbure Passaporte: 085098191, Processo: 46094036471201116 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ion Dicu Passaporte: 14068031, Processo: 46094036472201161 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ion Voichita Passaporte: 085382062, Processo: 46094036478201138 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Petre Danut Calian Passaporte: 12454286, Processo: 46094036477201193 Empresa: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Valentin Hariton Passaporte: 085098204, Processo: 46094033781201189 Empresa: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Stéphane Mickael Alexandre Haar Passaporte: 04FI17901, Processo: 46094035253201164 Empresa: AGN SERVICOS MARITIMOS, AGENCIAMENTO E LOGISTICA LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EDUARDO FERNANDEZ HERNANDEZ Passaporte: AAD 237741, Processo: 46094033966201193 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: James Joseph Rattigan Passaporte: 104208609, Processo: 46094036461201181 Empresa: TECON SALVADOR S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: WANG JIAMIN Passaporte: P00555967, Processo: 46094036462201125 Empresa: TECON SALVADOR S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: CHEN YIJUN Passaporte: P01389253, Processo: 46094036463201170 Empresa: TECON SALVADOR S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: LU QIJUN Passaporte: P00719595, Processo: 46094036464201114 Empresa: TECON SALVADOR S/A Prazo: 89 Dia(s) Estrangeiro: XU LIANGLIANG Passaporte: P00550363, Processo: 46094036040201150 Empresa: TRACERCO DO BRASIL - DIAGNOSTICOS DE PROCESSOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER SMITH Passaporte: 463303205, Processo: 46094035495201158 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PER KRISTIAN VÅGSÆTER Passaporte: 28144644, Processo: 46094034413201158 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Hanson Haynes Hamrick Jr Passaporte: 479516497, Processo: 46094035808201178 Empresa: SBM FRADE SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NOEL JONATHAN WALKER Passaporte: 02449322, Processo: 46094035218201145 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVIDE CIRIMBELLI Passaporte: F093168, Processo: 46094036028201145 Empresa: USIMINAS MECANICA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO CASATI Passaporte: AA5360906, Processo: 46094036029201190 Empresa: USIMINAS MECANICA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIELE BRAGATO Passaporte: AA5313799, Processo: 46094036027201109 Empresa: USIMINAS MECANICA SA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MIRKO PONTEVICHI Passaporte: 755944W, Processo: 46094034507201127 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MYEONGKYU CHU Passaporte: GN1554102, Processo: 46094036039201125 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN JOSEF KRATZER Passaporte: CGPKVMTYK, Processo: 46094036038201181 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KARL STEINER Passaporte: CGP89RLZV, Processo: 46094035220201114 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FLORIAN HUDEL Passaporte: 426214437, Processo: 46094036310201122 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIYUKI OGIHARA Passaporte: TH0880730, Processo: 46094036307201117 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAKAZU INOUE Passaporte: TK2025254, Processo: 46094034804201172 Empresa: IRM SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES CAMPBELL THOMAS MILLER Passaporte: 401724047, Processo: 46094034802201183 Empresa: IRM SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID ROBERT CAMERON Passaporte: 651873697, Processo: 46094035801201156 Empresa: EPC COMPRA E VENDA DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN TIMOTHY LICCIONI Passaporte: 469328693, Processo: 46094036017201165 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUKI HARUTA Passaporte: TK5275707, Processo: 46094035726201123 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOHN STEWART MERCER Passaporte: 107 986 382, Processo: 46094035124201176 Empresa: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Richard Scott Smith Passaporte: 450366946, Processo: 46094036037201136 Empresa: APL DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ODDVAR BJOERN LOEKEN Passaporte: 25987385, Processo: 46094034677201110 Empresa: ONGC CAMPOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BHASKAR DE Passaporte: G8761664, Processo: 46094035399201118 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Philippe Michel Andre Paulhe Passaporte: 10CF10688, Processo: 46094036444201143 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL HAAKON HANSON Passaporte: 476035209, Processo: 46094036601201111 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAEHONG LIM Passaporte: M09809673, Processo: 46094035619201103 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAKI NAKAYAMA Passaporte: TK5129902, Processo: 46094035291201117 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GIORGIO BRAGA Passaporte: YA2242765', Processo: 46094036267201103 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: EMANUELE CAO Passaporte: AA0314474, Processo: 46094035800201110 Empresa: EPC COMPRA E VENDA DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: James Allen Halstead Passaporte: 221843360, Processo: 46094034897201135 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STUART GOUDIE Passaporte: 26540030, Processo: 46094035536201114 Empresa: TIM CELULAR S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ACHILLE CRISANTE Passaporte: YA1050512, Processo: 46094035523201137 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN CHANCEY Passaporte: 443256806, Processo: 46094035230201150 Empresa: DECKEL MAHO GILDEMEISTER BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MATHIAS BOLZ Passaporte: C98XMYC28, Processo: 46094035521201148 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: COLIN MICHAEL JOHNSON Passaporte: 706094103, Processo: 46094035728201112 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS HARBOE PEDERSEN Passaporte: 203921268, Processo: 46094035540201174 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEPHEN ANDREW INGERSOLL Passaporte: BA451140, Processo: 46094035527201115 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT TYNDALL ELLIS Passaporte: 482854418, Processo: 46094035546201141 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NICHOLAS JOHN CARTER Passaporte: 305900837, Processo: 46094035190201146 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUN HONG Passaporte: P01360680, Processo: 46094035721201109 Empresa: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKESHI MITSUOKA Passaporte: TG 4373494, Processo: 46094035637201187 Empresa: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEN MURAMATSU Passaporte: TG4740958, Processo: 46094035184201199 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BJORN SIGVE ESPELAND Passaporte: 21203820, Processo: 46094036021201123 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUKI OKAMURA Passaporte: TK5478847, Processo: 46094036071201119 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Kerry Dale Wright Passaporte: 13445566, Processo: 46094035968201117 Empresa: GRAN TIERRA ENERGY BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HAROLD KEITH CONROD Passaporte: BA334907, Processo: 46094035795201137 Empresa: INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GERHARD BINDER Passaporte: CGN39CYTN, Processo: 46094036073201108 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL LANE HENDERSON Passaporte: 461340349, Processo: 46094036521201165 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ZHANG LEI Passaporte: P00113898, Processo: 46094035541201119 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FLORIAN EMANUEL KAULBACH Passaporte: CG57Y0XM1, Processo: 46094036072201155 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRYAN J. WEST Passaporte: 423142175, Processo: 46094036076201133 Empresa: EXXONMOBIL QUIMICA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JERROLD THOMAS MEANEY Passaporte: BA388730, Processo: 46094035959201126 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOUGLAS CLARKE TANGYE Passaporte: 431370868, Processo: 46094035961201103 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TODD WAYNE BRYSON Passaporte: 113028903, Processo: 46094035773201177 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ABDALHMID AHMED ALBDAWI ABDALHFEED Passaporte: 361917, Processo: 46094035774201111 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JANIO FRANCISCO D'ALMADA Passaporte: TA530176, Processo: 46094036144201164 Empresa: STX OSV NITEROI S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROALD MAROE Passaporte: 28683966, Processo: 46094035899201141 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Timothy Lee Smith Passaporte: 483658548, Processo: 46094036107201156 Empresa: VALE S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ROELAND JAN EWOUD DIJKHUIS Passaporte: NV92D63J0, Processo: 46094035957201137 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARCO THOMAS PANIAN Passaporte: 886402913, Processo: 46094035780201179 Empresa: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN KENNETH GRAY Passaporte: 211091898, Processo: 46094036389201191 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYUNSOO KANG Passaporte: SC1910721, Processo: 46094036375201178 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYOIN JANG Passaporte: M18051342, Processo: 46094036159201122 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Andrew Stewart Gunn Passaporte: 093227101, Processo: 46094035751201115 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSEPH SHANE KELSHALL Passaporte: 651187969, Processo: 46094036146201153 Empresa: CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA CEPEL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JAMES COOPER MUNRO Passaporte: E4028805, Processo: 46094035966201128 Empresa: HRT O&G EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KRIS BRADLEY WOODS Passaporte: 217684682, Processo: 46094036103201178 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUI MIGUEL DOS SANTOS GARCIA TELES Passaporte: H240355, Processo: 46094036101201189 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LUIS FILIPE DA SILVA MAIA Passaporte: G542103, Processo: 46094036105201167 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS EDUARDO DA SILVA RODRIGUES Passaporte: H463488, Processo: 46094036335201126 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN PAUL MONTEMAYOR Passaporte: 426180556, Processo: 46094035955201148 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RUBEN DE LA FUENTE MARTINEZ Passaporte: BE212626, Processo: 46094035958201181 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CONSTANTIN BUCATARU Passaporte: 050094378, Processo: 46094036179201101 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HYUNGYU PARK Passaporte: M47236516, Processo: 46094036356201141 Empresa: FRANK MOHN DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LEIF ARNE KORNELIUSSEN Passaporte: 27474019, Processo: 46094036165201180 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: John Gordon Grant Passaporte: 099279631, Processo: 46094035994201145 Empresa: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WOLFGANG SCHAUER Passaporte: P1296674, Processo: 46094036162201146 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Philip John

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Aston Passaporte: 099129046, Processo: 46094035942201179 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUY MAXWELL WEBSTER Passaporte: 705006676, Processo: 46094036336201171 Empresa: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUNOBU NATSUME Passaporte: TK4889978, Processo: 46094036529201121 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS FRANZ BLIN Passaporte: P 4441787, Processo: 46094036600201176 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MYUNG HO BANG Passaporte: UL0461403, Processo: 46094036599201180 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SANGHYUN YOO Passaporte: M62476207, Processo: 46094036054201173 Empresa: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Tummas Planck Reinert Passaporte: 202421146, Processo: 46094036361201154 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS HEISE Passaporte: C1TZM3KTC, Processo: 46094036413201192 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAY DOEBLER Passaporte: C1K77084T, Processo: 46094036365201132 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WILKE TJARD JOHANN REMMERS Passaporte: 121123057, Processo: 46094036414201137 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANZISKUS REICH Passaporte: C1VZ6RL9K, Processo: 46094036596201146 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NAOKI KARASUDA Passaporte: TH 1793437, Processo: 46094036362201107 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FOLKER SCHRADE Passaporte: 1206081701, Processo: 46094036500201140 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YAXIN WANG Passaporte: G49600305, Processo: 46094036456201178 Empresa: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERNST HUBER Passaporte: F1379371, Processo: 46094036494201121 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: LIJUN DU Passaporte: G50014418, Processo: 46094036498201117 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JIANXIN ZHU Passaporte: G40905300, Processo: 46094036496201110 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: XINLIANG ZHU Passaporte: G50879160, Processo: 46094036492201131 Empresa: FOXCONN CMMSG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAO ZHOU Passaporte: G51501738, Processo: 46094036349201140 Empresa: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS OFFSHORE DE INSTALACAO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ULF SCHMIDT Passaporte: C1MZOYP7V, Processo: 46094036401201168 Empresa: WEST SERVICOS TECNICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Mark Cameron Passaporte: 652067436, Processo: 46094036405201146 Empresa: WEST SERVICOS TECNICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GORDON EDWARD WILKINS II Passaporte: 476056074, Processo: 46094036402201111 Empresa: WEST SERVICOS TECNICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DONALD RAY CROCH JR Passaporte: 478496080, Processo: 46094036922201115 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: RYUJI MATSUDA Passaporte: TH3843622, Processo: 46094036919201100 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AKIRA KOYAMA Passaporte: TH6588747, Processo: 46094036925201159 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHIMITSU KINOSHITA Passaporte: TH8036861, Processo: 46094036920201126 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KAZUHIRO SAKANE Passaporte: TK0119129, Processo: 46094036924201112 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOSHIO YAMANAKA Passaporte: TH3051800.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094033924201152 Empresa: JWAP PROMOCOES E EVENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALVARO ESTUARDO HERNANDEZ XAJAP Passaporte: 000172116 Estrangeiro: CORNELIA SEIDLER Passaporte: P 1288222 Estrangeiro: JESSICA HELEN BEVITT Passaporte: 109659772 Estrangeiro: JOSE GREGORIO GOMEZ ARCAYA Passaporte: 049108967 Estrangeiro: MARIA FERNANDA ARENAS CARDONA Passaporte: R.C 13.273.391 Estrangeiro: MARTIN MORALES CANCHOLA Passaporte: GO7825431 Estrangeiro: MAURICIO VALENCIA AGUILAR Passaporte: CC 14477619 Estrangeiro: SAMANTHA RUTH JONES Passaporte: 462000968 Estrangeiro: SOPHIE VICTORIA CHAMPION Passaporte: 110280005, Processo: 46094038583201110 Empresa: ROBERTO TOLOTTI - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: TAYLOR JON McFerrin Passaporte: 481595626, Processo: 46094037787201125 Empresa: MUSIKA PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW ROBERT CUTTLER Passaporte: 112649108 Estrangeiro: RORY MARTIN O'CONNOR Passaporte: 489504307 Estrangeiro: SETH D HALEY Passaporte: 478746890, Processo: 46094038340201173 Empresa: MUSIKA PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EDMUNDO FERNANDO CORONA MURILLO Passaporte: G06722956 Estrangeiro: MARK DOUGLAS SLATER Passaporte: 209608664, Processo: 46094037364201113 Empresa: RITA DE CASSIA MIRANDA MENEZES Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: PIERRE NICLAS FRANCESCO CAMPAGNOL Passaporte: 82675233 Estrangeiro: THOMAS WALBUM Passaporte: 202121681, Processo: 46094037784201191 Empresa: MUSIKA PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: FRÉDERIC WILLIAM JARDIN Passaporte: F3487018 Estrangeiro: IVANA NEIMAREVIC Passaporte: OO7132514 Estrangeiro: JURGEN HEINRICH REBLE Passaporte: 520654209 Estrangeiro: THOMAS STEFAN KONER Passaporte: C7P021771, Processo: 46094037747201183 Empresa: LED ENTRETENIMENTO E COMUNICACAO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALISHA JOY DOBSON Passaporte: 205724583 Estrangeiro: ANTONY THOMAS GILBERT HOWAT Passaporte: 462424672 Estrangeiro: CLAIR LOUISE THOMAS Passaporte: 302785521 Estrangeiro: DOUGLAS ROBERT SMITH Passaporte: 801617416 Estrangeiro: FABIANO PAIVA DA SILVA Passaporte: CV651006 Estrangeiro: HANNAH HEIDI VASANTH Passaporte: 356098340 Estrangeiro: JESSICA ELLEN CORNISH Passaporte: 801687283 Estrangeiro: JONATHAN KINGSLEY HAMILTON Passaporte: 306378445 Estrangeiro: KIMBERLEY LOUISE O'NEILL Passaporte: 094283940 Estrangeiro: LEWIS FRASER YOUNG Passaporte: 110600031 Estrangeiro: LEWIS PHILIP ALLEN Passaporte: 500658103 Estrangeiro: LOUIS OLIVER Passaporte: 540541784 Estrangeiro: MARK ALEXANDER BRIGHTMAN Passaporte: 540635333 Estrangeiro: PETER TREVOR FARNCOMBE Passaporte: 099126044 Estrangeiro: PHILIP MARK SIMMONDS Passaporte: 463134801 Estrangeiro: RICHARD IAN JONES Passaporte: 099257655 Estrangeiro: SIMON JAMES PETER THOMAS Passaporte: 801689270 Estrangeiro: STUART GRANT MACAULAY Passaporte: 800745879, Processo: 46094037738201192 Empresa: MALAB PRODUCOES LTDA. - EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: PAUL IGNATIUS AUCOIN Passaporte: WL185819 Estrangeiro: RICHARD CHARLES AUCOIN Passaporte: WM156276 Estrangeiro: SEAN ANDREW MACGILLIVRAY Passaporte: WM177741 Estrangeiro: TAYLOR ALLAN JOSEPH KNOX Passaporte: QA976826, Processo: 46094037739201137 Empresa: MALAB PRODUCOES LTDA. - EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CAMERON MESIROW Passaporte: 488678746 Estrangeiro: CHRISTOPHER JOSEPH FALLON JR Passaporte: 223411201 Estrangeiro: HENRIK JAKOB LENNART A. VON SIVERS Passaporte: 45760995, Processo: 46094038508201141 Empresa: WCN - PRESTACAO DE SERVICOS TERAPEUTICOS E ARTISTICOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Marcos Martin Inthamoussu Passaporte: AA4041691 Estrangeiro: Miguel Barcelona Palau Passaporte: AAE390960 Estrangeiro: Rafaele Giovanola-Endrass Passaporte: F3403114 Estrangeiro: Victoria Eugenia Miranda Perez Passaporte: AAA173378, Processo: 46094038029201124 Empresa: MALAB PRODUCOES LTDA. - EPP. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ERNESTO ALEJANDRO AELLO FREGOZO Passaporte: 08020012747 Estrangeiro: GUSTAVO RAFAEL MEDINA ROCHA Passaporte: 10900408848 Estrangeiro: JACQUES HASSON Passaporte: 441031659 Estrangeiro: JENNIFER KAREN SARKISSIAN Passaporte: 120967881 Estrangeiro: JOSE TRINIDAD MORALES GUTIERREZ Passaporte: 08900096656 Estrangeiro: JUAN CARLOS REYNA SORIA Passaporte: 07020040693 Estrangeiro: JUAN TELLEZ ZAVALA Passaporte: 09908893781 Estrangeiro: RAMON AMOR AMEZCUA SANCHEZ Passaporte: G06843169, Processo: 46094037831201105 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALESSANDRO RODOLFO RENATO LINDBLAD Passaporte: 81875733, Processo: 46094037753201131 Empresa: MK - ENTRETENIMENTOS LTDA - ME Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: AVIRAM SAHARAI Passaporte: 10930821 Estrangeiro: NISSIM KADOSH Passaporte: 10930880, Processo: 46094038543201160 Empresa: MARCO ANTONIO LIGABO SE LIGA NA ECOLOGIA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOSHUA JAMES BRADFORD Passaporte: BA378737 Estrangeiro: KEVIN FRANQUIZ PUIG Passaporte: 447613535 Estrangeiro: NEIL BOSHART Passaporte: BA375570 Estrangeiro: PAUL ADAM KOEHLER Passaporte: BA375572 Estrangeiro: SHANE MATTHEW TOLD Passaporte: BA378713 Estrangeiro: TIMOTHY ALBERT ZAHODSKI Passaporte: 469616723 Estrangeiro: WILLIAM FRANCIS ALEXANDER HAMILTON Passaporte: BA726222, Processo: 46094038013201111 Empresa: MS DELTA BAR E RESTAURANTE LTDA Prazo: 4 Dia(s) Estrangeiro: Vasti Jackson Passaporte: 441100810, Processo: 46094037938201145 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALONDRA DE LA PARRA BORJA Passaporte: 10874321161, Processo: 46094038410201193 Empresa: DIAS & JAEGGER LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MARC ROSAIRE HOULE Passaporte: BA421350, Processo: 46094038196201175 Empresa: COQUETEL MOLOTOV PRODUCOES LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID MICHAEL THOMAS Passaporte: 457026516, Processo: 46094038061201118 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JEREMY DAVID WALKER Passaporte: 210517771 Estrangeiro: DAVID EMMANUEL LAWRENCE Passaporte: 099209018 Estrangeiro: GARETH RUSSEL MANICOM Passaporte: A00568816 Estrangeiro: HUGO FRANS SCHOLTEN Passaporte: NS7LC8LD9 Estrangeiro: JAMES ASPEN BASELEY Passaporte: 099142327 Estrangeiro: PHILIP MANCHESTER Passaporte: 094360728 Estrangeiro: SIMON NICHOLAS GRESHAM BARRINGTON Passaporte: 099275267 Estrangeiro: STEFAAN GASTON HERMAN VAN LEUVEN Passaporte: EH662965 Estrangeiro: STEPHEN JOSEPH LIEBERMAN Passaporte: 220759921 Estrangeiro: STEVE BOUDEWIJN CECILE SLINGENEYER Passaporte: EH456443 Estrangeiro: VELLO EDMUND VIRKHAUS Passaporte: 214107922, Processo: 46094038896201160 Empresa: CHRISTIAN MONTGOMERY Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TODD NOLEN TERRY Passaporte: 113563509, Processo: 46094038062201154 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOSEPH ANTHONY RAY Passaporte: 801298793, Processo: 46094038060201165 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALAIN DANIEL MACKLOVITCH Passaporte: BA291104 Estrangeiro: ARMAND VAN HELDEN Passaporte: 482534127 Estrangeiro: CRAIG ARDEN TIEDE Passaporte: 029291319 Estrangeiro: REX RANDAL VAN STEE Passaporte: 206592807, Processo: 46094038225201107 Empresa: ASSOCIACAO PRO-DANCA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: HILDUR ISABELLA BOYLSTON Passaporte: 170094767, Processo: 46094038919201136 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARCUS PIO LAMBKIN Passaporte: PC7402655, Processo: 46094038544201112 Empresa: LIBERATION MUSIC COMPANY COMERCIO DE CDS LTDA ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER DANIEL WEBSTER Passaporte: 466585354 Estrangeiro: ALEXANDRO LOPEZ Passaporte: 304443370 Estrangeiro: BRIAN GARRETT ESCHBACH Passaporte: 027934335 Estrangeiro: CHARLES MATTHEW WOODS Passaporte: 028762096 Estrangeiro: CHARLES SCOTT ANDREWS Passaporte: 017166673 Estrangeiro: CHRISTOPHER THOMAS GARZA Passaporte: 500542975 Estrangeiro: DANIEL EUGENE KENNY Passaporte: 058415762 Estrangeiro: GEORGE THOMAS FISHER Passaporte: 460946099 Estrangeiro: JAMES JOSEPH LYNCH IV Passaporte: 480510274 Estrangeiro: JONATHAN GUZMAN TOLEDO Passaporte: G05701516 Estrangeiro: MARK KIMBALL HEYLMUN JR Passaporte: 431650905 Estrangeiro: MAXWELL JAMES LAVELLE Passaporte: 483721486 Estrangeiro: MITCHELL ADAM LUCKER Passaporte: 431302835 Estrangeiro: PAT QUINN O'BRIEN Passaporte: 112997043 Estrangeiro: PAUL MAZURKIEWICZ Passaporte: 462632473 Estrangeiro: Peter Christian Robertson Passaporte: 214020651 Estrangeiro: ROBERT JOSEPH BARRETT III Passaporte: 450459900 Estrangeiro: ROGER ALAN KEENE Passaporte: 141417993 Estrangeiro: SHANNON M LUCAS Passaporte: 047794397 Estrangeiro: TREVOR SCOTT STRNAD Passaporte: 027934339, Processo: 46094038726201185 Empresa: ASSOCIACAO DE AMIGOS DO CONSERVATORIO DE TATUI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jose Luis Quintana Fuertes Passaporte: B809641, Processo: 46094038895201115 Empresa: G-IND ENTRETENIMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIAN GAMBOA Passaporte: YA2411027, Processo: 46094038892201181 Empresa: LEONARDO BRANDAO BIVAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAVID MITCHELL DRESDEN Passaporte: 449853142, Processo: 46094038893201126 Empresa: LEONARDO BRANDAO BIVAR Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JOSHUA DAMON GABRIEL Passaporte: 435550133, Processo: 46094038891201137 Empresa: ALBERTO CREIMER ANSPACH Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN SMITH Passaporte: 047144907, Processo: 46094038917201147 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER NICHOLAS JULIUS PUODZIUKAS Passaporte: BA169749 Estrangeiro: BRETT ALAN FISCHER Passaporte: 038852228 Estrangeiro: JESSE FREDERICK KEELER Passaporte: BA169748, Processo: 46094038636201194 Empresa: LUIZ FELIPE NEGRI DE MELLO Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN ANTHONY VODINH Passaporte: 039430619 Estrangeiro: DWIGHT ALEXANDER PINKNEY Passaporte: A3249255 Estrangeiro: JASON PETER TAVERNESE Passaporte: 476185958 Estrangeiro: JESSE REED HASEK Passaporte: 039430618 Estrangeiro: LEWIS FRANKLIN COSBY IV Passaporte: 466871127 Estrangeiro: MATTHEW DAVID BROWN Passaporte: 446890187 Estrangeiro: MICHAEL ARTHUR MAHAR III Passaporte: 452455327 Estrangeiro: NOAH RAY BEACHY Passaporte: 425953161 Estrangeiro: RYAN WILLIAM JOHNSON Passaporte: 428245642 Estrangeiro: SHAWN SCOTT HAMMER Passaporte: 447470394, Processo: 46094038920201161 Empresa: XYZ LIVE COMUNICACAO E EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ADRIAN ERIK MARTINEZ Passaporte: 431316162 Estrangeiro: CHRISTOPHER MARTIN STOGDILL Passaporte: 303430852 Estrangeiro: EVA JOANNA MICHON Passaporte: JR820917 Estrangeiro: FILIP WESLEY AABY Passaporte: 421234497 Estrangeiro: JAMAL AHMED DAUDA Passaporte: 431653366 Estrangeiro: SEBASTIEN GRAINGER Passaporte: BA175174 Estrangeiro: TREVOR CLAYTON COPPEN Passaporte: BA169947, Processo: 46094038342201162 Empresa: GEO EVENTOS S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BANG, YOOJIN Passaporte: M19541482 Estrangeiro: CHA, OH REUM Passaporte: M25773473 Estrangeiro: CHOI, GINA Passaporte: JX205248 Estrangeiro: HWANG, JONGHWAN Passaporte: UL0425332 Estrangeiro: IM, SANG HYUCK Passaporte: KN1020640 Estrangeiro: JANG, BUMJOON Passaporte: M24352950 Estrangeiro: JANG, HYOJIN Passaporte: M61709541 Estrangeiro: JANG, HYUNSEUNG Passaporte: M16200796 Estrangeiro: JEE, HONGRAK Passaporte: M81820450 Estrangeiro: JEON, JIYOON Passaporte: M47741035 Estrangeiro: JEONG, JEONGHYEON Passaporte: M44757149 Estrangeiro: JOO, YOUNGLAN Passaporte: M49881927 Estrangeiro: JUN, JOONGUN Passaporte: M86275748 Estrangeiro: JUNG, SUL Passaporte: M88026114 Estrangeiro: KIM, DONG HYUN Passaporte: KN4007072 Estrangeiro: KIM, DONG JOON Passaporte: M11547878 Estrangeiro: KIM, GAHEE Passaporte: M57741678 Estrangeiro: KIM, HEE SUN Passaporte: M06074916 Estrangeiro: KIM, HYERIM Passaporte: M83676912 Estrangeiro: KIM, HYUNAH Passaporte: M65639098 Estrangeiro: KIM, JONGHUN Passaporte: M00190390 Estrangeiro: KIM, KYUNG EUN Passaporte: SC2197750 Estrangeiro: KIM, KYUNGWON Passaporte: M03899761 Estrangeiro: KIM, MIN JUNG Passaporte: M21760816 Estrangeiro: KIM, SEUL GEE Passaporte: M42495911 Estrangeiro: KIM, SOHEE Passaporte: M16134304 Estrangeiro: KIM, SUNMI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Passaporte: M86029769 Estrangeiro: KWON, SOHYEON Passaporte: M37788110 Estrangeiro: LEE, EUN YUNG Passaporte: M88965166 Estrangeiro: LEE, HUNJIN Passaporte: M37890129 Estrangeiro: LEE, JUNGKWAN Passaporte: M73169866 Estrangeiro: LEE, KIKWANG Passaporte: M62848477 Estrangeiro: LIM, YONGUN Passaporte: M51141551 Estrangeiro: MYUNG, YUNJUNG Passaporte: M70403510 Estrangeiro: NAM, JIHYUN Passaporte: M27417963 Estrangeiro: OH, HYEJUNG Passaporte: GK4038655 Estrangeiro: PARK, HAKSOO Passaporte: M13063380 Estrangeiro: PARK, JIHYUN Passaporte: M19856888 Estrangeiro: PARK, YONGBOK Passaporte: M50575365 Estrangeiro: ROH, JUNGMIN Passaporte: GG0296699 Estrangeiro: SEO, JINI Passaporte: M62355543 Estrangeiro: SHIN, HYOJEONG Passaporte: GY0114209 Estrangeiro: SIM, KIBO Passaporte: M33622106 Estrangeiro: SOHN, DONG WOON Passaporte: KJ0053593 Estrangeiro: YANG, YOSEOP Passaporte: NW1446601 Estrangeiro: YONG, JUNHYUNG Passaporte: M55754426 Estrangeiro: YOO, CHO RONG Passaporte: M30925203 Estrangeiro: YOO, HYEMI Passaporte: M08978394 Estrangeiro: YOO, SEOYOUNG Passaporte: GK2159729 Estrangeiro: YOON, DUJUN Passaporte: M36057907.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094036270201119 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRU TAPES Passaporte: A2430939 Estrangeiro: FABIO D AGOSTA Passaporte: AA4230209 Estrangeiro: HENDRI JUIR Passaporte: A 1216110 Estrangeiro: I WAYAN HENDRA SASMITA Passaporte: V 844223 Estrangeiro: JOHN AUGUSTIN Passaporte: G6707103 Estrangeiro: JOHN SCOTT KINNEY Passaporte: 215136435 Estrangeiro: SALAMUN Passaporte: A 1312261, Processo: 46094036752201179 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AARON JAMES BUENAVENTURA FABILA Passaporte: EB3049513 Estrangeiro: ABNER CARABEO ESCALA Passaporte: EB2779692 Estrangeiro: AHMAD PINUJI WIRAUTAMA FEBRI Passaporte: S 561277 Estrangeiro: ALDIE SIMBAJON MONTEALEGRE Passaporte: XX3597596 Estrangeiro: ALEXANDER LAUER Passaporte: C84FTZWP6 Estrangeiro: ALFRED HANSEN Passaporte: 100070059 Estrangeiro: ALI MOHAMAD JULI SYAIFULOH Passaporte: R406031 Estrangeiro: ALLAN CONTRERAS OLAVE Passaporte: XX4616143 Estrangeiro: ALLAN ENRIQUEZ CEDILLO Passaporte: XX5355881 Estrangeiro: ANGELINO CASTRO GOZAMO Passaporte: EB1989067 Estrangeiro: ANJO POLICARPIO DILAG Passaporte: EB2683054 Estrangeiro: ARMANDO SUAREZ DE JESUS Passaporte: EB1249449 Estrangeiro: ARNEL MALABANAN PUNZALAN Passaporte: XX5445389 Estrangeiro: BABY PUNNAKKAL DEVASSIA Passaporte: F0555901 Estrangeiro: BAGUS SRIYONO Passaporte: T 462448 Estrangeiro: BALGURU SAHADEV GAVANDE Passaporte: G9926175 Estrangeiro: BUBUN TEGUH Passaporte: S 630132 Estrangeiro: CARVI MATILLA JAVIER Passaporte: VV0863164 Estrangeiro: CECEP ARIP SETIA BUDI Passaporte: A 0707534 Estrangeiro: CONRAD LENNY FERNANDES Passaporte: H4341427 Estrangeiro: CONRADO JR. REPUNTE ENOC Passaporte: XX0991644 Estrangeiro: DENNIS DAILO NAVARRO Passaporte: XX4897266 Estrangeiro: DENNIS MACARANAS DODOSO Passaporte: XX3146396 Estrangeiro: EDO ARMANDO PARADI Passaporte: S 808995 Estrangeiro: EDWIN RUIZ BANTA Passaporte: XX0345005 Estrangeiro: EMMANUEL BATOON PUERTOLLANO Passaporte: EB2921786 Estrangeiro: ENJANG SUHANDA Passaporte: AL268004 Estrangeiro: ERNESTO JR MACION BARBASA Passaporte: XX1875131 Estrangeiro: ERWIN LEONORAS DRUA Passaporte: EB1119828 Estrangeiro: FAJAR APRI KUSNANTO Passaporte: R 488130 Estrangeiro: FEDERICO BERNARDO PEÑAMANTE Passaporte: EB0419458 Estrangeiro: FERDINAND DAQUIOAG JUAN Passaporte: EB0446198 Estrangeiro: FRANZISKA REGINA SCHADEL Passaporte: C86H06JK5 Estrangeiro: GIL ROL APASAN Passaporte: XX0595021 Estrangeiro: GUNAWAN Passaporte: U 019811 Estrangeiro: HARDIANTO Passaporte: R 571076 Estrangeiro: HERIYANTO Passaporte: W 706090 Estrangeiro: ISMAIL SOFYAN Passaporte: W 223329 Estrangeiro: ISMAIL YASIR Passaporte: P 862375 Estrangeiro: IVAN FLAVIANO SARTO Passaporte: XX1386149 Estrangeiro: IVANNY ALVACETE MONTEMAYOR Passaporte: EB0590847 Estrangeiro: JAIME ARQUELADA RIODIQUE Passaporte: EB0877657 Estrangeiro: JAMES MAQUILING CASTILAR Passaporte: XX5727783 Estrangeiro: JENS-MIRCO ANDRE ENGBRINK GT BARING Passaporte: C7F4TM35X Estrangeiro: JIMSON AGDEPPA BARSANA Passaporte: XX1182153 Estrangeiro: JOLITO ALCALA OLORVIDA Passaporte: XX4383324 Estrangeiro: JULIUS CARANSIJA CAMANGIAN Passaporte: EB1988720 Estrangeiro: KARL-DIETER DR GATER Passaporte: 928704521 Estrangeiro: LUKI DIANDARU Passaporte: V751602 Estrangeiro: LUTZ RENNERT Passaporte: C1RZM2P61 Estrangeiro: MANUEL JR ALAYON LUCES Passaporte: XX1552254 Estrangeiro: MANUELA SCHMIDT Passaporte: CGCL36VZV Estrangeiro: MARIA HELEN BUHAT SOON Passaporte: EB0252376 Estrangeiro: MARIO DILAG ROGANDO Passaporte: XX2065146 Estrangeiro: MARITO HENDAR TRIPRASETYO Passaporte: A 1215226 Estrangeiro: MARTIN INDRIAN FIRMAN FIRDAUS Passaporte: W 672140 Estrangeiro: MARVIN GALBO MERENCILLO Passaporte: XX5112459 Estrangeiro: MAUREEN CARRANCEJA CAMANGIAN Passaporte: XX5648610 Estrangeiro: MIRIAM SCHIDLEWSKI Passaporte: C3X014L2X Estrangeiro: MUKHRIZA IKHAIRI FATHA Passaporte: S 107975 Estrangeiro: NA-OME DATU-ON AMBID Passaporte: XX4218909 Estrangeiro: NEIL MATELA CATUIRA Passaporte: EB0596724 Estrangeiro: NELSON CELESTIAL BUSICO Passaporte: EB1993761 Estrangeiro: NICETO ROSA DUTERTE Passaporte: UU0699389 Estrangeiro: NISHANTH SAHAYARAJA Passaporte: F9944397 Estrangeiro: NOEL DIRIC VILLANUEVA Passaporte: XX0611967 Estrangeiro: NUNGGUMASANA TARIGAN Passaporte: R 673604 Estrangeiro: OLIVER CARLUS GONSALVES Passaporte: J3928652 Estrangeiro: PARMESHWAR UDAYNATH PANIGRAHI Passaporte: F3973494 Estrangeiro: PATRICK BAUTISTA SYFU Passaporte: XX0444872 Estrangeiro: RAFAEL MIGUEL MANABAT Passaporte: XX4907068 Estrangeiro: RECHE GONZALES PURACAN Passaporte: XX4956349 Estrangeiro: REXSAN GUINTO CAMUS Passaporte: XX1024634 Estrangeiro: RHUJIE JOSE MAR CAZEÑAS TAJANLANGIT Passaporte: XX2955447 Estrangeiro: RICHARD OLIVEROS CALIZO Passaporte: XX2118502 Estrangeiro: ROBBIE ALVIOR SILLADOR Passaporte: XX5181845 Estrangeiro: ROBERT STOLLBERG Passaporte: C0GV03T03 Estrangeiro: ROBERT WOLF Passaporte: C84MC2J1C Estrangeiro: ROBI AKBAR Passaporte: T 962789 Estrangeiro: RODOLFO JR. SANTOS CRUZ Passaporte: EB3117879 Estrangeiro: ROEL MAJAM OLEDAN Passaporte: EB0432137 Estrangeiro: ROLAND MARTIN JANTZ Passaporte: C4V23MFKY Estrangeiro: ROLANDO ABARICO CENABRE Passaporte: XX1950881 Estrangeiro: ROMY BUGAY PERALTA Passaporte: XX0360060 Estrangeiro: RONALD BERDIN CAMBEL Passaporte: EB0417097 Estrangeiro: RONEL REMUDARO LIM Passaporte: XX2286351 Estrangeiro: RYAN PANTINO AGUNDAY Passaporte: XX5718267 Estrangeiro: SALHUDDIN YUSUF Passaporte: S 371455 Estrangeiro: SANAL MADHUBALA SUBHASH Passaporte: F9433673 Estrangeiro: SANDY CHRISTINE MATTERN Passaporte: 264215365 Estrangeiro: SAYYAD MOHAMMAD ILYAS Passaporte: J4895307 Estrangeiro: SHELDON JEROME FENANDES Passaporte: F6758037 Estrangeiro: STEPHAN SONNTAG Passaporte: C1T1P95MF Estrangeiro: SUZANNE JANE PADILLA BENITEZ Passaporte: XX4053800 Estrangeiro: TOM DIAMANTE BORCE Passaporte: UU0626049 Estrangeiro: UDIYARTO RATU Passaporte: A 0188729 Estrangeiro: USMAN FARID HARJA Passaporte: R 690121 Estrangeiro: VERDE VANDER ALIPONGA SOON Passaporte: XX0984479 Estrangeiro: VIRGIL TABON GALO Passaporte: XX3792043 Estrangeiro: VITO BERNADAS AMORA Passaporte: XX4619894 Estrangeiro: WISNU WARDHANA Passaporte: A 0706234 Estrangeiro: YOHANIS PAULUS BULUPADANG Passaporte: U 203782, Processo: 46094037165201105 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: I DEWA KT ADHI KUMARA WIGUNA Passaporte: R 339287 Estrangeiro: ROBERTO CARLOS CAJUSOL FARROÑAN Passaporte: 4862829 Estrangeiro: VAILINTON IGNES FERNANDES Passaporte: H5301802, Processo: 46094037164201152 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARNOLD UNIPA RAGSAC Passaporte: EB1334598 Estrangeiro: JOURNEY RAMOS CALEJA Passaporte: EB1736503 Estrangeiro: JUNDY MAATUBANG FUENTES Passaporte: XX5179901 Estrangeiro: NOEL TRABALLO GARCIA Passaporte: XX3738208, Processo: 46094037997201113 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRU BOGDAN NICOLAE Passaporte: 085380871 Estrangeiro: ANDREA OLIVIERI Passaporte: D 505694 Estrangeiro: DAVIDE BAVESTRELLO Passaporte: 412041X Estrangeiro: EMANUEL MATIAS GOMEZ Passaporte: 33669486N Estrangeiro: FEDERICO VANNETIELLO Passaporte: A763862 Estrangeiro: MATIAS ANDRES SORIA Passaporte: 32621887N Estrangeiro: OLGA LUCIA TALERO ACOSTA Passaporte: CC 51776251 Estrangeiro: OSCAR MANUEL GUERRERO BATISTA Passaporte: SP0741595 Estrangeiro: PAOLO PETROSINO Passaporte: .AA0222746 Estrangeiro: PEDVIN D COSTA Passaporte: E9194203, Processo: 46094037706201197 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FRANCISCO FERNANDES Passaporte: H4916739 Estrangeiro: FRANCISCO VICKY COLACO Passaporte: H8998971 Estrangeiro: FREDERICK DEAUNA RIOJA Passaporte: XX3967766 Estrangeiro: FROILAN BALTAZAR LOPEZ Passaporte: EB3705228 Estrangeiro: GERRY ESMERIO ATALIA Passaporte: XX1299121 Estrangeiro: GILDA MAY SOCCODATO Passaporte: AA5294801 Estrangeiro: GIOVANNA CAMILLA DIPASQUALE Passaporte: YA0326245 Estrangeiro: GIOVANNI ARRABITO Passaporte: AA0800373 Estrangeiro: GIUSEPPE IORIO Passaporte: AA3831208 Estrangeiro: GIUSEPPE TUTTI Passaporte: AA5298584 Estrangeiro: I KETUT GEDE SANTOSA ADHI ATMA Passaporte: T 972708 Estrangeiro: I NYOMAN AGUS DHARMA PUTRA Passaporte: U 327009 Estrangeiro: I WAYAN YULIARTA Passaporte: R 802153 Estrangeiro: IAN TIMAAN MATIAS Passaporte: XX0088266 Estrangeiro: ISABELLA KIRCHMAIER Passaporte: P 3916712 Estrangeiro: JAIME ENRIQUE PELAGIO ORENDAIN Passaporte: XX1652882 Estrangeiro: JAN-MICHAEL SALINAS LOMOCSO Passaporte: EB0832587 Estrangeiro: JENNIFER ROSARIO TURAO Passaporte: EB1447264 Estrangeiro: JEROLD CASEÑAS BAGAIPO Passaporte: EB2324597 Estrangeiro: JESUS MESTIZO PERNIA Passaporte: EB0277391 Estrangeiro: JIMBO SURITA CHAVEZ Passaporte: XX2097696 Estrangeiro: JOANDER EUCLIDES NICASIO MOTA Passaporte: SC0631994 Estrangeiro: JOEFFREY ANSAY ABRIGO Passaporte: XX4993475 Estrangeiro: JOHNUEL JUAN KAMPITAN Passaporte: EB0053046 Estrangeiro: JORGE ANTONIO ROSAS MARCOS Passaporte: 4452022 Estrangeiro: JOSE CARLOS BRAVO PEREZ Passaporte: AAC480786 Estrangeiro: LAURA D'ANGELO Passaporte: AA5329882 Estrangeiro: LIVRO LINDON RODRIGUES Passaporte: G8717757 Estrangeiro: MANON FANNY JOELLE CAROLE GANAYE Passaporte: 10CH11376 Estrangeiro: MANUEL CHRISTOPHER BRIONES MEDINA Passaporte: XX0916340 Estrangeiro: MARIA BONARIA CASULA Passaporte: YA2010512 Estrangeiro: MARIANO SILVINO FERNANDES Passaporte: J2752222 Estrangeiro: MARK ANGELO HUGO BAUTISTA Passaporte: XX1981910 Estrangeiro: MARY LYN BANARES SANTOS Passaporte: VV0326949 Estrangeiro: MASSIMO PENNISI Passaporte: A 034043 Estrangeiro: MATTEO MARINELLI Passaporte: AA1764959 Estrangeiro: MICHAEL NEPOMUCENO SAN JUAN Passaporte: XX5095613 Estrangeiro: MSTYSLAV CHERNOV Passaporte: EA754694 Estrangeiro: MUTHUKRISHNAN CHELLASAMY Passaporte: G2597764 Estrangeiro: NANANG NURNAFSIN Passaporte: S 647400 Estrangeiro: OKI SATRIA DINATA Passaporte: A 0455302 Estrangeiro: PABLO JIMENEZ CANO Passaporte: AA627950 Estrangeiro: PABLO NICOLAS FERNANDEZ Passaporte: 29016630N Estrangeiro: PATRICIA FABIANA GOMEZ CASTRO Passaporte: AAE517650 Estrangeiro: PIEDADE ANTAO Passaporte: J8895025 Estrangeiro: RAFFY SAMSON CORNEJO Passaporte: XX0027782 Estrangeiro: RHEA BALDISMO CORNEJO Passaporte: EB3193223 Estrangeiro: ROBERTA DE SIMONE Passaporte: Y 410030 Estrangeiro: ROMEO PIPO BASCARA Passaporte: WW0346623 Estrangeiro: RONALDO ISIDRO CRUZ Passaporte: XX2698706 Estrangeiro: ROSAURA MARGARITA PILIER BUENO Passaporte: SP0739561 Estrangeiro: SABINO DEL CARMEN APUDA Passaporte: VV0437605 Estrangeiro: SALUZINHO DSILVA Passaporte: F8032078 Estrangeiro: SANDEEP SALVI Passaporte: H2481316 Estrangeiro: SARTO SANTANO FERNANDES Passaporte: J7757676 Estrangeiro: SOFIA SMAIL Passaporte: 37375735N Estrangeiro: THAZEEB AHMED IQBAL PATEL Passaporte: G7383388 Estrangeiro: VINCENT ELACION FONTILLAS Passaporte: EB0621729 Estrangeiro: VINCENZO CAMPANILE Passaporte: YA 0224765 Estrangeiro: VISHAL CHANDRASHEKAR BANGERA Passaporte: G8311213 Estrangeiro: WEN ZHOU Passaporte: G49669303 Estrangeiro: YASIN Passaporte: R 058680 Estrangeiro: YURI CESAR SOLANO BAUTISTA Passaporte: 4875199, Processo: 46094038174201113 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY TUAZON ORTEGA Passaporte: XX1981009 Estrangeiro: AVIO DESA Passaporte: J1701369 Estrangeiro: BUSTOMI Passaporte: S 614484 Estrangeiro: CEFERINO JR. MARASIGAN MENDOZA Passaporte: XX4156444 Estrangeiro: EDUARDO JAVIER VASQUEZ RAMIREZ Passaporte: 3804824 Estrangeiro: JAY KENNETH GAID PASTORIZA Passaporte: XX0429030 Estrangeiro: JOAO CAETAN PEIXOTO Passaporte: F3578960 Estrangeiro: JOSE CARLOS MORI CALDERON Passaporte: 5190977 Estrangeiro: KHAERUDDIN SAIDANG Passaporte: R 380680 Estrangeiro: MARLON LOPEZ ISIP Passaporte: XX4416467 Estrangeiro: MARZUKI MUCHTAR Passaporte: U 173313 Estrangeiro: MELISSA KAREN CHILLCCE JURAHUA Passaporte: 3007583 Estrangeiro: MELROY MORGAN FERNANDES Passaporte: G6033149 Estrangeiro: MOHAMAD KOMARUZ ZAMAN Passaporte: A 0454934 Estrangeiro: MOHAMMAD SHAMIMUDDIN ANSARI Passaporte: F9753240 Estrangeiro: MOHAMMED ZAHID NATTAMKAR MOHAMMED Passaporte: G1505680 Estrangeiro: PANKAJ VAID Passaporte: F9011069 Estrangeiro: SLAMET PUJIANTO Passaporte: A 0348951, Processo: 46094038170201127 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA MARGOTT GARBOZA CLAROS Passaporte: 3978269, Processo: 46094038173201161 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CONRAD ELVIS MOLLAN Passaporte: J9000953 Estrangeiro: DANIELE PIRASTRU Passaporte: AA5185247 Estrangeiro: DIONICIO MURILLO Passaporte: C478661 Estrangeiro: DOMNIC RODRIGUES Passaporte: G8718155 Estrangeiro: GUSTI KETUT MERTAYASA Passaporte: A 0354933 Estrangeiro: JOSE ERNESTO HERNANDEZ MARTINEZ Passaporte: C649998 Estrangeiro: SAADIA ISSELA PEÑA ERAZO Passaporte: C663645 Estrangeiro: VALANCIO EDGAR FERNANDES Passaporte: E 9193590 Estrangeiro: WALTER RODRIGUES Passaporte: E8684093, Processo: 46094037734201112 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BEATRIZ CRISTINA RIVERO Passaporte: 472246960 Estrangeiro: DANIEL LEE BELL Passaporte: 077585999 Estrangeiro: DEEPANKAR MAITRA Passaporte: 017928568 Estrangeiro: EDWIN RODRIGUEZ Passaporte: 465995366 Estrangeiro: EVANGELOS MICHAILARAS Passaporte: 048310121 Estrangeiro: IRWAN TRIADI WIRYAWAN Passaporte: V 288534 Estrangeiro: JAMES GRANVEL WHELPLEY Passaporte: 048380485 Estrangeiro: JOHN GIFFORD BATHGATE Passaporte: 452715498 Estrangeiro: JORGE ADALBERTO ROMAN JR Passaporte: 480400869 Estrangeiro: KEVIN WALTER MICHAEL HOARD Passaporte: 440975092 Estrangeiro: LISA MICHELLE POLLACK Passaporte: 468908268 Estrangeiro: MARIA VICTORIA OSEJO Passaporte: 048318556 Estrangeiro: MATTHEW NEAL JAMES Passaporte: 018336097 Estrangeiro: MICHAEL RYAN DOWD Passaporte: 048689553 Estrangeiro: MICHAEL WILLIAM EISENHART Passaporte: 473858921 Estrangeiro: MICHELLE SUE YANDA Passaporte: 217162359 Estrangeiro: NATHANIEL KARMY MINA Passaporte: 472234318 Estrangeiro: PHILLIP BRIGGS JR Passaporte: 216436856 Estrangeiro: RICK DEAN BULFORD II Passaporte: 047910099 Estrangeiro: RONNIE FARZAD Passaporte: 016940168 Estrangeiro: SUSAN MARIE ALTSTADT Passaporte: 047615005 Estrangeiro: TERRELL MARQUES JONES Passaporte: 301502659 Estrangeiro: TINA VU FACKETT Passaporte: 039756727 Estrangeiro: TODD FISCHER Passaporte: 047630305, Processo: 46094037735201159 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AWANG LONG Passaporte: A1210625 Estrangeiro: DEBORAH MARTINEZ Passaporte: F2368718 Estrangeiro: HENRY FERNANDES Passaporte: J7761113, Processo: 46094038309201132 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADRIANA VANESA BRIZUELA Passaporte: 31014065N Estrangeiro: ALLEN ARREGLO BARBAS Passaporte: EB3033963 Estrangeiro: ALVITO FERNANDES Passaporte: H9412638 Estrangeiro: BERNABE BALIWAGAN ADIGUE Passaporte: XX5512016 Estrangeiro: BUDI SANTOSO Passaporte: R 940546 Estrangeiro: CESAR ELEAZAR GODOY SUAZO Passaporte: C617866 Estrangeiro: DENISSE JOVITH FLORES CHAUPIN Passaporte: 5306534 Estrangeiro: ERICSON CADUCIO RIVERA Passaporte: XX0833463 Estrangeiro: FAIYAZUDDIN MOHAMMED

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Passaporte: E6132857 Estrangeiro: FERRI SUHERLAN Passaporte: V 917025 Estrangeiro: GERALD GONZALES LO Passaporte: EB0334146 Estrangeiro: GIACOMO PORCELLI Passaporte: AA5295416 Estrangeiro: GIORGIO PRATO Passaporte: A 763836 Estrangeiro: GIOVANNA VITALE Passaporte: AA3288284 Estrangeiro: GRAZIA MARIA ROSALBA VAIRO Passaporte: AA5891043 Estrangeiro: HENDRASO BUDHI JATMIKO Passaporte: A 0881627 Estrangeiro: I KOMANG HERIADI Passaporte: A1474184 Estrangeiro: IGNACIO RAUL BERGERO Passaporte: 35973090N Estrangeiro: JASPER MERCADERO MIQUE Passaporte: EB2981588 Estrangeiro: MARIKA LAMPONI Passaporte: YA2432780 Estrangeiro: MAURO CAPPELLUTI Passaporte: YA2178280 Estrangeiro: MAURO PIETRO CARAVAGGI Passaporte: YA0313115 Estrangeiro: MICHAEL BRYAN SARMADI Passaporte: A 1451111 Estrangeiro: MIHAI TIBERIU MARIN Passaporte: 13876778 Estrangeiro: MIKE DICAP GALLENERO Passaporte: XX0209162 Estrangeiro: NILO DELA CRUZ OCRAY Passaporte: XX0999280 Estrangeiro: NINO ARVIN MACASERO RAMOS Passaporte: EB3326113 Estrangeiro: NOLIE RODRIGUEZ AQUINO Passaporte: XX2037542 Estrangeiro: NUNZIO ARENA Passaporte: 731484 Z Estrangeiro: RAMON JR TRAYCO FAMOLERAS Passaporte: EB2206824 Estrangeiro: RAMONA MOROI Passaporte: 050335665 Estrangeiro: RENE BARELA REBULADO Passaporte: EB1517613 Estrangeiro: SAYADI Passaporte: U 234228 Estrangeiro: SHINDU APRIYANTO Passaporte: A 1180501 Estrangeiro: STÉPHANIE DAZZI Passaporte: 05HK63381, Processo: 46094037736201101 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARIS DERMAWAN Passaporte: V 849239 Estrangeiro: DANILO ZIPAGAN BUENAVENTURA Passaporte: EB0917166 Estrangeiro: FLORIAN SANDU LUECE Passaporte: 085774169 Estrangeiro: I NENGAH SUKERTA Passaporte: W 883426 Estrangeiro: IVAN DANILO OMEIR HODGSON Passaporte: C01100395 Estrangeiro: JESS SIMBAJON PARDILLO Passaporte: XX3241394 Estrangeiro: MICHAL LASZCZ Passaporte: ED 0031885 Estrangeiro: NILVEN COJA OLIVERA Passaporte: XX4857408 Estrangeiro: RAJESH VITHAL PARAB Passaporte: E4806507 Estrangeiro: ROSTUM PADRIGON REQUIERO Passaporte: XX3970502 Estrangeiro: SATYAM ALE Passaporte: H0979855 Estrangeiro: SHERWIN DAWA SILVERIO Passaporte: XX5011363, Processo: 46094038175201150 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DIEGO RADOICOVICH Passaporte: 530307 X Estrangeiro: MIKY ESTHER CALCANO LOPEZ Passaporte: SC1853337 Estrangeiro: XI YI Passaporte: G25038153, Processo: 46094038171201171 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO MANCA Passaporte: AA3544162 Estrangeiro: CHRISTOPHER FELIX SILVEIRA Passaporte: Z1899029 Estrangeiro: FRANCISCO JR MIRADOR ALLAS Passaporte: VV0020283 Estrangeiro: KARTHIKEYAN PARAMASIVAM Passaporte: G1509698 Estrangeiro: LITO MAGSAYO GAOGAO Passaporte: XX2611869 Estrangeiro: PORFIRIO HERNANDEZ FLORES Passaporte: C430888, Processo: 46094038245201170 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AMY JOAN ABLER Passaporte: 452103979 Estrangeiro: MARIO D'ANDREA Passaporte: E3049963 Estrangeiro: TRACEY RACHAEL SHIELD Passaporte: 099247667, Processo: 46094038169201101 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CLAUDIU GELU DUNOSE Passaporte: 81022482, Processo: 46094038310201167 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTONINO POMA Passaporte: AA1920258 Estrangeiro: LUCIA GALIZI Passaporte: AA1688458 Estrangeiro: SPERIYAN SANTUS MISQUITTA Passaporte: F8631547 Estrangeiro: SUNNY SINHA Passaporte: G5259704 Estrangeiro: TRAMPUS ROBERT DIAS Passaporte: G4120913 Estrangeiro: VALTER IARIA Passaporte: AA3008329 Estrangeiro: VINCENZO LUBRANO DI MARZAIUOLO Passaporte: AA1473968 Estrangeiro: WELLINGTON ALEX RODRIGUES Passaporte: E7795777 Estrangeiro: ZACHARIOUS ANTHONY MIRANDA Passaporte: G5833482, Processo: 46094038847201127 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALLAN JAY AQUINO ABALOS Passaporte: XX5182371 Estrangeiro: ALLAN NEJARDA ELBIT Passaporte: XX0221271 Estrangeiro: AMORMEO SUZARA CABUHAL Passaporte: XX2721892 Estrangeiro: ANDREI MISSION YUCAMCO Passaporte: XX4801698 Estrangeiro: ANTHONY CANDLY FERNANDES Passaporte: F7341223 Estrangeiro: ARNEL BORROMEO TIAMSON Passaporte: XX3280329 Estrangeiro: BENEDICT DELOS REYES VILLAFRANCA Passaporte: EB1324807 Estrangeiro: CARLOS ENRIQUE SUAREZ HERENCIA Passaporte: 3345188 Estrangeiro: CHRISTIANNE LAPITAN ACURIN Passaporte: XX1563949 Estrangeiro: CHRISTOPHER MARASIGAN LOLONG Passaporte: XX1250013 Estrangeiro: DON DERICK ANCHETA CARILLO Passaporte: EB3687885 Estrangeiro: EDWIN DELA CRUZ SUMAT Passaporte: XX1220158 Estrangeiro: FLORENCIO JR LUVARAS MAIGQUE Passaporte: XX1571781 Estrangeiro: HENDRICK GUANZON ENVIDIADO Passaporte: XX1295764 Estrangeiro: JAMES DURANTE DIZON Passaporte: XX3144836 Estrangeiro: JAYMAR JOVER KINTAO Passaporte: EB3005489 Estrangeiro: JEROME DEL ROSARIO TAMAYO Passaporte: XX3524813 Estrangeiro: JHENIFER ESPEJO ACOL Passaporte: XX3821223 Estrangeiro: KARLA RUFINA CABALLERO CABANLIT Passaporte: XX1118112 Estrangeiro: KEVIN BERMILLO JUNIO Passaporte: XX4896216 Estrangeiro: LAWRENCE ALBERT LALUON AGRANUM Passaporte: XX2252347 Estrangeiro: MARIA LOPEZ HERNANDEZ Passaporte: AAD175855 Estrangeiro: MICHAEL ALAMODIN ACOL Passaporte: EB0880168 Estrangeiro: ROLDAN OLIVER PRINCIPE APIGO Passaporte: EB1861873 Estrangeiro: ROQUE BARTHOLOMEO FERNANDES Passaporte: G5729461 Estrangeiro: SAMUEL ESAU MAYORGA GALLEGOS Passaporte: .000570394 Estrangeiro: SANNY CASTILLO FERNANDEZ Passaporte: XX3099196, Processo: 46094038246201114 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALAN QUIMEN AQUINO Passaporte: XX1529061 Estrangeiro: ANDRES RECILLO MAGPANTAY Passaporte: XX0192081 Estrangeiro: BERNARD IAN LARENO SERRANO Passaporte: XX0472491 Estrangeiro: BERNARDO ANDALUZ PANGILINAN Passaporte: EB0415660 Estrangeiro: BOY REYES SISON Passaporte: XX2625012 Estrangeiro: CARLOS JR. MARTA LAWSIN Passaporte: UU 0407997 Estrangeiro: CHARLES FRANCIS MC DONALD III Passaporte: 482517544 Estrangeiro: EFREN TUMAMAO JUAN Passaporte: XX1464280 Estrangeiro: ERICKSON JUSAY LOMIBAO Passaporte: XX1495960 Estrangeiro: FRANCISCO BATALLA BALEDA Passaporte: UU 0604087 Estrangeiro: GIANCARLO ITALO MAMANI ORTIZ Passaporte: 3274505 Estrangeiro: I WAYAN EKA WIRAWAN Passaporte: R 800980 Estrangeiro: I WAYAN SETRIYAWAN Passaporte: R 801997 Estrangeiro: JOEFFREY MONTA MADAMBA Passaporte: XX0164432 Estrangeiro: JOEL VARGAS FORTUNO Passaporte: XX4970594 Estrangeiro: KAROL PIOTR POLEJOWSKI Passaporte: AL 4243325 Estrangeiro: LUKMAN PERMANA Passaporte: V 005068 Estrangeiro: MICHAEL STEPHEN PEMBERTON Passaporte: 801551806 Estrangeiro: MÁRIO JORGE ARAÚJO RODRIGUES Passaporte: J706051 Estrangeiro: RADOSLAW CZESLAW PIASKOWSKI Passaporte: EB 6578010 Estrangeiro: ROBERT ALAN THOMAS Passaporte: 400911150 Estrangeiro: ROGER ACOSTA MARQUEZ Passaporte: EB0788177 Estrangeiro: RONALDO GONZAGA CARPIO Passaporte: XX0941065 Estrangeiro: ROSA INES CHAVEZ Passaporte: 26272343N Estrangeiro: TATIANA MORFIN GONZALEZ Passaporte: G05627405, Processo: 46094038844201193 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GEEBSON FERAS GUINTO Passaporte: XX4560550 Estrangeiro: HALIE BARRIDA BALBUENA Passaporte: XX2609608 Estrangeiro: JEORGE ELPIDES LLAGAS Passaporte: EB1061013 Estrangeiro: KEN TOCLE DE LA CRUZ Passaporte: XX4314941 Estrangeiro: LADY LYN SONGCO RAMOS Passaporte: EB1074193 Estrangeiro: LEO HERMANN MERZ Passaporte: C8MLLKGVF Estrangeiro: LORICON LANGUIDO MAGSACAY Passaporte: EB1295938 Estrangeiro: PRINCESS BAYANGAT DE VERA Passaporte: EB0938536, Processo: 46094038845201138 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SAMSUL ARIFIN Passaporte: V 750788 Estrangeiro: VICTOR FERNANDES Passaporte: E4795508, Processo: 46094038846201182 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GIANLUCA SPASIANO Passaporte: A 154322 Estrangeiro: MASSIMO ANDREA PROTO Passaporte: AA5995871, Processo: 46094038305201154 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ASHOK BABU KASTURI Passaporte: J5662035 Estrangeiro: JOANNA GERMAN BENDOY Passaporte: XX0077887 Estrangeiro: SHAJU NARAYANANKUTTY Passaporte: H0665030 Estrangeiro: SUTRISNO AMIJAYA Passaporte: P166673, Processo: 46094038843201149 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BASTIAN DREYER Passaporte: C3R16RPMT Estrangeiro: BJOERN MAAS Passaporte: C1T1L18XX Estrangeiro: CARLO HABUNATALIA PUNZALAN Passaporte: XX0460866 Estrangeiro: GENARD BURDADOR SORIA Passaporte: XX0461185 Estrangeiro: HENDRIK KIEHNE Passaporte: 249868035 Estrangeiro: INKA STELLBRINK Passaporte: C7JN1V87R Estrangeiro: JESSICA SANDRA STIGLER Passaporte: C5W3Y210C Estrangeiro: JOERG SONDERMANN Passaporte: C6W97RF7V Estrangeiro: MARIA DREWANS Passaporte: CGNCR5P7C Estrangeiro: MATTHIAS MEIER Passaporte: C22G4398M Estrangeiro: PAULINO JR. NONES DINGLE Passaporte: XX3743529 Estrangeiro: PHILIPP HUNDT Passaporte: C3TW4T2R1 Estrangeiro: SANDOR BEZDAN Passaporte: ZN157982 Estrangeiro: SOPHIE EICHLER Passaporte: CCFVRC10P Estrangeiro: SUSAN HEIDEL Passaporte: 789022560 Estrangeiro: THOMAS BERNHARD SCHUETZ Passaporte: CG5CFC5P3 Estrangeiro: VANESSA MIHATSCH Passaporte: C3FWLV8GV, Processo: 46094038307201143 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SAVIO FAUSTINO FURTADO Passaporte: G1380028 Estrangeiro: YAMILA ANDREA HERMOSILLA ALÉE Passaporte: 13.673.120-3, Processo: 46094038725201131 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEKSANDR ROMANOVITS Passaporte: KB0241027 Estrangeiro: ANTTI JUHANI HUHTALA Passaporte: PJ8182728 Estrangeiro: BRIAN SCOTT ALLENDER Passaporte: 424898612 Estrangeiro: BRUNO KAIGE Passaporte: KB0096274 Estrangeiro: CARLOS EDUARDO SOUSA GONÇALVES Passaporte: L275967 Estrangeiro: DANIEL JAMES BROWN Passaporte: 707403347 Estrangeiro: DIPENDRA TRILOK CHAND Passaporte: F 4275445 Estrangeiro: ERAZM SZULC Passaporte: AT 5543404 Estrangeiro: FATMA FERJANI Passaporte: V434177 Estrangeiro: FEDERICO GASTON IBANEZ Passaporte: 30016329N Estrangeiro: GRZEGORZ WIESLAW ZAGORSKI Passaporte: AV 6399549 Estrangeiro: HENRI JUHA ILMARI MATTILA Passaporte: 17290786 Estrangeiro: HENRY MIKAEL VARHA Passaporte: PB0027072 Estrangeiro: ILKKA KRISTIAN HIEKKANEN Passaporte: 15848001 Estrangeiro: IVO LOIGO Passaporte: KB0050359 Estrangeiro: JAANUS PAALBERG Passaporte: KB0084520 Estrangeiro: JAKUB KONRAD KAWNIK Passaporte: AV 0312845 Estrangeiro: JANNE KRISTIAN SILLANPAA Passaporte: 15628477 Estrangeiro: JARI MIKAEL KAUTTONEN Passaporte: 17215496 Estrangeiro: JIRKA KRISTIAN FRIMAN Passaporte: PH5006379 Estrangeiro: JORMA KALERVO JUHOLA Passaporte: 16896922 Estrangeiro: JOSE MANUEL VALVERDE RIVERA Passaporte: 432754386 Estrangeiro: JYRKI TAPANI SELKALA Passaporte: PJ5265169 Estrangeiro: KARI HENRIKKI KAHKONEN Passaporte: PV0024846 Estrangeiro: KIMMO KAARLO JUHANI POLO Passaporte: PA3006965 Estrangeiro: MARCIN DRYGIEL Passaporte: AH 9440895 Estrangeiro: MARGUS PAALBERG Passaporte: KB0070613 Estrangeiro: MARKKU AARTO TAPIO ISOAHO Passaporte: PZ0429032 Estrangeiro: MARKKU TAPANI MAKI Passaporte: PV1426012 Estrangeiro: MARKO HENRIK VIRTA Passaporte: PJ5265185 Estrangeiro: MOCH MUCHLASIN Passaporte: S 989724 Estrangeiro: NUNO FILIPE RODRIGUEZ SEROL Passaporte: R058659 Estrangeiro: PAUL TERNECE DEVEREUX Passaporte: 209396146 Estrangeiro: PEDRO FILIPE GONÇALVES RODRIGUES GOMES SOARES Passaporte: H104105 Estrangeiro: PETRI AARNI VAINAMO MATTILA Passaporte: PE2101829 Estrangeiro: RAUNO KAIGE Passaporte: KB0035451 Estrangeiro: RUI MIGUEL NOGUEIRA BAPTISTA Passaporte: G574115 Estrangeiro: STEVEN COREY MICHELMAN Passaporte: 039055144 Estrangeiro: SUMARLI Passaporte: S 997824 Estrangeiro: TOMMI KALERVO KAIJANEN Passaporte: PT3164059 Estrangeiro: VICKI JO DAVIS Passaporte: 047280995 Estrangeiro: VIVIANA ESTER GUZMAN Passaporte: 223261255, Processo: 46094038814201187 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PEDRINHO BRAGANCA Passaporte: E 8487457, Processo: 46094038572201121 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS BRUNO MATEOS POL Passaporte: 000660470 Estrangeiro: ENDAH PUJI ASTUTI Passaporte: A 1017155 Estrangeiro: GABRIEL POLACIANO DIAS Passaporte: F2455265 Estrangeiro: I KADEK FEBRIAWAN Passaporte: R583024 Estrangeiro: I PUTU DIARSA Passaporte: S 457194 Estrangeiro: I PUTU EKA ADIPUTRA Passaporte: A 0152784 Estrangeiro: ISABEL MARIN MURILLO Passaporte: 000417810 Estrangeiro: IVANA ILIC' Passaporte: 007492363 Estrangeiro: KADEK JULIANTARA Passaporte: P 538223 Estrangeiro: MANOJ KUMAR JOSHI Passaporte: F 6117223 Estrangeiro: RAMON GARCIA MARQUEZ Passaporte: C851994, Processo: 46094038570201132 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSELITO DONZAL SUMABAT Passaporte: XX2803428 Estrangeiro: KHAJA MOHIDEEN MUTHILIF Passaporte: G9657489 Estrangeiro: PANDE NYOMAN MUDANA Passaporte: R583326 Estrangeiro: PRIYESH RAYMOND PEREIRA Passaporte: F0654062 Estrangeiro: STANLEY ANDREW VIEGAS Passaporte: H8323115 Estrangeiro: SUNIL ANSELM FRANCIS ANDRADES Passaporte: G4486062 Estrangeiro: TIJU PHILIP Passaporte: F0786460, Processo: 46094038569201116 Empresa: IBERO CRUZEIROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DIEGO EDUARDO MORALES OSPINA Passaporte: AM824416 Estrangeiro: I WAYAN EKA ADIGUNAWAN Passaporte: W 883498 Estrangeiro: IGNATIUS XAVIER PEREIRA Passaporte: G1379532 Estrangeiro: IOANNIS CHATZISTAVROU Passaporte: AH2399628 Estrangeiro: MADE SUDAMA Passaporte: S 796936 Estrangeiro: MIHAI CRAIESCU Passaporte: 12342204.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094031308201167 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 22/09/2013 Estrangeiro: PHILLIP GEORGE TURNER Passaporte: 099107135, Processo: 46094036872201176 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLIE LEE THOMPSON Passaporte: 405318432, Processo: 46094036123201149 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: CESAR AUGUSTO REYES BERNARD Passaporte: C567325, Processo: 46094036127201127 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: DARRELL HENRY JOHNSON Passaporte: 451108246, Processo: 46094033066201146 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 22/09/2013 Estrangeiro: NICHOLAS CRAIG Passaporte: 761273126, Processo: 46094035873201101 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NOEL SELVARAJ ANTHONYSWAMY Passaporte: Z1759096, Processo: 46094035874201148 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KUMAR ALAVANDAR Passaporte: Z1760923, Processo: 46094035875201192 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN ROBERT MIDDLEMAS Passaporte: 463005535, Processo: 46094035867201146 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 22/09/2013 Estrangeiro: COLIN JOHN GLOVER Passaporte: 080093020, Processo: 46094036430201120 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STJEPO SEPAROVIC Passaporte: 055330147, Processo: 46094033787201156 Empresa: PETRO-SANTOS LTDA. Prazo: até 15/11/2012 Estrangeiro: GERRY DUGSO PADOGDOG Passaporte: EB1791400, Processo: 46094035629201131 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 05/05/2013 Estrangeiro: STEPHEN PAUL JOHNSON Passaporte: 099042338, Processo: 46094036264201161 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VERNON WARREN LESCH Passaporte: A01575170, Processo: 46094036000201116 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOACHIM HEINRICH ALBERT TREPTOW Passaporte: C1L00HZJ7, Processo: 46094036119201181 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: LAUREL ELIZABETH EVANOFSKI Passaporte: 430798356, Processo: 46094036120201113 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/07/2012 Estrangeiro: SCOTT THOMAS STORY Passaporte: 205897060, Processo: 46094033844201105 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ernest Daniel Waggoner Passaporte: 424696119 Estrangeiro: RENE SANCHEZ BENAVIDES Passaporte: 309200932 Estrangeiro: Tommy Don Watkins Passaporte: 120970971, Processo: 46094036094201115 Empresa: SPECTRUM

IMPRENSA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - SEÇÃO 1 - ISSN 1677-7042

GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 15/10/2013 Estrangeiro: REUBEN JAMES ALDRICH JR Passaporte: 134309605, Processo: 46094035812201136 Empresa: SBM OPERACOES LTDA. Prazo: até 04/06/2012 Estrangeiro: ANANDAN VALAVIL Passaporte: H6170305, Processo: 46094035627201141 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARTUR HENRYK KOSTRZEWSKI Passaporte: AM8206646, Processo: 46094036135201173 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 20/08/2012 Estrangeiro: MARY FRANCES MUSTARD Passaporte: 431497613, Processo: 46094036137201162 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RYAN MATTHEW EVANS Passaporte: 423110281, Processo: 46094036128201171 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHEN JENNER POWELL Passaporte: 406487750, Processo: 46094036132201130 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOUGLAS GLENN CREEL Passaporte: 402425326, Processo: 46094036129201116 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALETHEA ESTELLE SHADE Passaporte: 401073868, Processo: 46094036138201115 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/07/2012 Estrangeiro: CHARLES OSCAR JARRETT Passaporte: 405176309, Processo: 46094036133201184 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/07/2012 Estrangeiro: KENNETH GLENN WAHL Passaporte: 445728134, Processo: 46094036131201195 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 20/08/2012 Estrangeiro: DERONY ST PATRICK JONES Passaporte: 458232932, Processo: 46094036134201129 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/07/2012 Estrangeiro: WILLIAM FRANCIS HAUGH III Passaporte: 446542650, Processo: 46094036118201136 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/07/2012 Estrangeiro: KENNETH MICHAEL DALE Passaporte: 462410026, Processo: 46094036136201118 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/07/2012 Estrangeiro: RICHARD WALTER EBERHARDT JR Passaporte: 208735687, Processo: 46094036122201102 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: MATTHEW JOSEPH SCHLEICHER Passaporte: 429095828, Processo: 46094036125201138 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 13/02/2012 Estrangeiro: TRAVIS SNEED Passaporte: 445170776, Processo: 46094036121201150 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: JOSEPH JOHNSON Passaporte: 219731345, Processo: 46094036005201131 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO JR BAYLON CUEBILLAS Passaporte: XX1106396 Estrangeiro: JOHN SVERRE NAJAASTAD Passaporte: 27967965, Processo: 46094035816201114 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAG ERVIK Passaporte: 27412876, Processo: 46094035871201112 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEITH PATRICK BOYD Passaporte: 403005552, Processo: 46094035872201159 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRANT OWEN FINLAYSON Passaporte: 099149093, Processo: 46094036090201137 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AARON BLISSARD SMITH Passaporte: 135728236 Estrangeiro: ANGUS DAVID STOTT Passaporte: 707549272 Estrangeiro: JAMES SYLVESTER BUNN JR. Passaporte: 449268285 Estrangeiro: JEREMY CRANE SMITH Passaporte: 482153756 Estrangeiro: KIM WILLARD WOMACK Passaporte: 217396003 Estrangeiro: LYNH KIEU HOANG NGUYEN Passaporte: 484134202 Estrangeiro: ONOFRE DAVID CANTU JR Passaporte: 425939327, Processo: 46094036126201182 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/07/2012 Estrangeiro: JONATHAN DREW PARISH Passaporte: 455651582, Processo: 46094036124201193 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 22/07/2012 Estrangeiro: ROBERT DOUGLAS TINDLE Passaporte: 220930109, Processo: 46094036002201105 Empresa: EMGS SERVICOS GEOLOGICOS ELETROMAGNETICOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/08/2013 Estrangeiro: DAMIAN ALLEN HITE Passaporte: 429820382 Estrangeiro: DANIEL VINCENT SJOMELING Passaporte: 134780662 Estrangeiro: JAMES PHILIP BEHRENS Passaporte: 460931919 Estrangeiro: WILLIAM DOUGLAS MAINOUS Passaporte: 011702053, Processo: 46094035881201140 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FREDERICK RUSSELL WILLIAMS Passaporte: 039197675, Processo: 46094035814201125 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: até 01/02/2012 Estrangeiro: LARS OLOF BACK Passaporte: 82034288, Processo: 46094036708201169 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: JOHN GEIR FREDRIK HANSEN ADSEN Passaporte: 25452574 Estrangeiro: PANTELIS FILIPPOS TSOUROUPAKIS Passaporte: AB8630763 Estrangeiro: PAUL ANDERS ELLINGVAG Passaporte: 28025399, Processo: 46094036283201198 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WILLIAM ROBERT JOHN GRIGGS Passaporte: E3068552, Processo: 46094035950201115 Empresa: ETESCO CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS JOSÉ CAMARDA Passaporte: 14620600N, Processo: 46094036263201117 Empresa: SBM JUBARTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 17/12/2013 Estrangeiro: BART PAULINA JULIUS DE WINTER Passaporte: EJ112850, Processo: 46094036282201143 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TREVOR DAVID COWAN Passaporte: E4029928, Processo: 46094036117201191 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: FEDERICO BERNAL AGUIRRE Passaporte: 04040076177, Processo: 46094035844201131 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: STEPHEN AFAM NWANKWO Passaporte: A00379506, Processo: 46094035949201191 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: CHARLES CHUKUKA ONYEACHONAM Passaporte: A00974210, Processo: 46094035843201197 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: IKECHUKWU CHARLES EZENDUKA Passaporte: A01799477, Processo: 46094035845201186 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: INIALA FEIN OPAIMI Passaporte: A030015186, Processo: 46094035853201122 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: TAMMY EREKS Passaporte: A02929536, Processo: 46094036481201151 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: até 03/06/2013 Estrangeiro: KEITH WILLSON Passaporte: 761242980, Processo: 46094035891201185 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 22/09/2013 Estrangeiro: RORY MACDONALD Passaporte: 400799169, Processo: 46094035937201166 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELTJO HESSEL WITKOP Passaporte: NT5H8P5K6, Processo: 46094035869201135 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TYRONE ADAM STEVENSON Passaporte: E3070971, Processo: 46094036718201102 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: PATRICK MOALIC Passaporte: 09PE25423, Processo: 46094035849201164 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: GABRIEL OJAKOVO Passaporte: A00589375, Processo: 46094035850201199 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: HUMPRHREY OSAMUYIME OGBOGHODO Passaporte: A03399700, Processo: 46094035858201155 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: CHIJIOKE UCHE OKAM Passaporte: A00472096, Processo: 46094036004201196 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 10/05/2012 Estrangeiro: MARIO PETERSON Passaporte: KB0073833, Processo: 46094036713201171 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 31/12/2012 Estrangeiro: SVENNUNG TUROY Passaporte: 27755152, Processo: 46094036768201181 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: WILLIAM JAMES MCGINN Passaporte: 213829102, Processo: 46094037052201100 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: FRANCIS ODIOKO Passaporte: A01470281, Processo: 46094037050201111 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: JOHNSON ADEDEJI ALADE Passaporte: A00761346, Processo: 46094036515201116 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW WESLEY WARREN Passaporte: 425008206, Processo: 46094036517201105 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LINDSEY RICHARD BROWN Passaporte: 448203295, Processo: 46094036514201163 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: CARLOS PEREZ CARRO Passaporte: G06586315, Processo: 46094035865201157 Empresa: SEVAN MARINE SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHAN MAURICE KRIJNS Passaporte: BF8FKRJR6, Processo: 46094036513201119 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: DWAYNE LLOYD DUKE Passaporte: 047031892, Processo: 46094035889201114 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA. Prazo: até 22/09/2013 Estrangeiro: IAN ALEXANDER POWRIE Passaporte: 402704484, Processo: 46094035840201153 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: Robert Marcel Martha Vroemans Passaporte: EJ101042, Processo: 46094036516201152 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: até 16/06/2013 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER FLORES GÓMEZ Passaporte: 9.161.113-9, Processo: 46094036297201110 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT GEORGE HENDERSON Passaporte: 080034263, Processo: 46094036048201116 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 13/06/2013 Estrangeiro: ADRIAAN BAKKER Passaporte: NWFB5LP00 Estrangeiro: DANIEL VAN DIJK Passaporte: NU2P3RFJ6 Estrangeiro: MARK ALBERT KOSTER Passaporte: BJC9F47F2 Estrangeiro: PETER SCHOOTEN Passaporte: BL7PK0DF8 Estrangeiro: ROBBERT ANTON TINI PIEPENBROCK Passaporte: NP847P228, Processo: 46094035893201174 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENJAMIN SMITH Passaporte: 099178861, Processo: 46094036116201147 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCIS PATRICK BARRON Passaporte: QD514666 Estrangeiro: IHOR PERUNOV Passaporte: P0117071 Estrangeiro: LUKE LACHANCE Passaporte: WT498104 Estrangeiro: MARK JAMES OLIN Passaporte: 464130740 Estrangeiro: RAY DEFELICE Passaporte: 443885810 Estrangeiro: SERGIY GORYAYNOV Passaporte: AK156677, Processo: 46094036001201152 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NASIMI IBRAGIM MUSTAFAYEV Passaporte: PO321444, Processo: 46094035999201178 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAUL MAURICE MALO MAGUEREZ Passaporte: 11AP98252, Processo: 46094036092201126 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 15/10/2013 Estrangeiro: MICHAEL ASHFORD PARRIS Passaporte: 099007993, Processo: 46094036062201110 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEFFREY BENEDITO SAPLALA Passaporte: EB3697292, Processo: 46094035903201171 Empresa: C & C TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: até 14/09/2013 Estrangeiro: BRIAN JOSEPH RODRIGUES Passaporte: G1955857, Processo: 46094036260201183 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIHAILS PANCIS Passaporte: LV3519018, Processo: 46094036265201114 Empresa: SBM FRADE SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 18/06/2012 Estrangeiro: ANDRE GUSE Passaporte: 480529976, Processo: 46094035560201145 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 29/01/2013 Estrangeiro: JOSHUA DEAN MAGUIRE Passaporte: 220280321, Processo: 46094036448201121 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 12/04/2012 Estrangeiro: Eduard Willem van de Kuil Passaporte: NS4LH3JK3, Processo: 46094036085201124 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARNE KARLSEN Passaporte: 25249494, Processo: 46094036237201199 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIN SEGEDIN Passaporte: 004200287, Processo: 46094035901201182 Empresa: C & C TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA Prazo: até 14/09/2013 Estrangeiro: KENDRID DRANAUD JACKSON Passaporte: 038638327, Processo: 46094036240201111 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD MARRIOTT Passaporte: 652155276, Processo: 46094036241201157 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUBEN MARCAIDA AGOMAA Passaporte: EB0368721, Processo: 46094036259201159 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE GAMMAD DUMAYAS Passaporte: EB2218390, Processo: 46094036537201178 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: JOBIN JOSEPH Passaporte: F4553771, Processo: 46094036261201128 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOEL SMIT Passaporte: BJJ5HDHL4, Processo: 46094036049201161 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 13/06/2013 Estrangeiro: DAVID JACOB VAN DIEPEN Passaporte: NS13F2FJ6 Estrangeiro: DIRK ROHDE Passaporte: C6PRFZK18 Estrangeiro: HUIG ZWAAN Passaporte: NRPD88D01 Estrangeiro: JOHAN CHRISTIAAN PADMOS Passaporte: NN5FHKF77 Estrangeiro: SERGIY YUDIN Passaporte: POO86732, Processo: 46094036431201174 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 15/10/2013 Estrangeiro: RICHARD SCOTT GRAHAM Passaporte: 422072383, Processo: 46094035842201142 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERHIY LYPOVANCHUK Passaporte: AK040511, Processo: 46094035896201116 Empresa: GYRODATA DO BRASIL LTDA Prazo: até 08/10/2012 Estrangeiro: Victor Osvaldo Laboy Passaporte: 212701236, Processo: 46094036300201197 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PALL MORTENSEN Passaporte: 204676870, Processo: 46094036812201153 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: CHRISTOPHER KING VINCENT Passaporte: Z1758688, Processo: 46094036447201187 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 31/05/2013 Estrangeiro: Emilio Malingay Asimao Passaporte: XX5107574, Processo: 46094035777201155 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIMMY MICHAEL DUPREE JR Passaporte: 483764788, Processo: 46094035828201149 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/10/2012 Estrangeiro: OLEG GRYB Passaporte: EM000096, Processo: 46094036064201117 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/02/2012 Estrangeiro: NOEL VIRAY ISAIS Passaporte: XX0188153, Processo: 46094036299201109 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: BASILIO LEUTERIO VILLANUEVA Passaporte: XX5518525, Processo: 46094036065201153 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/03/2012 Estrangeiro: ION LACUSTA Passaporte: 14530710, Processo: 46094036436201105 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/09/2012 Estrangeiro: GERRY BINUEZA DEFENSOR Passaporte: EB0816538, Processo: 46094036435201152 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATE MILETIC Passaporte: 001098177, Processo: 46094036530201156 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KONSTANTINOS KATSAFAROS Passaporte: AH4884906 Estrangeiro: LEONIDAS ASTYFIDIS Passaporte: AI0437069, Processo: 46094036875201118 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL GERARD FIVEY Passaporte: 800806219, Processo: 46094036532201145 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIBERAT GRBIN Passaporte: 004154948 Estrangeiro: MARIN VEZIC Passaporte: 003578582 Estrangeiro: WILSON NABOR LOBENDINO Passaporte: XX3862471, Processo: 46094036355201105 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Richard Allan Tripp Passaporte: 212182623, Processo: 46094036681201112 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 27/03/2012 Estrangeiro: ROBBERT MICHIEL LANDSBERGEN Passaporte: NWLJC6L26, Processo: 46094037103201195 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NITIN NARAYAN VARTAK Passaporte: J7908613, Processo: 46094036542201181 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 17/08/2012 Estrangeiro: DALIBOR ROGOSIC Passaporte: 231808913 Estrangeiro: DAMIR MARIJANOVIC Passaporte: 004186694 Estrangeiro:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IGOR STEVIC Passaporte: 003548216, Processo: 46094037106201129 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SACHIN KUMAR Passaporte: F0732666, Processo: 46094037115201110 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NASEEM AHMAD Passaporte: J8774459, Processo: 46094037114201175 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAJU VAKERI Passaporte: G9468380, Processo: 46094037116201164 Empresa: GALAXIA MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVINDER SINGH Passaporte: H3721994, Processo: 46094036262201172 Empresa: SBM JUBARTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JACEK GUTOWSKI Passaporte: AT 6871900, Processo: 46094036480201115 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: até 03/06/2013 Estrangeiro: JOHN CHARLES WOOLLAM Passaporte: 112120070, Processo: 46094036302201186 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 01/03/2012 Estrangeiro: PALLE KLAUSEN Passaporte: 101838864, Processo: 46094036063201164 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/02/2012 Estrangeiro: ARKADIY GEYVANDOV Passaporte: 704142726 Estrangeiro: KONSTANTIN KONSTANTINIDI Passaporte: 711542275 Estrangeiro: NIKOLAY BIBIK Passaporte: 711477234 Estrangeiro: SERGEY PARSHIN Passaporte: 702458493 Estrangeiro: VADIM TKACHUK Passaporte: 63N9033896, Processo: 46094036294201178 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS DAVID CURRALL Passaporte: 458319612, Processo: 46094036303201121 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QUENTIN LESLIE ARENDSE Passaporte: 444551665, Processo: 46094036169201168 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/09/2013 Estrangeiro: EVGENY ZHDANOV Passaporte: 703081008, Processo: 46094036815201197 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: ANATOLY GLADKIY Passaporte: 63N4874001, Processo: 46094036160201157 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: NARCISO MALBAS GUIAS Passaporte: WW0174609, Processo: 46094036172201181 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: VILLAMOR SALO GAMBA Passaporte: XX1971775, Processo: 46094036531201109 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDERS HOVLAND RASMUSSEN THORSEN Passaporte: 27803476, Processo: 46094036161201100 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: Anastasios Kolozof Passaporte: AH1206489 Estrangeiro: Evangelos Chloros Passaporte: AI0435944 Estrangeiro: Pavlos Marakis Passaporte: AI0235442, Processo: 46094036540201191 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: GODOFREDO MINO OPONG Passaporte: XX5418583, Processo: 46094037049201188 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: CHRISTIAN EZIHOU OKENE Passaporte: A01748725, Processo: 46094036549201101 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO MANUEL LOUREIRO CAPOTE Passaporte: J114635 Estrangeiro: Michael Connolly Passaporte: 099196994 Estrangeiro: ROSS LEIGH ALLAN Passaporte: 207700705, Processo: 46094037051201157 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: NSIKAN AKPAN AMOS Passaporte: A00452495, Processo: 46094036533201190 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2012 Estrangeiro: MIRO VUCINA Passaporte: 001399549, Processo: 46094036543201125 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anthony John Mactaggart Ross Passaporte: 800281796, Processo: 46094036548201158 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EUGEN-GEORGIAN SOPRON Passaporte: 051016789 Estrangeiro: GERALD MURRAY Passaporte: PB3577596 Estrangeiro: GLENN BODIE Passaporte: 402555384 Estrangeiro: JAMES MORRISON Passaporte: 099179486 Estrangeiro: KEVIN GEORGE WATT Passaporte: 060263615 Estrangeiro: SIMON STEPHEN JAMES MUNDY Passaporte: 401022893 Estrangeiro: STUART CHARLES CRUICKSHANK Passaporte: 109048207 Estrangeiro: THOMAS CHISHOLM Passaporte: 455142645, Processo: 46094036353201116 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 01/10/2013 Estrangeiro: Aksel Magnus Giset Passaporte: 26163280, Processo: 46094037041201111 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DJAMEL AZAMOUM Passaporte: 11AI99907, Processo: 46094036434201116 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN KNOTH Passaporte: 202105735 Estrangeiro: DARIUSZ KARLICKI Passaporte: AT4716094 Estrangeiro: JAN RIISGAARD Passaporte: 202308869 Estrangeiro: KRISTIAN BJOERN HANSEN Passaporte: 204126115 Estrangeiro: TONNY ECKHARDT Passaporte: 204780047, Processo: 46094036526201198 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 18/10/2012 Estrangeiro: Gijs ter Stege Passaporte: NVHP003J4, Processo: 46094036354201152 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: até 01/10/2013 Estrangeiro: Odd Kjetil Joergensen Passaporte: 26097547, Processo: 46094036997201104 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: JURAJ IVANDIC Passaporte: 003993031, Processo: 46094036998201141 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: MARINKO BARIC Passaporte: 003821217, Processo: 46094036534201134 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAROL JASKOLSKI Passaporte: EB8149720, Processo: 46094037000201125 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: MILAN BRACIC Passaporte: 002445303, Processo: 46094036437201141 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/09/2012 Estrangeiro: ANTONIO ALILING BAYNOS Passaporte: XX1771226 Estrangeiro: IRVIN EJOC INTE Passaporte: XX3786652 Estrangeiro: JOEY NODALO JACOB Passaporte: XX5274848 Estrangeiro: KENT ASHLEY GUIMBALEÑA LOQUIAS Passaporte: XX2678142 Estrangeiro: SONNY SEVILLA TATOY Passaporte: EB1774947, Processo: 46094036999201195 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: DRAGO MARINOVIC Passaporte: 003955816, Processo: 46094036539201167 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2013 Estrangeiro: DMITRIJS MONAHOVS Passaporte: LZ3154880 Estrangeiro: VLADIMIRS MIHAILENKO Passaporte: LZ3191188, Processo: 46094036535201189 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOEL PANES SOLAYAO Passaporte: EB0516632, Processo: 46094036538201112 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANAND SELVARAJ LOGU Passaporte: J8092457 Estrangeiro: NILESHBHAI DEVJIBHAI JETHWA Passaporte: F3689684, Processo: 46094036451201145 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 29/01/2013 Estrangeiro: IVAN JESUS FARIA CHAPARRO Passaporte: 050676062, Processo: 46094037005201158 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: Ante Viskovic Passaporte: 003494860 Estrangeiro: Antun Fabijanovic Passaporte: 003844343 Estrangeiro: Dalibor Skejic Passaporte: 012977939 Estrangeiro: Denis Petricevic Passaporte: 002753647 Estrangeiro: Hrvoje Sumic Passaporte: 003927496 Estrangeiro: Josip Rajcic Passaporte: 091609540 Estrangeiro: Josko Milin Passaporte: 003570335 Estrangeiro: Marko Cicero Passaporte: 003324775 Estrangeiro: Petar Katic Passaporte: 003603602 Estrangeiro: Stipe Ribicic Passaporte: 003308322, Processo: 46094036564201141 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PARVIZ HUSEYNOV Passaporte: P4094438, Processo: 46094036541201136 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/11/2012 Estrangeiro: KONSTANTIN CHERTOVSKIKH Passaporte: 702795198, Processo: 46094036452201190 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO ANGEL GALLEGOS MARTINEZ Passaporte: G07866078 Estrangeiro: JESUS MANUEL RIVERA ARELLANO Passaporte: G02255360 Estrangeiro: JUAN CRUZ PEREZ Passaporte: G03707750 Estrangeiro: RIGO ADELFO MORALES SEGOVIA Passaporte: G07586616, Processo: 46094036682201159 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OTTO LUND SOERENSEN Passaporte: 200882602, Processo: 46094036937201183 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 05/03/2013 Estrangeiro: DONALD GREGORY FOUTZ Passaporte: 426700201, Processo: 46094036453201134 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: ALEKSANDR MARKELOV Passaporte: 64Nº1512958 Estrangeiro: PATRICK REYNALD BESNARD Passaporte: 04RE35578, Processo: 46094036544201170 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bruce Iliffe Passaporte: M00003074, Processo: 46094036547201111 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM ROBERT JASPON Passaporte: 430590732 Estrangeiro: ANDREW MICHAEL WILLARD Passaporte: 425635112 Estrangeiro: BENJAMIN ALFRED LAROCHE Passaporte: 426052072 Estrangeiro: BRENT LAWRENCE KALLSTROM Passaporte: 309427787 Estrangeiro: DERRICK DA' MARCUS LARKIN Passaporte: 447811142 Estrangeiro: JUSTIN KYLE SHAVER Passaporte: 444269572 Estrangeiro: MICHAEL EDWARD TANNER JR Passaporte: 430252463 Estrangeiro: RAFIU AREMO ATANDA Passaporte: 402133315, Processo: 46094036806201104 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL SALDIVAR PINEDA Passaporte: XX5255204, Processo: 46094036807201141 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLIE MARAPAO SOCO Passaporte: EB3360291, Processo: 46094036403201157 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PER AGE SKJERVO NEERLAND Passaporte: 27316146, Processo: 46094036404201100 Empresa: BOS NAVEGACAO S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MORTEN ANDRE LYNGMYR Passaporte: 25532648, Processo: 46094036944201185 Empresa: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL RODRIGUEZ LAMELAS Passaporte: XD271434 Estrangeiro: FRANCISCO INFANTE PARAPAR Passaporte: AD672525 Estrangeiro: JOSE MARCOS RODRIGUEZ CONTTE Passaporte: AAC870384 Estrangeiro: TOM ANDRÉ JANSEN Passaporte: 81548870, Processo: 46094036545201114 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Steven Gregory Schulenberg Passaporte: 443256954, Processo: 46094036841201115 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 28/07/2013 Estrangeiro: MARTIN MIGUEL CASARES Passaporte: 24436454N Estrangeiro: RAZMY ASSIM Passaporte: K24650938 Estrangeiro: SUSANA FILIPA PEDREIRA DE CARVALHO CHAVES Passaporte: L361379, Processo: 46094034917201178 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JASON JON HAMMOND Passaporte: 4040336545, Processo: 46094037001201170 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Piotr Henryk Gnaczynski Passaporte: AT 6741649, Processo: 46094034914201134 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IGNACIO DOMINGUEZ HERNANDEZ Passaporte: G04960890, Processo: 46094036804201115 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENNETH HANSEN Passaporte: 28690813 Estrangeiro: THOMAS DAVID BLYTH Passaporte: 099286864, Processo: 46094036816201131 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikolaos Kossaris Passaporte: AB1338891, Processo: 46094036817201186 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/10/2013 Estrangeiro: ANTHONY GUILLERMO ABACARO Passaporte: EB3268975 Estrangeiro: DANNY SOLER GARCIA Passaporte: EB0033155, Processo: 46094036802201118 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER SHISHOV Passaporte: 639352443, Processo: 46094036574201186 Empresa: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMAD KHAIRUL BIN SALIM Passaporte: H20664928, Processo: 46094036873201111 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: INGE EIKREM Passaporte: 27576140, Processo: 46094036876201154 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 21/07/2013 Estrangeiro: BERNARDUS DE KOK Passaporte: NVKJ28KC7 Estrangeiro: JOHNNY MILTEN BURGZORG Passaporte: NM94L84B6 Estrangeiro: LAMBARTUS JACOBUS VAN REMMERDEN Passaporte: NR4095558, Processo: 46094034915201189 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARC EDWARD JOBIN Passaporte: 215603655, Processo: 46094034916201123 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT CRAIG EGLIN Passaporte: 047346383, Processo: 46094036575201121 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexandre Pierre Joseph Bienfait Passaporte: 09PT86467, Processo: 46094036808201195 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: HONORIO JR. EXIOMO ROSAL Passaporte: XX4169659, Processo: 46094036809201130 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/10/2012 Estrangeiro: ROMEO ESTRERA ONDE Passaporte: VV0076287, Processo: 46094036810201164 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2012 Estrangeiro: JIMMY OLARTE SALAZAR Passaporte: VV0507852, Processo: 46094036811201117 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/05/2012 Estrangeiro: RICCARDO NANNI Passaporte: D634841, Processo: 46094036805201151 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AARON ALEXANDER DAVID LORIMER Passaporte: 080132146 Estrangeiro: GEERT LANGBROEK Passaporte: NWCPFH3C3 Estrangeiro: KLAUS DRAGSETH Passaporte: 27312100 Estrangeiro: MACIEJ MICHAL PIKNICZKA Passaporte: AK8929361 Estrangeiro: MACIEJ ZBIGNIEW BABIRECKI Passaporte: EB7612076 Estrangeiro: MICHAEL ROBERT BIBBY Passaporte: 800511859 Estrangeiro: PATRIC BERNHARD VIHERLAAKSO Passaporte: PC4512335 Estrangeiro: PHILLIP JAMES COLLINS Passaporte: M1166684 Estrangeiro: RONALD STEPHEN WHEELER Passaporte: QD510884 Estrangeiro: RUNE LYNGMO Passaporte: 25787414, Processo: 46094037006201101 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Richard John Inge Passaporte: 099008515, Processo: 46094036803201162 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Matthew James Mcgrath Passaporte: QD508863, Processo: 46094037028201162 Empresa: EMGS SERVICOS GEOLOGICOS ELETROMAGNETICOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/08/2013 Estrangeiro: RUNE BOLME Passaporte: 26376941, Processo: 46094036894201136 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 11/02/2012 Estrangeiro: JOHN RUSSELL CHATMON JR Passaporte: 134946228, Processo: 46094036874201165 Empresa: MERCOSUL LINE NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLEG TRETYAKOV Passaporte: EC261260, Processo: 46094036976201181 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARL STOKOE Passaporte: 459479592 Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL MARTIN Passaporte: 462518298 Estrangeiro: DAVID IAN ADAIR Passaporte: 099273390 Estrangeiro: ERNEST STANLEY HAWKER Passaporte: 093089106 Estrangeiro: JAMES ALEXANDER DOBBIE Passaporte: 800584357 Estrangeiro: JOHN WILLIAM SIMPSON Passaporte: 093156976 Estrangeiro: KEITH JOHN LEWIS Passaporte: 093182447 Estrangeiro: RICHARD FRANKLYN WILLIAM EDMUNDS Passaporte: 099262265 Estrangeiro: STUART RICHARD TAYLOR HAMILTON Passaporte: 093152939, Processo: 46094037002201114 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/04/2013 Estrangeiro: Alfredo Jr. Cerezo Biado Passaporte: XX2784066 Estrangeiro: James Darrel Calabroso Gumera Passaporte: EB0087723 Estrangeiro: Jessie Del Mundo Rollon Passaporte: XX4390444 Estrangeiro: Nestor Porlit Ferrer Passaporte: XX2802273 Estrangeiro: Romeo Anis Abarintos Passaporte: XX2020443, Processo: 46094036994201162 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 31/03/2013 Estrangeiro: Pascal van der Schueren Passaporte: EI639377, Processo: 46094037007201147 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENNIS MICHAEL BRIDGEMAN Passaporte: 306160081, Processo: 46094036878201143 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENRIK JOERGENSEN Passaporte: 203559352, Processo: 46094037012201150 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL PROUD Passaporte: 099206809, Processo: 46094036877201107 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN JOERGENSEN Passaporte: 204172087, Processo: 46094036840201171 Empresa: GEORESEARCH DO BRASIL LTDA. Prazo: até 28/07/2013 Estrangeiro: VICTOR ENRIQUE OLIVARES ZABALA Passaporte: 573110, Processo: 46094037003201169 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PE-

VEDADA A VENDA EM BANCA

TROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRIGORII NIAGU Passaporte: 645038214 Estrangeiro: ROMAN BELKIN Passaporte: 710745450, Processo: 46094037010201161 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bojan Cicovic Passaporte: 044636207, Processo: 46094037004201111 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2012 Estrangeiro: DIMITRIOS MATZOURANIS Passaporte: AE3762428, Processo: 46094037016201138 Empresa: GEONAVEGACAO S/A Prazo: até 01/08/2013 Estrangeiro: TELESFORO JR. ALFONSO SANTOS Passaporte: XX0816252, Processo: 46094037206201155 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/12/2012 Estrangeiro: PHILBERT BALLARTA MONTERO Passaporte: XX5289271, Processo: 46094037205201119 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/09/2012 Estrangeiro: ERIC JANCE ENCABO Passaporte: EB2115418 Estrangeiro: MARLOU GABIN BILIRAN Passaporte: EB1947973, Processo: 46094037208201144 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ISAIAS PORTILLO MONTOYA Passaporte: 002470836 Estrangeiro: LORENZO ALFONSO BARILLAS Passaporte: 000062095, Processo: 46094037067201160 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: até 16/09/2012 Estrangeiro: ROBERT BELL Passaporte: 801157243, Processo: 46094037204201166 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MUHAMMAD FARID Passaporte: S887640 Estrangeiro: SOPIAN MAMAD Passaporte: S738321, Processo: 46094036979201114 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABIR SUBHASHCHANDRA DEY Passaporte: F4388608 Estrangeiro: ALFONSO JR. TUBESA TABARES Passaporte: EB1253649 Estrangeiro: ALLAN DERAMAS BANCE Passaporte: EB0717888 Estrangeiro: ALLEN MARK RODRIGUEZ ELTAGONDE Passaporte: XX2248382 Estrangeiro: ALTER RANJO LAROZA Passaporte: XX4256510 Estrangeiro: ARTURO EUGENIO SALONGA Passaporte: XX4995624 Estrangeiro: AZAREL DELA CRUZ DARANCIANG Passaporte: EB2944609 Estrangeiro: CONNORS SANWEN TUGUINAY Passaporte: XX2393872 Estrangeiro: EDGARDO GOJAR LUBERIANO Passaporte: XX0224455 Estrangeiro: GARY HINGPIT DELLOSA Passaporte: XX1612024 Estrangeiro: GERRY REDILA CASISON Passaporte: EB0953811 Estrangeiro: GOPAL MADHAVAN Passaporte: Z1739597 Estrangeiro: HAROLD ANUNCIADO ONGYOT Passaporte: EB2321585 Estrangeiro: JAMES AMANTILLO BUENAVISTA Passaporte: EB1127762 Estrangeiro: JEXZER AGUILAR BRIONES Passaporte: XX4839699 Estrangeiro: JOSE PAOLO DE LA PENA AMPARO Passaporte: XX1628947 Estrangeiro: KARLO JOQUIÑO MASCUÑANA Passaporte: XX3217236 Estrangeiro: NOEL AGBALO DEYPUYART Passaporte: XX2311482 Estrangeiro: PALLAV SONI Passaporte: G7082160 Estrangeiro: RAFIUDDEEN SHARFUDEEN Passaporte: Z1946745 Estrangeiro: RANEL CABALLERO BALTONADO Passaporte: EB0528948 Estrangeiro: ROBERTO CALLOS BONAGUA Passaporte: XX5394817 Estrangeiro: SAJAN JOSEPH Passaporte: H4427188 Estrangeiro: SARTHAK SATTA MOHAPATRA Passaporte: H8992469 Estrangeiro: SIDDHARTH MISHRA Passaporte: H6400616, Processo: 46094037211201168 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/10/2012 Estrangeiro: ARNEL DUBLOIS DEL ROSARIO Passaporte: XX1537840, Processo: 46094037191201125 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT KRZYSZTOF BRONIAREK Passaporte: AM5300389.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006 (Artigo 1°, Parágrafo 1°):

Processo: 46094035852201188 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2011 Estrangeiro: MANASSEH OBINWANNE IWUOMA Passaporte: A03399058.

Temporário - Sem Contrato - RN 79 - Resolução Normativa, de 12/08/2008:

Processo: 46094031243201150 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRES ALVAREZ PARRA Passaporte: AM814277, Processo: 46094032863201114 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEONARDO HUGO COLACE Passaporte: 23554612N, Processo: 46094033882201150 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRENDA COTOCA ANTELO SUAREZ Passaporte: 3918674, Processo: 46094033888201127 Empresa: VALE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRAIG LEE MCEVOY Passaporte: 463356198, Processo: 46094035550201118 Empresa: VALE S.A. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: KRISTIE DEANNE VOLNEY Passaporte: N4096519.

Permanente - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46217005874201180 Empresa: ASSOCIACAO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Edward Joseph Tehovnik Passaporte: 478815265.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094034109201119 Empresa: MONTEBRASIL CONSTRUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: António Manuel Morais Caldas Castel-Branco Passaporte: L595232, Processo: 46094037128201199 Empresa: DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JI KEUN LEE Passaporte: M44871274, Processo: 46094037137201180 Empresa: DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: BYUNGKEUN OH Passaporte: KR0344233, Processo: 46094031807201154 Empresa: LG ELECTRONICS DE SAO PAULO LIMITADA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: WON HYUN KWON Passaporte: M46153935, Processo: 46094031806201118 Empresa: LG ELECTRONICS DE SAO PAULO LIMITADA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Seong In Cheong Passaporte: M65864396, Processo: 46094034567201140 Empresa: LA1 EMPREENDIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ERIC DE HAYNIN DE BRY Passaporte: 04DF20925, Processo: 46094033279201178 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEUNGCHERL LEE Passaporte: M67586195, Processo: 46094034170201158 Empresa: B.O. PACKAGING BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: GUILLERMO FABIAN GALLARDO LAGOS Passaporte: 93338189, Processo: 46094034841201181 Empresa: BORLEM S A EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: JUAN JOSE CANTELI VILLELLAS Passaporte: BC823308, Processo: 46094035176201142 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BYUNG SU OH Passaporte: M05116178, Processo: 46094035174201153 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HAN SOO JANG Passaporte: M88670022, Processo: 46094035909201149 Empresa: MILLER DO BRASIL PROMOCOES EM CERVEJARIA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JOHN BURN MARANTE Passaporte: 047131044, Processo: 46094035012201115 Empresa: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DAVID WILLEM ALAIN YVES PRINSELAAR Passaporte: 05AE57844, Processo: 46094034637201160 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: EGIL BOYUM Passaporte: 27150606, Processo: 46094036030201114 Empresa: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WATARU YAMAMOTO Passaporte: TK5100432, Processo: 46094036175201115 Empresa: CAMERON DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SILVERIO JAVIER VERGARA Passaporte: 446852614, Processo: 46094034773201150 Empresa: BIOTEST FARMACEUTICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUSTAVO MORALES RAMIREZ Passaporte: C5R9VROMZ, Processo: 46094036075201199 Empresa: MUREX AMERICA LATINA LICENCIAMENTO E SERVICOS DE SOFTWARE LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: David Stéphane André Chevrier Passaporte: 06AT85139, Processo: 46094035558201176 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JAMES ALBERT VIDRINE Passaporte: 447460634, Processo: 46094036579201117 Empresa: IVECO LATIN AMERICA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ENRICO VASSALLO Passaporte: AA 1965554, Processo: 46094036847201192 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: NILS RASMUS TOBIAS RALSGARD Passaporte: 45536131, Processo: 46094036786201163 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MASANOBU ITO Passaporte: TK1545783, Processo: 46094036785201119 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIROTAKA OHARA Passaporte: MS3146855, Processo: 46094035964201139 Empresa: SWIRE PACIFIC NAVEGACAO OFFSHORE LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SÉBASTIEN RENÉ CHARRIER Passaporte: 09PL57225, Processo: 46094036244201191 Empresa: CHRISTIAN DIOR DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MARTA ISABEL FERREIRA FRADIQUE Passaporte: L719920, Processo: 46094036956201118 Empresa: KTM DO BRASIL - COMERCIO E IMPORTACAO DE VEICULOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: WOLFGANG SCHLATTL Passaporte: P 5434894, Processo: 46094036348201103 Empresa: LOUIS CAPITAL MARKETS DO BRASIL CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: João Pedro da Silva Passaporte: 11AY47062, Processo: 46094036274201105 Empresa: ISA CAPITAL DO BRASIL S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: ALEX ENRIQUE OLANO NIETO Passaporte: CC79400619, Processo: 46094036276201196 Empresa: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JOSE ROLANDO VARELA GARZA Passaporte: 003564177, Processo: 46094036975201136 Empresa: POSCO DO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MIN GYU JE Passaporte: M61138307, Processo: 46094036854201194 Empresa: LM URGO FARMA PARTICIPACOES S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: Alexandre Tepas Passaporte: 09PE23799, Processo: 46094036501201194 Empresa: REINARDA MINERACAO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MARCUS GORDON COTTRELL BREWSTER Passaporte: 099060273, Processo: 46094036454201189 Empresa: CONSTRUTORA SANJOSE BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO NUNO MATOS CARREIRA MONTEIRO Passaporte: G940555, Processo: 46211009549201146 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS SA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: ALFREDO LEGGERO Passaporte: AA1701616, Processo: 46094036845201101 Empresa: SOUTH STAR DO BRAZIL AGENCIA MARITIMA DE CARGAS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: KONSTANTINOS VALLIANOS Passaporte: AB0852495, Processo: 46094037134201146 Empresa: DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: HYOUNG JOO KWON Passaporte: M74369580, Processo: 46094037127201144 Empresa: DOOSAN INFRACORE SOUTH AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: PIL JOONG JEON Passaporte: M31969047, Processo: 46094037133201100 Empresa: VEGA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: OLIVIER LEDRU Passaporte: 05HI24412, Processo: 46094037083201152 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JONG WEON CHOI Passaporte: M40301882.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094025790201104 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALEXANDER MCANDREW Passaporte: 093214945, Processo: 46094035042201121 Empresa: KBR GERENCIAMENTO DE PROJETOS PARA A INDUSTRIA PETROQUIMICA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LARS-OLOF MAGNUSSON Passaporte: 62280421, Processo: 46094026013201179 Empresa: BELTSVILLE DO BRASIL CONSULTORIA EM RESTAURACOES EDILICIAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Mauricio Mosquera Mosquera Passaporte: CC79989139, Processo: 46094028394201121 Empresa: CALIMANET DO BRASIL SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN VICENTE FENOLLAR SOLVAY Passaporte: AAB357177, Processo: 46217006549201134 Empresa: DISOP INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS OPTICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAFAEL RIVAS GONZALES Passaporte: AAE523188.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094030463201166 Empresa: IBERTECH BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUAN SERAFIN JIMENEZ JIMENEZ Passaporte: AF118346, Processo: 46205020233201194 Empresa: BLESS INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ELISABETH EIDJORD Passaporte: 25208068, Processo: 46094026756201149 Empresa: DEBRAY LOGISTICA DE COMERCIO EXTERIOR LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZHIMING ZHUANG Passaporte: G46738534, Processo: 46205019075201120 Empresa: BOAVIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PHILIPPE ALBERT ROBERT JONQUET Passaporte: 10CT18158, Processo: 46205019076201174 Empresa: BOAVIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PIERRE LOUIS JONQUET Passaporte: 09PR26190, Processo: 46094030185201147 Empresa: LOZIO LOCACAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIELE BONFANTI Passaporte: YA1681743, Processo: 46094032447201116 Empresa: BAR E RESTAURANTE CABANA DA PRAIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANGELO BALZANO Passaporte: AA2918765, Processo: 46094031698201175 Empresa: BROTHERS ASSOCIATED BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JULIO FILIPE JUSTO CARRASCO Passaporte: L486251, Processo: 46094032397201169 Empresa: ANGEL CRISPIN GILARANZ VELASCO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANGEL CRISPIN GILARANZ VELASCO Passaporte: BC361657, Processo: 46094035866201100 Empresa: SAI BRASIL AUTOMATION INDUSTRIAL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: AGOSTINHO SALA Passaporte: Y 416213, Processo: 46094034961201188 Empresa: MAIS SOLUCOES COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALBERTO CALZOLARI Passaporte: YA2268363, Processo: 46094034328201190 Empresa: CADIC BRASIL GEOPROCESSAMENTO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IGNÁCIO JAVIER DE LAS PEÑAS PEREZ Passaporte: BE249969, Processo: 46094036060201121 Empresa: TREE TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIOVANNI GIUSEPPE ANGELONI Passaporte: YA0271736, Processo: 46094035036201174 Empresa: MARILCO INVESTIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LOUIS EMILE MALLAT Passaporte: 2274528, Processo: 46094036211201141 Empresa: IMMOVEIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Manuel Pedro Guimarães Peixoto Passaporte: L083559, Processo: 46094035585201149 Empresa: ELYSIAN ADMINISTRADORA E CORRETORA DE IMOVEIS LTDA Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MASOOD NASEEB Passaporte: BA674386, Processo: 46094036213201130 Empresa: BRONA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YONGHUA CHIEN Passaporte: G20208982, Processo: 46094035861201179 Empresa: CEREJA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RICARDO URGELL MARTI Passaporte: AC265578, Processo: 46094036292201189 Empresa: LUSITANOS INVESTIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAULO JORGE ALPALHÃO E SILVA Passaporte: J482496, Processo: 46205021197201186 Empresa: RS CAPONGA BEACH EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RICHARD LOREN SARTORIUS Passaporte: 029221055, Processo: 46094036932201151 Empresa: LA FIO COMERCIO DE TECIDOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEIL AHN Passaporte: CS0804341, Processo: 46094036934201140 Empresa: CONFECCOES MODE FEMME LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MUDEONG KIM Passaporte: M87308381, Processo: 46217006973201189 Empresa: PACHECO, GYLAIN E POFFE COBRANCA E INFORMACAO CADASTRAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EUGEEN STEFAN GYLAIN POFFE Passaporte: EG073597.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 18 de novembro de 2011

Processo: 46232.003345/2011-53 - À vista do Despacho da Seção de Relações do Trabalho, às fls. 98, e usando da competência que me foi delegada no Artigo 1° da Portaria SRT/MTE N° 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio do mesmo exercício, HOMOLOGO O PLANO DE CARGOS E SALARIOS DA PROGEO GEOTECNIA LTDA.

ANTÔNIO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011112300092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

Processo CNMP nº 0.00.000.001563/2011-86
Requerente: Luis Carlos Siqueira
DESPACHO
(...) Desta forma, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.001569/2011-53
Requerente: Ivan Laerte Fett Laydner
DESPACHO
(...) Desta forma, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Tendo em vista o caso relatado, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público Federal, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.001570/2011-88
Requerente: Anônimo
DESPACHO
(...) Desta forma, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 935 Data:21/11/2011 Hora:14:02
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001618/2011-58
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Petrolina/PE
Relator : Tito Souza do Amaral

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição
SG/CNMP

PLENÁRIO

DECISÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 0.00.000.001282/2011-23
RELATOR: CONSELHEIRO TITO AMARAL
REQUERENTE: COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR - MPM
DECISÃO
(...) Ante o exposto, não cabendo ao Ministério Público Militar cumprir o que fora determinado pela Resolução nº 53/2010, deste Conselho Nacional, determino o arquivamento dos presentes autos, conforme estabelece o art. 46, X, "b", primeira parte, do RICNMP.
Publique-se.
Intimem-se..

TITO AMARAL
Relator

DECISÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 0.00.000.001618/2011-58
RELATOR: CONSELHEIRO TITO AMARAL
REQUERENTE: MANUEL MAURÍCIO DE LIMA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
DECISÃO LIMINAR
(...)Entretanto, em um juízo de cognição sumária, característico desta fase processual, não diviso a presença de tais elementos, seja porque o gabarito oficial das questões discutidas comporta, a princípio, a interpretação que lhe foi dada pela comissão do concurso, seja porque no caso de eventual provimento da pretensão contida da inicial, a administração pública poderá, no exercício da autotutela, rever ou anular os seus próprios atos, não havendo, pois, necessidade de mitigação do contraditório.
Ante o exposto, indefiro a liminar.
Encaminhe-se cópia da petição inicial e desta decisão, via fac-símile (RICNMP, art. 44, IV), à Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Ceará (RICNMP, art. 110), solicitando sejam prestadas informações, no prazo excepcional de 5 (cinco) dias, prazo esse justificado pela possível data de realização da segunda fase do concurso em questão.
Intime-se o requerente.

TITO AMARAL
Relator

DECISÃO LIMINAR DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - PP
PROCESSO Nº 0.00.000.001551/2011-51;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
OBJETO: REQUER PROVIDÊNCIAS QUANTO ÀS DECISÕES DIVERGENTES TOMADAS PELO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO REFERENTE AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N.º 0055/2008-85 E 1621/2010-91 COM OBJETOS SEMELHANTES NO QUE DIZ RESPEITO À DEVIDA COMPENSAÇÃO DE EXERCÍCIO DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO, POR MEMBROS DO PARQUET, EM VIRTUDE DE CUMPRIMENTO DE PLANTÕES JUDICIÁRIOS. PEDIDO DE LIMINAR;
REQUERENTES: JOSÉ APARECIDO GOMES RODRIGUES E OUTROS.
DECISÃO
(...) Dessa forma, preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 46, inciso IX, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, DEFIRO a medida liminar requerida para reconhecer o direito de os membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais serem devidamente compensados pelo exercício de trabalho extraordinário em virtude do cumprimento de plantões judiciários em finais de semana, feriados e outras situações urgentes, na forma prevista no artigo 18, § 2.º, da respectiva lei orgânica, o que será levado a efeito com base nas Resoluções 34/2007, 45/2007 e 13/2008 até que o Procurador-Geral de Justiça daquela unidade do Parquet edite novos Atos Regulamentares, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
Em decorrência da admissão do Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais e da Associação Mineira do Ministério Público no presente feito, como partes, deixo de determinar a intimação editalícia de eventuais interessados.
Publique-se. Cumpra-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.001556/2011-84
REQUERENTE: MARONES PERSIGO MORAIS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATORA: CLAUDIA CHAGAS
DECISÃO
Trata-se de representação encaminhada por meio eletrônico, autuada como Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP.
Verifico que, conforme certidão de fl. 07, transcorreu in albis o prazo para o requente encaminhar o original da petição inicial e cópia dos documentos de identificação pessoal e do comprovante de residência a este CNMP.
Diante do exposto, não conheço da presente representação, nos termos do artigo 39, § 2° combinado com o artigo 46, inciso X, alínea "a", do Regimento Interno, e determino, após as providências de estilo pela Coordenadoria Processual, o seu arquivamento.
Publique-se.

CLAUDIA CHAGAS
Relatora

ACÓRDÃO DE 18 DE OUTUBRO DE 2011

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO N.º 0.00.000.000920/2011-99.
RELATOR: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior;
REQUERENTE: Carlos Henrique Lima de Souza;
REQUERIDO: Ministério Público União
EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO APTA A ENSEJAR A REFORMA DA DECISÃO EMBARGADA. NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS.
1. Reclamação para preservação das decisões do Conselho. Não comprovação de descumprimento da Decisão no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.002192/2010-79.
2. Não configuração de omissão ou contradição apta a ensejar a reforma do julgado.
3. Não conhecimento dos embargos.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em não conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos do voto do relator.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 36, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos artigos 127 e 129, II, da Constituição Federal, c/c 6º, 7º e 11 da Lei Complementar Nº 75/1993, e considerando que:
1. Compete ao Ministério Público instaurar procedimento administrativo para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses difusos e coletivos, bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme estabelece a Constituição da República (art. 127 e 129, II e VI da CF);
2. Foi instituído por esta Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão o Grupo de Trabalho Inclusão de Pessoas com Deficiência, dentre outros, possui o objetivo de garantir o cumprimento do Decreto n. 5296/2004, o qual regulamenta a Lei n. 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e a Lei n. 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação;
3. Tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo n. 1.00.000.011084/2006-55 que tem como assunto analisar a proposta de inclusão de legendas em filmes nacionais, conforme preceitua o Decreto Federal n. 5.296/2004 e que já foram realizadas reuniões entre o GT Inclusão de Pessoas com Deficiência, ANCINE, Ministério da Cultura e órgãos patrocinadores e de fomento.
4. Dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil, elencados no artigo 1º da Constituição Federal, estão a cidadania e a dignidade da pessoa humana e, dentre os objetivos, enumerados no artigo 3º da Carta Magna, estão a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
5. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto n.º 6949, de 25.08.2009, conforme o procedimento previsto no §3º do artigo 5º da Constituição Federal, estabelece que "a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural";
6. O Decreto n. 5296/2004, que regulamenta as Leis ns. 10.048/2000 e a 10.098/2000, que estabelece que ficam sujeitos ao cumprimento de suas disposições, sempre que houver interação com a matéria nele regulamentada "a aprovação de financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos, dentre eles projeto de natureza arquitetônica e urbanística, os tocantes à comunicação e informação e os referentes ao transporte coletivo, por meio de qualquer instrumento, tais como convênio, acordo, ajuste, contrato ou similar".
7. O Decreto n. 5.296/2004 estabelece em relação aos teatros, cinema, casas de espetáculos que "para obtenção do financiamento de que trata o inciso III do art. 2º, as salas de espetáculo deverão dispor de sistema de sonorização assistida para pessoas portadoras de deficiência auditiva, de meios eletrônicos que permitam o acompanhamento por meio de legendas em tempo real ou de disposições especiais para a presença de intérprete de LIBRAS e de guias-intérpretes, com a projeção em tela da imagem do intérprete de LIBRAS sempre que a distância não permitir sua visualização direta".
8. Determino a conversão do Procedimento Administrativo n° 1.00.000.011084/2006-55 em Inquérito Civil Público, nos termos do parágrafo 4º do artigo 4º da Resolução CSMPF n° 87/2006, com o objetivo de instruir as ações a serem desenvolvidas pela PFDC e pelo Grupo de Trabalho Inclusão de Pessoas com Deficiência quanto à inclusão de legendas em língua portuguesa nos filmes nacionais, em benefício às pessoas com deficiência auditiva.
9. Em face disso, expeçam-se as Recomendações, anexas, às autoridades ali indicadas.
10. Autue-se a presente portaria e publique-se.

GILDA PEREIRA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 224, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

ETIQUETA Nº 19834/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:
a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, a e d, e art. 7º, inciso I da Lei Complementar Nº 75/93;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) considerando o disposto na Convenção de Nova York (Convenção Sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro), de junho de 1956;

d) considerando que a alusiva Convenção foi ratificada pelo Brasil, no ano de 2002, por meio do Decreto Nº 4.311;

e) considerando que, no estrangeiro, a execução de ações sobre prestação de alimentos ou o cumprimento de decisões relativas ao assunto suscita serias dificuldades legais e práticas;

f) considerando que a Procuradoria Geral da República atua nesses casos como instituição intermediária, a quem se confere poderes para acompanhar o caso;

g) considerando os demais elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte o procedimento administrativo autuado sob o Nº 1.24.000.000623/2011-56 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP Nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO DOS FATOS INVESTIGADOS: Ação Alimentícia Internacional. Convenção de Nova Iorque. Pagamento de Alimentos. Pagamento de Dívidas. Acompanhamento.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS: OTTO BINDER

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: LUCA MARTINS BINDER e GIULIANNA MARTINS BINDER, representado pela sua mãe CHRISTIANNE FERREIRA MARTINS.

Determina que a Secretaria da PRDC mantenha os autos em Cartório, no aguardo de fatos novos.

Ordena, ainda, que se proceda à comunicação da PFDC, acerca do presente ato, para os fins de direitos.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo no sistema de cadastramento informático.

DUCIRAN VAN MARSEN FARENA

PORTARIA Nº 225, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

ETIQUETA Nº 19836/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, a e d, e art. 7º, inciso I da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando o disposto na Convenção de Nova York (Convenção Sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro), de junho de 1956;

d) considerando que a alusiva Convenção foi ratificada pelo Brasil, no ano de 2002, por meio do Decreto Nº 4.311;

e) considerando que, no estrangeiro, a execução de ações sobre prestação de alimentos ou o cumprimento de decisões relativas ao assunto suscita serias dificuldades legais e práticas;

f) considerando que a Procuradoria Geral da República atua nesses casos como instituição intermediária, a quem se confere poderes para acompanhar o caso;

g) considerando os demais elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte o procedimento administrativo autuado sob o Nº 1.24.000.000632/2011-47 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP Nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO DOS FATOS INVESTIGADOS: Ação Alimentícia Internacional. Convenção de Nova Iorque. Pagamento de Alimentos. Pagamento de Dívidas. Acompanhamento.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS: MANFRED WEBER

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: LARISSA WEBER, representado pela sua mãe TEREZA HELENA EDUARDO WEBER.

Determina que a Secretaria da PRDC mantenha os autos em Cartório, no aguardo de fatos novos.

Ordena, ainda, que se proceda à comunicação da PFDC, acerca do presente ato, para os fins de direitos.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo no sistema de cadastramento informático.

DUCIRAN VAN MARSEN FARENA

PORTARIA Nº 399, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, e com fundamento nos arts. 129, II e III, da CF e art. 7º, I, da LC 75/93, e nos termos da Resolução CSMPF n. 87/2006,

Considerando que foi apurado no procedimento administrativo n. 1.29.000.001094/2011-21 que no concurso público DATAPREV 2011, realizado pela empresa QUADRIX, inúmeros candidatos não puderam realizar o concurso por insuficiência de provas;

Considerando que da resposta prestada pela DATAPREV no Ofício n. CE/CGCJ n. 030/2011 não se permite concluir que a situação foi equacionada ou adequadamente corrigida no âmbito administrativo;

Considerando que a situação configurada, aparentemente, comprometeu de modo significativo os candidatos prejudicados, a isonomia entre todos os candidatos e a idoneidade do concurso público sem que se tenha conhecimento de adequada responsabilização;

Considerando que a DATAPREV é empresa pública federal, instituída pela Lei 6.125/64, e que, como Administração Pública Indireta, deve obedecer às regras e princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal, notadamente aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e à disciplina estabelecida para os concursos públicos;

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos órgãos da administração direta ou indireta (art. 129, II, CF c/c art. 39 da LC 75/93), e promover o inquérito civil e, se necessário, a ação civil pública para proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 6º, VII, a e d, da LC 75/93, c/c art. 129, III, CF);

Considerando que está bem configurada a atribuição do Ministério Público Federal para a matéria e definido o objeto da apuração mas há necessidade de novas diligências investigatórias para bem instruir o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais;

Resolve Instaurar inquérito civil tendo por objeto apurar a amplitude e consequências da restrição à participação de candidatos inscritos por insuficiência de provas no Concurso Público Nacional da DATAPREV 2011, realizado pela empresa QUADRIX, bem como as providências adotadas pela DATAPREV diante do fato.

Como consequência da instauração e para assegurar a devida publicidade e a regularidade da instrução, determino:

1) que a Secretaria da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão providencie a conversão em inquérito civil do procedimento administrativo n. 1.29.000.001094/2011-21, juntando esta portaria no início dos autos e efetuando as devidas alterações nos sistemas eletrônicos desta Procuradoria.

2) que a mesma Secretaria providencie a imediata inserção eletrônica desta portaria no banco de dados da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Sistema Único, bem como, em até dez dias, a comunicação àquele Órgão Superior desta instauração, acompanhada de solicitação para publicação desta portaria no Diário Oficial, nos termos dos arts. 6º e 16 da Resolução CSMPF 87/06;

Para instruir este inquérito, determino, como diligências investigatórias, que a Secretaria desse Gabinete providencie:

3) a expedição de ofício ao Presidente da DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social requisitando, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, as seguintes informações e documentos:

a) qual o número de pessoas afetadas pela insuficiência de provas e quais os cargos para os quais concorreriam?

b) quais medidas serão adotadas para assegurar isonomia entre os candidatos prejudicados que se submeterão a novas provas e aqueles cujas provas serão aproveitadas?

c) quais as medidas administrativas adotadas pela DATAPREV diante da ineficiência do serviço prestado pela empresa Quadrix?

d) cópia do contrato administrativo firmado com a QUADRIX.

O prazo de resposta é o previsto legalmente (10 dias úteis - art. 8º, §5º, da LC 75/93), prorrogável mediante justificativa.

A requisição de informação deverá seguir acompanhada desta portaria.

Designo o técnico administrativo Carlos Alberto Gregori Paveck Bomfim para atuar neste inquérito civil como secretários, enquanto lotado na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão.

Após a vinda das informações ou o decurso de 30 (trinta) dias ((retorno de aviso inserido no sistema Único)), venham os autos conclusos para deliberação.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

PORTARIA Nº 400, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Instaura o Inquérito Civil Público n. 1.29.000.000673/2011-57

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III e VI, da Constituição Federal; artigos 6°, inciso VII, alíneas "a", "c" e "d", 7°, inciso I, 8º, incisos I, II, IV, V, VII e VIII, da Lei Complementar n° 75/93);

CONSIDERANDO o teor da Resolução CFM n. 1805/2006, que permite ao profissional médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente em fase terminal, de enfermidade grave e incurável, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal (art. 1º);

CONSIDERANDO que o art. 2º da referida Resolução dispõe que o doente continuará a receber todos os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, assegurada a assistência integral, o conforto físico, psíquico, social e espiritual, inclusive assegurando-lhe o direito da alta hospitalar;

CONSIDERANDO que a referida Resolução se encontra atualmente vigente, tendo sido revogada a liminar deferida nos autos do Processo n. 14718-75.2007.4.01.3400, e já tendo ocorrido o trânsito em julgado da sentença de improcedência;

CONSIDERANDO os fatos narrados na Representação, que dão conta de negativa, por parte do corpo clínico do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, ao pedido de alta à paciente Carma Lipert de Almeida, que estaria em estágio terminal;

CONSIDERANDO que o Hospital de Clínicas informa que a negativa ocorreu por impossibilidade técnica de alta hospitalar, não tendo esclarecido até o momento os motivos pelos quais não foi aplicado ao caso da paciente o disposto na Resolução CFM n. 1805/2006;

Determina a conversão do Procedimento Administrativo Nº 1.29.000.000673/2011-57 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o seguinte objeto: verificar se o Hospital de Clínicas de Porto Alegre está observando as disposições da Resolução CFM n. 1805/2006.

Autue-se. Inclua-se a presente Portaria no Banco de Dados da PFDC.

Aguarde-se resposta ao ofício expedido ao HCPA.

ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS

PORTARIA N° 401, DE 19 DE ABRIL DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, com fundamento nos arts. 129, III, da CF, e art. 7°, I, da LC 75/93, e nos termos da Res. CSMPF n. 87/2006,

CONSIDERANDO que no procedimento administrativo n. 1.29.000.00205/2010-00 restou apurado que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) impossibilita aos vestibulandos aprovados nas provas objetivas a oportunidade de revisão das provas de redação, sequer fornecendo delas cópia ou vista aos candidatos;

CONSIDERANDO que a conduta da Universidade aparentemente afronta, dentre outros, os direitos constitucionais de acesso às informações de interesse particular (art. 5°, XXXIII) e de petição para defesa de direitos (art. 5°, XXXIV, a), bem como o princípio constitucional da publicidade que rege a Administração Pública (art. 37), podendo prejudicar

o princípio segundo o qual o acesso à Universidade deve observar a capacidade de cada um (art. 208, V, CF);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e à educação" (art. 5°, V, a, LC 75/93), bem como promover o inquérito civil e, se necessário, a ação civil pública para proteção de direitos e interesses coletivos e difusos (art. 129, 111, CF e art. 6°, VII, d), neste caso, dos candidatos ao vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO que a recomendação n. 04/2010 expedida pelo Ministério Público Federal em 07 de abril de 2010 ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ainda não foi acolhida;

CONSIDERANDO que se esgotou o prazo de 180 dias referido no art. 4°, §§ 1 ° e2° da Resolução CSMPF N. 87/2006 sem que se resolvesse a questão apurada ou restasse demonstrada a legalidade da conduta da Universidade, e que ainda se fazem necessárias novas diligências destinadas a melhor instruir a atuação do Ministério Público Federal, seja para compor a questão de modo consensual seja para promover a competente ação judicial,

Resolve Instaurar Inquérito Civil tendo por objeto apurar a legalidade e constitucionalidade da impossibilidade de vista e pedido de revisão das provas de redação do vestibular da UFRGS pelos candidatos aprovados nas provas objetivas.

Como consequência da instauração e para assegurar a devida publicidade e a regularidade da instrução, determino à Secretaria da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão que providencie:

1) a juntada desta portaria no início do procedimento administrativo n. 1.29.000.000205/2010-00, bem como o devido registro nos sistemas eletrônicos desta Procuradoria;

2) a imediata inserção eletrônica desta portaria no banco de dados da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, bem como, em até dez dias, a comunicação daquele órgão de coordenação desta instauração, acompanhada de solicitação para publicação desta portaria no Diário Oficial, nos termos dos arts. 6° e 16 da Res. CSMPF 87/06.

3) as diligências determinadas no despacho que concluiu pela necessidade desta instauração, fazendo esta portaria acompanhar a requisição lá determinada.

Os integrantes da equipe de apoio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão atuarão como secretários neste inquérito civil enquanto nela lotados e de acordo com a divisão de serviço existente.

Após a vinda das informações ou o decurso de 100 (cem) dias, venham os autos conclusos para deliberação.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

PORTARIA Nº 421, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.001169/2011-02, a partir do encaminhamento pelo Ministério Público do Estado de São Paulo do ofício Nº 045/11 (fls. 03) com a seguinte ementa:

"OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Notícia de não apreciação de representação feita na OAB contra o advogado Luís Roberto Teixeira Pinto".

- referido Procedimento está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2°, §7°, da Resolução n° 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. autue-se esta Portaria e o Procedimento Preparatório 1.34.001.001169/2011-02, como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta Portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA

PORTARIA Nº 425, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

PR-SP-00076528/2011 . Autos n.º 1.34.001.002513/2011-72

O Ministério Público Federal, por este Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 6.º, inciso VII, da Lei Complementar n.º 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 2.º, §6.º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o §7.º a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo n.º 1.34.001.002513/2011-72 tem por objeto apurar notícia de dificuldades na aquisição de aparelho celular acessível.

CONSIDERANDO que no presente caso, tendo decorrido prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias maiores diligências investigativas;

Resolve, com base no artigo 6.º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar n.º 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4.º e 12, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar notícia de dificuldades na aquisição de aparelho celular acessível.

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único nos autos registrado sob o n.º 1.34.001.002513/2011-72, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação dos servidores Marcos Antonio Mancuso, Técnico Administrativo, como Assessor e André Luís Toshiyuki S. De Castro, Técnico Administrativo, para fins de auxiliarem na instrução do presente ICP.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4.º, inciso VI e artigo 7.º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução Nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

PORTARIA Nº 576, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei Nº 4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de mais informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Ribeirão do Glória, localizado no município de Santo Antônio do Leverger/MT, em especial a alienação indevida de lotes e a necessária prestação de assistência técnica aos assentados;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o procedimento administrativo Nº 1.20.000.000425/2009-17 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a devida implementação da reforma agrária no Projeto de Assentamento Ribeirão do Glória, localizado no município de Santo Antônio do Leverger/MT, em especial a alienação indevida de lotes e a necessária prestação de assistência técnica aos assentados", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam requisitadas informações do INCRA, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 577, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando que o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 dispõe que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração";

Considerando que o concurso público constitui instrumento de concretização dos princípios acima enumerados no acesso aos cargos e aos empregos públicos (inciso II do artigo 37 da CF), em especial para a supremacia da impessoalidade, da eficiência e da igualdade;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de preservar o direito ao amplo acesso aos cargos públicos, concretizado na possibilidade de participação de todos os candidatos independente de condição financeira (gratuidade de inscrição para os hipossuficientes);

Considerando que a FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) constitui fundação pública federal vinculada ao Ministério da Saúde;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o previsto na Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter as Peças de Informação Nº 1.20.000.000370/2009-45 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de "fiscalizar a regularidade do concurso da FUNASA regido pelo Edital Nº 01/2009, mais especificamente a gratuidade da inscrição para pessoas carentes, permitindo o amplo acesso aos cargos públicos", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam requisitadas informações do CESGRANRIO, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 578, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei Nº 4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca das vias de acesso (estradas e pontes) no assentamento Confresa-Roncador, município de Confresa/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000371/2009-90 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a implementação de infra-estrutura mínima para a consolidação e emancipação do projeto de assentamento Confresa-Roncador, localizado no Município de Confresa/MT, em especial as vias de acesso (pontes e estradas)", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam solicitadas informações do INCRA, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 581, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando o dever do Ministério Público da União de proteger os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos ao consumidor, conforme preceitua a alínea c do inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93 e o inciso X do artigo 6º da Lei Nº 8.078/90;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que compete à União, diretamente ou mediante autorização/permissão/concessão, explorar os serviços de navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária no país, nos termos da alínea c do inciso XII do artigo 21 da Constituição da República;

Considerando que compete à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) operacionalizar toda atividade de infra-estrutura aeroportuária industrial e comercial atribuída pelo Ministério da Aeronáutica;

Considerando que a Lei Nº 5.862/72 impõe para a INFRAERO o dever de implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente infra-estrutura aeroportuária, bem como executar ou promover a contratação de estudos, planos, projetos, obras e serviços relativos às suas atividades;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações acerca da situação atual dos serviços aeroportuários no Aeroporto Internacional Marechal Cândido Rondon (Várzea Grande/MT) sob o enfoque da prevenção contra incêndio e pânico;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o procedimento administrativo Nº 1.20.000.000617/2009-23 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a existência de alvará e de plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico no Aeroporto Internacional Marechal Cândido Rondon (Várzea Grande/MT), de responsabilidade da INFRAERO, aprovado pelo Corpo de Bombeiros de Mato Grosso", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à e. 3ª CCR/MPF, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam solicitadas informações da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) e do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso (CBM-MT), conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição da INFRAERO, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 584, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando o dever do Ministério Público da União de proteger os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, conforme preceitua a alínea d do inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais à dignidade humana, sobretudo envolvendo pessoas vulneráveis, tais como deficientes, idosos e aqueles com mobilidade reduzida;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando ser a Caixa Econômica Federal - empresa pública federal - obrigada a observar todas as normas relacionadas à ampla acessibilidade em seus projetos;

Considerando que existem mais de 24.600.256 cidadãos deficientes no país (censo do IBGE de 2000), ou seja, 14,5% da população brasileira, e aproximadamente 300.000 deles vivem no Estado de Mato Grosso;

Considerando ser a dignidade da pessoa humana fundamento da República Federativa do Brasil, implicando a necessária implementação de políticas públicas voltadas à inserção de todas as pessoas na sociedade, inclusive e em especial os deficientes, propiciando a igualdade de oportunidades e a humanização das relações sociais;

Considerando que a Constituição Federal reservou especial espaço para os princípios da igualdade (artigo 5º, inciso XXXI do artigo 7º e inciso VIII do artigo 37), da integração social (inciso IV do artigo 203, inciso III do artigo 208, inciso II do §1º e §2º do artigo 227) e da ampla acessibilidade (artigo 244);

Considerando que o princípio da efetiva igualdade torna indispensável que as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida recebam atendimento diferenciado, na medida de sua desigualdade, concretizando o Estado Democrático de Direito pregado pela Lei Maior;

Considerando que a Lei Nº 7.853/1989 estabelece o necessário apoio às pessoas deficientes, com o objetivo de sua total integração social;

Considerando que a Lei Nº 10.048/2000 concede prioridade de atendimento aos deficientes, idosos, gestantes, lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo;

Considerando que a Lei Nº 10.098/2000 estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Considerando que os Decretos Nº 914/1993 e Nº 3.298/1999 (regulamentadores da Lei Nº 7.853/1989) dispõem sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

Considerando que a política nacional para integração das pessoas com deficiência tem como princípios: a) o desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar-lhes a plena integração no contexto socioeconômico e cultural; b) estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que lhes assegurem o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico; c) respeito a essas pessoas, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade;

Considerando que o artigo 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo Nº 186, de 9 de julho de 2008, impõe ao Brasil, assim como àqueles que atuam em seu nome:

"1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ou propiciados ao público, tanto na zona urbana como na rural. Estas medidas, que deverão incluir a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, deverão ser aplicadas, entre outros, a:

a. Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, moradia, instalações médicas e local de trabalho;

(...)

2. Os Estados Partes deverão também tomar medidas apropriadas para:

a. Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de padrões e diretrizes mínimos para a acessibilidade dos serviços e instalações abertos ou propiciados ao público;"

Considerando que a situação de desrespeito às normas constitucionais acerca da ampla acessibilidade aos serviços públicos concedidos e da isonomia não se revele individual, abarcando toda a coletividade de pessoas com mobilidade reduzida, deficientes e idosos que venham a adquirir imóveis ou residir em residenciais financiados pela Caixa Econômica Federal;

Considerando a necessidade de mais diligências, permitindo uma atuação ministerial prudente para a efetiva defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a dificuldade de solucionamento da problemática em análise, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000369/2009-11 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar o respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência nos projetos de habitações de interesse social do programa 'Minha Casa, Minha Vida' financiados pela Caixa Econômica Federal (CEF) em Mato Grosso", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam solicitadas informações da Caixa Econômica Federal, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 616, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei Nº 4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de mais informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Piratininga, localizado no município de Nova Ubiratã/MT, em especial a regularidade das políticas públicas promovidas pelo INCRA para a fixação dos parceleiros no assentamento Piratininga, localizado no município de Nova Ubiratã/MT (moradia adequada);

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.002.00066/2009-88 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de "fiscalizar a regularidade das políticas públicas promovidas pelo INCRA para a fixação dos parceleiros no assentamento Piratininga, localizado no município de Nova Ubiratã/MT (moradia adequada)", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam requisitadas informações do INCRA, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 627, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando o dever do Ministério Público da União de proteger os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, conforme preceitua a alínea d do inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que o artigo caput do 37 da Constituição Federal de 1988 dispõe que "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência";

Considerando o dever da administração pública de respeitar os princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade;

Considerando, ademais, que os princípios da publicidade e da motivação dos atos administrativos, corolários do próprio regime republicano, implicam na possibilidade de ciência dos motivos baseadores da correção e de reanálise das decisões provenientes da Administração Pública com fundamento nos novos argumentos trazidos pelos interessados;

Considerando que o regime republicano impõe para toda a Administração Pública o dever de transparência e de motivação de suas decisões, sendo inconstitucional o sigilo desnecessário e lastreado em pormenores burocráticos;

Considerando que a motivação dos atos administrativos complementa a necessária transparência republicana, assegurando a possibilidade de controle e revisão dos atos dos entes públicos;

Considerando a necessidade de mais diligências, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando o esgotamento do prazo deste apurador (§1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal), bem como a complexidade para solucionamento do problema veiculado no feito;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resolve converter as Peças de Informação Nº 1.20.000.001473/2011-47 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade do concurso promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, no ano de 2011, para o cargo de Analista Judiciário - Apoio Especialidade Engenharia Elétrica (Edital Nº 01/2011 do TRT da 23ª Região)", nos exatos termos do determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam solicitadas informações do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, como determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 633, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando o dever do Ministério Público da União de proteger os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, conforme preceitua a alínea d do inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais à dignidade humana, sobretudo envolvendo pessoas vulneráveis, tais como deficientes, idosos e aqueles com mobilidade reduzida;

Considerando estar dentre as atribuições do Ministério Público da União "expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis", nos termos do inciso XX do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) constitui fundação pública federal, criada pela Lei Nº 5.731/1967, vinculada ao Ministério da Justiça, responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira;

Considerando que existem mais de 24.600.256 cidadãos deficientes no país (censo do IBGE de 2000), ou seja, 14,5% da população brasileira, e aproximadamente 300.000 deles vivem no Estado de Mato Grosso;

Considerando ser a dignidade da pessoa humana fundamento da República Federativa do Brasil, implicando a necessária implementação de políticas públicas voltadas à inserção de todas as pessoas na sociedade, inclusive e em especial os deficientes, propiciando a igualdade de oportunidades e a humanização das relações sociais;

Considerando que a Constituição Federal reservou especial espaço para os princípios da igualdade (artigo 5º, inciso XXXI do artigo 7º e inciso VIII do artigo 37), da integração social (inciso IV do artigo 203, inciso III do artigo 208, inciso II do §1º e §2º do artigo 227) e da ampla acessibilidade (artigo 244);

Considerando que o princípio da efetiva igualdade torna indispensável que as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida recebam atendimento diferenciado, na medida de sua desigualdade, concretizando o Estado Democrático de Direito pregado pela Lei Maior;

Considerando que a Lei Nº 7.853/1989 estabelece o necessário apoio às pessoas deficientes, com o objetivo de sua total integração social;

Considerando que a Lei Nº 10.048/2000 concede prioridade de atendimento aos deficientes, idosos, gestantes, lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo;

Considerando que a Lei Nº 10.098/2000 estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Considerando que os Decretos Nº 914/1993 e Nº 3.298/1999 (regulamentadores da Lei Nº 7.853/1989) dispõem sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

Considerando que a política nacional para integração das pessoas com deficiência tem como princípios: a) o desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar-lhes a plena integração no contexto socioeconômico e cultural; b) estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que lhes assegurem o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico; c) respeito a essas pessoas, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade;

Considerando que o artigo 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo Nº 186, de 9 de julho de 2008, impõe ao Brasil, assim como àqueles que atuam em seu nome :

"1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ou propiciados ao público, tanto na zona urbana como na rural. Estas medidas, que deverão incluir a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, deverão ser aplicadas, entre outros, a:

a. Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, moradia, instalações médicas e local de trabalho;

(...)

2. Os Estados Partes deverão também tomar medidas apropriadas para:

a. Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de padrões e diretrizes mínimos para a acessibilidade dos serviços e instalações abertos ou propiciados ao público;"

Considerando que a situação de desrespeito às normas constitucionais acerca da ampla acessibilidade aos serviços públicos concedidos e da isonomia não se revele individual, abarcando toda a coletividade de pessoas com mobilidade reduzida, deficientes e idosos que se dirigem à sede da Diretoria Regional da FUNAI em Mato Grosso;

Considerando a necessidade de mais diligências, permitindo uma atuação ministerial prudente e a efetiva defesa dos interesses indisponíveis aqui tutelados;

Por derradeiro, considerando a dificuldade de solução instantânea do problema objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000599/2009-80 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar as condições de acessibilidade da Diretoria Executiva Regional da FUNAI em Cuiabá", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam requisitadas informações da Diretoria Executiva Regional da FUNAI em Cuiabá , conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 634, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando que a omissão dos órgãos públicos no cumprimento de seus deveres administrativos legitima a atuação reparadora do Ministério Público Federal com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso II do artigo 39 da Lei Complementar Nº 75/1993;

Considerando, ademais, ser função institucional do Ministério Público Federal apurar eventual irregularidade perpetrada pela Administração Pública Direta (Ministério do Trabalho e Emprego), nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei Nº 11.892/2008, do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso II do artigo 39 da Lei Complementar Nº 75/1993;

Considerando que o "Pró Jovem Trabalhador" constitui programa promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego destinado a preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção;

Considerando que a política pública estabelecida pelo programa "Pró Jovem Trabalhador" é de extrema relevância para o desenvolvimento pleno da população mato-grossense, em homenagem aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Considerando, outrossim, o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações acerca das supostas irregularidades no pagamento de auxílio mensal aos participantes do programa "ProJovem Trabalhador" pelo Ministério do Trabalho e Emprego, permitindo uma atuação ministerial prudente e a efetiva defesa dos interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme preceitua o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.001189/2009-56 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade da gestão do programa ProJovem Trabalhador pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em especial referente ao pagamento de auxílio mensal aos participantes", nos exatos termos do determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam requisitadas informações do Ministério do Trabalho e Emprego (Secretaria de Políticas Públicas de Emprego-Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para Juventude), conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 635, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando que a omissão dos órgãos públicos no cumprimento de seus deveres administrativos legitima a atuação reparadora do Ministério Público Federal com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso II do artigo 39 da Lei Complementar Nº 75/1993;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei Nº 4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando que a distribuição de cestas básicas, a priori, não se revela como instrumento capaz de gerar autonomia financeira e social aos assentados;

Considerando a necessidade de mais informações acerca da atuação do INCRA em seus assentamentos, em especial sobre a distribuição de cestas básicas;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador e o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resolve converter as Peças de Informação Nº 1.20.000.000464/2010-58 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a regularidade da distribuição de cestas-básicas pelo INCRA para os assentados no Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Cláudia/MT", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam requisitadas informações do INCRA, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a requisição, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 636, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade aos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a saúde, a previdência e a assistência social;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão inconstitucionais da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que a Constituição Federal reserva especial espaço para a seguridade social, que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (artigo 194);

Considerando que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) constitui autarquia federal (artigo 17 da Lei Nº 8.029, de 12 de abril de 1990), subsidiada com verbas públicas federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Por derradeiro, considerando a dificuldade de solução instantânea do problema objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.001819/2010-26 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de "fiscalizar a regularidade da supressão de reajuste em benefício previdenciário", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam solicitadas informações do Sindicato dos Empregados de Empresas Terceirizadas, de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de Mão de Obra de Mato Grosso (SEEAC/MT) e do INSS, conforme indicado em despacho próprio. Encaminhe-se junto com a solicitação ao INSS cópia da portaria de instauração do inquérito civil público, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 641, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a vida, a saúde, a educação, a liberdade e o trabalho;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que a educação - assim como os demais direitos sociais, culturais e econômicos - configura direito fundamental de segunda dimensão (ou geração), caracterizado por engendrar a prerrogativa de cobrança pelo cidadão de prestações positivas do Estado;

Considerando que o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso constitui autarquia federal (parágrafo único do artigo 1º da Lei Nº 11.892/2008), subsidiada com verbas públicas federais;

Considerando que os serviços prestados pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso são de extrema relevância para o desenvolvimento pleno da população matogrossense, em homenagem aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Considerando que a omissão na efetivação das políticas públicas impostas pela Constituição Federal configura fundamento para a atuação reparadora do Ministério Público e do Poder Judiciário, com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000721/2009-18 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a legalidade da cobrança de valores pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso por cursos de pós-graduação latu sensu (especialização)", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 642, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, como preceitua o artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei Nº 4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando que a prestação de serviços público essenciais, como o fornecimento de água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica, revelam-se indispensáveis para a efetiva promoção da dignidade das pessoas;

Considerando que a empresa Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. (CEMAT) constitui concessionária de serviço público federal;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000715/2009-61 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade das políticas públicas promovidas pelo INCRA e pela CEMAT para a fixação de parceleiros no projeto de assentamento Cotriguaçu CDR2, município de Cotriguaçu/MT, em especial a infra-estrutura elétrica e a demarcação de lotes", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam requisitadas informações do INCRA e da CEMAT, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhem-se junto com as requisições cópias da portaria de instauração do inquérito civil público, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 650, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a vida, a saúde, a educação, a liberdade e o trabalho;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão indevidas da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que o inciso III do artigo 5º da Constituição Federal estabelece que "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante";

Considerando que a dignidade da pessoa humana foi guindada a fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do inciso III do artigo 1º da Lei Maior;

Considerando o Exército constitui braço armado do Estado Brasileiro destinado à defesa da Pátria e à garantia dos Poderes Constitucionais, ou seja, órgão da Administração Pública Direta da União, subordinado ao Ministério da Defesa;

Considerando ser atribuição do Ministério Público Federal fiscalizar possíveis irregularidades envolvendo o Poder Público Federal, nos termos dos artigos 109 e 129 da Constituição Federal, assim como do inciso II do artigo 39 da Lei Complementar Nº 75/1993;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de mais informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Resolve converter as Peças de Informação Nº 1.20.000.001201/2011-47 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar o respeito à dignidade da pessoa humana no tratamento conferido pelo 9º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, localizado no município de Cuiabá/MT, aos seus militares", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam solicitadas informações do 9º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, conforme indicado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 651, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a vida, a saúde, a educação, a liberdade e o trabalho;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que a educação - assim como os demais direitos sociais, culturais e econômicos - configura direito fundamental de segunda dimensão (ou geração), caracterizado por engendrar a prerrogativa de cobrança pelo cidadão de prestações positivas do Estado;

Considerando que o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso constitui autarquia federal (parágrafo único do artigo 1º da Lei Nº 11.892/2008), subsidiada com verbas públicas federais;

Considerando que os serviços prestados pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso são de extrema relevância para o desenvolvimento pleno da população matogrossense, em homenagem aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Considerando que a omissão na efetivação das políticas públicas impostas pela Constituição Federal configura fundamento para a atuação reparadora do Ministério Público e do Poder Judiciário, com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas;

Considerando a necessidade de mais informações acerca das supostas irregularidades na prestação de serviços educacionais prestados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) no curso à distância (EAD) de Desenvolvimento de Sistemas para a Internet do pólo de Primavera do Leste, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando o esgotamento do prazo deste apurador (§1º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

Resolve converter as Peças de Informação Nº 1.20.000.001267/2009-12 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de "fiscalizar a regularidade dos serviços educacionais prestados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) no curso à distância (EAD) de Desenvolvimento de Sistemas para a Internet do pólo de Primavera do Leste", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino que sejam solicitadas informações do IFMT, conforme indicado em despacho próprio. Encaminhe-se junto com a solicitação cópia da portaria de instauração do inquérito civil público, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução Nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 31, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Procedimento Administrativo Nº 1.35.000.000537/2011-60. Assunto: Apurar irregularidade na prestação do serviço por parte da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), no município de Itabaianinha/SE.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, oficiante junto ao 3º Ofício da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II "d", da Lei Complementar Nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução Nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

Considerando que a Lei Complementar Nº 75/1993, em seu artigo 6º, inciso VII, 'c', dispõe ser função institucional do Órgão Ministerial da União promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;

Considerando que, nos termos do art. 39, incisos II e III, da Lei Complementar Nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos órgãos da administração pública federal direta ou indireta e pelos concessionários e permissionários de serviço público federal;

Considerando que a Constituição da República de 1988 consagrou a defesa do consumidor como princípio da ordem econômica (art. 170, inciso V, CF/88) e que, segundo o art. 3º da Lei n.º 6.538, de 22/06/1978, na operação do serviço postal, a empresa exploradora está obrigada a assegurar a continuidade dos serviços, observados os índices de confiabilidade, qualidade e eficiência, além de outros requisitos fixados pelo Ministério das Comunicações;

Considerando que compete à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), empresa pública federal vinculada ao Ministério das Comunicações, executar e controlar, em regime de monopólio, os serviços postais em todo o território nacional (art. 2º, I, do Decreto-lei Nº 509/1969);

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 46, decidiu que a União, através da ECT, é detentora do monopólio das atividades postais, em decorrência do entendimento de que a Lei 6.538/78, que instituiu tal monopólio, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988;

Considerando que o serviço postal se insere no âmbito das relações de consumo, estando sujeitos ao regramento estabelecido na n.º Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, devendo ser prestados de forma adequada e eficaz, um dos direitos básicos do consumidor (artigo 6º, X);

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado a partir de expediente da Promotoria de Justiça da Comarca de Itabaianinha, que encaminhou reclamação formalizada pelo Sr. Marcos Vinícius Girão Borba, o qual relatou ter procurado os serviços dos Correios da agência de Itabaianinha, tendo encontrado a mesma fechada às dez horas da manhã, constatando, ainda, a existência de fila com vários idosos à espera de atendimento;

Considerando que, segundo informado pela Superintendência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em Sergipe (fls. 10/13), o fechamento da agência daquela empresa em Itabaianinha ocorrido em 23/03/2011 foi motivado por problemas operacionais ocasionados pelo roubo do qual foi alvo aquela unidade;

Considerando que o Relatório de Diligência Nº 37/2011/ASSPA/PRSE, elaborado por servidor desta Procuradoria da República, constatou a existência de irregularidades no funcionamento da agência dos Correios de Itabaianinha, consistentes na interrupção do sistema informático de atendimento, na existência de extensas filas, na não efetivação de atendimento preferencial a idosos, na insuficiência de servidores e na inadequação da estrutura física da agência (fls. 17/25);

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 4º, §1º, da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF, com redação dada pela Resolução Nº 106/2010 CSMPF, e art. 2º, §6º, da Resolução Nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução Nº 23/2007 CNMP e do art. 4º, §1º, da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF (com redação dada pela Resolução Nº 106 do CSMPF, de 06/04/2010), o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas Nº 1.35.000.000537/2011-60, pela Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC), nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto: "Apuração de possível violação aos direitos dos consumidores, devido a irregularidades no atendimento aos usuários da agência dos Correios do município de Itabaianinha"; e possível responsável: "Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Maria de Lourdes Miranda Lauria, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução Nº 23/2007 - CNMP e do art. 5º, V, da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF (com redação dada pela Resolução Nº 106 do CSMPF, de 06/04/2010), para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício no 3º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Consumidor e Ordem Econômica), inclusive por meio eletrônico (para o endereço 3camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução Nº 87 CSMPF);

4. Afixação da presente portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Estado de Sergipe (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP).

Como providência investigatória necessária à continuidade na instrução do feito, determino:

1. Expedição de memorando à Chefia Administrativa dessa Procuradoria da República, solicitando-lhe a liberação do servidor Orácio do Rosário Filho para a realização de diligência no município de Itabaianinha/SE, com o objetivo de verificar se persistem as irregularidades no atendimento aos usuários da agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) naquela localidade, conforme registrado no Relatório de Diligência Nº 037/2011/ASSPA/PR-SE.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução Nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução Nº 87 do CSMPF, deve a Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

JOSÉ RÔMULO SILVA ALMEIDA

PORTARIA Nº 35, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, lotada na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.002.000115/2010-16 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a demora no atendimento dispensado pela Caixa Econômica Federal de Sinop aos clientes e usuários, em descumprimento ao Código de Defesa do Consumidor, a Lei Estadual 7.872/2002, a Lei Municipal 680/2002 e ao Código de Defesa do Consumidor Bancário (Resolução BC Nº 2.892, de 27.09.2001) bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução Nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federa (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - a comunicação à Egrégia 3ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar Nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - a adoção das seguintes diligências:

a) Oficiar ao PROCON de Sinop/MT requisitando que informe o andamento das reclamações em trâmite referentes a demora em filas de atendimento da Caixa Econômica Federal, bem como se já houve a aplicação de multas em alguma delas. Prazo: 10 dias.

b) Oficiar à Caixa Econômica Federal, agência de Sinop/MT requisitando que encaminhe todos os relatórios mensais consolidados existentes desde a data da implantação do sistema de controle até o presente momento. Prazo: 10 dias.

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PORTARIA Nº 50, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.30.005.000083/2011-63 em Inquérito Civil visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar o fato abaixo especificado:

Assunto: ANEEL. Agentes do setor de transmissão e distribuição de energia. Perdas técnicas. Repasse, em tese, dos custos ao consumidor, via tarifa. Possíveis irregularidades.

1 - Encaminhe-se cópia da presente 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para ciência e publicação em diário oficial;

2 - Possíveis responsáveis pelo fato investigado: ANEEL e agentes do setor de transmissão e distribuição de energia;

3 - Autor da representação: Ministério Público Federal;

3 - Proceda-se ao registro a presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (ARP) desta Procuradoria da República;

4 - Comunique-se à Egrégia 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

WANDERLEY SANAN DANTAS

PORTARIA Nº 68, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República Signatário, no exercício de suas funções institucionais conferidas pelo artigo 127 e 129, da Constituição Federal, notadamente a fim de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, assim como a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas;

Considerando o disposto nos artigos 5°, 6°, inciso VII, e 37, todos da Lei Complementar Nº 75/93, assim como o estabelecido no artigo 8º, § 1º, da Lei 7.347/85;

Considerando o disposto nos artigos 1°, 2°, 4º, II, 5º, "caput", 8º, e 28, todos da Resolução Nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando que foi instaurado nesta Procuradoria da República em Santos, em 08/01/2010, o procedimento Nº 1.34.012.000545/2008-17 a partir de representação do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, do Ministério da Saúde, com o objeto indicado na seguinte ementa:"CONSUMIDOR. EDUCAÇÃO. Apurar eventual cobrança excessiva de serviços administrativos prestados pelas instituições privadas de ensino superior da Baixada Santista, tais como apostilamento, atestados, declarações, certidões, cópia oficial de currículo, histórico escolar, registro de diploma e outros";

Instaura inquérito civil público para a apuração dos fatos narrados e a adoção das medidas cabíveis. Providencie-se:

1) a afixação desta portaria em local de costume nesta Procuradoria da República em Santos e a remessa de cópia à 3º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e a respectiva publicação, considerando o disposto nos artigos 5º e 6º, da Resolução Nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) a remessa dos autos à Coordenadoria Jurídica, para registro e autuação como inquérito civil público ;

3) Após, voltem conclusos.

Designo o Sr. Roberto Costa Sena, servidor lotado neste gabinete, para atuar como Secretário nestes autos, sem prejuízo de outro servidor em substituição.

ANTONIO JOSÉ DONIZETTI MOLINA DALOIA

PORTARIA Nº 140, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar a efetiva intensificação da fiscalização da Vigilância Sanitária nos estabelecimentos que comercializam medicamentos e produtos similares na região de atribuição desta PRM, com o escopo de combater comércio ilegal de medicamentos falsificados, considerando que, por meio da OPERAÇÃO SALUS, deflagrada pela PRM/Cáceres, PF e ANVISA, diversos medicamentos falsificados foram encontrados nos estabelecimentos, dentre outras irregularidades, RESOLVE converter o presente Processo Administrativo (Nº 1.20.001.000095/2008-79) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 3a CCR para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução Nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

SAMIRA ENGEL DOMINGUES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 144, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições do 2º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos dos consumidores, conforme art. 1º, inciso I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO a existência do procedimento preparatório Nº 012.2011.51.1.1.492491.2010.37806, tendo por assunto "verificar o cumprimento do Decreto Federal 6523/2008, que regulamenta a Lei 8.078/90 e fixa normas gerais sobre o serviço de atendimento ao consumidor - SAC", remetido do MPE/AM à PR/AM, através do Ofício Nº 159.2011.CAOPDC.501966.2011.26329;

CONSIDERANDO, por fim, que, no bojo daquele procedimento, noticia-se desrepeito por parte da empresa TIM S/A, em operação também no Estado do Amazonas, a ditames do referido Decreto, notadamente de seu art. 15, §3º ("É obrigatória a manutenção da gravação das chamadas efetuadas para o SAC, pelo prazo mínimo de noventa dias, durante o qual o consumidor poderá requerer acesso ao seu conteúdo);

Resolve:

INSTAURAR, nos termos do art. 5º da Res. CSMPF Nº 87/2010, INQUÉRITO CIVIL, para investigar a observância ao disposto no art. 15, §3º, do Decreto 6523/2008, pela empresa TIM S/A.

DESIGNAR a servidora Luciana Montenegro Valente, analista processual, matrícula Nº 6458, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente à COOJUR, para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico; interessado: Valeria Lima Ferreira de Souza;

2. remeta-se cópia de fls. 06 e 29-32 i. à TIM S/A e ii. à ANATEL, requisitando-lhes a prestação das informações que entendam pertinentes com o caso, acompanhada de documentação correlata; prazo para atendimento: 30 (trinta) dias.

CIÊNCIA à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

ALEXANDRE SENRA

PORTARIA Nº 306, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar o cumprimento da Lei n. 11.975/09, que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União o zelo pelo efetivo respeito aos direitos e interesses coletivos (art. 5º, inciso III, alínea "e", e IV, da Lei Complementar Nº 75/1993);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público da União promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, bem como outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 6º, inciso VII, alíneas "b" e "d", da Lei Complementar Nº 75/1993 e art. 8°, § 1 °, da Lei Nº 7.347/1985);

CONSIDERANDO a Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, alterada pela Resolução Nº 106/2010, que regulamenta a instauração e tramitação do inquérito civil público;

CONSIDERANDO que o artigo 109, inciso I, da Constituição Federal atribui aos juízes federais competência para as causas que envolvam o interesse da União;

Resolvo instaurar INQUÉRITO CIVIL (consumidor), para fiscalizar o cumprimento da Lei n. 11.975/09 pelas empresas de transporte rodoviário interestadual e internacional que atuam nos municípios que integram a Subseção Judiciária de Passo Fundo;

Dessa forma, determino ao cartório:

1) obtenha-se a relação das transportadoras que operam na supracitada subseção judiciária;

2) comunique-se a instauração do presente inquérito civil à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, na forma do artigo 6° da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Cumpra-se, após, retornem os autos conclusos.

FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 398, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, e com fundamento nos arts. 129, II e III, da CF e art. 7º, I, da LC 75/93, e nos termos da Res. CSMPF n. 87/2006,

Considerando a notícia constante do Ofício n. 2137/2011/PRR3, de que "houve ao longo dos últimos dois anos anomalias nos índices de atrito de alguns aeroportos operados pela INFRAERO" e que "a manutenção para 'remoção de resíduos pelo método de retexturização ou de impacto de alta velocidade' data de mais de quatro anos";

Considerando que nos termos do referido ofício o Aeroporto Internacional Salgado Filho apresentou, segundo dados indicados no sítio eletrônico da INFRAERO (doc. em anexo), o movimento operacional no ano de 2010 de 90.625 aeronaves, o que corresponde aproximadamente 248 pousos e decolagens diárias;

Considerando que a Resolução ANAC n. 88, de 11 de maio de 2009, prevê, para aeroportos que apresentem mais de 210 pousos diárias de aeronaves na pista, que as medições de atrito sejam realizadas com a frequência mínima a cada 7 (sete) dias (art. 2°, V, "b") e que o operador do aeródromo (no caso a INFRAERO) deve encaminhar relatório circunstanciado com o resultado do teste de calibragem ou teste de monitoramento à ANAC, para análise e eventual adoção de medidas (art. 3º, § 1º);

Considerando que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrialmente e comercialmente infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída (art. 2º, da Lei 5.862/1972), na qual se inclui o referido aeroporto;

Considerando que a INFRAERO se caracteriza como fornecedora de serviços, nos termos do art. 3º do Código de Defesa do Consumidor;

Considerando que são direitos básicos do consumidor a proteção da vida, e segurança contra riscos provocados por práticas no fornecimento de serviços que, por sua natureza, expõem a vida a perigo (como é o caso do transporte aéreo), bem com a prevenção efetiva de danos (art. 6º, I e VI, CDC);

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e, se necessário, a ação civil pública para proteção dos direitos e interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos dos consumidores (art. 6º, VII, c, da LC 75/93), bem como para garantir o respeito pelos entes da Administração Indireta dos direitos constitucionais dos cidadãos (art. 39, II, da LC 75/93), dentre os quais a eficiência e segurança da infraestrutura aeroportuária (art. 21, XII, c c/c 37, caput, da CF) pela qual é responsável a INFRAERO (CF, art. 129, II e III);

Resolve Instaurar inquérito civil tendo por objeto apurar a efetividade da atuação da INFRAERO para garantir que os coeficiente de atrito da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional Salgado Filho observem os índices de segurança previstos na Resolução ANAC n. 88, de 11 de maio de 2009.

Como consequência da instauração e para assegurar a devida publicidade e a regularidade da instrução, determino:

1) que a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva providencie a autuação desta portaria e das cópias que a acompanham, bem como o devido registro nos sistemas eletrônicos desta Procuradoria;

2) que a Secretaria deste Gabinete providencie a imediata inserção eletrônica desta portaria no banco de dados da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, bem como, em até dez dias, a comunicação daquela Câmara desta instauração, acompanhada de solicitação para publicação desta portaria no Diário Oficial, nos termos dos arts. 6º e 16 da Resolução CSMPF 87/06;

Para instruir este inquérito, determino, como diligências investigatórias, que a Secretaria desse Gabinete providencie:

3) a expedição de ofício ao Superintendente Regional do Sul da INFRAERO requisitando, com fundamento no art. 8º, II, da LC 75/93, no prazo legal de dez dias úteis (art. 8º, §5º, LC 75/93):

3.1 que apresente cópia dos dois últimos relatórios contendo medições dos coeficientes de atrito da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional Salgado Filho, bem como da apreciação recebida da ANAC, se for o caso;

3.2 que informe quando foi realizada a última manutenção da pista para que a resistência à derrapagem atenda os coeficientes de atrito previstos na Resolução ANAC Nº 88, de 11 de maio de 2009;

3.3 que preste outras informações que entender convenientes em atenção ao contido no Ofício n. 2137/2011/PRR3.

A requisição de informação deverá seguir acompanhada desta portaria.

Designo o técnico processual Giovani Bruscato para atuar neste inquérito civil como secretário, enquanto lotado neste ofício.

Após a vinda das informações ou o decurso de 30 (trinta) dias, venham os autos conclusos para deliberação.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 472, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

O Ministério Público Federal, no uso das funções constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no artigo 6° da Lei Complementar Nº 75/1993;

b) a incumbência prevista no artigo 1°, inciso I, da referida Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA A CONVERSÃO DOS AUTOS DAS PEÇAS DE INFORMAÇÃO Nº 1.16.000.002745/2011-59 EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO e, ainda, a adoção das seguintes providências:

1 - Registro no sistema Único, adotando-se os seguintes elementos designativos do Inquérito Civil:

ASSUNTO - RECALL ANTISSÉPTICO BUCAL. ORAL-B. Suposta irregularidade quanto a divulgação de recall sem a devida publicidade por parte da empresa Procter & Gamble em virtude de problemas quanto a fabricação do Antisséptico Bucal Oral-b. Em tese, a medida preventiva foi tomada depois que foram encontrados agentes microbianos fora de especificação em alguns produtos fabricados em uma de suas unidades terceirizadas na Colômbia.

REPRESENTANTE: MÁRCIO OLIVEIRA

REPRESENTADO: PROCTER & GAMBLE

2 - a publicação da presente Portaria, na forma estabelecida pela Coordenação Cível desta Procuradoria da República e envio de cópia, via ofício ou via correio eletrônico ("e-mail"), à 3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF.

PETERSON DE PAULA PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 546, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM SANTA CATARINA, por intermédio do Procurador da República signatário, no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, e

considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, art. 127, caput);

considerando que são funções institucionais do Ministério Público, entre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, inciso II), bem como dos direitos do consumidor (Lei Complementar n 75/93, art. 6º, inciso VII, alínea "b");

considerando ser o inquérito civil público procedimento, privativo do Ministério Público, que objetiva produzir conjunto probatório de lesões efetivas ou potenciais a interesses que cumpra a este órgão defender, nos termos da Resolução Nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

considerando o teor da representação formulada pela Associação Catarinense das Indústrias de Águas Minerais, relatando que grande parte das envasadoras, distribuidoras e estabelecimentos de revenda vem envasando e comercializando garrafões com prazo de validade vencido;

considerando os termos da Portaria DNPM Nº 387, de 19 de setembro de 2008, que disciplinou o uso das embalagens plástico-garrafão retornável, destinadas ao envasamento e comercialização de água mineral e potável de mesa, alterada pela Portaria DNPM Nº 358, de 21 de setembro de 2009;

considerando os termos do Procedimento Administrativo Nº 1.33.000.003252/2010-74, e a necessidade de dar continuidade a sua instrução;

resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.33.000.003252/2010-74 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar o cumprimento, por parte das empresas envasadoras, distribuidoras e estabelecimentos de revenda, da Portaria DNPM Nº 387, de 19 de setembro de 2008, a fim de serem tomadas as medidas administrativas e/ou judiciais que se fizerem necessárias.

Dê-se ciência à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o encaminhamento de cópia da presente Portaria, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, para fins de publicação no Diário Oficial e no portal eletrônico desta Instituição, conforme preceituado no art. 16, inciso I da sobredita Resolução.

Após, venham os autos conclusos.

CARLOS AUGUSTO DE AMORIM DUTRA

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 617ª REUNIÃO
A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2011

Aos 19 dias do mês de setembro de 2011, no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, reuniram-se os membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em sessão ordinária presidida pela Dra. Denise Vinci Tulio. Presentes o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, membro titular, e a Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes, membro suplente. A Presidente iniciou a sessão às 10:00 horas e trouxe a julgamento os procedimentos de sua relatoria. Em seguida foram votados os procedimentos da relatoria da Dra. Valquíria Quixadá e do Dr. Rodrigo Janot.

Exame de Procedimentos

1 Procedimento: 1.30.012.000657/2001-32

Interessado: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Assunto: Apuração de possível roubo na arrecadação relativa ao pedágio do Corcovado referente aos períodos compreendidos entre os dias 02 e 04 de janeiro de 1998.

Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

2 Procedimento: 1.13.000.000611/2002-14

Interessado: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Assunto: Irregularidades em concessão de benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Relator(a): Denise Vinci Tulio

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.

3 Procedimento: 1.14.000.000703/2002-67

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros

Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais nos Municípios de Gentio do Ouro, Lamarão e Morro do Chapéu/BA. Interrupção de recursos de merenda escolar e materiais de limpeza. Verbas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.

4 Procedimento: 1.20.000.000057/2002-31

Interessado: Sr. Ramiro Juliano da Silva

Assunto: Apuração de possível cobrança de propina e prática de irregularidades no fornecimento de documentos para transporte de produto florestal no escritório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama em Alta Floresta/MT

Relator(a): Denise Vinci Tulio

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

5 Procedimento: 1.19.000.000363/2003-79

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

Assunto: Apuração do possível estado de precariedade do funcionamento do PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do PSF - Programa de Saúde da Família, nos Municípios maranhenses de Axixá e de Rosário.

Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.

6 Procedimento: 1.22.000.004401/2003-77

Interessado: Câmara Municipal de santa Luzia/MG

Assunto: Apuração de possíveis irregularidadesna execução de recursos públicos federais repassados ao Município de Santa Luzia/MG no período de 1997/2004.

Relator(a): Denise Vinci Tulio

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

7 Procedimento: 1.33.000.002779/2003-52

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

Assunto: Apuração de eventuais irregularidades em cobranças de contribuição profissional pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

Relator(a): Denise Vinci Tulio

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

8 Procedimento: 1.20.000.001085/2004-37

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros

Assunto: Supostas irregularidades na concessão de benefícios oriundos de programas sociais do governo federal no Município de Alto Araguaia/MT.

Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

9 Procedimento: 1.21.001.000232/2004-12

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

Assunto: Município de Dourados/MS. Supostas irregularidades no repasse de recursos de convênio ao município.

Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

10 Procedimento: 1.21.001.000321/2004-51

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

Assunto: Controladoria-Geral da União. Aviso nº 686/CGU-PR, contendo os relatórios de fiscalização dos Municípios de Iguatemi/MS e Bataiporã/MS.

Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

11 Procedimento: 1.22.003.000656/2004-11

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

Assunto: Apuração de possíveis irregularidades em contratação de estagiários na Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR

12 Procedimento: 1.34.023.000046/2004-69

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos no Município de São Carlos/SP.

Relator(a): Denise Vinci Tulio

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

13 Procedimento: 1.14.000.000326/2005-17

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF

Assunto: Secretaria municipal de Barreiras/BA. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do Ministério da Saúde.

Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.

14 Procedimento: 1.14.000.000974/2005-65

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros

Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Catolândia/BA.

Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

15 Procedimento: 1.16.000.001783/2005-46

Interessado: Sr. Robson de Souza

Assunto: Notícia de irregularidades em remoções de Defensores Públicos da União.

Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

16 Procedimento: 1.19.000.000275/2005-39

Interessado: DENASUS

Assunto: Relatório de auditoria nº 01/2002 realizada no município de Sítio Novo/MA pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Sistema Único de Saúde. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos destinados à assistência farmacêutica.

Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

17 Procedimento: 1.20.000.000931/2005-82

Interessado:

Assunto: Encaminhamento de relatórios de fiscalização a partir de sorteio público. Município de Feliz Natal-MT.

Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

18 Procedimento: 1.22.003.000084/2005-51

Interessado: Centro de Ensino Teórico e Técnico Luziânia - Centluz

Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na capacitação de examinadores e instrutores para Centro de Formação de Condutores - CFCs.

Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

19 Procedimento: 1.28.000.000481/2005-30

Interessado:

Assunto: Apuração de possíveis irregularidades em contratos de serviço terceirizado do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, no período de 2002 a 2005, junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Natal/RN.

Relator(a): Denise Vinci Tulio

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento sem prejuízo de sua reabertura ou da abertura de novo procedimento, caso por meio do Inquérito Policial Federal constatem-se irregularidades que demandem atuação do Ofício do Patrimônio Público e Social.

20 Procedimento: 1.28.000.000618/2005-56

Interessado:

Assunto: Apuração de possível aplicação irregular de recursos federais pela prefeitura municipal de Canguaretama/RN.

Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

21 Procedimento: 1.30.012.000346/2005-05

Interessado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Assunto: Apuração de possíveis irregularidades em reintegração de posse de área no bairro do Leblon no Rio de Janeiro/RJ.

Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

22 Procedimento: 1.31.000.000315/2005-48
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na realização do Convênio 001/98-DFA/RO, celebrado entre a Delegacia Federal de Agricultura e a Secretaria de Estado da Agricultura - Combate à Febre Aftosa.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
23 Procedimento: 1.31.000.000776/2005-11
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Município de Pimenteiras do Oeste/RO. Possíveis irregularidades nos Programas de Governo financiados com recursos federais, desenvolvidos pelo Ministério do Turismo, constantes no Relatório de Fiscalização nº 508, da Controladoria-Geral da União.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
24 Procedimento: 1.34.008.000229/2005-53
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração da situação do patrimonio do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM na cidade de São Pedro/SP.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
25 Procedimento: 1.16.000.000366/2006-67
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Eletrobrás. Supostas irregularidades em aquisição de imóveis. TC nº 012.714/2005-8.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
26 Procedimento: 1.16.000.000702/2006-71
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios, bem como na gestão de contratos de bens e serviços firmados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
27 Procedimento: 1.20.000.000970/2006-61
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU e outros
Assunto: Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral da União com relação a Tomada de Contas Especial inaugurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE com o intuito de apurar a responsabilidade dos ex-prefeitos de Ponte Branca/MT, em decorrência da omissão no dever de prestar contas referentes a execução do convênio nº 527/1996.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
28 Procedimento: 1.21.001.000008/2006-84
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto superfaturamento na obra de construção de arquibancada no Estádio da Leda, localizado no Município de Dourados/MS. Recursos financeiros provenientes dos Ministérios do Turismo e Esporte.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
29 Procedimento: 1.22.000.002325/2006-16
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possível omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Formoso/MG através do programa Dinheiro Direto na Escola do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
30 Procedimento: 1.25.009.000018/2006-09
Interessado: Ministério Público Federal-MPF
Assunto: Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas-PETSE. "Operação Tapa-Buracos". Rodovias BR-272 (trecho Francisco Tavares/PR-Guaíra/PR). Possível superfaturamento da obra. Péssima qualidade do asfalto.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
31 Procedimento: 1.28.000.000262/2006-31
Interessado: Sr João Fontenelle Mello
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na execução do empreendimento "Reflorestadora Graúnas Fazenda de Reflorestamento Ltda.", que receberia verbas federais provenientes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
32 Procedimento: 1.30.012.000132/2006-10
Interessado: BNDES
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades em contratações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
33 Procedimento: 1.11.000.000787/2007-55
Interessado: Fundação Nacional da Saúde
Assunto: Possíveis irregularidades em convênio celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde- FUNASA e o Município de Santana do Ipanema.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
34 Procedimento: 1.13.000.000435/2007-25
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Verificação do cumprimento, por parte dos municípios amazonenses, do teor do artigo 2º da lei 9.452/97.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
35 Procedimento: 1.13.000.000988/2007-88
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM. Programa de infra-estrutura urbana - PRO - INFRA. Programa morar melhor.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
36 Procedimento: 1.13.000.001661/2007-23
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais no Município de Manaus/AM. Convênio firmado com o Ministério da Saúde. Programa Nacional de Controle da Dengue. Exercício 2007.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
37 Procedimento: 1.14.000.001399/2007-80
Interessado: DENASUS
Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS repassados ao Município de Maragogipe/BA durante o ano de 2002.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
38 Procedimento: 1.14.001.000126/2007-16
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; no município de Valença/BA nos anos de 2005/2008.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
39 Procedimento: 1.19.000.000539/2007-16
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades cometidas pela Secretaria de Saúde de Bacabal/MA, acerca da epidemia de AIDS e falta dos remédios específicos para tratamento da doença.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
40 Procedimento: 1.28.100.000064/2007-21
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Apuração de desvio de recursos públicos do Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e material permanente para Unidade de Saúde do SUS e Viçosa/RN.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
41 Procedimento: 1.32.000.000338/2007-87
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em convênio firmado entre a FUNASA e a Secretaria de Estado da Saúde em Roraima. Estruturação e implementação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS em Roraima.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
42 Procedimento: 1.34.023.000150/2007-04
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração da possível suspensão de recursos financeiros à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em face da documentação do município de Santa Cruz da Conceição, referente à nomeação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), não ter sido entregue ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
43 Procedimento: 1.34.027.000010/2007-98
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais repassados pelo Ministério da Saúde à Prefeitura Municipal de Herculândia, através do convênio nº 468/2005.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
44 Procedimento: 1.12.000.000430/2008-11
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. e outros
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na execução de Convênio firmado entre o município de Macapá/AP e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
45 Procedimento: 1.13.000.000070/2008-10
Interessado: Advocacia Geral da União - AGU
Assunto: Apura a possível insuficiência de Procuradores Federais lotados no Estado do Amazonas
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
46 Procedimento: 1.13.000.000212/2008-49
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte aéreo de carga postal, no Estado do Amazonas. Supostas irregularidades na realização de pregão eletrônico.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
47 Procedimento: 1.13.000.000257/2008-13
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades detectadas na emissão de notas fiscais, referentes a aquisições de gêneros alimentícios com recursos da conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no município de Barcelos/AM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
48 Procedimento: 1.13.000.000375/2008-21
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Estado do Amazonas. Programa Território da Cidadania. Supostas irregularidades na aplicação dos recursos federais.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
49 Procedimento: 1.13.000.000882/2008-65
Interessado: Conselho Regional de Farmácia da 8ª Região
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades decorrentes da atuação do Conselho Regional de Química-XIV Região.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
50 Procedimento: 1.13.000.001914/2008-40
Interessado: Sindicato dos Tabalhadores Rurais de Novo Aripuanã/AM
Assunto: Denúncia de supostos abusos cometidos pela Associação Monte Horebe no Projeto do INCRA-PAE Curupira em Nova Olinda do Norte/AM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
51 Procedimento: 1.14.003.000072/2008-41
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Relatório de Fiscalização nº 166/2004 CGU. Município de Santana. Apurar possíveis irregularidades na construção da Rede de Distribuição Rural - RDR.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
52 Procedimento: 1.15.003.000076/2008-92
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possível perseguição política no município de Coreaú contra pessoas opositoras ao candidato do atual prefeito.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
53 Procedimento: 1.16.000.001180/2008-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Averiguação da regular aplicação dos recursos públicos destinados a construção de prédios e implementação do campus de Coari da Universidade Federal do Amazonas, diante da opção pela demolição de edificações existentes.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

54 Procedimento: 1.18.000.009322/2008-90
Interessado:
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos oriundos do Ministério do Esporte por parte do município de Hidrolândia/GO. Contrato de repasse nº 0140351-95 firmado com a Caixa Econômica Federal. Ausência de documentação referente a procedimento licitatório.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
55 Procedimento: 1.20.000.000057/2008-26
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades em programas do governo federal no Município de Nova Mutum/MT.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
56 Procedimento: 1.22.000.003211/2008-47
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: "Máfia das Sanguessugas". Supostas irregularidades em convênios firmados entre a União Federal e o Município de Ingaí/MG.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
57 Procedimento: 1.23.000.000736/2008-93
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Oeiras do Pará/PA. Programa Assistência Farmacêutica e insumos estratégicos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
58 Procedimento: 1.23.000.002476/2008-91
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Encaminhamento do Relatório de Auditoria nº 4422, realizada na Prefeitura Municipal de Bragança/PA, cuja finalidade era verificar a execução do Convênio FNS nº 5131/2004 (SIAFI 520336), celebrado com o Ministério da Saúde, cujo objeto era a aquisição de Unidade Móvel de Saúde.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
59 Procedimento: 1.23.000.002499/2008-03
Interessado: Controladoria Geral da União - CGU e outros
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na execução do Convênio Fundo Nacional de Saúde - FNS nº 2597/2004 (SIAFI 506599), celebrado com o Ministério da Saúde.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
60 Procedimento: 1.23.000.003546/2008-28
Interessado: SR. RAIMUNDO NONATO DA CONCEIÇÃO
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades cometidas por ex-prefeito do Município de Chaves/PA em procedimentos licitatórios, não aprovação de contas pelo Tribunal de Contas dos Municípios e desvio de recursos destinados à merenda escolar, no exercício de 2000.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
61 Procedimento: 1.26.000.002945/2008-60
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Necessidade de inclusão do medicamento SORAFENIBE - NEXAVAR na lista de medicamentos excepcionais do Ministério da Saúde.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
62 Procedimento: 1.28.000.000611/2008-87
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Eventuais irregularidades em contrato firmado entre a INFRAERO e a empresa P & M RESTAURANTE E RECEPÇÕES LTDA - ME. C
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
63 Procedimento: 1.28.100.000018/2008-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Apodi/RN. Suposta fraude em procedimentos licitatórios. Colaboração do escritório de contabilidade Rabelo e Dantas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
64 Procedimento: 1.29.003.000120/2008-79
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais pelo Município de Linha Nova/RS, conforme Relatório de Fiscalização nº 386/2004 da Controladoria-Geral da União.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
65 Procedimento: 1.30.012.000531/2008-34
Interessado: Ministério dos Esportes
Assunto: Apuração de supostas irregularidades em dispensa de licitação em convênio celebrado entre o Município do Rio de Janeiro e o Ministério dos Esportes, tendo em vista obras para os Jogos Panamericanos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
66 Procedimento: 1.34.001.005674/2008-12
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Tribunal de Contas da União. Tomada de Contas Especial. Casa de Produção Filme e Vídeo. Não conclusão do Projeto "Glorinha Leme - Telescópio Bubble". Supostas irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
67 Procedimento: 1.34.006.000156/2008-62
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na aplicação de recursos federais do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate á Fome pelo Município de Arujá/SP.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
68 Procedimento: 1.34.010.000665/2008-26
Interessado: Ministério Público Federal e outros
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Aramina, provenientes do Ministério da Saúde - Programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
69 Procedimento: 1.35.000.000379/2008-42
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Apuração de conduta de servidores da Administração Estadual do Meio-Ambiente do Sergipe - ADEMA/SE no licenciamento de empreendimentos em áreas de propriedade da União.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 4a. Câmara de Coordenação e Revisão.
70 Procedimento: 1.12.000.000219/2009-89
Interessado:
Assunto: Supostos desvios de verbas públicas federais praticadas pela Associação SAlgadeira e Asa Aberta - APROS. Amapá
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
71 Procedimento: 1.13.000.000199/2009-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades no não-recolhimento de contribuições previdenciárias ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, nos prazos legais, por parte do Presidente da Câmara Municipal de Careiro/AM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
72 Procedimento: 1.13.000.000248/2009-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposta utilização de nome e dos meios públicos para solicitação de ordem privada. Projeto Rio-Mar. Estado do Amazonas.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
73 Procedimento: 1.13.000.002042/2009-18
Interessado: Sr. Willians Antônio Malveira da Silva
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades ocorridas no concurso da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, promovido pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Fundação Universidade de Brasília (CESPE/UNB), e suposta omissão da Defensoria Pública da União no Amazonas.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
74 Procedimento: 1.14.001.000094/2009-11
Interessado: Wenceslau Augusto dos Santos Júnior e outros
Assunto: Apuração de supostos atos de improbidade administrativa do ex-prefeito e do ex-secretário de saúde pelo surto de dengue em 2009 no Município de Itabuna. Suposta omissão e indício de desvios de verbas do Sistema Único de Saúde - SUS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
75 Procedimento: 1.14.008.000060/2009-58
Interessado: FNDE
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE na Escola Municipal Roque Rocha Monteiro, no Município de Gongogi/BA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
76 Procedimento: 1.19.001.000191/2009-19
Interessado: Município de Vila Nova dos Martírios/MA
Assunto: Apuração de supostas irregularidades no município de Vila Nova dos Martírios/MA por irregularidades na prestação de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, exercício 2006.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
77 Procedimento: 1.21.005.000006/2009-06
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Notícia de que à época da reformulação do Conselho Municipal de Saúde de Antônio João/MS, a Secretaria Municipal de Saúde não realizou eleições para a escolha dos conselheiros de saúde, mas indicou representantes.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
78 Procedimento: 1.22.000.000323/2009-27
Interessado: Sra. Tatiana Garcia
Assunto: Apuração de possível contratação sem concurso público pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerias - TRE/MG, por meio de convênio de cooperação técnica.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
79 Procedimento: 1.22.000.000352/2009-99
Interessado: Sra. Gildete Alves Ferreira
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades nas admissões e nas rescisões contratuais realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA junto aos beneficiários dos Projetos de Assentamento situados no Município de Arinos/MG.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
80 Procedimento: 1.22.000.003243/2009-23
Interessado:
Assunto: Apuração de possível coleta irregular de dados da pesquisa de levantamento de emprego promovida por ex-agente de pesquisas e mapeamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
81 Procedimento: 1.22.000.003244/2009-78
Interessado: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Assunto: Suposta coleta irregular de dados da pesquisa de levantamento de emprego efetuada por ex-agente de pesquisas e mapeamento do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
82 Procedimento: 1.22.011.000136/2009-14
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU e outros
Assunto: Possíveis irregularidades apontadas no Relatório de Fiscalização nº 01387 da Controladoria-Geral da União, relativas ao Programa Bolsa Família no Município de Felício dos Santos/MG.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
83 Procedimento: 1.23.000.000700/2009-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas oriundas do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação por parte da Prefeitura de Tracuateua/PA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
84 Procedimento: 1.23.000.001182/2009-22
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: CGU - Controladoria-Geral da União. Relatório de fiscalização nº 01267. Resultados dos exames realizados sobre as 22 Ações de Governo executados na base municipal de Peixe-Boi/PA, em decorrência do 27º Evento do Projeto de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos: Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
85 Procedimento: 1.23.000.001535/2009-94
Interessado: Sr. Ângelo Cielo
Assunto: Possível prática de nepotismo praticada pelo Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT no Pará, ao contratar sua esposa para trabalhar sob sua responsabilidade direta.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

86 Procedimento: 1.24.000.001735/2009-18
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Notícia de que o Pregão Presencial nº 231/2009, promovido pelo Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria Estadual de Administração, para a aquisição de equipamentos hospitalares, estaria eivado de vícios.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
87 Procedimento: 1.24.000.001938/2009-04
Interessado: Sr. José Fernandes Gorgonho Neto
Assunto: Inexecução parcial de Projeto que visava construção de casas populares e graves falhas detectadas na construção das casas erguidas no distrito de Taberaba, em Rio Tinto/PB.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
88 Procedimento: 1.24.002.000094/2009-56
Interessado:
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação dos recursos recebidos pelo Município de Sousa/PB, à conta do Programa Brasil Alfabetizado, no exercício 2008.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
89 Procedimento: 1.26.000.001049/2009-64
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Apuração das condições de segurança da operação do aeroporto de Fernando de Noronha, em especial acerca do estado de conservação da pista e do acesso das viaturas do Corpo dos Bombeiros, bem como a necessidade de construção de pista auxiliar (taxiway).
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
90 Procedimento: 1.26.000.001367/2009-25
Interessado: Otacílio Alves Cordeiro
Assunto: Apuração de notícia de irregularidades, no âmbito do Município de Catende/PE, na gestão de 2005 a 2008, na designação dos integrantes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF, bem como na administração dos recursos oriundos do Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC/FNDE para custeio do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), com a participação da OSCIP chamada Centro de Profissionais e Geração de Empregos - CEPROGE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
91 Procedimento: 1.26.000.002921/2009-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possível percepção, de forma indevida e cumulativa, de vários benefícios previdenciários por parte de segurada da previdência social em Pernambuco.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
92 Procedimento: 1.28.000.000693/2009-41
Interessado: Prefeitura Municipal de João Câmara/RN
Assunto: Apuração de possível ausência de prestação de contas das verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, recebidas nos anos de 2007 e 2008 pelo Município de João Câmara/RN.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
93 Procedimento: 1.28.100.000210/2009-80
Interessado:
Assunto: Apuração de suposto indicío de fraude em licitações públicas para utilização de verbas federais para programas do Governo no Município de Severiano Melo/RN.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
94 Procedimento: 1.30.012.000150/2009-36
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Apuração de supostas irregularidades em contratos de exploração de áreas comerciais aeroportuárias, localizadas no Aeroporto Internacional do Galeão.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR
95 Procedimento: 1.30.012.000267/2009-10
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Exército Brasileiro. Oficiais temporários. Ingresso de dependentes de oficiais superiores sem concurso público. 6º Batalhão de Infantaria Leve, localizado no Município de Caçapava/SP.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
96 Procedimento: 1.33.009.000058/2009-13
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades apontadas pela CGU - Controladoria-Geral da União na aplicação de verbas federais repassadas ao Município de Timbó Grande/SC.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
97 Procedimento: 1.33.009.000114/2009-10
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possível comercialização irregular de terras desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
98 Procedimento: 1.33.010.000056/2009-95
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na concessão de financiamento através do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
99 Procedimento: 1.33.015.000013/2009-60
Interessado:
Assunto: Apuração de Suposta prática de mal atendimento por perito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
100 Procedimento: 1.34.004.200080/2009-74
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto descumprimento de políticas de assistência social por entidade beneficente que manteve convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas/SP. Prestação de serviços socioeducativos a crianças.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado.
101 Procedimento: 1.34.004.200121/2009-22
Interessado: Ministério Público Federal - MPF
Assunto: ICP nº 23/2009 - Patrimônio Público - Relatório de Fiscalização nº 01294/2008 CGU - Município de Engenheiro Coelho - SP. Apurar irregularidades na execução do Programa de Saúde da Família.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
102 Procedimento: 1.34.026.000087/2009-30
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Obras de construção de portal na entrada da cidade de Maracaí/SP e remodelamento do prolongamento da Av. José Bonifácio. Interrupção da obra e ameaça à integridade física das pessoas que trafegam no local.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
103 Procedimento: 1.34.028.000036/2009-98
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração da regularidade na distribuição de medicamentos por meio de verba federal proveniente do Programa Farmácia Popular do Brasil.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
104 Procedimento: 1.12.000.000345/2010-77
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades administrativas na admissão de professores no curso de graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
105 Procedimento: 1.13.000.000113/2010-81
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possível realização, sem necessidade, de concorrência para contratação de empresa para obras de engenharia no terminal de passageiros I e II e terminal de cargas do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
106 Procedimento: 1.14.008.000026/2010-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades praticadas pelo ex-gestor do Município de Lajedo do Tabocal/BA. Execução do Convênio nº 245/2003, firmado com a União Federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
107 Procedimento: 1.17.000.001566/2010-86
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na celebração de contrato de arrendamento de área do Porto de Vitória por parte da Companhia Docas Espírito Santo - CODESA, com a empresa UNISAM OFFSHORE e AGÊNCIA MARÍTIMA Ltda., sem o prévio procedimento licitatório.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
108 Procedimento: 1.19.000.001009/2010-91
Interessado: Sr. Escineu Carvalhedo Bezerra
Assunto: Suposta omissão na prestação de contas de recursos oriundos do Ministério da Saúde, através do convênio 4466/2005, para ampliação de unidade de saúde, po parte da ex-prefeita do município de Bom Jesus das Selvas/MA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
109 Procedimento: 1.19.000.001481/2010-23
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na distribuição da merenda escolar e manutenção dos prédios das escolas na zona rural do Município de Monção/MA. Possível responsabilidade do prefeito municipal.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
110 Procedimento: 1.19.001.000063/2010-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Fortaleza dos Nogueiras/MA. Verbas oriundas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
111 Procedimento: 1.22.000.000066/2010-67
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre a Prefeitura de Cristiano Otoni/MG e o extinto Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
112 Procedimento: 1.22.000.002128/2010-75
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível irregularidade de inexecução dos contratos de concessão da malha ferroviária federal, firmado entre a união e as empresas Ferroban e Centro-Atlântica S.A.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
113 Procedimento: 1.22.000.003629/2010-79
Interessado: Adriana Soares Arrais Barbosa
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades no Concurso de Seleção de engenheiros voluntários para prestação de serviço militar temporário da Aeronáutica.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
114 Procedimento: 1.22.000.003635/2010-26
Interessado: Cláudio Bezerra Guerra
Assunto: Apuração de supostas irregularidades em editais de concursos do Tribunal Regional Eleitoral/MG e do Tribunal Regional do Trabalho/MG.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
115 Procedimento: 1.22.002.000099/2010-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possível dano ao patrimônio público proveniente de abandono de construção às margens da BR-153 no Município de Fronteira/MG.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
116 Procedimento: 1.22.009.000087/2010-01
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Virgolândia/MG. Supostas irregularidades na seleção de beneficiários do Programa Habitacional da Caixa Econômica Federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
117 Procedimento: 1.22.009.000192/2010-31
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Assunto: Apuração da regularidade na utilização de verbas federais destinadas ao apoio à gestão descentralizada do Programa Bolsa-Família por convênio celebrado entre o município de Itaipé/MG e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

118 Procedimento: 1.22.012.000047/2010-00
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na recuperação da Rodovia BR-381/MG/SP, notadamente no trecho entre Itatiaiuçu e Carmópolis de Minas.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
119 Procedimento: 1.22.012.000112/2010-99
Interessado: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome
Assunto: Apuração de eventuais irregularidades no Programa Bolsa Família, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, praticadas, em tese, pelo Município de Araújos/MG.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
120 Procedimento: 1.22.012.000215/2010-59
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possível ocorrência de irregularidades em sindicância realizada pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
121 Procedimento: 1.23.000.000059/2010-28
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível irregularidade praticada por servidora da Receita Federal do Brasil e pela Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Pará.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
122 Procedimento: 1.23.000.000468/2010-24
Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e outros
Assunto: Comissão de Tomada de Contas Especial. Apresentação de Relatório Conclusivo do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT/021/99/SETEPS/PA - Termo Aditivo 003/01, exercício de 2001, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e o Estado do Pará, através da Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social - SETEPS, com a interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
123 Procedimento: 1.23.000.001126/2010-21
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apurar irregularidades no que tange ao contrato de concessão de uso comercial de área aeroportuária firmado entre a INFRAERO e Isardi A. de Miranda ME, tendo como objeto espaço para vendas.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
124 Procedimento: 1.23.001.000292/2010-09
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades no programa "Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte" no município de Pau d'Arco.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
125 Procedimento: 1.24.001.000145/2010-93
Interessado:
Assunto: Cópia do Acórdão n.º337/2010, adotado pelo Tribunal de Contas da União, que avaliou a gestão dos recursos federais repassados ao Município de Campina Grande, para custear o funcionamento das principais estratégias da Atenção Básica (Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde).
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
126 Procedimento: 1.24.002.000081/2010-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao Município de Santarém/PB.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
127 Procedimento: 1.25.008.000119/2010-68
Interessado: Sociedade Rural dos Campos Gerais
Assunto: Apuração de notícia de que a concessionária América Latina Logística - ALL estaria causando dificuldades e transtornos aos usuários da estrada da Bocaina.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
128 Procedimento: 1.26.000.000013/2010-05
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apurar notícia da existência de decisões discrepantes em processos conexos (2007.83.00.019681-8, 2008.83.00.014997-3, 2008.83.00.018677-5 e 2008.83.00.018678-7), no âmbito da Seção Judiciária de Pernambuco (6ª e 9ª Varas Federais).
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
129 Procedimento: 1.26.000.002094/2010-70
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apurar notícia da utilização indevida de veículo oficial para fins particulares por parte de agentes de polícia Federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
130 Procedimento: 1.26.002.000068/2010-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na execução do objeto do Convênio nº 248/1997, celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Município de Brejo da Madre de Deus/PE, cuja finalidade era a ampliação da Barragem do Santana - Tomada de Contas Especial nº TC-033.253/2008-5.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
131 Procedimento: 1.27.001.000029/2010-62
Interessado: Departamento Nacional de Auditora do Sistema Único de Saúdé - DENASUS
Assunto: Auditoria realizada pelo DENASUS - Departamento Nacional de Auditora do Sistema Único de Saúde em que se verificou irregularidades no Serviço Móvel de Urgência - SAMU da Secretaria Municipal de Saúde de Picos/PI.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
132 Procedimento: 1.28.200.000132/2010-29
Interessado: Ministério Público Federal
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na execução do Convênio 3.707/2004, celebrado entre o Ministério da Saúde e o Município de Florânia/RN para a compra de Unidade Móvel de Saúde - UMS destinado à Associação de Assistência à Maternidade e à Infância - APAMI, localizada no referido Município.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
133 Procedimento: 1.29.000.001763/2010-84
Interessado: Sra. Andréia Araújo
Assunto: Apuração de possível irregularidade em concurso público para provimento de cargos do Ministério Público da União/MPU.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
134 Procedimento: 1.29.003.000096/2010-92
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Impedimento de acesso a bairro do Município de São Leopoldo pelo fechamento da Rua do Carioca em razão da construção do Viaduto da Unisinos na BR-116.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
135 Procedimento: 1.30.005.000173/2010-73
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Averiguação de divergências nas informações prestadas pela Agência de Previdência Social no Centro de Niterói/RJ e pelo atendimento telefônico disponibilizado pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
136 Procedimento: 1.30.012.000840/2010-29
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Comissão de Valores Mobiliários. Imposto de renda retido na fonte. Pagamento a prestadores de serviços. Atraso na entrega. Possíveis irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
137 Procedimento: 1.34.001.008932/2010-37
Interessado: Sr. Luiz Fernando da Silva
Assunto: Possíveis irregularidades na eleição do Conselho Regional de Biomedicina da 1ª Região - CRBM. Publicação de revista do Conselho com conteúdo de propaganda eleitoral, antes da definição do cronograma eleitoral.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
138 Procedimento: 1.35.000.000875/2010-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução de contrato de repasse firmando entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Monte Alegre/SE. Aquisição de trator agrícola, grade de nivelamento, arado de quatro discos, carreta tanque e carreta de quatro toneladas.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
139 Procedimento: 1.00.000.012336/2011-21
Interessado: PR/RN - GABINETE DRA. CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA - GABPR2-CBGF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na gestão dos recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional ao Município de Ceará-Mirim/RN, por meio do convênio nº 246/2000.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
140 Procedimento: 1.11.000.000226/2011-32
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Notícia genérica de irregularidades no Banco do Nordeste do Brasil. Falta de transparência nos critérios para ocupação de funções comissionadas e favorecimento de funcionários envolvidos em desvios de verbas do PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
141 Procedimento: 1.11.000.000674/2011-36
Interessado: Caixa Econômica Federal
Assunto: Apuração de possível de recusa no pagamento pela Caixa Seguros SA do seguro referente ao prejuízo sofrido pela Caixa Econômica Federal - CEF, em decorrência do assalto à agência de penhor (Ag. Rosa da Fonseca), ocorrido em junho de 2004.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
142 Procedimento: 1.11.000.000798/2011-11
Interessado: Maria Cícera Santos Moreira
Assunto: Apuração de mal atendimento na rede pública de saúde no estado de Alagoas. Judicialização de demandas que poderiam ser resolvidas no âmbito administrativo. Apuração da responsabilidade dos gestores públicos nas esferas federal, estadual e municipal.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
143 Procedimento: 1.12.000.000410/2011-45
Interessado: Ministério da Integração Nacional
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na utilização de incentivos concedidos pelo Ministério da Integração Nacional à Indústria de Biscoito Ouro Branco S.A.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
144 Procedimento: 1.12.000.000443/2011-95
Interessado: Sra. Otacília Paes Pereira Filha
Assunto: Representação oriunda do Conselho de Alimentação Escolar do Estado do Amapá. Análise da prestação de contas de caixa escolar. Constatação da existência de irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
145 Procedimento: 1.13.000.000119/2011-30
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na implantação do Programa Luz para Todos. Instalação de equipamentos em sítio particular localizado na rodovia AM 01, Km 25.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
146 Procedimento: 1.13.000.000230/2011-26
Interessado: Sr. Bernardo José Pereira
Assunto: Possível abuso de autoridade praticado pelo Gerente Operacional dos Correios contra os seus subordinados.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
147 Procedimento: 1.13.000.000445/2011-47
Interessado: Sr. Pedro Paulo Figueiredo da Silva
Assunto: Apuração de denúncia de irregularidades nas provas aplicadas para o concurso público do Banco Central do Brasil.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
148 Procedimento: 1.13.000.000772/2011-07
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível irregularidade na cobrança de taxa para pesca esportiva no município de Barcelos/AM .
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral da Relatora.
149 Procedimento: 1.13.000.001022/2011-44
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de irregularidades na execução do Convênio SIAFI 581526, firmado entre o Município de Nhamundá/AM e o Ministério do Esporte.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

150 Procedimento: 1.14.000.001186/2011-34
Interessado: Sr. Alexandre Valente Xavier
Assunto: Supostas irregularidades praticadas pelo Prefeito do Município de Cruz das Almas/BA, envolvendo recurso do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério nos anos de 1999 e 2000.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
151 Procedimento: 1.14.003.000003/2011-33
Interessado: TCU/BA
Assunto: Apuração de suposta malversação de verba pública federal repassada ao Município de Wanderley/BA pelo Fundo Nacional de Saúde-FNS para a execução de políticas públicas do SUS, nos exercícios de 2003 e 2004. RELATÓRIO Nº 288/2004 DA CGU - RELATÓRIO 2.426/2005 DO DENASSUS
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
152 Procedimento: 1.36.000.000215/2011-83
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível prática de fraude à licitação no âmbito da prefeitura municipal de Palmas/TO - pregão presencial para aquisição de móveis para as escolas recém construídas.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral do Relator.
153 Procedimento: 1.15.000.000942/2011-71
Interessado: Lucimar de Sousa Santos
Assunto: Apuração de possível desconto indevido no contracheque de servidor público federal aposentado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
154 Procedimento: 1.15.002.000195/2011-51
Interessado: FNDE
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na gestão de de recursos do Ministério da Educação repassados ao município de Acopiara/CE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
155 Procedimento: 1.16.000.001484/2011-50
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT
Assunto: Apuração de possíveis indícios de que alguns servidores que ocupam cargo de oficial de justiça no Fórum de Brasília do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT, recebem indevidamente a gratificação de atividade externa.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
156 Procedimento: 1.16.000.001551/2011-36
Interessado: Marildanete Ransay Garcia
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na concessão de benefício à suposta dependente de anistiado do Exército Brasileiro.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
157 Procedimento: 1.16.000.002221/2011-68
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela atribuição do membro do Ministério Público Federal com lotação na Procuradoria da República no Estado da Bahia.
158 Procedimento: 1.16.000.002473/2011-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possível irregularidade na criação da Empresa Pública Concursobrás, em substituição ao CESPE, para manutenção de terceirizados de forma irregular pela Fundação Universidade de Brasília, em detrimento de convocação de aprovados em concurso realizado em 2009.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
159 Procedimento: 1.17.000.000235/2011-18
Interessado: Transparência Portuária
Assunto: Apuração de supostas irregularidades praticadas pela Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa na cessão de área de porto pertencente à União para instalação de armazéns das empresas privadas Planet Sea Operadora Portuária Ltda. e Internacional Portos Operação e Logística Portuária Ltda., sem o prévio procedimento licitatório.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
160 Procedimento: 1.19.001.000075/2011-14
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Apuração de possível irregularidade na aplicacão de recursos federais repassados pelo Ministério das Cidades, pelo Município de Senador La Rocque/MA.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
161 Procedimento: 1.19.001.000106/2011-37
Interessado:
Assunto: Procedimento Administrativo instaurado a partir de representação encaminhada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino em Davinópolis
(SINTEED), solicitando fiscalização de recursos do FUNDEB repassados ao Município de Davinópolis/MA.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
162 Procedimento: 1.20.000.000467/2011-72
Interessado: Luiz Edmundo da Silva
Assunto: Suposto assédio moral por parte do Gerente de Recursos Humanos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à maioria, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto, vencido Dr. Rodrigo, que homologava o declínio.
163 Procedimento: 1.22.000.000066/2011-48
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de indícios de irregularidade na contratação de empregados sem a realização de concurso público pelas Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
164 Procedimento: 1.22.000.000590/2011-19
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidade relacionada ao Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Problemas de impressão de uma das provas.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
165 Procedimento: 1.22.000.000628/2011-53
Interessado: Rilcher Almeida Quaresma
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na implementação de obras na BR 262 no município de Juatuba/MG.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
166 Procedimento: 1.22.003.000254/2011-46
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Apuração de eventual emprego irregular de verbas públicas praticado por ex-prefeito municipal de Douradoquara/MG.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
167 Procedimento: 1.22.012.000049/2011-71
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na execução de convênio firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o município de Divinópolis/MG.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
168 Procedimento: 1.23.000.001299/2011-21
Interessado: Companhia Docas do Pará
Assunto: Suposta falta cometida por empregado na apresentação de atestado médico falso. Companhia Docas do Pará.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral do Relator.
169 Procedimento: 1.23.000.001378/2011-31
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais repassados pelo Ministério da Saúde, relativas à Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2003 do Fundo Municipal de Saúde de Limoeiro do Ajuru/PA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Observar o cumprimento do Enunciado nº 4 da 5ª CCR.
170 Procedimento: 1.25.005.000856/2011-71
Interessado: Amália Auerbach
Assunto: Notícia sobre possíveis irregularidades na licitação de novas vagas de taxis em Londrina/PR.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral da Relatora.
171 Procedimento: 1.26.000.000168/2011-14
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Camaragibe/PE. Construção de sistema de esgotamento sanitário, tipo condominial, no bairro Jardim Primavera.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
172 Procedimento: 1.26.000.001014/2011-40
Interessado: Sr. Júnio Manoel da Silva
Assunto: Apuração de supostas irregularidades no âmbito da Capitania dos Portos de Pernambuco - CPPE, quanto à realização de processo seletivo para a formação de aquaviários - CFAQ II/III-M 2011.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
173 Procedimento: 1.26.000.001551/2011-90
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de notícia de ato de improbidade administrativa, consistente em suposta adulteração de certidão de execução de serviços, objetos do Contrato PG1369-A/1983, em poder da empresa Delta Construções S.A.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
174 Procedimento: 1.27.000.001498/2011-90
Interessado: Instiuto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades em convênio firmado entre a ex-Escola Técnica Federal do Piauí e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, para a execução de treinamentos dentro do projeto "GESSA - Gestão de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água no Estado de Piauí".
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
175 Procedimento: 1.28.000.000600/2011-01
Interessado: Diário de Natal
Assunto: Apuração de existência de irrregularidade na utilização de recursos federais repassados pelo Ministério da Educação ao Município de Natal/RN para compra e distribuição de merenda escolar.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
176 Procedimento: 1.29.012.000010/2011-01
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Supostas irregularidades no pagamento de valor ajustado para prestação de serviços de recenseamento. Município de Bento Gonçalves/RS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
177 Procedimento: 1.29.017.000053/2011-39
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades sobre o repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a municípios da área de abrangência da Procuradoria no Município de Canoas/RS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
178 Procedimento: 1.29.017.000097/2011-69
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na destinação de recursos federais do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE aos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
179 Procedimento: 1.30.012.000047/2011-19
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Solicitação de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade quanto aos dispositivos da Medida Provisória nº 489, de 12 de maio de 2010, prorrogada por 60 dias, que poderiam, a princípio, constituir eventual dano ao patrimônio público.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
180 Procedimento: 1.30.012.000232/2011-03
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Apuração de responsabilidade funcional em decorrência da não apreciação de recurso interposto junto a Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI) sem manifestação da Administração há mais de três anos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
181 Procedimento: 1.30.904.000030/2011-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Porciúncula/RJ. Secretaria Municipal de Saúde. Suposta contratação irregular de estudante de medicina, para exercícios das funções privativas de médico.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

182 Procedimento: 1.33.001.000069/2011-98
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade em processo licitatório da Prefeitura de Gaspar/SC para construção da ponte sobre o Rio Itajaí-Açu.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
183 Procedimento: 1.33.004.000008/2011-09
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades nas contas referentes ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, no município de Capinzal/SC, apontados no Relatório de Fiscalização 1656, da Controladoria Geral da União.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
184 Procedimento: 1.34.001.001849/2011-18
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades no âmbito da Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN e Institutos correlatos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
185 Procedimento: 1.34.001.002535/2011-32
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades em licitação lançada pelo Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de São Paulo para confecção de novo site e programa de sistema.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
186 Procedimento: 1.34.001.003100/2011-13
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Ministério da Saúde. Núcleo estadual de São Paulo. Supostas irregularidades na execução de contrato firmado com a empresa Portal Turismo e Serviços Ltda-ME.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
187 Procedimento: 1.34.004.000807/2011-30
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades na prefeitura de Paulínia em face de servidores grevistas, bem como outras irregularidades, tais como, descaso da municipalidade com escolas e prédios públicos.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral da Relatora.
188 Procedimento: 1.35.000.000133/2011-76
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução de contrato firmado entre o Município de Lagarto/SE e a Churrascaria Roma Ltda. Fornecimento de gêneros alimentícios à municipalidade.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
189 Procedimento: 1.35.000.000650/2011-45
Interessado: Sr. Alex Henrique Santos Ferreira
Assunto: Apuração da legalidade no cumprimento do contrato nº 302273-83, relativo a construção da Praça Povoado Mangabeira pela Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
190 Procedimento: 1.35.000.000667/2011-01
Interessado: Sr. José Arinaldo Neto
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na execução de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Estado do Sergipe, por meio da Secretaria de Educação do Estado do Sergipe - SEED/SE.
Relator(a): Denise Vinci Tulio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
191 Procedimento: 1.35.000.000725/2011-98
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de supostas irregularidades no desenvolvimento do programa do governo Universidade Aberta do Brasil-UAB, por meio do Centro de Ensino Superior a Distância- CESAD da Universidade Federal de Sergipe - UFS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
192 Procedimento: 1.35.000.000996/2011-43
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível irregularidade na falta de realização de licitação para a contratação de terceiro interessado em explorar postos de propriedade da Petrobrás Distribuidora SA.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto-oral da Relatora.

Deu-se por encerrada a sessão às 12:15 horas.
E, não havendo nada mais a ser decidido na presente Reunião, foi por mim, Roberto Campos Alcântara, Matrícula 13.940-8, _____, lavrada a presente Ata, que vai também assinada pelos presentes abaixo indicados.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Membro Titular

DENISE VINCI TÚLIO
Membro Titular

VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES
Membro Suplente

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 153, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar possível degradação ambiental promovidas por fazendeiros em área indígena pertencente à etnia Chiquitano, na Terra Indígena Portal do Encantado, bem como eventual concessão de licenciamento ambiental para imóveis rurais supostamente sobrepostos parcialmente a referida Terra Indígena, RESOLVE converter o presente Processo Administrativo (Nº 1.20.001.000029/2007-18) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 6ª CCR, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução Nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

SAMIRA ENGEL DOMINGUES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 311, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Inquérito Civil Público Nº 1.29.003.000031/2010-47. Extração irregular de recurso natural em área ocupada pela Comunidade Indígena Guarani no Município de Riozinho .

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais (arts. 127 e 129, II, III e VI, da Constituição Federal), legais (arts. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93) e regulamentares (Resolução Nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (inc. III art. 129 da CF/88);

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (inc. V, art. 129 da CF/88);

CONSIDERANDO o OF/NUCIME/PR/RS/Nº487/2010, encaminhando Termo de Declaração, por meio do qual representantes do CAPG (Conselho de Articulação do Povo Guarani) relatam que estaria havendo extração irregular de eucaliptos na área ocupada pela comunidade Guarani de Riozinho;

CONSIDERANDO a resposta do IBAMA, através do OF Nº 0318/2011-GAB/SUPES/RS, ao OF/TC/GAB3/PRM-NH Nº 041/2011, informando que, conforme Memo Nº 005/2001-DITEC, seria necessário esclarecer se a referência a área de especial conservação estaria ligada ao fato de o corte ter ocorrido em área indígena;

CONSIDERANDO que a informação é fundamental para o encaminhamento a ser dado por este Órgão Ministerial;

Resolve instaurar, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução Nº 87/2010 do CSMPF, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de verificar os fatos noticiados e devidos encaminhamentos, caso necessários.

Para tanto, determina-se à Secretaria da Tutela Coletiva que:

autue esta portaria e remeta cópia à Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, para comunicar a instauração deste inquérito civil e requerer a publicação deste, em observância aos arts. 5º, VI, 6º e 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87/2010 do CSMPF;

JAQUELINE ANA BUFFON

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 291, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

Considerando a Representação instaurada a partir de denúncia de Margarete Satiro Barros em desfavor da empresa S.R. Indústria de Lingerie Ltda - Calcinha e Cia, tendo como objeto: Acidente de Trabalho; CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho; Desvio de Função;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa S.R. Indústria de Lingerie Ltda - Calcinha & Cia, tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe o Procedimento Preparatório 000760.2010.20.000/0;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls.18/20.

ADSON SOUZA DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 292, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais e ao amparo dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, artigos 6º, inciso VII, "d", e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85;

Considerando a Representação instaurada a partir de denúncia de Margarete Satiro Barros em desfavor da empresa S.R. Indústria de Lingerie Ltda - Calcinha e Cia, tendo como objeto: Meio Ambiente do Trabalho, Órgãos e Medidas de Trabalho; Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;

Considerando que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988);

Considerando que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores (art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93), promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93);

Considerando a necessidade de apurar os fatos noticiados e a eventual ocorrência de lesão a direitos metaindividuais; resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da empresa S.R. Indústria de Lingerie Ltda - Calcinha & Cia, tendo por objeto a apuração dos fatos em toda a sua extensão e a busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público do Trabalho incumbe resguardar;

II - Determinar a formação dos autos de INQUÉRITO CIVIL com a juntada desta Portaria e das peças que compõe a Representação 000597.2011.20.000/2;

III - Determinar a publicação desta Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria Regional do Trabalho e na imprensa oficial;

IV - Determinar o cumprimento das demais diligências contidas no despacho de fls.8/9.

ADSON SOUZA DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 300, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000645.2011.20.000/1 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (assédio moral e discriminação a trabalhadores - lista discriminatória), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da Petróleo Brasileiro S/A- PETROBRÁS, Tansvalente, LSI, Tenasa, Saraiva Equipamentos Ltda, ASAPIL- Aspiração Industrial Ltda, Cheim Transportes S/A, Locavel Locação de Veículos e Serviços Ltda.

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 302, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 00814.2011.20.000/0, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Documentos de Apresentação Obrigatória pelo Empregador) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa a empresa AJ. EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº 13.176.922/0001-04 - sucessora da empresa ASPERTI F. E DI MARCO PERNICE LTDA - BARRACA DE PRAIA TORRE DO MAR.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 304, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 001025.2011.20.000/4, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Atraso ou não Ocorrência de Pagamento de Salário) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa LOJAS GUIDO COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 35.640.937/0014-20.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 307, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000401.2011.20.000/0, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa BTS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. (CNPJ Nº 03.769.500/0001-80), pessoa jurídica de direito privado.

ALBÉRICO LUIS BATISTA NEVES

PORTARIA Nº 311, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000378.2010.20.000/5, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (PCMSO, CTPS E REGISTRO DE EMPREGADOS, Documentos de Apresentação Obrigatória pelo Empregador, Anotação e Controle da Jornada, Atraso ou não Pagamento das Verbas Rescisórias, FGTS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face das empresas HIGIPEL FÁBRICA DE PAPEL LTDA. (CNPJ no. 09.525.159/0001-02) e SIMPLAST INDÚSTRIA DE PAPEL E PLÁSTICO LTDA. (CNPJ no. 32.874.133/0001-83), pessoas jurídicas de direito privado.

ALBÉRICO LUIS BATISTA NEVES

PORTARIA Nº 315, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 00365.2011.20.000/1, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Ergonomia e Assédio Moral) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa BOMPREÇO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 97.422.620/0001-50.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

Poder Judiciário

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011

Presidente da Turma: Senhor Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Secretário(a): VIVIANE DA COSTA LEITE
Às 09:36 horas, no Gabinete do Presidente da Turma, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos VIRTUAIS:

DISTRIBUIÇÃO DE AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0500045-63.2010.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIETA DA SILVA UCHOA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500064-66.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLECIANE DE SOUSA SANTOS
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500092-10.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA LUCIO DE SOUSA GODEIRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500156-15.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA VIRGEM DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: VIDAL GENTIL DANTAS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500190-22.2010.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELIEUDO GOMES LIMA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500221-90.2011.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA VANIER SALES SOBREIRA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: Carlos Eden Melo Mourão
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500234-44.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA RIBEIRO MORAIS
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500277-72.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA ROMÃO DA SILVA
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500281-12.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELIANE MARIA DE LIMA MOURA
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500398-03.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SILVINA FAUSTO ARAUJO
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500402-76.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LURISLENE CAETANO JOÃO
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500469-13.2007.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO TEIXEIRA LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500479-45.2007.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: HERNANDES GALDINO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500482-09.2007.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO LUIZ DA SILVA
PROC./ADV.: ISABEL BATISTA SOUTO DE ALENCAR
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500542-74.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDILENE VIANA DA SILVA
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Salário-maternidade - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Direito Tributário
PROCESSO: 0500572-69.2011.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA MARQUES DE ARAÚJO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500604-51.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA MARIA DA SILVA SOUSA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0500626-66.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DA PAZ LIMA NASCIMENTO
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500656-19.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA EUGENIA FERREIRA ARCANJO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500660-52.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PEDRO PINTO DE SOUSA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE P. PINHEIRO T. LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500693-47.2009.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEVERINA MARIA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500698-35.2010.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSUÉ JONAS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500707-05.2007.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EVANDRO DE SÁ GOMES
PROC./ADV.: FRANCISCO MARIANO BARROS
REQUERENTE: MARIA AURILEIDE DE SÁ
PROC./ADV.: FRANCISCO MARIANO BARROS
REQUERENTE: NATHALIA VIVIANE DE SÁ GOMES
PROC./ADV.: FRANCISCO MARIANO BARROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500725-16.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ALVES DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500772-59.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA BARBOSA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500842-02.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA FLORENCIO DE LIMA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500907-94.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ALVES DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500930-65.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LIDUINA SILVINO COELHO
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500958-08.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA HILDA PEREIRA DE LIMA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0500994-94.2009.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO LEAL DO VALE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501039-54.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA NOGUEIRA DA PAZ DE SOUSA
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES
PROC./ADV.: AILA MAÍRA RODRIGUES XAVIER
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501044-98.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DELANIA DE OLINDA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501064-66.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANTONIO SILVEIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERENTE: FELIPE BATISTA SILVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERENTE: FERNANDA BATISTA SILVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501106-61.2007.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZA VIEIRA DE LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: ELIANE MARIA GOMES DE AZEVEDO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501198-31.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA TAVARES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501204-43.2007.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROSA FLOR DA SILVA
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501286-69.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CÍCERA LUANA ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501320-54.2009.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA NAZÁRIO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501358-22.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LAURA BEZERRA SANTOS
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501425-27.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO EVALDO JACAUNA DOS SANTOS
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501472-58.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ODETE DE LIMA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501473-68.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA MARIA FIRMINO DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501556-61.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA DA SILVA FERNANDES
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501644-97.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LENICE DA SILVA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501645-82.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUZIA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0501655-29.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALAIDE FERNANDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501741-22.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501767-39.2009.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DAS DORES SANTOS DE MEDEIROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501845-91.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO EDY TEIXEIRA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501873-82.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUZIMAR ALEXANDRE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501893-76.2010.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IRÁCEMA FERREIRA PONTE
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501911-37.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ODENE GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501950-34.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ MASINHO FILHO
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0501993-68.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALDENORA ARAGÃO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502032-97.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DO SOCORRO DA COSTA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502157-02.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: HELENA FERNADES CORDEIRO
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502169-26.2009.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ALDA DOS ANJOS SANTOS
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502226-34.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GRACIANE PRATES DA SILVA
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Salário-maternidade - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Direito Tributário
PROCESSO: 0502230-71.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA JOSE LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502290-46.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA LAUREANO DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502301-45.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TEREZINHA DE ARAUJO RODRIGUES
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502337-24.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA CLAÚDIA FREIRE DE MORAIS
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502444-05.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELCIVANDO SABOIA MOREIRA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA
REQUERENTE: FRANCISCA SABOIA MOREIRA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502461-07.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA CONSUELA DE LIMA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502530-36.2010.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA CARMOSITA LOPES SOARES
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502744-35.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA LUIZA RODRIGUES
PROC./ADV.: ALBERTO RAULINO PRATA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502767-67.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CICERA PLACIDA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FRANCISCA JOSÉLIA ESMERALDO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502806-72.2007.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BENÍCIO GENUÍNO DA SILVA
PROC./ADV.: IGOR BRUNO QUESADO ALENCAR
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502863-82.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSEFA PEREIRA SIMPLÍCIO
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502915-78.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSEFA JERENICE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: REGINALDO GONÇALVES DE MACEDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502953-93.2010.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE ROBERTO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0502960-92.2009.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARILEIDE DE MELO
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503059-52.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA DARLEIDE BARBOSA
PROC./ADV.: FRANCISCA JOSÉLIA ESMERALDO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503323-71.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ZULENE PESSOA DE MESQUITA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503326-21.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA MENDES ARAÚJO
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503332-31.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DEUSA SEVERINO INÁCIO
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503480-42.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JULIANA BARROS ALENCAR
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Salário-maternidade - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Direito Tributário
PROCESSO: 0503503-22.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSEFA MARIA DE JESUS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503525-91.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDMILSON PEREIRA ABREU
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503609-81.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA LUCELIA DE LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503715-09.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA ESTEVIA SIMIÃO
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503723-83.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SANGELA RIBEIRO PESSOA DE SOUZA
PROC./ADV.: YANNA PAULA LUNA ESMERALDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0503882-60.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DO SOCORRO ALVES PEREIRA
PROC./ADV.: REJÂNIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504001-88.2009.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LÉA DA CONCEIÇÃO SANTOS
PROC./ADV.: OTACILIA DE FÁTIMA CORREIA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504016-55.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA CARMISILVA DE SOUSA NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE P. PINHEIRO T. LIMA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504087-29.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERA LUCIA SILVA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FRANCISCO JOSÉ CRESCÊNCIO PEREIRA
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504502-12.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELIEZER BEZERRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504557-33.2008.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504767-71.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA HENRIQUE MENEZES
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0504909-78.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ITAENE DE ALMEIDA SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505060-08.2009.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: KELLIANE SOARES SANTOS
PROC./ADV.: SÉRGIO ARAGÃO DE MELO
PROC./ADV.: CARLOS RODRIGO TANAJURA BARRETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505096-23.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: BELIZARINA QUINOZA MOTA BRITO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505165-52.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA DE SOUSA OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505213-80.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DAS GRAÇAS BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
PROC./ADV.: ANTONIO SALDANHA FREIRE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505501-65.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ILZA RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ALBERTO RAULINO PRATA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505548-05.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERONITA RODRIGUES PAIXÃO SOARES
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505893-62.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0505998-05.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZA TARGINO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506007-38.2008.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA CLEONICE SILVA DA COSTA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
PROC./ADV.: CLÁUDIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506116-49.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES
PROC./ADV.: FRANCISCO EINSTEIN SEPULVEDA DE HOLANDA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506157-47.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RITA ELISA DO NASCIMENTO,
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506213-80.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: URÇULA RODRIGUES GOMES
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506239-16.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARLENE RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: ALEXSANDRA HONORATO
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506389-94.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA SILVA DE PAULA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506619-70.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE LOURDES OLIVEIRA SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0506674-50.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TATIANE LEONARDO VITAL DOS SANTOS
PROC./ADV.: FRANCISCO GREGÓRIO NETO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506687-89.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO LESSA UCHOA
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0506890-48.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA MARGARIDA SILVA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507057-96.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLEIDIVANIA SOARES LEANDRO
PROC./ADV.: MARCOS PEREIRA TORQUATO
REQUERIDO(A): CÍCERO SILVA LEANDRO JÚNIOR
PROC./ADV.: MARCOS PEREIRA TORQUATO
REQUERIDO(A): IRANILDA SOARES RODRIGUES LEANDRO
PROC./ADV.: MARCOS PEREIRA TORQUATO
REQUERIDO(A): JOSÉ RODRIGUES DA SILVA NETO
PROC./ADV.: MARCOS PEREIRA TORQUATO
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507247-25.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DIONISIO LIMA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507268-98.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO PEDRO DUARTE
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507394-17.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA TEIXEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507423-38.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO LIMA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507472-11.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA MARIA DE LIMA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507534-28.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZA CRISTINA HOLANDA DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507575-92.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA HERCULANO
PROC./ADV.: ANTONIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507672-52.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA IVONE DE BRITO SCHUSTER
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507829-31.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ALVES DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0507914-22.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA OZELITA LOPES TAVARES
PROC./ADV.: PAULO URANO DE CARVALHO
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0508497-93.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CARMINDA MONTEIRO ALENCAR
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0508876-34.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VANUSA DA SILVA
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0509094-59.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LUCIA SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0509218-45.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA SILVANIR TELES SANTOS
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0509304-13.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS TOMAS RODRIGUES
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0509688-78.2006.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CYNARA MARIA ARAÚJO SILVA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0509938-18.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA LEDA MARTINS
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0510419-78.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ EDNALDO COSTA DE SOUSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
PROC./ADV.: CLÁUDIO MILITÃO SABINO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0511315-24.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA ANTONIA PEREIRA PONTES
PROC./ADV.: REJANIA GOMES DE SOUSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0512762-13.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: Maria Santos Freitas
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0513028-68.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA FERREIRA BENTO
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0513586-06.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA BARBOSA DE SOUSA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0514282-13.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO AGLAILSON DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0514382-65.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LÚCIA ALVES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0515590-16.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA COSME PEREIRA
PROC./ADV.: ALEXSANDRA HONORATO
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0515968-40.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ZÉLIA SOARES LIMA
PROC./ADV.: REJANIA GOMES DE SOUSA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0516485-74.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0517747-59.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ELIZABETE SIMEÃO DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0518431-81.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO CELESTINO DA SILVA
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0518437-88.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIA ALVES
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0518694-50.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO LAZARO MARTINS RODRIGUES
PROC./ADV.: FLÁVIO SOUSA FARIAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: LARAH VITORIA DA SILVA RODRIGUES
PROC./ADV.: FLÁVIO SOUSA FARIAS
REQUERENTE: SARAH DA SILVA RODRIGUES
PROC./ADV.: FLÁVIO SOUSA FARIAS
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0520205-15.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES
ASSUNTO: Rural - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 0520475-73.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JAQUELINE CORREIA DE ARAUJO
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO
ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2005.63.02.014501-1
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: REINALDO RASTELI
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2005.63.08.001878-9
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AUREA RIBEIRO GONÇALVES
PROC./ADV.: DAVID VITÓRIO MINOSSI ZAINA
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.70.61.000100-1
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSE ALVES
PROC./ADV.: MAURO LUCIO RODRIGUES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA
ASSUNTO: Requerimento Administrativo - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2008.70.61.001765-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANAIR APARECIDA CELORIA BORTOLUZZI
PROC./ADV.: ARY LÚCIO FONTES
REQUERENTE: LAERCIO CELINDO BORTOLUZZI
PROC./ADV.: ARY LÚCIO FONTES
REQUERENTE: TAINA CELORIA BORTOLUZZI
PROC./ADV.: ARY LÚCIO FONTES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.72.52.000504-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ETELVINO SOARES DE QUADROS
PROC./ADV.: CESAR REITER
PROC./ADV.: GERSON REMI TECCHIO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.72.55.004386-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: EDLA BOLLMANN
PROC./ADV.: DANIELA TAMANINI PETERMANN
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2009.72.63.000836-8
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA NAZARI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.70.59.003504-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANESIO JUCHOK
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICH
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL JORGE GUSTAVO SERRA DE MACEDO COSTA
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário
PROCESSO: 2010.70.60.002102-2
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MANOEL DE JESUS CARDOSO
PROC./ADV.: WILSON LUIZ DE PAULA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY
ASSUNTO: Auxílio-Doença Previdenciário - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário

Nada mais havendo, foi encerrada a Audiência de Distribuição do que eu, VIVIANE DA COSTA LEITE, Secretário(a) da Turma, subscrevo a presente Ata de Distribuição.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

VIVIANE DA COSTA LEITE
Secretária da TNU

SECRETARIA DA TURMA

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

DECISÃO

A Turma Nacional de Uniformização acolheu a questão de ordem proposta pelo Relator e determinou o sobrestamento do feito, por verificar que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 0022198-93.2005.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDO LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO ALVES PINHEIRO FILHO
PROCESSO: 0022238-75.2005.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ONÉCIMO RAMOS DA COSTA
PROC./ADV.: WALYD RAMOS ABDALA
PROCESSO: 0022258-66.2005.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDSON DE OLIVEIRA FOGAÇA
PROC./ADV.: RENIR BEGNINI

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

DECISÃO

A Relatora deste processo determinou o sobrestamento do feito, por verificar que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 593068, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REGIME PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO. BASE DE CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. GRATIFICAÇÃO NATALINA (DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO). HORAS EXTRAS. OUTROS PAGAMENTOS DE CARÁTER TRANSITÓRIO. LEIS 9.783/1999 E 10.887/2004. CARACTERIZAÇÃO DOS VALORES COMO REMUNERAÇÃO (BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO). ACÓRDÃO QUE CONCLUI PELA PRESENÇA DE PROPÓSITO ATUARIAL NA INCLUSÃO DOS VALORES NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO (SOLIDARIEDADE DO SISTEMA DE CUSTEIO)".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 2006.35.00.909722-2
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES ROCHA
PROC./ADV.: RENER BUENO MARINHO BILAC - OAB: GO-7948
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: LUIS CARLOS DE CASTRO COELHO
PROCESSO: 2005.51.51.112350-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ROBERTO DOS ANJOS GONZAGA
PROC./ADV.: SIDNEI PEREIRA DE AZEVEDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, nos PEDILEFs ns. 2007.51.64.001823-7/RJ e 0013283-21.2006.4.01.3200/AM, julgados com as seguintes ementas:

"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. DIB FIXADA A PARTIR DA CESSAÇÃO INDEVIDA DO BENEFÍCIO. FUNDAMENTAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE ANTERIOR COM BASE NOS ELEMENTOS DO LAUDO. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. VEDAÇÃO AO REEXAME DE PROVA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO REJEITADO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA".

"PREVIDENCIÁRIO. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. AU-SÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRECEDENTES DO STJ E DESTA TNU. INCIDENTE NÃO PROVI-DO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 2007.71.58.009898-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSANE MULLER ROHR
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA - OAB: RS 33.075
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2007.71.95.017380-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANNA MARIA CAVALETTI
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN BRUXEL OAB: RS-44061
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2008.34.00.700653-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSIVAL GOMES FERREIRA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2008.34.00.700671-8
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO DOS SANTOS PEREIRA
PROC./ADV.: CAROLINA SIMÃO ODISIO HISSA
PROCESSO: 2008.71.95.004459-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ILDA PEREIRA FELIPE
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2009.34.00.700569-6
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PRUDENTE DE SOUSA CAMPOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROCESSO: 2009.72.51.007898-7
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUCIA DIAS
PROC./ADV.: JOSÉ GERALDO RAMOS VIRMOND - OAB: SC-1232
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2010.32.00.700119-4
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: IONE DOS SANTOS PEIXOTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2010.72.52.001659-2
ORIGEM: TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CATHARINA GEMA GHIDOLIN TECCHIO
PROC./ADV.: CLAUDIOMIR GIARETTON OAB: SC-13129
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2010.72.62.000179-3
ORIGEM: TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: IVETE SILVA NERY DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CLAUDIOMIR GIARETTON - OAB: SC-13129
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0021112-84.2010.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: JOCÍLIA DO AMARAL
PROC./ADV.: CARLOS JUNIOR DE MAGALHÃES - OAB: GO-17646
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2008.71.67.002156-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELZA MARIA GILIOLI
PROC./ADV.: GERSON LIVI

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2007.51.19.000431-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MOACIR CALDAS
PROC./ADV.: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS COELHO DA SILVA - OAB: RJ-77878
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: EDUARDO JOSÉ LAPA TORRES - OAB: RJ-24897

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica já foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização que, ao analisar o PEDILEF nº 2007.50.50.011588-8, da relatoria do Juiz Federal Paulo Arena, determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FEDERAL. FGTS. TAXA PROGRESSIVA DE JUROS. ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA EMINENTEMENTE PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. O acórdão recorrido manteve a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de aplicação da taxa progressiva de juros à conta fundiária da parte autora, ante a ausência de extratos da conta vinculada.

2. Pedido de uniformização em que se defende a responsabilidade da CEF pela apresentação dos extratos.

3. A questão referente ao ônus da prova tem nítido cunho processual, a não atender os ditames insertos no art. 14, "caput", da Lei 10.259/01.

4. Precedentes desta TNU.

5. Pedido de Uniformização não conhecido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.71.58.007065-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PAULO KOCHHAN
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA OAB: RS 33.075
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.151.363, em que foi suscitado incidente de uniformização de jurisprudência, afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RITO DO ART. 543-C, § 1º, DO CPC E RESOLUÇÃO N. 8/2008 - STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA. DESCABIMENTO. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE AOS AGENTES AGRESSIVOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ.

(...)

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL APÓS 1998. MP N. 1.663-14, CONVERTIDA NA LEI N. 9.711/1998 SEM REVOGAÇÃO DA REGRA DE CONVERSÃO.

1. Permanece a possibilidade de conversão do tempo de serviço exercido em atividades especiais para comum após 1998, pois a partir da última reedição da MP n. 1.663, parcialmente convertida na Lei 9.711/1998, a norma tornou-se definitiva sem a parte do texto que revogava o referido § 5º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991.

2. Precedentes do STF e do STJ.

CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. OBSERVÂNCIA DA LEI EM VIGOR POR OCASIÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. DECRETO N. 3.048/1999, ARTIGO 70, §§ 1º E 2º. FATOR DE CONVERSÃO. EXTENSÃO DA REGRA AO TRABALHO DESEMPENHADO EM QUALQUER ÉPOCA.

1. A teor do § 1º do art. 70 do Decreto n. 3.048/99, a legislação em vigor na ocasião da prestação do serviço regula a caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais. Ou seja, observa-se o regramento da época do trabalho para a prova da exposição aos agentes agressivos à saúde: se pelo mero enquadramento da atividade nos anexos dos Regulamentos da Previdência, se mediante as anotações de formulários do INSS ou, ainda, pela existência de laudo assinado por médico do trabalho.

2. O Decreto n. 4.827/2003, ao incluir o § 2º no art. 70 do Decreto n. 3.048/99, estendeu ao trabalho desempenhado em qualquer período a mesma regra de conversão. Assim, no tocante aos efeitos da prestação laboral vinculada ao Sistema Previdenciário, a obtenção de benefício fica submetida às regras da legislação em vigor na data do requerimento.

3. A adoção deste ou daquele fator de conversão depende, tão somente, do tempo de contribuição total exigido em lei para a aposentadoria integral, ou seja, deve corresponder ao valor tomado como parâmetro, numa relação de proporcionalidade, o que corresponde a um mero cálculo matemático e não de regra previdenciária.

4. Com a alteração dada pelo Decreto n. 4.827/2003 ao Decreto n. 3.048/1999, a Previdência Social, na via administrativa, passou a converter os períodos de tempo especial desenvolvidos em qualquer época pela regra da tabela definida no artigo 70 (art. 173 da Instrução Normativa n. 20/2007).

5. Descabe à autarquia utilizar da via judicial para impugnar orientação determinada em seu próprio regulamento, ao qual está vinculada. Nesse compasso, a Terceira Seção desta Corte já decidiu no sentido de dar tratamento isonômico às situações análogas, como na espécie (EREsp n. 412.351/RS).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido" -Resp 1.151.363/MG (DJe 05/04/2011).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.71.95.016364-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARLENA TEREZA KLIMICK
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.151.363, em que foi suscitado incidente de uniformização de jurisprudência, afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RITO DO ART. 543-C, § 1º, DO CPC E RESOLUÇÃO N. 8/2008 - STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA. DESCABIMENTO. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE AOS AGENTES AGRESSIVOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ.

(...)

PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL APÓS 1998. MP N. 1.663-14, CONVERTIDA NA LEI N. 9.711/1998 SEM REVOGAÇÃO DA REGRA DE CONVERSÃO.

1. Permanece a possibilidade de conversão do tempo de serviço exercido em atividades especiais para comum após 1998, pois a partir da última reedição da MP n. 1.663, parcialmente convertida na Lei 9.711/1998, a norma tornou-se definitiva sem a parte do texto que revogava o referido § 5º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991.

2. Precedentes do STF e do STJ.

CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. OBSERVÂNCIA DA LEI EM VIGOR POR OCASIÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. DECRETO N. 3.048/1999, ARTIGO 70, §§ 1º E 2º. FATOR DE CONVERSÃO. EXTENSÃO DA REGRA AO TRABALHO DESEMPENHADO EM QUALQUER ÉPOCA.

1. A teor do § 1º do art. 70 do Decreto n. 3.048/99, a legislação em vigor na ocasião da prestação do serviço regula a caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais. Ou seja, observa-se o regramento da época do trabalho para a prova da exposição aos agentes agressivos à saúde: se pelo mero enquadramento da atividade nos anexos dos Regulamentos da Previdência, se mediante as anotações de formulários do INSS ou, ainda, pela existência de laudo assinado por médico do trabalho.

2. O Decreto n. 4.827/2003, ao incluir o § 2º no art. 70 do Decreto n. 3.048/99, estendeu ao trabalho desempenhado em qualquer período a mesma regra de conversão. Assim, no tocante aos efeitos da prestação laboral vinculada ao Sistema Previdenciário, a obtenção de benefício fica submetida às regras da legislação em vigor na data do requerimento.

3. A adoção deste ou daquele fator de conversão depende, tão somente, do tempo de contribuição total exigido em lei para a aposentadoria integral, ou seja, deve corresponder ao valor tomado como parâmetro, numa relação de proporcionalidade, o que corresponde a um mero cálculo matemático e não de regra previdenciária.

4. Com a alteração dada pelo Decreto n. 4.827/2003 ao Decreto n. 3.048/1999, a Previdência Social, na via administrativa, passou a converter os períodos de tempo especial desenvolvidos em qualquer época pela regra da tabela definida no artigo 70 (art. 173 da Instrução Normativa n. 20/2007).

5. Descabe à autarquia utilizar da via judicial para impugnar orientação determinada em seu próprio regulamento, ao qual está vinculada. Nesse compasso, a Terceira Seção desta Corte já decidiu no sentido de dar tratamento isonômico às situações análogas, como na espécie (EREsp n. 412.351/RS).

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido" -Resp 1.151.363/MG (DJe 05/04/2011).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.33.00.705964-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NOELZA FIUZA RODRIGUES
PROC./ADV.: CARLOS EDUARDO BEARARE - OAB: BA-23600

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.70.56.002795-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JORGE DE PAULA FILHO
PROC./ADV.: JOSÉ HENRIQUE DA SILVA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.58.011498-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VANDIR LOPES
PROC./ADV.: FRANCINE HARTER NEY

DECISÃO

A Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, e determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZA-ÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2008.72.50.003366-8, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, tendo sido determinada a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. O TRABALHO URBANO DO MARIDO DA AUTORA E NEM MESMO A PAGA POSTERIOR, EM FACE DE SEPARAÇÃO, DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, NÃO DESCARACTERIZA, POR SI SÓ, O REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 41 DESTA TURMA NACIONAL. APLICAÇÃO PODER JUDICIÁRIO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU.

1. O trabalho urbano do marido da autora e, posteriormente, em face de separação do casal, a paga de Pensão Alimentícia, não descaracterizam, por si só, o regime de economia familiar.

2. Necessidade de aprofundar e ampliar a análise no sentido de se aferir até que ponto a renda auferida pelo (ex)marido da autora em atividade urbana era suficiente para manter a família - incluindo a posterior paga de pensão alimentícia-, a tornar dispensáveis os ganhos obtidos com a atividade rural.

3. Aplicação da Súmula 41 desta Turma Nacional.

4. Pedido de Uniformização parcialmente provido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.

5. Aplicação da Questão de Ordem 20 desta TNU. Adequação do aresto recorrido à diretriz firmada pela Turma Nacional.

Ressalto que o referido acórdão foi publicado no DJU do dia 18/11/2011 e seu inteiro teor está disponibilizado na página da TNU no sitio do Conselho Nacional de Justiça, podendo ser acessada através do quadro informativo artigo 15 da Resolução CJF nº 22 de 4 de setembro de 2008 (http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf) ou, pelo número do processo, na consulta livre ao respectivo inteiro teor.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação, após o respectivo trânsito em julgado, do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 2006.38.00.703204-0
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AURORA MARIA DE CAMARGOS
PROC./ADV.: ROBSON MEROLA DE CAMPOS
PROCESSO: 2006.38.00.737203-7
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA PIEDADE DO CARMO
PROC./ADV.: JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA E SILVA
PROCESSO: 2006.50.51.001852-8
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA SEBASTIANA DUTRA TIENGO
PROC./ADV.: URBANO LEAL PEREIRA
PROCESSO: 2007.38.00.713853-3
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VICENTINA APARECIDA DE FREITAS DA SILVA
PROC./ADV.: SIRLEI ALVES DE ABREU
PROCESSO: 2007.38.00.729852-4
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS GRAÇAS SILVA NUNES
PROC./ADV.: ALOÍZIO ALVES DE ASSIS RODRIGUES
PROCESSO: 2007.71.58.004914-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELI MARIA CIECHORSKI GNATTA
PROC./ADV.: JOSÉ LÚCIO COSTA DA SILVEIRA OAB: RS-48102
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2008.38.00.709840-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIANA LEONEL ABELAR
PROC./ADV.: ANTÔNIO HERMELINDO RIBEIRO NETO
PROCESSO: 2008.38.00.726276-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZILDA DE FATIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MÁRCIA BRASIL
PROCESSO: 2008.39.00.700460-5
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROCESSO: 2008.50.53.000676-0
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EVILÁRIO SANTOS GOMES
PROC./ADV.: GUSTAVO SABAINI DOS SANTOS
PROCESSO: 2008.70.51.002706-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: APARECIDA ROSALINA RODRIGUES DE ARAÚJO
PROC./ADV.: ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA - OAB: PR 23.320
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2008.70.57.001065-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA INES PINAZZO FISS
PROC./ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO - OAB: PR-37294
PROC./ADV.: MATEUS FERREIRA LEITE - OAB: PR-15022
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2008.71.64.000579-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NORMA WEBER
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER OAB: RS-34712
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2009.50.54.000243-3
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EROIZA DA SILVA DIAS
PROC./ADV.: BRUNO SANTOS ARRIGONI
PROCESSO: 2009.72.59.001990-7
ORIGEM: Turma Recursal Seção Judiciária de Santa Catarina
REQUERENTE: ROSALINA GESSER
PROC./ADV.: LUZIA IZABEL ROSA - OAB: SC 13.866
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0008075-17.2010.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: AFONSINA RUFINO PARENTE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2006.38.00.741857-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERÔNICA DIAS MAGALHÃES DA SILVA
PROC./ADV.: SIMONIDE GUTEMBERG

DECISÃO

Verifico que a Turma Nacional de Uniformização, ao analisar o PEDILEF nº 2007.71.95.028233-8, da relatoria do Juiz Federal José Eduardo Nascimento, determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2006.71.95.013219-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEIDE TEREZINHA LOPES PORTO
PROC./ADV.: LEONI GALARÇA MORAES

DECISÃO

Os autos foram devolvidos à Secretaria da Turma, em razão do término do mandato do Relator.

A propósito, verifico que a Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, e determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2008.38.00.723102-6
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EURIPEDES FERREIRA MACHADO
PROC./ADV.: FERNANDO GONÇALVES DIAS

DECISÃO

Verifico que a Turma Nacional de Uniformização, ao analisar o PEDILEF nº 2007.71.95.028233-8, da relatoria do Juiz Federal José Eduardo Nascimento, determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.36.00.702591-8
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: SUERVIS COSTA VELOSO
PROC./ADV.: ENIELSON GUIMARÃES CAMPOS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem. Torno sem efeito a decisão que determinou a distribuição do feito e reconsidero a que negou seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

A propósito, verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria, com relação ao benefício assistencial requerido por idoso, também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da

Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0022608-13.2008.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TALITA LOISE DA SILVA
PROC./ADV.: CARLOS GARCIA DE ALMEIDA

DECISÃO

Chamo o feito à ordem. Torno sem efeito a decisão que determinou a distribuição do feito e reconsidero a que negou seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

A propósito, verifico que a Turma Nacional de Uniformização, ao analisar o PEDILEF nº 2007.71.95.028233-8, da relatoria do Juiz Federal José Eduardo Nascimento, determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.67.002156-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELZA MARIA GILIOLI
PROC./ADV.: GERSON LIVI

DECISÃO

Chamo o feito à ordem. Torno sem efeito a decisão que determinou a distribuição do feito e reconsidero a que negou seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

A propósito, verifico que a Turma Nacional de Uniformização, ao analisar o PEDILEF nº 2007.71.95.028233-8, da relatoria do Juiz Federal José Eduardo Nascimento, determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2008.72.50.003366-8, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, tendo sido determinada a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. O TRABALHO URBANO DO MARIDO DA AUTORA E NEM MESMO A PAGA POSTERIOR, EM FACE DE SEPARAÇÃO, DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, NÃO DESCARACTERIZA, POR SI SÓ, O REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 41 DESTA TURMA NACIONAL. APLICAÇÃO PODER JUDICIÁRIO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU.

1. O trabalho urbano do marido da autora e, posteriormente, em face de separação do casal, a paga de Pensão Alimentícia, não descaracterizam, por si só, o regime de economia familiar.

2. Necessidade de aprofundar e ampliar a análise no sentido de se aferir até que ponto a renda auferida pelo (ex)marido da autora em atividade urbana era suficiente para manter a família - incluindo a posterior paga de pensão alimentícia-, a tornar dispensáveis os ganhos obtidos com a atividade rural.

3. Aplicação da Súmula 41 desta Turma Nacional.

4. Pedido de Uniformização parcialmente provido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.

5. Aplicação da Questão de Ordem 20 desta TNU. Adequação do aresto recorrido à diretriz firmada pela Turma Nacional.

Ressalto que o referido acórdão foi publicado no DJU do dia 18/11/2011 e seu inteiro teor está disponibilizado na página da TNU no sitio do Conselho Nacional de Justiça, podendo ser acessada através do quadro informativo artigo 15 da Resolução CJF nº 22 de 4 de setembro de 2008 (http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf) ou, pelo número do processo, na consulta livre ao respectivo inteiro teor.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação, após o respectivo trânsito em julgado, do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão acima proferida.

PROCESSO: 2006.38.00.703204-0
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AURORA MARIA DE CAMARGOS
PROC./ADV.: ROBSON MEROLA DE CAMPOS
PROCESSO: 2006.38.00.737203-7
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DA PIEDADE DO CARMO
PROC./ADV.: JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA E SILVA
PROCESSO: 2006.50.51.001852-8
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA SEBASTIANA DUTRA TIENGO
PROC./ADV.: URBANO LEAL PEREIRA
PROCESSO: 2007.38.00.713853-3
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VICENTINA APARECIDA DE FREITAS DA SILVA
PROC./ADV.: SIRLEI ALVES DE ABREU
PROCESSO: 2007.38.00.729852-4
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS GRAÇAS SILVA NUNES
PROC./ADV.: ALOÍZIO ALVES DE ASSIS RODRIGUES
PROCESSO: 2007.71.58.004914-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELI MARIA CIECHORSKI GNATTA
PROC./ADV.: JOSÉ LÚCIO COSTA DA SILVEIRA OAB: RS-48102
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2008.38.00.709840-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIANA LEONEL ABELAR
PROC./ADV.: ANTÔNIO HERMELINDO RIBEIRO NETO
PROCESSO: 2008.38.00.726276-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZILDA DE FATIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MÁRCIA BRASIL
PROCESSO: 2008.39.00.700460-5
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROCESSO: 2008.50.53.000676-0
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EVILÁRIO SANTOS GOMES
PROC./ADV.: GUSTAVO SABAINI DOS SANTOS
PROCESSO: 2008.70.51.002706-5
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: APARECIDA ROSALINA RODRIGUES DE ARAÚJO
PROC./ADV.: ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA - OAB: PR 23.320
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2008.70.57.001065-3
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA INES PINAZZO FISS
PROC./ADV.: ALYNE CLARETE ANDRADE DEROSSO - OAB: PR-37294
PROC./ADV.: MATEUS FERREIRA LEITE - OAB: PR-15022
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2008.71.64.000579-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NORMA WEBER
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER OAB: RS-34712
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2009.50.54.000243-3
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EROIZA DA SILVA DIAS
PROC./ADV.: BRUNO SANTOS ARRIGONI
PROCESSO: 2009.72.59.001990-7
ORIGEM: Turma Recursal Seção Judiciária de Santa Catarina
REQUERENTE: ROSALINA GESSER
PROC./ADV.: LUZIA IZABEL ROSA - OAB: SC 13.866
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0008075-17.2010.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: AFONSINA RUFINO PARENTE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÕES PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2006.38.00.741857-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERÔNICA DIAS MAGALHÃES DA SILVA
PROC./ADV.: SIMONIDE GUTEMBERG

DECISÃO

Verifico que a Turma Nacional de Uniformização, ao analisar o PEDILEF nº 2007.71.95.028233-8, da relatoria do Juiz Federal José Eduardo Nascimento, determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2006.71.95.013219-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEIDE TEREZINHA LOPES PORTO
PROC./ADV.: LEONI GALARÇA MORAES

DECISÃO

Os autos foram devolvidos à Secretaria da Turma, em razão do término do mandato do Relator.

A propósito, verifico que a Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, e determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.38.00.723102-6
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EURIPEDES FERREIRA MACHADO
PROC./ADV.: FERNANDO GONÇALVES DIAS

DECISÃO

Verifico que a Turma Nacional de Uniformização, ao analisar o PEDILEF nº 2007.71.95.028233-8, da relatoria do Juiz Federal José Eduardo Nascimento, determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2009.36.00.702591-8
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: SUERVIS COSTA VELOSO
PROC./ADV.: ENIELSON GUIMARÃES CAMPOS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem. Torno sem efeito a decisão que determinou a distribuição do feito e reconsidero a que negou seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

A propósito, verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria, com relação ao benefício assistencial requerido por idoso, também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários n. 567.985 e 580.963/PR, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

"Recurso extraordinário. Benefício assistencial ao idoso (art. 203, V, da

Constituição Federal). Discussão sobre critério utilizado para aferir a renda mensal per capita da família da requerente. Alegação de inconstitucionalidade de interpretação extensiva ao art. 34, parágrafo único, da Lei n. 10.741/2003. Tema que alcança relevância econômica, política, social e jurídica e que ultrapassa os interesses subjetivos da causa. Repercussão geral reconhecida." (RE 580.963/PR).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0022608-13.2008.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TALITA LOISE DA SILVA
PROC./ADV.: CARLOS GARCIA DE ALMEIDA

DECISÃO

Chamo o feito à ordem. Torno sem efeito a decisão que determinou a distribuição do feito e reconsidero a que negou seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

A propósito, verifico que a Turma Nacional de Uniformização, ao analisar o PEDILEF nº 2007.71.95.028233-8, da relatoria do Juiz Federal José Eduardo Nascimento, determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.71.67.002156-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELZA MARIA GILIOLI
PROC./ADV.: GERSON LIVI

DECISÃO

Chamo o feito à ordem. Torno sem efeito a decisão que determinou a distribuição do feito e reconsidero a que negou seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

A propósito, verifico que a Turma Nacional de Uniformização, ao analisar o PEDILEF nº 2007.71.95.028233-8, da relatoria do Juiz Federal José Eduardo Nascimento, determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 31 DESTA TNU. A ANOTAÇÃO NA CTPS DECORRENTE DE SENTENÇA TRABALHISTA HOMOLOGATÓRIA CONSTITUI INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de novembro de 2011.
Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 204, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Revoga "ad referendum" do Plenário, a Resolução CFBM nº. 070, de 30 de novembro de 2001.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA - CFBM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.684/79, de 03 de setembro de 1979, com a modificação contida na Lei nº. 7.017 de 30 de agosto de 1982, regulamentada pelo Decreto nº. 88.439/83, de 28 de junho de 1983, resolve:

Art. 1º - Revogar "ad referendum" do Plenário, a Resolução CFBM nº.070, de 30 de novembro de 2001. Em conseqüência, fica extinta a Câmara Nacional de Presidentes.

Art. 2º - Todo acervo da extinta Câmara Nacional de Presidentes, constituído de atas, relatórios, pareceres, correspondência e demais documentos deverá ser entregue ao CFBM no prazo de 30 dias, sob pena de responsabilidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SILVIO JOSE CECCHI
Presidente do Conselho

SÉRGIO ANTONIO MACHADO
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5696/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Processo nº 0040/2010).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e", do artigo 22, da Lei 3.268/57, por unanimidade por infração aos artigos 14 e 30 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 30 de setembro de 2011. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; CACILDA PEDROSA DE OLIVEIRA, Relatora.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2011.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO RIO GRANDE DO SUL
2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre a anuidade para Pessoas Jurídicas no exercício de 2012 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO - CREF2/RS - no uso de suas atribuições estatutárias, resolve:

Art. 1º O valor da anuidade das Pessoas Jurídicas, para o exercício de 2012, será de R$ 367,70 (trezentos e sessenta e sete reais e setenta centavos), com vencimento em 31 de março de 2012.

Das Pessoas Jurídicas registradas até 2011

Art.2º O pagamento integral poderá ser efetuado com desconto, nos seguintes prazos e valores:

a) Até 10 de janeiro de 2012, com 40% de desconto, totalizando o valor de R$ 220,62 (duzentos e vinte reais e sessenta e dois centavos);

b) Até 10 de fevereiro de 2012, com 30% de desconto, totalizando o valor de R$ 257,39 (duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos);

c) Até 10 de março de 2012, com 20% de desconto, totalizando o valor de R$ 294,16 (duzentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos).

Art. 3º O pagamento das anuidades poderá ser efetuado em parcelas mensais e sem desconto, desde que expressamente requerido e deferido pelo CREF2/RS.

Art. 4º O débito referente às anuidades dos anos anteriores será cobrado nos termos das respectivas resoluções que o implementaram.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Das Pessoas Jurídicas registradas em 2011

Art. 5º As pessoas jurídicas registradas a partir de 1º de janeiro de 2012 pagarão o valor da anuidade sem os descontos previstos no artigo 2º, relativo ao período do ano em exercício, ou seja, na proporcionalidade dos duodécimos correspondentes aos meses restantes ao fechamento do exercício.

Parágrafo único. Será concedido desconto de 50% do valor da anuidade 2011 à Pessoa Jurídica que providenciar seu registro no CREF2/RS em até 45 dias após o registro dos atos Constitutivos junto aos órgãos competentes (Junta Comercial e/ou Cartório de Registro Especial), devendo, ainda, estar devidamente inscrita nos demais órgãos Federais, Estaduais e Municipais, consoante o seu ramo de atividade.

Das Disposições Gerais

Art.6º Inexistindo o pagamento da anuidade até 31 de março de 2012, haverá o acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito a título de multa, mais juros de 1% ao mês, calculados até a data do pagamento.

Art. 7º A Pessoa Jurídica que desejar o cancelamento/baixa do seu registro junto ao CREF2/RS, poderá fazê-lo, ficando isento do pagamento da anuidade do corrente ano (2012), desde que efetue e protocolize o requerimento até 31 de março de 2012.

§1º O registrado que protocolizar o requerimento de cancelamento/baixa do seu registro após 31 de março de 2012 restará em débito com a anuidade 2012 proporcional ao número de meses pendentes incidindo multas e juros cabíveis.

§2º Para o deferimento da solicitação de cancelamento/baixa, se faz necessário o atendimento às disposições previstas nas Resoluções CONFEF nº 163/2008 e 218/2011.

Art.8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CREF2/RS;

Art. 9 º O presente ato decisório entrará em vigor após sua publicação, gerando efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

EDUARDO MERINO

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre a anuidade para Pessoas Físicas no exercício de 2012 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO - CREF2/RS - no uso de suas atribuições estatutárias, resolve:

Art. 1º O valor da anuidade das Pessoas Físicas para o exercício de 2012 será de R$ 334,50 (trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), com vencimento em 31 de março de 2012.

Das Pessoas Físicas registradas até 2011

Art. 2º As pessoas físicas registradas até o dia 31 de dezembro de 2011 poderão realizar pagamento integral com desconto, nos seguintes prazos e valores:

a) Até 10 de janeiro de 2012, com 40% de desconto, totalizando o valor de R$ 200,70 (duzentos e reais e setenta centavos);

b) Até 10 de fevereiro de 2012, com 30% de desconto, totalizando o valor de R$ 234,15 (duzentos e trinta e quatro reais e quinze centavos);

c) Até 10 de março de 2012, com 20% de desconto, totalizando o valor de R$ 267,60 (duzentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos).

Art. 3º O pagamento das anuidades poderá ser efetuado em parcelas mensais e sem desconto, desde que expressamente requerido e deferido pelo CREF2/RS.

Art. 4º O débito referente às anuidades dos anos anteriores será cobrado nos termos das respectivas resoluções que o implementaram.

Das Pessoas Físicas registradas em 2012

Art. 5º As pessoas físicas registradas a partir de 1º de janeiro de 2012 pagarão o valor da anuidade, sem os descontos previstos no artigo 2º, relativo ao período do ano em exercício, ou seja, na proporcionalidade dos duodécimos correspondentes aos meses restantes ao fechamento do exercício.

Parágrafo único. Será concedido ao formando - aquele que protocolizar o registro no CREF2/RS em até 30 dias após a respectiva colação de grau -, desconto de 50% do valor da anuidade 2012.

Das Disposições Gerais

Art. 6º Inexistindo o pagamento da anuidade até 31 de março de 2012, haverá o acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito a título de multa, mais juros de 1% ao mês, calculados até a data do pagamento.

Art. 7º As Pessoas Físicas registradas no CREF2/RS, quites com suas obrigações junto ao Conselho, poderão, a qualquer tempo, solicitar sua transferência para outro Conselho Profissional de Educação Física, em Estado diverso ao do Rio Grande do Sul, atendidas as exigências da Resolução CONFEF nº 076/2004.

Art. 8º O registrado que desejar o cancelamento/baixa do seu registro junto ao CREF2/RS, poderá fazê-lo, ficando isento do pagamento da anuidade do corrente ano (2012), desde que efetue e protocolize o requerimento até 31 de março de 2012.

§1º O registrado que protocolizar o requerimento de cancelamento/baixa do seu registro após 31 de março de 2012 restará em débito com a anuidade 2012 proporcional ao número de meses pendentes incidindo multas e juros cabíveis.

§2º Para o deferimento da solicitação de cancelamento/baixa, se faz necessário o atendimento às disposições previstas na Resolução CONFEF nº 218/2011.

Art. 9º É facultativo o pagamento da anuidade devida aos CREFs e ao CONFEF aos Profissionais de Educação Física que, até o dia 31 de março de 2012, tenham completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade e, concomitantemente, tenham, no mínimo, 05 (cinco) anos de registro no Sistema CONFEF/CREFs e que não tenham débitos com o Sistema, devendo os referidos Profissionais requererem, por escrito, tal direito ao CREF2/RS.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CREF2/RS.

Art. 11. O presente ato decisório entrará em vigor após sua publicação, gerando efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

EDUARDO MERINO

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO DISTRITO FEDERAL
7ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 59, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a anuidade de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas para o exercício de 2012 junto ao CREF7.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o artigo 40, inciso VII, do Estatuto do CREF7 e: CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.197/2010, que fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física; CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 203/2010; CONSIDERANDO o Art. 19 do Estatuto do CREF7; CONSIDERANDO finalmente, a deliberação do Plenário do CREF7 na Reunião do dia 5 de novembro de 2011; RESOLVE: Art. 1º - O valor da anuidade do CREF7 para PESSOA FÍSICA no ano de 2012, será de R$ 288,68 (duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos). Art. 2º - O valor da anuidade para PESSOA JURÍDICA de direito público ou privado, cuja finalidade básica seja prestação de serviço na área da atividade física, desportiva e/ou similar, em toda a região de abrangência do CREF7 para o ano de 2012, será de R$ 774,94 (oitenta e trinta e dois reais e setenta e seis centavos). Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ RICARDO CARNEIRO DIAS GABRIEL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MACHADO DE ASSIS

MACHADO DE ASSIS

Patrono da Imprensa Nacional



Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

MACHADO DE ASSIS